



**Ana Bela Lopes
Ferreira**

**Funções da Educação de Infância:
evolução de conceitos e práticas**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na especialidade de Análise Social e Administração da Educação, realizada sob a orientação científica do Dr. Carlos Meireles Coelho, Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutor Jorge Carvalho Arroiteia
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Manuel Maria de Melo Alte da Veiga
professor associado com Agregação da Universidade do Minho

Prof. Doutor Carlos Alberto Pereira de Meireles Coelho
professor associado da Universidade de Aveiro (orientador)

Prof. Doutora Maria de Fátima Fernandes Neves
professora coordenadora do Instituto Politécnico de Coimbra

agradecimentos

À memória de meu pai.

À minha mãe.

Ao Rodrigo e à Ana Sofia.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Meireles Coelho,
o meu muito obrigado pela paciência que teve para me indicar caminhos sobre a Educação de Infância que eu desconhecia e que me ajudou a percorrer, pelo contributo de importância inestimável que os seus conselhos e ensinamentos me transmitiram, pela disponibilidade, amizade, apoio e incentivo que qualquer descrição seria omissa. A confiança demonstrada e encorajamentos decisivos ajudaram-me muitas vezes a acreditar que por mais árduos que sejam os caminhos vale a pena continuar...

resumo

Pretende-se estudar a educação pré-escolar em Portugal ao nível dos conceitos e práticas, das funções e da diversidade de organizações em instituições diferentes da família e numa perspectiva evolutiva desde o seu início até ao presente. Procura-se focar em particular a integração (ou não) da educação dos 3/4 aos 5/6 anos com a escolaridade primária na educação básica, recorrendo à experiência de organizações internacionais e à comparação com os casos de Inglaterra, França, Alemanha e Itália, países onde a educação pré-escolar se desenvolveu nas suas diferentes funções.

abstract

This present research studies the pre-school education in Portugal at the level of its concepts and working practice, its functions and organizational diversity in different institutions and in a chronological perspective since its roots to the present day. It intends to focus on the integration (or not) of the education since 3/4 years of age to 5/6 with primary school in basic education, recurring to the experience of international organizations and to the comparison with other countries like England, France, Germany and Italy, where pre-school education developed in its different functions.

Índice

Introdução: educação de infância (pré-escolar) em Portugal hoje	9
1. Conceitos: educação de infância e educação pré-escolar	20
1.1 – A educação básica na perspectiva do Conselho da Europa	23
1.2 – A educação básica na perspectiva da Unesco.....	56
1.3 – Contributo da OCDE para a educação pré-escolar em Portugal	70
1.4 – Educação pré-escolar, primeira etapa da educação básica	76
2. A educação pré-escolar na União Europeia	86
2.1 – A educação pré-escolar no Reino Unido desde Robert Owen	87
2.2 – A educação pré-escolar na Alemanha desde Froebel	93
2.3 – A educação pré-escolar em França desde Denys Cochin	99
2.4 – A educação pré-escolar em Itália desde Maria Montessori.....	107
2.5 – Tendências para a educação pré-escolar na União Europeia.....	111
3. Evolução da educação pré-escolar em Portugal	124
3.1 – Durante a monarquia	125
3.2 – Durante a I República	147
3.3 – Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo	180
3.4 – Depois de 25 de Abril de 1974	234
Conclusão: funções da educação de infância em Portugal.....	270
Bibliografia	285
Estatísticas consultadas.....	297
Estatísticas consultadas	332

Introdução:

educação de infância (pré-escolar) em Portugal hoje

Em 1986, a Lei 46/86, de 14 de Outubro, (*Lei de Bases do Sistema Educativo*), considerava que "o sistema educativo compreende a *educação pré-escolar*, a educação escolar e a educação extra-escolar" (art.4º-1), que "a educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é *complementar e ou supletiva da acção educativa da família*, com a qual estabelece estreita cooperação (art.4º-2), que "a educação pré-escolar *destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico*" (art.5º-3), que "o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos" (art.6º-1) e que "a frequência da educação pré-escolar é *facultativa*" (art.5º-8). Este é o quadro institucional da educação pré-escolar no sistema educativo português desde 1986.

Em 1988, o Conselho da Europa (1988) defendia que "é importante melhorar a *continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário*, para garantir que as práticas pedagógicas acompanhem e favoreçam um desenvolvimento contínuo da criança. Os métodos educativos dos jardins de infância devem ter em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento da criança, para estimular e reforçar esse desenvolvimento. *Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação)*". Esta posição integra a educação pré-escolar num novo ensino primário mais amplo ou, como se prefere chamar, na "educação básica" (que não só "ensino básico"), por integrar especialmente "os *ensinos pré-primário e primário*".

Em 1996, o *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI – Educação: um tesouro a descobrir*, conhecido como o Relatório Delors (Delors/Unesco, 1996), vem confirmar que "é no seio da família, mas também e mais ainda, ao nível da *educação básica (que inclui em especial os ensinos pré-primário e primário)* que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão durante toda a vida" (p.103) e que "a educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que *vai, em princípio, desde cerca dos três anos de*

idade até aos doze, ou menos um pouco" (p. 106). Também a Unesco aponta, como o Conselho da Europa, para uma integração da "educação inicial (formal ou não formal)" da educação básica dos 3 aos 12 anos, ficando a educação até aos 3 anos sob a responsabilidade directa da família (a quem o Estado deve assegurar os meios necessários...).

Em 1997, a Lei 5/97, de 10 de Fevereiro, (*Lei-quadro da Educação Pré-escolar*) vem procurar adaptar-se ao tempo internacional, considerando a educação pré-escolar como "*a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário*" (art.2º). Mas não acompanha o novo conceito de educação básica dos 3 aos 12 anos e, por isso, recua, neutralizando o novo conceito, continuando com o que já vinha de 1986: "*A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar*" (art.3º-1) e "*A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que cabe, primeiramente, à família a educação dos filhos, competindo, porém, ao Estado contribuir activamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar*" (art.3º-2). Esta última parte vai mais longe do que está previsto na LBSE de 1986: "*Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar*" (art.5º-4). "*A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social*" (art.5º-5). "*O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento*" (art.5º-6). Embora o artigo 74º da Constituição da República pareça ir mais longe: "*Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar*".

Em 2004, discutiu-se a própria Lei de Bases do Sistema Educativo e várias foram as posições apresentadas pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República. Vejamos o que delas diz respeito à educação pré-escolar.

A Proposta de Lei 74/IX – Lei de Bases da Educação, apresentada pelo Governo, reforça a posição da educação pré-escolar em continuidade da creche, não favorecendo a continuidade dos 4-5 anos com os 6-7 anos da escola básica: "*A educação pré-escolar deve articular-se, progressivamente, com os serviços de creche*, num modelo coerente e sequencial de educação infantil" (art.8º-3).

O Projecto de Lei 305/IX – altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, apresentado pelo Bloco de Esquerda, prevê a "educação para a infância" e não a educação pré-escolar: "O sistema educativo compreende a *educação para a infância*, a educação escolar e a educação extra-escolar" (art.4º-1). Continua a considerar uma educação pré-escolar com outro nome apenas dos 3 aos 6 anos: "A educação para a infância abrange as crianças com idade compreendida *entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico*" (art.5º-3). Mas aponta para a escolaridade obrigatória a partir dos 4 e 5 anos numa rede própria não integrada na "educação básica": "Incumbe ao Estado garantir a existência de uma rede nacional de educação para a infância, assegurando que todas as crianças têm acolhimento numa instituição localizada o mais próximo possível da sua residência" (art.5º-4). E "Compete ao Estado assegurar que *todas as crianças com quatro anos*, independentemente das suas capacidades económicas, *sejam incluídas num modelo de educação para a infância coerente* com os objectivos enunciados no ponto 1º" (art.5º-5). E conclui logicamente que a escolaridade obrigatória começa aos 4 anos, continuando a barreira entre os 5 e os 6 anos de idade: "A *frequência* do sistema educativo é *obrigatória* para todos os cidadãos e cidadãs residentes no território nacional, portuguesas ou estrangeiras, *entre os quatro e os 18 anos*" (art.4º A-1). "A disposição presente no ponto anterior não inviabiliza a aplicação de disposições particulares que garantam o direito à educação familiar *até ao ingresso no ensino básico*" (art.4º A-2). "Ingressam *na educação escolar* de frequência obrigatória as crianças que completem seis anos de idade até 15 de Setembro" (art.4º A-3).

O Projecto de Lei 306/IX – aprova a Lei de Bases da Educação, apresentado pelo PS, preconiza solução semelhante à do Governo (art.8º-3 e 4).

O Projecto de Lei 320/IX – Lei de Bases do Sistema Educativo, apresentado pelo PCP, avança: "A *educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica* no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em

vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário (art.5º-2). Usa a designação de "educação básica", mas não assume a continuidade entre o nível 4-5 anos da educação pré-escolar com o dos 6-7 do "ensino básico": "A educação pré-escolar *destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico* e é ministrada *em estabelecimentos de educação pré-escolar*" (art.5º-3). Dá um passo em frente ao atribuir ao Estado o objectivo de começar a escolaridade obrigatória aos 5 anos: "Incumbe ao Estado: a) Criar uma rede pública de educação pré-escolar que cubra as necessidades de toda a população, tendo como objectivo garantir *a obrigatoriedade e gratuidade da frequência da educação pré-escolar pelas crianças no ano que antecede o seu ingresso no ensino básico* e a universalidade de frequência a partir dos três anos..." (art.5º-4-a). E a seguir dá um passo à retaguarda, considerando a escolaridade obrigatória a partir dos 6 anos: "O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos." E: "Ingressam no ensino básico as crianças que completem seis anos de idade até 15 de Setembro" (art.6º-1-2).

O Projecto de Lei 321/IX – altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, apresentado pelos Verdes, preconiza uma "educação básica" que não define e um "ensino básico" universal, obrigatório e gratuito com duração de 12 anos: "A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico." (art.5º-1). Apesar disso, não integra os 4-5 anos na escola básica: "Incumbe ao Estado assegurar a criação de uma rede pública para a infância, que garanta a universalização do acesso a este grau de ensino." (art.5º-3). E: "A rede nacional de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social." (art.5º-4). Considera também a educação pré-escolar como obrigatória a partir dos 4 anos, mas em rede própria: "A partir dos quatro anos de idade a frequência da educação pré-escolar passará a ser universal, obrigatória e gratuita." (art.5º-6). E propõe a continuidade com a creche, não obrigatória: "A frequência da educação pré-escolar é facultativa, até aos quatro anos de idade, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar (art.5º-8).

A todas estas propostas subjazem concepções diferentes do que é a educação de crianças até aos 6 anos de idade, nomeadamente as funções que a educação de infância deve desenvolver na família e/ou nos estabelecimentos educativos, sejam eles da tutela do estado, autarquias ou organizações cívicas.

Pareceu-nos assim oportuno desenvolver um trabalho comparado e histórico para melhor contextualizar e compreender a evolução da educação pré-escolar em Portugal, por um lado, compreendendo a sua matriz tipicamente portuguesa e, por outro, comparando-a com as recomendações de organizações internacionais especializadas em educação, de modo a estabelecer modelos de enquadramento institucional para o que uns chamam "educação pré-escolar" e outros "educação para a infância".

Na primeira parte, procuraremos abordar as perspectivas actuais das organizações internacionais, particularmente do Conselho da Europa e da Unesco, para a educação pré-escolar / educação de infância.

Na segunda parte, referir-nos-emos à educação pré-escolar nos quatro países da União Europeia – Inglaterra, Alemanha, França, Itália – que mais influenciaram a evolução da educação de infância portuguesa.

Na terceira parte, pretendemos abordar a evolução da educação de infância em Portugal até aos nossos dias, a partir de documentos legais e o seu confronto com a realidade, para melhor percebermos a forma como a mesma foi sendo encarada ao longo dos tempos, as funções que desempenhou, a sua expansão e as funções que desempenha nos nossos dias.

A justificação do estudo e o problema

Nos últimos anos a educação pré-escolar, mercê de um crescente estatuto valorativo, tem sido objecto de estudo por parte de organizações nacionais e internacionais no sentido de um planeamento mais eficaz neste nível de educação. Assim, têm sido desenvolvidas acções que visam o reconhecimento da sua importância, por um lado, e, por outro, o aumento da sua qualidade e eficácia. E têm sido desenvolvidas acções no macro contexto da Europa, que visam uma cobertura da educação pré-escolar da população infantil antes do período da escolaridade obrigatória. Destas, podemos salientar entre outras, o Relatório Delors (1996: 106) que, no âmbito da UNESCO, preconiza que “a

educação básica para crianças pode ser definida como uma etapa inicial (formal ou não formal) que vai em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco”, e valoriza a educação de infância quando salienta que “a escolarização iniciada cedo pode contribuir para a igualdade de oportunidades, pode ser facilitadora da integração social e da participação da mulher na vida social e económica” (Delors/Unesco, 1996: 110); e, mais em contexto europeu, o Projecto 8 do Conselho da Europa “A inovação no ensino primário” que preconiza que “é importante melhorar a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, para garantir que as práticas pedagógicas acompanhem e favoreçam um desenvolvimento contínuo da criança. Os métodos educativos dos jardins de infância devem ter em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento da criança, para estimular e reforçar esse desenvolvimento. Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 anos aos 11-12 anos numa mesma escola básica com o mesmo pessoal com a mesma formação” (Conselho da Europa, 1988).

Estes organismos valorizam as funções da educação: ***compensatória*** na redução das desigualdades sociais; ***educacional*** tendo em conta uma boa integração no sistema educativo e o enquadramento na sociedade do conhecimento numa perspectiva de educação ao longo da vida; e ***social*** (*assistencial*) com vista a uma adequação às necessidades das famílias.

No panorama da educação pré-escolar portuguesa, tem-se vindo a assistir ao reconhecimento e destaque deste nível do sistema educativo. E tem assumido grande importância a publicação de um *corpus* legislativo, de que destacamos: a Lei 46/86 de 14 de Outubro reconhece o papel da educação de infância no sistema educativo português; o Decreto-lei 286/89 de 29 de Agosto estabelece que “deverá ser garantida a possibilidade a todos os pais que o requererem de inscrever os seus filhos num programa de educação pré-escolar”; a Lei 5/97 de 10 de Fevereiro considera a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica ao mesmo tempo que alia a função educacional e a função assistencial da educação de infância na rede única de jardins de infância – oficial e particular tuteladas pelo Estado; o Decreto-lei 147/97 de 11 de Junho estabelece o *Ordenamento Jurídico do Desenvolvimento e Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar* e define o respectivo sistema de organização e funcionamento; o Despacho

5220/97 de 10 de Julho aprova as *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, estabelece os seus princípios gerais e objectivos, a expansão das redes pública e privada, o apoio à formação inicial e contínua dos educadores de infância; o Decreto-lei 241/2001 de 30 de Agosto define os papéis, funções, perfil e actuação dos educadores de infância numa perspectiva de educação contextualizada e continuada.

Também os pareceres do Conselho Nacional de Educação têm insistido na importância deste nível de educação: Parecer 1/94 "A Educação Pré-Escolar em Portugal", Parecer 2/95 "A Expansão da Educação Pré-Escolar", Parecer 2/96 "Proposta de Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar".

O Relatório do Ministério da Educação / DEB (2000) "A Educação Pré-escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal" publica os resultados do "Exame Temático sobre Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância" da OCDE no qual se reconhece a importância da educação pré-escolar no combate à exclusão e à desigualdade de oportunidades bem como a promoção da qualidade deste nível do sistema educativo.

Como temos vindo a salientar, a educação pré-escolar portuguesa tem sido alvo de uma valorização mercê de estudos e programas internacionais que se têm vindo a desenvolver no âmbito da educação comparada e das directrizes emanadas por organismos internacionais por um lado e, por outro, devido a uma valorização da mesma como promotora de desenvolvimento, facilitadora da integração escolar e redutora de desigualdades sociais das crianças na sociedade portuguesa. Esta valorização pode ser constatada pela maior visibilidade que a educação de crianças em idade antes da escolaridade obrigatória tem sido alvo por parte de organismos governamentais, particulares e investigadores individuais.

As mudanças operadas com a publicação da Lei 5/97 de 10 de Fevereiro e legislação complementar para este nível de educação e a importância que no momento é dada à educação pré-escolar como meio de reduzir as desigualdades sociais e facilitar a igualdade de oportunidades no acesso à escola e no sucesso da aprendizagem escolar por um lado e, por outro, a importância que é dada à continuidade da creche com a educação pré-escolar, levaram a que surgissem dúvidas, inquietações e interrogações sobre os conceitos e as práticas que a mesma desempenha na educação das crianças que a frequentam. Estas dúvidas surgiram com o conhecimento que

possuímos da realidade da educação pré-escolar portuguesa, onde os conceitos e as práticas variam de acordo com as características estruturais e organizacionais de funcionamento das instituições públicas ou privadas, nomeadamente pela ausência generalizada de condições da rede pública de jardins de infância para assegurar a função social de apoio à família e do serviço de refeições para as crianças, previstos na Lei.

Constatamos ainda que o *corpus* legislativo de base da educação portuguesa tem sido posto constantemente em questão. No que concerne à educação pré-escolar, hoje como outrora, muitas dúvidas se colocam sobre as funções que a mesma desempenha e ou deve desempenhar. Algumas dúvidas surgiram também com as mudanças que se antevêm nas propostas de uma nova Lei de Bases da Educação, pois estas deixam antever modelos diversificados de educação de infância, com conceitos e práticas subjacentes diversificados.

Apercebemo-nos das contradições entre o conceito e as práticas realizadas, pelo que achamos pertinente desenvolver uma investigação na esteira das recomendações dos organismos internacionais, nomeadamente o Conselho da Europa, a Unesco e a OCDE. Assim, sentimos a necessidade de alargar a investigação às componentes histórica e comparada para melhor compreendermos o percurso da educação de infância em Portugal, a evolução dos conceitos e das práticas e as perspectivas de evolução futura.

Exercendo a nossa actividade profissional há mais de 16 anos na área da educação de infância, sentimos necessidade de aprofundar e actualizar os nossos conhecimentos, os conceitos e práticas da educação pré-escolar portuguesa. Achamos que uma investigação sobre educação pré-escolar era de acuidade e pertinência neste momento de mudança: precisávamos de rever toda a cartografia deste agitado mundo e procurar a orientação da bússola que permita encontrar o norte para a educação pré-escolar (Delors/Unesco, 1996: 77). Para que essa investigação fosse mais profícua achamos necessário investigar desde o século XIX, realizando para o efeito uma análise da educação pré-escolar e das funções que esta foi desempenhando desde a sua génese até aos nossos dias, porque só assim teríamos uma visão global do problema de estudo no presente e uma melhor compreensão para o futuro.

Estas questões devem ser entendidas dentro do nosso percurso profissional uma vez que consideramos que a educação de infância de qualidade, nas suas diferentes funções, pode trazer benefícios para a vida das crianças, das

famílias e da sociedade. Por este motivo, consideramos que o conhecimento aprofundado das funções da educação de infância em Portugal, evolução dos conceitos e práticas de forma comparada com alguns países da Europa é de grande acuidade e carece de uma profunda análise porque, encontrando-se o nosso país na retaguarda do cumprimento das recomendações das diversas organizações internacionais sobre este nível de educação, só comparando diversas realidades poderemos compreender e melhorar os avanços e retrocessos da educação de infância em Portugal.

Metodologia

"A importância que os sistemas educativos assumem na actualidade (...) justifica o interesse que hoje em dia se atribui ao estudo quer das suas características globais – valores e objectivos, administração, estrutura e organização interna – quer na atenção que é dedicada a determinados aspectos desses sistemas relacionados com os programas, a formação dos professores e as reformas em vigor ou mesmo terminadas" (Arroteia, 1993: 11).

Neste trabalho pretendemos estudar a organização da educação pré-escolar com particular incidência dos conceitos e práticas face às funções. Procurar-se-á focar o contexto histórico em que se desenvolveu a educação pré-escolar em Portugal e uma análise comparada da educação pré-escolar face às funções que desempenha em Portugal, França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Nesta análise, abordaremos a organização da educação pré-escolar face às funções que desempenha: contexto histórico e legislação; tipo de estabelecimentos e de tutela das instituições de educação pré-escolar; condições de acesso; horário de funcionamento; taxas de cobertura e frequência; recursos humanos e formação; gratuitidade ou não dos serviços prestados. Procuraremos compreender a dinâmica dada à educação pré-escolar por cada sistema educativo a partir dos seus pontos de referência, considerando a sua diferença e a influência que esta teve e tem no nosso país.

Por isso, o desenvolvimento do estudo no âmbito da investigação comparada parece-nos a mais adequada, porque esta "permite estudar as relações entre um grande número de variáveis no contexto de uma amostra de organizações" (...) e porque "permite análises e conclusões mais sólidas sobre os objectos de estudo e sobre as suas propriedades e possibilita melhores bases de teorização a respeito dos mesmos." (Pardal e Correia, 1995: 25). Para um

melhor conhecimento do método, acompanhamos os estudos realizados por comparatistas como Rossello (1963, 1978), Hilker (1964), Lê Thành Khôi (1981), Garrido (1982, 1987, 1989a, 1989b, 1991), Pereyra (1989), Ferrer (1990), Santamaria (1990), Arroteia (1993), Meuris (1993), entre outros.... Nunca esquecendo que "la finalidad de la educación comparada no es la de ofrecer modelos para imitar o para rechazar, sino la de comprender a los pueblos y aprender de sus experiencias educativas y culturales" (Garrido, 1991: 111), efectuaremos um percurso diacrónico, através da descrição e análise da realidade educativa pré-escolar em Portugal, e uma análise sincrónica comparativa, na actualidade, da realidade dos diferentes países estudados, visando o aprofundamento do conhecimento da realidade educativa portuguesa e a sua compreensão.

O método subjacente a qualquer investigação científica possibilita ao investigador um maior conhecimento acerca do objecto de estudo. Dado o problema e os objectivos da investigação, adoptou-se uma metodologia histórica e comparada, que se complementam. Como assinala Ferrer (1990: 157), "La Educación comparada se vale de los complejos análisis que puede llevar a cabo la Historia de la Educación, bajo esta perspectiva global de explicarse los fenómenos educativos (del pasado y del presente), a partir de los factores que en nuestra ciencia caracterizamos como contextuales a los sistemas educativos. Su apertura a las aportaciones de otras ciencias, sin duda alguna, mejoran la comprensión de estos fenómenos, y en consecuencia aporta explicaciones más validas y útiles para la Educación Comparada. Sin embargo, nuestra ciencia también puede incidir sobre la Historia de la Educación con el estudio comparativo de los sistemas educativos (tanto de épocas pretéritas como presentes), y por lo tanto permitir una mejor comprensión de los fenómenos históricos-educativos que analiza la Historia de la Educación." Já Lê Thành Khôi (1981: 42) indicava: " L'éducation comparée peut être définie comme la science qui a pour objet de dégager, d'analyser et d'expliquer des ressemblances et des différences entre des faits, et/ou leurs rapports avec l'environnement (politique, économique, social, culturel), et de rechercher les lois éventuelles qui les commandent dans différentes sociétés et a différents moments de l'histoire humaine". Mas, como este mesmo autor salienta, "L'éducation comparée est définie, on l'a dit, non par ses méthodes, qu'elle emprunte à toutes les disciplines, mais par son objet: la comparaison de faits d'éducation, et des relations qui les unissent à leur milieu" (1981: 43).

Na operacionalização desta investigação, socorrer-nos-emos dos procedimentos comuns neste tipo de metodologia, utilizando fontes primárias, secundárias e auxiliares. Na análise documental das fontes primárias haverá recurso à leitura e análise de documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais ligados à educação. Na análise documental das fontes secundárias recorreremos ao estudo de autores de referência na área estudada e a material produzido por organismos e associações internacionais (estudos descritivos e ou comparativos). Como fonte auxiliar a Internet será o recurso permanente, directo e indispensável.

1.

Conceitos: educação de infância e educação pré-escolar

A educação de crianças antes da escolaridade obrigatória tem sido chamada *educação de infância*, *educação pré-escolar*, *creche*, *infantário*, etc. e outros nomes noutras línguas e culturas, estando essas designações carregadas de significados históricos “uma fluidez de nome, reveladora da dificuldade de uma clara definição das qualidades, objectivos, estruturas, conteúdo e orientação dos agentes educativos deste nível de educação” (Meireles-Coelho, 1989a: 48).

Quando procuramos documentar-nos sobre temáticas relacionadas com a educação das crianças antes dos seis anos encontramos diversas expressões para descrever uma realidade educativa pública, privada, cooperativa ou de solidariedade social. Os conceitos de educação de infância e de educação pré-escolar, designam a mesma realidade mas não são consensuais porque escondem alguma ambiguidade (Homem, 2002). Expressões como educação de infância, educação pré-escolar ou educação pré-primária relacionam-se muitas vezes, com a concepção de criança e de educação que se preconizam. Algumas das ambiguidades à volta dos papéis e funções da educação pré-escolar reflectem definições, condições legais e critérios que a regem. Segundo Silva (1990: 5), «Os termos “educação pré-escolar” e “educação de infância” não acentuam os mesmos aspectos (...). O primeiro possui ressonâncias escolares, acentuando a preparação para o ensino elementar obrigatório. Por seu lado, a expressão “educação de infância” procura marcar bem a especificidade face aos outros níveis de educação escolar».

Ligada a esta controvérsia existe outra que nos remete para a duração da educação pré-escolar e com a idade em que esta se inicia. Na opinião de Homem (2002: 23), “muitos autores só admitem a partir dos 3 anos, mas outros têm sobre ela uma concepção mais alargada e consideram o seu começo no momento do nascimento”.

Em 1975, para a Comissão Interministerial (com elementos do MEC, do MAS e do sindicato dos professores), a educação pré-escolar era “o conjunto de acções de educação e protecção infantil que visam a promoção do bem-estar e do desenvolvimento das crianças, desde o nascimento até à idade da escolaridade obrigatória (0-6 anos) no meio familiar e/ou institucional”

(Ferreira Gomes, 1977: 121). Para Bairrão (1992: 39), o termo “educação pré-escolar” é geralmente aceite como englobando o período de educação *formal* que precede a entrada para a “escola”.

De facto, esta posição não é unânime e alguns especialistas defendem que a educação pré-escolar se deve iniciar apenas aos 2 ou 3 anos de idade (Katz & Mohanty, 1988: 1487), enquanto outros defendem que deve começar desde o nascimento: “A educação pré-escolar deve articular-se, progressivamente, com os serviços de creche, num modelo coerente e sequencial de educação infantil” (Proposta de Lei 74/IX – Lei de Bases da Educação, art.8º-3), e “O princípio da articulação necessária entre a educação pré-escolar e a rede de cuidados com a primeira infância, dando especial atenção à dimensão educativa destes cuidados” (Projecto de Lei 306/IX - Lei de Bases da Educação, Exposição de motivos, V). A perspectiva assumida na legislação portuguesa, nomeadamente no Decreto-lei 542/79 (Estatutos dos Jardins de Infância), Lei 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo) e na Lei 5/97 (Lei-Quadro da Educação Pré-escolar), é de que a educação pré-escolar “se destina às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico”. Neste trabalho, utilizaremos as expressões educação de infância e educação pré-escolar ou outras de acordo com os autores de referência e os textos legais analisados.

Ao longo dos tempos tem havido uma significativa evolução destes conceitos, mais ainda na prática do que na conceptualização teórica.

“Na Grécia Antiga, *σχολη* (scholê) era sinónimo de ócio (*otium*, em latim), lazer e destinava-se apenas aos homens livres, ou seja, àqueles que não tinham necessidade de trabalhar e, por isso, tinham tempo para se ocuparem das coisas da educação, pelo que, a escola começou por estar reservada apenas aos que não precisavam de trabalhar para sobreviver” (Meireles-Coelho, 2003a: 42). Paulatinamente, a escola passou a ser frequentada por crianças que aí aprendiam a ler, escrever e contar. As transformações sócio-económicas e culturais das sociedades foram levando a um aumento da frequência escolar passando esta, a certa altura, a ser obrigatória. Com a obrigatoriedade escolar alargou-se o número de crianças que aprendiam os rudimentos da leitura e da escrita encontrando-se os níveis superiores de ensino reservados apenas a uma pequena “elite” da população. Ao longo dos sécs. XIX e XX foi-se verificando o alargamento efectivo da escolaridade obrigatória e com esta foi surgindo o conceito de ensino básico numa vontade generalizada de “educação para todos” (Unesco, 1990).

O conceito de “educação básica” aparece na segunda metade do séc. XX quando se concebe a educação como um processo permanente ao longo da vida, incluindo a educação formal e não formal, e é caracterizada como a primeira grande etapa da educação “para todos” visando a formação integral e “básica” de cada indivíduo que o capacite para se autodeterminar no seu próprio processo de desenvolvimento ao longo da vida (Meireles-Coelho, 1989a: 13). E nessa grande primeira etapa de educação “básica” aparece a chamada educação pré-escolar a partir dos 3 ou 4 anos, ou melhor, a partir do momento em que cada criança deixa de precisar de uma atenção personalizada permanente e adquire a autonomia mínima para se integrar em grupo: já se desloca, já controla minimamente os esfíncteres, já se exprime minimamente (...) Nos últimos trinta anos do séc. XX a educação pré-escolar, dos 3 / 4 anos até à idade de entrada na escolaridade obrigatória, tem sido crescentemente considerada cada vez mais importante na obtenção do sucesso na própria escolaridade obrigatória, sobretudo nos casos de maior desfavorecimento social (Gonçalves, 1996).

As organizações internacionais, e particularmente o Conselho da Europa e a Unesco, acompanharam a evolução do valor da educação pré-escolar nas últimas décadas e foi nelas que surgiu o conceito de “educação básica” e a concepção de educação pré-escolar como “*a primeira etapa da educação básica* no processo de educação ao longo da vida”.

Deparamo-nos com duas lógicas, ambas “coerentes e sequenciais”: uma de rede própria de educação pré-escolar “num modelo coerente e sequencial de educação infantil” dos 0 aos 6 anos (de frequência facultativa); e outra de uma só rede de educação básica alargada (generalizada aos 4 e 5 anos, podendo ser obrigatória aos 5 anos e mesmo aos 4 anos). Na primeira usa-se a designação de “pré-escolar” para antes da escolaridade obrigatória; na segunda a designação “pré-escolar” deixa de fazer sentido, porque a educação dos 5, dos 4 e mesmo dos 3 e 2 anos está integrada na rede da educação básica, embora conservando a sua especificidade de “educação de infância”.

Vamos permitir-nos fazer, por vezes, longas citações de conclusões e recomendações de documentos internacionais não traduzidos em português nem suficientemente conhecidos em Portugal e que, por si só, já dizem muito a que não estamos habituados. Essa é a razão pela qual apresentaremos a sua tradução em língua portuguesa, chamando a atenção, a carregado, para os aspectos considerados mais relevantes.

1.1 – A educação básica na perspectiva do Conselho da Europa

Logo a seguir à II Guerra Mundial, a Europa sentiu necessidade de não mais se destruir, como fizera por duas vezes na primeira metade do séc. XX, e começou a organizar-se para se unir. O Conselho da Europa foi das primeiras instituições a contribuir para a união da Europa e à medida que a União Europeia se tem vindo a reforçar, o Conselho da Europa tem-lhe cedido o lugar.

A evolução da preocupação do Conselho da Europa com a educação tem sido sistemática: entre 1969 e 1988 deu relevante importância à educação pré-escolar integrando-a na educação básica e a partir daí até à actualidade tem-se centrado na análise do ensino secundário, na formação técnica especializada e no ensino superior como se pode constatar pelas Conferências dos Ministros da Educação do Conselho da Europa.

(http://www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/education/Standing_Conferences/)

Parece de grande pertinência e acuidade analisar a informação que possuímos do Conselho da Europa desde 1969 até 1988: as suas investigações e a importância das suas recomendações no que concerne à educação de infância, a nível internacional, e a repercussão destas a nível nacional; os seus debates, simpósios e recomendações em relação à educação pré-escolar, percorrendo o caminho que a Europa percorreu, quando Portugal estava com outros problemas; a evolução da valorização dada por este organismo internacional à educação pré-escolar e à articulação desta com o ensino primário até chegarmos ao conceito de educação básica preconizado pelo Conselho da Europa e depois seguido pela Unesco.

A década de 60 do séc. XX confirmou a viragem histórica começada com a II Guerra Mundial e teve um ponto forte no fenómeno do Maio de 68 em Paris. A partir daí a evolução dos sistemas educativos tornou-se preocupação prioritária de políticas mundiais e as organizações ligadas à educação produziram documentos para a nova era da globalização (Meireles-Coelho, 2003d: 5). Nestes documentos faz-se “sentir a necessidade de introduzir mudanças nos sistemas educativos para que estes dessem resposta às exigências de desenvolvimento que então começavam a surgir” (Neves, 1999: 21). Neste contexto, a educação pré-escolar começa a ser encarada como determinante no combate ao insucesso escolar desempenhando uma função compensatória e passa a ser alvo de maior investigação por parte dos

organismos internacionais e nacionais (Vasconcelos, 2003).

Em 1969, em Versalhes, na Resolução nº 3 ("Jardins de infância e escola primária face à exigência de uma Educação para Todos" / *"The nursery school and primary school in relation to the demands of educational opportunity for all"*) adoptada pela 6ª Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, referindo-se pela primeira vez à educação pré-escolar, considerava que: – a educação deveria basear-se no desenvolvimento da criança tendo esta direito a uma educação contínua caracterizada pela igualdade de oportunidades principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da expressão oral; – era necessário apoiar nesse sentido particularmente as crianças, filhos de imigrantes; – a educação primária, respeitando as capacidades de todas as crianças, deveria conseguir um nível equilibrado de competências e sabedoria entre todos; – a educação primária deveria ainda preparar as crianças para a vida em comunidade, valorizando a educação em vez da instrução e promovendo o desenvolvimento da personalidade e das competências humanas, os factores económicos, etc. E recomendava aos governos presentes que: a) *desenvolvessem ao máximo a implantação de escolas infantis, particularmente no meio rural; b) aceitassem a educação permanente como um objectivo a atingir na formação dos educadores de infância e de professores da escola primária; c) aproximassem os conceitos e as práticas educativas da escola primária aos que têm sido seguidos com sucesso na educação pré-escolar, nomeadamente:* ◦ *centrando a acção educativa na criança, procurando mais orientá-la no seu desenvolvimento do que levá-la a atingir um nível arbitrariamente definido;* ◦ *associando a criança à sua própria educação;* ◦ *considerando a criança como ela é e não como se pretendia que ela fosse;* ◦ *estimulando na criança a curiosidade, a criatividade e a autonomia;* ◦ *estabelecendo contacto e concertação entre os diversos responsáveis pela educação;* ◦ *estabelecendo contacto entre a escola e a família, tendo em conta as influências socioculturais exercidas sobre ela;* d) *definissem as adaptações pedagógicas necessárias tendo em atenção as dificuldades apresentadas por algumas crianças no seu meio sociocultural e pelos filhos de migrantes na adaptação à nova sociedade;* e) *implementassem com a maior celeridade as recomendações adoptadas pelo Conselho da Europa quanto ao ensino de uma língua estrangeira a todas as crianças desde os primeiros anos da escola primária.* (http://www.coe.int/T/E/Cultural_Co-

O Simpósio de Veneza (1971) chamou a atenção para a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário (Conselho da Europa, 1979: 48-49).

O Simpósio de Leyde (1973) chamou mais uma vez a atenção para a "importância da continuidade e da coerência da acção educativa para um desenvolvimento harmonioso da criança" (Conselho da Europa, 1979: 49).

Para cumprimento da Resolução nº 3 ("Jardins de infância e escola primária face à exigência de uma Educação para Todos" / *"The nursery school and primary school in relation to the demands of educational opportunity for all"*) adoptada pela 6ª Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, em 1969, em Versalhes, o Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, após trabalhos preliminares sobre os objectivos e os métodos da educação pré-escolar, realizou, a nível internacional, no período de 1974 a 1978, *um projecto sobre a educação pré-escolar*, que tinha como objectivo suscitar a troca contínua de resultados de investigação e informação entre os Estados membros e encorajar a aproximação comum de questões relacionadas com a formação de educadores de infância e a continuidade entre a educação pré-escolar e a educação básica. Este projecto contou com a participação dos 22 Estados Membros do Conselho de Cooperação Cultural, a UNESCO, a OCDE e a Comunidade Europeia, tendo a CMOPE (Coordenação Mundial das Organizações da Profissão Educador) participado deste projecto como observador activo. Os trabalhos do Conselho de Cooperação Cultural debruçaram-se sobretudo sobre a educação das crianças na primeira infância, nas necessidades de certos grupos desfavorecidos como os filhos dos trabalhadores *migrantes*, os filhos das famílias desfavorecidas sócio-culturalmente e das crianças física ou mentalmente diminuídas. No decorrer deste Projecto, realizaram-se 4 Simpósios relacionados com a educação pré-escolar. Os dois primeiros debruçaram-se sobre a ligação entre a educação pré-escolar e o ensino primário. Em 1975 realizou-se de 24 a 29 de Novembro em Versalhes (França) o primeiro simpósio *"A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário"*, tendo a segunda parte deste simpósio *"A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, 2ª parte: a criação da continuidade"* sido realizada em Bournemouth (Reino Unido) de 20 a 26 de Março de 1977. O terceiro simpósio *"A educação pré-escolar dos filhos dos imigrantes"* realizou-se em Berlim (Alemanha) de 6 a 11 de Março de Março

de 1976. O quarto simpósio "*A educação pré-escolar nas regiões de fraca densidade populacional*" realizou-se em Storlien (Suécia) de 11 a 16 de Setembro de 1977 (Conselho da Europa, 1979: 7-9).

O Simpósio "*A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário*" (Versalhes, França, 1975) analisou a transição da educação pré-escolar para o ensino primário, realizou a comparação das experiências feitas em alguns países onde o começo da escolaridade obrigatória se inicia em idade diferente, uma vez que esta varia nos Estados membros do Conselho da Europa entre os 5 e os 7 anos, procurou aclarar, na medida do possível, o difícil problema da maturação das crianças desta idade, analisou por um lado as actividades lúdicas, livres ou dirigidas e, por outro, as diferenças das aprendizagens realizadas na educação pré-escolar nos diversos países. Este simpósio teve como objectivo, analisar os diferentes acessos perante uma harmonização dos métodos e estratégias pedagógicas empregues na educação pré-escolar e no ensino primário. Segundo o Conselho de Cooperação Cultural, a continuidade entre estes dois níveis de educação comporta a longo prazo uma análise aprofundada dos conteúdos e dos programas destes dois níveis de educação, que devem ser elaborados como um todo continuo, das investigações da psicologia do desenvolvimento da criança tendo em conta a formação inicial e contínua do pessoal docente, da sócio-linguística, da teoria da integração social, enfim, de tudo aquilo que contribui para uma verdadeira estratégia educativa, pelo que há a necessidade de coordenar e propor, na prática, as principais actividades que estão previstas na escola (pré-escolar e primária) para as crianças dos 4 aos 7 anos (aproximadamente), tendo em consideração a maturidade das crianças. Deste modo, o Conselho de Cooperação Cultural recomendava que se procurasse *fazer desaparecer a barreira entre o pré-escolar e a escola primária, tornando flexível a passagem para a escolaridade obrigatória*.

Neste Simpósio deu-se particular atenção ao "*Projecto-piloto: A integração do ensino pré-primário e do ensino primário na Holanda*", desenvolvido a partir de 1976. Nele se debateu a preparação que a Holanda estava a fazer tendo em vista a integração da escola pré-primária ou maternal (crianças dos 4 aos 6 anos) e da escola primária (dos 6 aos 12 anos) *numa única e mesma escola básica dos 4 aos 12 anos*, de modo a assegurar uma melhor continuidade no desenvolvimento de cada criança, tendo em consideração que é a maturidade real de cada criança, e não a sua idade, que deve determinar o seu grupo de

referência, o que nada tem a ver com uma mera justaposição ou fusão da educação pré-escolar com o ensino primário (Conselho da Europa, 1979: 21-22).

No Relatório de Síntese do simpósio constata-se que a educação pré-escolar, nos diversos países europeus, apresenta diferenças consideráveis no que diz respeito: – ao início da escolaridade obrigatória (5, 6 ou 7 anos); – na percentagem de crianças que recebem uma educação pré-escolar antes de ingressar no ensino primário (percentagem que varia de 0,3% a 100%); – na formação inicial e contínua do pessoal docente encarregado da educação pré-escolar e do ensino primário; – no conteúdo dos programas e os métodos utilizados ao nível pré-escolar; – na responsabilidade pedagógica e administrativa; – nas dificuldades que levanta a língua da escola que, em muitos países e regiões, difere da língua do seio familiar (Conselho da Europa, 1979: 46). Constata igualmente que a própria terminologia não é igual em todos os países europeus. E recomenda aos governos presentes:

- *Preparação da continuidade quaisquer que sejam as estruturas das escolas:* ◦ *organizem a escolaridade de modo a favorecer a continuidade, nomeadamente o último ano da educação pré-escolar e o primeiro ano do ensino primário;* ◦ *favoreçam na medida do possível, a individualização de certos tipos de aquisições adaptando e integrando as progressões de modo a evitar atrasos globais e eliminar as repetências;* ◦ *assegurem que a complementaridade entre a educação pré-escolar e o ensino primário seja entendida por todos, a todos os níveis, e que a continuidade seja assegurada da melhor forma possível.*
- *Desenvolvimento das crianças:* ◦ *encorajem a investigação que privilegie mais os aspectos evolutivos do que os tradicionais níveis escolares;* ◦ *adaptem os programas e os métodos ao processo evolutivo de desenvolvimento da criança.*
- *Mudança de mentalidades:* ◦ *estimulem a criação de equipas educativas compostas por educadores de infância e professores do ensino primário, investigadores, directores e pais, de a irem concretizando a ligação e a continuidade entre os dois níveis;* ◦ *favoreçam trocas de pontos de vista entre educadores de infância e professores do ensino primário permitindo-lhes discutir os problemas levantados por esta continuidade;* ◦ *formem os professores com uma base sólida e ampla de modo a permitir-lhes esclarecer os pais sobre o que se pretende atingir nas diferentes etapas educativas;* ◦ *esclareçam a comunidade sobre a qualificação dos educadores de infância.* ◦ *abram às famílias as portas das classes pré-escolares e primárias chamando-os a participar mais activamente na vida escolar;* ◦ *informem as famílias sobre os serviços escolares e médico-sociais de que os seus filhos podem beneficiar;* ◦ *coloquem em prática meios que permitam eliminar julgamentos depreciativos no que respeita às actividades pré-escolares e que sobrevalorizem exclusivamente o ensino primário;* ◦ *utilizem os meios de comunicação especializados (revistas pedagógicas, de pais, etc.) e de massas (televisão, rádio, jornais, etc.) para informar e formar o público sobre a relação, a coordenação e a continuidade indispensável entre estes dois níveis.*

- *Formação inicial e contínua:* ° estabeleçam que a formação inicial e contínua dos professores dos dois níveis sejam análogas, ou mesmo comuns, ou que esta formação integre pelo menos períodos de formação comuns; ° incluam na formação dos professores estudos fundamentais de ciências da educação e de prática pedagógica a realizar se possível em diferentes meios; ° incluam temas relacionados com a continuidade dos dois níveis na formação inicial e contínua dos educadores de infância e professores do ensino primário; ° estabeleçam, consoante a situação específica de cada Estado, a prioridade a dar à formação inicial ou à formação contínua dos professores; ° garantam aos educadores que fazem a transição da creche para o jardim de infância uma formação psicopedagógica que também favoreça a continuidade; ° estimulem investigações sobre as necessidades manifestadas pelos professores dos dois níveis.
- *Continuidade, coerência e cooperação* ° intensifiquem e oficializem a cooperação entre os dois tipos de escola através: ° de visitas recíprocas das crianças de jardins de infância a escolas primárias e vice-versa; ° da realização de actividades comuns; ° da realização de visitas recíprocas e de trocas de informação sobre métodos e estratégias pedagógicas realizadas nos dois níveis de ensino das professoras dos dois primeiros anos da escola primária e das educadoras de infância; ° assegurem uma continuidade na programação, realização e avaliação dos estudos realizados nos dois níveis; ° prevejam a mobilidade profissional entre educadores de infância e professores do ensino primário e vice-versa.
- *Organização de um currículo comum para a educação pré-escolar e ensino primário:* ° estabeleçam um currículo para a educação pré-escolar e para o ensino primário como um todo contínuo, partindo de aprendizagens elementares que se integrarão progressivamente em áreas disciplinares e que culminarão mais tarde na categorização de saberes em disciplinas; ° estudem métodos de organização que facilitem a continuidade dos programas.
- *Ambiente e recursos:* ° assegurem na construção de novas instalações e no equipamento dos estabelecimentos escolares um ambiente natural à criança; ° prevejam, especialmente, salas que permitam a constituição de grupos abertos em que as crianças podem movimentar-se consoante o seu nível de desenvolvimento em cada área e que sirvam para a realização de actividades diversificadas, como reuniões de crianças, professores e pais, nomeadamente no que se refere a actividades de lazer.
- *Medidas administrativas:* ° confiem a um só ministério, ao Ministério da Educação, a responsabilidade dos dois níveis (educação pré-escolar e educação básica); ° criem um serviço de coordenação, no caso em que essa integração num só ministério ainda não seja possível.
- *Investigação, informação e orientação:* ° estimulem a investigação-acção sobre o desenvolvimento da criança; ° encomendem investigações que introduzam inovações práticas no conjunto do currículo e encarreguem investigadores da avaliação global do sistema educativo; ° considerem que as investigações têm também como função a formação contínua dos educadores que nelas participam e a orientação psicopedagógica de toda a comunidade educativa.

(Conselho da Europa, 1979: 51-58)

O Simpósio "A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, 2ª parte: a criação da continuidade", (Bournemouth, UK, 1977) teve como objectivo aprofundar três aspectos recomendados pelo Conselho da Europa em 1975: a flexibilidade da passagem da educação pré-escolar para o ensino primário; a maturação das crianças e o seu acesso à escolaridade obrigatória; a elaboração de currículos comuns e aplicáveis a estruturas escolares diferentes.

Neste Simpósio foi salientado que as medidas tomadas para as crianças em idade pré-escolar não têm em conta as necessidades particulares dos pais ou das crianças, daí ter sido dado ênfase a este assunto. Salientou-se ainda que, o estabelecimento e a manutenção do interesse contínuo dos pais são um elemento essencial da continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário e que para haver uma continuidade efectiva entre a educação pré-escolar e o ensino primário, os Estados-membros deveriam: tomar as medidas indispensáveis para permitir o acesso à educação pré-escolar a todas as crianças, no mínimo dois anos antes da escolaridade obrigatória; promover uma educação pré-escolar gratuita e fazer com que existisse um único ministério para estes dois níveis de ensino bem como um currículo comum com vista à continuidade dos dois ciclos. Recomenda também a realização de uma formação inicial e contínua dos educadores de infância e dos professores do ensino primário comuns para que possuam formação análoga e o mesmo estatuto. A interacção entre a família e a escola deverá ser cordial, regular e activa (Conselho da Europa, 1979: 69-10). E recomenda aos governos presentes que desenvolvam um currículo para a educação pré-escolar e para o ensino primário bem com as estratégias para a sua realização:

– Equipamentos pré-escolares:

- *empenhem para que no mais curto espaço de tempo a educação pré-escolar seja acessível a todas as crianças durante pelo menos dois anos antes do início da escolaridade obrigatória;*
- *coloquem à disposição das famílias uma educação pré-escolar gratuita;*
- *estudem todos os meios possíveis para persuadir as famílias no sentido de inscreverem os filhos num estabelecimento pré-escolar durante pelo menos um ano, por exemplo tornando obrigatória a inscrição (sem no entanto tornar obrigatória a frequência) de todas as crianças de 5 anos de idade;*
- *prevejam colocar a educação pré-escolar e a educação básica na tutela do mesmo ministério, uma vez que estas duas fases fazem parte dum mesmo processo contínuo de educação, ou caso tal ainda não seja possível, criar um serviço encarregado de coordenar as actividades de todos os organismos e instituições que se ocupem da educação pré-escolar.*

– Um currículo comum:

- procurem implementar um currículo comum que abranja os ciclos pré-escolar e primário;
- tornem possível à criança, desde a educação pré-escolar e continuando pela educação básica, aprender a conhecer-se, a desenvolver toda a sua personalidade, a consciencializar-se das suas capacidades e a dominar as técnicas correspondentes ao seu nível de desenvolvimento;
- proporcionem à criança a possibilidade de, na educação básica, consolidar as técnicas fundamentais de aprendizagem adquiridas na educação pré-escolar;
- determinem em função da sua situação nacional: a) um limiar de maturidade (sem rigidez) a atingir por todas as crianças antes de entrarem nas aprendizagens escolares propriamente ditas; b) estabeleçam um conjunto de conhecimentos e de técnicas que as crianças deverão dominar antes de frequentarem a educação básica.

– Elaboração conjunta dos currículos:

- encorajem a elaboração conjunta de currículos para a educação pré-escolar e para o ensino primário, tendo em vista a integração dos dois ciclos;
- permitam a participação de professores e pais dos dois ciclos e a outras pessoas e ou organizações interessadas em participar activamente na elaboração do currículo e posteriormente no processo de reforma;
- forneçam, em caso de necessidade, a ajuda de pessoas habilitadas para a elaboração e melhoria dos currículos;
- encorajem os responsáveis a estabelecer um currículo que procure favorecer todos os aspectos do desenvolvimento da criança e que tenha em conta particularmente: 1) as relações que eles estabelecem entre eles próprios, os seus pares e os adultos que tratam deles; 2) a sua experiência e a exploração do meio; 3) a sua crescente compreensão dos valores e das regras sociais; 4) o domínio progressivo das técnicas motoras e instrumentais.

– Reforço da continuidade:

- encorajem os professores no sentido de encontrarem estratégias que favoreçam a aprendizagem, por exemplo através da experiência, pelo jogo e exploração, por actividades livremente escolhidas, por ensino individualizado e trabalho de grupo de composição diferenciada consoante os objectivos a atingir;
- zelem para que a concepção de novas construções escolares permita acolher métodos diversos de ensino e aprendizagem;
- encorajem a produção de materiais de ensino destinados a facilitar a utilização de métodos de aprendizagem referidos anteriormente.

– Formação dos professores:

- prevejam a inclusão de um elemento comum na formação de educadores de infância e professores da educação básica a fim de os familiarizar com as etapas de desenvolvimento da criança ao longo das duas fases e de lhes fazer compreender os objectivos e os métodos dos dois ciclos (dos 4 aos 6 anos e dos 6 aos 8 anos);
- prevejam a prossecução deste processo de familiarização sobretudo através da formação contínua;
- prevejam a mobilidade profissional entre educadores de infância e professores do ensino primário e vice-versa;

- *assegurem que os professores dos dois ciclos se reconheçam como tendo o mesmo estatuto profissional.*
- *Avaliação das medidas tomadas nos diferentes países:*
 - *avaliem as vantagens e desvantagens dos diversos sistemas, em função dos objectivos delineados a longo prazo, no que respeita:*
 - *à formação e título académico dos professores,*
 - *os efectivos das turmas,*
 - *a utilização de pessoal auxiliar,*
 - *o equipamento e os recursos.*
- *Continuidade entre a família, a escola e a comunidade:*
 - *analise como se poderão coordenar os esforços dos diversos organismos sociais e de assistência, da escola e da família, numa relação de respeito mútuo;*
 - *promovam contactos regulares entre a escola e os pais a fim de favorecer o estabelecimento de relações cordiais entre eles, ao longo dos anos em que as crianças permanecem nos estabelecimentos pré-escolares e primários;*
 - *concebam os meios que permitam informar pais e público em geral sobre os problemas da educação e das escolas locais em particular, através da rádio, televisão, imprensa, comunicações locais, reuniões de pais ou reuniões públicas;*
 - *implementem métodos que permitam a participação activa dos pais na educação dos seus filhos;*
 - *encorajem os pais, os professores, os psicólogos, os pediatras, os técnicos de serviços sociais e outros adultos a apreciar, a compreender e a assumir os respectivos papéis;*
 - *encorajem a elaboração de programas educacionais destinados aos pais do futuro sobre o desenvolvimento da criança e das interacções sociais, a desenvolver nos últimos anos do ensino secundário;*
 - *deleguem a coordenação da acção das diversas categorias de adultos a uma instância ou pessoa (director de escola, inspector, conselheiro ou administrador) capaz de sensibilizar e de dirigir os diferentes parceiros no apoio permanente que se espera que dêem à escola e às crianças.*

(Conselho da Europa, 1979, 103-109).

No Simpósio sobre "A educação pré-escolar dos filhos dos migrantes" (Berlim, Alemanha, 1976) foram abordados os factores que influenciam a integração dos filhos de migrantes na educação pré-escolar, tendo estes sido identificados como sendo de ordem social e de ordem psicológica relacionada com a migração (sendo o segundo factor uma consequência do primeiro). Quanto à integração das crianças migrantes nas instituições de educação pré-escolar foram discutidos alguns factores que era preciso ter em consideração para melhor responder às necessidades das crianças e dos pais migrantes ao nível da educação pré-escolar, tais como: "a diferença entre os costumes do país de origem e o país de acolhimento (calendário de festas, religião, alimentação, etc.); as diferenças linguísticas entre a língua falada em casa e a língua utilizada nos jardins de infância; as atitudes possíveis da mãe e do pai da criança perante as da instituição pré-escolar e as da educadora de infância; e

que antes da entrada da criança na educação pré-escolar, os pais deverão ser informados e preparados para a transição família – escola. Reflectiram também sobre a forma como a educação pré-escolar pode ajudar as crianças dos trabalhadores migrantes e às suas famílias a tornarem-se membros integrados na comunidade que os acolhe, conservando contudo os laços sólidos com a cultura dos seus países de origem (Conselho da Europa, 1979: 119-164).

O exposto no simpósio de Berlim sobre integração das crianças filhas de trabalhadores migrantes na educação pré-escolar foram ricas e diversificadas, destacando-se de entre os pontos de vista dos participantes a importância e sensibilidade do respeito humano nas relações entre as famílias migrantes e a complexidade de alguns problemas têm que ter por base as pesquisas a desenvolver antes de pretender soluções satisfatórias. E recomenda:

- 1. Lugar das crianças migrantes na educação pré-escolar: 1.1. Não é do interesse das crianças migrantes que se criem secções especiais nos estabelecimentos pré-escolares; por outro lado, as medidas em seu favor devem ser tidas em conta por toda a instituição de educação pré-escolar. 1.2. E todas as medidas a tomar pela instituição de educação pré-escolar devem ter em conta as crianças migrantes: currículo e reformas escolares, elaboração dos programas e dos horários, regulamentos e legislação, formação dos professores, etc.*
- 2. Natureza do pessoal das instituições pré-escolares: O pessoal que trabalha em instituições de educação pré-escolar deve ser constituído por equipas pedagógicas polivalentes: estas devem trabalhar harmoniosamente com o mesmo objectivo que deverá ser a interpenetração entre o meio familiar e o meio escolar.*
- 3. Tarefas da equipa pedagógica. É importante que o pessoal da educação pré-escolar: 3.1. Ofereça às crianças um ambiente afectuoso em que se ocupem delas e em que se lhes garanta a oportunidade de participar em actividades que favoreçam um desenvolvimento integral, nos domínios físico, social, psicológico e afectivo. 3.2. Eduque e informe os pais sobre a instituição pré-escolar, mas também recolha informações dos pais, da sua situação cultural, atitudes, objectivos pedagógicos e processos educativos, para melhor os conhecer, numa comunicação interpessoal, com o objectivo de alargar o universo da criança sem a distanciar dos seus pais e, à medida que ela vai crescendo, sinta que pais e professores têm como objectivo comum os seus interesses pessoais. 3.3. Conheça e eventualmente formule os objectivos da educação básica e esteja à altura de traduzi-los em actividades concretas constituindo o programa da educação pré-escolar. 3.4. Assuma a responsabilidade de ajudar os pais a resolver os problemas sociais que encontram no país de acolhimento. O pessoal poderia servir de intérprete cultural e constituir uma ligação efectiva entre as duas culturas. 3.5. Procure desenvolver a sua própria sensibilidade e o seu sentido de responsabilidade em relação aos outros, especialmente em relação aos pais estrangeiros. 3.6. Considere a criança como indivíduo, membro de um*

grupo, e trate-a como tal. 3.7. Procure que as crianças adquiram os pré-requisitos necessários, com vista às aprendizagens mais sistemáticas que as esperam na escola primária. 3.8. Conheça certos procedimentos administrativos, como por exemplo contactar as autoridades competentes na sociedade de acolhimento ou na dos migrantes.

4. Colaboração de uma pessoa do país de origem na equipa pedagógica: 4.1. A equipa pedagógica poderia ser alargada com a integração de uma pessoa do país de origem, na qualidade de psicólogo, trabalhador social ou professor de apoio, com a confiança de ambas as partes para favorecer as relações da instituição pré-escolar com as crianças e os pais. Quando se trata de um professor, as suas actividades deverão complementar as dos outros professores (por exemplo explicar em língua materna o que foi ensinado na aula na língua utilizada no país de acolhimento). 4.2. A simples presença, na escola durante o dia, de um dos pais migrantes pode ajudar a desbloquear completamente a situação.
5. Formação do pessoal de educação pré-escolar: 5.1. A formação dos professores responsáveis pela educação de crianças migrantes deveria ser igual à que é requerida para a das crianças autóctones ou mais completa ainda: devendo ser dada importância ao fenómeno migratório comparado, aos preconceitos e discriminações, aos aspectos culturais e à protecção social. 5.2. A preparação do pessoal deve ser o mais ampla possível tendo em conta as funções dos educadores de infância, pedindo-se-lhes uma preparação nos seguintes domínios: ◦ preparação para trabalho de equipa com outras pessoas e colaboração com outros organismos; ◦ preparação para trabalho de carácter social nomeadamente com pais (organização de aconselhamento para pais de crianças migrantes, visitas a famílias migrantes, acolhimento e colaboração passageira durante a aula de um familiar da criança migrante, conhecimento das dificuldades que podem surgir nessas famílias); ◦ formação (inicial ou contínua) ou pelo menos informação no domínio da língua e da cultura materna das crianças migrantes... 5.3. É conveniente que todos os professores estejam preparados para acolher crianças migrantes na sua sala.
6. Intercâmbio de professores: 6.1. O intercâmbio de professores poderia ser mais explorado com vantagem para todos e também para os professores dos países de origem que beneficiariam de reciclagens no seu país. 6.2. Não é suficiente que a preparação dos professores de crianças migrantes seja feita só no país de acolhimento ou só no país de origem. Para ser eficaz, é necessário que haja cooperação e concertação entre os dois países. 6.3. Os professores dos países de emigração deveriam ter uma formação semelhante à que é requerida nos países de acolhimento. E deveriam possuir conhecimentos básicos da língua do país de acolhimento para poderem trabalhar com os professores deste país. 6.4. O país de acolhimento deveria disponibilizar medidas que permitissem aos professores do país de origem desenvolver os seus conhecimentos, talvez através de formação em serviço. 6.5. O país de acolhimento deverá tomar medidas adequadas para colocar professores dos países de origem no sistema educativo do país de acolhimento e garantir-lhes a formação necessária. 6.6. Sem pretender que haja um currículo específico para as crianças em idade pré-escolar, torna-se necessário desenvolver actividades educativas que permitam à criança crescer no meio de duas culturas de um modo pelo menos satisfatório

(por exemplo, as festas dos países de origem devem ser comemoradas na escola por todos, etc.). 6.7. A colaboração entre os países de acolhimento e de origem é necessária também para a elaboração de material didáctico adaptado às necessidades das crianças em idade pré-escolar (arte, livros, programas, rádio, televisão, etc.).

7. Colaboração de estudantes dos países de origem: Para colmatar a falta de colaboradores competentes, os países de origem poderiam pedir a colaboração de estudantes em línguas modernas...
8. Deontologia: Seria conveniente introduzir numa "deontologia internacional dos educadores" o espírito de solidariedade intercultural que desse à educação um sentido pleno de humanidade.
9. Contactos entre a escola e os pais de crianças ainda não escolarizadas: Várias estratégias podem criar um clima de confiança e encorajar os pais a inscrever os filhos numa instituição pré-escolar:
 - antes da partida, no país de origem, a entrega de documentação e informação aos pais pelos serviços de imigração do país de acolhimento;
 - os serviços sociais e de mão de obra estrangeira dos países de acolhimento;
 - as associações de pais criados ao nível da empresa onde o pai trabalha;
 - as associações de migrantes existentes nos países de acolhimento;
 - os dias abertos com "entrada livre".
10. Cooperação com a família:
 - 10.1. Onde não existem, seria conveniente criar serviços sociais escolares e associações de pais.
 - 10.2. A cooperação com os pais na educação da criança em idade pré-escolar deve ser encorajada e todas as medidas possíveis devem ser postas em prática para desenvolver essa cooperação; por exemplo acolhimento aos pais ao fim da tarde ou ao fim de semana, visitas à escola durante o dia, visitas ao domicílio, etc.
 - 10.3. O horário de atendimento deve ser concertado entre o pessoal e os pais de acordo com as possibilidades de ambas as partes.
 - 10.4. Os pais das crianças migrantes deveriam ter a possibilidade não só de obter ajuda, informação e hospitalidade mas também de contribuir positivamente dando a conhecer a sua cultura e deste modo desempenhar um papel mais activo no processo de integração dos seus filhos.
 - 10.5. O estabelecimento pré-escolar deverá oferecer aconselhamento aos pais de forma que o processo de socialização ou de educação da criança não provoque conflitos no seio da família ou nas relações desta com o estabelecimento.
 - 10.6. Os empregadores no país de acolhimento deveriam ter em consideração as necessidades da família dos seus empregados. Por exemplo, quando um dos pais precisa de meter baixa devido a problemas de saúde do seu filho, não deveria ter medo de ser despedido por isso.
 - 10.7. Desde que os pais estejam de acordo, a instituição pré-escolar deveria pedir a colaboração de organizações dos migrantes.
 - 10.8. Os serviços sociais dos países de acolhimento e dos países de origem deveriam estar à disposição dos serviços pré-escolares para os ajudar a estabelecer e a manter contactos com as famílias das crianças migrantes, e toda a cooperação entre estes serviços deveria ser encorajada.
 - 10.9. Deveria existir uma cooperação efectiva entre as organizações culturais do países de origem e de acolhimento para desenvolver e melhorar as medidas tomadas a favor das crianças em idade pré-escolar.
 - 10.10. As escolas, as autoridades responsáveis e os pais deveriam poder obter das instâncias competentes os serviços de tradutores e intérpretes.

11. *Respeito pelas convicções e tradições religiosas das família. Na relação educativa, convém manter o maior respeito e a maior compreensão pelas convicções e tradições religiosas das crianças e suas famílias.*
12. *Atitude perante a língua de ensino utilizada no ensino* 12.1. *Recomenda-se que se respeite os desejos dos pais e, se eles desejarem e na medida do possível, se assegure aos mais pequeninos uma educação pré-escolar na língua materna e desenvolva gradualmente um bilinguismo com base numa relação bicultural.* 12.2. *É mais importante desenvolver na criança todos os seus meios de expressão e comunicação e oferecer-lhe um clima propício a um desenvolvimento harmonioso e às aquisições fundamentais do que valorizar acima de tudo a expressão verbal: antes de mais, é preciso evitar que a criança recuse a palavra na medida em que lhe imponham como a única forma de se exprimir. A aprendizagem de uma língua apoia-se sempre na maturidade intelectual e afectiva e é necessário saber esperar ou suscitar uma e outra.*
13. *Medidas a ser tomadas ao nível da organização escolar* 13.1. *A educação pré-escolar deve estar interligada com o ensino primário e quando dependa da competência de autoridades diferentes, conviria que se estabelecesse entre elas uma ligação efectiva.* 13.2. *É necessário um crescimento considerável de equipamentos de creches modernas que possam oferecer um ambiente estimulante e nas quais exerça funções um pessoal bem informado sobre o desenvolvimento global da criança. Nos casos de recurso a amas, é necessário um controlo efectivo das condições de vida e educação dessas crianças; e que às amas seja requerida uma formação mínima. Seria conveniente que fossem da mesma nacionalidade das crianças de que tomam conta.* 13.3. *O número de crianças inscritas por sala pré-escolar nunca deve ultrapassar vinte e, nalguns casos, dez crianças, sobretudo quando há crianças migrantes que ainda não falam a língua do país de acolhimento.* 13.4. *Os horários do pessoal deveriam ter em conta a necessidade de permitir aos professores o tempo necessário para realizar contactos com as crianças e os seus pais.*
14. *Estatuto social dos migrantes* 14.1. *Deve-se evitar a confusão entre nacionalidades e etnias diferentes para respeitar a identidade cultural própria de cada criança.* 14.2. *Deve-se distinguir também entre migração sócio-económica e migração política, devido às consequências no estatuto profissional e sociocultural destes trabalhadores e nas suas condições de inserção social e da sua família.* 14.3. *Solicita-se que os migrantes tenham no plano do direito internacional as garantias que confere o estatuto das minorias.*
15. *Investigação* 15.1. *Para evitar o insucesso na educação das crianças migrantes (falta de integração, semilinguismo, semiculturalismo), conviria desenvolver a investigação – por exemplo no que respeita à língua materna, os mecanismos do pensamento e de expressão da criança em idade pré-escolar, etc.* 15.2. *As investigações realizadas no domínio da educação pré-escolar deveriam solicitar a participação activa dos elementos do pessoal pré-escolar.* 15.3. *Parece indispensável que todo o trabalho de pesquisa desta natureza seja realizado por uma equipa pluridisciplinar composta não apenas por professores e investigadores do país de acolhimento mas igualmente por pessoas do país de origem, sendo as despesas financiadas pelo país de acolhimento.* 15.4. *As investigações, no domínio psicopedagógico nomeadamente, deveriam beneficiar*

da colaboração de psicólogos dos países de origem (escolha de testes e interpretação dos resultados). 15.5. Investigações (com observação atenta e prolongada) sobre comportamentos espontâneos de crianças de diferentes etnias em meio pré-escolar poderiam levar-nos a compreender a origem e a causa desses comportamentos e a determinar a maneira como uma pedagogia adaptada poderia fazê-las evoluir para mudanças frutuosas. 15.6. Constata-se que estereótipos influenciam as atitudes quer das populações que acolhem quer das populações acolhidas.

(Conselho da Europa, 1979: 154-164).

O Simpósio sobre "A educação pré-escolar nas regiões de fraca densidade populacional" (Storlien, Suécia, 1977) teve por objectivo: estudar os dispositivos pré-escolares das regiões com fraca densidade populacional nos Estados-Membros do Conselho de Cooperação Cultural; identificar, tendo em conta variáveis práticas, sociais, tradicionais e culturais, os problemas que surgissem desde a criação de dispositivos pré-escolares nessas regiões e identificar os melhores métodos e os mais eficazes na implantação destes dispositivos (Conselho da Europa, 1979: 195). O Conselho de Cooperação Cultural considerou que todas as crianças têm o direito de usufruir da educação pré-escolar como complemento da educação familiar e como meio de reduzir as desigualdades qualquer que seja a sua origem pelo que, a educação pré-escolar, deve adaptar-se às necessidades específicas de cada criança. Deste modo, o Conselho da Europa recomendou aos Estados-Membros a implementação de instituições de educação pré-escolar nas regiões de fraca densidade populacional, adaptando-as às necessidades específicas de cada grupo de crianças, assegurando a salvaguarda e o desenvolvimento da cultura local ao mesmo tempo que se deve dar a conhecer e a respeitar outras culturas e recomendou também aos Estados-Membros que considerassem como essencial a cooperação com a escola primária ao mesmo tempo que os encorajava a que a tornassem efectiva:

- *Assegurem a existência de instituições pré-escolares nas regiões de fraca densidade populacional.*
- *Adaptem os dispositivos pré-escolares às necessidades específicas de cada grupo de crianças, assegurem a salvaguarda e o desenvolvimento da cultura local e encaminhem os alunos no sentido de conhecerem e respeitarem outras culturas.*
- *Estabeleçam ou desenvolvam uma coordenação efectiva entre os recursos e os serviços existentes nas regiões de fraca densidade populacional para ajudar os pais e as crianças a manter e a melhorar as relações construtivas no interior da família e da comunidade.*
- *Integrem todas as medidas tomadas para beneficiar as crianças desde o*

nascimento até à idade escolar num quadro mais geral de apoio a cada família e ao conjunto da pequena comunidade.

- Organizem a educação pré-escolar tendo em consideração as necessidades fundamentais de cada criança e as necessidades criadas pelo seu meio.*
- Coordenem todos os dispositivos concebidos para as regiões de fraca densidade populacional numa estreita associação realizada entre os pais, as crianças, os educadores de infância, a comunidade local e os responsáveis pelos meios educacionais.*
- Em vez de se procurar suprimir as diferenças entre as crianças de diversos meios geográficos, se conjuguem esforços no sentido de encorajar e ajudar cada criança a realizar as suas potencialidades pessoais.*
- Empreendam uma análise pormenorizada dos traços distintivos das regiões rurais para poder elaborar uma lista dos meios indispensáveis à promoção da educação pré-escolar nas regiões rurais de todos os Estados membros.*
- Continuem sem parar os esforços despendidos para fazer compreender ao público em geral e à administração a importância dos primeiros anos e da educação pré-escolar sobretudo em regiões rurais.*
- Assegurem os cuidados e forneçam os recursos necessários à educação pré-escolar das crianças que sofram de deficiências específicas.*
- Dêem particular atenção às diversas incidências do transporte das crianças em idade pré-escolar à luz das suas necessidades essenciais.*
- Que a educação pré-escolar não tire a criança do seu meio e seja ministrada o mais próximo possível do seu domicílio.*
- Que os adultos encarregados de educação da criança sejam capazes de compreender e partilhar a cultura da criança.*
- Que os estabelecimentos pré-escolares das regiões de baixa densidade populacional encontrem meios para conseguir a participação activa dos pais.*
- Providenciem para que os educadores tenham uma formação e qualificação de nível superior.*
- Dotem as escolas rurais de professores que tenham exercido anteriormente funções em regiões menos isoladas.*
- Favoreçam a formação contínua de todos os educadores que trabalhem em zonas rurais.*
- Preparem os educadores para apreciar o valor pedagógico dos jogos educativos e para explorar os materiais naturais disponíveis na região.*
- Seja garantida aos professores das escolas rurais uma formação que lhes permita ocuparem-se dos problemas dos seus alunos que não possam ser assegurados por outros serviços.*
- Sensibilizarem os responsáveis pela concepção de instalações e equipamentos novos ou remodelados para os limites e possibilidades dos materiais a utilizar.*
- Adoptem nas regiões rurais modelos de dispositivos pré-escolares caracterizados pela simplicidade e o emprego imaginativo dos recursos existentes e associem activamente os professores e os pais na concepção desses dispositivos.*
- Encorajem ou instituem um serviço pré-escolar completo em relação directa com as necessidades das crianças, das famílias e dos professores da região considerada, se necessário com o apoio de ensino ou emissões a distância.*

- Acompanhem as experiências neste domínio com um controlo minucioso, mas adaptado ao contexto.
- Procurem que os trajectos não cansem as crianças.
- Tenham particular cuidado com os momentos de espera para evitar acidentes e de modo que as deslocações enriqueçam a experiência educativa da criança.
- Apoiem investigações neste domínio ainda mal conhecido.
- Considerem a cooperação dos jardins de infância com as escolas primárias como essencial.
- Para facilitar esta cooperação, coloquem todo o pessoal interessado sob a responsabilidade das mesmas autoridades educativas locais ou regionais.
- Em conclusão, o simpósio recomenda ao Conselho de Cooperação Cultural para continuar a ocupar-se activamente sobre a educação pré-escolar e a assegurar a recolha e a difusão de informações nos Estados membros de forma que os trabalhos do projecto pré-escolar continue a desenvolver-se.

(Conselho da Europa, 1979: 220-226).

Como *síntese do projecto "educação pré-escolar"* foi redigido em Outubro de 1977 pelo Grupo de Coordenação da Educação Pré-escolar e Ensino Primário do CCC/CE o documento denominado *"Parecer sobre a educação pré-escolar na Europa: as grandes prioridades"*, que constitui as conclusões deste primeiro grande projecto do Conselho da Europa sobre "educação pré-escolar":

*1. As experiências da criança antes do início da escolaridade obrigatória influenciam de maneira decisiva o decurso da sua posterior escolaridade. Grande parte das aquisições, sobre as quais se fundamentará a aprendizagem posterior, é adquirida antes da sua entrada para a escola primária. O enquadramento da vida na sociedade moderna está longe de ser ideal para muitas famílias e crianças e pode afectar-lhes o desenvolvimento. Os pais têm cada vez mais necessidade de ajuda para educar os filhos durante os primeiros anos. Ora, esta ajuda pode ser prestada em grande parte por serviços de educação pré-escolar que continuem o ambiente familiar e possibilitem que todas as crianças possam beneficiar de actividades educativas ricas e variadas com outras crianças sob a direcção de adultos qualificados. Recomenda-se aos Estados membros que dêem uma prioridade elevada às medidas destinadas a **assegurar a todas as crianças uma educação pré-escolar gratuita durante pelo menos dois anos antes de atingirem a idade da escolaridade obrigatória.***

*2. As crianças de idade pré-escolar fazem de todas as situações, em casa, na escola ou nos outros locais da comunidade, ocasiões de aprendizagem e a relação com os adultos que delas se ocupam, sobretudo os pais, desempenha um papel importante no seu desenvolvimento. Para que a aprendizagem da criança não seja truncada, mas contínua e evolutiva é **necessário que a educação pré-escolar permita à criança adquirir uma experiência complementar à que lhe oferecem a casa e a comunidade e que entre os pais e as pessoas que dela se encarregam se estabeleça uma relação de cooperação.*** i. A planificação e a organização da educação pré-escolar devem responder às necessidades das famílias e ter em conta as referências de vida das

crianças. Para isso, é essencial que os pais e as outras pessoas ou organizações da comunidade intervenham activamente nos métodos pedagógicos aplicados pela escola e na sua modificação para satisfazer as exigências de uma sociedade em mutação. ii. Durante a formação deve chamar-se a atenção dos docentes para o papel da família, da comunidade e da escola no desenvolvimento da criança; e convém que achem que as relações com os pais devem ser de cooperação. iii. *Durante toda a duração da educação pré-escolar e do ensino primário é necessário tomar medidas de ordem prática para encorajar os pais a interessarem-se e a participarem nas actividades escolares dos filhos e para encorajar os docentes a participarem na vida da comunidade.*

3. A educação pré-escolar constitui uma etapa do processo contínuo que é o desenvolvimento da criança. As noções e atitudes adquiridas na educação pré-escolar devem ser consolidadas durante os anos da escola primária. Isso implica, a adopção de objectivos, métodos e programas comuns à educação pré-escolar e ao ensino primário, não querendo de modo algum significar que a educação pré-escolar deve ter como finalidade preparar as crianças para as exigências do ensino primário. Pelo contrário o ensino primário deve realizar as reformas necessárias para que as suas pedagogias sejam centradas na criança como se faz tradicionalmente na educação pré-escolar.

Para eliminar as barreiras que possam existir entre a educação pré-escolar e o ensino primário, é necessário proceder-se a uma integração administrativa, física, pedagógica e profissional. i. **É desejável submeter a educação pré-escolar e o ensino primário à mesma tutela administrativa, no Ministério da Educação, uma vez que se trata de duas etapas do mesmo processo contínuo de educação.** Quando a integração dos dois sectores não é possível, torna-se necessário prever procedimentos com vista a reunir os responsáveis da educação pré-escolar e do ensino primário para uma negociação das políticas comuns. ii. **A educação pré-escolar e o ensino primário devem, tanto quanto possível, estar agrupados no mesmo local** de modo que as crianças que entram para o ensino primário continuem num contexto e ambiente que lhes são familiares. iii. **Os princípios da educação pré-escolar e do ensino primário devem ter em conta todos os aspectos do desenvolvimento da criança,** como os conhecemos actualmente: o desenvolvimento da sua personalidade, as relações com as outras crianças e com os adultos, a aquisição progressiva de aptidões físicas, sociais e verbais e o conhecimento progressivo do meio em que vive. A organização, os programas e os métodos de ensino devem ser suficientemente flexíveis para permitirem a cada criança uma aprendizagem ao seu próprio ritmo, sem cortes rígidos entre as diferentes etapas. É necessário ajudar os professores a reconhecerem as características das diferentes fases de desenvolvimento da criança a fim de lhes permitir prever possibilidades de aprendizagem adaptadas a cada um deles. iv. É necessário tomar medidas para **acabar com as barreiras entre educadores de infância e professores do ensino primário.** Estas categorias de profissionais da educação deveriam receber uma **formação de base comum, correspondente à escolaridade da educação pré-escolar à escola primária** e mais tarde poderem seguir uma formação contínua com o objectivo de favorecer uma compreensão mútua. É necessário desenvolver a cooperação profissional

oferecendo aos educadores de infância remunerações, condições de trabalho e de progressão iguais às dos docentes do primário, sem discriminação de sexo.

4. Um dos grandes objectivos da educação pré-escolar é reduzir as desigualdades entre as crianças. É necessário dar prioridade às crianças desfavorecidas no plano da educação, às que não podem passar sem educação pré-escolar e às que precisam de métodos pedagógicos especiais. i. As crianças podem ser consideradas desfavorecidas quanto à condição de vida do seu meio familiar (fracos rendimentos, desleixo, problemas familiares, casa pequena, etc.). É conveniente tomar medidas para permitir a estas crianças que frequentem a educação pré-escolar e encorajar as famílias a que as enviem. Só na mútua cooperação de pais e professores, se compreenderão as dificuldades que as crianças têm em casa e na escola e se poderão apoiar mutuamente. É preciso segui-los de perto, para detectar eventuais dificuldades na aprendizagem e na linguagem e ajudar especialmente a ultrapassar as dificuldades de comunicação. É necessário também reduzir as desvantagens provenientes de preconceitos sociais ou da discriminação entre sexos. ii. Certas crianças apresentam incapacidades físicas ou problemas de comportamento que podem ser detectados precocemente pelo educador de infância ou pelos serviços médicos e psicológicos. É necessário providenciar para que estas crianças possam usufruir da educação pré-escolar que deve ser concebida de modo a compensar a sua incapacidade. iii. Os filhos dos trabalhadores migrantes são duplamente desfavorecidos no plano da educação: conhecem mal a língua do país onde estão a ser escolarizados; e desconhecem os valores culturais e as convenções que regulam o comportamento na escola. Para estas crianças, o objectivo deve ser a integração no país de acolhimento, pelo ensino da língua e da cultura deste, mas ao mesmo tempo devem ser encorajados a conservar a sua língua e identidade cultural. A educação pré-escolar multicultural pode favorecer a integração precoce destas crianças. É necessário informar os trabalhadores migrantes sobre as várias possibilidades oferecidas, incitá-los a aproveitá-las e preparar os professores para acolherem os filhos dos migrantes. Medidas especiais podem-se impor, tais como o recrutamento de pessoal do país de origem e a criação duma unidade de ensino de línguas. iv. Nas regiões de fraca densidade populacional, raramente é possível prever uma educação pré-escolar de acordo com as normas; também as crianças e as famílias dessas regiões correm o risco de serem privados da possibilidade de lutar contra o isolamento e a estreiteza dos seus horizontes participando em actividades pré-escolares colectivas. Devem ser tomadas medidas para assegurar a educação pré-escolar no quadro de projectos de cooperação intermunicipais, recorrendo a educadores itinerantes, criando grupos de jogos locais, equipando autocarros especiais, realizando visitas domiciliárias e utilizando a rádio e a televisão. Mas não basta tornar a educação pré-escolar acessível a estas crianças, é necessário preocupar-se também com o tipo de actividades pedagógicas de que elas precisam.

5. A investigação pode desempenhar um papel extremamente útil para controlar o desenvolvimento da educação pré-escolar. Estudos fundamentais, abrangendo todos os aspectos da primeira infância, fornecem elementos essenciais para a concretização dos objectivos e dos métodos de

trabalho da educação pré-escolar. Para que esta se possa adaptar às exigências duma sociedade em mudança, é necessário conhecer bem as condições de vida das crianças e as necessidades em matéria de equipamentos pré-escolares. Os estados membros deveriam ver esta investigação como uma parte integrante da planificação da educação pré-escolar.

(Conselho da Europa, 1979: 235-238).

O primeiro *projecto "educação pré-escolar"* do Conselho da Europa fez ressoar pela Europa fora, em 1979, que os Estados Membros tomassem as medidas necessárias para que:

- *todas as crianças possam aceder à educação pré-escolar gratuita pelo menos dois anos antes da entrada na escolaridade obrigatória;*
- *a experiência da educação pré-escolar seja pacífica para a criança pela percepção da cooperação entre a casa e a comunidade, os pais e os educadores;*
- *educação pré-escolar constitua uma etapa do processo contínuo que é o desenvolvimento da criança, devendo os conhecimentos e as aptidões nela adquiridos ser consolidados na escola primária;*
- *educação pré-escolar e a escola primária devam estar na tutela do Ministério da Educação;*
- *educação pré-escolar e a escola primária devam estar agrupadas no mesmo edifício;*
- *os educadores de infância e os professores do ensino primário devam ter uma formação comum;*
- *a investigação neste domínio seja a mais importante forma de controlar o desenvolvimento da educação pré-escolar.*

Em 1979, declarado Ano Internacional da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa promoveu a conferência internacional intitulada "Do nascimento até aos 8 anos de idade: a criança na sociedade europeia dos anos 80" e publicou o livro *Les grandes priorités de l'éducation préscolaire*, para dar a conhecer as conclusões do *projecto "educação pré-escolar"*, que terá seguimento em 1981, em Lisboa, na 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa.

Em 1981, a 3 e 4 de Junho de 1981, em Lisboa, a 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, subordinada ao tema "*Statement on Education of the three to eight years-old*"

/"Déclaration sur l'éducation des enfants de trois à huit ans"/"Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos", identifica alguns objectivos a ser alcançados pelos Estados-membros neste nível de educação. Devido à acuidade do tema abordado nesta conferência para esta investigação, achamos pertinente transcrevê-la na íntegra.

1. O valor da educação pré-escolar

1.1. O período dos 3 aos 8 anos é decisivo no desenvolvimento de todas as crianças. *É a fase mais activa do seu acordar para o seu mundo e para a sua cultura. É um estágio de rápida aprendizagem social e relacionamento. É também geralmente o período em que as crianças adquirem as capacidades básicas da comunicação linguística e cálculo que são essenciais para levar uma existência normal e frutuosa na sociedade moderna. A igualdade de oportunidades e as possibilidades de expressão, de autodeterminação e o desempenho de um papel importante na sociedade dependem muito da educação – no sentido mais abrangente do termo – recebida na primeira infância. É, assim, o dever dos pais e da sociedade como um todo assegurar tal educação na escola e fora dela com um cuidado extremo.*

1.2. Os estabelecimentos pré-escolares têm um papel indiscutível no desenvolvimento harmonioso das crianças, além de prestarem um serviço importante à sociedade com a **função de guarda das crianças cujos pais trabalham fora de casa.** *Sem retirar aos pais o papel que têm na educação das crianças, os estabelecimentos pré-escolares proporcionam a oportunidade única destas se encontrarem e aprenderem umas com as outras e com outros adultos, adquirirem novas experiências sociais e culturais que as preparam para a escolaridade futura e para o seu desenvolvimento físico, mental e afectivo. Em muitos casos a pré-escola pode ainda proporcionar alguma integração às crianças com incapacidades físicas ou culturais. E permitir aos filhos de emigrantes a familiarização com as condições sociais e culturais do país que os acolhe antes da escolaridade obrigatória.*

1.3. Na maioria das nossas sociedades modernas temos vindo a criar condições físicas e sociais (pequenas famílias nucleares, ou famílias monoparentais, e casas isoladas no meio urbano, células parentais restritas, rodeadas de carros e de outros perigos físicos) nas quais a criança cresce sem o estímulo dos contactos exteriores disponíveis nas instituições pré-escolares podendo sofrer de graves privações sociais e intelectuais. *Nestas circunstâncias é essencial que os estabelecimentos pré-escolares tenham as condições adequadas e se desenvolvam o mais rapidamente possível de modo a estarem disponíveis para todas as crianças.*

1.4. A educação pré-escolar, por razões sociais e educacionais, desenvolveu-se de tal forma (independentemente de como está organizada) que se tornou um dado adquirido para os pais das crianças com idade inferior à escolaridade obrigatória. Com este desenvolvimento, a política de educação em relação ao sector pré-escolar precisa de ser revista em conjunto com os primeiros anos de escolaridade primária e todos os outros aspectos de política que afectam (directa ou indirectamente) as crianças pequenas e suas famílias.

1.5. Por estas razões é apropriado à luz das várias experiências europeias que esta conferência examine o papel específico da educação pré-escolar e a sua interacção

com a educação escolar obrigatória. Esta difere evidentemente de país para país, de acordo com a natureza e extensão da provisão pré-escolar e com a idade de início da escolaridade obrigatória. Considerações sobre os diferentes sistemas podem demonstrar os riscos e as oportunidades relevantes para todos. Os princípios gerais de uma boa educação para este grupo etário foram identificados por pesquisas e incorporados em relatórios políticos; contudo, as soluções encontradas na prática nem sempre estão relacionadas com estes princípios e políticas.

2. Pré-escola para todos

2.1 A maioria dos países pretende manter a educação pré-escolar como não-obrigatória uma vez que, quando existem estes estabelecimentos, uma grande percentagem de crianças os frequenta. Contudo, em alguns países a educação pré-escolar é abrangente e regulamentada na legislação nacional; em alguns países **a questão tem sido posta de forma a saber se a educação pré-escolar não deve ser alargada a todas as crianças, e mesmo**, em situações em que a percentagem do grupo etário que a frequenta é superior a 90%, se ela não deve tornar-se **obrigatória**, por exemplo com uma descida gradual da idade de início da escolaridade obrigatória. Há países que já têm legislação neste sentido. Tal desenvolvimento tem como objectivo **proteger a pequena percentagem de crianças que resta** (na maioria das vezes precisamente as que mais precisam de educação pré-escolar) que, de outra forma, estão em desvantagem se começarem a educação primária sem terem frequentado a educação pré-escolar. **A obrigatoriedade da educação pré-escolar dentro do sistema escolar** proporciona (aos que mais precisam) oportunidades para eliminar problemas de transição entre pré-escola e escola.

2.2. Por outro lado, em todos os países a educação pré-escolar é demasiado importante para que se torne meramente uma extensão para baixo do presente sistema escolar; qualquer risco de desenvolvimento nessa direcção deve ser circunscrito por medidas políticas apropriadas que mantenham a **ênfase no estágio pré-escolar de desenvolvimento social e individual** (físico e cultural), e, por outro lado, encorajem que **a criatividade da melhor prática nas classes pré-escolares se prolongue pela escola primária**. Em países onde a educação pré-escolar não se encontra generalizada e/ou onde a educação pré-escolar e ensino primário não estão integrados, este objectivo pode ser alcançado mantendo a educação pré-escolar não-obrigatória, mas integrando no sistema serviços especiais de apoio para os que mais necessitam da educação pré-escolar.

2.3. Em termos do relacionamento entre escola, família e comunidade local, o sistema pré-escolar centralizado e generalizado pode providenciar flexibilidade indo ao encontro de necessidades locais e ser uma resposta ao desejo de participação dos pais. Neste sistema e nas escolas primárias, devem ser feitos esforços para conseguir a participação activa dos pais e outros adultos preocupados com mobilizar a maioria possível de recursos no processo educacional e dar aos pais uma oportunidade de interagir e aprender com a escola. Acima de tudo, no entanto, **deve ser defendida uma participação activa dos pais nos interesses da criança para criar um óptimo ambiente para o desenvolvimento das suas possibilidades de aprendizagem**. O direito actual dos pais em participar em organizações pré-escolares e escolares

tem de ser exercido através de contacto directo entre pais e professores. Os vários tipos de grupos de pais, em cada nível, devem também ser encorajados pelas autoridades públicas. Em todos os casos a atenção deve ser posta no aumento das oportunidades reais e práticas dos pais para contribuir eficazmente para o processo de educação das suas crianças. O envolvimento prático dos pais proporciona às crianças experiências de aprendizagem pontuais e consistirá na forma mais útil de participação.

3. Função educativa e social

3.1. Quando a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar em larga escala não é da responsabilidade do Ministério de Educação, torna-se particularmente necessária a **coordenação entre os serviços**: creche, jardim de infância e complemento de horário para guarda das crianças como apoio à família, serviços educacionais e de saúde/bem-estar. 3.2. Devem ser tomadas medidas eficazes para assegurar a **continuidade – sem uniformidade** – dos conteúdos pedagógicos e métodos dos estabelecimentos de educação pré-escolares e das primeiras classes da escola primária. Os educadores e os professores do ensino primário devem ser formados de forma a que a **consistência dos objectivos e a continuidade da prática entre os dois sectores se torne uma realidade**.

4. Oferta baseada na comunidade

4.1. Os estabelecimentos pré-escolares organizados por autarquias, pais ou outras entidades procuram responder às necessidades da comunidade e dos pais, mas, se neles não for assegurada a **componente educativa**, podem ocorrer problemas na transição para a escola primária, uma vez que as crianças vão entrar lá com uma grande diferença de experiências. Também aqueles que não frequentaram a pré-escola podem estar em desvantagem em termos de competência social. 4.2. Quando a **educação pré-escolar** não está **integrada no sistema educativo**, é mais difícil assegurar a coordenação e continuidade na transição para a escola primária. Nesses casos, nos primeiros anos da escola primária deve dar-se particular atenção aos conteúdos, métodos educacionais e número de alunos; e organizar e adequar as actividades para crianças com diferentes níveis de experiência e usar este potencial como um recurso educacional suplementar.

5. Características para o desenvolvimento

5.1. Estados com sistemas pré-escolares pouco desenvolvidos e em crescimento rápido devem fazer escolhas entre diferentes tipos de estrutura possíveis tendo em conta vantagens e desvantagens, nomeadamente adaptabilidade e custo. No entanto, deve ter-se sempre em consideração:

i. uso de **jogos, música, arte** e outras actividades para estimular as faculdades de aprendizagem e desenvolver **aptidões sociais e físicas, comunicação, criatividade e expressividade pessoal**; ii. mais oportunidades para crianças de diferentes grupos sociais, raciais e religiosos (incluindo os deficientes) serem **educadas todas umas com as outras em contexto igualitário**, com o intuito de cultivar a tolerância e a abertura de espírito desde a mais tenra idade; iii. **ajudar as crianças em idade pré-escolar a ultrapassar possíveis dificuldades culturais** (particularmente os problemas linguísticos), sobretudo permitir às crianças emigrantes tomar conhecimento das condições sociais e

culturais no país de acolhimento antes de entrar na escola primária, e mesmo, como se faz em alguns países, desenvolver medidas especiais para melhorar língua materna e a própria identidade cultural das crianças emigrantes; iv. medidas tendo em vista **eliminar estereótipos relativos aos sexos** na educação pré-escolar e primária; v. **envolvimento dos pais no trabalho da escola**, como elemento necessário na criação (em casa e na escola) de um ambiente efectivo de aprendizagem para a criança como um recurso suplementar à escola e como um meio de educação da comunidade; vi. **um tamanho das classes que permita uma maior interacção** professor/criança e o desenvolvimento pessoal e social da criança de harmonia com o seu nível de desenvolvimento e as suas capacidades individuais; vii. **formar os professores** (na formação inicial e contínua) **para a coordenação** da cooperação institucional, da prática na sala de aula e dos objectivos e métodos da educação pré-escolar e da escola primária com vista a facilitar a transição entre estes dois níveis de educação; viii **compatibilizar os horários da instituição educativa com os dos trabalhos dos pais**; e **encorajar a flexibilidade nos horários de trabalho** para dar aos pais mais tempo para os seus filhos sem o risco de serem discriminados nos seus empregos; ix. encontrar **solução para problemas específicos e regionais** (ex.: transportes em zona de montanhas ou áreas populacionais dispersas); aproveitar o meio envolvente local como uma fonte de aprendizagem.

6. Coordenação com outras áreas de política

6.1. **As políticas** relativas à educação pré-escolar devem ser **integradas**: apoio à família, horários escolares, mercado de trabalho, habitação, abono de família e impostos. 6.2. Nos tempos que correm a **educação pré-escolar** deve estar **acessível (gratuita ou de baixo preço)** para todos os pais que a queiram para os seus filhos. Todos reconhecem, por um lado, os benefícios que uma boa educação pré-escolar traz ao desenvolvimento individual das crianças, e, por outro, a necessidade que a maioria dos pais e das mães têm dela para poder trabalhar. Assim deve ser tido em conta no planeamento político que o pedido de educação pré-escolar vai continuar a crescer e a oferta da educação para crianças dos 3 aos 8 anos deve ser coordenada com outros tipos de apoio à família. O objectivo de fornecer educação pré-escolar para todos os que a desejem para os seus filhos deve ser considerado como uma medida urgente e prioritária, quer no seu aspecto educacional, quer no seu aspecto social.

7. O profundo trabalho que tem sido feito sobre a educação pré-escolar nas Organizações que participam na Conferência Permanente mostra os benefícios da cooperação internacional numa área que se caracteriza pela existência de uma grande variedade entre sistemas educativos dos diferentes países e não significa uma tentativa de trabalho para a unificação dos sistemas, mas um recurso à comparação internacional como instrumento de análise para **identificar as vantagens e desvantagens de cada sistema e usar estas análises para os melhorar**.

8. Tendo em conta a necessidade de uma generalização da educação pré-escolar por um lado e, por outro, a presente situação económica e financeira, as Organizações internacionais são convidadas a continuar o estudo das políticas para a educação pré-escolar e dos problemas financeiros que elas põem.

Da "*Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos*" (12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, Lisboa, 1981) podemos salientar:

- o período *dos 3 aos 8 anos* é decisivo no desenvolvimento de todas as crianças;
- os estabelecimentos pré-escolares têm um papel indiscutível no desenvolvimento harmonioso das crianças, além de prestarem um serviço importante à sociedade com a função de guarda das crianças cujos pais trabalham fora de casa;
- a criança que cresce sem o estímulo dos contactos exteriores disponíveis nas instituições pré-escolares pode sofrer de graves privações sociais e intelectuais;
- a política de educação em relação ao sector pré-escolar precisa de ser revista em conjunto com os primeiros anos de escolaridade primária;
- o papel específico da educação pré-escolar e a sua interacção com a educação escolar obrigatória;
- a questão de saber se a educação pré-escolar deve ser alargada a todas as crianças e ser mesmo obrigatória (para proteger a pequena percentagem de crianças que resta);
- a educação pré-escolar dentro do sistema escolar;
- ênfase ao estágio pré-escolar de desenvolvimento social e individual de modo que a criatividade da melhor prática na educação pré-escolar se prolongue pela escola primária;
- a participação activa dos pais nos interesses da criança para criar um bom ambiente para o desenvolvimento da sua aprendizagem;
- coordenação entre os serviços para assegurar a continuidade sem uniformidade;
- educadores e professores do ensino primário devem ser formados de forma a que a consistência dos objectivos e a continuidade da prática entre os dois sectores se torne realidade;
- se não for assegurada a componente educativa na educação pré-escolar, podem ocorrer problemas na transição para a escola primária;
- quando a educação pré-escolar não está integrada no sistema educativo, é mais difícil assegurar a coordenação e continuidade na transição para a escola primária;
- uso de jogos, música, arte e desenvolver aptidões sociais e físicas, comunicação, criatividade e expressividade pessoal;

- mais oportunidades para crianças de diferentes grupos sociais, raciais e religiosos (incluindo os deficientes) serem educadas todas umas com as outras em contexto igualitário;
- ajudar as crianças em idade pré-escolar a ultrapassar possíveis dificuldades culturais;
- eliminar estereótipos relativos aos sexos;
- envolvimento dos pais no trabalho da escola;
- um tamanho das classes que permita uma maior interacção;
- formar os professores (na formação inicial e contínua) para a coordenação da cooperação institucional;
- compatibilizar os horários da instituição educativa com os dos trabalhos dos pais;
- flexibilidade nos horários de trabalho;
- encontrar solução para problemas específicos e regionais;
- coordenação com outras áreas de política;
- as políticas relativas à educação pré-escolar devem ser integradas;
- educação pré-escolar acessível (gratuita ou de baixo preço) para todos;
- identificar as vantagens e desvantagens de cada sistema e usar estas análises para os melhorar;
- continuar o estudo das políticas para a educação pré-escolar e dos problemas financeiros que elas põem.

A 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa (Lisboa, 1981), no que concerne às recomendações, contém uma súmula dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho da Europa até à sua realização mas vai mais longe quando:

- explicita as funções que a educação pré-escolar de qualidade deve desempenhar;
- preconiza a revisão conjunta da política da educação pré-escolar e da educação básica;
- estabelece a obrigatoriedade da educação pré-escolar dentro do sistema escolar;
- preconiza a coordenação entre os serviços para assegurar a continuidade sem uniformidade;
- defende a educação realizada em contexto igualitário (social, racial, religioso);
- defende a compatibilização dos horários das instituições educativas com o

- horário de trabalho dos pais;
- preconiza a flexibilidade do horário dos pais;
 - defende a utilização da pesquisa como forma de melhorar a educação pré-escolar.

De 1982 a 1987, desenvolveu-se na Europa o **Projecto nº 8** do Conselho da Europa, na sequência da 12ª Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa.

O **Projecto nº 8** “recomenda a introdução definitiva da educação pré-escolar na “escola básica” / “basic school / “école de base” (...) Assim, deixa de se falar em educação pré-escolar para crianças de 4 e 5 anos, preconizando-se que sejam integradas na “escola básica” até aos 11/12 anos, com os mesmos professores que devem ter a mesma formação, o que, por sua vez, exige uma mudança qualitativa da acção pedagógica desses professores e da sua formação inicial e contínua” (Meireles-Coelho, 1989b: 6). Dada a sua importância, achamos igualmente pertinente transcrever na íntegra as recomendações deste Projecto nº 8:

2. RECOMENDAÇÕES — Os membros do grupo do Projecto nº 8... queriam que algumas palavras-chave e conceitos fundamentais, como que tecidos em rede, constituíssem um filtro para a leitura das recomendações que se seguem: compromisso, acção cruzada e conjunta dos diferentes níveis de responsabilidade, formação, avaliação. — 2.1. SOBRE OS OBJECTIVOS DO ENSINO PRIMÁRIO — O ensino primário constitui uma etapa fundamental, na medida em que permite estabelecer os fundamentos sólidos do que será a vida enquanto processo contínuo de educação. Essa é a razão pela qual os objectivos deste grau de ensino têm uma importância fundamental para o desenvolvimento de todas as crianças... Recomenda-se que os seguintes objectivos, para o ensino primário, constituam para todos os Estados membros uma carta comum e explícita, à qual cada um adira em função das características próprias do seu sistema educativo. O ensino primário deve: - ser mais do que elementos básicos de leitura, escrita e cálculo, embora estes permaneçam importantes; - abrir às crianças perspectivas mais vastas sobre o seu meio cultural e material, próximo e mais distante; - permitir um desenvolvimento global das crianças em todas as suas potencialidades físicas e intelectuais e, nomeadamente, desenvolver a sua consciência estética e permitir-lhes situações de expressão artística e criatividade; - dar às crianças a possibilidade de pôr em prática e adquirir os valores democráticos de participação, responsabilidade, respeito pelos direitos e opiniões dos outros e desenvolvimento, compreensão e solidariedade; - ter em conta as características pessoais e culturais de cada criança e procurar o desenvolvimento da sua personalidade, tendo um cuidado muito especial com as questões morais, sociais e éticas; - estimular o desenvolvimento dos valores e

interesses, dos conhecimentos e ideias, dos saber-ser e saber-fazer, das técnicas e atitudes na aprendizagem, bem como preparar as crianças para as exigências da escola secundária, do trabalho, da família e da colectividade. — 2.2. SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO — 2.2.1. Os esforços empreendidos para assegurar o sucesso de todas [sublinhado no original inglês] as crianças devem ser firmemente prosseguidos e ampliados. A procura de uma maior igualdade das aquisições básicas (que leva a ultrapassar a ideia de igualdade de oportunidades) faz supor que se dedique uma atenção particular a cada criança em função das suas particularidades, das suas aquisições e das suas limitações. Para atingir este objectivo é essencial pôr em prática: - uma verdadeira diferenciação do ato pedagógico (diferenciação do conteúdo do ensino, diferenciação segundo o nível e a natureza dos objectivos da aprendizagem, diferenciação dos métodos de ensino, diferenciação temporal na aquisição dos conhecimentos), - mas também uma integração no sistema normal de ensino das crianças com necessidades especiais que possam conduzir a uma marginalização. Gerando um verdadeiro comportamento educativo, esta integração escolar prepara a integração social. — 2.2.2. Uma melhoria qualitativa do ensino e sobretudo o lançamento e apoio a acções inovadoras necessita de meios em tempo, pessoal e equipamento... — 2.2.3. É importante melhorar a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, para garantir que as práticas pedagógicas acompanhem e favoreçam um desenvolvimento contínuo da criança. Os métodos educativos dos jardins de infância devem ter em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento da criança, para estimular e reforçar esse desenvolvimento. **Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação).** — 2.2.4. Pelas mesmas razões deve ser melhorada a continuidade entre o ensino primário e o secundário... — 2.2.5. As formas interactivas da aprendizagem exigem que sejam desenvolvidas entre os alunos (e entre professor e alunos) formas de atenção, comunicação, ajuda e cooperação, de modo que a escola se organize no sentido de que o respeito pela diferenciação seja uma regra e não uma excepção. Seria particularmente enriquecedor que fossem experimentadas formas flexíveis de agrupar os alunos sem recorrer a classes constituídas rigidamente a partir da idade ou nível dos alunos. — 2.3. SOBRE OS CURRÍCULOS — 2.3.1. Como resultado das crescentes expectativas da sociedade, as escolas primárias devem fazer face a um leque cada vez mais vasto de pretensões relativamente ao currículo e programas, alguns dos quais (como: a educação para os direitos humanos, para a paz, para o ambiente e para a dimensão europeia...) estão inteiramente na linha dos fins e objectivos do ensino primário (cf. 2.1). Estas questões fundamentais devem ser integradas no conjunto do currículo e não serem tratadas como matérias separadas. Confrontados com estas novas exigências, os professores têm de continuar a ensinar as áreas ou disciplinas tradicionais e que mantêm toda a sua

importância, tais como a leitura, a escrita, o cálculo, as artes, as ciências, a música. Trata-se de conseguir nos currículos e nos programas um equilíbrio dinâmico entre os novos conteúdos e as competências de base, entre o desenvolvimento geral e as aprendizagens específicas... — 2.3.2.... Uma inovação assente em novos conteúdos (ciência e tecnologia, ciências humanas...) não deve procurar dar somente às crianças novos conhecimentos e aptidões, mas ter também em conta os novos modos de interacção entre as crianças e os professores: cooperação, pensamento criativo, resolução de problemas... É natural que este tipo de interacções não diga unicamente respeito às partes novas, mas a todo o currículo. — 2.3.3. Educação ambiental: uma das tarefas do ensino primário é sensibilizar a criança para o seu meio ambiente imediato. Ela pode, assim, adquirir progressivamente um conjunto de conhecimentos e aptidões que lhe permitam compreender real e activamente o meio no qual ela vive; assim se opera nela a passagem da indiferença à tomada de consciência do papel responsável que ela deve e deverá ter para preservar e melhorar a qualidade desse meio. Para isso, é desejável utilizar o meio local como um conjunto de recursos pedagógicos, capazes de mostrar à criança a riqueza da sua região, do seu património, da sua língua e cultura. — 2.3.4. Áreas ou disciplinas que permitem adquirir certas aptidões: resolução de problemas, estratégias de raciocínio, selecção de informações. Matemáticas: na escola primária, deveriam ser concebidas como uma primeira experiência, dando ao aluno meios para ver, discutir e representar situações da vida real em termos matemáticos, para resolver problemas e adquirir progressivamente confiança em si próprio. Uma tal atitude constituiria uma base sólida para o desenvolvimento matemático no prosseguimento dos estudos. Ciência e tecnologia: na escola primária devem ser concebidas como um todo e percebidas como tal. Várias aptidões (comunicar, interpretar dados, conceber e realizar uma experiência, testar resultados, avaliar ou modificar o dispositivo...) são comuns aos dois domínios. O conjunto destas actividades deve desenvolver na criança a compreensão dos conceitos ligados aos materiais, à energia, à estrutura, ao controlo, à segurança. Tecnologias da informação: é indispensável que as crianças aprendam a dominar a leitura e mesmo a produção de imagens, que possam iniciar-se na informática e desenvolver um conjunto de aptidões que lhes permitam coleccionar dados, formular problemas e formalizar ideias, ou seja, utilizar activamente os meios tecnológicos para realizar os seus projectos pessoais. Para isso, é necessário que os professores saibam cada vez mais utilizar de modo eficaz e crítico os computadores como meios de demonstração e ensino. Meios de comunicação social (media): na encruzilhada dos meios de comunicação social e das novas tecnologias de informação, "a explosão de conhecimentos" põe brutalmente o problema da distinção entre as informações disponíveis no exterior e no interior do quadro escolar e sobre os vectores destas informações. Parece também indispensável que cada país dê uma certa prioridade à maneira como pode integrar um estudo dos meios de comunicação social nos seus sistemas educativos, quer isto tome a forma de abordagens

integradas nos currículos ou de uma dimensão mediática dada às disciplinas e assuntos já existentes. Ciências humanas: além de uma aquisição de aptidões que permitam resolver problemas racionais e materiais, a criança deve ser posta em situação de abordar e resolver os problemas afectivos e interpessoais. Uma parte do currículo e programa da escola primária deve ser consagrada ao desenvolvimento destas qualidades. — 2.3.5. Ler e escrever: face ao aumento do fenómeno do "iletrismo" ou "novo analfabetismo", é preciso que nos interroguemos sobre a eficácia das aprendizagens fundamentais da leitura e da escrita. Entre as hipóteses de melhoria contam-se a ajuda individualizada e o ensino diferenciado. Mas convém igualmente convencer professores e pais que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo contínuo ao longo da escolaridade, que não se restringe apenas aos dois primeiros anos da escola primária. — 2.3.6. Segunda língua: É bastante importante introduzir no ensino primário a aprendizagem de uma outra língua além da materna. É um elemento facilitador de trocas e de comunicação; é ter, também, uma perspectiva sobre os povos e os acontecimentos situados na Europa ou no Mundo. O ensino desta segunda língua não deve ser concebido como um elemento isolado do currículo; ele deve, com efeito, contribuir para: - abrir o espírito das crianças aos modos de vida e aos costumes dos outros povos; - desenvolver a tolerância e o respeito das diferenças, pela comparação entre o seu e os outros Países; - reduzir o egoísmo e os preconceitos tanto em relação aos outros povos como em relação aos seus próprios compatriotas. A introdução de uma segunda língua alarga assim, por um lado, as capacidades de comunicação das crianças e, por outro, as suas perspectivas de formação moral, cultural e social. — 2.4. SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA INOVAÇÃO — 2.4.1. O modo de funcionamento dos diferentes níveis de responsabilidade e de decisão deve permitir a emergência de projectos locais de escolas (inscrevendo-se num quadro mais largo, regional ou nacional). A inovação não tem qualquer hipótese de êxito a não ser pelo encontro entre uma vontade dos poderes organizadores e um compromisso dos intervenientes no terreno. Estes projectos serão concebidos como tentativas de resposta à situação de cada escola, resultante da análise feita pelo conjunto desses intervenientes. — 2.4.2. Ao processo de inovação não podem ser negados os meios necessários em tempo, recursos humanos e materiais. A ausência ou insuficiência destes meios é ressentida como um travão poderoso e um factor de immobilismo. Se é verdade que a situação resultante duma mudança não tem de ser necessariamente mais dispendiosa que a anterior, no momento da mudança é igualmente verdade que a inovação em si mesma representa para os intervenientes e o dispositivo de apoio à inovação uma carga acrescida de trabalho que é preciso ter em consideração. — 2.5. SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE INOVAÇÃO PARA OS DIFERENTES INTERVENIENTES: — 2.5.1. Os professores. Para as escolas poderem assumir e desenvolver a inovação, é necessário que os professores da escola primária disponham de um tempo específico para fazer o planeamento do seu trabalho e a avaliação dos resultados dos seus alunos. Em todos os países (com variantes) sente-se a necessidade de

uma melhor definição das tarefas dos professores do ensino primário. Em numerosos casos, estas tarefas incluem o desenvolvimento das relações com os pais e a explicação das melhorias que se espera do processo de inovação. O aumento do trabalho dos professores é real, mas estas novas exigências, bem como um domínio suficiente e pertinente das novas tecnologias de informação são também oportunidades a aproveitar para uma melhoria da função de professor. Do mesmo modo, a concepção, a aplicação e o desenvolvimento da inovação exigem um trabalho de equipa entre os professores, que necessita de uma nova maneira de gerir as relações e os conflitos, mas também de um tempo específico. As inovações conduzidas nas escolas urbanas, fortemente povoadas, mas também aquelas cujo objectivo é o de ajudar as pequenas escolas de meio rural, mostram quanto o processo é mais activado quando os professores têm a possibilidade de trabalhar com os seus colegas da mesma escola ou mesmo de outras escolas. Tudo isto exige tempo e deve estar incluído na definição de tarefas. Os professores devem poder exercer responsabilidades reais na elaboração e na condução do projecto de estabelecimento. Estas responsabilidades definem-se em termos de tarefas de ensino e também em termos da utilização autónoma dos recursos e meios disponíveis para o projecto. Em vários Estados membros os poderes organizadores já subsidiam apenas as equipas que apresentam um projecto real de inovação: estes professores e escolas sentem-se revalorizados, porque as suas ideias e os seus esforços recebem um reconhecimento sob a forma de financiamentos (embora modestos) e as escolas decidem autonomamente sobre a sua utilização. É, todavia, verdadeiro que esta forma de encorajamento à inovação e à autonomia não é incompatível com uma política que atribua os meios suficientes de acordo com as necessidades das populações escolares. — 2.5.2. Os directores de estabelecimento, os inspectores e o elenco de apoio. Os directores dos estabelecimentos desempenham um papel-chave no conjunto do processo, porque podem coordenar as acções na escola e estão em posição de "mediação" entre os professores, os pais e as autoridades. O processo de inovação, ao desenvolver-se de acordo com uma lógica de projecto, deverá igualmente implicar desde o início da acção todo o elenco de apoio à inovação (inspectores, conselheiros pedagógicos, consultores exteriores). Pelas mesmas razões, a avaliação (e a formação que a acompanha) deve ser prevista desde o início como parte integrante do processo. É uma das condições necessárias ao sucesso da inovação e às suas extensões posteriores. É importante que os poderes organizadores tenham um cuidado especial no recrutamento e na formação inicial e contínua dos inspectores e directores dos estabelecimentos. O estilo de liderança exercido pelo director é determinante e, futuramente, a liderança deve exercer-se na interacção com os professores da escola e os outros intervenientes da comunidade educativa. A formação recebida (inicial e contínua) deve possibilitar aos directores de estabelecimento exercício positivo e eficaz da sua posição de liderança. Tendo em conta a importância do seu papel de mediadores, os inspectores, os directores de escola e os directores das escolas

superiores de educação devem poder encontrar-se para trocar experiências, continuar a sua própria formação e comparar a implementação das inovações. Os Estados membros deveriam reflectir sobre a introdução de um sistema ambicioso de trocas destes profissionais, a fim de se progredir de maneira coordenada nas respostas trazidas a problemas comuns. — 2.5.3. Os pais. É absolutamente necessário para bom desenvolvimento da criança e para a realização das suas potencialidades que exista uma verdadeira continuidade entre a escola e a família. Esta continuidade necessária implica a organização e o reforço de uma cooperação entre as duas partes, baseada num princípio de corresponsabilidade e de implicação eficaz dos pais na tomada de decisões. Esta cooperação deverá ser introduzida não somente ao nível geral, entre associações de pais e poderes organizadores, mas também e sobretudo ao nível da escola, mais próximo do percurso escolar de cada criança. Esta continuidade ou, ao menos, a ausência de uma barreira entre a escola e a família, é ainda mais indispensável para as crianças cuja família se encontra separada da escola por uma grande distância cultural ou social. Como para as outras crianças, o seu sucesso é um dever para a escola. Mas, tendo em conta as dificuldades de contacto com a família, esta responsabilidade da escola deve exercer-se em ligação estreita com as associações de pais que podem ter aqui um papel indispensável de mediadores e de intermediários. O princípio da corresponsabilidade e, neste quadro, o esclarecimento dos papéis respectivos da família e da escola exigem que as partes se encontrem com frequência. É, a maior parte das vezes, por iniciativa do director de estabelecimento e/ou dos professores que estes encontros se devem desenrolar, e seria muito enriquecedor que se realizassem sessões de informação e de formação comuns pais-professores. Estas sessões poderiam dar origem a trocas de pontos de vista sobre os novos papéis da escola (pedagogia intercultural, conclusões de investigações, a transformação numa comunidade educativa, etc.) e sobre o lançamento e o desenrolar desta ou daquela inovação. Poderiam também chegar à elaboração de projectos comuns entre a escola e os pais (implicar os pais nos projectos pedagógicos, co-animação de actividades...), assim como uma verdadeira informação e tomada de consciência dos pais sobre os seus direitos e deveres. — 2.5.4. A investigação em educação. O trabalho nas aulas, a investigação em educação e a tomada de decisão devem estar sempre intimamente ligadas e complementarem-se mutuamente. Duma maneira geral, as investigações devem corresponder aos interesses dos professores e administradores para que eles participem na definição dos problemas estudados e no estabelecimento de estruturas de investigação suficientemente flexíveis a serem modificadas em função das intervenções e dos interesses do grupo em causa. Antes de tudo é preciso assegurar que os relatórios destes trabalhos visem mais os professores do que os teóricos do ensino. Nesta óptica, e tendo em conta o conjunto dos desafios lançados à escola primária, parece-nos que alguns grandes domínios têm de ser privilegiados: - O desenvolvimento das investigações no que diz respeito ao tempo e duração da aprendizagem, e em

particular aquelas que dizem respeito aos ritmos biológicos das crianças. - A continuação das investigações sobre os mecanismos familiares, sociais e pedagógicos que dificultam ou favorecem o "sucesso escolar". Isto implica em particular o ter em conta as descobertas recentes da psicologia cognitivista e social, os estudos dos sistemas relacionais e dos ritmos biológicos e sociais, a sociologia do trabalho do aluno e da cultura escolar, afim de verificar novas hipóteses sobre as diferenciações pertinentes da organização escolar. - Uma investigação que una a construção e a avaliação dos currículos aos processos de ensino/aprendizagem e à gestão directa da inovação, a fim de melhor determinar nos diferentes níveis as variáveis intervenientes nas decisões relativas à eficácia do sistema escolar e à qualidade das aprendizagens. - Pôr à disposição do ensino primário formas e instrumentos de avaliação que tenham o mais possível em conta as aquisições recentes neste domínio. Convém, a nosso ver, privilegiar uma avaliação formativa que corresponda a um modo interactivo e dinâmico da aprendizagem. - A continuação das investigações sobre os processos de ensino/aprendizagem nos contextos de inovação a fim de melhor determinar, em colaboração com os professores, "o que é necessário fazer" concretamente. - Uma participação resoluta da investigação em educação para o estudo da comunidade escolar (como organização social complexa) em vez de se ficar, como ainda acontece muitas vezes, pelo estudo de casos e de comportamentos individuais de alunos. - Finalmente, a constituição de equipas de investigação pluridisciplinares, compostas de investigadores habitualmente reagrupados nas ciências da educação e de investigadores participando no estudo dos mecanismos de desenvolvimento das crianças (enquanto seres biológicos e sociais). — 2.5.5. A formação dos professores. O lugar do professor é determinante na concepção e operacionalização de um processo de inovação, que exige da sua parte um grande empenho. Um cuidado muito particular deve, pois, ser tido no recrutamento de novos professores, bem como na qualidade da formação (inicial e contínua) que lhes é dada. É necessário que os responsáveis destes programas de formação desenvolvam em comum um certo número de estratégias destinadas a guiar os novos recrutados através das complexidades da profissão docente; tais programas devem assentar naturalmente sobre sólidas bases teóricas. Sendo a inovação, especialmente uma questão de empenho pessoal e de abertura ao trabalho de equipa, os programas de formação inicial dos professores devem a partir de agora: - de uma maneira geral, integrar a pedagogia do projecto e do trabalho na formação; significa isto que se trata de insistir especialmente sobre a formação da personalidade e a capacidade de trabalhar em interacção num grupo de adultos; - comportar especificamente uma formação nos métodos de inovação (análise das necessidades, definição de objectivos, avaliação). Seria muito interessante que os conteúdos e programas destas formações fossem largamente conhecidos e difundidos no interior dos Estados membros, mas também de um Estado membro a outro. Os diferentes dispositivos de informação europeus, tais como, por exemplo, Eudised (Conselho da Europa) e Eurydice (Comunidades Europeias)

deveriam integrar esta actividade nas suas preocupações. No que diz respeito à formação contínua, é essencial que as equipas envolvidas num processo de inovação possam beneficiar de uma formação que lhes permita levar a bom termo o seu projecto. A este respeito, devem ser implementadas acções de formação dirigidas a professores de uma mesma escola (ou de um mesmo grupo de escolas). Importa também que as equipas sejam parte integrante nos modos e nos conteúdos, ou seja, na organização desta formação, e que em particular possam fazer apelo, se assim o desejarem, a consultores externos. De uma maneira geral, a colaboração europeia em matéria de formação inicial e contínua dos professores deve desenvolver-se com firmeza. Parece necessário para atingir os objectivos propostos em 2.1 que se trabalhe entre os diferentes Estados membros a fim de aproximar os níveis de formação e os conteúdos de formação inicial dos futuros professores do ensino primário. Um grupo de trabalho composto por peritos e altos funcionários poderia ser criado com esta finalidade... Por outro lado, é desejável que se consiga um certo número de módulos comuns de formação, o que facilitaria enormemente as permutas entre países de professores em formação (e, a partir daí, aproximaria as diferentes posições e melhoraria a compreensão mútua). — 2.6. SOBRE A CONTINUAÇÃO FUTURA DO PROJECTO Nº 8 (...) Um novo projecto deveria compreender vários pontos cuidadosamente focados, por exemplo: — Sobre os currículos (2.3.1 a 2.3.6): que importância dar aos currículos e programas e que métodos empregar para que as crianças desenvolvam o conhecimento do seu meio e a preocupação de o proteger? Que lugar atribuir ao ensino das ciências e da tecnologia? Como articular a educação moral, social, ética e pessoal com a educação intercultural e os direitos do homem? ... — Sobre os "papéis-chave" (2.5.2): que perspectivas e que atenção dar ao recrutamento e à formação dos directores de escola, chefes de estabelecimento, directores de escola superiores de educação, inspectores... nos diferentes estados membros? — Sobre a formação dos professores (2.5.5): as iniciativas futuras relativas à formação dos professores poderiam ser coordenadas na sequência da Conferência dos ministros de Maio 1987 (Helsínquia). O Conselho da Europa deveria empenhar-se num estudo para clarificar as implicações das recomendações do Projecto nº 8, especialmente no que respeita à interacção das formações iniciais e contínua e a consideração de métodos inovadores (análise das necessidades, definição dos objectivos, realização das acções, avaliação...) na formação. A implementação da inovação (2.4): seria conveniente retomar e aprofundar o estudo do conjunto dos factores que favorecem ou impedem a inovação, a fim de isolar as principais variáveis que permitam afirmar que uma inovação é bem sucedida (e estudar também a eventualidade da sua extensão a outras escolas). — Podemos ainda pensar nas novas tecnologias (em particular a informática) e nos meios de comunicação social, especialmente no que respeita ao seu papel no desenvolvimento dos processos cognitivos. Podemos também estimar (...) que o desenvolvimento das capacidades do campo sócio-relacional e sócio-afectivo merece uma reflexão aprofundada. Podemos também cruzar as duas. — Finalmente poderíamos, num

projecto deste tipo, aprofundar o problema complexo da avaliação: avaliação dos diferentes aspectos dos sistemas escolares, avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, e ainda avaliação das competências e aptidões que formas interactivas de aprendizagem devem permitir desenvolver neles.

O *Projecto nº 8 do CDCC* analisa a “**educação básica**” (um novo ensino primário ou educação básica dos 3/4 aos 11/12 anos) e seus objectivos, dos quais se destacam o desenvolvimento holístico da criança, a aquisição de valores democráticos (participação, responsabilidade, respeito pelos direitos e opiniões dos outros, compreensão e solidariedade) e atender à cultura de cada criança. Neste projecto, podemos ver que a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino básico é fundamental para garantir que não se crie uma ruptura entre o antes (educação pré-escolar) e o depois (educação escolar), uma vez que estes dois níveis de educação são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças num processo contínuo dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação. A coerência e sequencialidade do Conselho da Europa baseiam-se na continuidade entre a educação pré-escolar para crianças dos 3/4 anos aos 11/12 anos **numa perspectiva de educação ao longo da vida** e não “num modelo coerente e sequencial de educação infantil” dos 0 aos 6 anos. Entre os 3/4 e os 11/12 anos as crianças encontram-se numa fase importante do seu desenvolvimento. Esta fase permite-lhes adquirir bases sólidas de conhecimento, «necessárias à transição para outros níveis de ensino e também para “aprender a aprender”», (Neves, 1999: 22), “daí a necessidade dos professores prestarem uma especial atenção aos momentos de transição entre níveis de ensino” (Nabuco, 1992: 81). Se os Estados-membros seguissem as orientações do Conselho da Europa no que concerne à formação dos docentes destes dois níveis de educação, deixaria de existir a separação profissional e passaria a existir uma continuidade “curricular do processo de ensino-aprendizagem” (Meireles-Coelho, 1989b: 28), das crianças dos 3-4 anos aos 11-12 anos.

As investigações promovidas pelo Conselho da Europa e as suas recomendações são ainda hoje assuntos de grande acuidade para o nosso país onde esses objectivos ainda não foram alcançados e até parece que cada vez estamos mais longe de os atingir.

1.2 – A educação básica na perspectiva da Unesco

"Nas décadas de 60 e 70 do século XX, tornava-se imperioso perspectivar uma educação que desse resposta às rápidas transformações do conhecimento e das sociedades, às exigências do desenvolvimento, às aspirações do indivíduo e aos imperativos da compreensão internacional e da paz" (Neves, 1999: 16).

Tendo em conta este desiderato, a UNESCO publica em 1972 o Relatório Faure – *Apprendre à être / Learning To Be*, que constitui, no âmbito da UNESCO, o primeiro grande relatório de inventário da educação no séc. XX num mundo em profunda e acelerada transformação e torna-se o embrião de uma nova concepção global da educação do futuro que virá a ser retomado em 1996 pela *Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI: Educação: um tesouro a descobrir* (Unesco/ Delors, 1996).

O Relatório Faure parte "dum balanço crítico da situação da educação em 1972... numa óptica mundial, (para) tenta(r) esclarecer tanto as características comuns... como as novas tendências que parecem prevalecer na maioria dos países e dos sistemas, e os factores que (...) comandam ou acompanham o desenvolvimento da educação..." Assim, e tendo em conta que para responder a uma procura de educação sem precedentes não bastam as fórmulas tradicionais e as reformas parciais, a Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação no século XX da Unesco aborda neste relatório "factos que fazem o futuro: as pesquisas intelectuais, as perspectivas conceptuais recentes e os progressos da tecnologia, na medida em que se integravam numa inovação global, correspondente à finalidade de conjunto de educação já evocada" (...) A formação do homem no sentido "de *uma educação coextensiva à vida*, não só aberta a todos mas vivida por cada um e visando simultaneamente o desenvolvimento da sociedade e o pleno desabrochar do homem" (Unesco, 1972: 10-13).

No entanto, "os trabalhos não se limitaram a uma reflexão sobre a educação... conduzem a recomendações concretas..." (Unesco, 1972: 13) (que) sublinha(m) a importância da ligação entre a educação e o progresso da sociedade... (pelo que convém a nível internacional) "reconsiderar seriamente os objectivos, as modalidades e as estruturas da educação" (Unesco, 1972: 32).

A educação permanente na perspectiva da Unesco pressupõe a necessidade de renovação dos sistemas educativos e sociais no sentido de ser extensiva a todos os indivíduos, onde cada indivíduo é agente e sujeito da sua educação e da dos outros seus iguais e onde o ensino, a comunidade em geral se devem

adaptar a cada aluno e às suas necessidades. Sobre este assunto, este relatório da Unesco salienta no princípio 1 que: "Todo o indivíduo deve ter a possibilidade de *aprender durante a vida inteira*. A ideia de *educação permanente* é a pedra angular da Cidade Educativa" (Unesco, 1972: 271).

A educação permanente sendo extensiva a todos os indivíduos e realizada ao longo da vida não se restringe à educação escolar mas abrange todas as actividades realizadas pelos indivíduos numa perspectiva de "aprendizagem pessoal, de autodidaxia e de informação" (Unesco, 1972: 273) pelo que a Unesco recomenda que: "As instituições e meios educativos devem multiplicar-se e tornar-se mais acessíveis; devem oferecer uma escolha muito mais diversificada. A educação deve alargar-se às dimensões dum verdadeiro movimento popular" (Unesco, 1972: 274).

Na concepção global da educação como inovação para o mundo de amanhã, este relatório da Unesco salienta no ponto 5, como princípio, que: "*a educação das crianças em idade pré-escolar é um preliminar essencial de toda a política educativa e cultural*" pelo que recomenda: "*o desenvolvimento da educação das crianças em idade pré-escolar deveria inscrever-se no número dos mais importantes objectivos das estratégias educativas dos anos setenta*" (Unesco, 1972: 284).

Este relatório realça a importância da educação pré-escolar no desenvolvimento das crianças que a frequentam. Tendo consciência que a difusão e gratuidade de uma rede de estabelecimentos de educação pré-escolar em zonas de fraca densidade populacional e noutras não é exequível devido aos custos que acarretaria, considera que: "trata-se, pois de organizar duma maneira flexível e livre a educação das crianças em idade pré-escolar (a partir dos dois ou três anos), procurando os melhores meios de associar a família e a comunidade local às tarefas e às despesas" (Unesco, 1972: 285).

Na sequência do relatório de Edgar Faure (Unesco, 1972), a Unesco publicou, em 1975, *A educação do futuro*, uma compilação "sobre os diversos aspectos do problema educativo no mundo" (Unesco, 1975b: 8). Publicou também uma análise do sistema educativo português subordinada ao tema *Éléments pour une politique de l'éducation au Portugal / Para uma política da educação em Portugal* "a fim de ajudar o governo português a precisar a sua política educativa... e definir os termos da cooperação Portugal-Unesco no domínio da educação" (Unesco, 1975a: 9). E publicou ainda um estudo sobre *A educação*

pré-escolar no mundo "considerado como um primeiro esforço para melhor determinar a amplitude dos serviços institucionalizados de educação pré-escolar no mundo, e os factores que favorecem ou entravam o desenvolvimento deste sector relativamente recente" (Mialaret, 1975: 10). Realizou-se neste ano de 1975 a 35ª Conferência Internacional de Educação que deu origem em 1977 a: *L'Éducation d'aujourd'hui face au monde de demain / A educação de hoje face ao mundo de amanhã* que descreve "a evolução das principais tendências e as realizações no domínio da educação ao longo dos dois anos anteriores" (Hummel, 1977: 9).

Em *A educação do futuro*, no que concerne à educação e desenvolvimento das sociedades, a Unesco considera que: "o passado exerce poderosos efeitos sobre a educação. Por um lado, porque a evolução da educação é função da evolução histórica das sociedades. Por outro lado, porque arrasta consigo numerosos vestígios dos períodos esgotados, e ainda porque é tempo de ela contribuir para fazer a história, preparando-a" e que "o interesse pela educação é maior que nunca" (Unesco, 1975b: 31). Devido às transformações sócio-económicas e ao aumento da procura da educação e à diversidade de pessoas que procuram a educação, torna-se necessário encontrar soluções para responder a estes problemas que têm por base o crescimento demográfico, a democratização da educação, a mudança de idade de escolarização.

No que respeita à idade de escolarização, a Unesco considera que nos nossos dias "há uma tendência a prolongar a escolaridade pelos dois extremos: a) levá-la até aos dezasseis ou dezassete anos para preencher o vazio perigoso da adolescência desocupada; b) *começá-la muito mais cedo* (fala-se dos três, dois ou mesmo de um ano), para proporcionar a *igualdade de oportunidades* à partida e, na idade em que se formam os reflexos na criança, nomeadamente os da *linguagem*, para *compensar, entre os menos favorecidos pela sociedade*, a falta de um meio familiar conveniente (Unesco, 1975b: 198) pelo que, "...a educação permanente tornou-se um imperativo categórico" (Unesco, 1975b: 109).

No que respeita à educação básica, em *A educação do futuro* defende-se que, "a educação das crianças em idade pré-escolar é um antecedente essencial de toda a prática educativa e cultural... O desenvolvimento da educação das crianças em idade pré-escolar deveria inscrever-se no número dos principais objectivos das estratégias educativas dos anos 70. (...) Dadas as diferenças

dos meios – familiar e social – nos quais as crianças cresceram antes de frequentar a escola, a educação pré-escolar tem um objectivo, duma importância vital no plano social e moral, que visa compensar os defeitos de desenvolvimento que poderiam entravar o futuro de certas crianças, tanto na escola como na vida, nomeadamente das que provêm de meios rurais. (...) Não parece necessário que as crianças muito pequenas aprendam a escrever, a ler e a contar. É muito mais importante desenvolver nelas atitudes positivas de conhecimento, respeito pela vida e de iniciação em certas matérias, ensinar-lhes a cooperar com os outros e compensar as deficiências que poderiam prejudicar as suas oportunidades de triunfar a partir do momento da entrada na escola” (Unesco, 1975b: 385-386).

Podemos afirmar que *A educação do futuro* complementa o Relatório Faure. Verificamos que as preocupações da Unesco com a situação educativa no mundo, analisadas pelo Relatório Faure não foram de todo colmatadas no período que medeia entre estes dois estudos – 1972-1975, pelo que, este estudo reflecte, à imagem do *Aprender a ser*, a visão global da educação, ao mesmo tempo que apresenta novas propostas e recomendações para uma educação permanente onde algumas preocupações se mantêm e outras surgem de novo. Tendo em conta a realidade observada, a UNESCO sugere algumas estratégias educativas aos estados membros de forma a promover uma diversidade de ideias aplicáveis num futuro próximo. Estas têm por base a reformulação das políticas educativas de forma a conseguir estruturar uma educação global.

A análise do sistema educativo português realizada pela Unesco, em 1975, numa época conturbada da nossa história em que Portugal passava por grandes mudanças políticas, sociais, económicas e culturais, propunha, no que se refere à educação pré-escolar: • “a) generalização progressiva do ensino pré-primário...” (Unesco, 1975a: 12); • “2.2 – Situação do ensino pré-primário, básico e secundário... a) inexistência quase total do ensino pré-primário” (Unesco, 1975a: 31); • “2.2.1. Ensino pré-primário – 42. Apenas alguns estabelecimentos privados proporcionam este ensino, a título lucrativo. Entidades públicas e privadas tomaram iniciativas neste domínio para facilitar o trabalho das mulheres. No total, em 1972/1973, foram assistidas cerca de 19.000 crianças com 6 anos ou menos. Tendo em conta a importância da formação mental adquirida pelas crianças de 4, 5 e 6 anos, existe a este nível, uma lacuna grave que explica, em parte, a reduzida eficácia interna do ensino

de base e provoca o atraso relativo das crianças pertencentes às camadas subprivilegiadas da população” (Unesco, 1975a: 32); • "5.1- Estrutura do conjunto do sistema... a estrutura seria a seguinte: a) um ano de ensino pré-primário (obrigatório) ..."; • "5.1.2. Propostas respeitantes aos ensinos pré-primário, básico e secundário – A – Generalização progressiva de ensino pré-primário: 154. *É urgente instaurar, para as crianças com 5 e 6 anos, dois anos de classes pré-primárias*, sem as quais muitas delas, em particular as das camadas sociais menos favorecidas, perdem, por vezes, as melhores oportunidades de um desenvolvimento mental verdadeiramente completo, de harmonia com os seus dons. (...) Mas, a aplicação deste projecto poderia ser progressiva, constituindo o objectivo pretendido a *frequência efectiva* por todas as crianças da classe dos 6 anos.” (Unesco, 1975a: 73-75)¹; • "5.1.2. Propostas respeitantes aos ensinos pré-primário, básico e secundário – E – Avaliação da qualificação e da eficácia do pessoal docente (ajuda externa) 167. A necessidade de formar professores aptos a promover, com competência, um novo sistema educativo, surge nitidamente com as particularidades próprias de cada nível: a) No *ensino pré-primário* a *formação* seria assegurada pelas *escolas normais* existentes. A preparação das jovens do serviço cívico, ou das mães de família, para as suas tarefas de *monitoras* far-se-ia no decorrer de *um estágio curto*, com a duração de três ou quatro semanas, antes do início do ano escolar... (Unesco, 1975a: 78).

Em 1975-08-27/09-04, realizou-se a 35ª Sessão da Conferência Internacional de Educação, em Genebra, que deu origem em 1977 a: *L'éducation d'aujourd'hui face au monde de demain / A educação de hoje face ao mundo de amanhã*, onde se defendia que “A educação escolar deve ser completada por outras possibilidades e outras formas de aprendizagem e de formação. Mas, para que o conjunto destes diversos processos educativos seja tão eficaz quanto possível, é preciso coordená-los, integrá-los num único sistema educativo global: a educação permanente... A educação permanente é um verdadeiro projecto educativo. É prospectivo, como qualquer projecto desta natureza; visa um homem novo; veicula um sistema de valores; implica um projecto de sociedade. Constitui uma nova filosofia de educação” (Hummel, 1977: 47-51). E em relação à educação pré-escolar:

¹ A Lei 5/73 (Reforma Veiga Simão) estabelecia na Base VII – 3. “A obrigação da primeira matrícula abrange as crianças que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano lectivo, não podendo, em caso algum, ser antecipada a admissão.”

"A educação pré-escolar ocupa um lugar particularmente importante num sistema de educação permanente. É que ela é a mais decisiva para a formação da personalidade, sendo igualmente, (...) um lugar privilegiado de efectiva democratização, por ser aí que a promoção da igualdade de oportunidades perante a educação tem talvez maiores hipóteses de se concretizar. É durante a fase da educação pré-escolar que se desenvolvem, por um lado, a independência psicológica e, por outro, a socialização da criança que, brincando, adquire o hábito das relações com o outro e das actividades em grupo. Os mecanismos fundamentais da linguagem desenvolvem-se e a criança pode familiarizar-se com a linguagem escrita. Elabora as percepções fundamentais do mundo exterior. Além disso, o ensino pré-escolar pode promover o desenvolvimento da criatividade. Não sendo rígida e não levando longe demais a aprendizagem, a educação pré-escolar prepara a criança para a escola. Na perspectiva da educação permanente, é necessário criar laços estreitos entre a educação pré-escolar e a primária. Do ponto de vista arquitectural as duas escolas já não deviam estar separadas. A passagem de um sector para o outro deve ser tão pouco brutal quanto possível". (Hummel, 1977: 54-55)

Hummel salienta ainda que "Tal como Gaston Mialaret já acentuou, «existe ainda um afastamento, em numerosos países, entre as declarações relativas aos objectivos da educação pré-escolar e a realidade quotidiana» Com efeito, coexistem objectivos extremamente divergentes e as actividades das diversas categorias dos estabelecimentos não são coordenadas. Além disso, a educação pré-escolar está frequentemente mal adaptada – ou não o está de todo em todo – à pedagogia da escola primária". Por isso, «a passagem da instituição da educação pré-escolar à escola primária é vivida pela criança como uma nova ruptura e pode ser uma fonte de inadaptação e de fracasso escolar ulterior»." (Hummel: 1977: 117).

Ainda em 1975, a Unesco encomendou ao Prof. Gaston Mialaret um estudo sobre a situação e tendências da educação pré-escolar no mundo a que deu o nome de – *A educação pré-escolar no mundo*. Este estudo, numa perspectiva de educação permanente, salienta que: "a educação começa a partir do nascimento de uma criança (e talvez mesmo antes) e prolonga-se até uma idade avançada, como muito bem demonstrou o Relatório (Faure) da Comissão internacional para o desenvolvimento da educação; o conteúdo desta *educação varia* com a *idade* e com as *situações histórico-sociais*. É este duplo postulado que garante à *educação pré-escolar* a sua *unidade* e a sua *diversidade*. O factor educativo exige que todos aqueles que se preocupam com a educação pré-escolar adoptem certas atitudes educativas – e isso independentemente da idade; os conteúdos diferentes e variáveis dão à

educação de cada período o seu carácter específico e convidam à procura de soluções originais.” (Mialaret, 1975: 15).

No que concerne à educação básica e à transição entre a educação pré-escolar e o ensino primário, Mialaret, salienta que “o problema posto pelas relações do estabelecimento de educação pré-escolar com a escola obrigatória levanta-se na maioria dos países, e a passagem do nível pré-escolar para o nível primário é considerado como uma fonte importante de dificuldades psicológicas, mesmo de traumatismos para a criança... A impossibilidade de as educadoras pertencerem a um e a outro destes dois níveis (pré-escolar e primário) favoreceu a existência de um fosso que, para as crianças, se tornou difícil de transpor” (Mialaret, 1975: 134-135).

Considerando que a educação pré-escolar desempenha um papel importante no desenvolvimento de cada criança e que a sua frequência possibilita à criança uma diversidade de situações, hábitos sociais e de atitudes e conhecimentos que a preparam globalmente para as etapas ulteriores da escolaridade, a continuidade entre este nível de educação e o ensino primário deve ser uma preocupação para que a mesma se realize sem rupturas. Esta preocupação encontra-se presente neste estudo da Unesco tendo-se este debruçado sobre as modalidades de passagem de um para outro nível de educação. Assim, “em vários países, a solução nem sequer é encarada, quer pelo facto de o problema ser inteiramente entregue à responsabilidade dos pais, quer devido ao número muito pequeno de crianças em nível pré-escolar, ou ainda porque nenhuma disposição especial foi tomada... Quando a solução encarada... parece ser o encontro organizado dos educadores dos dois níveis. Podem trocar-se informações sobre a matéria, tanto psicológica (conhecimento da criança) como pedagógica (actividades já exercidas) ... organizar muito sistematicamente a passagem fazendo com que as crianças do nível pré-escolar visitem a sua futura escola... quer pela integração no estabelecimento pré-escolar do primeiro ano da escola primária, quer pela integração na escola primária de dois anos de educação pré-escolar” (Mialaret, 1975: 136-137).

Segundo este autor, “O problema posto pelas relações do estabelecimento de educação pré-escolar com a escola obrigatória levanta-se na maioria dos países, e a passagem do nível pré-escolar para o nível primário é considerada como uma fonte importante de dificuldades psicológicas, mesmo de traumatismos para a criança... Se se quiser obter o florescimento máximo da personalidade de

uma criança, é preciso que as influências pedagógicas a que é sujeita constituam um sistema corrente e contínuo. Pode realmente exigir-se, neste campo, que a diversidade necessária das situações pedagógicas se harmonize com a unidade indispensável das acções exercidas... Em todos os países, a preocupação de estabelecer uma passagem entre o estabelecimento de educação pré-escolar e a escola elementar é evidente... (uma vez que) a passagem da educação pré-escolar para a escola primária é vivida pela criança como uma nova ruptura e pode ser uma fonte de inadaptação e de fracasso escolar posterior" (Mialaret, 1975: 135-139).

Com este estudo a Unesco pretendeu delinear um quadro tão objectivo quanto possível da situação da educação pré-escolar no mundo. Pretendeu ainda, através de contributos científicos, determinar as principais linhas de evolução da educação pré-escolar, as grandes tendências e, em função das realizações da época, as linhas gerais de evolução e as recomendações que permitiriam facilitar e acelerar o desenvolvimento da educação pré-escolar no mundo.

Tendo em conta a importância que a Unesco dá aos aspectos gerais da educação pré-escolar (vida e funcionamento dos estabelecimentos; crianças que os frequentam; objectivos; métodos e materiais utilizados; actividades da criança; relações com os pais, adultos em geral e comunidade) e à transição da educação pré-escolar para a escola primária, esta organização internacional, recomenda que se criem laços estreitos entre os dois níveis de educação, nomeadamente na organização e nos programas, de forma a minimizar as dificuldades sentidas pelas crianças na transição entre estas duas instituições educativas.

Em 1976, no relatório *L'enfant et son développement de la naissance à six ans: mieux le connaître pour mieux l'aider*, da UNESCO, afirma-se: "admita-se actualmente que a educação pré-escolar deve ser concebida como **a fase inicial da educação permanente** à qual servirá de base..." uma vez "que a educação da criança não começa quando esta entra para a escola: a escola lança a semente do saber, mas a aptidão do terreno para a receber foi preparada muito antes" (UNESCO, 1976b: 11-15).

Tendo em conta esta realidade, a Unesco salienta que: "a educação pré-escolar deveria fazer parte integrante das estruturas educativas globais, não devendo, por conseguinte, ser considerada um luxo... Para isso, seria necessário procurar novas fórmulas engenhosas que tirem plenamente

proveito dos recursos educativos da comunidade e da relação entre educação pré-escolar e o contexto social e cultural... Os programas de educação pré-escolar, enquanto formas de intervenção são de incontestável importância, em particular para as crianças desfavorecidas de um modo ou de outro, inclusive pela pobreza." (UNESCO, 1976b: 51)

Este relatório sublinha ainda que: "só relembremos a educação permanente para sublinhar as suas incidências na educação pré-escolar". Neste sentido, cinco aspectos são particularmente interessantes.

REUNIÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ENQUANTO PRIMEIRA FASE DA EDUCAÇÃO PERMANENTE (UNESCO - Paris 5/9 Janeiro 1976) – DOCUMENTO DE TRABALHO – Extractos (UNESCO, 1976b: 51-53)

A presente reunião inclui especialistas de educação pré-escolar, responsáveis pelas políticas, administradores de programas de educação pré-escolar, psicólogos, etc. Deveria proporcionar-lhes oportunidades de discutir, à luz das suas experiências, as actuais condições e as novas tendências da educação permanente, bem como de propor as novas medidas a adoptar para ampliar a educação pré-escolar, adaptando-a às diferentes situações. - Tal como reconhece agora a maioria dos países, prevalece a convicção de que a educação pré-escolar deveria fazer parte integrante das estruturas educativas globais, não devendo, por conseguinte, ser considerada um luxo. - Ela assume um novo significado na perspectiva da educação permanente e tem um papel específico a desempenhar no sentido da democratização do ensino. Em muitos países de orçamentos limitados não pode, no entanto, ser generalizada, enquanto medidas drásticas não tiverem reduzido os seus custos. - Para isso, seria necessário procurar novas fórmulas engenhosas que tirem plenamente proveito dos recursos educativos da comunidade e da relação entre a educação pré-escolar e o contexto social e cultural. - A educação pré-escolar não tem como única finalidade o desenvolvimento intelectual da criança; visa também contribuir para o desenvolvimento global, incluindo o afectivo. O aspecto afectivo é particularmente importante no que se refere à mãe, ao pai, aos amigos, ao meio familiar e comunitário. De facto, é conveniente dar uma grande atenção ao desenvolvimento afectivo da criança se se pretende que, ao crescer, ela saiba agir e reagir com a comunidade, de uma forma que contribua positivamente para o seu desenvolvimento. - As crianças do mundo inteiro são todas diferentes, mas parece que todas passam, independentemente da região onde vivem, pelas mesmas etapas do desenvolvimento, definidas por Piaget. As pesquisas neste domínio não estão muito desenvolvidas em todas as regiões e não seria inútil empreendê-las. - O efeito do meio ambiente – os seus aspectos físicos e culturais – na família, no meio comunitário, etc., tem evidentemente influência quando se trata de determinar a idade em que as crianças atingem determinados estádios de desenvolvimento e adquirem certas capacidades. - Os programas de educação pré-escolar, enquanto formas de intervenção são de

incontestável importância, em particular para as crianças desfavorecidas de um modo ou de outro, inclusive pela pobreza. - Em certos casos, o custo unitário da educação pré-escolar é relativamente baixo, porque o nível de despesas é inferior ao que deveria ser para ela ser eficaz. Em muitos países, os programas de educação pré-escolar estão confiados a pessoal insuficientemente qualificado, ou mesmo sem qualquer qualificação. Em contrapartida, noutros países – relativamente raros – os professores dos estabelecimentos pré-escolares são de entre todos os membros do corpo docente, talvez as mais qualificados e os melhor preparados sob o ponto de vista pedagógico. - O conceito de educação permanente está ligado ao desejo de responder a uma crescente procura de serviços de educação, que é característica da nossa época e a um esforço de democratização que exige, não apenas a generalização do acesso ao ensino, mas também a igualdade de oportunidades de sucesso, através de acções educativas adaptadas às aspirações, aos caracteres e necessidades das diferentes idades e categorias sócio-económicas e profissionais. - Assim como a educação não tem como único agente a instituição escolar, do mesmo modo, não está limitada no tempo a uma fase da vida correspondente ao período da escolaridade. Estendendo-se, pelo contrário, por toda a vida e apresentando-se no tempo como um processo contínuo, sendo ao mesmo tempo, social e espacialmente um processo global. - Esta educação do «homem completo», proposta pelo relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação, apresenta-se, portanto, como uma educação global e também permanente e deve procurar realizar, sistematicamente, o ideal que de facto sempre existiu nos pedagogos e filósofos, embora na prática tenha geralmente sido traído: a formação harmoniosa e equilibrada do indivíduo no seio da sociedade. - Só relembramos o conceito de educação permanente para sublinhar as suas incidências na educação pré-escolar. Neste sentido, cinco aspectos são particularmente interessantes.

I. Em primeiro lugar, a educação permanente é um processo contínuo cuja organização necessita de uma integração, tanto vertical como horizontal, dos seus conteúdos. Por mais diversas que sejam a sucessão e a articulação das experiências educativas, cada uma delas será tanto mais frutuosa quanto se puder apoiar numa experiência precedente, que tenha preparado o educando para a que vem a seguir. Nesta perspectiva, a fase inicial da educação torna-se essencial, visto que lança as bases da sequência e deve ser concebida tendo isso em conta. - Esta questão foi levantada, simultaneamente com outras, no decurso de uma reunião de especialistas sobre o ciclo de base dos estudos organizados pela Unesco em Junho de 1974. Uma das recomendações, no final desta reunião, visava incluir a educação pré-escolar no ciclo de base dos estudos. Por outro lado, se é ponto assente que a educação pré-escolar tem, de facto, de articular-se com os outros elementos do sistema, deve contudo desempenhar nele, como todos os outros, um papel específico. II. A educação permanente deve concorrer para a democratização da educação. Mas democratizar a educação não significa apenas alargar-lhe o acesso. Implica também uma igualdade de oportunidades de sucesso. Assim, a educação pré-escolar tem um papel considerável a desempenhar e do qual já falámos; papel

compensatório e de redução dos handicaps **sociais e culturais** de que inúmeras crianças sofrem e que vão desde uma menor facilidade de expressão verbal e aptidão para manejar a língua do ensino ou as abstracções, às condições deficientes de habitação, falta de cuidados médicos, incluindo a ausência de detecção de handicaps físicos, alimentação insuficiente qualitativa e quantitativamente, etc. Todo o desenvolvimento do indivíduo poderá depender da função compensatória que a experiência pré-escolar desempenhará, não sob a forma de um ensino de correcção ou recuperação, mas como meio de igualar as condições. - Estas foram as questões amplamente discutidas, mas parece que a importância do papel desenvolvido pela educação pré-escolar não pode ser contestada. III. A educação permanente visa permitir ao indivíduo manter os seus diferentes papéis e funções na vida e assegurar o desenvolvimento harmonioso do «homem completo». Este objectivo deve, portanto, ser tomado em consideração na educação recebida pela criança durante os anos mais importantes para a sua formação, isto é, os anos da primeira infância. Deve conceber-se a educação pré-escolar de forma a favorecer o desenvolvimento do indivíduo e a criatividade com a socialização, inculcando valores morais e sociais, de forma que a criança tome o seu lugar no meio humano e físico. IV. A educação permanente é uma educação para um mundo em transformação e para transformar o mundo: a educação pré-escolar deve dar à criança o sentimento de segurança afectiva de que virá a ter necessidade para aceitar a mudança, acolhendo-a com confiança e participando nela. V. Na perspectiva da educação permanente, o indivíduo é educado, enquanto membro da comunidade e vivendo no seu seio. Toda a comunidade tende a tornar-se educativa. Consequentemente, todos os recursos educativos da comunidade devem pôr-se ao serviço da educação pré-escolar, não só por razões de economia e de eficácia, mas também porque a educação pré-escolar ficará assim melhor adaptada ao meio e, por isso, preparará melhor a criança para nele viver. - É necessária uma grande continuidade entre a educação que a criança recebe em casa e na colectividade e a educação pré-escolar, nos locais em que ela toma uma forma institucionalizada. Uma das características da educação permanente é partir da hipótese que a educação é feita tanto na escola como na comunidade; ora lutar para que a educação pré-escolar se torne a primeira fase da educação permanente, não implica de modo nenhum que o papel da família e meio social devam diminuir. Para que se possa generalizar a educação pré-escolar nos países em vias de desenvolvimento, devem-se satisfazer duas exigências primordiais: reduzir os seus custos e aliar esta educação às estruturas sociais e culturais da comunidade. Na realidade, este é um problema muito próximo do da função de auxiliar da família e da comunidade de que já falámos anteriormente.

Dada a sua importância, focamos estes cinco pontos:

1. A educação permanente é um processo contínuo e a educação pré-escolar, como **fase inicial que lança as bases**, deve estar **incluída na educação**

básica, articulando-se com os outros elementos do sistema e desempenhando nele um papel específico.

2. A educação permanente deve concorrer para a democratização da educação, não apenas alargando o acesso, mas garantindo a igualdade de oportunidades de sucesso; e a educação pré-escolar tem a **função compensatória** não só como meio de corrigir ou recuperar, mas como **meio de igualar as condições sociais e culturais, em especial de expressão verbal** e aptidão para manejar a língua do ensino ou as abstracções, condições de habitação, cuidados médicos, etc.

3. A educação permanente visa assegurar o desenvolvimento harmonioso do «homem completo» desde a primeira infância e a educação pré-escolar deve **favorecer o desenvolvimento do indivíduo, da criatividade e socialização, inculcando valores morais e sociais**, de forma que a criança tome o seu lugar no meio humano e físico.

4. A educação permanente é a educação para o mundo em transformação e para transformar o mundo e a educação pré-escolar deve **dar à criança o sentimento de segurança afectiva para aceitar a mudança com confiança e participar activamente nela**.

5. Na perspectiva da educação permanente, cada indivíduo é membro duma comunidade educativa, cujos recursos devem ser postos ao serviço da educação pré-escolar, e deve **garantir-se uma grande continuidade entre a educação que a criança recebe em casa e na colectividade e na educação pré-escolar institucionalizada**, que deve ser considerada a primeira fase da educação permanente, sem que isso implique que o papel da família e meio social devam diminuir.

Neste relatório, tal como nos relatórios anteriores analisados, a UNESCO defende que a educação de infância deve fazer parte integrante da educação permanente. Defende ainda a construção da “cidade educativa” na qual todas as organizações devem participar tendo em vista a criação de igualdade de oportunidades de acesso à educação.

Um dos marcos mais importantes do século XX no campo da educação foi a publicação do Relatório para a Unesco *Educação: um tesouro a descobrir*, conhecido com *Relatório Delors*, que varre um grande leque de questões que permeiam a Educação. Neste Relatório, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI “deu-se por satisfeita ao conseguir identificar

algumas tendências pesadas do passado recente e em propor consensualmente certas pistas de reflexão que podem ajudar a ganhar inteligibilidade sobre o nosso futuro colectivo” (Delors/Unesco, 1996: 9), defende que “à educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.” (Delors/Unesco, 1996: 77) e, que “para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, durante toda a vida, serão dalgum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver em comum*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes.” (Delors/Unesco, 1996: 77).

No que concerne à educação básica, o relatório Delors advoga que: “É no seio da família, mas também e mais ainda, ao nível da educação básica (que inclui em especial os ensinios pré-primário e primário) que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão durante toda a vida: a chama da criatividade pode começar a brilhar ou, pelo contrário, extinguir-se; o acesso ao saber pode tornar-se, ou não, uma realidade.” (Delors/Unesco, 1996: 103). E que: **“a educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco.”** Salienta ainda que “a educação básica é um indispensável «passaporte para a vida» que faz com que os que dela beneficiam possam escolher o que pretendem fazer, possam participar na construção do futuro colectivo e continuar a aprender” (Delors/Unesco, 1996: 106). A continuidade educativa dos 3 aos 12 anos de idade coloca aos sistemas educativos a necessidade de se repensar a (re)-organização do ensino. Neste relatório, tal como no Projecto nº 8 do Conselho da Europa, preconiza-se a continuidade educativa entre os dois níveis de educação pré-escolar e primário, ou melhor, a sua integração na educação básica. Ainda neste documento da UNESCO (Delors/Unesco, 1996: 110), é dada grande importância à educação de infância: “Para além da iniciação à socialização que os centros e programas de educação pré-escolar facultam, verifica-se que as crianças que beneficiam deste tipo de educação têm uma disposição mais favorável em relação à escola e correm menos riscos

de a abandonar prematuramente do que as que não tiveram essa oportunidade”. Diz ainda que “uma escolarização iniciada cedo pode contribuir para a igualdade de oportunidades, ajudando a superar as dificuldades iniciais de pobreza, ou dum meio social ou cultural desfavorecido”.

1.3 – Contributo da OCDE para a educação pré-escolar em Portugal

Em 1948, após a 2ª Guerra Mundial, com a necessidade de se proceder à reconstrução de uma Europa fragmentada pela guerra, surge a *Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE)* que através da implementação do plano Marshall administrou a ajuda que os Estados Unidos e o Canadá deram para o processo de reconstrução europeia. À OECE sucede em 14-12-1960 a OCDE (*Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos*) sendo nesta mesma data criado o CERI / Centro para a Investigação e Inovação no Ensino da OCDE.

Os estudos sobre educação realizados pela OCDE têm como objectivo a análise e desenvolvimento de políticas educativas procurando aumentar a sua eficiência, efectivação e equidade; e, para esse efeito, realiza a recolha de informação pormenorizada acerca dos sistemas de ensino, relatórios e revisões temáticas em áreas específicas em conjunto com os governos dos países intervenientes tendo em vista a despistagem de problemas e a procura de soluções para os mesmos.

Na década de 60 do século XX, Portugal participou no *Projecto Regional do Mediterrâneo*, financiado pela OCDE, e que tinha como finalidade planear de forma adequada os contextos educativos dos países participantes. O Centro de Estudos de Estatística Económica realizou uma *análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa* e, em 1964, o Instituto de Alta Cultura publicou o relatório do *Projecto Regional do Mediterrâneo: Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole) — previsão para 1975*. A análise do contexto educativo português tinham por objectivo realizar uma previsão das necessidades educativas que Portugal teria em 1975 no que concerne ao número de alunos, de professores, de estabelecimentos de ensino e de verbas para custear o desenvolvimento do sistema educativo português que na época se encontrava subdesenvolvido em relação ao resto da Europa.

Em 1976 a OCDE publicou *Decision-making in Educational Systems: the ex-*

perience in Three OECD Countries. Country reports: summaries (vol. II) e em 1977 *La prise des décisions dans les systèmes d'éducation: l'expérience de trois pays de l'OCDE. Projets nationaux, synthèse et évaluation* (vol. I), onde são apresentados estudos sobre os sistemas educativos da Grécia, Portugal e Turquia, sendo aqui publicados os dados preliminares que fundamentaram a reforma Veiga Simão, que previa uma educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos.

Em 1981, em *Enfants et société: vers une réforme de l'éducation préscolaire* cobre-se um vasto leque de reflexões sobre a educação pré-escolar tais como: a relação entre o trabalho feminino e a educação pré-escolar; as vantagens, os obstáculos e os limites que se colocam às medidas que visam a integração dos vários serviços (com funções de guarda e/ou educação) que organizam as instituições de educação pré-escolar; a participação dos pais; os custos; o período de frequência das instituições de educação pré-escolar; a idade a que corresponde; a política actual para a educação de infância, número e natureza das instituições de guarda e educação da educação pré-escolar; a formação do pessoal; a política a seguir nos anos vindouros e a expansão da educação pré-escolar.

Em 1982 a OCDE/CERI publicou o relatório *L'enfance en jeu: analyse des services éducatifs et sociaux / Caring for Young Children: an Analysis of Educational and Social Services*, que aborda pontos específicos como as mudanças e a continuidade da vida familiar, a necessidade de redefinir a educação pré-escolar e a relação entre a quantidade e qualidade na educação pré-escolar, entre as organizações centrais e a autonomia local, entre os profissionais e família e entre serviços públicos e privados; defende nas conclusões: "il ne suffit plus de garder et soigner les enfants, il faut les éduquer... on propose la réalisation d'un service public généralisé pour tous les enfants d'âge préscolaire, qui soit en mesure de prendre en compte leurs besoins fondamentaux en matière de garde, de soins, de santé et d'éducation, dans l'espoir qu'une couverture généralisée de cette nature pourra à la fois satisfaire la demande, éviter les effets néfastes observés dans une situation de carence et, enfin, faire respecter aux mieux le principe de l'égalité des chances pour tous les enfants... la socialisation des enfants ne peut pas se faire entièrement à l'intérieur des familles" / "já não é suficiente guardar e cuidar das crianças, é preciso educá-las (...) propomos que se efective um serviço público generalizado para todas as crianças de idade pré-escolar que seja capaz de ter em consideração as suas necessidades fundamentais em matéria de guarda, cuidados, saúde e

educação, no sentido de que uma cobertura generalizada desta natureza possa, ao mesmo tempo, satisfazer a procura, evitar os efeitos nefastos observados em situação de carência e, também, fazer respeitar da melhor forma o princípio da igualdade de oportunidades para todas as crianças... a socialização das crianças não se pode fazer integralmente apenas no seio da família" (OCDE, 1982: 183-187).

O Exame das políticas nacionais de educação: Portugal (OCDE, 1984) descreve o sistema educativo português com a seguinte estrutura organizacional: educação pré-escolar: 3 aos 6 anos; ensino primário: 6 aos 10 anos; ensino preparatório: 10 aos 12 anos; ensino secundário (curso geral unificado): 12 aos 15 anos; ensino secundário (curso complementar): 15 aos 18 anos. Prevê o aumento da idade da escolaridade obrigatória dos 14 para os 15 anos de idade. Adverte para o facto do sistema de ensino obrigatório manifestar alguns sinais graves de subinvestimento: as condições das escolas primárias em áreas isoladas com um só professor; a utilização excessiva de algumas escolas preparatórias; e a insuficiência da rede de ensino preparatório. No que respeita à educação pré-escolar, através da promulgação da Lei 5/77, de 1 Fevereiro, o governo, para dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 74º (Ensino) da Constituição da República Portuguesa ("1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. 2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) **Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar...**") criou o sistema público de educação pré-escolar, como expressão da determinação governamental de estabelecer uma rede pública de jardins-de-infância com o seu próprio estatuto e de, ao mesmo tempo, definir os objectivos da educação pré-escolar e de criar um corpo de educadores de infância especializados. "A Lei de 1977 teve o mérito de definir os objectivos básicos da educação pré-escolar, destinada a prevenir problemas escolares subsequentes e a compensar, tanto quanto possível, as desigualdades socioculturais. A pedagogia seguida neste processo educativo geral é principalmente baseada no jogo, com uma iniciação gradual ao cálculo e à leitura a fim de facilitar a transição para o ensino primário (...) Actualmente (1984), apenas 15% das crianças de 5-6 anos e cerca de 13% de 3-5 anos são abrangidas. Torna-se assim, impossível à educação pré-escolar desempenhar o seu papel compensatório, uma vez que as áreas rurais não

têm quaisquer jardins de infância e que, nas cidades, as famílias têm ainda que pagar mensalidade – embora bastante baixa – nessas instituições." (OCDE, 1984: 90-91). Antes da promulgação desta lei, os estabelecimentos de educação para crianças dos 3 aos 6 anos dependiam da iniciativa privada e eram criados sob a forma de instituições, associações e cooperativas tutelados pelo Ministério dos Assuntos Sociais. A partir desta altura, surgem duas redes de estabelecimentos de educação pré-escolar: uma dependente do Ministério dos Assuntos Sociais e outra do Ministério da Educação.

Nas questões específicas (questão 21), salienta-se que, para um desenvolvimento célere da educação pré-escolar em Portugal, deve ter-se em conta as limitações dos recursos, por um lado, e, por outro, o cuidado de se realizar um planeamento baseado nas necessidades sociais e económicas do país e a estratégia de desenvolvimento do sistema educativo em geral. Neste planeamento, atendendo à falta de recursos económicos, deveria ser considerada a hipótese do governo central se responsabilizar pelo incentivo da expansão e criação da rede (educadores) e as autarquias locais responsabilizarem-se pela construção e gestão dos jardins de infância. Estas medidas de descentralização serviriam para a criação de uma rede "ordenada" de jardins de infância em zonas desfavorecidas ou de maior afluência de mão de obra feminina. Salienta-se ainda que, para que a criação do sistema público de educação pré-escolar, preconizado na Lei 5/77, se tornasse realidade era necessário dar prioridade à formação de pessoal docente para exercer funções neste sector de educação. Através da Lei 6/77, de 1 de Fevereiro, o governo criara as Escolas normais de educadores de infância e o quadro dos educadores de infância (OCDE, 1984: 163-64).

Após a promulgação das leis supracitadas, foi promulgado o Decreto-lei 542 de 31 de Dezembro de 1979, Estatuto dos Jardins de Infância, que regulamenta as normas de funcionamento da educação pré-escolar e os deveres e os direitos dos profissionais deste grau de ensino.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 veio confirmar a integração da educação pré-escolar no sistema educativo.

Apesar destas medidas legislativas, a educação pré-escolar pública teve um desenvolvimento moderado enquanto que a educação pré-escolar privada teve um grande desenvolvimento. De salientar que estas instituições de educação pré-escolar eram tuteladas por dois ministérios diferentes, o da Educação e o

da Segurança Social assegurando cada um deles, prioritariamente, a função educativa e a função social ou de guarda respectivamente. Tendo em conta o atrofamento da educação pré-escolar pública e a necessidade de se criarem estabelecimentos de educação pré-escolar que garantissem a oferta das funções de guarda e de educação cumulativamente, bem como a necessidade de se garantir a universalidade da educação pré-escolar de qualidade, foi promulgada a Lei 5/97 de 10 de Fevereiro, Lei-Quadro da Educação Pré-escolar (DR 34) que regulamenta a tutela única do Ministério da Educação de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar.

Em Março de 1998, Portugal, na sequência da implementação de medidas concretas adoptadas pelo Ministério da Educação desde 1996, através do "Programa de Expansão e Desenvolvimento da Rede de Educação Pré-Escolar", candidatou-se a fazer parte do "Estudo Temático da Educação Pré-escolar e Cuidados para a Infância" que a Comissão de Educação da OCDE ia realizar no âmbito da realização do projecto "Tornar a Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade para Todos" (ME/DEB, 2000: 155).

As questões primordiais são nomeadamente: 1) o contexto em que se desenrola a Educação e os Cuidados para a Infância, quais as principais preocupações e atitudes tomadas para lhes fazer frente; 2) o papel dos serviços centrais, locais, organizações não governamentais e outros parceiros sociais em cada fase do processo; 3) as opções políticas praticáveis e adequadas à realidade portuguesa; 4) o impacto, a coerência e a eficácia das diferentes abordagens; 5) dados e instrumentos existentes para fundamentar estas políticas, bem como a investigação e a posterior avaliação.

As conclusões do estudo revelam alguns pontos sobre os quais será necessário reflectir e agir. Assim sendo será fundamental não só melhorar a coerência das medidas políticas tomadas pelos vários Ministérios envolvidos e sua implementação, mas também investir na formação inicial e contínua dos docentes. Reflectir e usar medidas que melhorem o estatuto e as condições de serviço dos docentes, tal como reforçar a inspecção e a auto-avaliação, melhorando as normas e fortalecendo a responsabilização das instituições envolvidas. Equacionar questões que digam respeito à igualdade de direitos dos sexos e a oferta de apoio às crianças com menos de três anos, assim como assegurar a conservação dos registos das mesmas. Melhorar a implementação de medidas de modo a certificar que cada realidade respeite a legislação, procedendo à recolha de estatísticas fiéis dos assuntos da criança e

investigar sobre a qualidade dos diferentes serviços de apoio.

O Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Solidariedade reconheceram a necessidade de se aumentar o número de vagas para crianças mais pequenas já que... é muito provável que aqueles que tradicionalmente se ocupavam delas e as educavam... se encontrem também empregados. A crescente preocupação com taxas elevadas de insucesso escolar, fez incidir as atenções dos responsáveis políticos sobre a função dos serviços de apoio à infância como meio de proporcionar a todas as crianças e, em particular, às crianças mais desfavorecidas um início de vida mais equilibrado. Por conseguinte, em Portugal, a oferta de cuidados para a infância é considerada um instrumento importante para promover a socialização e a integração social entre os diversos grupos socioculturais, incentivando o respeito pela diversidade cultural e facilitando a consciencialização das crianças sobre o papel que, elas próprias, desempenham na sociedade. (ME/DEB, 2000: 170)

... a par do seu sucesso académico, as mulheres têm conseguido maior acesso ao mercado de trabalho... ao contrário do que se passa em muitos outros países europeus, em Portugal, as mães de crianças pequenas tendem a manter empregos a tempo inteiro... Um consequência desta tendência é a procura elevada, por parte das famílias, de estabelecimentos para a infância com horário alargado, que permitam ao pai e à mãe trabalhar a tempo inteiro. Uma segunda consequência é que, à medida que o estatuto económico e social das mulheres melhora, elas passam a enfrentar maiores pressões para conciliarem as suas responsabilidades profissionais com as familiares (ME/DEB, 2000: 171-172).

Ao definir legalmente o início da educação pré-escolar aos 3 anos de idade e na ausência de qualquer papel a desempenhar pelo Ministério da Educação no grupo etário dos 0 aos 3 anos de idade, está-se a desperdiçar uma valiosa oportunidade de reforçar os alicerces da aprendizagem para toda a vida dos cidadãos portugueses mais novos... tal abordagem contrasta com as tendências verificadas em muitos outros países europeus como Espanha, Suécia e o Reino Unido, onde o papel dos Ministérios da Educação, no que respeita a estabelecimentos para o grupo etário dos 0 aos 3 anos de idade, tem vindo, nos últimos anos, a assumir maior abrangência. (ME/DEB, 2000: 212)

As ligações entre os sectores e fases etárias devem ser reforçadas para se assegurar a continuidade de experiências... desde que seja reconhecido o estatuto, o profissionalismo e o poder de intervenção dos educadores de infância, os estabelecimentos integrados podem ser benéficos, na medida em que permitem a formação de pontos de vista coerentes sobre o desenvolvimento das crianças e a continuidade dos serviços que lhes são prestados. (ME/DEB, 2000: 217)

A equipa da OCDE considera importante que o governo português implemente certas medidas no sentido de melhorar a educação pré-escolar e os cuidados

para a infância em Portugal: assumir a educação das crianças como uma responsabilidade da sociedade e do Estado e subsequente valorização das suas funções educativa e social como promotoras de desenvolvimento; valorizar a parceria com os pais; adequar a qualidade dos serviços sociais e educativos no sector público e privado; desenvolver a universalidade, a acessibilidade e a gratuitidade; conciliação de interesses dos sectores público e privado tendo em conta a organização dos serviços e as funções que devem desempenhar no sentido de se conseguir a igualdade de oportunidades, generalizar a oferta de serviços de qualidade para crianças dos 0 aos 3 anos; integrar os serviços para as crianças dos 0 aos 3 anos na tutela do Ministério da Educação tendo em vista a qualidade dos serviços prestados; inclusão das crianças com NEE no sistema de ensino regular; concentrar a política educativa num Ministério; coerência e coordenação dos serviços para a infância; melhorar a inspecção promovendo estratégias de monitorização e avaliação da qualidade dos serviços; monitorização da implementação das *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*; e oferta de formação contínua; igualar o estatuto e as condições de trabalho dos educadores nos sectores público e privado; necessidade de recolher dados e realizar registos estatísticos; partilha de responsabilidades familiares e igualdade de oportunidade de igualdade sócio-económica e profissionais das mulheres.

1.4 – Educação pré-escolar, primeira etapa da educação básica

A história da educação de infância em Portugal medeia entre o privado e o público, entre a função de guarda, a função social (assistencial) e a função educativa. Esta história evoluiu em sintonia com a história da mulher, da família e do trabalho. É uma história que se desenrola entre a família e a escola oscilando entre a protecção e a afectividade por um lado e, por outro, a racionalidade científica e técnica. É também uma história que evoluiu entre o saber fazer intuitivo e uma praxis adquirida teoricamente por parte daqueles que a ela se dedicaram e que com ela foram evoluindo. Podemos dizer que é uma história marcada por avanços e retrocessos, escrita de várias formas, mediada entre o privado e o público, nascida para a função de guarda de uma infância desprotegida, tendo evoluído para uma função social e mais tarde

para uma função educativa. Esta evolução das funções da educação de infância em Portugal, não foi nem é linear e, desde os seus primórdios, que as várias funções que a mesma desempenha e/ou deve desempenhar se têm confundido. Estes avanços e retrocessos não se verificaram unicamente nas funções que a educação de infância deve desempenhar, verificando-se também na instituição a quem cabia a responsabilidade, o dever de a fomentar e/ou alargar.

Nos nossos dias, a educação de infância continua entre o privado e o público, entre as funções de guarda, a função social (assistencial) e a função educativa. Apesar de já ser reconhecida, só recentemente o discurso oficial explicita de forma clara o potencial educativo que subjaz à educação pré-escolar e prevê um quadro integrador das diferentes modalidades deste nível de educação, perspectivando uma organização pedagógica e curricular comum às diferentes instituições.

Com a publicação da Lei 5/97 de 10 de Fevereiro (Lei-Quadro da Educação pré-escolar), do Despacho 5220/97 de 4 de Agosto, (*Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*) e do Decreto-lei 241/2001 de 30 de Agosto, a educação pré-escolar é concebida como **"primeira etapa da educação básica"** e ganha destaque no sistema educativo português, embora ainda não tenham sido tiradas as respectivas consequências.

A educação pré-escolar, como direito e necessidade social, é, assim, hoje definida como a primeira etapa da educação básica, sendo também complementar da acção educativa da família. Este lugar de charneira entre a educação familiar e a educação básica nacional é específico e tem dado origem a diferentes posições e soluções. Com base na Lei 5/97 de 10 de Fevereiro, e na análise que Formosinho (1997) faz desta Lei, faremos uma abordagem sobre o conceito de educação pré-escolar que esta preconiza. A Lei 5/97, no capítulo II, art.2º, concebe a educação pré-escolar como a "primeira etapa da educação básica, no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário".

O facto da educação pré-escolar ser considerada a primeira etapa da educação básica, no processo de educação ao longo da vida, resulta por um lado, do

facto de as investigações realizadas confirmarem “as vantagens educativas” da frequência da educação pré-escolar e, por outro, “das características das sociedades desenvolvidas (urbanizadas, massificadas, informatizadas, mediatizadas, globalizadas e multiculturais) que tornam as famílias cada vez mais desprotegidas, impreparadas e indisponíveis para uma educação completa das crianças” (Formosinho, 1997a: 31).

Ao conceber a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica, a Lei 5/97 confere à educação pré-escolar um papel fundamental no sucesso educativo de todas as crianças. Assim, e para que esta premissa seja exequível, torna-se necessário que a educação pré-escolar seja generalizada (art.3º nº 2, 5º alíneas a) e b), art.7º), acessível (art.5º alíneas b e d) e gratuita (art.16º da Lei 5/97). De salientar que esta Lei defende a universalização da oferta da educação pré-escolar (art.3º nº 2º) e a generalização da mesma (art.5º alínea a), mas não preconiza a sua obrigatoriedade. Obrigatoriedade e universalidade da educação pré-escolar são dois conceitos distintos e o facto de esta ser ou não obrigatória não significa que seja universal e vice-versa. Se por um lado a obrigatoriedade não leva necessariamente à universalidade, por outro, a universalidade não exige a obrigatoriedade; a universalidade da educação pré-escolar pode ser atingida através “da oferta generalizada, a acessibilidade e a gratuitidade” (Formosinho, 1997a: 33). No que concerne à generalização da oferta da educação pré-escolar, a mesma só se verificará quando existir uma taxa de cobertura de educação pré-escolar capaz de satisfazer as necessidades das famílias e das crianças, tornando-se a mesma generalizada em todas as zonas do país, o que no nosso país ainda não acontece.

“A acessibilidade passa pela difusão e coordenação da rede escolar infantil e pelos horários de funcionamento dos centros de educação pré-escolar” (Formosinho, 1997a: 33), de acordo com as necessidades e interesses dos que dela querem usufruir de forma a possibilitar a todos a frequência destes serviços. No artigo 5º alínea d) é referido que: “incumbe ao Estado prestar apoio especial às zonas carenciadas”, o que pressupõe que a diversificação e acessibilidade dos estabelecimentos pré-escolares seja uma realidade tanto em “zonas rurais, suburbanas e urbanas” (Formosinho, 1997a: 33).

Segundo o Relatório preparatório para a OCDE (ME/DEB/OCDE, 2000: 62): “Se é verdade que a lei portuguesa consagra o princípio da universalidade de acesso à educação pré-escolar, dado o desencontro entre a oferta disponível e o

número de crianças em idade regular de frequentar Educação e Cuidados para a Infância, existem zonas do país onde há um défice de oferta”.

Podemos concluir que existe um desfasamento entre a oferta e a procura uma vez que não existe uma oferta generalizada da educação pré-escolar em todo o país, o que contraria o critério da universalidade. Se se pretende integrar a educação pré-escolar ao nível dos 4 e 5 anos na educação básica não parece, porém, possível fazê-lo com graus diferentes de obrigatoriedade, não tanto para os pais das crianças, mas para o Estado que não garante as condições necessárias à rede escolar.

Outra das características da educação básica é a gratuitidade. Sobre este aspecto a Lei 5/97 preconiza que: “A componente educativa da educação pré-escolar é gratuita. As restantes componentes da educação pré-escolar são comparticipadas pelo Estado de acordo com as condições económicas das famílias, com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades, em termos a regulamentar pelo Governo” (art.16º). “Esta nova Lei consagra a gratuitidade da componente educativa em todas as unidades pré-escolares, sejam elas de natureza pública, privadas ou de solidariedade social” (Zão, 1997: 351). No entanto, neste artigo verificamos uma diferenciação de atitudes face às diferentes componentes da educação pré-escolar. Enquanto que a componente educativa é gratuita, a componente social de guarda e cuidados infantis é comparticipada pela família de acordo com as suas condições económicas.

No artigo 10º a Lei 5/97 refere como objectivos da educação pré-escolar: a promoção do desenvolvimento pessoal e social, a socialização, a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem, o desenvolvimento individual, o desenvolvimento da expressão e comunicação e da compreensão do mundo, o despertar da curiosidade e do pensamento crítico.

No que concerne aos estabelecimentos, “entende-se a instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas, e actividades de apoio à família” (art.3º - 3º). Incumbe ao Estado por um lado criar uma rede pública e, por outro, apoiar as iniciativas particulares (art.5º alínea a) e art.7º).

Segundo a Lei 5/97 a rede nacional de educação pré-escolar é constituída por uma rede pública e uma rede privada (art.13º e 14º). A rede pública integra “os

estabelecimentos de educação pré-escolar a funcionar na directa dependência da administração central, das Regiões Autónomas e das autarquias locais” (art.13º). “A rede privada integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionem no âmbito do ensino particular e cooperativo, em instituições particulares de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos que prossigam actividades no domínio da educação e do ensino” (art.14º). Além destas respostas educativas, esta Lei considera ainda outras modalidades de educação pré-escolar que surgem como resposta a contextos e necessidades locais específicos: “ a educação de infância itinerante e a animação infantil comunitária” (art.15º). “A possibilidade de criação de uma rede pública municipal de Jardins de Infância surge, sem dúvida, como a principal inovação desta Lei” (Fernandes, 2001).

Devemos salientar que desde a sua criação, estas duas redes de estabelecimentos de educação pré-escolar têm por base o desempenho de funções diferentes: enquanto que a rede pública surgiu como uma resposta educativa e compensatória da educação pré-escolar, a rede privada e de solidariedade surgiu com uma função de guarda e cuidados, com um carácter mais assistencial do que educacional. No horário de funcionamento que cada uma das redes preconiza vêem-se patentes as diferentes funções para as quais foram criadas.

Constatamos que esta Lei representa a integração das componentes educativas e de cuidados sociais, preconizando um serviço para a criança (educação) e para a família (guarda e cuidados assistenciais) quando diferencia a componente educativa da componente social de guarda e cuidados infantis. Esta diferenciação é feita considerando a componente educativa como uma actividade lectiva e a componente social como uma actividade não lectiva de atendimento e animação (art.12º -1 e art.4º alínea d). Estas duas componentes da educação pré-escolar têm segundo Formosinho (1997a: 34) “por isso, estatutos diferenciados quer em termos de contribuição financeira da família, quer em termos de horário, quer em termos do pessoal de atendimento”.

Assim, a gratuitidade da educação pré-escolar restringe-se à componente lectiva (art.16º). Esta, para além de ser gratuita, tem um horário consignado na Lei (art.12º - 1º) que também define os profissionais responsáveis por esta componente – os educadores de infância (art.18º - 1 e 2). No que concerne à componente não lectiva, verificamos que a mesma não é gratuita, é

considerada como um prolongamento do horário lectivo, que deve ir de encontro às necessidades das famílias, uma vez que estas devem *"dar parecer sobre o horário de funcionamento do estabelecimento de educação pré-escolar"* (art.4º, al. c) e, *"O horário dos estabelecimentos deve igualmente adequar-se à possibilidade de neles serem servidas refeições às crianças"* (art.12º-2) "o horário de funcionamento do estabelecimento de educação pré-escolar é homologado pelo Ministério da Educação, sob proposta da direcção pedagógica, *ouvidos os pais e encarregados de educação"* (art.12º-2), enquanto que, não se encontra consignado na Lei a cargo de quem é que fica a componente não lectiva. Como podemos constatar, a componente social de guarda e cuidados infantis prende-se com os horários alargados de frequência e com o funcionamento de serviços de almoços. A dicotomia gratuidade / pagamento das diferentes componentes também se prende com os horários de funcionamento das instituições e o serviço prestado durante o período de tempo que elas funcionam.

No que concerne à prestação de serviços educativos e de guarda na educação pré-escolar, achamos pertinente citar o Relatório preparatório para a OCDE (ME/DEB/OCDE, 2000: 56) para clarificar a diferença destas duas funções e o motivo que faz com que as mesmas não sejam desempenhadas apenas por educadores de infância: "A prestação de serviços educativos é obrigatoriamente exercida por profissionais do desenvolvimento infantil, isto é, tendo como habilitação o curso de educadores de infância. O tempo de actividades pedagógicas – tempo lectivo – tem de ser assegurado, em cada sala, por profissionais, já que se reconhece a especificidade do trabalho com crianças nesta faixa etária e a importância de uma educação de qualidade quando se trata de educação pré-escolar. O prolongamento de horário de atendimento – tempo não lectivo – não tem uma intencionalidade pedagógica, por isso o perfil do pessoal de atendimento e animação é diferente."

A função social da educação pré-escolar surge com a crescente necessidade que as famílias têm de encontrar um local seguro onde possam deixar os seus filhos durante as horas de trabalho. Com a crescente participação da mulher no mundo do trabalho, com o subsequente afastamento de casa e a impossibilidade de criar os filhos, com o alargamento dos locais de trabalho para lugares distantes do local de residência e/ou até para longe do local de origem, com o surgimento da família nuclear, surge também a necessidade dos pais encontrarem respostas para a "guarda" dos seus filhos fora do

horário lectivo das instituições pré-escolares. Se por um lado as instituições particulares já proporcionavam esta função, por outro, as instituições estatais não o faziam. Tendo em conta o reconhecimento de que a frequência de uma instituição de educação pré-escolar é benéfica para a criança, a Lei 5/97 veio dar visibilidade às suas diferentes funções com vista a uma melhor e maior qualidade nos serviços prestados para este grupo etário. Assim, através do alargamento do horário das instituições e do surgimento da componente de apoio à família, a Lei-Quadro integra a função de guarda e cuidados associada à função educativa nas instituições dependentes do Ministério da Educação.

A Lei-Quadro “vem consagrar a tutela pedagógica única por parte do Ministério da Educação” (Bairrão e Vasconcelos, 1997: 17). “A tutela pedagógica única do Ministério da Educação pretende garantir que todos os contextos de educação pré-escolar concretizem a oferta da educação de infância como serviço educativo e como serviço social de qualidade” (ME/DEB/OCDE, 2000: 54). A Lei-Quadro representa um enquadramento global das várias funções da educação de infância integrando “valências pedagógicas e sociais, dentro do princípio de que a educação pré-escolar é um serviço às crianças e às famílias, é um serviço educativo com uma indispensável componente social e desempenha no nosso sistema educativo a primeira etapa da educação básica” (Formosinho, 1997a: 41).

Segundo a Lei 5/97 “incumbe ao Estado estabelecer regras comuns que regulamentem todas as modalidades educativas de educação de infância”. Formosinho (1997a: 35), salienta que estas “incidem sobre aspectos estruturais (enquadramento normativo genérico, tutela do sistema, articulação com o ensino básico), aspectos financeiros (financiamento e contribuição das famílias), aspectos organizacionais (organização pedagógica incluindo a direcção pedagógica e a animação pedagógica, horários e funcionamento), aspectos pedagógicos (linhas curriculares, qualificação do pessoal) ... A intervenção do Estado deverá ser no sentido de estas duas unidades se integrarem em centros educativos, se articularem com o ensino básico e se configurarem em contextos realmente organizacionais” (Formosinho, 1997a: 40).

O art.11º desta Lei consagra que: “Cada estabelecimento de educação pré-escolar dispõe, de entre outros órgãos, de uma direcção pedagógica, (...), a qual garante a execução das linhas de orientação curricular e a coordenação da actividade educativa”. Segundo Formosinho, (1997a: 36) “A montagem de

uma organização pedagógica comum a todos os centros é importante: é outra expressão da consideração deste nível educativo como a etapa inicial da educação básica” e “o director pedagógico é o garante da autonomia técnica das educadoras no seu desempenho profissional em qualquer contexto, sobretudo nos contextos em que os estabelecimentos de educação pré-escolar estiverem inseridos em unidades organizacionais mais vastas incluindo outros níveis de ensino, designadamente o 1º ciclo do ensino básico, ou creches e valências assistenciais. A consideração em conjunto da educação pré-escolar e do ensino primário como níveis da educação básica é mais lógica em termos curriculares e pedagógicos, é mais adequada em termos normativos e relacionais e dá muito mais garantias de êxito quando consideradas as questões da cultura organizacional e profissional, de rede escolar, de unidades organizacionais de prestação de serviços” (Formosinho, 1997b).

Na sequência desta Lei, e no que respeita ao aspecto pedagógico, foi elaborado um documento legal, as *Orientações Curriculares para a Educação de Infância*, aprovadas pelo Despacho 5220/97 de 10 de Julho, que constituem uma referência comum para todos os educadores da rede nacional de educação pré-escolar e diferenciam-se de algumas concepções de currículo por serem mais gerais e abrangentes, isto é, por incluírem a possibilidade de fundamentar diversas opções educativas e, portanto, vários currículos, dando corpo a um conjunto de princípios que orientam as práticas na condução do processo educativo e na organização da componente educativa. “Os modelos curriculares baseados na globalização e na iniciação aos saberes e distantes da compartimentação disciplinar do saber” mostram-nos a proximidade que existe entre a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico. Esta proximidade leva (...) “à consideração em conjunto da educação pré-escolar e do ensino primário como primeiros níveis de educação básica” (Formosinho, 1997b).

O Decreto-lei 147/97 clarifica o definido na Lei-Quadro, explicita a constituição de uma rede nacional de educação pré-escolar única pelo Ministério da Educação e define a necessidade de conjugar na educação pré-escolar objectivos pedagógico/educativos com objectivos sociais de apoio à família. Este Decreto-lei, de acordo com o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, prevê a cooperação institucional entre vários ministérios, define as condições de apoio financeiro necessário ao desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar ao mesmo tempo que define as condições

organizativas destes estabelecimentos e consagra o direito de participação das famílias na elaboração do projecto educativo dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Tendo em conta que a valorização da educação pré-escolar leva à valorização das bases do ensino e da educação, o que origina a valorização da escola, o Regime Jurídico da Educação Pré-Escolar é "susceptível de contribuir para a valorização do papel da Escola na sociedade portuguesa" (Lemos, 1986: 79).

"A conceptualização da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica arrasta imediatamente a questão da sua articulação com a segunda etapa – o ensino primário ou elementar. O sucesso da educação pré-escolar depende muito do modo como for continuada no nível seguinte" (Formosinho 1997b) por isso "é importante que os educadores no pré-escolar se apercebam do processo individual de desenvolvimento de cada criança e a ajudem a progredir até ao máximo das suas capacidades. No ensino básico, os professores devem assentar os seus ensinamentos nas capacidades e competências que as crianças já adquiriram no pré-escolar" (Nabuco, 1992: 82). Sobre a transição entre estes dois níveis de educação Bairrão & Tietze (1995: 70) também sublinham a necessidade de articulação para que "os potenciais benefícios de ambos os tipos de programas pré-escolares e básicos não sejam reduzidos".

Apesar de ser valorizada como a primeira etapa da educação básica, a educação pré-escolar em Portugal não é considerada a primeira etapa do sistema educativo porque não é considerada como integrando o "sistema escolar", o que só poderia ser se fosse obrigatória a sua frequência. A questão da necessidade de obrigatoriedade da educação pré-escolar para que esta faça parte integrante do sistema educativo prende-se com a condição de que, em Portugal, educação escolar é sinónimo de obrigatoriedade. Segundo Formosinho (1995: 26), "O papel do Estado na educação pré-escolar deve ser (re)definido em termos de mais Estado para garantir a integração do sector no sistema escolar, menos Estado para preservar a função social e melhor Estado para regular mais do que para regulamentar".

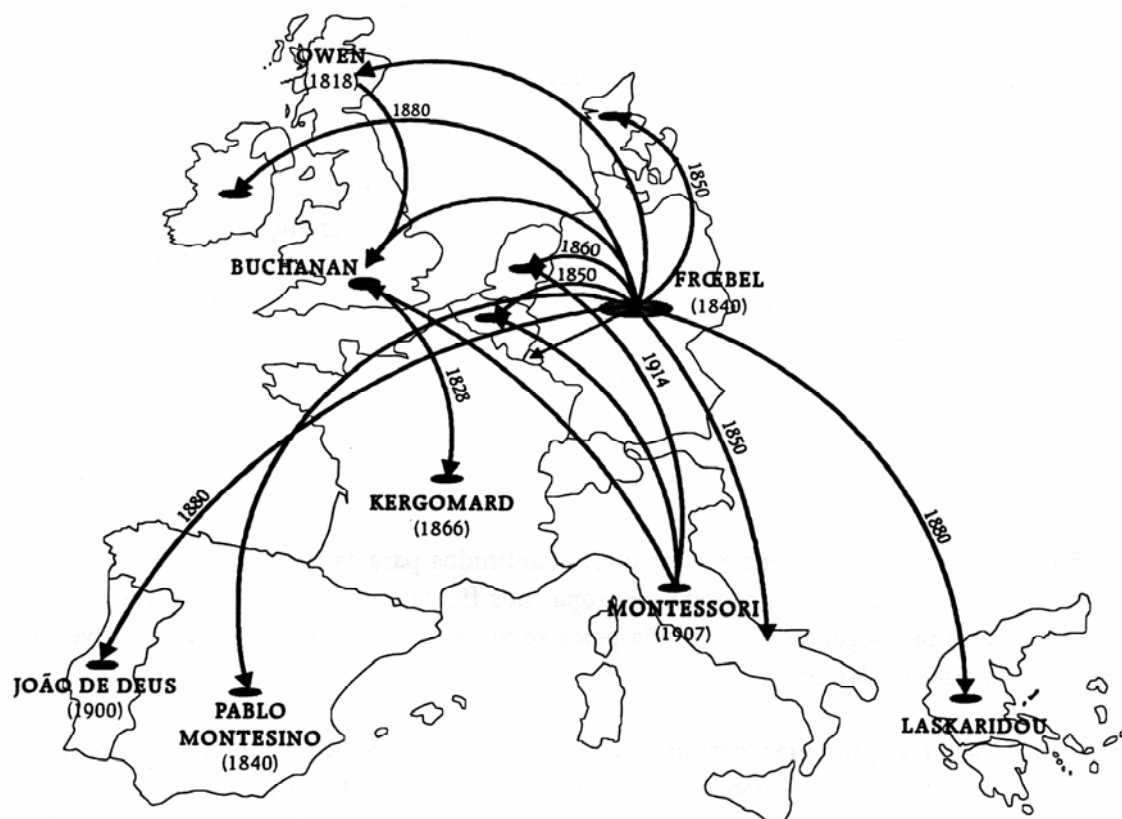
Parece que esta dicotomia de funções da educação pré-escolar, guarda/educação também se verifica no 1º ciclo do ensino básico e que há a necessidade de se resolver institucionalmente as rupturas existentes entre educação pré-escolar e a educação básica, de forma a melhorar a continuidade entre a

educação pré-escolar e a educação primária.

2.

A educação pré-escolar na União Europeia

As *Infant Schools* (1819) de Robert Owen (1771-1858) surgiram na revolução industrial inglesa, com a *função de guarda* para permitir que as mães trabalhadoras pudessem passar o dia a trabalhar nas fábricas; as primeiras *Salles d'Asile Modèle* (1828) de Paris impulsionadas por Denys Cochin (1789-1841) transformaram-se em *Écoles Maternelles* (1881) com Jules Ferry (1832-1893) como estabelecimentos de *instrução pública e laica* sob tutela do Estado; as primeiras *Kleinkinderpflegeanstalt* (1837) criadas por Froebel (1782-1852) passaram a *Kindergarten* / "jardins de crianças" (1840) com uma *função educativa pré-escolarizante*; a primeira *Casa dei bambini* (1907), criada por Maria Montessori (1870-1952) alia a *função de guarda e a função pedagógica*, acrescentando a *função socializadora*, promocional e assistencial da interacção entre escola e família que deve concretizar-se na socialização da função da mãe em casa para que seja capaz de cuidar dos filhos física e moralmente. Em Portugal as únicas escolas infantis (*pré-escolarizantes*) que passaram para o séc. XX foram os jardins escola João de Deus.



2.1 – A educação pré-escolar no Reino Unido desde Robert Owen

No século XVIII, no Reino Unido, já havia instituições, de iniciativa privada, para guarda e educação de crianças. Mas foi Robert Owen (1771-1858) que, em 1816, criou junto da sua fábrica em New Lanark, na Escócia, uma primeira "instituição" para crianças com mais de dois anos, cujas mães e irmãos mais velhos trabalhavam na fábrica. Esta inovação (*New Institution*) era destinada a filhos de operários e teve como primeiro orientador James Buchanan, tecelão da fábrica com muito entusiasmo pela educação de crianças pequenas segundo as teorias de Pestalozzi, Rousseau e Locke, que abriu uma "instituição nova" em Londres em 1818. E Samuel Wilderspin (1792-1866), tendo por base o modelo de educação de infância de Robert Owen, organizou conferências e impulsionou a criação de cerca de 150 "instituições novas" (jardins de infância) por todo o país. Em 1824, surgiu a primeira escola de formação de educadores para estas escolas infantis: a *London Infant School Society*. Em 1827 David Stow criou a *Glasgow Infant School* com várias "escolas infantis" (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 147-158).

Na Inglaterra e País de Gales o *Elementary Education Act* de 1870 previa a possibilidade de tornar o ensino básico obrigatório entre os 5 e os 13 anos, sob tutela do Ministério da Educação, onde a iniciativa privada não fosse suficiente (*Preparatory school – Independent School*). Na Escócia o *Education Act* de 1872 previa a expansão do ensino básico e secundário. No Reino Unido a escola básica obrigatória começa desde esta altura aos 5 anos de idade, considerando-se como educação pré-escolar a que se refere a crianças com menos de 5 anos. Na Inglaterra e País de Gales o *Education Act* de 1944 (Ferreira Gomes, 1977) previa que as crianças com mais de 5 anos fossem para as escolas primárias e as com menos de 5 anos ou iam para *nursery schools* / jardins de infância ou iam para *nursery classes* / classes infantis nas escolas primárias, organizadas pelas Autoridades Locais da Educação (LEAs). A Escócia e a Irlanda do Norte seguiram o mesmo caminho pelos *Education Act* de 1946 e *Education Act* de 1947, respectivamente. A criação de *Day nurseries* / infantário, o apoio a *Childminders* / amas e a animação de *pre-school playgroups* / ATL esteve dependente dos serviços sociais.

Em 1972 o *Education: A Framework for Expansion* prevê a integração em escolas primárias com salas disponíveis de grupos de crianças de 3 e 4 anos, pelo menos a tempo parcial. Na Irlanda do Norte a escolaridade obrigatória

começa aos 4 anos (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 147-158). Actualmente, o governo do Reino Unido adoptou uma política que pretende estender a educação pré-escolar pública a todas as crianças de 4 anos em todas as áreas do Reino Unido e mesmo às crianças de 3 anos. Pretende-se que em 2004 todas as crianças tenham direito a frequentar um estabelecimento (jardins de infância, classes de recepção, pré-escolas ou amas), pelo menos, a tempo parcial, a partir dos 3 anos. Em 1987, através do projecto *Strathclyde Regional Council's Pre-5 Unit*, verificou-se uma tentativa de **aliar a função de guarda à função educativa** dos estabelecimentos de educação pré-escolar. Este projecto preconizava a junção destas duas funções o que implicava mudanças nos serviços de atendimento e nos horários de funcionamento das instituições. Em 1989 e 1990 surgiram novos relatórios de política educacional tendo em vista melhorar a qualidade e a oferta dos serviços educativos. De acordo com o *Children Act 1989*, os serviços de guarda para crianças com idade inferior aos 7 anos são da tutela do serviço social. Devido ao seu cariz educativo os jardins de infância e as escolas primárias são tuteladas pelos serviços de educação. Em 1990, após a publicação do relatório *Starting with Quality*, o governo tomou medidas no sentido de melhorar a qualidade de oferta da educação pré-escolar tendo para o efeito aumentado o subsídio governamental para os *Pre-school playgroups* (centros lúdicos) e para a formação dos professores (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 148-149).

Assim, existem os jardins de infância / *Nursery Schools*, as classes pré-escolares / *Nursery classes*, as classes primárias / *Primary classes*, os infantários / *Day Nurseries*, os centros pré-escolares / *Nursery Centres* e os grupos de actividades lúdicas / *Play Centres*. Todas estas instituições destinam-se a crianças com idades compreendidas entre os 2 ou 3 anos e os 5 anos de idade. As classes pré-escolares / *Nursery classes* encontram-se integradas na escola primária e possuem serviços de guarda destinados a crianças consideradas de risco. As classes primárias / *Primary classes* designadas por *Reception classes* destinam-se a crianças em idade pré-escolar. Os infantários / *Day Nurseries* dependem dos serviços sociais. Os centros pré-escolares / *Nursery Centres* possuem serviços de guarda e oferta educativa. E os grupos de actividades lúdicas / *Play Centres* recebem crianças dos 3 aos 5 anos fora do horário escolar (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997).

O projecto de desenvolvimento nos primeiros anos e as parcerias de cuidados de crianças envolverão todas as instituições responsáveis pela educação pré-escolar dos sectores públicos, privados e voluntários, que trabalham em colaboração com as autoridades locais e consequentemente recebem subsídios do governo. Os planos de desenvolvimento nos primeiros anos e cuidados de crianças consistem normalmente no estabelecimento de propostas, nas quais as autoridades locais trabalham com grupos de voluntários, com o sector privado e com os empregadores para providenciarem a frequência de todas as crianças de 4 anos numa instituição a tempo parcial num local de boa qualidade. Assim, as Autoridades Locais de Educação (LEA) devem assegurar que na sua área exista oferta suficiente de educação pré-escolar. As Autoridades Locais de Educação têm também a responsabilidade de assegurar a informação e aconselhamento sobre o cuidado de crianças e formação das pessoas que providenciam tais cuidados ou assistem as crianças. Através de uma política acordada pela Parceria Local de Desenvolvimento e Cuidado nos Primeiros Anos (*Early Years Development and Childcare Partnership*), e tendo por base o suprimento de necessidades sociais, os diversos tipos de instituições de acolhimento infantil, recebem subsídios que possibilitam a um número limitado de crianças de 3 anos ter acesso grátis a um local de educação em tempo parcial (*Eurydice: England Pre-School Education*).

Em Inglaterra a gratuitidade da educação pré-escolar aplica-se apenas à frequência de jardins de infância e classes pré-escolares públicos. A frequência de infantários é comparticipada pelos pais aos serviços sociais. Devemos diferenciar destas instituições os grupos de actividades lúdicas e os jardins de infância e infantários privados onde a comparticipação é simbólica nos primeiros e mais onerosa nos segundos. As crianças com 4 anos têm direito a frequentar uma instituição de educação pré-escolar a tempo parcial, estando estas instituições também disponíveis para crianças de 3 anos em algumas áreas (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997). "Muitas das crianças de quatro anos frequentam o ensino básico em salas de aula que não são apropriadas às necessidades das crianças em idade pré-escolar" (Bairrão e Tietze, 1995: 27-39). Esta situação é compreensível pelo facto de a educação dos 4 anos não ser obrigatória.

Relativamente ao rácio adulto/criança, em Inglaterra, o limite de crianças por sala de jardim de infância varia consoante as funções que a instituição desempenha. Nos jardins de infância o máximo de crianças é de 20 para dois

adultos. Nas classes pré-escolares, o rácio é de 26 crianças por sala para dois adultos. Em ambos os casos, um membro do pessoal deve ser um educador e o outro um auxiliar da acção educativa com qualificações para o exercício dessa função. Nos centros de guarda combinados, o rácio é estabelecido pela respectiva autoridade local. O rácio recomendado para os infantários e centros familiares é de 1 adulto por cada 3 dos 0 aos 2 anos, um adulto por cada 4 crianças dos 2 aos 3 anos e um adulto para cada 8 crianças dos 3 aos 5 anos.

Os jardins de infância e as classes pré-escolares do sector público em Inglaterra, País de Gales e Escócia possuem um calendário escolar igual ao das escolas primárias. No entanto, as crianças podem frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar a tempo parcial ou a tempo inteiro pelo que cada período de funcionamento deve ter pelo menos 1h30m de actividades educativas. O horário de funcionamento das instituições de educação pré-escolar varia consoante a tutela administrativa. As instituições privadas funcionam durante todo o ano e possuem um horário alargado funcionando cerca de dez horas diárias. Os grupos de actividades lúdicas, os centros familiares e os serviços de apoio à família possuem um horário flexível de acordo com as necessidades das famílias (tempo parcial, tempo inteiro ou fora do horário escolar). (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997)

No Reino Unido, "a educação pré-escolar visa o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, sociais, afectivas, morais e da linguagem da criança; visa igualmente incutir nela o respeito pelos direitos dos outros, fomentar a descoberta do mundo envolvente e desenvolver uma atitude positiva em relação à aprendizagem. (...) Os infantários públicos e os seus correspondentes do sector privado funcionam, sobretudo, como locais de guarda e protecção da criança, garantindo o seu bem-estar físico. (...) Os serviços sociais são responsáveis pelo efectivo cumprimento das normas estabelecidas nos infantários públicos / e outros estabelecimentos sem objectivos educativos, nos quais a tónica é o bem-estar físico da criança". (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 155-156)

O pessoal docente possui formação de nível universitário e pode ter ou não formação específica na área da educação de infância. As auxiliares da acção educativa são na maior parte dos casos puericultoras. De salientar que a formação das auxiliares da acção educativa é definida pelas instituições de formação e certificada pelo *National Nursery Examination Board* (NNEB) (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997).

Apresenta-se de seguida um quadro-síntese sobre a educação pré-escolar no Reino Unido:

Escolaridade obrigatória	Inglaterra e País de Gales: 5 – 7 anos / 7 – 11 anos / ... Irlanda do Norte: 4 anos ...
Antes da escolaridade obrigatória	Inglaterra e País de Gales: 2 – 5 anos (<i>nursery schools + nursery/reception classes...</i>) Escócia: 3 – 5 anos (<i>nursery schools + nursery classes...</i>) Irlanda do Norte: 2 e 3 anos (<i>nursery schools + nursery classes...</i>)
Estabelecimentos e funções	I + PG: <i>Nursery schools</i> de 2 a 5 anos educativa + guarda <i>Nursery classes</i> de 3 a 5 anos na escola primária educativa + guarda <i>Reception classes</i> de 3 a 5 anos na escola primária educativa + guarda <i>Day nursery / infantários</i> – departamentos de serviço social guarda <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – LEA + dep.Serv.Soc. educativa + guarda <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar Escócia: <i>Nursery schools</i> de 3 a 5 anos educativa + guarda <i>Nursery classes</i> de 3 a 5 anos na escola primária educativa + guarda <i>Reception classes</i> de 3 a 5 anos na escola primária educativa + guarda <i>Day nursery / infantários</i> – departamentos de serviço social guarda <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – LEA + dep.Serv.Soc. educativa + guarda <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar Irl.Nort.: <i>Nursery schools</i> de 2 a 4 anos educativa + guarda <i>Nursery classes</i> de 3 anos integradas na escola primária educativa + guarda <i>Reception classes</i> de 3 a 4 anos na escola primária educativa + guarda <i>Day nurseries / infantários</i> – departamentos de serviço social guarda <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – LEA + dep.Serv.Soc. educativa + guarda <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar
Horário de funcionamento	Inglat.: meio-tempo (manhã ou tarde) Escócia: meio-tempo (3 anos) e tempo inteiro 9-15h (4 anos) Irl.Nort.: 9-11,30-14h a tempo inteiro ou meio tempo <i>Day nurseries / infantários públicos e privados</i> : 7,30-18h todo o ano
Taxas de frequência	Inglat.: <i>Nursery schools + Nursery classes</i> (1993): 51,0% Total: 90,0% P.Gales.: <i>Nursery schools + Nursery classes</i> (1991): 68,8% Total: 90,0% Escócia: Total de 3 e 4 anos: 87,0%
Rácio	Inglat.: <i>Nursery schools</i> : 2 / 20 (1 qualificado + 1 auxiliar qualificado) <i>Nursery classes</i> : 2 / 26 (1 qualificado + 1 auxiliar qualificado) Escócia: <i>Nursery schools</i> : 2 / 20 (1 qualificado + 1 auxiliar qualificado) Irl.Nort.: <i>Nursery schools</i> : 2 / 25 (1 qualificado + 1 auxiliar qualificado) <i>Nursery classes</i> : 2 / 25 (1 qualificado + 1 auxiliar qualificado) <i>Day nurseries, Playgroups, Play centres</i> : recomendado 1/3 (0-2 anos); 1/4 (2-3 anos); 1/8 (3-5 anos)
Formação do pessoal docente	I + PG: Educadoras c/ formação universitária (c/ou s/ especialização em edu. pré-escolar) <i>Nursery nurses / puericultoras</i> (2 anos após o secundário) Escócia: Professores do ensino básico (c/ ou s/ especialização em educação pré-escolar) <i>Nursery nurses / puericultoras</i> (2 anos após o secundário)
Tutela administrativa	I + PG: <i>Nursery schools</i> de 2 a 5 anos LEAs + privados <i>Nursery classes</i> de 3 a 5 anos integradas na escola primária LEAs <i>Reception classes</i> de 3 a 5 anos integradas na esc. primária LEAs <i>Day nursery / infantários</i> – departamentos de serviço social LEAs + privados <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – dep. serviço social LEAs <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade privados <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar privados Escócia: <i>Nursery schools</i> de 3 a 5 anos LEAs + privados <i>Nursery classes</i> de 3 a 5 anos integradas na escola primária LEAs <i>Reception classes</i> de 3 a 5 anos integradas na escola primária LEAs <i>Day nursery / infantários</i> – departamentos de serviço social LEAs + privados <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – dep. serviço social LEAs <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade privados <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar privados Irl.Nort.: <i>Nursery schools</i> de 2 a 4 anos LEAs + privados <i>Nursery classes</i> de 3 anos integradas na escola primária LEAs <i>Reception classes</i> de 3 a 4 anos integradas na escola primária LEAs <i>Day nurseries / infantários</i> – departam. de serviço social LEAs + privados <i>Nursery centres</i> /centros pré-escolares – dep. serviço social LEAs <i>Playgroups</i> /grupos de brincadeira – famílias ou comunidade privados <i>Play centres</i> / ATL – fora do horário escolar privados No Reino Unido: Autarquias Locais: 91% Sector Privado: 9%

No Reino Unido, desde 1870, o ensino primário obrigatório começa aos 5 anos e na Irlanda do Norte, desde 1972, começa aos 4 anos. Há uma multiplicidade de modalidades de oferta de "pré-escolar" em que as autarquias locais tutelam mais de 90% dos estabelecimentos e classes de pré-escolar.

É garantido a todas as crianças de 4 anos o acesso a classes pré-escolares nas escolas primárias, mas, como estas classes não fazem parte da escolaridade obrigatória, é frequente estas crianças de 4 anos frequentarem salas de aula do ensino básico que não são apropriadas às suas necessidades, sendo possível esta situação por se misturar escolaridade obrigatória e escolaridade não obrigatória na mesma escola. O governo pretende estender a educação pré-escolar pública a todas as crianças de 4 anos em todo o Reino Unido e mesmo às crianças de 3 anos, pelo menos, a tempo parcial.

2.2 – A educação pré-escolar na Alemanha desde Froebel

As primeiras instituições para a “**guarda**” de crianças, na Alemanha, datam do início do século XIX. Os primeiros *Kinderbewahranstalten* surgiram no início do século XIX e a sua principal função era a guarda e protecção dos filhos das classes operárias no período do dia em que os pais trabalhavam fora de casa. As crianças pertencentes à classe média frequentavam as *Kleinkinderschulen* que eram instituições que visavam a preparação das crianças para a aprendizagem escolar (*Lernschule*).

Em 1840, Froebel (1782-1852) fundou os *Kindergarten* com a intenção de nesses estabelecimentos, por um lado, complementar a educação dada pelas famílias e, por outro, promover aquisições fundamentais pedagogicamente adequadas às capacidades das crianças e ainda desenvolver as crianças intelectual, afectiva, criativa e socialmente. Este pedagogo preocupava-se, principalmente e sobretudo, com a educação das crianças. Pioneiro nesta área, Froebel via os *Kindergarten* como um *Pflege-Spiel und Beschäftigungsanstalten* / centro de cuidados, jogo e ocupação. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997)

Durante o século XIX, para além dos jardins de infância fundados por Froebel são fundados inúmeros *Kindergarten*, segundo os princípios pedagógicos de Froebel, tanto por entidades privadas, como por instâncias públicas.

Em 1920, durante a República de Weimar na *Reichsschulkonferenz*, conferência sobre a organização do sistema educativo, foi proposta pela primeira vez a integração da educação pré-escolar no sistema educativo público. A proposta de integração da educação pré-escolar no sistema educativo não foi aprovada e em 1922 a responsabilidade pela educação dos jovens ficou a cargo do *Reichsgesetz für Jugendwohlfahr*. O quadro legal da educação dos jovens estabelecia que a educação pré-escolar fizesse parte dos serviços de protecção à criança e à juventude, fazendo assim parte dos serviços de assistência social à criança. Este princípio, decretado em 1922, tem-se mantido na Alemanha até aos nossos dias. Em 1933, durante o mandato de Hitler, a Assistência Social de Jovens foi negligenciada pelo que muitos *Kindergarten* foram encerrados.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, com a divisão da Alemanha, o sistema de educação pré-escolar desenvolveu-se de forma distinta na RFA e na RDA (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997). Na RDA, a partir de 1949, o jardim de infância desempenhava uma função preparatória do ensino primário e, a partir de 1965, o jardim de infância foi integrado no sistema educativo sendo gratuita para todas as crianças entre os 3 e os 6 anos de idade. Na RFA, em 1952, foram (re)aprovadas as decisões tomadas em 1920, o que levou a que a educação pré-escolar continuasse a cargo da Assistência Social para Crianças e Jovens. O sector privado era o responsável pela educação pré-escolar sendo as autoridades públicas autorizadas a construir *Kindergarten* em zonas onde não existissem jardins-de-infância particulares. Esta situação reafirmou-se em 1990 com a confirmação da Lei de 1952, mantendo-se assim a supremacia das instituições de educação pré-escolar privadas em detrimento das instituições pré-escolares públicas.

Na década de 60 realizou-se na RFA um estudo sobre a educação das crianças provenientes de meios sócio-económica e culturalmente desfavorecidos, tendo-se ponderado qual seria a melhor solução para se conseguir o sucesso académico destas crianças. Este estudo analisou a importância da função compensatória da educação pré-escolar e, devido ao reconhecimento dos benefícios da educação pré-escolar, verificou-se a importância e a necessidade de se realizar a expansão deste sector (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997). "Após a reunificação da Alemanha em 3 de Outubro de 1990, e a criação de novos *Länder*, os novos parlamentos destes definiram o enquadramento legal para as reformas do ensino. A partir de 1991, os

estabelecimentos de educação pré-escolar destinados a crianças dos 3 aos 6 anos nos cinco novos *Länder* passaram também a estar integrados no sector de protecção à infância e juventude, respeitando os mesmos princípios” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 80).

Segundo a Lei de Base *Grundgesetz*, o poder legislativo no que respeita a crianças e jovens está a cargo do governo federal. Nesta lei inclui-se todo o tipo de instituições pré-escolares. Os governos dos estados possuem autonomia administrativa pelo que cada *Länder* possui a sua própria legislação no que concerne à administração pedagógica das instituições de educação pré-escolar. Normalmente as crianças começam a frequentar o *Kindergarten* a partir dos 3 anos de idade. Em Maio de 1993, foi criado na Alemanha o direito legal a um lugar num jardim-de-infância para todas as crianças entre os 3 anos e a idade de entrar para o ensino primário. Este direito legal foi posto em prática a partir de 1 de Janeiro de 1996. <http://www.eurydice.org/>

Nos nossos dias, na Alemanha, todos os estabelecimentos, públicos, privados, ou de cariz religioso, que aceitem crianças entre os 3 meses e a entrada para a escola primária, são considerados instituições de educação pré-escolar. Entre os três meses e os três anos, os bebés podem frequentar os *Krippen* (creches), ou grupos mistos *Kindertagsstätten*, centros de dia ou ainda estar a cargo de amas particulares. “O *Kindergarten* ou jardim de infância constitui a forma tradicional de educação pré-escolar institucionalizada para crianças dos 3 aos 6 anos. Em casos excepcionais, podem ser admitidas crianças antes de terem completado os três anos. (...) Em alguns *Länder* existem estabelecimentos destinados a crianças desde os 4 meses até aos 6 anos de idade: os *Kindertagsstätten*” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 81).

Além dos *Kindergarten*, existem outros tipos de estabelecimentos e instalações que fazem parte do sector pré-escolar. É o caso dos *Vorklassen*, que “existem nalguns *Länder* e num número limitado de escolas e que se encontram ligados ao sistema escolar da escola primária para as crianças com a idade de 5 anos” e os *Schulkindergarten* (jardins de infância escolares), obrigatórios para as crianças em idade escolar, mas que não estão ainda preparadas para entrar na escola primária). Existe ainda um serviço não institucionalizado de amas: *Tagesmütter* (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997).

“Os serviços pré-escolares são regulamentados pelo Estado (normalmente o Ministério dos Assuntos Sociais). Na sua maioria, estas leis e regulamentações estipulam as condições de funcionamento e financiamento. As autoridades locais (*Jugendamt*) são responsáveis por garantir serviços pré-escolares em número suficiente” (Bairrão & Tietze, 1995: 29-30).

O rácio de crianças por sala varia de *Land* para *Land*, mas a média é de 15 a 25 crianças para 2 adultos, um educador de infância e um auxiliar de acção educativa. Nas instituições que possuem serviço de almoço o número de crianças por sala tende a ser de 20 crianças. Devemos salientar que a constituição dos grupos normalmente é heterogénea (dos 3 aos 6 anos).

Tendo em conta a organização da rede de instituições pré-escolares e a predominância da rede privada, a maior parte dos pais alemães tem que custear os serviços de “guarda” dos seus filhos. A educação pré-escolar não é gratuita pelo que os pais pagam uma mensalidade, consoante o estado, e calculada tendo por base o vencimento da família e o número de crianças da mesma família que frequenta o programa. A percentagem de comparticipação dos pais varia consoante os *Länder*. Na Alemanha, o governo central não apoia financeiramente a educação pré-escolar sendo esta financiada pelas autarquias locais e pelos responsáveis pela sua criação (Bairrão & Tietze, 1995). O critério de selecção das crianças para a frequência da educação pré-escolar varia consoante os *Länder* e baseia-se sobretudo em critérios sociais. Os horários de funcionamento são definidos pelos responsáveis pela educação pré-escolar em concordância com os pais sendo que, em alguns *Länder* têm que obter a concordância dos serviços de protecção à juventude. A maior parte das instituições funciona durante todo o ano, servem refeições e funcionam o dia todo: 4 horas no período da manhã e 2 ou 3 horas no período da tarde. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997)

A função básica dum estabelecimento de educação pré-escolar é a de favorecer o desenvolvimento da personalidade e socialização da criança, o que implica um bom enquadramento de actividades educativas e instrutivas. A educação pré-escolar deve apoiar e completar a educação da criança pela família. Deve, igualmente, tentar compensar eventuais atrasos no desenvolvimento da criança, a fim de otimizar as suas oportunidades de desenvolvimento e formação. (...) É função complementar da educação pré-escolar facilitar o ingresso da criança na escola primária, segundo o seu grau de desenvolvimento (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997). “Na Alemanha,

os objectivos educativos de cuidados e de socialização são todos parte importante dos programas pré-escolares. Não existe, no entanto, um currículo preestabelecido a seguir” (Bairrão & Tietze, 1995:30). É o responsável pelo estabelecimento de educação juntamente com os educadores e todo o “staff”, que define os princípios educativos, que estão na base da acção educativa do *kindergarten*, e da sua filosofia ou religião. “Alguns jardins de infância adoptam as suas próprias teorias pedagógicas (Waldorf e Montessori por exemplo). (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 85).

Apresenta-se um quadro-síntese sobre a educação pré-escolar na Alemanha:

A articulação entre a educação pré-escolar e o ensino básico não é prática corrente, realizando-se na maior parte dos casos a nível individual através da interacção pedagógica que se estabelece entre os docentes dos dois níveis de educação (Bairrão & Tietze, 1995).

Existe uma pré-primária aos 5 anos, a pedido dos pais.

Escolaridade obrigatória	Alemanha: 6 – 10 – 12 – 15 – 16 ...
Antes da escolaridade obrigatória	Alemanha: < 3 anos (<i>Krippen</i>); 3 – 6 anos (<i>Kindergarten, Vorklassen</i>)
Estabelecimento e funções	<i>Krippen</i> / infantários (< 3 anos) guarda <i>Kindergarten</i> / jardins de infância (3 – 6 anos) educativa + guarda <i>Kindertagesstätten</i> / grupos mistos (3 – 6 anos) educativa + guarda <i>Vorklassen</i> / classes pré-escolares (ou outras designações) (5 anos) educativa + guarda
Horário de funcionamento	meio-tempo: 4 horas de manhã tempo inteiro: 4 horas de manhã + almoço + tarde <i>Kindertagesstätten</i> / grupos mistos: de 8 a 12 horas por dia
Taxas de frequência	<i>Krippen</i> / infantários: <i>Länder</i> antigos: 1,8%; <i>Länder</i> novos: 55,4% 3 - 6 anos: 75,8% (1990) <i>Kindergarten</i> / jardins de infância <i>Kindertagesstätten</i> / grupos mistos: 1,7%
Rácio	<i>Krippen</i> / infantários: <i>Kindergarten</i> / jardins de infância: 12-18 crianças por grupo <i>Kindertagesstätten</i> / grupos mistos: 15-25 (1 "educador" + 1 auxiliar)
Formação do pessoal docente	Puericultoras: 2 anos de escolas profissionais Educadoras / <i>Erzieher</i> : 3 anos após o secundário Pedagogas sociais / <i>sozialpädagogen</i> : 4 anos de ensino superior
Tutela administrativa	<i>Länders</i> antigos: 70% privados; 30% autarquias locais <i>Länders</i> novos: 11,3% empresas; 3% igrejas; 85% autarquias locais

A formação das educadoras de infância realiza-se após a frequência do ensino secundário e tem a duração de três anos. Esta formação tem uma componente essencialmente teórica no primeiro e segundo ano e prática no terceiro ano. Todos os profissionais que exercem funções na educação pré-escolar têm oportunidade de participar em acções de formação contínua.

<http://www.eurydice.org/Eurybase/Application/frameset.asp?country=PT&language=VO>

A importância dada à educação pré-escolar na Alemanha é diminuta, com maior relevo para a função de guarda. O pessoal da educação pré-escolar nem tem formação nem estatuto de professor.

2.3 – A educação pré-escolar em França desde Denys Cochin

Em França, as *salles d'asile* foram o primeiro centro de acolhimento para a guarda de crianças e abriram as suas portas em 1828 em Paris. Destinavam-se aos filhos dos operários e desempenhavam uma função social. Denis Cochin (1789-1841) criou o primeiro asilo modelo após ter conhecido, em Inglaterra, as *Infant Schools* em Londres.

Em 1835 a legislação francesa determina que os inspectores de educação primária passem a visitar as *salles d'asile*, anexando-as ao número de estabelecimentos por eles visitados, passando em 1836 a ser consideradas como estabelecimento de ensino público. A 22 de Dezembro de 1837 é publicada na legislação francesa uma portaria que define as *salles d'asile* «como estabelecimentos de beneficência onde crianças dos dois sexos podem ser admitidas para guarda e uma primeira educação». Entre as recomendações nela expressas, incluíam-se o ensino dos princípios fundamentais da instrução religiosa, as noções elementares de leitura, escrita e aritmética, as cantigas "morais", a costura e todas as actividades manuais» (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 101).

De salientar que em França, de 1852 a 1870, o acolhimento das crianças nas *salles d'asile* não parou de crescer verificando-se o auge da sua frequência no 2º Império.

Em 1879, Jules Ferry criou as classes infantis nas escolas primárias. Segundo a *loi de Jules Ferry*, os princípios de ensino público formulados em 1882 determinavam que a escola pública devia ser laica, obrigatória e gratuita

devendo cada cidadão ser instruído. O sistema educativo estava organizado em 4 sectores: *l'enseignement préscolaire; primaire; secondaire et supérieur*.

É a partir de 1886 que o termo *école maternelle* passa a designar perante a lei, os estabelecimentos de educação pré-escolar, substituindo assim, a ancestral denominação *salles d'asile*.

A concepção de jardim de infância - *école maternelle* - como uma forma de escolarização próxima da escola primária chamada - *école élémentaire* - é uma tradição antiga do sistema educativo francês. É a partir dos meados do século XIX, que se desenvolve em França uma concepção particular de *éducation préélémentaire*, com uma função de escolarização próxima daquela da escola primária. Nesta perspectiva, progressivamente, o termo *école maternelle* substitui o mais antigo *salle d'asile*. A mudança de terminologia das instituições para a infância, representa também a mudança das funções que estas passam a desempenhar. Assim, enquanto que as *salles d'asile* desempenhavam prioritariamente uma função de guarda das crianças mais novas, a *école maternelle* passa a desempenhar uma função educativa para os mais novos.

Com a criação da *école maternelle* pública, gratuita e laica, as finalidades educativas desta afirmaram-se e a *loi Scolaire* de 1881 estipula que as *écoles maternelles* (...) são estabelecimentos de educação. Em 1887, devido à influência da pedagoga P. Kergomard, é adoptado um programa educativo na *école maternelle*.

<http://eurydice.org/docs/preschool/fr/fprfr.htm>

<http://www.eurydice.org/Eurybase/Application/frameset.asp?country=FR&language=VO>

“No decurso do séc. XX, irá afirmar-se a importância da educação pré-primária. Um decreto de 1921 equipara as educadoras de infância aos professores das escolas primárias (*écoles élémentaires*). Em 1975, a Lei Haby consagrou o direito das crianças de 5 anos à admissão num estabelecimento de educação pré-escolar. Mais recentemente, em 1989, uma lei sobre educação, a *Loi d'Orientation*, veio reforçar este direito ao estabelecer que «toda a criança com três anos de idade deve poder frequentar uma *école maternelle* ou uma *classe enfantine* situada o mais perto possível da sua residência, se a família o desejar»”. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 101)

Em França o ensino público tem como base 3 pilares fundamentais: a laicidade, a obrigatoriedade de frequência até aos 16 anos e a gratuidade.

Nos nossos dias, "os programas pré-escolares em França (*école maternelle*) são parte do sistema escolar público de educação. (...) Para assegurar a igualdade de acesso e para aumentar a probabilidade de sucesso escolar, a *école maternelle* constitui uma parte do sistema educativo para todas as crianças dos dois aos onze anos de idade. O objectivo geral é desenvolver todas as capacidades da criança dando particular relevo à sua preparação para obter sucesso na escolaridade obrigatória e posterior aprendizagem. (...) Os objectivos e actividades da *école maternelle* estão continuamente a ser melhorados e a sua ligação com os programas do 1º ciclo do ensino básico está a ser cada vez mais explícita. (...) A ênfase da *école maternelle* continua a ser a preparação para a escolaridade obrigatória e existem provas de que a participação em programas pré-escolares leva a um maior sucesso no *Cours Préparatoire* e no *Cours Élémentaire*, particularmente para as crianças de áreas rurais e desfavorecidas" (Bairrão e Tietze, 1995: 34-35).

De salientar que a *école maternelle* ocupa em França um lugar particular no conjunto do dispositivo de acolhimento da pequena infância. É uma escola complementar da educação familiar e preparatória da escolaridade elementar. Segundo o *Décret n° 90-788 du 6 septembre 1990* relativo à organização e ao funcionamento das *écoles maternelles et élémentaires*, os estabelecimentos de educação pré-escolar são estabelecimentos distintos das escolas primárias.

O grande objectivo da educação pré-escolar, definido em 1990, consiste em desenvolver todas as competências e aptidões das crianças a fim de lhes permitir a formação da personalidade e de lhes proporcionar oportunidades de sucesso escolar não só ao nível elementar de aquisições mas também na sua vida futura. <http://www.free.fr/reglement/maternel.htm> <http://www.education.gouv.fr/syst/orgs2.htm>

A *école maternelle* divide-se em três secções, *classes enfantines*, nas quais as crianças são divididas por idades: *petit section*, *moyenne section* e *grand section*. Na 1ª secção, *petit section*, são acolhidas as crianças dos 2 aos 4 anos; na 2ª secção, *moyenne section*, as crianças dos 4 aos 5 anos e na 3ª secção, *grand section*, as crianças dos 5 aos 6 anos. No sentido de facilitar a transição do nível pré-escolar para o nível primário, podem ser organizadas actividades para crianças da *grand section* do nível pré-escolar em comum com crianças do curso preparatório (primeiro ano da *école élémentaire*) e mesmo com as do *cours élémentaire*. "A decisão de fazer participar as crianças nas actividades do ciclo das aprendizagens fundamentais é tomada pela equipa pedagógica e depende das capacidades da criança. Nas duas

primeiras secções, a criança aprende a relacionar-se com o mundo exterior, a viver num grupo diferente do da célula familiar e a comunicar através da linguagem, tal como através do canto, do desenho, dos gestos e do movimento. A criança desenvolve, ainda, o conjunto das suas capacidades físicas, sensoriais e intelectuais, graças às actividades adaptadas que lhe são propostas pelo professor e assimila as primeiras aprendizagens, sobre as quais se apoiarão as aprendizagens seguintes. A secção grande faz a transição para a escola primária. É a este nível que a criança se inicia, progressivamente, na leitura, na escrita e na aritmética, segundo também actividades (física, manuais ou artísticas)." (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994: 63).

Em França, "a educação pré-escolar visa o desenvolvimento das capacidades de expressão da criança, das suas capacidades manuais, do seu sentido artístico, da sua socialização, visando igualmente a sua preparação para a aprendizagem escolar". (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1995-1997: 105)

O *Décret n° 90-788 du 6 septembre 1990* define o objectivo geral da *école maternelle*: "desenvolver todas as possibilidades da criança permitindo-lhe que forme a sua personalidade ao mesmo tempo que lhe possibilita a obtenção de sucesso na escola primária e na vida, através da preparação das suas aprendizagens posteriores.

No que concerne aos programas da *école maternelle*, 1995 foi um marco importante uma vez que foi o ano da implementação de um *véritable programme d'enseignement* para a *école maternelle*, com objectivos precisos e aprendizagens estruturadas. <http://perso.wanadoo.fr/jt/programmes/maternelle.htm>

O programa da *école maternelle* foi definido em Março de 1995 e centra-se ao redor de 6 grandes domínios de actividades que consistem em aprender a: "viver em conjunto" (*vivre ensemble*), a "falar e a desenvolver a linguagem" (*parler et constituer son langage*), a "iniciar-se no mundo da escrita" (*s'initier au monde de l'écrit*), a "agir no mundo" (*agir dans le monde*), a "descobrir o mundo" (*découvrir le monde*), a "imaginar, sentir, criar" (*imaginer, sentir, créer*).

Os grandes eixos pedagógicos das actividades pretendem contribuir para o desenvolvimento global da criança e prepará-la para a escola primária, ensinando-a a falar e a construir a sua linguagem, iniciando-a no mundo da escrita. A criança deve igualmente desenvolver a sua sensibilidade, a sua imaginação, a sua capacidade de criar. <http://www.education.gouv.fr/syst/org2.htm>.

A criação dos "ciclos de aprendizagem" realçou, por sua vez, a importância do papel da educação pré-escolar. De facto, os ciclos de aprendizagem dividiram

o ensino primário, dos 3 aos 10 anos, em 3 ciclos: a) I ciclo – das primeiras aprendizagens (*petit section* - 3-4 anos, *moyenne section* – 4-5 anos, *grand section* – 5-6 anos); b) II ciclo – das aprendizagens fundamentais (GS – que pertence a 2 ciclos – CP e CE1); c) III ciclo – ciclo de aperfeiçoamento (CE, CM1, CM2).

<http://www.vanso.free.fr/reglement/maternel.htm>

Quadro-síntese sobre a educação pré-escolar na França

Escolaridade obrigatória	6 – 11 – 15 – 16
Antes da escolaridade obrigatória	2-6 anos: <i>école maternelle</i> : <i>petit+moyenne+grand section</i> <i>garderie</i> (optativa)
Estabelecimento e funções	<i>École maternelle</i> (2 - 6 anos) + <i>garderie</i> optativa educativa + guarda (<i>petit s.</i> 3-4 anos; <i>moyenne s.</i> 4-5 anos; <i>grand section</i> 5-6 anos)
Horário de funcionamento	8H45 - 11H30 - 13H30 – 16H30 almoço possível na escola <i>Garderie</i> : 7H30 até 8H45 e 16H30 até chegada dos pais (limite: 18H30)
Taxa de frequência	2 anos: 35% 3 anos: 99% 4 anos: 100% 5 anos: 100%
Rácio	27,4 nas escolas públicas 27 nas escolas privadas
Formação do pessoal docente	3 anos após o secundário + 2 anos em IUFM
Tutela administrativa	As Autarquias locais tutelam e geram as instalações e equipamentos O Estado é responsável pelos conteúdos e paga ao pessoal Autarquias Locais e Estado: 86,3% Sector Privado: 13,7%

Para além da *école maternelle* existe em França *l'enseignement préélémentaire* que escolariza as crianças a partir dos dois anos até aos seis, idade de entrada no ensino obrigatório. Neste modelo de ensino, as crianças que completarem os dois anos no início do ano lectivo, e cujo estado de saúde e de maturidade física e psicológica é compatível com a vida escolar numa

situação de grupo, podem ser admitidas em classes de educação pré-escolar, até ao limite da sua capacidade. Em casos excepcionais, as crianças que perfazem os dois anos de idade entre o início do ano lectivo e o dia 31 de Dezembro desse ano, podem igualmente ser admitidas nas mesmas condições. Os números de instituições de *l'enseignement préélémentaire* são particularmente elevados e a sua distribuição geográfica extensa, devido à elevada taxa de frequência das crianças.

A frequência dos estabelecimentos para a infância é facultativa englobando as crianças francesas e estrangeiras. A escola infantil é frequentada por mais de um terço das crianças com 2 anos e pela quase totalidade (99%) das crianças de 3 anos. A admissão das crianças faz-se a pedido da família, sendo o critério de admissão a idade, a localização da sua residência em relação à escola e a critérios de ordem social.

As instituições para as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos são cada vez mais numerosas. Estas instituições dependem de dois ministérios de tutela diferentes segundo as idades das crianças: o da *Santé et Affaires Sociales* para os mais novos e o *Éducation Nationale* para os outros. São dois sistemas distintos e separados em que as funções de guarda ou de acolhimento se destinam às crianças com menos de três anos e o Jardim-de-infância para as crianças mais velhas. Depois da *loi de décentralisation* surgiu uma modalidade que orienta o acolhimento da pequena infância. Nesta, todos os serviços anexos à escola são da responsabilidade do município (Baudelot & Guibert, 1997: 38-39)

As comunas são responsáveis pelos estabelecimentos de educação pré-escolar públicas; os edifícios pertencem-lhes e asseguram a gestão das instalações e dos equipamentos (construção, ampliação, reparação e funcionamento). O Estado reserva-se, contudo, o direito à responsabilidade pelos conteúdos e organização da acção educativa sendo também responsável pela remuneração e gestão do pessoal docente. Nas escolas privadas que funcionam por contrato com o Estado, o Ministério da Educação Nacional financia a remuneração do pessoal e as despesas de funcionamento dos estabelecimentos. Somente as despesas de capital (novos edifícios e trabalhos de reconstrução de vulto) não são da sua responsabilidade. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997: 102)

O controlo administrativo e pedagógico dos estabelecimentos de educação pré-escolar e a inspecção e avaliação dos professores são assegurados pelo *Inspecteur d'Académie* de cada região.

A elaboração do projecto de escola, a organização pedagógica e administrativa é da competência pelo conselho de escola. Em França a educação pré-escolar faz parte do sistema público de educação, o calendário anual de actividades é igual ao das escolas primárias e a sua frequência é gratuita nas instituições públicas. Nas instituições privadas a educação pré-escolar é custeada pelos pais e a mensalidade é fixada pela instituição. O rácio educador/aluno era em 1993/94 de 27,4 crianças por sala no sector público e 27,0 crianças no sector privado" (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1997).

Os ensinos pré-escolar e primário têm semanalmente 26 horas lectivas, não podendo estas ultrapassar as 6 horas diárias *B.O. hors série nº 1 du 14 février 2002*. Neste horário é consagrada uma hora para reuniões pedagógicas plurianuais, sendo as crianças agrupadas por nível etário.

"Nos casos em que os estabelecimentos são obrigados a encerrar por falta de alunos, sobretudo nas zonas montanhosas ou rurais, a autoridade local tem várias hipóteses de resolver o problema: a) O estabelecimento de educação pré-escolar intercomunal (*école maternelle intercommunale*), caso em que várias comunas tentam reunir um número de alunos suficiente para criar uma classe pré-escolar. As classes assim organizadas podem juntar as crianças numa determinada comuna, independentemente da localização das classes primárias, ou organizar-se num grupo pedagógico segundo as idades das crianças. Esta alternativa implica a existência de um serviço de transporte para a maior parte das crianças: é a solução mais frequentemente utilizada. b) podem ser organizadas classes a tempo parcial, caso em que um professor se ocupa das crianças somente de manhã ou de tarde, ou apenas em dias alternados. Esta solução permite garantir às crianças as bases indispensáveis da educação pré-escolar. O restante, dias ou meios-dias livres, são deixados às famílias. c) a sala de aula itinerante (classe ambulante) é uma solução utilizada para zonas de baixa densidade populacional. As escolas que ainda se encontram em zonas com estas características, assim como os estabelecimentos de educação pré-escolar ou as classes pré-escolares em zonas rurais e montanhosas, beneficiam da colaboração de equipas móveis (*Équipes Mobiles d'Animation et de Liaison Académique – EMALA*) que garantem o necessário apoio académico e pedagógico. Um professor ou educador, afecto a uma determinada zona, desloca-se regularmente a pequenas escolas isoladas, num carro equipado com material audiovisual e didáctico (ludoteca, biblioteca, fotografias, material informático)." (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997: 105)

A formação inicial dos *professeurs d'écoles (Bac+2)* e dos *professeurs des lycées et collèges (PLC)* da Educação Nacional é confiada, aos *Instituts Universitaires de Formation des Maîtres*. Estes institutos universitários são estabelecimentos públicos de ensino superior. De salientar que esta formação é bivalente podendo os professores/educadores leccionar nos Jardins de infância e ou nas escolas do 1º ciclo a crianças dos 2 aos 12 anos de idade. As formações são as mesmas por toda a França e em todos os níveis de ensino.

http://www.creteil.iufm.fr/formations/FormationEnseignants/Plan_Formation/Forma-tion_Continue.htm - Toc447608072

Procura-se uma continuidade com os objectivos e métodos da escola primária. A formação de educadores e professores do ensino básico é comum.

Nas zonas rurais e montanhosas com poucos alunos: vários municípios fazem uma escola para os alunos das redondezas garantindo-lhes transporte; ou organizam classes a tempo parcial; ou organizam salas de aula itinerantes.

Neste sentido, “os professores da *maternelle* e os do 1º ciclo do ensino básico têm o mesmo nº de anos de formação” (Bairrão & Tietze, 1995: 35). O direito à formação contínua é reconhecido a todo o pessoal docente. Numerosas possibilidades de formação de aprofundamento são oferecidas aos professores de todos os níveis, que têm o direito a um certo número de dias de formação por ano (de 1 a 4 semanas dependendo dos casos). No quadro das orientações definidas pelo Estado, os *Instituts Universitaires de Formation des Maîtres* ministram acções de formação profissional inicial ao pessoal docente. A participação nestas formações é necessária para progressão profissional.

<http://www.ayselaloire.iufm.fr/formations/main.htm>

http://www.cidj.asso.fr/CIDJ/CID_Jweb.nsf/vframehtml/AccueilPrincipal.htm

Nos últimos trinta anos verificaram-se progressos muito significativos no que concerne à frequência do ensino pré-escolar em França. De 50% em 1960, ela chega aos 85% da generalidade de crianças dos dois aos cinco anos, em 1990. Os esforços realizados nas zonas de educação prioritária (ZEP), com o objectivo de acolher crianças em classes de jardim-de-infância têm obtido resultados positivos: os jardins-de-infância situados nas ZEP acolheram mais de 60% de crianças de dois anos e obtiveram uma taxa de escolarização que ultrapassa a média nacional (40%).

<http://www.eurydice.org/Eurybase/Application/frameset.asp?country=FR&language=VO>

2.4 – A educação pré-escolar em Itália desde Maria Montessori

Em Itália as primeiras instituições destinadas à educação de crianças em idade pré-escolar, *asili d'infanzia*, consistiam numa forma de assistência social. A mais antiga destas instituições foi criada em 1829 por Ferrante Aporti em Cremona. No início do século XX, Maria Montessori (1870-1952), criou em 1907 a primeira *Casa dei Bambini* em Roma. Apesar do incremento dado por Maria Montessori à educação de infância, esta só começou a ser regulamentada no quadro do ensino público em 1923. A partir da reforma do ensino primário em 1923 (*Riforma Gentile*) os estabelecimentos de educação pré-escolar transformaram-se em escolas de nível preparatório, passando a designar-se por *Scuola Materna*. Até esta data, os estabelecimentos de educação pré-escolar tinham uma função assistencial e social e dependiam de iniciativas privadas, entidades diversificadas e associações. As únicas instituições que dependiam do Estado eram as *Scuola Materna* que se localizavam junto dos *Istituti Magistrali* e das *Scuole Magistrali*, cuja principal função era a formação de educadores de infância e professores primários. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997)

“Com a criação dos jardins de infância, pela Lei de 18 de Março de 1968, o Estado assumiu a responsabilidade directa da educação pré-escolar, continuando, no entanto, a permitir a criação de estabelecimentos por iniciativa do sector privado e a concessão de subsídios aos mesmos” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997: 119). É com a publicação da Lei 444, desse mesmo ano, que a pré-escola perde o seu valor meramente assistencial e ganha o valor educacional e a autonomia didáctica, o que contribuiu para uma melhor continuidade e transição para o ensino obrigatório.

A educação pré-escolar, de acordo com a Lei 444 de 1968, surge como *Scuola Materna Statale*. Esta escola é composta por três secções, cada uma delas com um grupo de crianças da mesma idade. Cada secção é constituída por um número máximo de 25 crianças e mínimo de 15, com excepção das secções com crianças com necessidades educativas especiais. Cada secção está a cargo de 2 educadores. O horário da componente educativa da educação pré-escolar é da responsabilidade do docente que coordena a instituição.

Em Itália existe uma modalidade de educação disponível para as crianças dos três aos seis anos de idade, a *Scuola Materna* ou *Scuola de l'Infanzia*. Dos 3 meses aos 3 anos de idade, as crianças podem ser acolhidas em infantários. A administração da *Scuola Materna* pode estar a cargo do Governo Central; do Governo regional ou local; por outras organizações públicas ou ainda, por organizações religiosas ou privadas com fins lucrativos. Em 1991/92, 91,1% das crianças de três a seis anos frequentavam a *Scuola Materna*. Esta percentagem varia consoante as regiões, mas é sempre relativamente alta. Em 1991/92 nas regiões menos industrializadas verificaram-se taxas de frequência da educação pré-escolar de 86,3% a 97,9%. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997 e Bairrão & Tietze, 1995)

O Ministro da Instrução Pública é o responsável pela criação ou encerramento dos estabelecimentos de educação pré-escolar a nível nacional, é o responsável pela política educativa, pela nomeação e colocação de professores bem como da organização da formação contínua. O Conselho Regional (*entri regione*) é o responsável do planeamento trimestral de construção, ampliação, aquisição e renovação de edifícios escolares. A nível provincial, o director de educação (*provveditore agli studi*) exerce simultaneamente funções administrativas e de política. (...) Nas autarquias locais, o director didáctico (*direttore didattico*) exerce funções administrativas e de gestão, promove e coordena a organização do ensino e dos programas do ensino primário e da educação pré-escolar. É ainda o responsável pela supervisão das escolas privadas que são financiadas pelo Estado (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997).

A educação pré-escolar pública é facultativa para as crianças dos 3 aos 6 anos de idade. A admissão das crianças é restringida pelo número de vagas e é tido em consideração o local de residência da família. A frequência de instituições de educação pré-escolar, tuteladas pelo Ministério da Educação, é gratuita. O serviço de refeições é pago pelos pais. (Bairrão & Tietze, 1995: 41)

Os serviços de transporte e refeições em áreas rurais e montanhosas são assegurados pelos municípios; pode existir uma pequena contribuição das famílias, mas, se existirem dificuldades financeiras, são dispensadas destes encargos.

No que diz respeito aos horários estes têm uma duração mínima de oito horas de actividades, divididas em dois períodos: o da manhã e o da tarde. No entanto, este período pode ser reduzido ou alargado pelo director didáctico, de

acordo com as necessidades das famílias. O ano lectivo tem a duração de pelo menos 10 meses sendo que o seu início coincide com o dos outros níveis de ensino” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997).

Os estabelecimentos de educação pré-escolar públicos encontram-se divididos em 3 secções, sendo cada uma destas formada por um grupo homogéneo de 15 a 20 crianças e dois educadores de infância. Em algumas situações,

Escolaridade obrigatória	6 – 11 – 14
Antes da escolaridade obrigatória	0 a 3 anos (infantários) 3 a 6 anos (<i>scuola materna</i>)
Estabelecimento e funções	infantários (0 – 3 anos) guarda <i>scuolla materna</i> (3 – 6 anos) educativa + guarda
Horário de funcionamento	8 a 10 horas por dia
Taxas de frequência	3 a 6 anos (<i>scuola materna</i>): 91,1% (1992)
Rácio	Definido anualmente: 22,8/2 (1990/91); (15 a 25)/2 (1993/94); 23,2/2 (1994/95)
Formação do pessoal docente	4 anos após o secundário
Tutela administrativa	Nacional: rede geral e política educativa Regional: logística dos estabelecimentos Provincial: administração e política educativa Municipal: organização-coordenação curricular, administração-gestão dos estabelecimentos e Supervisão das escolas privadas Sector Público: 52% Sector Privado: 48%

localidades pequenas, podem ser formadas secções com grupos heterogéneos de crianças. Sempre que exista uma criança deficiente no grupo, o número de crianças por secção não pode ser superior a 20. Devemos salientar que nas ilhas e em áreas desfavorecidas esta regra não se aplica.

Quadro-síntese sobre a educação pré-escolar na Itália

Nas instituições particulares, o número de secções e de crianças por grupo pode ser flexível. Estes estabelecimentos são livres de escolher as normas pelas quais se regem. Se optarem por seguir normas próprias, diferentes das que regem os estabelecimentos de educação pré-escolar públicos as autoridades competentes nomeiam um inspector que verifica se as normas de funcionamento (didácticas, financeiras e sanitárias) da instituição são adequadas. Se a inspecção der um parecer negativo a um estabelecimento de educação pré-escolar, os subsídios são cancelados e a instituição pode ser encerrada (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997).

Quando as escolas não são acessíveis a pé, são organizados transportes escolares para todos os alunos residentes nessa área. Procura-se que as escolas se localizem perto de zonas verdes e afastadas da poluição e do ruído e possuam áreas exteriores destinadas a jogos e actividades educativas. Existem normas sanitárias e de segurança, para as escolas, sendo estas controladas pelas autoridades sanitárias e bombeiros. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997).

As *scuola materna* compõem-se de 3 secções com grupos homogéneos:

3/4 anos – 4/5 anos – 5/6 anos

As *Orientamenti delle attivita educative per la scuola materna statale* não são um guia curricular mas identificam e definem os objectivos gerais da educação pré-escolar e propõem directrizes para o planeamento de actividades curriculares nos diferentes domínios de desenvolvimento (Bairrão e Tietze, 1995). Para a prossecução destes objectivos, os educadores devem recorrer a métodos, materiais e conteúdos adaptados à idade da criança. Devem ainda realizar actividades conjuntas com as crianças das outras secções para uma maior interacção entre as crianças das várias idades. "O currículo baseia-se nas seguintes áreas de experiência: o corpo e o movimento; a língua e a palavra; o espaço, a ordem, a medida, os objectos, o tempo, a natureza, as mensagens (formas e medidas); forma, o eu e o outro. (...) O objectivo da avaliação – que decorre ao longo do ano lectivo – é a adaptação contínua de métodos e conteúdos às necessidades dos alunos. Para garantir a continuidade educativa e prevenir o insucesso escolar, as escolas de níveis de ensino contíguos (no caso presente, o pré-escolar e o primário) definem metodologias

comuns na organização e realização das actividades didácticas e permutam informação e experiência” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997:23).

Os educadores de infância têm uma formação universitária com a duração de quatro anos. “A carga horária de cada professor é de 25 horas por semana. Para além destas horas de ensino, o professor deve dedicar 40 horas por ano, no máximo, a tarefas de planeamento e organização e, ainda, um máximo de 80 horas anuais a reuniões de docentes e a reuniões com os pais” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997: 124).

2.5 – Tendências para a educação pré-escolar na União Europeia

Para além das instituições que acolhiam crianças órfãs, foi no princípio do século XIX, no contexto da revolução industrial, que surgiram as primeiras instituições para crianças com idade inferior à da frequência da escola primária. “Com o incremento da revolução industrial e o recrutamento de muitas mulheres para o trabalho diário em fábricas torna-se necessária a escolarização das crianças mais pequenas dos 7 aos 12 anos na escola primária e antes dos 7 anos torna-se necessário assegurar uma educação infantil que começa por assegurar a guarda das crianças enquanto as mães estão a trabalhar” (Meireles-Coelho, 2004b: 5). Estas instituições para a infância, criadas por iniciativa privada, eram frequentemente designados por “acolhimento”, casas de asilo ou *salles d’asile* e desempenhavam uma função social e de guarda.

Em toda a Europa, até ao aparecimento destas instituições, eram as famílias que assumiam a total responsabilidade pelos cuidados e educação dos seus filhos. Com a revolução industrial e o subsequente aumento do trabalho feminino, verificou-se a necessidade de se encontrar um local onde as crianças pudessem permanecer durante o horário de trabalho dos pais. Paralelamente a esta situação verificou-se o surgimento de novas ideias pedagógicas e, paulatinamente, várias personalidades criaram estabelecimentos de educação pré-escolar, desenvolveram modelos pedagógicos e introduziram sistemas de formação destinados aos profissionais que iam trabalhar com crianças em idade pré-escolar.

Dentre os vários pedagogos que se dedicaram a estudar e a criar instituições para crianças desta faixa etária, salientamos Robert Owen no Reino Unido

(1818), Friedrich Froebel (1840) cuja pedagogia e obra se difundiu em quase toda a Europa ao longo da segunda metade do século XIX, e Maria Montessori (1907) em Itália no início do século XX. “A influência pedagógica de Froebel revela-se tanto nos Estados-membros que optaram por um ingresso precoce das crianças no sistema educativo (Bélgica, Espanha, Grécia, Luxemburgo e Holanda), como nos que optaram por uma estrutura educativa exterior ao sistema escolar. Nestes últimos, a designação que Froebel introduziu – *Kindergarten*, à letra “jardim das crianças” – teve tendência a manter-se, ou na sua forma original, ou adaptada (Alemanha, Dinamarca, Portugal)”. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997: 54)

Em França e Espanha, a primeira legislação específica para a educação pré-escolar foi publicada em meados do século XIX. Em finais do século XIX início do século XX foi publicada legislação na maior parte dos Estados – membros. Na Irlanda, a primeira referência legal específica para a educação pré-escolar surgiu em 1991. De salientar que neste país as crianças são admitidas em *Infant classes* nas National Schools a partir dos quatro anos (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994-1997: 54).

As mudanças socioculturais e demográficas ocorridas no século XX, tais como a maior participação feminina na vida económica e social dos países europeus, a alteração da pirâmide etária da população assim como o aumento de famílias monoparentais, por um lado e, por outro, o reconhecimento da importância da educação pré-escolar no desenvolvimento biopsicossocial da criança, bem como o reconhecimento desta no combate à exclusão social e à desigualdade de oportunidades, deram à educação pré-escolar um crescente reconhecimento e destaque nos países da União Europeia.

A expansão da educação pré-escolar nos anos 60, não se processou da mesma forma nos diferentes países europeus, e segundo Bairrão & Tietze (1995), este facto pode ficar a dever-se a uma industrialização tardia de certos países. Esta expansão da educação pré-escolar dos anos 60, nos países da Europa Ocidental, surgiu ligada à educação compensatória e influenciou o desenvolvimento actual da educação pré-escolar nos diferentes países europeus.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht a 7 de Fevereiro de 1992, surgiram novas políticas comunitárias no que concerne à educação. Verificou-se um intercâmbio entre instituições e professores e um enriquecimento de

conhecimentos e trocas de experiências que se transformaram numa melhoria da educação. "A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade fomentando a cooperação entre os estados membros e, se for necessário, apoiando e completando a acção destes em pleno respeito das suas responsabilidades quanto aos conteúdos do ensino e à organização do sistema educativo, assim como da sua diversidade cultural e linguística." (Art.126 do Tratado de Maastricht).

Fernandes (1992: 246) salienta que "A União Europeia tem como objectivo (...) assegurar a igualdade de oportunidades entre os jovens de sexo diferente, para promover condições especiais de acesso ao ensino para os filhos dos trabalhadores migrantes, e para incrementar medidas destinadas a combater tanto o analfabetismo inicial como o analfabetismo regressivo ou funcional".

"As preocupações sobre a acção junto da infância no mundo ocidental, tem vagueado, nos últimos dois séculos, entre estes dois movimentos – social e pedagógico – de todo não dissociáveis, mas cuja sobrevalorização de um ou de outro, poderá ter marcado a história da educação da infância e das suas profissionais em cada país" (Sarmiento, 2002:133).

As funções da educação de infância / educação pré-escolar pública em Portugal são definidas como: educativas e sociais. Verifica-se a distinção entre a função pedagógica (componente lectiva da educação de infância) e a função social de guarda e de cuidados infantis (componente não lectiva da educação de infância). A prevalência duma ou de outra função depende do Ministério que tutela as instituições de educação de infância/educação pré-escolar. As instituições tuteladas pelo Ministério da Educação têm uma função mais pedagógica enquanto que as instituições tuteladas pelo Ministério dos Assuntos Sociais e Solidariedade têm uma função socializadora, de guarda e de cuidados infantis.

Na prática verifica-se que as instituições pré-escolares asseguram geralmente mais do que uma destas funções, sendo dada prioridade mais a uma que a outra consoante as características de funcionamento.

Segundo Formosinho (1996), Silva (1990) e Bairrão e Tietze (1995), os programas pré-escolares em instituição têm normalmente três funções. Silva (1990: 6) salienta que "as instituições de educação pré-escolar têm tradicionalmente três grandes funções que historicamente se foram sucedendo, embora se mantenham até hoje: *Função social* – tomar conta,

cuidar ou “guardar” as crianças enquanto as mães trabalham. A importância desta função é tanto maior quanto mais pequenas são as crianças e menor é a sua independência, pelo que é predominante em idade de creche, embora se mantenha em todo o período da pré-escolaridade e mesmo depois. *Função educativa* – facilitar e dar melhores condições ao desenvolvimento da criança. Esta função é também compartilhada pelos diferentes níveis de escolaridade. (...) *Função preventiva* – prevenir o insucesso escolar, na medida em que, sendo anterior ao período da escolaridade, pode permitir detectar e intervir precocemente nas dificuldades, perturbações ou deficiências do desenvolvimento. Esta função pode ainda ser tomada num sentido compensatório: nivelar as diferenças culturais de origem familiar, de modo a reduzir a desigualdade de oportunidades escolares das crianças oriundas de classes desfavorecidas. Para Bairrão e Tietze (1995: 25), “os programas pré-escolares em instituição têm normalmente três funções: *Função educacional*, que tem em vista preparar a criança para a escola, através do ensino de competências pré-académicas; *Função de socialização*, proporcionando estimulação social e oportunidades de interacção e desenvolvimento de auto-conceito; *Função de prestação de cuidados*, que tem em vista proporcionar um ambiente seguro e saudável na ausência dos pais”.

Para Formosinho (1995b; 1995c: 2-4; 1995a: 11-12, 1996c: 3) a educação pré-escolar tem várias funções, conforme os períodos históricos, conforme os agentes que a promovem e conforme o tipo de procura social. Tal como noutros níveis de ensino, o que se espera dela tem variado porque as exigências sociais vão evoluindo e porque a responsabilização do Estado pela satisfação dessas exigências também tem evoluído. Assim, podem-se considerar segundo este autor, três tipos fundamentais de funções que os serviços de educação pré-escolar prestam: *Função de cuidados infantis de guarda* – função de custódia segura das crianças e de proporcionar cuidados básicos com preocupações implícitas ou explícitas de socialização. *Função de cuidados assistenciais* – função de serviço social às crianças e às famílias carenciadas que insere a oferta de educação pré-escolar num conjunto de serviços mais vasto que inclui, entre outros, o apoio psicológico, o apoio de saúde mental, o apoio sanitário, o apoio nutricional, o apoio à educação parental. *Função pedagógica* – função de promoção explícita de promoção de actividades e experiências nos domínios do desenvolvimento (psicomotor, cognitivo, emocional e afectivo, social e moral), da socialização (em crenças e

valores, normas e atitudes) e da instrução (nos domínios da língua, do meio físico e social, do número, das expressões artísticas).

As instituições para crianças dos 3 aos 6 anos desempenham normalmente três funções:

- ❑ “Guarda e cuidados infantis – providenciar custódia segura das crianças enquanto os pais estão ausentes e proporcionar os cuidados afectivos e materiais necessários; corresponde à actividade comumente designada por “tomar conta das crianças”
- ❑ Apoio social – proporcionar às famílias carenciadas serviços sócio-educativos que permitam o trabalho das mães fora de casa e a melhoria das suas condições sociais e das suas capacidades educativas
- ❑ Educação, isto é,
 - a) Desenvolvimento – proporcionar actividades e experiências intencionalmente educativas que promovam o seu desenvolvimento psico-motor, intelectual, afectivo, sócio-moral;
 - b) Socialização – proporcionar experiências de interacção social e de estimulação interpessoal fora do contexto da família nuclear de modo a garantir a inserção sociocultural das crianças nos valores e normas sociais;
 - c) Instrução – preparação dos requisitos pré-académicos e académicos necessários para a entrada na escola primária e a criação de uma disposição de aprender” (Formosinho, 1995:3).

Tendo em conta a prossecução destes objectivos, e no que concerne à educação pré-escolar, podemos salientar que, todos os países membros da União Europeia têm como objectivo comum o desenvolvimento social e cognitivo da criança. O facto dos países membros da União Europeia possuírem um objectivo comum para a educação pré-escolar não significa que todos eles se regulem por normas comuns. Verificamos diferenças nos papéis atribuídos à educação pré-escolar e na forma como esta é posta em prática em cada país.

Em todos os países membros da União Europeia a educação pré-escolar desempenham mais do que uma destas funções. No entanto, a prioridade que é dada a cada uma delas varia de país para país. Segundo Bairrão & Tietze (1995: 27), os “países que dão maior relevo à função educacional são a Bélgica e a França com as *Écoles Maternelles*, a Espanha com o “Preescolar”, a Itália

com a *Scuola Materna*. Em contraste, a Dinamarca e a Alemanha dão maior relevo às funções de socialização e cuidados. A Grécia e Portugal caracterizam-se por um sistema híbrido com alguns programas que dão igual relevo a ambas as funções. A Grã-Bretanha, a Irlanda e a Holanda não se incluem em nenhuma das categorias acima descritas porque muitas crianças dos três aos seis anos de idade frequentam a escolaridade básica. A ênfase é pois a educação, embora de natureza diferente da descrita anteriormente”.

Constata-se em todos os países, que a tutela da função educativa é da responsabilidade do Ministério da Educação e que, a tutela das funções de socialização e cuidados pertence ao Ministério dos Assuntos Sociais.

Entre os dois e os dezoito anos de idade, as crianças e jovens da maior parte dos países da União Europeia têm a possibilidade de frequentar três níveis de ensino: a educação pré-escolar, o ensino primário e o ensino secundário” (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997).

Em metade dos países da União Europeia, a escolaridade obrigatória corresponde à idade de entrada na escola primária, ou seja, aos 6 anos. Os percursos escolares são similares na maioria dos países e, antes de frequentarem a escolaridade obrigatória, as crianças têm a possibilidade de frequentar uma diversidade bastante grande de instituições de acolhimento: as instituições escolares (dependentes do Ministério da Educação) e as instituições particulares (dependentes de outros Ministérios e/ou de outras entidades). A partir dos 3/4 anos, as crianças da União Europeia têm a possibilidade de frequentar um estabelecimento de educação pré-escolar. A frequência da educação pré-escolar é facultativa em quase todos os países da União Europeia e generaliza-se com a idade. No Luxemburgo a *spillschool* é obrigatória a partir dos 4 anos e na Irlanda do Norte o ensino primário obrigatório inicia-se aos 4 anos de idade. A idade com que as crianças iniciam a educação pré-escolar varia de país para país, podendo ir dos 3 aos 6 anos.

Nos outros países, a oferta de estruturas educativas é diversificada e o acesso à escola ocorre um pouco mais tarde. Em metade dos países da UE, verifica-se uma taxa de frequência elevada nos estabelecimentos de educação pré-escolar com finalidade educativa a partir dos três anos (Bélgica, França, Itália) ou dos quatro anos (Dinamarca, Alemanha, Espanha, Luxemburgo, Holanda). No Reino Unido a frequência é elevada desde os quatro anos, mas a maior parte dos alunos frequentam a escola primária. Nos outros países a frequência

de estabelecimentos de educação pré-escolar vai aumentando com a idade das crianças. Na Irlanda a taxa de participação em estabelecimentos de educação pré-escolar generaliza-se aos 5 anos.

Um ano antes do início do ensino obrigatório, a taxa de frequência de instituições de educação pré-escolar atinge mais de 80% em todos os países onde a frequência de estabelecimentos pré-escolares com finalidade educativa é precoce, tais como a Áustria e a Suécia. Em compensação, a Grécia, Portugal e a Finlândia não registam taxas superiores a 70%. [http://www.eurydice.org/documents/](http://www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf)

[Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf](http://www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf)

Alguns países criaram alternativas para compensar a ausência de instituições educativas nas regiões de fraca densidade populacional e/ou desfavorecidas para permitir a um elevado número de crianças a possibilidade de beneficiar de uma educação pré-escolar. As formas mais conhecidas são a educação itinerante e a animação pedagógica domiciliária (Suécia, Portugal, Espanha e França). <http://www.eurydice.org/documents/preschool/fr/intropfr.htm>

Na maioria dos países europeus, a duração média de frequência de um estabelecimento de educação pré-escolar com finalidade educativa é inferior à duração teórica da oferta. Este facto deve-se por um lado ao facto da frequência de instituições de educação pré-escolar não estar directamente ligada às necessidades das mães que se encontram integradas no mercado de trabalho e, por outro, à universalidade e acessibilidade da educação pré-escolar em cada país. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994)

"(...) embora na maior parte dos sistemas educativos a frequência de qualquer programa seja facultativo antes dos cinco anos de idade, verifica-se que, aos quatro anos, a frequência de um qualquer tipo de instituição educativa se generaliza, envolvendo mais do que 75% das crianças, excepto na Grécia, Irlanda e Portugal, onde as taxas relativas a este grupo etário mal ultrapassam os 50%. (...) Em alguns Estados-Membros, as taxas de frequência baixas podem ser reflexo de falta de lugares disponíveis." (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997: 57-58)

Para colmatar falta de instituições de educação pré-escolar pública, as famílias recorrem a instituições particulares e/ou a amas.

A constituição dos grupos de crianças nas instituições de educação pré-escolar pode ser feita segundo o modelo escolar (crianças da mesma idade) ou segundo o modelo familiar (heterogeneidade de idades). Em alguns países

verifica-se a utilização dos dois modelos consoante o tipo de instituição – pública ou privada. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 2001)

Os rácios adultos/crianças dos estabelecimentos de educação pré-escolar variam entre os Estados-Membros e entre o sector público e privado de cada um deles. "Alguns Estados-Membros estabeleceram normas quanto ao número mínimo e ao número máximo de crianças permitido por adulto nas instituições escolares e não escolares dependentes do sector público. É o caso, nomeadamente, da Bélgica, da Espanha, da Irlanda, da Itália, do Luxemburgo e, em especial, de Portugal. Geralmente, as classes pré-escolares têm uma média de 18 a 23 crianças. A média de dimensão mais elevada verifica-se em França (27 crianças) e na Irlanda mais de (28 crianças). Pode, contudo, haver um ou dois adultos responsáveis em cada classe, segundo o Estado-Membro" (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994: 59-60).

No que concerne aos horários de funcionamento das instituições de educação pré-escolar, constatamos que, as instituições públicas adoptam normalmente o mesmo horário que as escolas do 1º ciclo (5 horas por dia), e as instituições particulares adoptam um horário mais alargado (7 a 10 horas por dia). Cada vez é mais evidente a necessidade que todos os países membros têm de criar serviços de acolhimento extra-escolar com função de guarda para complemento de horário e para os períodos de interrupção lectiva ou de férias. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994: 60-61)

"A transição educativa entre a educação pré-escolar e o ensino primário constitui um outro motivo de preocupação a nível internacional. Em alguns Estados Membros, os professores de ambos níveis de ensino são convidados a trabalhar em conjunto, como acontece na Bélgica, em Espanha, em França, na Itália e no Luxemburgo. O objectivo de assegurar a continuidade educativa concretizou-se na Holanda, em 1985, pela integração completa da educação pré-escolar no nível de ensino primário sob o nome de *basisonderwijs* (ensino básico). Na Irlanda, esta integração tem uma longa tradição, que remonta ao século XIX." (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997: 62).

No que concerne aos métodos ou modelos pedagógicos, quase todos os países membros sublinham a importância da adaptação dos modelos às necessidades das crianças e, a importância da continuidade educativa entre a educação pré-escolar e o ensino básico.

A continuidade educativa entre a educação pré-escolar e o ensino básico é feita na Irlanda desde o século XIX e na Holanda a partir de 1985, quando se realizou a integração do ensino pré-escolar com o 1º ciclo do ensino básico. As actividades académicas são organizadas, em alguns países, para facilitar a passagem das crianças para o 1º ciclo: na Dinamarca nas *bornehaveklasse*, na Irlanda nas infant classes, na Holanda nas *basisonderwijs* e em França onde a *section des grands* (5 anos) faz parte integrante do ciclo de aprendizagens fundamentais. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997)

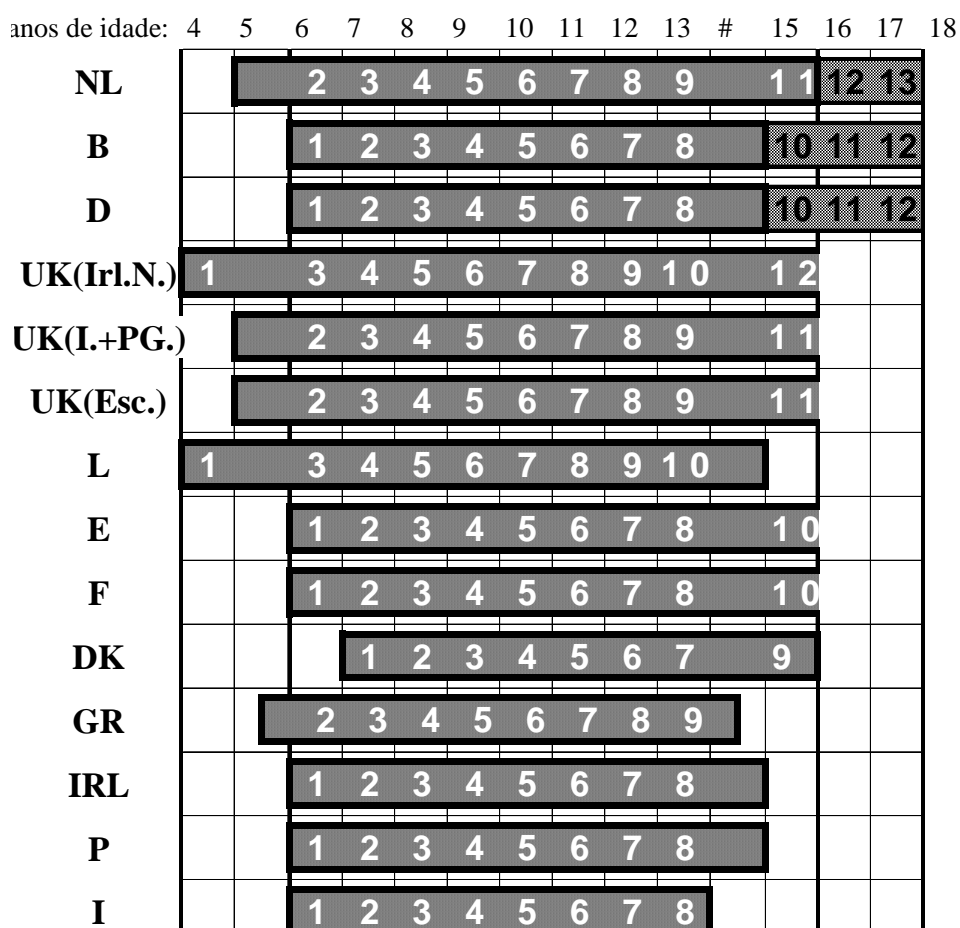
Outras soluções residem numa pesquisa de continuidade do currículo centrado no jogo (Alemanha), uma continuidade de conteúdos (comunidade flamenga da Bélgica) ou na procura de uma maior colaboração das famílias (Espanha). Esta contribuição familiar é bastante significativa nas escolas do Luxemburgo onde os pais podem julgar se os seus filhos estão preparados para a transição para o 1º ciclo. Se eles considerarem que a criança ainda não atingiu maturidade suficiente, podem retardar a sua entrada no nível seguinte de ensino.

http://www.eurydice.org/documents/preschool_n_primary/fr/framset.htm

A maior parte dos países da União Europeia possui directrizes oficiais para a educação pré-escolar, traduzindo-se estas em suportes escritos (guias, manuais, recomendações, etc.) sem carácter de programa oficial. Tais directrizes são, muitas vezes, definidas a nível central para o sector público e, por vezes, definidas a nível local (caso da Dinamarca e da Alemanha). Na maior parte dos documentos oficiais, com excepção dos da França, Suécia e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), também se encontram recomendações sobre a melhor forma de abordar as actividades, tais como, a animação pelo jogo, as actividades em pequenos grupos, etc. Os documentos do Reino Unido mencionam exemplos de boas práticas, apesar de não apontarem métodos no seu sentido estrito. Os documentos especificam também o grau de importância a atribuir aos diferentes domínios ou actividades, excepto em França, Portugal, Finlândia e Reino Unido. Na comunidade francesa da Bélgica, em Portugal e no Reino Unido (Escócia), o documento aconselha a que não se compartimentem os diferentes domínios mas sim que se pratique a interdisciplinaridade. Não existe um documento oficial com referência relativamente aos métodos a utilizar na educação pré-escolar.

Estas directrizes abrangem geralmente cinco áreas de conhecimento: iniciação à matemática, linguagem escrita e oral, actividades psicomotoras, actividades científicas, artísticas e estéticas. Para além destas áreas, em Portugal e na Holanda a educação para a saúde também faz parte das *Orientações curriculares para a educação pré-escolar*. Na Alemanha, Dinamarca, Áustria e Suécia as directrizes oficiais não contêm qualquer indicação sobre as áreas a abordar. As linhas orientadoras oficiais da Finlândia incluem também elementos de folclore e a utilização de tecnologias de informação e da comunicação.

http://www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf



Escolaridade obrigatória nos 12 países da EU (2000)

As directrizes oficiais e a legislação de quase todos os países membros da União Europeia debruçam-se especificamente sobre a avaliação dos progressos das crianças que frequentam a educação pré-escolar sublinhando a importância do acompanhamento dos progressos da criança de forma

contínua, nomeadamente através do método de observação. Mas isso não acontece na comunidade flamenga da Bélgica, na Dinamarca e na Holanda. Além disso, em alguns países, comunidade francesa da Bélgica, Espanha, França e Reino Unido, as directrizes oficiais são mais precisas e estipulam que os resultados da avaliação devem ficar registados (em documento individual ou em documento para o uso do educador). Na Irlanda são apresentadas sugestões normalizadas relativamente à utilização de testes de diagnósticos. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997) [http:](http://www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf)

[//www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf](http://www.eurydice.org/documents/Key_data/pt/08_CAP-C-pp.pdf)

A Educação pré-escolar, na maioria dos Estados-membros da Comunidade Europeia, é da competência dos órgãos do poder central ou dos seus equivalentes, sendo estas competências exercidas pelos Ministérios da Educação ou por vários organismos centrais de outras áreas, cuja acção se complementa ou se articula com os órgãos centrais de educação. São estes órgãos que definem os objectivos da educação, o tipo de estabelecimentos, os níveis etários e o suporte financeiro das acções desenvolvidas. No entanto, a gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar é da responsabilidade das autoridades locais. Na maior parte dos países da União Europeia e no que respeita à administração da educação, verifica-se uma descentralização de poderes – do Estado para as Autarquias locais e destas para os estabelecimentos de ensino, assim como uma maior delegação de poderes na sociedade e subsequente aumento da participação da comunidade educativa na tomada de decisões ao nível dos estabelecimentos. A importância da participação dos pais nas decisões pedagógicas dos estabelecimentos traduz-se, em quase todos os países, na constituição de associações de pais.

As instituições particulares, com ou sem fins lucrativos, contribuem para assegurar a educação pré-escolar. Devemos referenciar que, normalmente, a frequência de instituições oficiais de educação pré-escolar é gratuita, enquanto que a frequência de instituições particulares é paga. (ME / GEP, 1992)

No que concerne à formação profissional dos educadores de infância, pudemos constatar que os níveis de exigência de formação aumentaram nos últimos anos, sendo a mesma na maior parte dos países, de nível superior e universitário, com excepção da Itália e da Alemanha onde a formação dos educadores é feita ao nível do ensino secundário. Os Estados-Membros asseguram a formação de todos os professores, possibilitando-lhes períodos de experiência prática ao longo da sua formação de base. Em França, a

formação pedagógica dos professores realiza-se após a frequência dos 3 primeiros anos de qualquer curso universitário e é igual para professores do 1º ciclo do ensino básico e educadores de infância. A generalidade dos países europeus possui um sistema de formação que se caracteriza pela bivalência, ou seja, existe uma formação equivalente para a docência no ensino básico e para a educação pré-escolar, podendo estes exercer as suas funções numa ou noutra área. Os únicos países onde existe uma formação específica para os educadores de infância são a Alemanha, a Dinamarca e Portugal. (UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE, 1994/1997).

Actividades	Be	Dk	De	Gr	Es	Fr	Ir	It	Lx	Ne	Pt	RU (E+W)	RU (E.)
Actividades psicomotoras	•	•	•	•				•			•		•
Actividades plásticas	•						•				•		
Linguagem	•	•		•		•	•	•	•	•	•	•	•
Actividades matemáticas	•	•		•			•	•	•	•	•	•	•
Actividades musicais	•	•					•		•		•		
Actividades científicas	•	•				•			•			•	
Autonomia e socialização			•		•							•	
Educação para a Saúde			•							•	•		
Ambiente físico e social				•	•		•	•					
Religião				•			•					•	
Inglês							•			•			
Actividades artísticas				•	•	•			•			•	•
Expressão dramática					•						•		

Educação física				•		•	•		•	•		•	•
O próprio e os outros								•		•			
Segurança rodoviária										•			
Tecnologia				•		•						•	
Actividades cívicas				•								•	

Actividades desenvolvidas na educação pré-escolar nos diferentes países da UE

No que concerne aos métodos ou modelos pedagógicos, quase todos os países membros sublinham a importância da adaptação dos modelos às necessidades das crianças e, a importância da continuidade educativa entre a educação pré-escolar e o ensino básico.

3.

Evolução da educação pré-escolar em Portugal

Remonta à antiguidade a preocupação pela educação das crianças pequenas. Desde que há homens e mulheres, eles e sobretudo elas ocuparam-se e preocuparam-se com a educação dos seus filhos pequenos. Filósofos e pedagogos, como Platão e Coménio, chamaram a atenção para a importância da educação das crianças antes dos sete e dos seis anos de idade.

“A educação de infância surge em Portugal no século XIX altura em que foram definidas as primeiras medidas legislativas no que concerne à educação de infância. O seu surgimento deve-se à afirmação da classe média que se torna mais influente e mais educada e ao valor cada vez maior que se dá à infância. Por outro lado, o país conhece um lento mas progressivo processo de industrialização, acompanhado da migração de populações para as zonas urbanas, o que originou a necessidade e a procura de níveis de educação mais elevados. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na família, verifica-se uma grande mobilização de mão de obra feminina. Com o incremento da revolução industrial e o recrutamento de muitas mulheres para o trabalho diário em fábricas, torna-se necessário a escolarização das crianças mais pequenas dos 7 aos 12 anos na escola primária e antes dos 7 anos torna-se necessário assegurar a educação infantil que começa por assegurar a guarda das crianças enquanto as mães estão a trabalhar (Meireles-Coelho: 2003c: 5).

Desde o final do século XVIII até meados do século XX verificou-se a difusão de novas ideias pedagógicas com Rousseau, Pestalozzi, Owen, Froebel, João de Deus, José Augusto Coelho, Faria de Vasconcelos, Maria Montessori e outros. Tal como aconteceu noutros países, as referências teóricas que inicialmente influenciaram a prática da educação de infância em Portugal derivaram de concepções teóricas de natureza pedagógica. Na realidade, pedagogos, como Froebel e Maria Montessori, exerceram uma influência significativa na sistematização da prática educativa da educação pré-escolar em Portugal. E na evolução das organizações destinadas a acolher crianças em idade pré-escolar nem sempre é fácil distinguir com precisão as que se propunham objectivos predominantemente sociais ou de assistência das que se propunham objectivos predominantemente pedagógicos ou educativos.

3.1 – Durante a monarquia

Desde tempos recuados era habitual meninos e meninas não desejados ou oriundos de famílias pobres serem dados para criar a famílias com mais posses que os consideravam seus “criados”. Nos conventos femininos de clausura havia a roda onde se permutavam bens com o exterior e aí eram também deixadas crianças não desejadas, tendo-se desenvolvido a tradição de guardar e criar essas meninas em conventos. Os rapazes não eram criados em conventos femininos e, por vezes, eram criados em obras de assistência para meninos órfãos e abandonados, como o Colégio dos Meninos Órfãos de Nossa Senhora da Graça, fundado no Porto em 1651-03-25² pelo *padre Baltazar Guedes* (1620-1693) e o Colégio dos meninos órfãos e expostos de S. Caetano em Braga fundado em 1791 por *D. frei Caetano Brandão* (1740-1805).

Mas, as preocupações de carácter assistencial relativas à criança remontam aos séculos XV e XVI sobretudo com a criação, em 1498, das misericórdias pela rainha D. Leonor. Estas instituições funcionavam sob a orientação de organizações religiosas e, embora não existissem nestas instituições de caridade estruturas criadas para o acolhimento e assistência de crianças pequenas, o mesmo era muitas vezes aí feito.

"Estas instituições eram abertas a crianças sobretudo da 1ª infância, e voltavam-se essencialmente para funções de «guarda» mais do que para funções educativas" (Sarmiento, 2002: 134).

Após a exoneração do marquês de Pombal, o governo que lhe sucedeu nomeou Pina Manique como superintendente à Intendência Geral da Polícia, que nessa qualidade fundou (1780-05-20) a Real Casa Pia de Lisboa, destinada a assegurar a educação das crianças órfãs e abandonadas de Lisboa (Silva: 1896).

Verificamos, porém, que os primeiros serviços institucionalizados de guarda de crianças surgiram em Portugal em 1834, fundados sob os auspícios do rei D.

² Neste trabalho usa-se habitualmente a datação colocando o ano – o mês – o dia, por exemplo 1651-03-25, que se lê, como é usual, 25 de Março de 1651.

Pedro IV. A 30 de Maio desse ano fora publicado um decreto que determinava a extinção de "todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares seja qual for a sua denominação, instituto ou regra (...)" e "os bens dos Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios e quaisquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional." Com a extinção das ordens religiosas, surge a necessidade de se continuar a acção empreendida por estas, ou seja, continuar a proporcionar acolhimento e assistência às crianças que aí se encontravam. Edifícios vazios de antigos conventos são ocupados com casas de asilo da Sociedade das Casas da Infância Desvalida de Lisboa, fundada pelo próprio D. Pedro IV. Esta instituição tinha um carácter predominantemente assistencial podendo ler-se no art.1º dos seus estatutos que o seu principal objectivo seria:

"Dar protecção e educação e instrução às crianças pobres de ambos os sexos desde que tenham acabado a criação de leite, tratando dos meninos até à idade dos sete anos e as meninas até à dos nove, habilitando assim os pais e mães de família a ocuparem-se da sua lida diária, sem o inconveniente de deixarem seus filhos ao abandono. (...) — § 1º. Os meninos de mais de quatro anos e as meninas de mais de seis não serão admitidas. — § 2º. Poderão conservar-se em cada casa de asilo até à idade de doze anos, vinte e quatro das meninas que até aos nove anos tiverem mostrado maior aproveitamento precedendo para isso decisão do conselho de direcção, sob proposta das senhoras directoras. — Para perfazer este número ficarão nos asilos oito em cada um dos três primeiros anos, e as vagas se preencherão anualmente à medida que ocorrerem." (DG 275 de 1852-11-20).

Entre 1834 e 1897, foram criadas por esta Sociedade, doze Casas de Asilo³, a sua maioria em edifícios de antigos conventos. Das casas de asilo criadas nesta época, algumas delas ainda se encontram em funcionamento passando algumas a denominar-se "jardins infantis" (Ferreira Gomes, 1977, Meireles-Coelho, 2003c).

Segundo Bairrão e Vasconcelos (1997: 8) e Bairrão et al. (1990: 9), "considera-se que as primeiras instituições designadas especificamente para crianças até

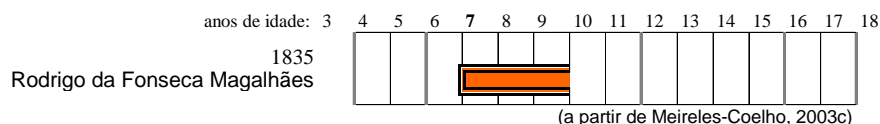
³ Assim, foram criados em Lisboa, os *asilos da Junqueira* (1834-08-18), de *Calafates* (1834-11-01), de *Santana* (1835-11-08), de *Lapa* (1836-04-24), de *Ajuda* (1860), de *Arroios* (1872-07-18), de *S. Vicente* (1878-07-31), de *Esperança* (1884-10-15), 1896-10-01 de *Santa Engrácia* (1896-10-01), de *dos Olivais* (1897-04-20), (Ferreira Gomes, 1977: 22). Para além das dez casas de asilo criadas em Lisboa, foram ainda criados a 1836-04-10, o *Asilo da Infância Desvalida de Coimbra* (*Casa da Infância Doutor Elísio de Moura*), Decreto de 1850-11-13 e Alvará de 1850-11-26 e *Asilo* o de *D. Pedro V* em Braga a 1878-05-17 (DG 111 de 1878-05-17).

aos 6 anos datam de 1834. Pertencendo à iniciativa privada, tinham preocupações de tipo asilar, sendo destinadas a crianças de classes sociais desfavorecidas e circunscrevendo-se às grandes cidades... Este carácter assistencial das primeiras instituições incidia apenas na satisfação das necessidades básicas, tais como a saúde, a higiene e, simultaneamente, como forma de darem resposta “as necessidades da classe pobre e trabalhadora, substituindo a família nas suas tarefas de educação”. Até ao século XIX e no que concerne aos cuidados para a infância, existia uma “preocupação de cariz caritativo cristão” (Ferreira Gomes, 1977; Bairrão e Vasconcelos 1977: 7). Assim, podemos concluir que “A primeira grande acção junto da infância foi de protecção. Com efeito, quer a prática de amas, quer a das misericórdias, quer mesmo e ainda a dos higienistas, visaram e visam sobretudo proteger e acolher a criança” (Magalhães, 1997: 121).

A “educação infantil” e/ou educação “pré-primária” surgiu aliada ao ensino primário sendo encarada por políticos e pedagogos da época como uma necessidade de concretizar os objectivos da instrução popular. Por este motivo os documentos legais legislados/publicados na época para o ensino primário são de extrema importância para o estudo da evolução da educação pré-escolar em Portugal.

Após a expulsão das ordens religiosas em 1834-05-28 e o começo da normalização da vida política e administrativa portuguesa, verificou-se a “necessidade de prover ao estabelecimento do sistema de instrução primária em todo o Reino” (...) pelo que foi decretado:

ARTIGO 1º — Abrir-se-ão duas escolas normais primárias, uma na cidade de Lisboa, outra na do Porto, no prazo, e debaixo da direcção das pessoas que o Governo designar. — ARTIGO 2º — Serão obrigados a frequentar as mencionadas Escolas Normais os Professores Públicos de primeiras letras de uma e outra cidade. (DG 190 de 1835-08-13).



Estas escolas foram criadas com a intenção de dar formação aos professores públicos existentes e, nesse mesmo ano, a 1835-09-07 foi publicado um Decreto que estabelecia o regulamento geral da instrução primária:

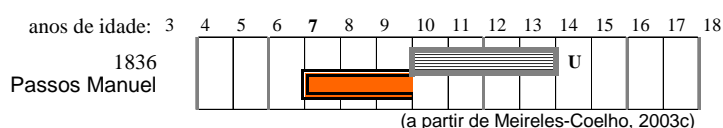
REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA — TÍTULO I: DO OBJECTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, SEU MÉTODO E LIBERDADE DE ENSINO — ARTIGO 1º — A Instrução Primária compreende a leitura, a escritura e os Elementos de Gramática Portuguesa,

Aritmética, Desenho Linear, Civilidade, Moral, Religião, Direito Político e algumas noções de História e Geografia. — ARTIGO 2º — Esta instrução será administrada gratuitamente a todos os Cidadãos em Escolas públicas para esse fim estabelecidas pelo Governo, pelas Câmaras Municipais ou pelas Juntas de Paróquia. (...) — TÍTULO VII: DOS DEVERES DOS PAIS DE FAMÍLIA, OU DAS PESSOAS QUE ESTÃO EM SEU LUGAR — ARTIGO 1º — À obrigação imposta, pela Carta Constitucional, ao Governo de proporcionar a todos os Cidadãos a Instrução Primária, corresponde **a obrigação dos Pais de família de enviar seus filhos às Escolas Públicas, logo que passem de 7 anos**, sem impedimento físico ou moral, se meios não tiverem de o fazer construir de outro modo. — §1. Às Câmaras Municipais, e aos Párocos incumbe o procurar mover por todos os meios de que puderem usar, os Pais de família a cumprir com esta importante obrigação, que a Sociedade, a Religião, e o interesse de seus filhos lhes prescreve. (...) (DG 214 de 1835-09-10).

Este decreto para além de referir a gratuitidade da instrução primária pública, define a idade de 7 anos como sendo a do início da escolaridade obrigatória. E após a publicação do regulamento da instrução primária foi publicado (DG 241 de 1835-10-18) o regulamento das escolas normais. Neste faz-se saber que:

ARTIGO 4º — O curso da escola normal começará no dia 20 do corrente mês de Outubro (...) — ARTIGO 7º — Estas disposições não são aplicáveis à escola normal que se mandou abrir na cidade do Porto, excepto em quanto ao prazo de abertura do curso, que fica diferido em quanto se não achar pronta a parte material da escola.

Decorridos alguns meses sobre as publicações destes decretos de Rodrigo da Fonseca Magalhães sobre a instrução pública, foi publicado a 1835-12-02 um decreto de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque que determinava a suspensão dos decretos do mesmo ano relativos à educação e instrução pública (DG 285 de 1835-12-03). A instabilidade política da época levou a rainha a dissolver o parlamento a 1836-08-15 e a marcar eleições.

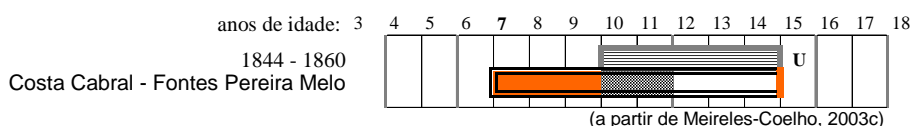


Após a revolução de Setembro (1836-09-09), a 1836-11-15 com a reforma de Passos Manuel é publicado um decreto que aprova a reforma geral da instrução primária (DG 274 de 1836-11-18), que vem na linha do regulamento geral da instrução primária de 1835 (DG 214 de 1835-09-10), definindo a idade de frequência da escolaridade obrigatória aos 7 anos de idade. A situação política da época era de grande instabilidade pelo que os governos legislavam por curtos períodos de tempo, mas as reformas do ensino iam-se sucedendo.

Em 1844-09-20 é publicado um decreto que aprova a reforma geral do ensino

de Costa Cabral (DG 220 de 1844-09-20), reforma que preconizava a divisão da instrução primária em dois graus continuando de 7 anos a idade de começo da obrigatoriedade escolar, a criação de escolas normais para a formação de professores e a duração dos cursos:

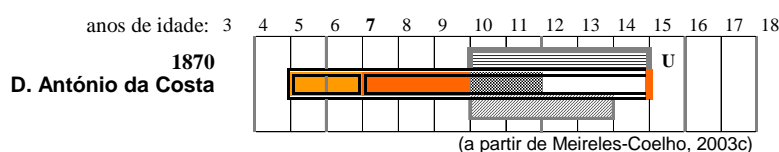
ARTIGO 11º — §1º. Este curso será distribuído de maneira, que, em um ano, se habilitem os professores para o primeiro grau, e em dois para o segundo.



Nesta época Portugal era um país pouco industrializado e um dos países com maior taxa de analfabetismo da Europa pelo que era necessário combater o analfabetismo quer através da criação de uma rede de escolas de instrução primária quer através da formação de professores. A 1869-01-13 a preocupação com a formação dos professores continuava presente como podemos verificar pela promulgação do decreto que substitui as escolas normais por professores de pedagogia dos liceus de Lisboa, Coimbra e Porto (DG 11 de 1869-01-15). A publicação deste decreto não invalidou a criação de cinco escolas normais primárias em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Viseu a 1869-12-14 (DG 291 de 1869-12-22). No ano seguinte, a 1870-08-03 são criadas duas escolas normais para o sexo feminino uma em Lisboa e outra no Porto e autorização para que as juntas gerais as criem nos outros distritos (DG 181 de 1870-08-16). No preâmbulo do Decreto de 1870-08-03 (DG 181 de 1870-08-16) podemos ler:

“Não são difíceis de conhecer as causas do nosso atraso no ensino primário, nem diferem muito os pareceres dos amigos da educação acerca do modo de extirpar o mal e reconstruir o edifício. O que falta é a fonte financeira e a par dela um pessoal docente que possa realizar em todo o país, como realiza em algumas localidades, os métodos da instrução popular na altura em que as nações cultas hoje os compreendem”.

No nosso país, para além da falta de professores e escolas existia também a falta das verbas necessárias para se concretizarem as medidas legisladas, que, apesar de promulgadas, não passavam do papel sendo revogadas quase em seguida. Na extensa legislação da época constata-se uma preocupação permanente com a educação por parte dos sucessivos governos mas, como não havia sequencialidade política, as medidas legisladas não eram



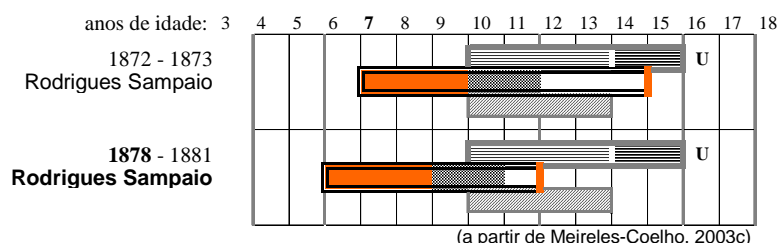
concretizadas.

A reforma da instrução primária de D. António da Costa de 1870-08-16 (publicada no DG 194 de 1870-08-31 e anulada por Carta de lei de 1870-12-27) previa que a frequência de estabelecimentos de instrução primária fosse permitida a crianças desde a idade de 5 anos, ou seja, idade inferior à idade obrigatória de frequência deste grau de ensino, o que poderá denotar alguma preocupação com a educação das crianças antes da sua entrada para a escola primária:

“A instrução primária do 1º grau é obrigatória para todos os portugueses de ambos os sexos, desde a idade de sete a quinze anos. **A frequência é permitida desde a idade de cinco anos.**” (ARTIGO 29º).

A Reforma de Rodrigues Sampaio de 1878-05-02 (DG 110 de 1878-05-16) foi regulamentada por Decreto de 1881-07-28 (DG 169-174). Esta reforma reorganiza o ensino primário, atribui competências às autarquias na manutenção e funcionamento das escolas primárias e dos asilos de educação, passando aquelas a ser as principais responsáveis pela instrução primária, para além de definir a idade da escolaridade obrigatória desde os 6 anos de idade.

ARTIGO 5º — A instrução primária elementar é obrigatória desde a idade de seis até doze anos para todas as crianças de um e outro sexo...



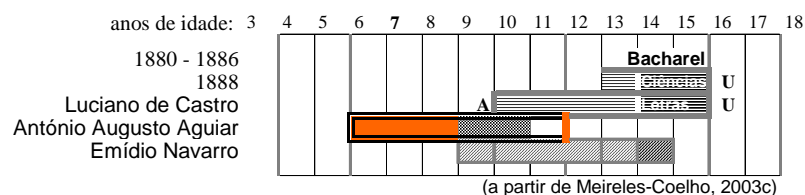
De destacar ainda a necessidade de criar instituições para crianças dos três aos seis anos de asilos de educação que preparem para a escola primária:

ARTIGO 68º — As juntas gerais do distrito e as câmaras municipais promoverão a criação de **asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças de três até seis anos.** — § único. O governo proporá anualmente às cortes uma verba destinada a auxiliar estes estabelecimentos.

Pelo que se encontra consignado na Lei podemos dizer que estes “asilos de educação” tinham uma função educativa uma vez que se destinavam a auxiliar a escola primária. Se na Lei de 1870-08-16 se preconizava a frequência da escola primária a partir dos 5 anos de idade, nesta Lei surge pela primeira vez

num documento legal a intenção de se criarem "asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças de três até seis anos" o que, pode ser considerado como um primeiro passo para o aparecimento da função educativa da educação pré-escolar aliada à função de guarda e de cuidados, ou, como diz Ferreira Gomes, "já com intuitos mais *pedagógicos* que *sociais*". Se por um lado se verifica a preocupação por parte do governo com a educação das crianças antes do ingresso no ensino primário, por outro, verifica-se a preocupação de instituições locais em abrir asilos para a infância desvalida o que foi paulatinamente acontecendo ao longo do século XIX. A responsabilidade da criação destes asilos era das juntas gerais de distrito e das câmaras municipais devendo o governo disponibilizar anualmente verbas para esse efeito. Esta foi **a primeira medida legislativa para integrar a educação de infância no sistema educativo português**. Mas, apesar da publicação destes decretos, os resultados práticos foram nulos uma vez que a agitação política da época não permitiu que se efectivassem as medidas legisladas (Cardona, 1997: 27).

Apesar da instabilidade política, verifica-se grande preocupação em desenvolver a instrução popular e em criar instituições para as crianças mais pequenas, ampliando-se cada vez mais o problema da educação infantil, uma preocupação crescente de pedagogos e políticos da época.



Pela Reforma de Luciano de Castro em 1880-06-11 (DG 137 de 1880-06-19 que altera a carta de lei de 1878-05-02), surge pela 1ª vez a referência num texto legal a *jardins de infância*:

ARTIGO 2º — O estabelecimento dos cursos nocturnos e dominicais e dos asilos de educação, a que se referem os arts. 24º e 68º da Lei de 1878-05-02, será ordenado pelo governo nas localidades onde forem de reconhecida necessidade, quando as câmaras e juntas gerais de distrito não satisfaçam ao preceito da mesma lei. (...) — ARTIGO 18º — No orçamento geral do Estado será consignada anualmente uma verba para: (...) subsídios às câmaras municipais (...), e de asilos de educação; (...) **auxílio à iniciativa particular e às associações para estabelecimento de jardins de infância** (...).

Esta Lei, tal como a de 1870-08-16, atribui competências às câmaras municipais para a manutenção e funcionamento da instrução primária,

passando estas a ser as principais responsáveis pela instrução primária.

Com vista à prossecução dos objectivos decretados na Lei, o governo, por Portaria de 1880-12-09 (DG 282 de 1880-12-10), ordena aos governadores civis dos distritos que auxiliem a iniciativa particular e as associações para estabelecimento de jardins de infância.

Estando determinado no art.18º da lei de 11 de junho último, que no orçamento geral do Estado seja consignado anualmente uma verba que, além de subsídios às câmaras municipais e juntas de paróquia; e outras despesas da instrução primaria, é destinada a auxiliar a iniciativa particular e **as associações no estabelecimento de jardins de infância**, cursos de adultos, bibliotecas, escolas de desenho e outras instituições que tenham por fim o desenvolvimento da instrução popular, bem como na fundação de museus e exposições escolares, e devendo estas disposições começar a vigorar em conformidade com o art.24.º da mencionada lei no 1.º de julho de 1881: — Ordena Sua Majestade El-Rei que os governadores civis de todos os distritos administrativos do continente e ilhas adjacentes, de acordo com os respectivos comissários dos estudos, não só dêem a necessária publicidade a estas importantes disposições com que o legislador intentou estimular a iniciativa individual e colectiva no intuito de difundir o ensino primário, mas também diligenciem por si e pelos seus delegados organizar associações que se proponham criar alguns dos estabelecimentos indicados, às quais será oportunamente concedido o conveniente subsidio dentro da verba a esse fim aplicada (...)

Se a Portaria de 1880-12-09 (DG 282 de 1880-12-10) ordenava aos governadores civis para que "diligenciem por si e pelos seus delegados organizar associações que se proponham criar alguns dos estabelecimentos indicados", a Portaria de 1880-12-11 (DG 284 de 1880-12-13), enviada ao governador civil de Lisboa, e a de 1880-12-21 (DG 292 de 1880-12-22), enviada ao governador civil do Porto, focavam a necessidade de se "acudir à educação das crianças na idade anterior à da obrigação de ensino". Na Portaria de 1880-12-11, dirigida ao Governador civil de Lisboa, José Luciano de Castro referencia que:

"Para que a instrução do povo assente sobre bases sólidas e produza verdadeiros benefícios, convém que **as crianças antes de atingirem a idade da escola recebam uma educação** própria e consentânea às suas faculdades físicas e morais."

Refere ainda os artigos 68º da Lei de 2 de Maio de 1878:

"que as juntas gerais e as câmaras municipais promovam a criação de asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças de três a seis anos. A Lei de 11 de Junho de 1880 também no art.18.º determina que seja incluída anualmente no orçamento geral do estado um verba destinada a subsidiar o estabelecimento de jardins de infância, e de outras instituições que

tenham por fim o progresso da instrução popular.”

Recomenda ainda a criação de um asilo-modelo na capital que desempenhe a função educativa para as crianças que o frequentem e a função formativa para o pessoal que aí exerça funções.

“De todos os sistemas aplicados ao ensino das crianças o denominado de **Froebel** é o que, derivado de princípios de sã filosofia e do conhecimento do que é a natureza humana nos primeiros anos do seu desenvolvimento, oferece os mais lisonjeiros resultados na prática. São assaz conhecidas as imensas vantagens obtidas na Alemanha, Bélgica Itália, Suíça e América, da fundação a difusão dos asilos e jardins infantis. – Entre nós, esta instituição é inteiramente nova, e não poderá implantar-se com utilidade real, sem que haja pessoas instruídas e experimentadas no indicado método **Froebel**. Torna-se, pois, de alta conveniência e importância a criação de um asilo-modelo, onde se eduquem as crianças e se habilitem senhoras que possam dirigir os institutos de que se trata; e afigura-se-me que o meio mais fácil e profícuo de se chegar a este fim será mandar ao estrangeiro pessoa idónea aprender a organização dos asilos e jardins de infância, bem como os métodos de ensino neles adoptados, ou contratar ali professora distinta que venha a Portugal instalar e dirigir o instituto que se intenta”.

A Portaria de 1880-12-11, para além de referir a intenção da junta geral do Porto "de criar na cidade do Porto uma escola-modelo de instrução primária, regida por pessoa que tenha concluído com distinção o curso de uma escola normal de 1ª ordem na Suíça, Bélgica ou Alemanha, mostra quanto aquela ilustrada corporação se empenha pelos progressos do ensino (...)" :

“Falta, porém, acudir à educação das crianças na idade anterior à da obrigação do ensino, e sem uma instituição que preencha esta lacuna mal poderá a escola-modelo satisfazer cabalmente aos fins para que é destinada. – Persuadido da necessidade de tal instituição, e levado pelo nobre exemplo e louvável iniciativa da junta geral desse distrito, rogo a V. Ex.^a que haja de empregar as diligências necessárias junto daquela corporação, assim como junto da câmara municipal, a fim de conseguir que se funde nessa cidade um asilo, ou jardim do infância, o qual poderá existir independente da escola-modelo, eu a ela anexo em curso especial, não só para ensino das crianças mas também para educação e preparação própria de jardineiros de infância, à semelhança do que se acha estabelecido nalgumas nações que mais se preocupam dos progressos da instrução popular. – O governo, apelando em ofício de 11 do corrente (Diário do Governo nº 284) para a esclarecida inteligência e patriótica dedicação da junta geral e da câmara municipal de Lisboa, acaba de conseguir que estas corporações resolvessem fundar na capital um jardim ou asilo-modelo para educação das crianças de três a seis anos de idade pelo método **Froebel**, mediante um subsídio que lhes será concedido dentro das forças do futuro orçamento geral do estado. Pelos mesmos meios espera alcançar que a junta geral e a câmara municipal do Porto se prestarão a criar o estabelecimento que deixo indicado, e cuja utilidade imediata para o instituto, que ali deliberou fundar

a junta geral, se me afigura notória e incontestável”.

Já em 1876-07-08 (*Farpas XV*) Ramalho Ortigão (1837-1915) fazia referência à necessidade de se criarem em Portugal jardins de infância como os da Suíça e Alemanha onde era utilizada a pedagogia **Froebel**:

“jardins-creches ou jardins de crianças como os que se estão usando na Suíça e na Alemanha, onde as crianças de três a sete anos aprendam praticamente as línguas com mestras estrangeiras e recebam as primeiras lições rudimentares das coisas, sem abrirem livro e conservando-se pelo maior espaço de tempo ao ar livre.”

Este autor, em Maio de 1879, nas *Farpas III*, volta a referir-se aos jardins de infância e a Froebel num artigo sobre Caldas Aulete. Para Ramalho Ortigão,

“Ninguém mais próprio do que Caldas Aulete, pela sua doçura, pela sua dedicação afectiva, pela sua paciência, para iniciar em Portugal as lições de coisas, para fundar em Lisboa os jardins de crianças. Quando Froebel montou a sua primeira escola para as criancinhas de dois anos de idade, tiveram-no geralmente por um doido. • Isso, porém, não obstou a que os risinhos jardins de crianças devidos à sua iniciativa se vulgarizassem rapidamente e sejam hoje a primeira das glórias da educação alemã. Se Caldas tivesse tido em Portugal a mesma ideia tomá-lo-iam igualmente por um orate.”

Em 1881-07-28 é publicado o regulamento para execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880 (DG 169 de 1881-08-01; DG 170 de 1881-08-02; DG 172 de 1881-08-04; DG 173 de 1881-08-05; DG 174 de 1881-08-06), porém, em 1890-02-27 é publicado um Decreto que altera os artigos 53, 101, 170, 178, 189, 259, 280 e 281 do regulamento de 28 de Julho de 1881 (DG 49 de 1890-03-03).

CAPÍTULO III — DAS JUNTAS ESCOLARES — ARTIGO 229º — Em cada cabeça de concelho haverá uma junta escolar de nomeação da câmara municipal e composta de três vogais escolhidos de entre os vereadores ou outros cidadãos (...) [que deverá:] - 8º Dar parecer à Câmara sobre a criação e colocação das escolas e **asilos de educação**.

No programa de pedagogia – metodologia, legislação relativa às escolas primárias (do primeiro ano do curso normal), encontramos na alínea Organização da escola uma referência a jardins de infância – asilos-escolas do primeiro e segundo grau. Podemos constatar que nesta legislação tal como em outras anteriores existe referência relativa a jardins de infância e asilos mas sempre integrados na legislação relativa ao ensino primário. Para além da referência a jardins de infância e asilos referidos nestes dois artigos encontramos ainda neste regulamento uma referência às conferências pedagógicas:

Artigo 236º — Na sede dos círculos escolares haverá todos os anos **conferências pedagógicas**, cujo objecto será o aperfeiçoamento dos métodos, modos e processos de ensino; a organização material e disciplinar das escolas; a estatística e todos os assuntos que especial e directamente disserem respeito ao desenvolvimento da instrução popular. — §único. Para as primeiras conferências pedagógicas que houver, em virtude deste regulamento, os programas serão apresentados aos professores de cada círculo pelos sub-inspectores, depois de aprovados pelos inspectores, seguindo o mais que dispõe o artigo antecedente quanto à publicidade.

As primeiras Conferências Pedagógicas realizaram-se, na Escola Normal do Porto, em Outubro de 1883. “Na sessão de 8 de Outubro, o presidente Manuel Vieira Valente, “apresentou uma proposta sobre o projecto do Programa para a Conferência do ano seguinte, 1884, a qual foi aprovada (...)” (Lopes, 1883: 114). O projecto de programa era composto por 7 pontos, o primeiro dos quais questionava o que era o ensino intuitivo, o que se entendia por lições educativas, lições de coisas, lições sobre objectos, ensino real (...). O segundo ponto tinha como título: **“Escolas Infantis – Qual é o meio prático de estabelecer asilos de educação ou escolas infantis nas povoações rurais, urbanas e industriais?”** (Lopes, 1883: 114).

As Conferências Pedagógicas do 1º círculo da 2ª circunscrição escolar realizaram-se de 3 a 9 de Outubro de 1884, na Escola Normal do Porto, sob a Presidência de António Simões Lopes, tendo-se cumprido o Programa proposto na sessão de 8 de Outubro de 1883 (Lopes, 1884: 511). Tal como ficara decidido nas primeiras Conferências Pedagógicas, na primeira sessão destas conferências realizada a 3 de Outubro de 1884, o programa seguido foi o seguinte: 1º - O que é o ensino intuitivo? 2º - **Escolas infantis**. 3º - Escolas do 1º grau ou elementares, dirigidas por um só professor. 4º - Escolas centrais. 5º - Disciplina dos alunos dentro e fora da escola. 6º - Programas e livros de ensino. 7º - Convém à boa organização pedagógica das escolas e ao aproveitamento literário e à educação dos alunos que os exercícios escolares sejam divididos em aula de manhã e aula de tarde? Nesta sessão a presidência nomeou as comissões que deveriam dar parecer sobre os diversos pontos. No que concerne ao segundo ponto – Escolas infantis – foram nomeados Adrião Augusto de Sousa Carneiro, António Ferreira de Jesus, Francisco António Vieira (relator), D. Elvira Baptista Ferreira e D. Efigénia Amélia Correia de Oliveira.

A 2ª Sessão da Conferência, realizada em 4 de Outubro, abordou no capítulo IV a escola infantil - ensino intuitivo.

"Antes do ensino intelectual na escola primária, a criança necessita colher uma quantidade de conhecimentos práticos, e é, portanto, indispensável ensinar-lhe tudo que for agradável e útil, durante os primeiros anos de existência. Para proteger a criança dos 3 aos 6 anos, de forma que ao sair da creche encontre logo quem lhe dirija sabiamente os passos vacilantes no caminho da vida, criaram-se as escolas infantis, que servem de preparação às escolas primárias; e oferecem um excelente recurso às mães, que ficam tranquilas sobre a sorte do entesinho que ali vive em boas condições higiénicas, é feliz, adquire a instrução necessária para mais tarde ser útil a si e à sociedade, e tem quem lhe vá formando o coração para a virtude" (Lopes, 1884: 19).

A 3ª Sessão da Conferência, realizada em 6 de Outubro, foi inteiramente consagrada à educação, à infância desamparada, à importância da escola infantil, ao meio prático de estabelecer asilos de educação ou escolas infantis nas povoações rurais, urbanas e industriais e algumas considerações finais sobre as escolas mistas, ao nível elementar e complementar (Lopes, 1884: 31-40).

A Comissão, depois de algumas considerações genéricas sobre a educação ao abordar o item relativo à infância desamparada, faz um apelo à criação de creches, de escolas infantis e de escolas primárias:

"Acuda-se à infância, eduque-se, para que dela saiam cidadãos prestantes; (...) Com a fundação de creches, escolas infantis e aumentar o número de escolas primárias, cuja conveniência não é já hoje uma necessidade desconhecida, não só olhada pelo lado educativo, mas também pelo desamparo em que se vêem muitas crianças, que, recebendo a educação, concorrerão mais tarde para o bem-estar geral do país."

Sobre este assunto salienta ainda que:

«Acompanhando, pois, a criança, desde o berço à creche até aos 3 anos de idade, da creche à escola infantil aos 6, e da escola infantil à escola primária até completar o seu curso, temos satisfeito um dos maiores deveres» (Lopes, 1884: 33-34).

No que concerne à importância da escola infantil pode ler-se:

"É a escola infantil o verdadeiro templo da infância e um poderoso elemento de educação; nela, a criança há-de respirar saúde, moral e instrução, que lhe será ministrada folgando, sem esforço, sem cansaço, com meiguice, com carinho e melindre afectuoso, que só um ente privilegiado para esse fim poderá fornecer. Esse ente só pode ser a mulher, cuja natureza é toda amorável, bondosa e benéfica: dotes naturais da mãe, que é o seu principal destino sobre a terra...

É, necessariamente, a escola infantil o lugar mais apropriado para desenvolver a criança, física, moral e intelectualmente, devendo sujeitá-la, todavia, a um certo regime que lhe vá formando o espírito ao mesmo tempo que o corpo e o coração, habilitando-a assim a poder entrar na escola primária já com a inteligência desenvolvida, já afeita a uma certa regularidade escolar, não

desconhecendo a superioridade do professor, a convivência dos discípulos e podendo levar já sabidos os primeiros rudimentos da leitura, escrita, contar e desenho...

É, por consequência, de reconhecida vantagem o estabelecimento de escolas infantis por toda a parte: acompanhemos nesta cruzada a França, a Holanda, a Bélgica, a Alemanha, a Suíça e a Itália, pois é certo que, neste ponto, vai Portugal na retaguarda daquelas nações. Estudemos os conselhos dos sábios pedagogos Comenius, Pestalozzi, Froebel e Castilho, e sigamos o exemplo do Grande Mártir do Gólgota que, proclamando a igualdade de todos os homens, chamava a si os pequeninos." (Lopes, 1884: 34-36).

A comissão era do parecer que:

"os asilos de educação ou escolas infantis deviam ser criadas nas povoações rurais, urbanas e industriais e a iniciativa de os criar deveria ser oficial, particular, puramente individual ou de ligação de umas com outras. Nas iniciativas oficiais, seriam o Governo, as Juntas Gerais do Distrito, as Câmaras Municipais ou as Juntas de Paróquia as responsáveis pela sua construção. Na iniciativa particular, seriam as associações, as confrarias, responsáveis pela sua construção e as verbas para as mesmas seriam realizadas através de espectáculos, bazares, subscrições e cotização dos operários industriais ou de quaisquer outros indivíduos de diferentes profissões. Na iniciativa puramente individual, as verbas para a sua construção seriam provenientes de donativos e legados. No que respeita ao último caso, os responsáveis pela sua construção sairão da junção de iniciativas oficiais com iniciativas particulares ou simultaneamente da união de todas as iniciativas anteriormente enunciadas." (Lopes, 1884: 36).

Segundo a comissão:

"Na impossibilidade de se poder estabelecer escolas infantis propriamente ditas, com professora habilitada, jardim, pátio, salas e utensílios indispensáveis, tanto para as lições ao ar livre, como dentro da escola, isto é, com todas as condições precisas para um bom estabelecimento desta ordem, ainda podemos recorrer ao meio seguinte: É certo que em todas as terras aparecem mulheres com carência de meios: pois estas mulheres, quando dotadas de bons costumes, podem, a troco de uma pequena gratificação, fornecida pelas Juntas Gerais, Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Associações ou particulares, receber em casa as crianças pobres de 3 a 5 anos de idade, onde, brincando, estejam ao abrigo dos perigos, aprendam as primeiras orações do cristão, a obediência aos superior e se sujeitem a uma certa disciplina, a que muito importa acostumá-las." (Lopes, 1884: 37-38).

Tendo sido o 1º programa das Conferências Pedagógicas escolhido pelos sub-inspectores, depois de aprovados pelos professores, e os seguintes "... elaborados pelos professores na última conferência, conjuntamente com o respectivo sub-inspector... (art.237º do Decreto de 1881-07-28), parece-nos que a abordagem do ensino infantil ia sendo uma preocupação cada vez maior em

Portugal, não só a nível literário como também a nível institucional, segundo Ramalho Ortigão e a legislação da época em Portugal.

A 1882-04-21, no centenário do nascimento de **Froebel**, é inaugurado o primeiro jardim de infância público, em Lisboa, segundo o método e os princípios de Froebel. A inauguração deste jardim de infância realizou-se no ano da celebração do centenário do nascimento de Froebel (Ferreira Gomes, 1977; Ortigão, 1875, VIII: 29). Com a inauguração deste asilo de educação pretendeu-se homenagear o grande pedagogo que foi Froebel ao mesmo tempo que se procurou implementar a educação infantil em Portugal.

Segundo Vasconcelos (2003: 25), "A criação do primeiro jardim de infância Froebel em Lisboa (1882) simboliza, de alguma forma, o interesse que uma burguesia ascendente e a classe dos intelectuais demonstrou começar a ter pela educação de infância". A educação infantil e a criação de jardins de infância eram uma preocupação latente em toda os países da Europa e disso é exemplo a extensa legislação publicada nesta época bem como as referências literárias sobre a importância dos jardins de infância e as pedagogias em voga na época. Portugal não era excepção.

No panorama político português verifica-se a criação do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes a 1890-04-05 (DG 76 de 1890-04-07), data a partir da qual fica responsável pelos assuntos da "instrução pública" que até essa data eram da responsabilidade do Ministério do Reino "com excepção da contabilidade que ficará a cargo do Ministério do Reino enquanto não for publicada a legislação referente ao Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (DG 87 de 1890-04-19). A grave crise económica que assolou o país na década de noventa do séc. XIX condicionou as políticas e a concretização das iniciativas a nível educativo. No entanto, a preocupação de construir mais jardins de infância evidenciada nas décadas anteriores continua latente. Devido à preocupação de criar mais jardins de infância, por um lado, e, por outro, à necessidade social dos mesmos, o Estado pede a colaboração de entidades privadas para a criação de instituições para a educação de infância. Ainda durante a monarquia, são criadas instituições destinadas especialmente para crianças até aos 6 anos de idade. Estas instituições tinham uma função essencialmente de guarda e cuidados sociais (Carvalho, 2000: 67; Magalhães, 1997: 122; Ferreira Gomes, 1977: 20; Formosinho e Sarmiento, 2000: 7; ME/DEB/OCDE, 2000: 17).

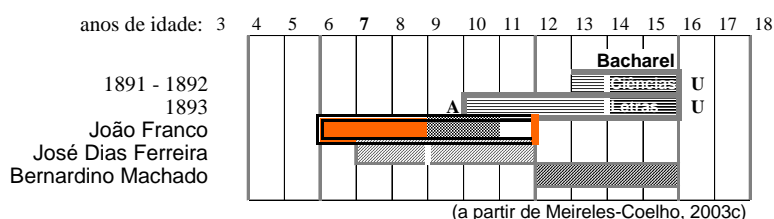
Uma década após a realização das Conferências Pedagógicas do Porto a preocupação com a educação da primeira infância continua. É disso exemplo o projecto de Escola Infantil elaborado por José Augusto Coelho, pedagogo e criador de um currículo para a escola infantil em 1893, e o Decreto de 1891-04-14 (DG 88 de 1891-04-22), em que o governo define o trabalho infantil e determina a obrigatoriedade de as fábricas com mais de 50 trabalhadoras criarem creches, sendo definidas as condições mínimas de saúde e higiene para o seu funcionamento:

ARTIGO 21º — **Cada uma das fábricas, em que trabalharem mais de cinquenta mulheres por dia, terá uma creche** com as acomodações e condições higiénicas que os regulamentos determinarem. A distância da creche à fábrica não será superior a 300 metros. — § único. Diversas fábricas poderão estabelecer ou sustentar em comum uma creche para os filhos das respectivas operárias, com a condição que a creche tenha a necessária capacidade e que não diste mais de 300 metros de qualquer das mesmas fábricas.

Verifica-se ainda a preocupação com o bem-estar da mãe da criança:

ARTIGO 22º — A mulher não será admitida a trabalhar nos estabelecimentos industriais nas primeiras quatro semanas depois do parto. — ARTIGO 23º — **A mãe poderá ir à creche amamentar o filho** à hora e pela forma determinada nos regulamentos.

O Decreto de 1892-03-03 determina "a verba de 60.000\$000 reis, destinada a auxiliar os asilos de educação, a subsidiar as juntas de paróquia para organização do fundo das escolas, ajudar a iniciativa particular e as associações, **a fim de estabelecerem jardins de infância...**" (DG 50 de 1892-03-04). A publicação destes dois documentos legais – o Decreto de 1891-04-14 e o Decreto de 1892-03-03 – denota a preocupação do governo em criar instituições destinadas a crianças em idade inferior à idade da escolaridade



obrigatória.

E a 1892-03-03 é extinto o Ministério da Instrução e Belas Artes, passando os respectivos serviços outra vez para o Ministério do Reino (DG 50 de 1892-03-04). Em 1892-05-06 são transferidos para o Estado (Direcção-Geral da Instrução Pública) os serviços de instrução pública que pertenciam às câmaras municipais

(Leis de 1878-05-02 e 1885-07-18), verificando-se uma centralização do ensino:

ARTIGO 1º — Passam para o Estado e terão expediente pela Direcção-Geral da Instrução Pública os serviços da instrução primária que, nos termos das Leis de 1878-05-02 e de 1885-07-18, pertenciam às câmaras municipais. — ARTIGO 2º — Ficam competindo ao governo as atribuições que em tais serviços cabiam às referidas corporações. (DG 103 de 1892-05-09).

No preâmbulo deste decreto preconiza-se que:

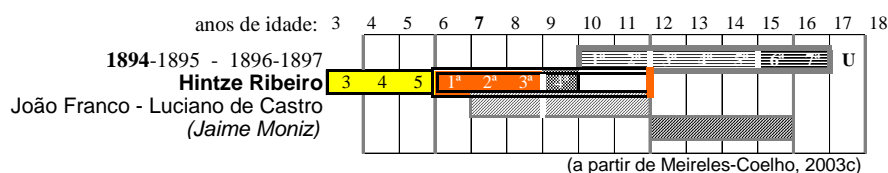
Além das escolas centrais e paroquiais, devem passar para o Estado todos os estabelecimentos de instrução municipal de Lisboa, com excepção das bibliotecas populares, instituídas nos termos do Decreto de 1870-08-02, e das escolas privativas de algum outro estabelecimento, como as dos asilos municipais e do matadouro. A escola Froebel deve ser reorganizada, como tipo das escolas infantis preparatórias do ensino primário, ficando com 1 directora e mais 3 professoras, 1 professora-ajudante, 2 serventes e 4 jardineiras...

Estabelecendo:

ARTIGO 1º — Passam para o Estado e terão expediente pela Direcção-Geral da Instrução Pública os serviços da instrução primária que, nos termos das Leis de 1878-05-02 e de 1885-07-18, pertenciam às câmaras municipais. — ARTIGO 2º — Ficam competindo ao governo as atribuições que em tais serviços cabiam às referidas corporações.

Com a publicação deste decreto verifica-se a centralização do ensino primário.

"Nos finais do século XIX a situação agravava-se. As sucessivas reformas não davam os resultados desejados, a crise económica avolumava-se e a insatisfação geral aumentava, mas, apesar deste contexto, não se deixou de continuar a promulgar medidas sobre a instrução primária e, a partir desta década, começavam também a surgir, com mais insistência, medidas sobre a educação infantil ao mesmo tempo que se ia percebendo a importância deste tipo de educação, tendo como referência as ideias defendidas por Froebel." (Neves,



1999: 144).

Assim, a 1894-12-22 Hintze Ribeiro aprova a reorganização da instrução primária e secundária (publicada no DG 292 de 1894-12-24). No que concerne à instrução primária esta reforma define-o como:

ARTIGO 1º — O ensino primário é elementar ou complementar. — ARTIGO 2º — O ensino elementar divide-se em dois graus: — A) O 1º grau, que é obrigatório para todas as crianças desde os seis aos doze anos...

A escolaridade obrigatória inicia-se aos 6 anos tal como já acontecia na

reforma da instrução pública de 1878. Na reorganização da instrução primária e secundária de Hintze Ribeiro (DG 292 de 1894-12-24), a educação de infância não aparece como fazendo parte do ensino primário mas fica salvaguardado:

ARTIGO 8º — Nas cidades de Lisboa e Porto e em outras povoações importantes **podem ser estabelecidas escolas para educação e ensino das classes infantis**, segundo os sistemas mais proveitosamente seguidos. — § único. Os cursos destas escolas não constituem grau de ensino.

Este decreto denota uma preocupação com a especificidade das necessidades das crianças com idade inferior à da entrada para a escola primária uma vez que determina a possibilidade das escolas infantis, e só elas, terem um professor ajudante:

ARTIGO 34º — Em nenhuma escola, com excepção das escolas centrais e das infantis, poderá haver mais de um professor-ajudante”.

O Decreto de 1896-06-18 (DG 141 de 1896-06-27), de João Franco, aprova o regulamento geral do ensino primário: I, II e III partes da Reforma de 1894-12-22 e define, pela primeira vez, o programa do ensino primário e das escolas infantis. No programa de Pedagogia (3º ano) do ensino complementar e dos cursos de habilitação para o magistério considera-se na "organização geral do ensino primário": o **ensino preliminar (a escolas maternas, escolas infantis e jardins de infância)**, o ensino primário elementar, o ensino primário complementar e o ensino profissional. Verifica-se a preocupação com a formação das professoras das escolas infantis e o seu programa preconiza objectivos de carácter educativo e assistencial, sendo respeitada a sua especificidade.

REGULAMENTO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO: PARTE I – RECENSEAMENTO ESCOLAR, ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS, EXAMES E PROGRAMAS DO ENSINO ELEMENTAR. (...) — ARTIGO 1º — A instrução primária elementar do primeiro grau é obrigatória para todas as crianças de um e outro sexo desde os **seis** aos doze anos (...) — §6º ESCOLAS INFANTIS — ARTIGO 88º — **As escolas infantis recebem crianças dos três aos seis anos e são destinadas a ministrarlhes o ensino compatível com a sua idade, sendo a parte principal do tempo ocupada com recreações.** Este ensino visará a suprir quanto possível as condições educativas do meio doméstico e principalmente a favorecer o desenvolvimento físico das crianças e a inculcá-lhes todos os bons hábitos e sentimentos em que seja possível educá-las. — § único. Estas escolas são mistas e regidas por professoras. — ARTIGO 89º — **O programa das escolas infantis compreende:** a) Cuidados com o aseo, a saúde e tudo o que respeite, ao bem estar da criança na escola; b) Exercícios de linguagem, lições sobre objectos, contos e narrações apropriadas à inteligência das crianças e que sirvam, quanto possível, à sua educação intelectual e moral; c) Exercícios de canto, jogos, brinquedos entretenimentos instrutivos ou simplesmente de recreio, exercícios

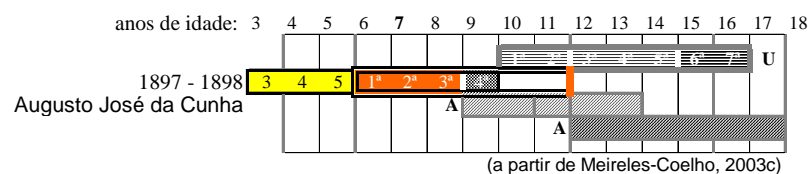
físicos aconselhados pela higiene e que satisfaçam à necessidade de movimento das crianças. — § único — Na sucessão e duração dos exercícios, nos métodos e processos a empregar e principalmente na disciplina, ter-se-á sempre em vista a pouca idade dos alunos e o carácter maternal da escola. — ARTIGO 90º — Cada escola infantil tem uma professora e tantas monitoras ou ajudantes quantos forem os grupos de vinte crianças com frequência regular. — ARTIGO 91º — As professoras e ajudantes serão habilitadas com diploma de habilitação para o magistério primário elementar; as monitoras terão, pelo menos, quinze anos de idade e carta de aprovação em ensino primário elementar do segundo grau, ou o antigo exame de admissão ao liceu, como está preceituado para as escolas elementares. — ARTIGO 92º — Para os serviços de limpeza, arrumação, etc., haverá nas escolas infantis serventes que poderão ser despedidas logo que o seu serviço não seja satisfatório. — ARTIGO 93º — Todo o pessoal docente será provido por concurso, nos termos estatuídos para o provimento das escolas de instrução primária e terá os vencimentos estabelecidos para o pessoal docente das escolas de instrução primária. — ARTIGO 94º — As escolas infantis funcionarão em casas próprias e que satisfaçam não só às condições da higiene, mas também às do ensino e disciplina escolar e com jardins ou pátios cobertos para recreio das crianças. — § único — Além do mobiliário das aulas e do material de ensino haverá tudo o que for indispensável para ocorrer ao asseio das crianças, a qualquer acidente na sua saúde, ao serviço das refeições que elas tenham de tomar na escola, à necessidade que alguma possa ter de se deitar, ao enxugo de calçado ou de facto que seja forçoso fazer-se, etc. — ARTIGO 95º — Os dias de exercício e as horas durante as quais a escola deve estar aberta serão determinados pelos comissários de instrução primária, atendendo ao fim a que estas escolas se destinam e às circunstâncias particulares da população que cada uma delas for destinada a servir. — § único. As crianças não ficam obrigadas a entrar e a sair a hora determinada; mas não poderão ser recebidas antes da hora da abertura da escola, nem permanecer nela depois da hora de fechar. — ARTIGO 96º — Os alunos podem ser admitidos nas escolas infantis em qualquer época do ano; para admissão à matrícula é, porém, necessário provar-se: a) Que a criança não padece moléstia contagiosa e que foi vacinada; b) Que não tem menos de três nem mais de seis anos de idade. — ARTIGO 97º — O registo de matrícula é feito em livro especial e conterá, além do número de ordem, o nome da criança, a sua filiação e idade; o nome, a ocupação e a morada da pessoa a cargo de quem ela está; as datas da matrícula e da saída de cada uma, bem como quaisquer observações que possam interessar à história ou à estatística destas escolas. — ARTIGO 98º — Além do registo de matrícula haverá todos os mais livros de escrituração geral que estiverem estatuídos para as escolas elementares. — ARTIGO 99º — As escolas infantis quando façam parte das escolas anexas às normais ficam sob a superintendência imediata da direcção destes estabelecimentos de ensino. (...) — REGULAMENTO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO: PARTE II — ENSINO COMPLEMENTAR E CURSOS DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO (...) §5º DAS ESCOLAS ANEXAS ÀS NORMAIS — ARTIGO 59º — Junto a cada escola normal haverá uma escola anexa com ensino elementar (primeiro e segundo grau) destinada à prática dos métodos e processos pedagógicos. — § único. **Nas**

escolas anexas às normais poderá haver também uma classe para o ensino infantil. (...) — PROGRAMAS DO ENSINO COMPLEMENTAR E DOS CURSOS DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO — (...) — PROGRAMA DE PEDAGOGIA: — 3º ANO: ORGANIZAÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO: Necessidade da instrução popular. Ensino oficial e ensino livre. O ensino obrigatório e a liberdade de ensino defende-se a existência de diversas espécies de escolas. 1º) *Ensino preliminar*: Bases do programa. Carácter e fins especiais deste ensino. Sua extensão e intensidade. (**Escolas maternas, escolas infantis, jardins de infância**). 2º) *Ensino primário elementar* ... (Escolas elementares). 3º) *Ensino primário complementar* ... (Escolas complementares). 4º) *Ensino profissional* ... Escolas de artes e ofícios, escolas industriais, escolas especiais...

Na legislação publicada ressalta o carácter educativo que o ensino infantil deverá ter e a preocupação com a formação específica do professorado infantil que se realizava nas mesmas escolas que os professores do ensino primário tendo no entanto aulas práticas nas secções anexas às escolas primárias.

A reorganização dos serviços da instrução primária dependentes do Ministério do Reino realizada pela carta de lei de 1897-03-18 (DG 70 de 1897-03-31) introduz ligeiras alterações ao Decreto de 1894-12-22. Assim, e no que concerne à instrução primária, determina que:

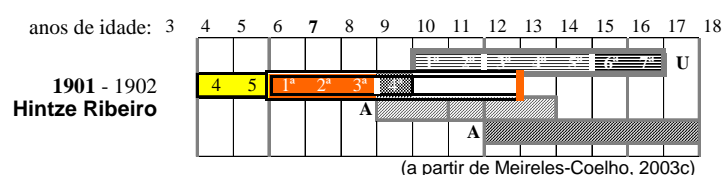
ARTIGO 1º — O ensino primário é elementar ou complementar. — ARTIGO 2º — O ensino elementar divide-se em dois graus: a) O primeiro grau, que é obrigatório para todas as crianças, desde os seis aos doze anos (...) — ARTIGO 8º — Nas cidades de Lisboa e Porto e em outras povoações importantes **podem ser estabelecidas escolas para educação e ensino das classes infantis**, segundo os sistemas mais proveitosamente seguidos. — § único. Os cursos destas escolas não constituem grau de ensino. (...) — Artigo 34º — Em nenhuma escola, com excepção das escolas centrais e das infantis, poderá haver mais de



um professor ajudante.

Em 1901-12-24 é promulgada a *Reforma Hintze Ribeiro* (DG 294 de 1901-12-28) que reforça a importância da abertura de mais escolas infantis em Lisboa, Porto e noutras cidades principais do nosso país (Decreto nº 8):

ARTIGO 22º — Nas cidades de Lisboa e Porto e em outras povoações importantes, **podrá também o governo criar ou subsidiar escolas para a educação e ensino das classes infantis, dos quatro aos seis anos de idade.** — § 1º Os cursos destas escolas não constituem grau de ensino. — § 2º



Quando subsidiadas, são aplicáveis a estas escolas as disposições do art.19º.

Nesta reforma verifica-se uma alteração, em relação ao Decreto de 1896-06-18, na idade a partir da qual as crianças podem frequentar a educação de infância deixando esta de ser a partir dos três anos de idade para passar a ser a partir dos quatro anos de idade.

Para além das preocupações governamentais, verifica-se também a preocupação de entidades particulares na criação de instituições destinadas a crianças com idade inferior à da entrada para a escola primária. É o caso da *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus* (1882-1908-) que foi fundada em 1882 por Casimiro Freire (1843-1918), cujos estatutos foram aprovados em 1882-08-16 pelo Governo Civil de Lisboa e publicados a 1882-09-04, com o objectivo de alfabetizar o povo português (entre 1882 e 1920 terá alfabetizado mais de vinte e oito mil adultos e crianças); e a 1908-02-13, por proposta de João de Deus Ramos, filho de João de Deus, passou a denominar-se *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas* (1908-1914-), o que foi aprovado nos estatutos em Agosto de 1908. Um dos objectivos desta nova Associação passa a ser: "Instituir *jardins-escolas* para crianças de três a sete anos, onde seja aplicado, em toda a sua plenitude, o espírito e doutrina da obra educativa de João de Deus, modelando assim um tipo português de escolas infantis" (Art.4º dos Estatutos).

"A Comissão Auxiliar das Escolas Móveis em Coimbra, eleita em 8 de Novembro, reuniu no dia 29 do mesmo mês e resolveu apresentar à Câmara Municipal daquela cidade o projecto de construção do jardim escola, elaborado obsequiosamente pelo distinto architecto Raul Lino, para obter a respectiva aprovação e em seguida proceder-se à outorga do terreno expressamente cedido para tão útil fim". (*A Instrução do Povo*, III ano – 2ª série – nº1)

Para a construção deste jardim-escola, o Orfeon Académico da Universidade realizou dois saraus, em Lisboa e em Coimbra, com intuito de angariar verbas.

"A instituição dos Jardins-Escolas é a nossa obra perdurável. Instalar-se-á o primeiro em Coimbra; e, logo que os recursos o permitam, pelo menos, mais dois: um em Lisboa e outro no Porto... Os três Jardins-Escolas prestar-se-ão esplendidamente para habilitar melhor os nossos professores..." (Relatório e Contas, p.6).

Com o intuito de angariar fundos para a construção do Jardim-Escola de Coimbra, a *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas* (1908-1914-), continuou a realizar

saraus em várias cidades do país (Coimbra, Lisboa, Tomar). Nos boletins informativos e nos relatórios de contas, iam sendo publicados os avanços da obra e os donativos recebidos. Dava-se ainda a conhecer a intenção de se construir uma Escola Monumento a João de Deus em Lisboa (Boletim *A Instrução do Povo* ano III – 2ª série – nº1 Outubro, Novembro e Dezembro de 1908, *A Instrução do Povo* ano III – 2ª série – nº 3 Abril, Maio e Junho de 1909, Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas – de 20 de Maio de 1908 a 20 de Maio de 1909, Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas – de 15 de Maio de 1909 a 15 de Maio de 1910).

Resumindo:

Não temos estatísticas da educação de infância no período da Monarquia para podermos comparar a evolução dos quadros legais de referência com a situação no terreno.

As primeiras referências à educação institucional (fora da família) de crianças antes da idade escolar remontam a tempos recuados de conventos femininos com clausura e *rodas* onde eram abandonadas meninas-bebés não desejadas, sendo os meninos recebidos em colégios de órfãos e abandonados ("expostos") orientados por padres, havendo notícia do facto desde o séc. XVII, se não se referir as Misericórdias que prestavam assistência a órfãos e abandonados desde o séc. XV. E, com a expulsão das ordens religiosas em 1834, os conventos, colégios e hospícios deram lugar a casas de asilo da Sociedade das Casas da Infância Desvalida de Lisboa, que existiram para além do tempo da Monarquia. A sua função era sobretudo assistencial: "proteger, acolher, alimentar constituíram, e constituem, a primeira grande intervenção educativa junto da infância" (Magalhães, 1997: 122).

A função também assistencial de guarda, que nos países industrializados começou desde 1816 (Owen...), em Portugal só teve a primeira pressão legal em 1891 com a obrigação das fábricas com mais de 50 trabalhadoras criarem creches, onde as mães podiam ir amamentar os filhos, não havendo rasto de qualquer concretização nesse sentido.

Quando noutros países europeus, na linha de Froebel, se difundia a educação infantil com função educativa, em Portugal ficou-se pelo apoio teórico da moda

à pedagogia de Froebel, começando o incentivo legal a privados para a criação de "asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças de três até seis anos" com a reforma de Rodrigues Sampaio de 1878 e tendo a Câmara de Lisboa aberto um "jardim-modelo", a escola Froebel no Jardim da Estrela que de 1882 a 1892 terá sido frequentada por 2.932 crianças dos 3 aos 7 anos (Ferreira Gomes, 1977: 37).

"Importa evidenciar que as diferentes conjunturas políticas que se foram sucedendo em Portugal desde a transição do século XIX até aos nossos dias não só revelaram diferentes concepções de educação de infância e redefinições das suas funções, como diferentes modos de institucionalização" (Vilarinho, 2004: 215).

3.2 – Durante a I República

A implantação da República a 5 de Outubro de 1910 marcou um novo período na vida portuguesa: a euforia foi imensa, o ano em que houve mais nascimentos em Portugal foi o de 1911 (230.033 nados vivos). Aquando da implantação da República, o país caracterizava-se por uma elevada taxa de analfabetismo, pela existência de um número reduzido de escolas primárias, um corpo docente mal remunerado e com uma formação insuficiente.

A 1910-11-02 é publicado um decreto que determina que a antiga Cerca adjacente ao Paço das Necessidades passe a denominar-se *Jardim Infantil* (DG 25 de 1910-11-03), para ser visto:

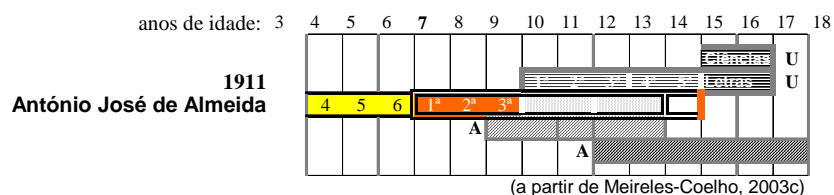
Desejando o Governo Provisório da República Portuguesa manifestar, bem claramente, a sua simpatia pela benemérita obra que as juntas de paróquia da cidade de Lisboa tomaram sobre os seus ombros, de promoverem o levantamento físico das crianças, condição indispensável para o robustecimento da gente portuguesa, e atendendo a que em todos os povos essencialmente progressivos a puericultura é um dos assuntos que mais desvelada atenção mereceu quer aos poderes dirigentes, quer aos pensadores; — Considerando que a cidade de Lisboa está bastante desprovida de recintos arborizados em que as crianças possam livremente entregar-se aos folguedos próprios da idade e exigidos pelo seu temperamento buliçoso; — Considerando ainda que urge ir atenuando a acção letal que os grandes centros de população exercem sobre as crianças, proporcionando a estas o gozo de ar puro e bastante oxigenado: — O Governo Provisório da República Portuguesa faz saber que em nome da República se decretou, para valer como lei, o seguinte: — ARTIGO 1º — **A antiga cerca das Necessidades, adjacente ao paço das Necessidades, e suas dependências rurais, passará a denominar-se Jardim Infantil.** — ARTIGO 2º — A sua direcção ficará a cargo da **inspecção escolar da cidade de Lisboa**, que apresentará, dentro do mais breve espaço de tempo, um plano completo da adaptação da cerca das Necessidades ao fim que lhe é destinado pelo presente decreto. — ARTIGO 3º — Fica, desde já, **patente todos os domingos ao público o Jardim Infantil.** — Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

"A implantação da República transporta a ideia de um homem novo e introduz novos conceitos de participação e cidadania" (Sarmiento, 2002: 139). Disso é exemplo o Decreto-lei publicado a 1911-03-29 (DG 73 de 1911-03-30) implementa-se a reforma do ensino infantil, primário, normal, **decreta-se a criação oficial do ensino infantil em Portugal e é assim que a educação**

de infância adquire um estatuto no sistema oficial de ensino.

As ideias republicanas trazem consigo o desejo republicano de criação de um novo homem, desde a educação infantil:

O homem vale, sobretudo, pela educação que possui... A educação exerce-se... durante toda a vida, só com a diferença de que, na idade adulta, o homem confia a si mesmo a missão de seu próprio educador, ao passo que, **na idade infantil, precisa de um guia**, que é conjuntamente a família e o mestre...



Pelas disposições deste decreto, que o respectivo regulamento desenvolverá, a criança há-de criar, desde a escola infantil, hábitos fortes de energia e pureza (...) associando-se a uma grande preocupação com o ensino em geral e com o ensino infantil em particular. É exemplo disso o capítulo II do decreto de 1911-03-29 (DG 73 de 1911-03-30):

ARTIGO 3º — **Haverá duas categorias de ensino: infantil e primário (...)** —

ARTIGO 5º — O objecto do **ensino infantil** é comum aos dois sexos e tem em vista a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, **desde os quatro aos sete anos de idade**, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária. — § único. A educação das crianças, de que trata este artigo, é feita, na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar à educação da criança. — ARTIGO 6º — **O ensino infantil, sob a forma de lição de cousas e como preparação para o ensino primário**, compreende: 1º) aquisição do vocabulário pelo conhecimento dos objectos e da sua aplicação; exercícios graduados de linguagem dentro do vocabulário familiar; preliminares de leitura e escrita; contos e lendas tradicionais de grande simplicidade de acção e com intuits patrióticos e morais; noções de geografia descritiva pela observação dos lugares que a criança conheça; aquisição de hábitos morais por meio do exemplo e do ensino; aprendizagem dos nomes e utilidade dos móveis e utensílios caseiros, do vestuário, dos alimentos, etc.; conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra; 2º) contar até 100; soma e subtracção; aprendizagem dos nomes e utilidade dos pesos e medidas; sentido do tamanho e proporções das cousas; conhecimento das cores e da forma das cousas; noções sobre os animais mais conhecidos e sobre os vegetais e minerais de que se encontrem exemplares na região; designação das partes principais do corpo humano; 3º) desenho e modelagem infantis; canto e dicção de pequenas poesias de assuntos cívicos e patrióticos, etc.; 4º) regulamentação do emprego do tempo, a fim de criar na criança hábitos higiénicos e método de trabalho;

jogos livres e outros exercícios, que sirvam para educar os sentidos e concorram para o desenvolvimento físico da criança; distrações agrícolas e pequenos trabalhos manuais, etc. — § único. Este ensino será ministrado, quanto possível, gradualmente, de harmonia com a idade das crianças, diversidade do seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso. — ARTIGO 7º — As noções e conhecimentos ministrados no ensino infantil devem transmitir-se, tanto quanto possível, por meio de representações plásticas e gráficas, com o auxílio de material froebeliano e por meio de exercícios adequados à escola infantil. — § único. Nenhuma criança se poderá matricular nesta categoria de ensino, que durará três anos, antes dos quatro anos de idade. — ARTIGO 8º — As creches, asilos ou casas de educação onde se ministre o ensino a crianças de menos de sete anos de idade, pertencentes ao Estado ou aos municípios, deverão, sempre que seja possível, ser transformadas em escolas infantis... — CAPÍTULO IV: DAS ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA — ARTIGO 19º — Em conformidade com as categorias e graus de ensino, as escolas são infantis, primárias elementares e complementares e superiores... — ARTIGO 21º — Em cada um dos bairros das cidades de Lisboa e do Porto, em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos, serão criadas escolas infantis ou jardins-escolas para crianças de ambos os sexos, desde a idade dos quatro anos até aos sete anos completos, à medida que os recursos dos diferentes municípios o forem permitindo. — ARTIGO 22º — **As escolas infantis serão instaladas em edifícios próprios, construídos em terrenos vedados, que sejam isolados de outras construções e da via pública, e com espaço bastante para plantações, recreios e jogos ao ar livre.** — § único. As câmaras municipais poderão comprar ou arrendar, para a referida instalação, quaisquer edifícios públicos ou particulares, contanto que esses edifícios sejam plenamente adaptáveis àquele fim. — ARTIGO 23º — As escolas infantis são regidas por professoras diplomadas na especialidade pelas escolas normais e abrangem tantas classes quantas as precisas para uma boa administração do ensino. — § único. Para tornar exequível desde já esta providência, e enquanto não houver pessoal habilitado para aquelas escolas, as câmaras municipais poderão contratar professoras nacionais ou estrangeiras que provem competência especial para ministrar o ensino infantil. — ARTIGO 24º — As escolas infantis serão dirigidas por uma ou mais professoras, segundo as necessidades do ensino... — CAPÍTULO V: DA OBRIGATORIEDADE E GRATUITIDADE DO ENSINO (...) — ARTIGO 38º — **É facultativo e gratuito o ensino infantil**, complementar e o superior... — ARTIGO 50º — As câmaras municipais, e bem assim o governo, podem subsidiar as escolas de iniciativa particular, quando reconhecidamente úteis, desde que funcionem em localidades onde não haja escolas oficiais do mesmo grau ou, havendo-as, não sejam suficientes para as necessidades do ensino; e em especial se destinam ao ensino infantil e ao ensino elementar...

O Estado **descentraliza a administração do ensino infantil e primário**, que ficam a cargo das câmaras municipais e dos conselhos de assistência escolar (art.62º):

CAPÍTULO II: DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR — ARTIGO 62º — **A administração do ensino infantil e primário e a protecção dos alunos**

ficam a cargo das câmaras municipais e dos conselhos de assistência escolar. (...) — ARTIGO 64º — Incumbe às câmaras municipais: (...) 6º) pagar aos professores os seus vencimentos, nos termos deste decreto e do respectivo regulamento; (...) 10º) organizar as folhas das rendas dos edifícios escolares e quaisquer outras para pagamento das despesas com o ensino primário do concelho; (...) 12º) promover a instalação e organização das escolas do concelho, nos termos deste decreto e de acordo com a inspecção da respectiva circunscrição; (...) — PARTE III — CAPÍTULO I: DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO — ARTIGO 81º — Para o exercício oficial do magistério primário de qualquer das categorias em que se divide este ensino é necessário possuir título de habilitação legal conferido pelas escolas normais. — §1º Enquanto não existir pessoal habilitado, nos termos deste decreto, para as escolas infantis, e salvo o disposto no § único do art.23º, poderão ser providas, nas escolas em que se criarem, as actuais professoras primárias com bom e efectivo serviço. (...) — ARTIGO 82º — A nomeação dos professores primários de ensino infantil e dos ensino elementar e complementar é feita pelas Câmaras Municipais, precedendo concurso documental, e sob a proposta graduada do inspector da circunscrição. (...) — ARTIGO 83º — As professoras das escolas infantis constituem uma categoria aparte, e são equiparadas, para efeitos dos vencimentos, aos professores do ensino primário elementar e complementar. (...) — ARTIGO 85º — Os professores de instrução primária, quer para o ensino infantil quer para o ensino elementar e complementar, constituem três classes e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa a este decreto, a partir de 1911-04-01. (...) — ARTIGO 110º — **O curso geral é ministrado em quatro anos** ... — ARTIGO 111º — O curso especial para a preparação do professorado feminino constará das seguintes matérias: (...) 4º) **aulas de habilitação para a regência de escolas infantis, para as professoras que se destinem a essas escolas.** (...) — ARTIGO 114º — Para cumprimento da disposição do artigo anterior, haverá, anexas às escolas normais, as seguintes instituições auxiliares: 1º) **escola infantil;** primária do sexo masculino e primária e que: — ARTIGO 138º — O governo contratará no estrangeiro, sempre que seja indispensável, os professores que julgar necessários à execução integral do programa estabelecido para as escolas normais no presente diploma, sobretudo para a regência dos cursos de pedologia, metodologia, cegos, surdos-mudos, etc., e bem assim de professoras para a habilitação das alunas que se destinam ao ensino infantil. (...)

Efectivamente, no que concerne ao ensino público, a grande reforma e referência da I República foi esta, decretada a 1911-03-29. E, na sua sequência, em 1911-08-23 foram publicados o programa das escolas infantis (DG 198 de 1911-08-25) e o regulamento das escolas normais (DG 206 de 1911-09-04). São estes três normativos que enquadram a educação infantil nesta época.

“Em 1911, duas leis integram a essência das ideias da Primeira República acerca da educação pré-escolar, estabelecendo os fundamentos daquilo que ela deve ser no que se refere aos objectivos, programa, qualificações de professores, etc. Estas leis também estabeleceram que outras instituições para a infância,

principalmente as de tipo asilar pertencentes às autoridades locais ou central, deveriam ser transformadas em jardins de infância” (Bairrão, 1990: 10).

No programa das escolas infantis (DG 198 de 1911-08-25) encontra-se explícito o motivo que leva o Governo a publicar este programa:

Tendo em vista **as altas vantagens pedagógicas do ensino infantil, como preparação e base para o estudo primário elementar-complementar** (...) As escolas infantis têm por missão tomar o filho à mãe, apresentando-o mais tarde ao professor primário, forte, robusto, alegre, equilibrado em suas faculdades, apto para receber a semente da verdadeira instrução. — Não se trata nesta idade da preocupação de armazenar conhecimentos, mas de aperfeiçoar os instrumentos de os adquirir, precisos, conscientes e perduráveis. — Todo o fim, pois, das escolas infantis deve estar no robustecimento do organismo, na educação dos órgãos dos sentidos, e no desenvolvimento das faculdades intelectuais das crianças, segundo as leis naturais do desenvolvimento humano, enriquecendo as faculdades infantis, hora a hora, dia a dia, progressivamente, com um considerável número de conhecimentos justos, precisos e verdadeiros... — ... **As professoras das escolas infantis devem possuir a mais completa habilitação no sentido pedagógico, moral e profissional da especialidade** (...) O que mais importa, portanto, é habilitar, educar, as professoras (...) [O programa deverá] servir de guia à professora para a respectiva organização dos seus programas. (...) — **BASE PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA** — O desenvolvimento físico nas escolas infantis obtém-se por meio de exercícios e jogos metódica e racionalmente organizados a aplicados, sem nada haver ainda da ginástica sistematizada. — A professora terá todo o cuidado em habituar a criança a atitudes normais, respeitando todavia sempre, quanto possível, a sua liberdade de acção. — **Neste ensino, como em todo que tiver de ser feito nas escolas infantis, não poderá haver um programa definido:** - todo o ensino infantil deverá sempre estar no bom critério da professora, que, para tal, aproveitará todas as ocasiões, consciente das necessidades de cada criança, pelo estudo de observação que tiver feito sobre elas. — A educação física nas escolas infantis tem por fim o robustecimento e o bom equilíbrio orgânico das crianças, tornando-as ao mesmo tempo fortes, sadias, ágeis, corajosas, etc. — A agilidade, a destreza, conseguem-se por meio de jogos, tais como: o do arco, corda girante, quatro-cantinhos, o gato e o rato, dois é bastante três é demais) o jogo do lenço, da pela. — A educação da vontade pelos exercícios de inibição tais como: estátuas, representação de quadros. — Finalmente, para o robustecimento e bom equilíbrio orgânico das crianças, são necessários todos os exercícios que melhor se acomodarem às necessidades orgânicas destas idades, sem fadiga, sem constrangimento, e numa inteira liberdade, tais como: os exercícios de extensão, exercícios respiratórios, exercícios de agrupamentos musculares, executados por meio de jogos apropriados. — Completam a educação física os mais escrupulosos, cuidados no asseio, alimentação e vestuário das crianças, na ventilação, distribuição da luz nas salas, capacidade e temperatura destas, etc. — **EDUCAÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS** — O desenvolvimento fisiológico dos órgãos dos sentidos e dos fenómenos que lhes são peculiares obtém-se: a) Por meio de exercícios apropriados a cada um deles em especial, analisando objectos pertencentes aos três reinos da natureza e aos usos comuns da vida; b) Estudando as qualidades desses objectos quanto à forma, cor, modos de ser e estar desses objectos; c) Decompondo esses objectos nas suas partes componentes; d) Determinando os seus fins e utilidades mais

vulgares; e) Empregando sempre os processos intuitivos; f) Pondo em actividade constante todos os sentidos e todas as faculdades, ligeira e alegremente. — *O desenvolvimento do sentido da vista em especial obtém-se por meio de:* a) Exercícios destinados a habituar as crianças a avaliar as dimensões dos corpos que as rodeiam, comparando-os, dividindo-os mentalmente em partes iguais, verificando depois a sua exactidão e quais as crianças que se aproximaram mais da verdade; b) Exercícios semelhantes com linhas traçadas no quadro preto em diversas direcções; c) Exercícios semelhantes com objectos colocados a distâncias desiguais, fazendo notar como o mesmo objecto parece maior ou menor, conforme estiver colocado mais perto ou mais longe; d) Alguns dos exercícios e jogos apontados já nas bases do programa para a educação física, tais como: o jogo da bola, do peão, da malha, todos aqueles em que seja preciso aplicar a vista a um ponto determinado; e) Exercícios para conhecer as diferenças características dos objectos semelhantes, tais como: a madeira de pinho, de castanho, de noqueira, etc., e o mesmo entre os metais, entre as pedras, entre os líquidos, etc.; f) Exercícios para conhecer a distinguir as cores, coleccionando flores diversas, papéis pintados, pedaços de pano, etc., etc., fazendo notar as diferenças que as cores experimentam, vistas ao longe e ao perto, ao sol e à sombra, etc.; g) Finalmente, representações, por contornos, muito simples, de todos os objectos que cercam as crianças, e de animais, plantas, etc., aproveitando-se a tendência geral que elas têm para estes exercícios, e adestrando-lhes assim, ao mesmo tempo, a mão, como preliminar do ensino do desenho e da escrita. — *Para o desenvolvimento do sentido do ouvido, dever-se-á:* a) proibir às crianças o mau hábito de soltar gritos discordantes, principalmente junto ao pavilhão das orelhas dos seus condiscípulos; b) Evitar todos os sons bruscos, agudos, intensos; c) Conhecer os objectos sonoros pelo som que produzem, sem que os vejam ou apalpem; d) Distinguir os sons e as direcções de onde vêm, e o mesmo a respeito da voz e do canto dos seus condiscípulos modelado de diferentes modos, empregando-se na realização destes exercícios diferentes jogos, tais como o das escondidas, da vassourinha; e) Cantar em coro, e a duas e três vozes, hinos canções populares, tratando ao mesmo tempo de amenizar e polir a voz. — *Para o desenvolvimento do sentido do tacto:* a) Conservar a pele das mãos de modo que nem esteja calejada, nem fina de mais, principalmente nas falanges extremas dos dedos; b) Exercitar as crianças em apalpar, sem os verem, diferentes objectos, para que julguem da sua forma, da sua temperatura, do seu peso, da sua lisura ou aspereza, etc., rectificando depois estes juízos com a vista. — À medida que o tacto se for desenvolvendo gradualmente, os objectos para estes exercícios devem ser o mais possível semelhantes. — Servem também de exercícios para este fim todos os jogos e divertimentos à semelhança da cabra-cega. — *Para os sentidos do gosto e do cheiro:* — É bastante auxiliar a natureza, habituando a criança a distinguir os bons dos maus sabores, os cheiros agradáveis dos desagradáveis, e também, quanto possível, a conhecer algumas substâncias pelo seu sabor e pelo seu aroma. — **DESENVOLVIMENTO DA HABILIDADE MANUAL:** — Construções elementares. — Composição, decomposição e recomposição de objectos de variadas formas, naturais, architectónicas e artísticas, segundo as indicações pedagógicas de Froebel. — Desenho e modelagem infantil – em plasticina, em barro, etc. — Trabalhos elementaríssimos de jardinagem e horticultura. — Exercícios com o material froebeliano. — **DESENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS DA FALA:** — Exercícios variados de linguagem em forma dialogal a propósito de todo o ensino. — Cantos infantis. — Composição, decomposição e recomposição dos vocábulos, umas vezes partindo da

palavra integral até a sílaba, até o elemento simples, indecomponível, irreduzível, de que ela se compõe, outras vezes partindo do elemento simples até à sílaba, à palavra, o que, em linguagem profissional e técnica, se chama análise e síntese da palavra falada, ou leitura auricular, precioso preliminar do ensino da leitura. —

DESENVOLVIMENTO DOS SENTIMENTOS MORAIS. O SENTIMENTO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL — Chamar a atenção das crianças para as suas próprias necessidades e para a impossibilidade de nem sempre lhes dar, por si só satisfação, fazendo-lhes assim sentir os benefícios da vida em comum com os irmãos, com os membros da família, com os criados, etc., exemplificando-os com os contos populares, tão expressivos e tão conceituosos e tanto do agrado das crianças. — Despertar nas crianças o amor do próximo. — Fazer-lhes sentir as contínuas relações em que lhes é forçoso viver, dentro e fora da escola, em harmonia, em solidariedade, com os seus condiscípulos, amigos e conhecidos. — Despertar-lhes, em suma, todos os sentimentos de boa moralidade, pela narração de factos, contos morais, anedotas, lendas, narrativas, fábulas, apólogos, apropriados à sua idade e ao seu modo de sentir e pensar, e às ocupações da sua infantil actividade. —

DESENVOLVIMENTO DO SENTIMENTO DO RESPEITO E DA DISCIPLINA — Levar suavemente a criança ao cumprimento dos seus deveres infantis, preceituados em harmonia com o que lhes é mais natural e possível, tanto em relação aos cuidados do asseio pessoal e conservação dos objectos do seu uso, como ao tratamento devido aos seus semelhantes, aos animais domésticos, etc. — Conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra, chamando a atenção das crianças para os serviços que umas e outras prestam à localidade, incutindo-lhes assim naturalmente os sentimentos de estima, de respeito e acatamento que se lhes devem. — Despertar nas crianças o respeito e a sujeição às leis e às autoridades da República chamando-lhes a atenção para as garantias de bem-estar e de segurança que estas representam na sociedade. —

DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA — Exercício de todas as funções intelectuais, principalmente da percepção e atenção, como bases indispensáveis para o juízo e para o raciocínio, pela observação presencial directa de todos os objectos e dos fenómenos que os rodeiam – observando, examinando, comparando, e dando ao mesmo tempo a exacta e possível satisfação a todos os *por quês* e *para quês* das crianças. —

CONTAR ATÉ 100: Soma e subtracção — Com o auxílio de todos os objectos que entram nos seus jogos e brinquedos que melhor se prestem e sejam de fácil contagem: a) Fazer simples adições intuitivas da unidade para ensinar a contar de 1 até 10; b) O mesmo exercício com relação às dezenas; c) Seguir o mesmo processo tomando as unidades concretas 2 a 2, 3 a 3, 4 a 4, 5 a 5, etc.; d) Proceder pelo mesmo processo intuitivo à subtracção. — Em cada agrupamento de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 objectos, poder-se-á colocar o algarismo correspondente, que ficará assim sendo conhecido da criança, sem nenhum esforço. —

NOÇÕES DE GEOGRAFIA DESCRITIVA PELA OBSERVAÇÃO DOS LUGARES QUE A CRIANÇA CONHEÇA — Conhecimento intuitivo do rio, riacho ou ribeira, montes, montanhas, vales, cabos, penínsulas, na própria localidade ou nas localidades mais próximas, realizando a professora passeios para este fim, nos quais as crianças poderão não só adquirir estes conhecimentos, mas todos os que se oferecerem a estiverem ao alcance do seu desenvolvimento intelectual e que não seja possível adquirir intuitivamente na escola. — Exemplificação de todos aqueles acidentes geográficos, sobre a areia, nos jardins da escola. —

ENSINO DA LÍNGUA MATERNA — A língua materna não pode tratar-se isoladamente. — Abrange todos os assuntos, faz parte essencial de todos os programas, de todo o ensino, por mais variado que se conceba e qualquer que seja o

seu fim, pois o ensino da língua materna consiste na aquisição do vocabulário por exercícios graduados da linguagem familiar, tomando por base o conhecimento de todos os objectos e das suas aplicações, de forma a criar ideias exactas e a habituar a criança a representá-las facilmente pelas palavras que mais clara e correctamente as possam exprimir. — O ensino da língua materna começa logo que a criança, por assim dizer, balbucia as primeiras palavras, fazendo-lhas ouvir clara e correctamente pronunciadas. — Nas escolas infantis exerce-se: *a)* Dando a conhecer os nomes de todos os objectos, das principais partes do corpo humano, fazendo-os repetir pelas crianças e corrigindo defeitos de dicção, para o que são auxiliares poderosíssimos e essenciais a análise e a síntese da palavra falada; *b)* Chamando-lhes depois a atenção para as qualidades e utilidades desses objectos, animais, vegetais, minerais, móveis, utensílios caseiros, peças de vestuário, alimentos, pesos e medidas mais vulgares, etc., fazendo-lhes juntar correctamente essas qualidades quanto à cor, quanto à forma, ao peso, temperatura, etc., aos nomes por que já os distinguem; *c)* Juntando ao nome de cada animal conhecido uma acção ou mais que lhe seja própria; *d)* Atribuindo acções a uma pessoa ou a um animal que usualmente as pratica ou pode praticar, ou que lhe são peculiares; *e)* Encontrando pessoas ou objectos que possam exercer ou sofrer dadas acções, tendo o máximo cuidado em que as crianças se expressem com correcção, sem deixar de empregar termos familiares e mais usuais; *f)* Formando pequenas frases ou juízos singelos e simples, acerca de qualquer objecto ou animal apresentado a sua observação. [Este mesmo exercício em relação ao presente, ao pretérito e ao futuro, absolutos, do modo indicativo, e depois gradualmente nos outros tempos e modos subordinados, sem, claro está, lhes falar em verbos, tempos ou modos.] Poder-se-á tomar para ponto de partida deste exercício a ampulheta. *g)* Finalmente, fazendo conhecer intuitiva, analógica e praticamente às crianças as relações ou circunstâncias de tempo, de lugar, de modo, etc., em que uma pessoa animal ou cousa pode existir. — Todos estes exercícios deverão realizar-se a propósito de tudo e em todos os momentos, singela, despretenhosa, e, quase se pode dizer, insensivelmente; e, por meio de jogos, tais como o jogo dos animais, o das sombras, o da serra, o dos ofícios adivinhados, o da coruja, o das flores. — **DO ENSINO INFANTIL** — ARTIGO 1º — O ensino infantil deve ter por objectivo: *a)* O desenvolvimento e robustecimento físico das crianças; *b)* A educação dos órgãos dos sentidos; *c)* O desenvolvimento da habilidade manual; *d)* A educação e aperfeiçoamento dos órgãos da fala; *e)* O desenvolvimento dos sentimentos morais: o sentimento da solidariedade social, o sentimento da disciplina e da ordem, da justiça, da própria dignidade em geral - o sentimento do dever e a consciência do direito; *f)* O desenvolvimento da inteligência; *g)* Finalmente, **o desenvolvimento harmónico de todas as faculdades físicas, morais e intellectuais, dando-se às crianças ideias úteis, justas, exactas, de tudo o que sem constrangimento elas possam compreender e conservar, como auxiliar e preparatório para entrar na escola primária.** — ARTIGO 2º — O ensino deverá ser feito gradual e progressivamente, limitando-se, para as crianças de quatro a cinco anos, quase exclusivamente aos cuidados de educação física, ao equilíbrio e aperfeiçoamento orgânico. — ARTIGO 3º — Os processos de ensino serão exclusivamente intuitivos. — ARTIGO 4º — As lições serão sempre curtas e feitas de maneira que facilmente possam despertar o interesse das crianças, aproveitando-se para elas o ensejo que as própria. crianças oferecerem, habilmente conduzidas pela professora, que procurará assim fazer surgir os assuntos de modo que trate em cada dia todas as matérias aqui especializadas. — ARTIGO 5º — Somente dos seis aos sete

anos as crianças poderão receber lições mais metodizadas, não podendo todavia estas ainda ter mais de vinte minutos de duração e sendo sempre separadas por cantos populares e patrióticos, jogos ou qualquer outra diversão, não esquecendo jamais que nas escolas infantis é brincando que a criança se educa. — **DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA — MOBILIÁRIO** — ARTIGO 6º — As escolas infantis serão instaladas em edifícios próprios, construídos em terrenos vedados ou em quaisquer edifícios públicos ou particulares plenamente adaptáveis, com todas as condições higiênicas e pedagógicas. — § único. **Nenhuma escola infantil se poderá fundar sem ter anexo um terreno arborizado** e preparado de forma a permitir ali a permanência das crianças durante todo o tempo que estiverem na escola no verão, e todo o tempo possível no Inverno, e a fornecer-lhes as noções práticas mais elementares do ensino de jardinagem e horticultura. — ARTIGO 7º — As salas das escolas deverão ser forradas de ardósia até a altura das crianças, ou ter em volta quadros pretos, para favorecer a tendência que estas têm para representar, a seu modo, qualquer objecto ou animal que mais as interessou, aproveitando a professora esta tendência para lhes inculcar o gosto pelo desenho e os hábitos da observação, da exactidão e precisão, como auxiliares poderosíssimos do aperfeiçoamento e educação do sentido da vista e destreza da mão. — ARTIGO 8º — As salas serão espaçosas, com excelente disposição de luz, ventilação e exposição, e, sempre que isso for possível, aproximadamente ao mesmo nível do jardim. — ARTIGO 9º — Deverá haver, além destas salas, um dormitório, visto as crianças dos quatro a cinco anos, pelo menos, terem ainda absoluta necessidade deste repouso durante o dia e não se dever de forma alguma estorvar-lho. — § único. Os leitos serão de fácil limpeza e muito ligeiros. — ARTIGO 10º — Deverá haver, finalmente, uma sala arejada para cabides; um gabinete para as professoras; uma sala com lavatórios; e um balneário com tudo que for necessário para que as crianças possam tomar na escola os seus banhos de limpeza, sempre que isso se reconhecer necessário, e quando este não for possível, tinhas para o mesmo fim na sala dos lavatórios. — ARTIGO 11º — Quando a escola não tiver ainda anexa uma cantina, haverá uma cozinha com fogão e o material necessário para que as empregadas possam aquecer ou preparar as refeições que as crianças devem necessariamente tomar na escola. — ARTIGO 12º — O mobiliário constará de uma mesa grande em forma de ferradura, disposta no meio de cada uma das salas, com bancos-cadeiras em volta, uma e outros proporcionados à altura das crianças; de cadeiras e secretarias para as professoras, e cadeiras pequenas para as crianças. — **O MATERIAL DE ENSINO** — ARTIGO 13º — O material de ensino das escolas infantis compreende: a) Um ou vários quadros pretos, sendo um deles quadriculado; b) Várias colecções de desenhos coloridos das plantas mais conhecidas; c) Uma colecção de estampas representando os animais mais conhecidos no nosso país; d) **Uma colecção do material froebeliano**; e) Colecções de jogos próprios para exercitar a atenção e observação, a precisão e destreza dos movimentos e a auxiliar a educação física e a dos órgãos dos sentidos; f) Uma colecção de minerais mais conhecidos; g) Barro ou plasticina para modelagem; h) Alguns pesos e medidas mais geralmente usados, e a balança de braços iguais; i) Utensílios de jardinagem. — **PESSOAL** — ARTIGO 14º — O ensino infantil deverá ser ministrado somente por senhoras de mais de vinte e um anos, convenientemente habilitadas e dotadas das faculdades especiais indispensáveis a este ensino. — §1º Enquanto não existir pessoal habilitado na especialidade pelas escolas normais, poderão ser providas nas escolas que se criarem as actuais professoras primarias com bom e efectivo serviço, ou serem contratadas pelas Câmaras municipais professoras, que provarem

competência especial para ministrar este ensino. — § 2º As nomeações para estas escolas anular-se-ão sempre que durante os primeiros dois anos de serviço se verificar que a professora não possui as qualidades, aptidões e competência indispensáveis a este cargo, ou em qualquer outra ocasião, sempre que a professora manifestamente mostrar menos zelo, cuidado, paciência e docilidade para com as crianças. — §3º Logo que as professoras tenham dois anos de bom serviço, serão nomeadas definitivamente. — §4º A professora que melhores provas tiver dado da sua competência e aptidão, juntas a mais tempo de serviço, assumirá as funções de regente da escola, tendo a seu cargo o trabalho da escrituração e fiscalização dos empregados menores e sendo-lhe concedida uma vigilante, que trabalhe sob a sua direcção para a auxiliar. Esta vigilante deve, pelo menos, saber ler e escrever e apresentar documentos que atestem o seu bom comportamento e boa educação. — ARTIGO 15º — Estas escolas serão inspeccionadas, sempre que for possível, pelas respectivas professoras desta especialidade nas escolas normais. — § único. O encargo da inspecção compreende também a obrigação de, com a mais rigorosa responsabilidade, informar anualmente, pelo menos, a Direcção Geral da Instrução Primária acerca da competência e qualidade de serviço das professoras das escolas infantis, bem como de todas as necessidades do ensino que na prática se apresentarem. — ARTIGO 16º — Além das professoras e vigilante, deverão estas escolas dispor de tantos empregados do pessoal menor, quantos forem julgados necessários. — **DA FREQUÊNCIA E DIVISÃO EM GRUPOS** — ARTIGO 17º — Nenhuma criança poderá ser admitida à frequência das escolas infantis sem ter **completado quatro anos de idade** e sem se apresentar com atestado médico que prove ser vacinada e não sofrer de doença ou defeito físico que possa prejudicar os companheiros. — ARTIGO 18º — A matrícula para estas escolas será permanente. — ARTIGO 19º — A família da criança deverá receber no acto da matrícula um certificado da admissão nestas escolas e o conhecimento das condições regulamentares. — ARTIGO 20º — As crianças conservar-se-ão na escola, em regra, das **9 horas** da manhã às **3 horas** da tarde. — ARTIGO 21º — As crianças das escolas infantis serão distribuídas, sem distinção de sexo, por grupos de **quinze a vinte crianças** e graduadas mais pela diversidade do seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso, que pela idade. — ARTIGO 22º — Cada um destes grupos estará a cargo de uma professora, a fim de que a acção desta possa resultar eficaz. — ARTIGO 23º — Nestas escolas haverá os feriados e férias estabelecidos no regulamento das escolas primárias...

A **função educativa** da escola infantil é explícita nestes decretos de 1911: «O objecto do ensino infantil ... tem em vista a **educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças**, desde os quatro aos sete anos de idade, **com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária.**» (Art.5º do Decreto de 1911-03-29, DG 73 de 1911-03-30) e «... o **desenvolvimento harmónico de todas as faculdades físicas, morais e intelectuais**, dando-se às crianças ideias úteis, justas, exactas, de tudo o que sem constrangimento elas possam compreender e conservar, **como auxiliar e preparatório para entrar na escola primária**» (Art.1º do Decreto de 1911-

08-23, DG 198 de 1911-08-25). Segundo Cardona (1997: 38), "A valorização do papel da instrução e da educação, como forma de promoção sociocultural, que se observa durante a República, baseia-se também no princípio da igualdade de direitos de todos os cidadãos (...) neste decreto de 1911 é consagrada a **função educativa da escola infantil** como forma de ascensão e igualdade social para todas as crianças. Por outro lado, a valorização da instrução desde a infância revela a importância que é dada a esta fase da vida, sendo as crianças vistas como responsáveis pelo futuro progresso do país".

Completando os decretos sobre a estrutura e organização do ensino e os respectivos programas, é aprovado também em 1911-08-23 (DG 206 de 1911-09-04) o regulamento das escolas normais, que determina:

ARTIGO 106º — As escolas normais primárias são destinadas a formar professores primários. (...) — Artigo 110º — O curso geral é ministrado em **quatro anos** (...) — Artigo 111º — O curso especial para a preparação do professorado feminino constará das seguintes matérias: (...) 4º) Aulas práticas de habilitação para a regência das escolas infantis para as professoras que se destinem a estas escolas. (...) — ARTIGO 114º — Às escolas anexas é aplicada a legislação respectiva estabelecida para as **escolas infantis primárias**, na parte que não estiver em desarmonia com as funções específicas destas escolas. (...) — ARTIGO 118º — Nas escolas anexas praticarão os alunos do 4º ano por turmas em cada classe durante 5 dias seguidos e em número que depende da frequência de cada classe, que para este efeito se dividirá em grupos. — § único. Nas aulas mistas, com excepção da escola infantil, praticarão indiferentemente todos os alunos; na escola infantil e nas escolas para o sexo feminino unicamente as alunas, e nas do sexo masculino só os alunos. (...) — ARTIGO 124º — **As alunas que declararem desejar dedicar-se ao ensino infantil**, poderá o director, ouvido previamente o conselho, e tendo em vista a informação das professoras daquele ensino, reduzir o período prático nas escolas primárias elementar e complementar, **para frequentarem mais assiduamente a escola infantil**. (...) — ARTIGO 128º — Além destas missões os alunos visitarão os estabelecimentos e instituições que mais de perto se relacionem com a instrução e educação das crianças, como escolas-oficinas, **creches, lactários, instituições de assistência infantil**, etc. (...)

Da leitura deste decreto, podemos depreender que para além das **escolas infantis**, existiam as **escolas infantis anexas às escolas primárias, creches, lactários, instituições de assistência infantil** e que as **escolas infantis tinham cantinas onde serviam refeições às crianças que as frequentavam**. Verificamos também a preocupação com a formação dos professores primários, que se podiam especializar como **regentes das escolas infantis** e com a formação prática destes docentes que se realizava nas escolas anexas.

Paralelamente a esta preocupação republicana com o ensino infantil, havia já em movimento, desde 1908, a *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas* (1908-1914-), dinamizada por João de Deus Ramos, filho de João de Deus, que tinha como objectivo: "instituir *jardins-escolas* para crianças de três a sete anos", cuja actividade foi fundamental para o desenvolvimento da educação de infância em Portugal e que encontra a concretização desse objectivo na **inauguração do primeiro dos Jardins-Escolas João de Deus em Coimbra a 2 de Abril de 1911** (Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas de 15 de Maio de 1910 a 31 de Julho de 1911). O Boletim de Propaganda da Associação (ano I – nº 4 de 1911- 1911-04, 05 e 06: 1909-11-29) publicou um artigo de João de Barros sobre a inauguração do Jardim-Escola de Coimbra, onde se pode ler: "Na Escola de Coimbra o jardim acumula as duas funções: - a **educativa** e a **higiénica**". Num outro artigo publicado no mesmo boletim informa que "princiaram os trabalhos escolares do presente ano lectivo em 29 de Outubro, com 70 crianças, número que se elevou posteriormente para de alguma maneira corresponder a instantes pedidos de admissão (...)" e salienta ainda que "o fim é dar **abrigo, educação e ensino** a crianças de ambos os sexos, de 3 a 8 anos de idade". Para além desta publicação, a 1911-07-31, o Relatório e contas da Associação de 15 Maio de 1910 a 31 Julho de 1911 publica outro artigo sobre a inauguração do Jardim-Escola João de Deus em Coimbra.

A 1912-05-15 é promulgado um decreto (DG 116 de 1912-05-18), que determina a doação de terrenos do Estado à Associação para estabelecimento da projectada escola-monumento a João de Deus, com a condição de:

§ único. Esta concessão ficará de nenhum efeito, se no prazo de dois anos não tiver começado a construção da Escola-Monumento e se dentro de quatro anos o seu estabelecimento não estiver completo e as suas classes funcionando.

O Boletim de Propaganda da Associação de 1912, ano II nº 8 dá a conhecer o conteúdo do decreto supra citado ao mesmo tempo que anuncia a intenção desta Associação construir um Jardim-Escola João de Deus em Lisboa. Enquanto que o Boletim de Julho-Agosto-Setembro de 1912, ano III nº 9 informa que no Jardim-Escola de Coimbra foram "cem, pelo menos, as crianças inscritas, e teve a comissão o desgosto de verificar que outras tantas teriam vindo se outra escola houvesse". O Relatório de contas desta Associação de 1912-07-01 a 1913-06-30 dá a conhecer a possibilidade de se realizar a inauguração do Jardim-Escola na Figueira da Foz em Dezembro de

1913 ou em Janeiro de 1914; o lançamento, em Agosto, da primeira pedra do Jardim-Escola de Alcobaça e a intenção de inaugurar o Jardim-Escola de Lisboa em 1914. Começa, assim, a divulgar-se a pedagogia João de Deus em Portugal.

No que concerne às iniciativas governamentais devemos salientar que a 29-04-1913 (DG 101 de 01-05-1913) foi apresentado ao Parlamento o Projecto de criação das “Escolas Novas Portuguesas” o qual não foi aprovado:

(...) Como, entre nós, não existe o ensino subprimário (jardins de infância) e o primário deixa muito a desejar, mercê de os métodos não serem apropriados ao espírito da criança e às necessidades da sociedade moderna, a *Escola Nova Portuguesa* deve, temporariamente, tomar a criança para educar desde a primeira infância, isto é, desde os 6 anos de idade, e guiá-la pela adolescência dentro até aos 18 anos. (...) — *BASE I*: (...) a título de experiência, a fundação de *Escolas Novas Portuguesas*, no molde dos tipos mais conhecidos (*Abbotsholme*, na Inglaterra; *Roches*, em França; *Haubinder*, *Hienbury* e *Riebstein*, na Alemanha).

Para aplicação do Decreto de 1911-03-29 (DG 73 de 1911-03-30), é publicada uma Lei de 1913-06-29 (DG 150 de 1913-06-30) que determina que **o serviço público de instrução primária fique a cargo das câmaras municipais a partir de 1913-07-01**. O Estado adjudica às câmaras municipais a administração do ensino primário, oferecendo, como contrapartida, subsídios monetários; no caso de haver sobra destes, as câmaras obrigam-se a restituí-los ao Estado, que os aplicará em títulos de dívida pública (Decreto 105 1913-08-28). Com a publicação desta Lei verifica-se **uma descentralização administrativa do ensino infantil e primário público**, voltando a haver recentralização por decreto de 1918-06-12.

No que concerne ao ensino infantil público, como em tudo o resto, na I República, legislou-se muito e às vezes com grandes ideias e bem avançadas, mas a dura realidade financeira e a instabilidade política não permitiam a sua concretização. No Anuário da Câmara Municipal do Porto de 1 de Janeiro de 1914 chega mesmo a ser dito que “nenhuma escola infantil existia no Porto e mesmo no país, se exceptuarmos a denominada Escola Infantil do Jardim da Estrela” (Ferreira Gomes, 1977: 67). Isto no ensino público, porque, no privado, havia outros e tinha sido inaugurado em 1911 um em Coimbra da Associação João de Deus.

A *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas* (1908-1914-) passou a denominar-se *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946-) com estatutos

aprovados em Assembleia Geral de 1914-06. Além de criar Jardins-Escolas pretende-se também habilitar pessoal para trabalhar de acordo com a pedagogia de João de Deus. Os seus fins são:

ARTIGO 1º — (...) 2º **Instituir “jardins-escolas”** (de preferência nos centros de população operária) para **abrigo, educação e ensino de crianças** de quatro até ao limite máximo de nove anos de idade, **estabelecendo um modelo português de escola infantil, segundo o espírito e doutrina da obra pedagógica de João de Deus...** — ARTIGO 12º — (...) 5º Nomear todo o pessoal docente e auxiliar, quer para as escolas móveis, quer para os jardins-escolas, de harmonia com estes Estatutos e disposições regulamentares. (...) — ARTIGO 23º — Para os jardins-escolas só podem ser nomeadas **professoras** que satisfaçam às seguintes condições: (...) 4.ª **Ter o diploma de habilitação do ensino pelo método João de Deus.** — ARTIGO 24º — Em cada jardim-escola haverá pelo menos duas professoras com o pessoal auxiliar que se determine no regulamento...

Na instabilidade política permanente durante este período, verificou-se a publicação de uma quantidade considerável de Decretos-Lei no sentido de uma implementação e expansão da rede escolar de jardins de infância públicos que deveriam espalhar-se por todo o país e uma progressiva valorização da educação de infância, tendo o Estado enviado professores para Itália com a finalidade de frequentarem o Curso Internacional de Maria Montessori, pedagoga cuja influência era crescente no nosso país. Com esta iniciativa, começa-se a valorizar os métodos pedagógicos de **Maria Montessori** e **Decroly**, cujos trabalhos, resultantes de estudos realizados no âmbito da psicologia, se baseavam no conhecimento da criança. A pedagogia de Froebel deixa de ser a única a influenciar a educação de infância em Portugal.

A 1914-07-07 com a publicação da Lei 233 o governo **cria três escolas normais** em Lisboa, Coimbra e Porto, de acordo com Decreto de 1911-03-29 (DG 111, regulamentada pelo Decreto 2213 de 1916-02-10 DG 24). No que concerne à prática pedagógica, a Lei 233 não introduz nenhuma alteração ao regulamento das escolas normais (DG 206 de 1911-09-04), verificando-se que a formação dos professores era composta por uma componente teórica e uma componente prática a realizar-se nas escolas anexas e altera para três anos a formação dos professores do ensino primário ou infantil e passa de sete para oito anos a idade até que se pode frequentar o ensino infantil:

ARTIGO 2º — Têm por fim as novas escolas normais habilitar professores de ambos os sexos para o exercício do magistério primário e as suas disciplinas distribuem-se **por três anos** compreendendo (...) §3º Os alunos-mestres são obrigados, nos dois últimos anos, à prática do ensino primário ou infantil nas escolas anexas às normais, a fim de se habilitarem respectivamente na

processologia aplicada. — ARTIGO 3º — Junto de cada uma das escolas normais haverá as seguintes instituições: a) uma escola para crianças de quatro aos **oito** anos de idade, com a designação de jardim-escola ou escola infantil; b) duas escolas primárias, para um e outro sexo...

Por outro lado, no que respeita ao ensino privado, o Boletim de Propaganda da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas João de Deus de Outubro-Novembro-Dezembro de 1914 – nº 18, ano V, publica os autos de **inauguração dos Jardins-Escolas João de Deus da Figueira da Foz e de Alcobaça**, realizadas respectivamente a **1914-09-06** e **1914-12-01**. (O Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas de 1 de Julho de 1913 a 31 de Agosto de 1914 dá conta da inauguração do Jardim-Escola João de Deus da Figueira da Foz a 15 de Agosto de 1914.) E a 1915-05-30 realizou-se a **inauguração do Jardim-Escola João de Deus da Estrela em Lisboa**, como consta do Boletim de Abril, Maio e Junho de **1915**, nº 20. Os Relatórios e Contas da Direcção da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas João de Deus contêm dados anuais sobre os **alunos matriculados**, umas vezes

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
COIMBRA 1911	80	120	128	(130)	134					-		115	115	-	
FIGUEIRA DA FOZ 1914				(78)	85					-		100	90	-	
ALCOBAÇA 1914				(78)	87					-	fechado para obras			-	
LISBOA (Estrela) 1915					100					-		114	135	-	
Alunos matriculados:	80	120	128	286	406	462	300	380	397	-	315	333	329	340	-

referindo o total de alunos em todos os jardins-escolas (1915, 1917 a 1920 e 1921 a 1923), outras referindo os alunos por Jardim-escola e mesmo por secção (1913/14, 1915/16 e 1924 a 1926, não se tendo encontrado dados sobre 1920/21):

ALUNOS MATRICULADOS NOS JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS ENTRE 1912 E 1926 (*in* Relatórios da Direcção e Parecer da Comissão Revisora de Contas da Associação de Jardins-Escolas João de Deus)

Aproveitando a descentralização prevista na Lei de 1913-06-29 (DG 150 de 1913-06-30), a Câmara Municipal do Porto foi praticamente a única a criar **6** escolas infantis em 1915 e 1916 (Ferreira Gomes, 1977: 67-75):

	Início	matriculados	frequência média	nº de profs	al.mat/profs	al.freq.m./prof
Praça da Alegria	1915	195	107	6	32,5	17,8
Passeio Alegre	1916	94	73	3	31,3	24,3
Rua da Fábrica Social	1915	104	77	3	34,7	25,7
Rua do Cunha	1915	100	77	3	33,3	25,7
Rua de Cedofeita	1915	127	55	4	31,8	13,8
Travessa das Condominhas	1915	91	52	3	30,3	17,3

441

22

Escolas Infantis do Porto criadas pela Câmara Municipal com frequências referentes a 1923/24
(Anuário da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1923, adapt. da cit, Ferreira Gomes, 1977, 68)

O Governo continuava legislando e a 1915-09-09 é promulgada a Lei orçamental 410:

ARTIGO 15º — Anexo à Escola Normal do Porto são criados dois lugares de professoras de ensino infantil, com os vencimentos e subsídios que competem aos professores de ensino primário de 1ª classe.

A Lei 449 de 1915-09-18 (DG 198 de 1915-09-20) determinava:

ARTIGO 1.º — Em cada uma das cidades de Lisboa e Porto formar-se-á um quadro do pessoal docente das escolas primárias e infantis, sendo os professores colocados pela respectiva câmara municipal nas diversas escolas da cidade conforme as necessidades e conveniência do serviço. (...)

A Lei 449 que criou os quadros privativos de professores das escolas primárias e infantis nas cidades de Lisboa e Porto é regulamentada pelo Decreto 1927 de 1915-09-29 (DG 200 de 1915-09-29) e revogada pela Lei 584 de 1916-06-09 (DG 115 de 1916-06-09), onde podemos ler:

Artigo 1.º — Cada um dos quadros privativos do pessoal docente das escolas primárias e infantis das cidades de Lisboa a Porto, a que se refere o art.1.º da Lei 449 de 18 de Setembro de 1915, é constituído pelos professores de instrução primária elementar e complementar e de ensino infantil (...) — ARTIGO 13.º — As professoras das escolas primárias, de provimento temporário ou definitivo, em virtude de concurso, poderão ser colocadas, a seu pedido ou por necessidade ou conveniência do ensino, nas escolas infantis do quadro, se também forem diplomadas na especialidade para este ensino (...) — ARTIGO 14.º — As professoras das escolas infantis, de provimento temporário ou definitivo, em virtude de concurso, poderão ser colocadas em escolas de instrução primária elementar e complementar do quadro, a seu pedido ou por necessidade ou conveniência de ensino, se também forem diplomadas pelas escolas normais para o exercício do magistério primário. (...) — ARTIGO 19.º — São consideradas centrais as escolas primárias elementares e complementares de quatro ou mais professores e as infantis de três ou mais professoras e uma vigilante.

A 1916-02-10 é promulgado o Regulamento das Escolas Normais - Decreto 2213 de (DG 24 de 1916-02-10), que determina:

ARTIGO 103.º — (...) § único. Os candidatos a que se refere o art.102º devem ainda apresentar, com a certidão de habilitação para o exercício do magistério primário, certificado de bom e efectivo serviço nas escolas infantis ou primárias oficiais nos últimos cinco anos. Para o provimento das escolas infantis será motivo de preferência qualquer diploma de habilitação especial ou bom e efectivo serviço em escolas similares, prestado durante, pelo menos, um ano lectivo em Portugal ou no estrangeiro.

Em 1916-05-12 é publicado o Decreto 2387 (DG 92 de 1916-05-12) que reúne num diploma as disposições em vigor sobre a instrução primária e manifesta

preocupação com as condições físicas das instalações onde iriam funcionar estes estabelecimentos de ensino e com a formação do pessoal docente (volta a considerar o ensino infantil como sendo dos quatro aos sete anos de idade):

ARTIGO 1º — A direcção do ensino infantil, primário e normal pertence ao Ministério de Instrução Pública, que a exercerá por intermédio das Repartições da Instrução Primária e Normal, da Inspeção do Ensino Primário e da Secção de Instrução Primária do Conselho de Instrução Pública. (...) — ARTIGO 3º — Haverá duas categorias de ensino: infantil e primário. (...) — ARTIGO 5º — O objecto do ensino infantil é comum aos dois sexos e tem em vista a educação e desenvolvimento integral, físico moral e intelectual das crianças, desde os **quatro aos sete anos** de idade, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária. (...) — ARTIGO 7º — **As noções e conhecimentos ministrados no ensino infantil devem transmitir-se tanto quanto possível, por meio de representações plásticas e gráficas, com o auxílio do material froebeliano e por meio de exercícios adequados à escola infantil.** — § único — Nenhuma criança se poderá matricular **nesta categoria de ensino**, que **durará três anos**, antes dos quatros anos de idade. — ARTIGO 8º — As creches, asilos ou casas de educação onde se ministre o ensino a crianças de menos de sete anos de idade, pertencentes ao Estado ou aos municípios, deverão sempre que seja possível ser transformadas em escolas infantis. — (...) — ARTIGO 19º — **Em conformidade com as categorias e graus de ensino, as escolas são infantis, primárias elementares e complementares e superiores.** (...) — ARTIGO 22º — Em cada um dos bairros das cidades de Lisboa e do Porto, em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos, serão criadas escolas infantis ou jardins-escolas para crianças de ambos os sexos, desde a idade dos quatro anos até aos sete anos completos, à medida que os recursos dos diferentes municípios o forem permitindo. — (...) — ARTIGO 24º — **As escolas infantis são regidas por professoras diplomadas na especialidade pelas escolas normais** e abrangem tantas classes quantas as precisas para uma boa administração do ensino. — § único — Para tornar exequível desde já esta providência, e enquanto não houver pessoal habilitado para aquelas escolas, as câmaras municipais poderão contratar professoras nacionais ou estrangeiras que provem competência especial para ministrar o ensino infantil. — ARTIGO 25º — As escolas infantis serão dirigidas por uma ou mais professoras, segundo as necessidades do ensino. — ARTIGO 40º — **É facultativo e gratuito o ensino infantil, o complementar e o superior.** — ARTIGO 81º — Para o exercício oficial do magistério primário de qualquer das categorias em que se divide este ensino é necessário possuir título de habilitação legal conferido pelas escolas normais. — §1º Enquanto não existir pessoal habilitado, nos termos deste decreto, para as escolas infantis, e salvo o disposto no § único do art.23º, poderão ser providas, nas escolas que se criarem, as actuais professoras primárias com bom e efectivo serviço. (...) — ARTIGO 82º — A nomeação dos professores primários de ensino infantil e do ensino elementar e complementar é feita pelas câmaras municipais, precedendo concurso documental, e sob proposta graduada do inspector do círculo. (...)

A publicação de legislação tendo em vista a implementação e expansão da

rede escolar de jardins de infância públicos, que deveriam espalhar-se por todo o país, continuava a fazer-se. No entanto, “todas estas leis, decretos, propostas e requerimentos iam ficando «no papel» o que levou alguns velhos republicanos a queixarem-se amargamente da inoperância e incapacidade dos políticos. Apesar dessa inoperância (...) a máquina legislativa não parava” (Ferreira Gomes, 1977: 74-75).

Tendo em vista a instituição dos decretos, leis e portarias relativos à instrução primária e ao ensino primário infantil, a 1916-06-06 é promulgada a Lei 563 (DG 112 de 1916-06-06) que visa a criação de um fundo para a construção de edifícios escolares:

ARTIGO 5.º — O fundo das construções escolares tem por fim auxiliar a construção de novos edifícios destinados ao ensino primário infantil, elementar complementar, que satisfaçam às normas técnicas, higiénicas e pedagógicas, anexas à presente lei.

O Decreto 2887 de 1916-12-05 (DG 245 de 1916-12-05) faz outra compilação das disposições relativas ao ensino infantil, primário e normal.

ARTIGO 168º — São criadas três escolas normais, respectivamente em Lisboa, Coimbra e Porto, mandando o governo proceder à sua instalação completa até Setembro de 1916, em substituição das actuais escolas de ensino normal e de habilitação ao magistério primário, às quais será aplicado o disposto no art.36º. — §1º Além destas, o governo poderá criar outras escolas normais, obedecendo ao mesmo modelo, a requerimento das juntas gerais de distrito, quando estas corporações tomem a seu cargo ocorrer a todas as despesas de instalação e de material escolar, contribuindo o Estado com os vencimentos do pessoal docente, auxiliar e menor. (...)

O Boletim de Propaganda da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus – ano VII nº 26 publicado a 1916-10, 11 e 12 publica: “Os jardins-escolas João de Deus e o método Montessori” realizando Casimiro Freire, neste artigo, uma crítica à Câmara Municipal de Lisboa por causa da “proposta para ser enviada uma professora e um professor a cursar em Itália o curso de pedagogia infantil da professora Montessori” (p. 228), salientando que para além do método Montessori ser mais oneroso de implementar, o que num país onde escasseavam os jardins de infância tornava mais difícil ainda a sua criação, o método João de Deus, método verdadeiramente português, devia ser valorizado.

Em 1917-01-20 através do Decreto 2946 (DG 13 de 1917-01-20) é aprovado o novo Regulamento do Ministério de Instrução Pública. A secção III da

Secretaria Geral deste decreto determina:

ARTIGO 6º — Compete às R.I.P. os assuntos referentes ao ensino infantil, primário e normal primário.

Podemos constatar que os assuntos relacionados com o ensino infantil são da competência do Ministério da Instrução Pública, ministério de quem dependiam todos os serviços de instrução no continente e ilhas adjacentes. Nesse mesmo mês, o Decreto 2947 de 1917-01-20 (DG 11 de 1917-01-20) determina as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que se deve submeter a construção dos edifícios destinados ao ensino infantil e primário, elementar e complementar. Nas condições gerais deste decreto podemos ler:

“As escolas infantis e as primárias de 50 a 100 alunos serão construídas sempre no rés-do-chão. (...) No edifício em que devam funcionar as duas escolas, cada uma delas será independente da outra e terá entrada própria e a sala de aula não deverá comportar mais de 40 alunos nas escolas infantis (...) sendo a superfície do pavimento calculada na razão de um metro quadrado por aluno nas escolas infantis (...), pelo que as salas das escolas infantis devem medir, em regra, 8 metros de comprimento por cinco de largura.”

Na actualidade, algumas das normas técnicas dos jardins de infância continuam actuais, é o caso da sua localização e da superfície por aluno. Este decreto encontra-se, porém, desactualizado na capitação uma vez que cada sala de jardim de infância não deve ser frequentada por mais de 25 crianças. No capítulo II deste decreto – tipos escolares – encontra-se regulamentado o tipo de escola infantil que era preconizado na altura.

“O edifício destinado a escola infantil compreenderá: a) três salas para as ocupações educativas e instrutivas; b) um vasto recinto coberto destinados aos jogos e ao recreio; c) gabinete para o pessoal docente; d) vestíbulo, que poderá também servir de sala de espera; e) um aposento com algumas camas para as crianças acidentalmente indispostas, que careçam de repouso; f) vestiário com lavatórios e bebedouros; g) balneário; h) cozinha e refeitório, para o qual poderá ser utilizado o pátio coberto; i) sentinas para os alunos, distintas segundo os sexos, e para o pessoal docente e menor; j) jardim de recreio”.

Neste tempo de euforia da "escola nova" dava-se mais importância aos espaços escolares do que hoje. Em pleno século XXI, os jardins de infância da rede pública funcionam em instituições construídas para o efeito e/ou em salas de escolas do ensino básico. Estes jardins de infância não possuem, na generalidade dos casos, recintos cobertos destinados a jogos e recreio, balneário, cozinha e refeitório nem salas onde se possa realizar o complemento de apoio à família. Na sua grande maioria, as instalações dos jardins de infância da rede pública possuem uma sala de actividades e

instalações sanitárias. Com a implementação do complemento de apoio à família surgiu a necessidade de se adaptarem estas instalações e encontrar um local onde se pudesse servir as refeições. Em alguns casos, as refeições são servidas num espaço contíguo à sala de actividades, noutros, as crianças deslocam-se ao agrupamento de escolas e utilizam o refeitório. Uma vez que os jardins de infância não possuem espaços físicos disponíveis para oferecer aos seus utilizadores a função social da educação e a reformulação das instituições para além de onerosa por vezes é impossível por falta de espaço, a solução para esta necessidade passaria pela integração dos jardins de infância em instalações onde existissem as condições adequadas para o funcionamento das funções **educativa e social** da educação de infância. Este desiderato só será possível se as crianças de 3/4 anos aos 10/11 anos frequentarem uma mesma escola porque uma escola de maiores dimensões possui *a priori* mais condições que podem ser utilizadas pelos seus alunos.

Com Sidónio Pais, pretende-se romper com a superficialidade volátil introduzida pela instabilidade política da I República, organizando-se uma bibliografia de referência para a educação em Portugal:

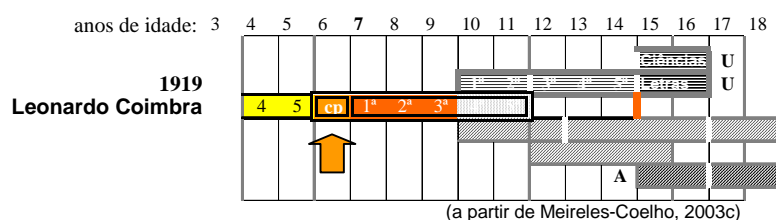
Fazendo-se, de há muito, sentir a falta duma bibliografia portuguesa metódica da pedagogia, pelo que frequentemente se tem feito observar em trabalhos nacionais os inconvenientes duma informação muito incompleta e a escusada repetição de ideias; Sendo indispensável organizar e publicar o inventário da produtividade portuguesa num ramo de estudos, hoje já especialmente cultivado, como a pedagogia, não só para proporcionar aos estudiosos um repertório de úteis informações, mas também para estabelecer sequência de trabalho, evitando assim contínua perda de elementos: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que seja encarregado o professor efectivo do segundo grupo do Liceu Central de Pedro Nunes, Pedro Sanches Navarro, de **organizar uma bibliografia metódica dos estudos portugueses sobre matéria de educação e ensino e dos estrangeiros sobre educadores portugueses e estabelecimentos de ensino portugueses**. Na organização desse inventário o seu encarregado observará as seguintes normas: (...) 5º – Na distribuição das espécies será adoptada a seguinte classificação: Capítulo I – História da educação e ensino em Portugal e no estrangeiro. Monografias sobre educadores portugueses e estrangeiros. (...) CAPÍTULO XIII – **Educação infantil**. (...) (DG 22, 2ª, de 1918-01-23)

A 1918-06-11 de acordo com o Decreto 4579 10 (DG 155 supl. de 11-07-1918) entra em funcionamento a nova Escola Normal de Lisboa criada pela Lei 233 de 1914-07-07 e regulamentada pelo Decreto 2213 de 1916-02-10. E o Decreto 4.649 (DG 157 II supl. de 1918-07-14) aprova a reforma das Escolas Normais Superiores de Coimbra e Lisboa.

Para pôr cobro à desorganização global do ensino, a 1918-07-12 o Decreto 4594 (DG 156) determina que os serviços da instrução primária, que pertenciam às câmaras municipais, passem a ser administrados outra vez pelo Estado, a partir do ano económico de 1918-1919, verificando-se assim uma **recentralização** da instrução primária:

Verificando-se que a descentralização dos serviços de instrução primária, instituída pelo Decreto de 1911-03-29 não tem produzido no maior número dos municípios os benefícios que deveriam resultar da autonomia administrativa desses serviços, posta em execução pela Lei de 1913-06-29 (...) — ARTIGO 1º — Os serviços da instrução primária que, nos termos do Decreto com força de lei de 1911-03-29 e da Lei de 1913-06-29, pertenciam às câmaras municipais, passam a ser administrados pelo Estado, a partir do ano económico de 1918/19 (...)

A 14 de Dezembro de 1918 Sidónio Pais foi assassinado, a 23 de Dezembro tomou posse o 16º governo republicano por um mês, a 27 de Janeiro de 1919 o 17º governo republicano por dois meses e a 31 de Março de 1919 toma posse o 18º governo republicano que proclama o “regresso à velha República”, sendo ministro da Instrução Pública o prof. filósofo Leonardo Coimbra.



A reforma de Leonardo Coimbra, pelo Decreto 5787-A (DG 93-18º supl., rect. DG 105 e 122 de 1919-05-10), reorganiza os serviços de instrução primária e aprova o regulamento das escolas primárias superiores, e, pelo Decreto 5787-B (DG 93-18º supl., rect. DG 105 e 122), reorganiza o ensino primário: a escolaridade obrigatória passa de 3 para 5 anos; a administração do ensino primário passa para as *juntas escolares* concelhias constituídas por 8 membros e os salários dos professores são actualizados e ligeiramente aumentados, mas sobretudo, mais do que integrar o ensino infantil no ensino primário dos 4 aos 7 anos, cria **classes preparatórias nas escolas primárias para crianças de 6 e 7 anos**, enquanto não houver ensino infantil organizado desde os 4 anos, medida que tinha por função a preparação para a escolaridade obrigatória:

REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO — CAPÍTULO I — ... — ARTIGO 2º — O ensino primário abrange três graus: infantil, primário geral e primário superior. — ARTIGO 3º — O ensino infantil, especialmente destinado à preparação para

o ensino primário geral, tem em vista: 1º Cultura dos sentidos, de forma a conseguir-se: a) robustecimento físico; b) desenvolvimento mental; c) iniciação estética. 2º Educação dos órgãos da fala, aumento de vocabulário e correcção de dicção. 3º Ensino inicial da leitura e escrita e aquisição de outras noções rudimentares básicas do ensino primário geral. 4º O ensino infantil, sob o regime coeducativo, é ministrado progressivamente **em três secções ou classes:** 1ª secção — crianças dos **4 a 5 anos**; 2ª secção — crianças de **5 a 6 anos**; 3ª secção — crianças de **6 a 7 anos**. (...) — ARTIGO 5º — **Enquanto não existirem escolas infantis ou o número das existentes for insuficiente, haverá, junto das escolas do ensino primário geral, classes preparatórias daquele ensino, destinadas exclusivamente a crianças de 6 a 7 anos, correspondendo estas classes à 3ª secção das escolas infantis.** (...) — ARTIGO 86º — **Fica o governo autorizado a criar nas escolas normais primárias cursos de aperfeiçoamento para os professores primários habilitados pelas antigas escolas de ensino normal**

A 29-09-1919 o Decreto 6.137 (DG 198, ret. DG 252 e 257 de 1919-12-11) aprova o regulamento do ensino primário normal de acordo com o Decreto 5.787-A:

PARTE I: DO ENSINO INFANTIL – CAPÍTULO I – DA INSTALAÇÃO DA ESCOLA – ARTIGO 1º — As escolas infantis são destinadas à educação das crianças desde a idade dos quatro até aos sete anos completos. — ARTIGO 2º — Em todas as capitais de distrito e sedes de concelho serão criadas escolas infantis, à medida que os recursos dos municípios o forem permitindo. — ARTIGO 3º — As Escolas infantis serão instaladas em edifícios próprios, construídos em terrenos vedados ou em quaisquer edifícios públicos ou particulares adaptados, com todas as condições higiénicas e pedagógicas (...) CAPÍTULO II: DO ENSINO — ARTIGO 10º — O ensino infantil deve ter por objectivo: a) o desenvolvimento e robustecimento físico das crianças; b) a educação dos órgãos da fala; e) a cultura dos sentimentos morais; f) o desenvolvimento da inteligência; g) finalmente, o desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades físicas, morais e intelectuais, dando-se às crianças ideias úteis, exactas, de tudo o que, sem constrangimento, elas possam compreender e conservar, como auxiliar e preparatório para o ensino primário geral. — ARTIGO 11º — **O ensino deverá ser feito gradual e progressivamente, tendo em atenção a idade das crianças, seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso, e limitando-se, para as crianças de quatro a cinco anos, quase exclusivamente aos cuidados da educação física, ao equilíbrio e aperfeiçoamento orgânico.** Os exercícios devem apresentar-se sob o aspecto de jogos recreativos e instrutivos. — ARTIGO 12º — Os processos de ensino serão exclusivamente intuitivos e as lições serão sempre curtas e feitas de maneira que facilmente possam despertar o interesse das crianças, aproveitando-se para elas o ensejo que as próprias crianças oferecerem, habilmente conduzidas pela professora. — ARTIGO 13º — **Somente dos seis ou sete anos as crianças poderão receber lições mais metodizadas, não podendo, todavia, durar mais de vinte minutos cada lição, e sendo sempre separadas por cantos populares e patrióticos, jogos ou qualquer outra diversão, não esquecendo jamais que, nas**

Escolas Infantis, é brincando que a criança se educa. — ARTIGO 14º — A professora deverá reduzir a sua acção à simples missão de guia, directora, intérprete, que formula questões, que estabelece problemas, esclarece erros, corrige desvios de inteligência e imaginação, de modo tal que em todo o ensino se conservem constantemente equilibradas as faculdades das crianças, e que toda a doutrinação se dirija a fortificar-lhes a iniciativa e a vontade, tomando por ponto de partida a sua curiosidade natural e conduzindo-as por ela ao hábito de observação e reflexão. — ARTIGO 15º — **No ensino infantil não haverá sistematização de programas, de horários, de exercícios; o critério e as aptidões profissionais da professora serão o guia disciplinador deste ensino.** — ARTIGO 16º — O ensino, sob a forma de ligação de cousas e como **preparação para o ensino primário**, será ministrado por meio de representações plásticas com o auxílio de **material froebeliano ou do material da professora Montessori** e compreende: (...) — ARTIGO 17º — O ensino infantil durará três anos e nenhuma criança se poderá matricular com idade inferior a quatro anos nem superior a sete anos e será ministrado progressivamente em três secções ou classes, sob o regime educativo. — § único — A distribuição dos alunos pelas três classes, em relação às idades, poderá ser alterada em virtude do atraso ou precocidade física e intelectual. — ARTIGO 18º — As crianças não são admitidas na escola antes da sua abertura, nem podem estar além da hora do encerramento, não sendo, contudo, obrigadas a entrar ou sair a hora determinada. — § único — As crianças devem sair da escola sempre acompanhadas; no caso dos pais, tutores ou responsáveis pela sua educação as mandarem desacompanhadas, serão advertidos e poderá ser proibida a frequência das crianças. — ARTIGO 19º — **Cada secção ou classe não poderá ter mais de 20 alunos de frequência média.** — ARTIGO 20º — A matrícula nestas escolas deve ser feita nos termos das Escolas do Ensino Primário Geral. — ARTIGO 21º — **O ensino infantil será gratuito.** — ARTIGO 22º — Os dias lectivos serão os mesmos que forem estabelecidos para as Escolas do Ensino Primário Geral. — CAPÍTULO III: DAS PROFESSORAS E PESSOAL AUXILIAR — ARTIGO 23º — O ensino infantil será dirigido e ministrado por professoras diplomadas para essa especialização. — ARTIGO 24º — O provimento das professoras do ensino infantil é regulado pelo que for disposto para os professores do ensino primário geral. § 1º Enquanto não houver professoras especialmente habilitadas nas escolas primárias, o provimento do pessoal docente nas escolas infantis ou na secção infantil anexa às escolas de instrução primária far-se-á por contrato especial, sendo motivos de preferência, além do curso das escolas normais, sempre exigido, todos os documentos que possam provar aptidão e competência para o ensino infantil, designadamente o atestado de bons serviços prestados em alguma escola deste género. (...) — ARTIGO 25º — O provimento de lugares de vigilante das escolas infantis será feito por concurso documental anunciado no Diário do Governo, podendo apenas concorrer candidatas que tiverem o curso da escola primária superior ou qualquer outro equivalente.

O Decreto 6154 de 1919-10-04 cria a **Escola Maternal e Profissional de Vairão para indivíduos “normais” do sexo feminino dos dois aos**

dezoito anos (DG 206 de 1919-10-11):

Sendo absolutamente indispensável criar no país novos institutos que sirvam para dar guarida a crianças desprotegidas e desvalidas, facultando a sua admissão desde o período maternal, de modo a tornar mais benéfica a acção da Assistência Pública; Considerando que a protecção à criança nos primeiros períodos da vida é sem dúvida uma parte importantíssima a que se deve atender, a fim de convenientemente educados se prepararem os homens para a vida profissional em todos os aspectos que ela pode revestir; Considerando que as maternidades são o ponto de partida eficaz para se atingir uma obra de tão grandes intuitos humanitários, especialmente quando com o auxílio do Estado possam ser instaladas convenientemente, transformando-se também em escolas profissionais: Hei por bem decretar o seguinte, nos termos do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911: — ARTIGO 1º — É criada no distrito do Porto, funcionando no extinto Convento do Vairão, a Escola Maternal e Profissional, **para indivíduos do sexo feminino dos dois aos dezoito anos**, normais. (...)

E o Decreto 6156 de 13 de Outubro de 1919 aprova o respectivo regulamento (DG 207 de 1919-10-11):

ARTIGO 4º — A Escola Maternal e Profissional do Vairão tem por fim dar abrigo a 100 crianças do sexo feminino, dos 2 aos 18 anos completos, sendo 50 internas e 50 semi-internas, ministrando-lhes educação e ensino pelos processos que a puericultura estabelece, a par dos hábitos normais de vida doméstica, tendo por complemento o ensino profissional, nos termos deste regulamento. — ARTIGO 5º — A escola será dividida em duas secções, uma maternal, destinada a crianças dos 2 aos 10 anos de idade, outra profissional, destinada a alunas dos 10 aos 18 anos. — § 1º O ensino da 1ª secção, maternal, compreende três graus: 2 aos 5; dos 5 aos 8 e dos 8 aos 10. (...)

O Decreto 6157 (DG 208 de 1919-10-04) aprova o Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das Escolas Normais Primárias, para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal.

O Decreto 6203 de 7 de Novembro de 1919 aprova os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às escolas normais primárias:

(...) CÁLCULO, NOÇÕES DE GEOMETRIA PRÁTICA E ELEMENTAR; ARITMÉTICA E SISTEMA MÉTRICO — **Na escola primária infantil** a criança trava primeiro conhecimento com as formas geométricas do que com a aritmética. Esta, incontestavelmente mais abstracta, nasce da geometria com a observação das relações de quantidade, no momento em que se apresenta a necessidade do cálculo numérico. Ao entrar na escola primária geral já a aritmética lhe não é novidade, mas ainda se não encontra em condições de completa independência (...) — DESENHO: Recapitulação dos primeiros exercícios do desenho executados na **Escola Infantil**, a fim de exercitar e educar os movimentos da mão e a vista e o sentido muscular pela leveza do traço. (...) — TRABALHOS MANUAIS E AGRÍCOLAS — 1ª CLASSE: TRABALHOS MANUAIS EM PAPEL: Recapitulação das

séries de trabalhos manuais executados **na Escola Infantil**. (...) — Canções patrióticas, propositadamente feitas para substituir na escola infantil o hino nacional, impossível de cantar-se nesta idade pela sua larga tessitura, canções à vida, à natureza, pequenas alegorias, fábulas, etc. — HIGIENE INDIVIDUAL, GINÁSTICA E JOGOS EDUCATIVOS, ESPECIALIZANDO OS NACIONAIS — A higiene individual, a ginástica e os jogos são ensinamentos essencialmente práticos, principalmente nas classes infantil e primária; é pela prática: das regras higiénicas, quer físicas, quer morais; dos exercícios ginásticos e das regras dos jogos educativos que hoje se obtêm organizações sadias, robustas, belas e de acção. (...) — Os jogos dos **jardins de infância**. Os quatro cantinhos, As cinco pedrinhas. A pela ao vaivém, etc. (...)

O Decreto 6348 (DG 12 de 1920-01-14) cria a **Escola Maternal da Ajuda para crianças “normais” do sexo masculino dos três aos dez anos** e aprova o respectivo regulamento.

Tendo a experiência demonstrado a necessidade da criação de institutos destinados exclusivamente à educação de crianças desvalidas; Considerando que o período maternal é de preferência aquele em que a Assistência deve começar a exercer a sua acção educativa, antecipando-se assim à acção corruptora do meio; Considerando que os institutos destinados a recolher a criança fora do período maternal representam um socorro tardio, pois encontrá-la-ão já física e moralmente deformada pelas influências nocivas do meio em que viveu, tornando-se, portanto, quase sempre ineficaz a acção regeneradora desses institutos; Considerando que melhor é evitar a tempo que a criança se deforme, trazendo-a logo nos primeiros anos para um meio salutar e puro, do que abandoná-la à sua triste condição, para a recolher só mais tarde, quando se possa já exercer sobre ela uma simples obra educativa sendo então necessário um lento trabalho de regeneração, de êxito relativo, senão quase sempre; Considerando finalmente que as escolas para a primeira infância, constituindo uma das mais humanitárias obras de assistência, são além disso um factor de utilíssimo alcance social como ponto de partida eficaz para a preparação profissional dos homens de amanhã: Hei por bem decretar o seguinte, nos termos do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911: — ARTIGO 1º — É criada no distrito de **Lisboa a Escola Maternal da Ajuda** destinada a dar ajuda a cem crianças **menores de sexo masculino, dos três aos dez anos completos**, sendo cinquenta internos e cinquenta semi-internos, e constituída nos termos do regulamento junto que baixa competentemente autenticado. (...)

REGULAMENTO DA ESCOLA MATERNAL DA AJUDA — CAPÍTULO I (...) — ARTIGO 2º — A Escola dividir-se-á em três secções: a 1ª constituída por **crianças de 3 a 5 anos**; a 2ª por **crianças de 5 a 8 anos**, e a 3ª pelas restantes. (...)

O Decreto 6732 de 1920-07-08 (DG 141 de 1920-07-08) regulamenta os cursos de aperfeiçoamento nas Escolas Normais Primárias, para professores oficiais efectivos de ensino infantil e primário geral.

ARTIGO 1º — São criados nas Escolas Normais Primárias em época de férias, para **professores oficiais efectivos de ensino infantil** e primário geral, habilitados

pelas antigas escolas do ensino normal, **cursos de aperfeiçoamento**, segundo o que dispõe o art.86º do Decreto 5787-A, de 10 de Maio de 1919. — ARTIGO 2º — Estes cursos funcionarão de 15 de Julho a 15 de Agosto, e constarão de lições profissionais e de trabalhos práticos, devendo os respectivos planos, organizados anualmente pelos Conselhos Escolares, ser submetidos, até ao dia 30 de Junho, à aprovação da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal. — ARTIGO 3º — Os **diplomados com estes cursos preferem**, em igualdade de circunstâncias, aos demais concorrentes **às escolas de ensino infantil** e primário geral. (...)

A Lei 1264 que regulamenta o ano escolar nas escolas do ensino infantil e primário geral é publicada a 9 de Maio de 1922:

ARTIGO 1º — O ano lectivo **nas escolas do ensino infantil** e primário geral começará em 6 de Outubro e terminará em 31 de Julho. (...)

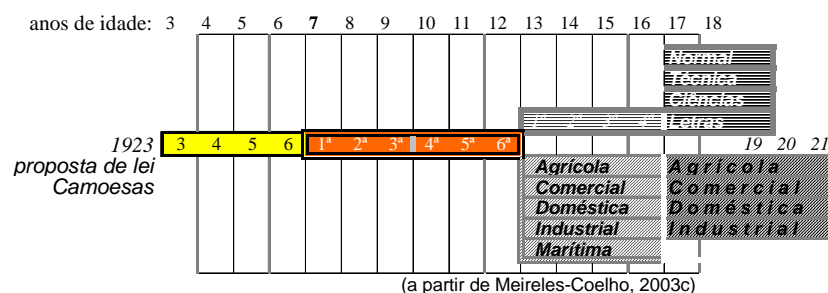
O Decreto 8203 (DG 121 de 1922-06-19) regulamenta a Lei 1264:

ARTIGO 1º — A duração das lições ou exercícios, quer **nas escolas ou classes infantis**, quer nas duas primeiras classes de ensino primário geral, não excederá trinta minutos. (...)

Segundo Ferreira Gomes (1977: 79), “estas duas disposições legais pressupõem que havia «escolas infantis» ou «classes infantis». Nesta data, havia realmente no Porto seis escolas infantis”, criadas pela Câmara Municipal do Porto em 1915 e 1916, ao abrigo da descentralização prevista na Lei de 1913-06-29 (DG 150 de 1913-06-30). Como refere Ferreira Gomes (1977: 70), em 1923 foi criada uma **7ª escola infantil no Porto** no Largo da Corujeira:

	Início	matriculados	frequência média	nº de profs	al.mat/profs	al.freq.m./prof
Largo da Corujeira	1923	69	48	3	23,0	16,0

A 2 de Julho de 1923 (DG 151 de 1923-07-02, 2ª) “*Camoegas* faz publicar no Diário do Governo a *Proposta de Lei sobre a Reorganização da Educação Nacional*, que, constituindo um documento de referência com o apoio ardoroso de muitos [tendo sido elaborada pelo prof. *Faria de Vasconcelos* (1880-1939) e em parte por *António Sérgio* (1883-1969)], nunca foi sequer aprovada, mostrando o desajuste entre os ideais inexecutáveis e a prática ineficaz a que chegou a I República Portuguesa” (Meireles-Coelho, 2003c).



Este esboço de monumento de vanguarda para a época tem a marca de Faria de Vasconcelos, que publicara entre Outubro de 1921 e Julho de 1922, na *Seara Nova*, uma série de artigos intitulada “Bases para a solução dos problemas da educação nacional”:

... 5. **JARDINS DE INFÂNCIA.** — Não existem no nosso país, fora do âmbito da iniciativa particular, jardins de infância, apesar da educação infantil ser um serviço público, ou tender a sê-lo, nos países adiantados. O Estado não pode desinteressar-se deste grau de educação, dada a importância que exerce sobre a evolução ulterior da criança. Para o vigor da população é de interesse fundamenta que organizamos tão frágeis e plásticos como os das crianças na idade do jardim de infância não sejam danificados para o resto da vida. A educação familiar é na sua generalidade insuficiente, defeituosa ou mal compreendida; a família não proporciona, pelo seu estado de isolamento, a disciplina moral da vida em grupo. Resulta daí que, quando a criança entra na escola primária, ou não traz a preparação de uma cultura física e psíquica adequada, vem eivada de deformações, o que tanto num caso como noutro dificulta a acção da escola e diminui a seu rendimento. (...)

PROPOSTA DE LEI — • — ARTIGO 1º — É o governo autorizado a reorganizar, em conformidade com presentes bases, os serviços da educação nacional, incluindo os do Ministério respectivo; a redigir e a regulamentar, de acordo com as mesmas bases, o Estatuto da Educação Pública; e a iniciar, no começo do próximo ano lectivo, a realização das medidas que no fim deste diploma vão indicadas como susceptíveis de execução imediata, devendo as restantes efectuar-se depois, gradual e experimentalmente. — ARTIGO 2º — Fica revogada a legislação em contrário. — BASE 1ª: GRAUS DE EDUCAÇÃO — **A educação pública compreende três categorias**, com as designações respectivas de geral, especial e superior. A educação geral inclui os graus **infantil**, primário e secundário (curso geral). Pertencem à categoria da educação especial: a secundária (curso especial), a técnica elementar e complementar e a profissional. Cabe a designação de superior à educação que se ministra nas Universidades e nas Escolas Superiores Especiais. — BASE 2ª: OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO — **A educação infantil tenderá para a obrigatoriedade à medida que as condições o permitam.** É obrigatória para todos os menores a educação primária, e a técnica elementar para todos os que não frequentarem o curso geral secundário. ... — § único — A obrigatoriedade escolar ir-se-á efectivando à medida que as condições pedagógicas e financeiras o permitam. — BASE 3ª: GRATUITUDE DA EDUCAÇÃO, PREÇO DA EDUCAÇÃO — **A educação infantil e a primária são gratuitas.** A educação técnica elementar é também gratuita para todos os indivíduos que provarem não ter recursos capazes das despesas

correspondentes. ... — BASE 4ª: DURAÇÃO DOS CURSOS — **A educação infantil dura quatro anos e começa aos três.** A primária dura seis anos e começa aos sete. A secundária (curso geral), e a técnica elementar duram quatro anos e começam aos treze. A secundária (curso especial) e a técnica complementar não poderão durar respectivamente, mais de três e quatro anos, e não devem, por via de regra, começar antes dos dezasseis. — BASE 5ª: EDUCAÇÃO INFANTIL, JARDINS DE INFÂNCIA, SECÇÕES INFANTIS ANEXAS ÀS ESCOLAS PRIMÁRIAS, PRINCÍPIOS E MÉTODOS DAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS — **A educação infantil tem por objectivo favorecer e dirigir o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, em harmonia com as suas necessidades físico-psicológicas, e será ministrada nos jardins de infância. Fica o governo autorizado a criar, desde já, em Lisboa, um Jardim de Infância Modelo. Enquanto os recursos do Tesouro e a formação do pessoal docente não permitirem a extensão destes jardins, poderão ser criadas secções infantis anexas às escolas primárias, as quais serão, todavia, regidas por pessoal formado especialmente. O Estado auxiliará os jardins de infância sustentados por iniciativa particular, desde que se sujeitem às normas estabelecidas para os institutos oficiais congéneres.** — § único — Os princípios e métodos das actividades educativas nos jardins de infância serão os seguintes: a) coeducação; b) colaboração estreita da família; c) activa inspecção médica; d) limite do número de crianças, agrupadas em quatro secções ou famílias, à frente das quais estará uma jardineira (10 a 15 alunos, o máximo, por secção); e) educação individualizada o mais possível; f) cultura física preponderante, que especialmente considerará: 1º) a alimentação; 2º) a higiene e o asseio diários; 3º) os exercícios, jogos e ocupações educativas, tanto quanto possível ao ar livre; g) cultura intelectual sob as seguintes normas: 1º) tomar-se para ponto de partida a natureza da criança, as suas actividades espontâneas, os seus instintos, interesses e necessidades; 2º) constituir o jardim de infância um ambiente de vida que proporcione à criança todas as ocasiões e estímulos para o seu desenvolvimento harmónico e integral; 3º) terem todos os exercícios, jogos e ocupações um intuito educativo, pondo de parte os de mera aquisição de conhecimentos; 4º) serem essencialmente intuitivos, operantes, os processos de educação e fundamentados na experimentação e na actividade própria do educando; 5º) estarem os exercícios, jogos e ocupações em relação imediata com a vida da criança no jardim e na família; h) cultura moral e social fundamentada no estudo e conhecimento da natureza psíquica da criança, mediante o emprego de processos derivados das conclusões deste estudo. — BASE 6ª: EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, ESCOLAS PRIMÁRIAS, GRADUAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, REGIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS, MÍNIMO DE INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA — A educação primária continuará e ampliará a infantil, e será ministrada nas escolas primárias em dois graus, correspondentes a duas épocas e desenvolvimento rítmico da criança: 1º) dos 7 aos 9 anos (inclusive); 2º) dos 10 aos 12. ... — BASE 14ª: FACULDADES DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, SUA ORGANIZAÇÃO, SUAS SECÇÕES. — **As Escolas Normais Primárias e Superiores são fundidas em Faculdades de Ciências de Educação integradas no organismo universitário.** As Faculdades de Ciências de Educação dividir-se-ão nas seguintes secções: a) **Secção de formação de jardineiras de infância;** b) Secção de formação de professores de ensino primário; c) Secção de formação de professores de ensino secundário... — BASE 16ª: INSPECÇÃO TÉCNICA DO ENSINO. — A Inspecção Técnica do Ensino, dirigida por um Inspector-geral, auxiliada por um corpo de inspectores técnicos, terá por objecto a melhor organização técnica das escolas no seu regime, métodos e processos educativos, a

correção das suas deficiências. A Inspeção terá sede em Lisboa, não competindo aos respectivos inspectores zona fixa de inspecção nem residência obrigatória em qualquer localidade. O serviço será organizado para cada período escolar pelo inspector-geral. **Estarão sujeitos à inspecção técnica o ensino infantil, primário, secundário, técnico, cursos superiores populares, universidades populares, faculdades de ciências de educação e o ensino livre de qualquer grau, cujo desenvolvimento se fomentará e ao qual se assegurará a maior liberdade com a responsabilidade correspondente.** Sob a alçada imediata da Inspeção Técnica do Ensino funcionarão escolas modelos, que serão laboratórios de pedagogia prática e ambiente de aperfeiçoamento profissional para os diferentes professores. Estas escolas disporão de todas as instalações e anexos necessários, de um pessoal docente seleccionado e em comissão de serviço, e de uma organização móvel e flexível. **Criar-se-ão desde já, em Lisboa, escolas modelos de ensino infantil, de anormais, primário, secundário, técnico e profissional.** ... — BASE 19ª: DIVISÃO EDUCATIVA DO PAÍS; GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS ESCOLAS; DESCENTRALIZAÇÃO EXPERIMENTAL E RESTRINGIDA À COMPETÊNCIA; ASSISTÊNCIA ESCOLAR; RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES; ORGANIZAÇÃO, FUNÇÃO E DOTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS — Para o efeito da distribuição escolar superior o país será dividido em três zonas universitárias, correspondentes às actuais Universidades. Os liceus conservam a sua actual distribuição, suprimindo-se de futuro aqueles que, num período de cinco anos, não tiveram uma média anual de população escolar superior a oitenta alunos. As Escolas Técnicas Elementares e Complementares e as Escolas Profissionais devem tender à máxima extensão e serão distribuídas e agrupadas em zonas estabelecidas de acordo com as necessidades económicas do país, depois de um inquérito a cargo da Inspeção Técnica. **A unidade de distribuição do ensino primário e infantil é o concelho.** A gestão administrativa das escolas (com excepção das de ensino primário e infantil) ficará a cargo dos conselhos administrativos, cujos membros serão individualmente responsáveis por todos os actos desses conselhos. **A administração da instrução primária e infantil será confiada a todas as câmaras municipais que a quiserem tomar a seu cargo, segundo regras que o governo fica autorizado a estabelecer, as quais devem conduzir à rápida suspensão desta regalia, sempre que ela seja executada com prejuízo do ensino.** — BASE 22ª: FUNDO DA EDUCAÇÃO NACIONAL — É criado o fundo da Educação Nacional, cuja gestão fica a cargo de um conselho administrativo presidido pelo ministro respectivo, ou delegado seu, e composto de sete vogais, que serão o inspector-geral do ensino, o chefe da 10ª Repartição de Contabilidade Pública e um representante de cada uma das seguintes entidades: Conselho de directores-gerais, **ensino primário e infantil**, ensino secundário, ensino superior e ensino técnico e profissional. ... — BASE 23ª: REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os serviços do Ministério de Instrução Pública, que passará a denominar-se **Ministério da Educação Nacional**, serão divididos em técnicos, administrativos e financeiros, nitidamente separados, mas sujeitos a um órgão de coordenação e fiscalização. Os serviços técnicos compreendem: a Inspeção Geral Técnica de Educação; a Inspeção de Sanidade Escolar. Os serviços financeiros competem à 10ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e ao Conselho de Administração do Fundo de Educação Nacional. Os serviços administrativos distribuem-se pelas seguintes Direcções Gerais: a) **Direcção-Geral de Educação Infantil e Primária**; b) Direcção-Geral de Educação Secundária; b) Direcção-Geral de Educação Superior... — BASE 24ª: EXECUÇÃO DA REFORMA, REVISÃO OU ALTERAÇÃO — Para assegurar a unidade e a

continuidade de espírito na execução do plano de educação nacional contido nas bases anteriores, o estatuto que o governo fica autorizado a redigir incluirá uma disposição, segundo a qual o Congresso da República só poderá efectuar a sua revisão ou alteração de sete em sete anos. ... Serão iniciadas imediatamente depois da publicação desta lei: a) a criação das Faculdades de Ciências de Educação pela reorganização das actuais Escolas Normais Primárias e Superiores; ... c) a criação de Escolas Modelos para o **ensino infantil, primário**, de anormais, secundário, técnico elementar e complementar, profissional, cursos populares superiores e um internato modelo ...

O Decreto 9223 de 1923-11-06 modifica as disposições do Regulamento do ensino primário e normal (publicado no DG 198 de 1919-09-29, e rectificado no DG 252 de 11 de Dezembro do mesmo ano) determina:

(...) ARTIGO 20º — As **classes preparatórias das escolas primárias gerais serão regidas sempre por professoras diplomadas com o curso de ensino infantil**. — § único. Quando no quadro das escolas onde se criem classes preparatórias não houver nenhuma professora habilitada com esse diploma especial é obrigatória a abertura de concurso documental entre professoras com essa habilitação. (...)

Segundo o Prof. Ferreira Gomes, este documento vem reforçar a hipótese de que em Lisboa a educação infantil oficial se limitaria às classes preparatórias. (Ferreira Gomes, 1977: 80).

O Decreto 10.148 de 1924-10-01 (revogado pelo Decreto 11.204 de 1924-11-02) manda efectivar disposições do Decreto 5787-A de 1919-05-10, criando secções de ensino **infantil** junto das escolas de ensino primário geral de Lisboa.

ARTIGO 1º — Junto das escolas de ensino primário geral da cidade de Lisboa são **criadas secções de ensino infantil** em número de quarenta e quatro. (...) — ARTIGO 2º — As secções a que se refere o artigo anterior são distribuídas pela seguinte maneira: 1º bairro – 12; 2º bairro – 8; 3º bairro – 10; 4º bairro – 14. (...) — ARTIGO 4º — O provimento dos lugares das secções infantis far-se-á, dentro de cada bairro e à medida que forem ocorrendo as vacaturas, por concurso entre as professoras a que se refere o art.20º do Decreto 9223 de 6 de Novembro de 1922, só podem ter lugar dentro do respectivo bairro. (...)

Público				
	Escolas	Alunos	fonte	
1921	50	2.730	AEP1923	1922
1922	51	3.586	AEP1923	1923
1923	51	2.311	AEP1924	1924

Frequência do Ensino Primário Superior

O Decreto 11.204 de 1924-11-02 (DG 236 de 1925-11-02) suspende a execução dos decretos: Decreto 10.068 de 1924-09-03; **Decreto 10.148** de 1924-10-01;

Decreto 10.181 de 1924-10-13; Decreto 10.185 de 1924-10-15; Decreto 10.215 de 1924-10-24; Decreto 10.219 de 1924-10-25; Decreto 10.317 de 1924-11-20.

Em Janeiro de 1924 foram extintas as escolas primárias superiores e em Dezembro do mesmo ano o Decreto 10.397 volta a reabri-las, apesar do seu funcionamento ter sido sempre muito deficiente. Em Junho de 1926, o Decreto 11.730 da Ditadura militar extinguiu, definitivamente, o ensino primário superior (DG 126 de 1926-06-15).

P R E - E S C O L A R (e..)																									
Estabelecimentos													Crianças (e..)												
Privados					Públicos								em Estabelecimentos Privados					em Estabelecimentos Públicos							
lact	cre	J.D	Total	fonte	mat.	c.p.	orf.	asil.	E.I.	Total	fonte	lactár.	creches	J.D.	Total	fonte	matern	c.pias	orfan	asilos	Ens.inf.	Total	fonte		
1910																								1911	
1911		1		RCDAJD										80		RCDAJD									1912
1912		1		RCDAJD										120		RCDAJD									1913
1913		3		RCDAJD										128		RCDAJD									1914
1914		4		RCDAJD										286		RCDAJD									1915
1915		4		RCDAJD					5					406		RCDAJD					368	368	ACMP1923		1916
1916		4		RCDAJD					6					462		RCDAJD					441	441	ACMP1923		1917
1917		4		RCDAJD					6					300		RCDAJD					441	441	ACMP1923		1918
1918		4		RCDAJD					6					380		RCDAJD					441	441	ACMP1923		1919
1919	28	4	32	AEP1921+JD		3	6	13+2	6	29	AEP1921	73.513	397	73.910	AEP1921+JD		824	182			441	1.447	AEP1921		1920
1920	28	4	32	AEP21.23.24+JD	1	3	6	151	6	182	AEP21.23.24	61.916	398	62.314	BEP21.23.24+J	75	908	205	3267	441	4.896	AEP21.23.24		1921	
1921	26	4	30	AEP21.23.24+JD	1	4	5	163	6	194	AEP21.23.24	51.597	315	51.912	EP21.23.24+J	75	992	209	3154	441	4.871	AEP21.23.24		1922	
1922	26	4	30	AEP1924+JD	1	4	5	164	7	196	AEP1924	53.387	333	53.720	AEP1924+JD	82	978	220	3448	489	5.217	AEP23.24		1923	
1923	26	4	30	AEP1924+JD	1	4	5	166	7	198	AEP1924	47.159	329	47.488	AEP1924+JD	80	992	225	3293		4.590	AEP1924		1924	
1924	5	22	4	31	AEP26.28+JD	3	4	5	138		165	AEP1925	495	46.244	340	47.079	AEP26.28+JD	49	1.088	229	3324		4.690	AEP1925	1925
1925	11	29	4	44	AEP26.28+JD	3	4	7	175		204	AEP1926	783	59.687	340	60.870	AEP26.28+JD	41	1.150	302	4988		6.481	AEP1926	1926

DADOS ESTATÍSTICOS DISPONÍVEIS PARA OS ANOS ENTRE 1910 E 1926 (FONTES INDICADAS⁴)

As estatísticas da educação de infância no período da I República são diminutas e incompletas. Os **Anuários Estatísticos de Portugal** consultados com os dados de 1919/20 a 1925/26 não fazem referência à existência de escolas infantis criadas oficialmente a 1911-03-29 nem da existência de classes preparatórias (secções infantis) para o ensino primário instituídas pelo Decreto 5787-A de Leonardo Coimbra (Quadro seguinte: Alunos – Público – Ensino Infantil: em branco), nem referem os 4 Jardins-Escolas João de Deus (Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça e Lisboa) com função pré-escolarizante nem as 7 escolas infantis do município do Porto, tendo os seus efectivos sido acrescentados no quadro seguinte, tendo como fonte, respectivamente, os Relatórios e Contas da Direcção da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas João de Deus (1915, 1917 a 1920 e 1921 a 1923) e o Anuário da Câmara Municipal do Porto de 1923.

Há, no entanto, referência a instituições com funções de guarda e assistência que podiam também exercer a função educativa para as crianças mais velhas,

⁴ AEP – Anuário Estatístico de Portugal; ACMP – Anuário da Câmara Municipal do Porto. RCDA – Relatório e Contas da Direcção da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas João de Deus.

umas privadas (creches e lactários) e outras públicas (maternidades, casas pias, orfanatos e asilos), não se sabendo nestas últimas quantas crianças tinham idades pré-escolares. Em 1920 havia 28 creches que socorriam 73.513 crianças, dando uma média de 2.625 crianças assistidas por creche, o que significava que as creches tinham uma função assistencial e social para apoio à alimentação e saúde das crianças, sem função educativa; em 1924 aparecem os lactários com funções de apoio alimentar a crianças carenciadas.

Na maternidade de Coimbra é considerado o movimento geral dos expostos, abandonados e desvalidos. As primeiras 3 casas pias são as de Évora, Beja e Paço de Sousa, sendo a 4ª a de Lisboa, predominando aí rapazes. Os 6 orfanatos referidos eram 2 em Lisboa, 1 em Viana do Castelo, 2 em Angra do Heroísmo e 1 no Funchal, neles predominando rapazes. Nos 13 asilos (Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa) só havia meninas. Em 1919 e 1920 foram criadas duas escolas, a Escola Maternal e Profissional de Vairão para raparigas (dos 2 aos 18 anos) e a Escola Maternal da Ajuda para rapazes (dos 3 aos 10 anos), com função de guarda e educação, que não são referidas nas estatísticas, mas estão marcadas no quadro em asilos 13+1 ou 13+2, sem indicação dos efectivos, sabendo-se apenas que os regulamentos internos previam 100 crianças do sexo feminino, dos 2 aos 18 anos completos, sendo 50 internas e 50 semi-internas, para a Escola Maternal e Profissional do Vairão, e 100 crianças menores de sexo masculino, dos três aos dez anos completos, sendo cinquenta internos e cinquenta semi-internos, para a Escola Maternal da Ajuda (distrito de Lisboa).

As Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa comprovam subsídios mensais da Câmara de Lisboa a várias instituições privadas que manteriam escolas infantis privadas. (Ferreira Gomes, 1977: 81).

Resumindo:

Na Primeira República, no que concerne ao ensino infantil público, e apesar da extensa legislação publicada com as ideias mais progressistas, verifica-se a sua quase inexistência prática. Durante este período, existiram divergências em relação às funções que a educação de infância devia ou não desempenhar na preparação escolar, integrada ou não no então ensino primário. Mas, apesar dessas divergências, o ensino infantil foi sempre considerado como uma componente fundamental do sistema educativo e só não foi considerado

escolaridade obrigatória por não haver capacidade financeira.

"Apesar de tudo, um mérito é reconhecido aos governantes da 1ª República, no que concerne ao ensino infantil: o reconhecimento da função educativa e a integração do ensino infantil no sistema educativo" (Vilarinho, 2000: 95).

As estatísticas da educação de infância no período da I República são diminutas e não fazem referência à existência de escolas infantis criadas oficialmente a 1911-03-29 nem à existência de classes preparatórias (secções infantis) para o ensino primário instituídas pelo Decreto 5787-A de Leonardo Coimbra nem referem os 4 Jardins-Escolas João de Deus (Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça e Lisboa) com função pré-escolarizante nem as 7 escolas infantis do município do Porto nem à Escola Maternal e Profissional de Vairão para raparigas (dos 2 aos 18 anos) nem à Escola Maternal da Ajuda (distrito de Lisboa) para rapazes (dos 3 aos 10 anos), com função de guarda e educação. Poderá concluir-se que, para além do manifesto interesse político ou simplesmente retórico atribuído ao "ensino infantil", pouco fez o Estado por ele. No entanto convém pôr a hipótese de que as escolas e secções infantis constantes nas estatísticas de 1926/27, que eram as *classes preparatórias* nas escolas primárias para crianças de 6 e 7 anos instituídas pelo Decreto 5787-A de Leonardo Coimbra, como refere Ferreira Gomes (1977: 83), já existissem na I República e não fossem consideradas ensino infantil, mas como ensino primário e aí fossem contabilizadas.

Há, porém, referências estatísticas a instituições com funções de guarda e assistência, umas privadas (creches e lactários) e outras públicas (maternidades, casas pias, orfanatos e asilos).

Na maternidade de Coimbra há referência a crianças abandonadas; nas casas pias de Évora, Beja, Paço de Sousa e Lisboa, nos orfanatos de Lisboa (2), Viana do Castelo, Angra do Heroísmo (2) e Funchal, predominam rapazes como internados e nos 13 asilos da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa referem-se as meninas internadas.

A Câmara Municipal de Lisboa atribuía subsídios mensais a várias instituições privadas que mantinham escolas infantis privadas.

Enquanto em Portugal se legislava no sentido da criação do ensino infantil oficial com **função educativa** em 1911 e sobretudo em 1919 com as classes preparatórias de Leonardo Coimbra, em França este já se encontrava institucionalizado desde 1879 e integrado no ensino primário.

Enquanto que em Itália Maria Montessori fundara a primeira Casa dei Bambini em 1907, em Portugal a primeira referência legal sobre a importância da utilização no ensino infantil do material desta médica pedagoga surge em 1919 o que denota o conhecimento e a importância que se começava a dar no nosso país à pedagogia de Montessori que aliava nas *Scuola Materna* a **função de guarda e a função pedagógica**, acrescentando a **função socializadora**. Embora se ficasse sobretudo pelas melhores intenções.

3.3 – Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo

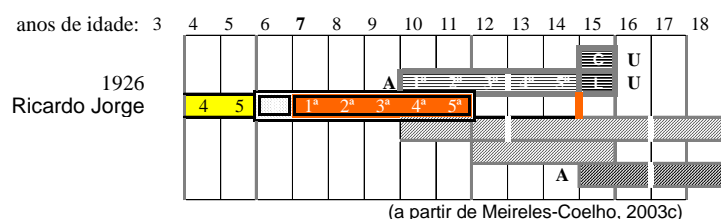
A 29 de Março de 1911 foi instituído em Portugal (pelo menos intencionalmente) o **ensino infantil oficial**: “desde os **quatro aos sete anos** de idade”, “comum aos dois sexos”, “tendo em vista a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças”, “com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária”, “**sob a forma de lição de cousas e como preparação para o ensino primário**”, “feita, na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar à educação da criança”. Com o advento da Ditadura Militar, em 1926-05-28, verifica-se, pelo menos a nível legislativo, o reconhecimento das vantagens do ensino infantil para as crianças em idade anterior à da escolaridade obrigatória, considerando-se que os objectivos da I República seriam para prosseguir não fossem as dificuldades financeiras. Com o Estado Novo, a partir da Constituição de 1933, a educação das crianças até à escolaridade obrigatória passa a ser teórica e praticamente “**missão da família**”, apesar de não ser extinta de forma definitiva a educação de infância institucional. Efectivamente Portugal era **um país rural, pouco industrializado e com uma economia deficitária**, quer durante a monarquia, quer durante a I República, quer durante o tempo que se lhe seguiu. O que aconteceu durante a I República foi a importação de modelos de desenvolvimento mais avançado, urbanos e industriais, que Portugal ainda não tinha. Daí o desfasamento entre a teoria e a prática, o desejo e a realidade, a legislação progressista e a escola real. Com o levantamento militar de 28 de Maio, começado em Braga e ido até Lisboa, os militares e o povo quiseram pôr termo aos excessos da I República: eram ideias e palavras

a mais para tão poucos progressos no desenvolvimento real. Disso dá conta o Decreto 12.425 de 1926-10-02, que aprova o estatuto da instrução secundária, visando a contenção de despesas, diminuindo de um ano o curso liceal e diminuindo o número de horas de aulas: "... *Há que humanizar, diga-se assim, o ensino, reduzi-lo às condições humanas da psicologia e da vida individual e social. Atalhe-se à indigestão actual; ensine-se menos, para se saber mais. Ouça-se a filosofia popular, que afirma que quem muito abrange pouco aperta...*"

A Lei 1880 de 1926-06-08 (DG 134 de 1926-06-24) estabelecia os seis anos como a idade mínima para a matrícula na 1ª classe das escolas de ensino primário geral, mas foi anulada pelo Decreto 11.795 (DG 138 de 1926-06-29), por ser considerada inexecutável.

O Decreto 12.566 (DG 241 de 1926-10-28) cria 12 escolas infantis em Lisboa.

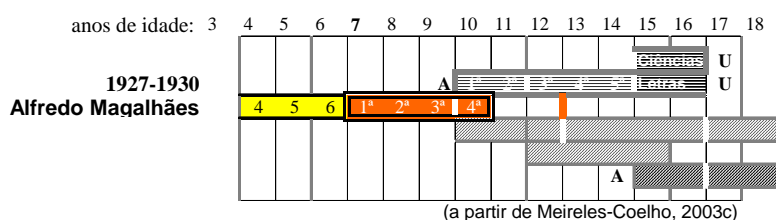
Considerando que a cidade de Lisboa está actualmente desprovida de institutos próprios para a educação de crianças de quatro a sete anos de idade, em virtude de não ser dado execução ao disposto nos capítulos I, II e III do regulamento aprovado pelo Decreto 6137, de 29 de Setembro de 1919; (...) — ARTIGO 1º **São criadas na cidade de Lisboa doze escolas infantis.** (...) — ARTIGO 2º — Enquanto não forem instaladas as escolas infantis a que se refere o art.1º deste decreto poderão funcionar junto das escolas de ensino primário geral, cujas condições tal permitam, secções do ensino infantil até o número de oito em cada



bairro.

O Decreto 13.432 (DG 72 de 1927-04-07) revoga o § único do art.2º do Decreto 12.556 e determina que seja aberto concurso para provimento dos lugares de professores de ensino infantil das secções anexas às escolas de instrução primária geral da cidade de Lisboa.

Considerando que a **instalação das escolas infantis** criadas na cidade de Lisboa pelo Decreto 12.566, de 28 de Outubro de 1926, não poderá fazer-se com a brevidade que seria para desejar para bem do ensino, por falta de edifícios apropriados; Considerando por isso que **as secções infantis junto das escolas do ensino primário geral**, criadas pelo art.2º do referido decreto, terão de subsistir ainda por muito tempo na cidade de Lisboa, como única instituição própria **para educação de crianças dos 4 aos 7 anos de idade**, em virtude



da impossibilidade da instalação imediata das escolas infantis; e atendendo a que as professoras que estão regendo interinamente as **secções infantis** não estão substituindo professoras efectivas, mal se justificando portanto a qualidade interina do seu provimento; (...) — Artigo 1º — Fica revogado o § único do art.2º do Decreto 12.566, já referido, devendo a Direcção do Ensino Primário e Normal abrir imediatamente concurso nos termos da legislação em vigor para provimento dos lugares de **professoras de ensino infantil** das secções anexas às escolas de instrução primária geral da cidade de Lisboa. (...)

Através da promulgação do Decreto 13.619, José Alfredo Mendes de Magalhães **reorganiza o ensino primário** (DG 100 de 1927-05-17).

Considerando que se torna urgente corrigir algumas disposições por que actualmente se rege o ensino primário actual; Considerando a necessidade de, com maior eficiência, se aproveitarem serviços de funcionários que, apenas como encargo, figuram no Orçamento Geral do Estado; Considerando que ao ensino primário se torna melhor dar o seu natural complemento, favorecendo assim uma numerosa população escolar que, pela sua situação económica, está impossibilitada de adquirir a cultura indispensável na vida moderna; (...) Considerando o contido no Decreto 11.730 de 1926-06-15; Considerando que a situação do Tesouro não permite, de momento, qualquer aumento de despesa; (...) — ARTIGO 1º — **O ensino primário** considera-se dividido em três categorias: **ensino infantil**, ministrado aos indivíduos de ambos sexos, dos **4 aos 7 anos** de idade; ensino primário elementar, ministrado aos indivíduos de ambos os sexos, dos 7 aos 11 anos de idade; ensino primário complementar, ministrado aos indivíduos de ambos os sexos, dos 11 aos 13 anos de idade. — ARTIGO 2º — (...) — § único. Nas localidades em que houver **escolas de ensino infantil** poderão os alunos que as frequentarem com aproveitamento matricular-se na 2ª classe de ensino elementar.

No que concerne ao ensino infantil este decreto de José Alfredo Magalhães mantém as mesmas disposições do Decreto 5.787-A de 1919-05-19 de Leonardo Coimbra continuando o ensino infantil não só a fazer parte do ensino primário mas sendo também considerado como **uma pré-escolarização ou como a primeira etapa do ensino primário**. A posição assumida neste decreto mantém-se no Decreto 13.791 de 1927-06-17 (DG 125 de 17-06-1927), que promulga várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar. Este decreto mantém o instituído no Decreto 13.619 alterando apenas a disposição sobre a transição do ensino infantil para o ensino primário:

ARTIGO 2º (...) — § único. São autorizados os professores **a manter na 1ª classe**, apenas pelo tempo indispensável para a aquisição dos conhecimentos necessários para a passagem à 2ª classe, os alunos que frequentarem **classes infantis**. (...)

O Decreto 15.365 de 1928-04-12 (DG 85 de 1928-04-15) extingue as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada mas a 21 de Agosto do mesmo ano o Decreto 15.886 (DG 194 de 1928-08-21) restabelece-as, dando-nos conta, no seu longo preâmbulo, da situação económica e cultural do país, por um lado, e, por outro, da preocupação governamental em formar professores competentes para o desempenho das suas funções docentes de forma a combater o analfabetismo que grassava no país:

Considerando que, pelo Decreto 15.365 de 1928-04-12, foi determinada a extinção das escolas normais primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada, certamente em virtude da imperiosa necessidade de serem reduzidas as despesas públicas; Considerando que a necessidade inadiável de se atingir o equilíbrio orçamental, que tem orientado toda a acção política e administrativa do Governo, para melhorar as circunstâncias do Tesouro Público, não deve prejudicar a cultura nacional, devendo antes a normalização das contas do Estado ser obtida pela redução ou mesmo supressão de outros serviços mais dispensáveis e por uma melhor distribuição dos encargos subsistentes; Considerando que a percentagem de analfabetos maiores de sete anos é ainda no País superior a 50%, o que nos coloca numa situação de inferioridade cultural manifesta relativamente à maioria dos povos do mundo civilizado; Considerando que a instrução primária elementar é devida a todos, e que, para ministrá-la à população na idade escolar respectiva, é insuficiente o número de escolas actualmente existentes, como também o de professores devidamente habilitados; Considerando que, em cada um dos últimos três anos, o número de professores diplomados pelas escolas normais primárias, tem sido inferior ao de professores primários nomeados, diferença esta que, acrescida do número de professores definitivamente afastados do serviço, vai gradualmente fazendo decrescer a totalidade dos professores primários existentes em lugar de aumentá-la, como o exigem as necessidades do progresso da cultura nacional; Considerando que a concentração do ensino normal primário num número muito reduzido de centros de população dificultaria o recrutamento de alunos para as escolas normais primárias, e consequentemente de professores primários, além de que uma frequência de alunos excessiva em cada uma das escolas normais primárias seria incompatível com a boa preparação cultural e pedagógica dos candidatos ao professorado; Considerando que, portanto, longe de ser excessivo, o número de cinco escolas normais primárias é insuficiente para as necessidades do País, não permitindo porém a presente situação do Tesouro Público nem a falta de pessoal docente habilitado a criação imediata de qualquer outra (...)

O Decreto 16.037 de 1928-10-15 (DG 237 de 1928-10-15) reorganiza o ensino normal primário:

Na vigência da República mais uma vez se **remodela o ensino normal primário**. A importância social que reveste a preparação dos professores, a quem o povo confia os seus filhos para lhes educar, assim o exige. Os princípios consignados na Lei de 1911-03-29, promulgada pelo Governo Provisório, não

chegaram a efectivar-se. (...). A função das escolas normais seria, pois, alargar um tanto a cultura geral dos seus alunos, ministrar-lhes os conhecimentos indispensáveis para o bom desempenho da sua missão futura, habituá-los a manejar bem os instrumentos necessários a uma boa técnica educativa. **Uma inovação que ao Governo parece ser importante é a separação, nitidamente estabelecida, da preparação especial para o ensino elementar e para o ensino infantil e ainda a exigência, para as candidatas a este último, de aptidões previamente comprovadas.** O desenvolvimento que na vigência da República começou a dar-se ao **ensino infantil**, comprovado pelas **modelares escolas existentes na cidade do Porto** e pelo **número de secções infantis existentes nas escolas de Lisboa**, tem de ser continuado. Mas as escolas infantis, se devem manter-se e multiplicar-se, por corresponderem a uma instante necessidade social, devem também corresponder a uma verdade científica, isto é, devem estar de acordo com a natureza da criança e favorecer o seu natural desenvolvimento. Ora, se a ciência que estuda a criança em todas as manifestações do crescimento do seu corpo e da sua inteligência, e ainda das suas tendências morais e estéticas, não deve ser ignorada pelo professor primário, para que ele possa desenvolver as energias naturais da criança, despertá-las, estimulá-las, preocupando-se mais em observá-la e satisfazer a sua curiosidade do que em fornecer-lhe, por maus processos pedagógicos, noções que ela não reclama, essa preocupação, esses cuidados, devem ser muito maiores na **professora de ensino infantil**, dada a maneira por que as forças interiores dos pequeninos se desenvolvem. A tendência para a mecanização deve ser combatida no ensino primário, mas de nenhum modo pode admitir-se na escola infantil. **A delicadeza da missão da professora infantil exige, pois, uma preparação especial, mais cuidada, e que não pode ser simultânea com a preparação especial para o ensino elementar.** (...) — ARTIGO 1º — **A habilitação** de professores, de um e outro sexo, para o exercício do magistério primário elementar, e **de professoras para o exercício do magistério primário infantil far-se-á nas escolas normais primárias.** (...) — ARTIGO 5º — As escolas normais primárias compreendem os seguintes cursos: a) Curso de formação de professores e professoras de ensino primário elementar (Secção A); b) **Curso de formação de professores de ensino infantil (Secção B).** (...) — ARTIGO 7º — Os cursos distribuem-se por quatro classes e têm **duração de quatro anos.** — §1º — **Os três primeiros anos são comuns aos cursos das secções A e B** e destinam-se, principalmente, à cultura dos alunos e à sua iniciação nas ciências da educação, constituindo a parte geral desses cursos. §2º O quarto ano destina-se exclusivamente à preparação pedagógica e profissional dos alunos e constitui a parte especial. (...) — ARTIGO 30º — Só podem ser nomeados professores efectivos e agregados os indivíduos habilitados para o magistério dos respectivos grupos, pelas escolas normais superiores. (...) — ARTIGO 35º — As Escolas Normais Primárias de Lisboa, Porto e Coimbra terão **anexas escolas de ensino primário elementar e infantil**, e as restantes escolas normais anexa uma escola de ensino primário elementar, as quais servirão para a prática dos alunos e para ensaio de qualquer ensino especial. § único. **A actual escola infantil anexa à**

Escola Normal de Braga será integrada nas escolas infantis da cidade de Braga.

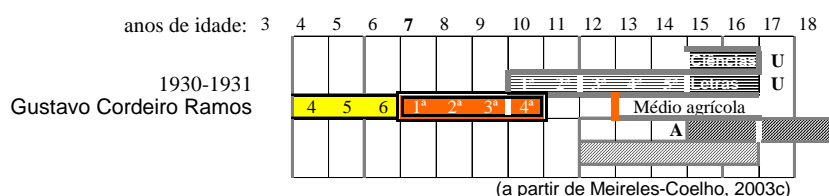
Como se pode constatar, no que se refere ao curso de formação para o ensino infantil, este passou também por algumas reformas, uma vez que se equacionou a necessidade de existir uma diferenciação pedagógica entre os professores para a escola infantil e os professores para a escola primária, se bem que ambos os cursos continuassem a ser ministrados nas escolas do magistério primário de Lisboa, Porto e Coimbra.

O Decreto 16.836 de 1929-05-04 (DG 108 de 1929-05-15) aprova o regulamento do Ministério da Instrução Pública.

ARTIGO 1º — O Ministério da Instrução Pública compõe-se dos seguintes serviços: (...) 6º - Direcção Geral do Ensino Primário e Normal (DGEP) (...) — ARTIGO 17º — A Repartição Pedagógica do Ensino Primário e Normal tem duas secções, competindo a cada uma delas, respectivamente, os assuntos seguintes: À 1ª secção: Orientação pedagógica; horários e distribuições de serviço; recenseamentos escolares; estatística; fiscalização do ensino; qualificação de serviço (recursos); ensino normal; **ensino infantil** (...)

O Decreto 17.964 de 1930-01-30 (DG 36 de 1930-02-13) estabelece:

Não havendo presentemente professores legalmente habilitados para o exercício do ensino infantil e havendo necessidade de tomar providências, embora de



carácter transitório, que evitem o prejuízo que está sofrendo o referido ensino; (...) — ARTIGO 1º — Enquanto não houver pessoal devidamente habilitado para o ensino primário infantil é permitida a nomeação, para as vagas ou desdobramento que ocorram nas classes infantis, de professoras provisórias habilitadas para o ensino primário elementar, desde que não excedam a idade de trinta e cinco anos, que provem ter praticado em escolas ou em secções daquela especialidade e quando não façam falta ao ensino primário elementar. (...)

Pelo Decreto 18.646 (DG 166 de 1930-07-19) “instituem-se pelo presente diploma as **Escolas do Magistério Primário**, destinadas à **preparação do professorado** primário, elementar e **infantil**, em substituição das escolas normais primárias”.

ARTIGO 1º — As Escolas do Magistério Primário são institutos de educação especial e profissional, subordinadas à Direcção Geral do Ensino Primário e

destinadas a habilitar professores de um e outro sexo para os graus elementar e **infantil** do ensino primário. (...) — ARTIGO 6º — **O curso do Magistério Primário Infantil é complemento do curso do Magistério Primário Elementar**, e ministrado em um só ano lectivo, que se divide em dois semestres. (...) — ARTIGO 10º — O curso do Magistério Primário Infantil é constituído pelas disciplinas (...) Puericultura, Psicologia Infantil, Educação Física, Jogos Educativos, Arte de educar e sua prática na escola de aplicação (...) — ARTIGO 11º — A abertura do curso do Magistério Primário Infantil fica dependente, em cada escola, de autorização do Ministro de Instrução Pública, mediante formalidades que serão reguladas. § único. Fica porém desde já autorizada a **abertura** do mesmo curso **em Lisboa**. — ARTIGO 12º (...) §1º. As escolas que ministram o curso do **Magistério Primário Infantil** terão também **anexa uma escola primária infantil de aplicação**. (...) — ARTIGO 21º — À matrícula do curso do **Magistério Primário Infantil** serão admitidos exclusivamente indivíduos do sexo feminino (...)

O Regulamento do funcionamento das escolas do magistério primário foi publicado a 25 de Agosto de 1931 no Decreto 20.254 (DG 194 de 1931-08-25).

ARTIGO 8º — Será anualmente fixado pelo Governo, até 31 de Julho, o **número de alunos a admitir na primeira classe do curso do Magistério** elementar ou no **infantil**, tendo em vista as necessidades do ensino primário e as condições pedagógicas de cada escola. (...) §4º **Fica suspenso, até resolução do Governo, o funcionamento do curso do Magistério Primário Infantil**.

Na sequência desta medida, o Decreto 21.695 de 1932-09-19 (DG 283 de 1932-09-29) regulamenta o funcionamento das escolas do magistério primário de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ilhas Adjacentes:

ARTIGO 3º — Haverá dois cursos de habilitação ao Magistério primário, segundo as **categorias do ensino, infantil ou elementar**, a cujo exercício se destinam os indivíduos que desejam obter a respectiva habilitação. § único. Em todas as Escolas se ministrará o curso do Magistério elementar; **o do Magistério Infantil, somente nas de Lisboa e Porto**. (...) — ARTIGO 5º — Tanto o curso do Magistério Elementar como o do Infantil serão constituídos por três classes, cada uma das quais corresponderá a um ano lectivo. (...)

Este Decreto de Gustavo Cordeiro Ramos vem focar aspectos legislados em 1928 e 1930. No que concerne ao magistério do ensino infantil constata-se que o mesmo seria ministrado nas Escolas do Magistério Primário de Lisboa e Porto, não devendo pelo estatuído ter sido implementada a medida decretada no Decreto 20.254: “§4º. Fica suspenso, até resolução do Governo, o funcionamento do curso do Magistério Primário Infantil”.

O Decreto 22.369 de 1933-03-30 reorganiza os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, de

inspecção e disciplinares dependentes da Direcção-Geral do Ensino Primário da Instrução Pública.

ARTIGO 1º — § único. A competência da **Direcção Geral do Ensino Primário** respeita os seguintes serviços: a) Ensino primário (**infantil**, elementar e complementar); (...)

Com a Constituição de 1933-04-11 termina o período da “Ditadura militar” e começa o do “Estado novo”. Durante o período da Ditadura Militar verifica-se na legislação publicada para o ensino primário, o reconhecimento das vantagens do ensino infantil para as crianças em idade anterior à da escolaridade obrigatória, mas, apesar desse reconhecimento pela promulgação de decretos, não se verifica a realização das medidas promulgadas por razões estritamente económicas. Com o Estado Novo, a partir da Constituição de 1933, a educação infantil das crianças até à escolaridade obrigatória passa a ser “**missão da família**”, apesar de não ser extinta de forma definitiva a educação de infância institucional.

CONSTITUIÇÃO de 1933-04-11: (...) — ARTIGO 11º — O **Estado assegura a constituição e a defesa da família**, como fonte de conservação e desenvolvimento do povo português, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa... — ARTIGO 13º — Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais: • 1º Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família; • 2º Proteger a maternidade; • 3º Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a **adopção do salário familiar**; • 4º Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim; • 5º Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes... — ARTIGO 42º — **A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela**... — ARTIGO 43º — O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura. §1º O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais. §2º As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a hierarquia e a acção coordenadora do Estado. §3º O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do país. §4º Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares...

O Decreto 23.447 promulga o novo **estatuto do ensino particular** (DG 4 de 1934-01-05) e regulamenta o ensino primário, secundário e de outros graus, em regime de internato e ou externato, sendo autorizadas as escolas particulares do magistério primário:

O rápido e extenso desenvolvimento que o ensino particular de grau médio tomou nos últimos anos determinou em todo o país, como o demonstram as recentes estatísticas do seu movimento, a criação de formas de actividade docente e discente que a legislação não pudera prever e por isso apenas artificialmente se enquadravam nas organizações que tinham sido devidamente reguladas (...) — Artigo 1º — É livre e isento de qualquer fiscalização por parte do Estado o exercício de todo o ensino, excepto o que for ministrado a alunos em comum ou tiver por objecto ministrar conhecimentos ou desenvolver aptidões com destino a aquisição de diplomas ou outros instrumentos oficiais comprovativos de habilitações. — Artigo 2º — O exercício do ensino que, nos termos do artigo antecedente, fica sujeito à fiscalização por parte do Estado é regulado pelas disposições do presente decreto com força de lei (...) — Artigo 3º — A fiscalização por parte do Estado tem por objectivo garantir: a) que o ensino seja ministrado somente por pessoas física, moral e profissionalmente idóneas para o respectivo exercício (...) — Artigo 105º — **É autorizada a abertura de escolas particulares do magistério primário segundo os planos e programas das escolas oficiais do mesmo ramo.** (...)

O Decreto 23.735 aprova o regulamento dos exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais (DG 77 de 1934-04-03).

Artigo 1º — A qualificação e classificação final de aptidão pedagógica para o exercício dos magistérios elementar, infantil ou especial de anormais é atribuída mediante os respectivos exames do Estado (...) — Artigo 4º — São admitidos ao exame de Estado para o magistério primário, elementar ou infantil: a) os indivíduos que houverem obtido a classificação de, pelo menos, 10 valores em cada uma das disciplinas da 3ª classe do respectivo curso, em escolas oficiais do magistério primário; b) as alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho que tiverem obtido habilitação nos cursos do magistério primário que funcionam no mesmo instituto; c) Os indivíduos que houverem obtido habilitação nas escolas particulares do magistério primário, devidamente habilitados perante a Inspeção Geral do Ensino Particular (...) — Artigo 11º — (...) 2º Os júris dos exames do magistério primário infantil são constituídos por uma presidente e duas vogais, devendo aquela ser designada entre as inspectoras orientadoras do ensino infantil, e as vogais entre as mesmas inspectoras, ou professoras do ensino infantil (...) — Artigo 12º — Os exames do Estado para o magistério elementar, ou infantil, são constituídos por provas pedagógicas, as quais se dividem em: a) provas de cultura pedagógica; b) provas de capacidade pedagógica (...) — Artigo 15º — **As provas de cultura pedagógica do Exame do Estado para o magistério primário infantil são:** escritas: psicologia, psicologia infantil, pedologia, jogos educativos, pedagogia, didáctica, pedagogia do ensino infantil, educação moral e cívica, legislação do ensino primário, higiene geral e escolar, educação física e puericultura; Práticas: modelação e desenho, música, e trabalhos manuais educativos (...) — Artigo 24º — **As provas de capacidade pedagógica do Exame do Estado para o magistério primário infantil constam:** a) da elaboração do plano, e respectivo relatório justificativo, da execução de um dia lectivo numa escola infantil; b) da execução de todos os

serviços escolares correspondentes ao mesmo dia lectivo; c) da discussão do plano e relatório a que se refere a alínea a), e de forma por que houver sido executado. § único. O plano é apresentado ao iniciar-se a prova da alínea b) (...)

O Decreto-lei 24.402 de 1934-08-28 regulamenta o horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais e industriais, referindo, em longo preâmbulo, a situação económica do país, e aplica o art.11º da Constituição de 1933-04-11 (O Estado assegura a constituição e a **defesa da família** ...) bem como o art.13º que, "em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais", entre outros, "promove(r) a **adoção do salário familiar**":

As disposições tendentes a introduzir sobre horários de trabalho nas actividades nacionais não podem ser encaradas apenas sobre o prisma das chamadas "reivindicações". Reduzir o problema a esse único aspecto é diminuí-lo e correr o risco de chegar a soluções bastante afastadas da realidade das cousas. Ninguém ignora que nesta matéria se legislou entre nós quase sem outra preocupação que não fosse a de dar satisfação a compromissos assumidos em horas de vida perturbada. Mas tal processo, acrescido da defeituosa orientação de generalizar e uniformizar em excesso, e ainda de sobrepor sem reservas o social ao económico, trouxe como consequência uma aplicação por via de regra muito irregular, e não raro dos efeitos desta orientação resultaram inconvenientes pesados para o interesse geral. Convém por isso marcar com nitidez o critério que preside ao conjunto de disposições agora publicadas. (...) Considera-se efectivamente o horário de trabalho como problema sério, e é tempo de que este ponto de vista se generalize. Não se compreende que se procure impor uma certa disciplina à vida económica nacional, refrear concorrências dementadas, condicionar o desenvolvimento das indústrias ou limitar por qualquer forma a produção, sem que se façam observar umas tantas regras sobre o horário de trabalho. Desde que cada um adopte o horário que lhe convenha, todas as restantes providências podem facilmente ser iludidas e perdem a sua eficiência e oportunidade. Não se pode por isso esquecer que este assunto reveste para as próprias entidades patronais uma função económica de capital importância e que a concorrência desleal usa e abusa de todos os subterfúgios tendentes a desrespeitar o horário de trabalho e as medidas de protecção que o rodeiam. Por outro lado, o menosprezo sistemático das regras estabelecidas, o abuso de horas extraordinárias não remuneradas, a privação do descanso semanal, o envilecimento dos salários derivado da concorrência desregrada criam no espírito dos trabalhadores um sentimento de amargura que não concorre para consolidar a paz social. (...) Mais dois aspectos graves havia a considerar ainda no conjunto do problema: o descanso semanal e o **trabalho de mulheres e menores**. Nada justifica a inobservância do primeiro, nem razões de ordem económica, nem razões de ordem social. (...). Quanto ao trabalho de mulheres e menores, tornava-se muito urgente adoptar algumas providências nesta matéria. **Havendo, homens, desempregados, não é de permitir em muitas indústrias o recurso abusivo à mão de obra mais barata fornecida pelas mulheres e pelos menores.** (...)

O Decreto 25.311 (DG 106 de 1935-05-10) aprova os programas das disciplinas das Escolas do Magistério Primário: magistério elementar e magistério infantil.

O Decreto 25.954 (DG 243 de 1935-10-19) aprova o regulamento da prática dos alunos-mestres das escolas oficiais do Magistério Primário, em que prevê uma escola infantil de 3 lugares (à excepção da de Ponta Delgada com 2 lugares) como anexa às Escolas do Magistério Primário de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ponta Delgada.

Dados estatísticos disponíveis para os anos entre 1927 e 1937

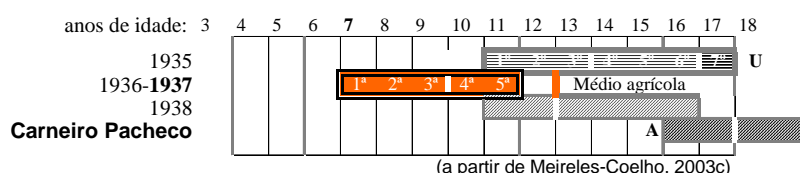
P R E - E S C O L A R (e...)																									
Estabelecimentos													Crianças (e...)												
Privados						Públicos							em Estabelecimentos Privados					em Estabelecimentos Públicos							
lact.	cre.	J.D.	Total	fonte		mat.	c.p.	orf.	asil.	E.I.	Total	fonte	lactár.	creches	J.D.	Total	fonte	matern.	c.pias	orfan.	asilos	Ens.inf.	Total	fonte	
1926	18	34	5	57	AEF26.26-ID	7	4	8	187	55	261	AEF1928	1.264	58.180	388	59.832	AEF26.26-ID	53	1.318	439	4.423	2.784	9.017	AEF1928	1927
1927	23	38	5	66	AEF26.26-ID	9	4	8	192	58	271	AEF1928	1.973	78.605	513	81.091	AEF26.26-ID	71	1.344	562	5.294	2.944	10.215	AEF1928	1928
1928	23	38	5	66	AEF29.30-ID	10	4	11	147	47	219	AEF29.30	1.495	60.448	518	62.461	AEF29.30-ID	90	1.329	715	8.494	3.507	14.135	AEF29.30	1929
1929	24	37	5	66	AEF30-ID	8	4	12	146	34	204	AEF30	1.540	81.129	532	83.201	AEF30-ID	95	1.286	805	8.816	3.346	14.348	AEF30	1930
1930	25	39	5	69	AEF31-ID		4	12	151	66	233	AEF1932	1.820	96.701	547	99.068	AEF31-ID	141	1.292	717	8.012	3.800	13.962	AEF1932	1931
1931	26	43	5	74	AEF32-ID		4	14	152	65	235	AEF1932	2.007	75.917	477	78.401	AEF32-ID	336	1.139	845	9.239	4.134	15.693	AEF32	1932
1932	29	48	5	82	AEF33.34-ID	1	4	14	159		178	AEF33.34	2.222	100.174	444	102.840	AEF33.34-ID	98	1.225	872	10.322	3.857	16.374	AEF33.34	1933
1933	28	51	5	84	AEF34-ID	1	4	13	159		177	AEF1934	2.295	91.248	454	93.997	AEF34-ID	120	1.251	831	10.787	3.782	16.771	AEF34	1934
1934	32	50	5	87	AEF35-ID		4	16	161		181	AEF1935	2.331	82.715	468	85.514	AEF35-ID		1.200	1.030	10.437	2.909	15.576	AEF36.37	1935
1935	33	52	7	92	AEF36.37-ID		4	18	162		184	AEF36.37	2.219	42.273	447	44.939	AEF36.37-ID		1.261	1.021	10.606	2.746	15.634	AEF37	1936
1936	34	50	7	91	AEF37-ID		4	17	160	43	224	AEF1937	2.556	45.724	568	48.848	AEF37-ID		1.169	1.013	11.082	3.032	16.296	AEF1937	1937

(FONTES INDICADAS)⁵

Em 1926 havia 34 creches que socorriam 58.180 crianças e em 1936 havia 50 creches que socorriam 45.724 crianças; em 1926 havia 18 lactários que socorriam 1.264 crianças e em 1936 havia 34 lactários que socorriam 2.556 crianças; isto significava que creches e lactários tinham uma função assistencial e social para apoio à alimentação e saúde das crianças, sem função educativa. As casas pias e orfanatos deixam de ser considerados, aumentando significativamente os asilos e as crianças aí atendidas. Nas maternidades o movimento geral dos expostos, abandonados e desvalidos é reduzido a algumas dezenas por ano. No ensino infantil havia, ao longo destes anos, cerca de 3.350 crianças em cerca de 53 escolas infantis e secções preparatórias (de 6 e 7 anos) a funcionar em escolas primárias. Em 1930/31 numa população infantil de 476.296 crianças apenas 3.800 frequentavam a educação infantil, o que representava 0,8%; em 1936/37 numa população infantil de 481.821 crianças apenas 3.032 frequentavam a educação infantil, o que representava 0,63%. Isto justificou a extinção do ensino infantil. (Ferreira Gomes, 1977: 93)

⁵ AEP – Anuário Estatístico de Portugal.

A Lei 1941 (DG 81 de 1936-04-11) reforma o Ministério da Instrução Pública que passou a chamar-se Ministério da Educação Nacional, cria a Junta Nacional de Educação e introduz a grande reforma educativa do Estado Novo (reforma Carneiro Pacheco), e, na sua sequência, o Decreto 26.893 (DG 191 de 1936-08-15) aprova o estatuto da **Obra das Mães pela Educação Nacional** (OMEN - extinto pelo Decreto-lei 698/75 de 1975-12-15), determinando que esta passe a ter como função, entre outras, “promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar em complemento da acção da família” (art.2º - 5); e o Decreto 27.279 (DG 276 de 1936-11-24) reforma o ensino primário, deixando de referir o ensino infantil, **suspende as matrículas nas escolas do magistério primário**, oficiais e particulares e converte os postos de ensino em postos escolares neles mantendo regentes em vez de professores (art.3º).



Mas é o **Decreto 28.081** (DG 236 de 1937-10-09) que **extingue a educação infantil** e aprova disposições sobre o ensino primário:

O Decreto-lei 27.279 de 1936-11-24 determinou que se faça, na medida do possível, o reajustamento das escolas de frequência mista, para que o ensino primário seja ministrado em regime de separação de sexos: põe-se termo, deste modo, ao duplo erro de se colocarem no mesmo plano, para aquisição de conhecimentos, alunos com díspares curvas de crescimento e diferentes características psicológicas e de se perturbar a diferenciação da personalidade, segundo o sexo, pela recíproca influência durante as horas escolares. Para que a falta de instalações não constitua obstáculo à realização imediata daquele objectivo essencial, e quando de outro modo não possa ser assegurado o funcionamento de um lugar, torna-se indispensável (e é possível sem maior inconveniente) autorizar o funcionamento de dois lugares na mesma sala de aula, transitoriamente, em horas lectivas diferentes. **Determina-se que as professoras do ensino infantil passem a ser consideradas, para todos os efeitos, pertencentes ao quadro geral, pois não se compreendia como, possuindo além de todas as habilitações exigidas para as escolas do magistério primário elementar mais específica para as do ensino infantil, lhes fosse vedado concorrer àquelas escolas.** E, porque a experiência tem demonstrado que o ensino infantil não se encontra organizado de forma que os frutos que respondam aos encargos, **prevê-se a extinção ou conversão nas respectivas escolas, devendo procurar-se em mais adequadas formas de actividade educativa, como a “Obra das Mães pela Educação Nacional”, a resolução do problema.** (...) Depois de se haver atribuído aos postos

escolares, pelo Decreto-lei 27.279, finalidade educativa idêntica à das escolas elementares, deixaram de ter razão de ser as restrições existentes quanto à distância de outras escolas que não sejam as determinadas pela suficiência destas; por isso, sem prejuízo da característica rural do respectivo ensino, se eliminam, com a dupla vantagem de se tornar mais rápida e mais económica a solução de cada caso. (...) — ARTIGO 1º — **Enquanto se verificar a insuficiência de edifícios escolares, que de outro modo não possa ser suprida, poderá ser autorizado o funcionamento de dois lugares na mesma sala de aula, em horas lectivas diferentes.** — ARTIGO 2º — **Consideram-se para todos os efeitos como pertencentes ao quadro geral as professoras das escolas do ensino infantil, e estas podem ser extintas ou convertidas em escolas do ensino elementar.** (...) — ARTIGO 3º — Os professores de lugares extintos serão imediatamente providos em escolas de igual categoria, no mesmo distrito escolar sendo possível, sem prejuízo do direito a outro provimento nos termos gerais. (...)

O Parecer da Câmara Corporativa apoia uma reforma do ensino primário que seja eficaz para fazer com que todo o povo português aprenda a ler, escrever e contar, deixando-se o problema da educação pré-escolar para depois de resolvido o problema do ensino primário:

"Reconhece a Câmara Corporativa que, com efeito, não é este o momento de se pensar na criação e organização da educação pré-escolar como serviço do Estado, não só porque a proposta de Lei em exame tem apenas por objectivo a «reforma do **ensino primário**» - no qual não se inclui a formação infantil, adstrita a uma função, a uma pedagogia e a uma didáctica diferentes -, mas ainda porque isso viria complicar o problema cuja solução se procura, e que consiste, na sua aparente simplicidade, em ensinar o povo português a ler, a escrever e a contar. **Parece, entretanto, a esta Câmara que o ensino infantil não deve ser totalmente excluído do quadro do ensino do Estado, dada a sua importância e o seu incontestável valor formativo, aguardando-se a oportunidade de considerar esse novo problema, quando o primeiro, mais urgente, se encontrar em via de solução**» (Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, 1938-03-05, *in* Ferreira Gomes, 1977: 95)".

A Lei 1969 (DG 115 de 1938-05-20) aprova as bases da reforma do ensino primário: «BASE I: Ao Estado (...) incumbe estimular a **acção educativa da família e auxiliar as instituições particulares que promovam a assistência educativa pré-escolar**, bem como estabelecer a fiscalização desta».

A partir desta data, a educação de infância em Portugal vai passar a ter uma nítida diferenciação de funções: a **função educativa, que compete à família**, vai poder passar a ser coadjuvada apenas pelo ensino particular, com

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
COIMBRA 1911	132	128	128	145	153	109	108	109	114	105	103	112	110	94	110
FIGUEIRA DA FOZ 1914	76	95	105	98	90	89	82	85	84	85	86	86	87	88	87
ALCOBAÇA 1914	55	79	94	87	92	92	79	74	82	85	84	82	77	86	70
LISBOA (Estrela) 1915	125	171	150	148	147	133	134	150	141	131	121	129	112	119	112
ALHADAS 1927	40	41	54	65	54	41	36	47	41	43	38	41	35	-	
LEIRIA 1936										81	78	86	77	86	
CASTELO BRANCO 1936										50	54	50	55	50	
Alunos matriculados:	388	513	518	532	547	477	444	454	468	447	568	568	568	568	568

especial relevo para os Jardins-escolas João de Deus, fiscalizados pelos ministérios da educação; e ao Estado vai competir a **função social de apoio à família**, que passará para a competência dos ministérios da assistência social (*Subsecretariado de Estado da Assistência Social do Ministério do Interior, Ministério das Corporações e Previdência Social, Ministério da Saúde e Assistência, Ministério dos Assuntos Sociais*), que tinham como objectivo primordial diminuir a mortalidade infantil. Em consequência, passam a formar-se educadoras de infância apenas para o ensino particular e assistentes sociais para o Estado (Bairrão et al, 1990: 10).

Alunos matriculados nos Jardins-Escolas João de Deus entre 1927 e 1941:
(in Relatórios da Direcção e Parecer da Comissão Revisora de Contas da Associação de Jardins-Escolas João de Deus)

Relativamente à iniciativa privada de carácter assistencial, destaca-se a acção desenvolvida pelo Professor Bissaya Barreto, através da Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança. Entre 1936 e 1970, foram criadas vinte e cinco Casas da Criança que tinham como principal objectivo responder às carências sociais manifestadas pelas crianças e pelas famílias.

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
COIMBRA 1911	102	115	105	115	91	126	133	125	130	98	100	113	118	125	121
FIGUEIRA DA FOZ 1914	87	85	81	82	82	84	96	94	90	90	95	82	77	84	87
ALCOBAÇA 1914	64	60	65	64	66	82	83	82	61	-	-	50	45	64	61
LISBOA (Estrela) 1915	115	126	131	131	140	140	103	150	166	120	120	142	139	161	128
ALHADAS 1927	-	24	-	-	-	-	39	52	49	44	36	39	43	44	35
LEIRIA 1936	74	84	82	70	80	97	103	98	86	90	72	58	67	72	83
CASTELO BRANCO 1936	65	66	70	57	61	73	75	60	65	68	68	59	46	71	62
VISEU 1943	42	65	93	73	78	84	87	89	76	83	54	45	58	64	
MORTÁGUA 1948						37	48	48	35	40	36	36	-	49	
CHAVES 1948						40	43	44	49	47	42	33	36	42	
PORTO 1950									93	120	119	137	128	140	
TOMAR 1955													59	48	
Alunos matriculados:	507	602	599	612	593	680	793	839	828	763	781	794	786	902	920

Alunos matriculados nos Jardins-Escolas João de Deus entre 1942 e 1956:
(IN RELATÓRIOS DA DIRECÇÃO E PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS)

O Parecer da Câmara Corporativa (sessão de 1938-03-05, cit. por Ferreira Gomes, 1977: 95) deposita fundadas esperanças na iniciativa privada para a realização da educação infantil, referindo os "excelentes jardins-escolas João de Deus...", apontados como um bom exemplo, mesmo para ser considerado como um modelo pedagógico nacional.

Efectivamente os objectivos da *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946) apontavam, entre outros, para: "Instituir *jardins-escolas* – de preferência nos centros de população operária – para abrigo,

educação e ensino de crianças de 4 até ao limite máximo de 9 anos de idade, estabelecendo um modelo português de escola infantil, segundo o espírito e doutrina da obra pedagógica de João de Deus..." (art.1º-2º dos Estatutos).

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
COIMBRA 1911	106	93	93	120	130	130	135	149	174	151	161	180	218	188	220
FIGUEIRA DA FOZ 1914	71	81	81	68	80	80	71	76	87	90	90	90	89	93	95
ALCOBAÇA 1914	48	44	44	49	52	59	57	57	73	94	90	90	98	106	106
LISBOA (Estrela) 1915	153	130	130	149	132	138	140	182	187	205	200	235	235	200	238
ALHADAS 1927	27	30	30	27	28	31	30	30	38	33	35	44	58	43	41
LEIRIA 1936	73	73	73	86	78	89	100	114	137	140	128	137	152	140	140
CASTELO BRANCO 1936	49	55	55	58	69	69	67	72	100	108	107	120	124	123	111
UISEU 1943	59	70	70	83	81	83	85	95	102	109	114	100	124	117	118
MORTÁGUA 1948	38	41	41	42	45	44	34	24	26	26	32	33	38	37	37
CHAVES 1948	36	38	38	49	51	61	56	49	55	77	73	68	58	63	65
PORTO 1952	138	131	131	138	145	144	150	153	156	163	157	169	172	181	184
TOMAR 1955	45	44	44	90	70	82	83	88	97	87	70	76	71	111	112
FIGUEIRA DA FOZ (2º) 1958		55	56	58	66	76	70	83	88	85	101	121	106	111	
TORRES NOVAS 1960			57	63	59	44	45	62	72	64	77	96	127	120	
TOMAR (2º) 1962				19	14	21	22	16	18	18	5	14	30		
TORRES VEDRAS 1965						51	51	57	55	60	54	62			
LISBOA (Alvalade) 1965						122	180	191	200	200	200	220			
ESTARREJA 1965							39	50	54	42	45	51			
TRAMAGAL 1965								43	42	52	47	62	60		
MATOSINHOS 1968											87	122	118		
Alunos matriculados:	843	830	885	1072	1082	1154	1142	1225	1572	1772	1764	1899	2095	2132	2239

Alunos matriculados nos Jardins-Escolas João de Deus entre 1957 e 1971:

(IN RELATÓRIOS DA DIRECÇÃO E PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS)

O 1º dos Jardins-Escolas João de Deus foi inaugurado em **Coimbra** em 1911, o 2º na **Figueira da Foz** em 1914, o 3º em **Alcobaça** em 1914, o 4º em Lisboa (**Estrela**) em 1915, o 5º em **Alhadadas** em 1927, o 6º em **Leiria** em 1936, o 7º em **Castelo Branco** em 1936, o 8º em **Viseu** em 1943, o 9º em **Mortágua** em 1948, o 10º em **Chaves** em 1948, o 11º no **Porto** em 1952, o 12º em **Tomar** em 1955, o 13º na **Figueira da Foz (2º)** em 1958, o 14º em **Torres Novas** em 1960, o 15º em **Tomar (2º)** em 1962, o 16º em **Torres Vedras** em 1964, o 17º em Lisboa (**Alvalade**) em 1965, o 18º em **Estarreja** em 1965, o 19º no **Tramagal** em 1965, o 20º em **Matosinhos** em 1968, o 21º no **Entroncamento** em 1971, o 22º em **S. Bartolomeu de Messines** em 1972, o 23º na **Urgeiriça** em 1972, o 24º em Lisboa (**Olivais**) em 1975, o 25º em **Santo Tirso** em 1975, o 26º em **Coimbra (2º)** em 1980, o 27º em **Braga** em 1984, o 28º em **Faro** em 1986, o 29º em **Coimbra** (Centro Infantil) em 1988, o 30º em **Penafiel** em 1991, o 31º em **Ponte de Sor** em 1996, o 32º em **Albarraque** em 2000.

Em 1991 o ministro da Educação Roberto Carneiro (Despacho 32/ME/91) atribuiu à Associação de Jardins-Escola João de Deus uma menção honrosa no grau de Mérito Pedagógico:

"... Desde o início da sua criação, os Jardins-Escola João de Deus têm desenvolvido uma obra de grande alcance social e pedagógico, prestando um inestimável contributo à Educação Pré-Escolar. Instituídos num contexto em que assumia particular interesse a valorização da cultura popular e o combate ao analfabetismo, e evoluindo num permanente apego ao estudo da infância, os já em número de 30 Jardins-Escola João de Deus espalhados pelo País têm alcançado objectivos que se integram nas mais inovadoras propostas psicopedagógicas. É, pois, de inteira justiça o reconhecimento da obra realizada e do contributo prestado à educação e cultura nacionais. Assim, nos termos do disposto nos art.ºs 4º, 6º e 7º do Decreto-lei 288/88, de 23 de Agosto, atribuo à Associação de Jardins-Escola João de Deus a menção honrosa de grau de

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
COIMBRA 1911	241	258	282	309	364	370	390	388	347	348	352	354	356	353	320
FIGUEIRA DA FOZ 1914	92	96	97	96	109	109	104	101	109	113	112	129	177	174	182
ALCOBAÇA 1914	94	103	108	92	110	119	129	129	142	145	140	134	121	118	136
LISBOA (Estrela) 1915	240	248	267	250	242	247	254	252	240	300	304	300	302	328	389
ALHADAS 1927	63	65	63	61	42	41	80	82	80	92	72	60	65	82	66
LEIRIA 1936	136	118	134	131	156	150	138	133	166	183	197	196	168	180	185
CASTELO BRANCO 1936	105	88	85	105	121	123	135	135	135	137	148	152	139	138	146
WISEU 1943	127	139	149	120	152	155	142	136	139	139	144	148	171	168	155
MORTÁGUA 1948	42	52	50	42	63	62	52	51	72	80	75	70	61	55	50
CHAVES 1948	62	80	82	79	110	112	118	115	145	153	163	154	158	136	124
PORTO 1952	194	197	198	201	215	215	218	215	215	208	211	202	206	198	190
TOMAR 1955	102	90	94	92	122	122	141	154	156	151	138	138	150	155	130
FIGUEIRA DA FOZ (2º) 1958	103	103	100	97	130	130	114	112	121	133	139	136	102	119	186
TORRES NOVAS 1960	102	91	108	115	164	166	204	204	205	205	154	152	166	160	172
TOMAR (2º) 1962	34	29	53	56	103	110	119	108	115	115	110	96	90	88	58
TORRES VEDRAS 1964	61	64	63	50	93	109	102	110	110	80	86	80	75	78	76
LISBOA (Alvalade) 1965	230	241	229	249	229	243	253	253	253	270	281	288	289	294	382
ESTARREJA 1965	34	39	43	56	74	73	88	90	90	99	85	77	78	66	53
TRAMAGAL 1965	54	54	58	56	55	66	79	51	48	48	50	54	34	35	29
MATOSINHOS 1968	117	128	117	119	185	181	178	176	188	189	196	198	157	212	258
ENTRONCAMENTO 1971	41	36	35	43	63	74	65	65	65	63	70	68	76	74	36
S. BARTOLOMEU DE MESSINES 72	35	36	35	39	66	68	52	55	66	80	78	75	64	65	65
URGEIRIÇA 1972	31	19	26	27	43	45	46	51	56	55	94	99	77	68	59
LISBOA (Olivais) 1975				87	220	222	220	221	224	227	235	237	235	301	385
SANTO TIRSO 1975					38	68	110	121	128	148	130	122	121	118	125
COIMBRA (2º) 1980									280	346	353	358	370	398	406
BRAGA 1984														45	85
Alunos matriculados:	2340	2374	2476	2263	2905	3010	3141	3120	3548	3759	3765	3723	3652	3853	4128

diploma de mérito pedagógico."

Alunos matriculados nos Jardins-Escolas João de Deus entre 1972 e 1986:

(IN RELATÓRIOS DA DIRECÇÃO E PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS)

Em 1997 a UNESCO, reunida na sua sede em Paris, agraciou a Associação de Jardins-Escola João de Deus com o prémio de alfabetização *Norma e Rei Sejong*, destinado a homenagear as instituições, organizações ou pessoas que se tenham distinguido na luta contra o analfabetismo de forma particularmente meritória:

"... À l'Association des Jardins d'Enfants João de Deus du Portugal, organisation non gouvernementale à but non lucratif, fondée en 1882, qui a mis en oeuvre l'alphabétisation des adultes et des enfants (...) pour avoir fondé sa méthode sur l'étude de la langue maternelle permettant aux intéressés, qu'ils soient adultes ou enfants, d'apprendre à lire, écrire et compter plus facilement, en encourageant la créativité, l'expression et l'apprentissage par l'action."

JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
COIMBRA 1911	227	206	201	184	191	188	188	188	182	176	177	165	165	159	158
FIGUEIRA DA FOZ 1914	126	121	124	114	118	117	108	105	103	121	117	136	121	109	118
ALCOBAÇA 1914	127	138	111	108	115	107	97	92	86	94	96	98	103	102	103
LISBOA (Estrela) 1915	170	204	205	191	177	163	180	178	169	168	159	164	171	169	169
ALHADAS 1927	55	43	70	85	59	120	124	98	75	61	65	83	106	98	100
LEIRIA 1936	145	150	118	124	118	111	119	128	125	125	122	132	133	126	124
CASTELO BRANCO 1936	117	112	110	113	112	115	108	97	103	103	95	88	91	90	88
VISEU 1943	129	122	121	109	116	108	101	103	96	94	89	112	100	94	96
MORTÁGUA 1948	51	50	49	47	34	51	45	46	40	36	45	63	70	73	85
CHAVES 1948	97	126	131	83	92	91	83	69	66	62	54	74	70	72	70
PORTO 1952	123	104	131	113	105	125	123	113	129	117	128	103	87	71	68
TOMAR 1955	98	87	84	88	86	84	85	86	87	89	89	86	75	80	80
FIGUEIRA DA FOZ (2º) 1958	105	130	140	158	143	128	127	116	133	120	121	117	89	82	78
TORRES NOVAS 1960	106	118	99	100	96	94	102	101	104	100	90	102	92	103	103
TOMAR (2º) 1962	56	62	89	80	84	79	74	79	82	55	70	58	59	62	63
TORRES VEDRAS 1964	79	73	65	59	60	55	58	110	126	137	134	142	137	132	131
LISBOA (Alvalade) 1965	201	194	184	169	174	172	177	173	179	174	184	172	172	188	193
ESTARREJA 1965	76	51	60	46	72	64	62	51	56	58	53	71	72	61	74
TRAMAGAL 1965	51	52	52	35	26	32	28	26	36	44	39	47	44	44	48
MATOSINHOS 1968	153	171	164	167	184	204	209	136	200	204	205	176	163	149	156
ENTRONCAMENTO 1971	32	29	32	35	40	40	34	41	34	48	40	60	63	67	76
S. BARTOLOMEU DE MESSINES 72	55	63	62	59	45	60	56	66	65	66	57	68	72	62	62
URGEIRIÇA 1972	70	49	69	77	65	96	88	89	93	93	84	88	87	118	85
LISBOA (Olivais) 1975	168	176	177	186	170	175	174	178	184	162	170	165	165	163	165
SANTO TIRSO 1975	95	96	134	76	77	81	74	75	77	83	82	79	77	74	76
COIMBRA (2º) 1980	227	293	252	315	242	250	254	254	241	246	233	247	245	237	232
BRAGA 1984	93	108	100	95	95	97	97	98	94	91	94	87	86	84	79
FARO 1986	147	139	96	107	119	108	98	95	88	85	88	83	84	81	82
COIMBRA (Centro Infantil) 1988	110	107	143	88	161	165	164	152	145	148	145	138	144	154	
PENAFIEL 1991				102	73	83	83	178	92	105	97	80	76	73	
PONTE DE SOR 1996								43	90	109	83	73	70	60	
ALBARRAQUE 2000													84	132	
Alunos matriculados:	3179	3377	3337	3266	3205	3349	3321	3238	3426	3339	3342	3391	3290	3324	3381

Alunos matriculados nos Jardins-Escolas João de Deus entre 1987 e 2001:

(IN RELATÓRIOS DA DIRECÇÃO E PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS

De 1920 a 1943, *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946) formava as suas próprias educadoras e auxiliares consoante as necessidades dos seus Jardins-Escolas. Em 1943 foi oficializado o **Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus**, primeiro curso de educadores de infância em Portugal, que, entre 1943 e 1989, formou 2517 educadores. O Decreto-lei 408/88-11-09 autorizou a criação da **Escola Superior de Educação João de Deus**, ministrando os curso de Educadores

de Infância e de Professores do Ensino Básico (1º Ciclo), que, de 1989 a 2002, formou 826 educadores.

Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus		
ANO	Nº de anos	Diplomadas
1943 a 1960	17	655
1960 / 1962	2	18
1961 / 1963	2	21
1962 / 1964	2	14
1963 / 1965	2	28
1964 / 1966	2	29
1965 / 1967	2	23
1966 / 1968	2	19
1967 / 1969	2	17
1968 / 1970	2	26
1969 / 1971	2	41
1970 / 1972	2	43
1971 / 1974	3	54
1972 / 1975	3	59
1973 / 1976	3	58
1974 / 1977	3	76
1975 / 1978	3	128
1976 / 1979	3	95
1977 / 1980	3	113
1978 / 1981	3	99
1978 / 1981	Madeira 3	68
1979 / 1982	3	107
1980 / 1983	3	89 + 1
1981 / 1984	3	113
1982 / 1985	3	93
1983 / 1986	3	120 + 1
1984 / 1987	3	99
1985 / 1988	3	106 + 1
1986 / 1989	3	100 + 3

Diplomados no Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus
(Carvalho, 1991, 75)

Em 1963 começa a funcionar o Curso de Auxiliares de Educação Infantil para substituir as vigilantes sem qualquer preparação, que foi extinto em 1980.

A Assembleia Geral da *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946) aprovou a 1946-02-10 os Estatutos da *Associação de Jardins-Escolas João de Deus* (1946-), oficialmente autorizados por despacho de 1946-10-15 (DG 243, 2ª, 1946-10-18), que foram alterados em 1972 (DG 210, 3ª, de 1972-09-08):

ARTIGO 2º — Os seus fins são: 1º) Fundar, dirigir e manter Jardins-Escolas e Viveiros Infantis, com o objectivo principal de realizar e generalizar um modelo português de escola infantil, segundo o espírito e doutrina da Cartilha Maternal,

para abrigo, educação e ensino de crianças de ambos os sexos. Nos **viveiros infantis** abrangendo idades que vão **dos dois e meio aos quatro**, nos **Jardins-Escolas** dos **quatro aos sete anos**. 2º) Realizar **Cursos de Didáctica Pré-Primária** pelo Método João de Deus, **Magistério do Ensino Infantil**, com a duração de **dois anos** lectivos **para o Curso Elementar** e de **três anos** para o **Curso Complementar**, preparando e diplomando **Educadoras de Infância** e **Monitoras de Educação Infantil**, conforme os respectivos programas. (...) — 23º — Só pode ser nomeada professora para exercício das respectivas funções nos Jardins-Escolas João de Deus quem **satisfaça as seguintes condições:** (...) 5º Possuir **diploma de habilitação do Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus**, a que se refere o número dois do art.2º; 6º) Ter feito **estágio completo para aplicação prática do referido curso**, e conseguido boa classificação de serviço, de aptidão e assiduidade, num dos Jardins-Escolas João de Deus; 7º) Estar **inscrita oficialmente como professora de ensino infantil**; 8º) **Declarar por escrito que aceita o lugar de professora** ou compromisso formal de acatar as indicações e ordens da direcção, relativas à sua conduta dentro dos Jardins-Escolas e ao cumprimento das disposições regulamentares em vigor, e de se **submeter à transferência para qualquer Jardim-Escola em que for colocada, quando as conveniências do serviço assim o exigam**; não aceitando a transferência, passará à situação de disponibilidade sem vencimento.

A *Associação de Jardins-Escolas João de Deus*, em 1998/99, tinha ao seu serviço 646 pessoas (entre educadores, professores, auxiliares de educação e outros colaboradores), cuja actividade se repartia por 33 Jardins-Escola, com uma frequência total de 6572 alunos, com idades entre os três meses e os dez anos.

Para formar **assistentes de serviço social** para trabalharem em instituições com finalidades educativas e de apoio social, na sua maioria ligadas à Obra das Mães pela Educação Nacional, o Decreto-lei 30.135 (DG 291 de 1939-12-14) cria o Instituto de Serviço Social de Lisboa e a Escola Normal Social de Coimbra e estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que hão-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o **serviço social** ao mesmo tempo que aprova o plano geral de estudos e os programas para as referidas escolas:

São dignos de apreço e valorização oficial todos os esforços para a elevação do nível de vida da gente portuguesa quando se apoiam em sãs doutrinas e os anima um verdadeiro espírito social. Entre tais iniciativas cumpre salientar, pelas possibilidades que encerram de inexplorados horizontes, **a criação de escolas de formação social** onde se habilitem raparigas, até da melhor condição, para exercerem junto de **fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva** e de obras similares uma acção persistente e metódica de múltiplos **objectivos – higiénicos, morais e**

intelectuais -, em contacto directo com as famílias de todas as condições. (...) — ARTIGO 1º — Pelo Ministério da Educação Nacional e dentro do quadro dos estabelecimentos do ensino particular poderá ser autorizado o funcionamento de institutos destinados à formação de assistentes de serviço social, com ou sem especialização, por modo a assegurar-se a satisfação das necessidades de pessoal técnico, tanto para os serviços públicos, como para as instituições particulares que, em qualquer forma da sua actividade, se proponham fins de educação e auxílio social. — § único. Ficam desde já autorizados para todos os efeitos deste Decreto-lei, desde que ao regime por ele se sujeitem, o Instituto do Serviço Social e a Escola Normal Social, existentes em Lisboa e Coimbra respectivamente. (...) — ARTIGO 4º — O curso de assistente do serviço social terá a duração de três anos, sendo o primeiro de iniciação, e abrangerá, em lógico desenvolvimento das matérias, o estudo da vida física e as suas perturbações, da vida mental e moral, da vida social e corporativa, do serviço social e seu funcionamento. — ARTIGO 5º — Mediante requerimento fundamentado e sob parecer da Junta Nacional da Educação, poderão os institutos ser autorizados a criar **cursos de especialização técnica**, de duração variável, adequados às diversas formas de actividade social, tanto metropolitana como colonial, devendo na diferenciação ter-se em conta as exigências do País e as condições locais necessárias ao ensino. — § único — É desde já prevista a especialização de **visitadoras escolares** (...) — PLANO GERAL DE ESTUDO E PROGRAMAS — 1º ano — A) Aulas: (...) — 6. puericultura (...) — B) Estágios em serviços de: (...) Puericultura (numa creche) — 2º ano — A) Aulas: (...) a) pré-natal, natal e recém-nascido; b) da infância; (...) — Estudo da vida mental e moral: 1- **Noções de psicologia infantil; pedagogia e educação** (...) — B) Estágios: Numa maternidade e consultas pré-natais, em serviços de puericultura e de protecção à infância, em institutos e dispensários de profilaxia e higiene social, em instituições especializadas em ensino familiar e doméstico (com noções teóricas). — 3º ano (...) — B) Estágios: Em **serviços sociais de protecção à maternidade e à infância** (normal e delinquente). Em outros **serviços sociais especializados** (hospitais, dispensários de higiene social, sanatórios, fábricas, junto das organizações corporativas, etc.). Em centros sociais. Em **instituições especializadas em ensino familiar e doméstico** (...)

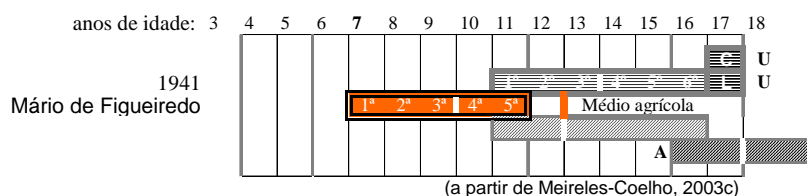
O **Padre Américo** (1887-1956), ordenado sacerdote em 1929 com 42 anos, nomeado professor e prefeito no seminário de Coimbra, dedicava-se, tanto quanto podia, a acções de carácter social, ajudando pobres e presos da penitenciária; em 1932 organizou uma sopa dos pobres e escrevia semanalmente no *Diário de Coimbra* para uma secção com o nome *Sopa dos Pobres*; da sopa passou à comida, calçado, roupas, medicamentos, apoio moral e religioso. A partir de agosto de 1935 organiza umas **Colónias de Campo** para rapazes de rua de Coimbra com o intuito de tentar ajudar esses rapazes a descobrir outro mundo diferente daquele que os levaria mais cedo ou mais tarde à penitenciária, que ele conhecia bem. Mas essas colónias acabavam ao fim de algumas semanas e esses rapazes voltavam perdidos

para a rua ou para casa dos pais sem condições para os receber. Era necessário comprar uma casa de campo com terras, uma quinta para cultivar, com oficinas para aprender a trabalhar, com escola para se instruir, com sol e ar puro para viver uma vida saudável, onde pudessem ter lugar os que não tinham lugar em mais parte nenhuma. Em janeiro de 1940 abre, em Miranda do Corvo (a 28 quilómetros de Coimbra), a primeira *Casa do Repouso do Gaiato Pobre*, depois chamada *Casa do Gaiato das Ruas de Coimbra* e depois, simplesmente, ***Casa do Gaiato da Obra da Rua***; em 1943 funda em Paço de Sousa (nos arredores do Porto) a segunda *Casa do Gaiato da Obra da Rua*, a Casa modelo, casa-mãe; em 1945 funda o primeiro *Lar da Obra da Rua* no Porto (Rua D. João IV, 682); em 1954 funda outra nos arredores de Paredes e em 1955 outra nos arredores de Setúbal; onde foram abrigados e educados mais de 12.000 rapazes, num ambiente familiar, de autogoverno e responsabilidade e de aprendizagem pelo trabalho, ao contrário do dos asilos e reformatórios. Começada inicialmente com rapazes, nunca recusou nenhum menino abandonado que aí fosse levado, sendo bem característico das Casas do Gaiato os meninos pequenos aí educados, até hoje.

O Decreto-lei 31.666 (DG 273 de 1941-11-22) insere disposições atinentes a remodelar os serviços de assistência, onde em longo articulado podemos ler:

1. (...) a primeira fase da reforma prevista haveria de consistir na melhor arrumação das actividades assistenciais dispersas, sob a intendência do Ministério do Interior, por mais de uma direcção geral e por vários organismos, que têm gozado de maior ou menor autonomias, e ainda sob a administração de autarquias locais, a que mais compete promover a assistência e cooperar na prestada por instituições particulares do que exercê-la directamente. **A organização e coordenação dessas actividades e um melhor aproveitamento do seu rendimento assistencial reclamam, umas vezes, a sua concentração ou fusão; outras vezes, supressão de modalidades sem condições de vida eficiente, e ainda outras, a sua transferência de uma para outra direcção geral, ou desta para aquela instituição.** Todas as alterações previstas obedecem no entanto a esta directriz fundamental; criar ou valorizar os organismos indispensáveis à diversidade e à extensão das necessidades reconhecidas; agrupar, sob uma inspecção orientadora e fiscalizadora comum, modalidades que pertencem à mesma categoria ou devam considerar-se complementares dentro de uma nova organização doutrinal ou prática. **Em quatro grupos** ou ramos poderemos alinhar as **maiores necessidades sociais**, carecidas de **assistência, preventiva ou curativa**, indicando para cada um deles, a título exemplificativo, as modalidades com que se tem procurado prestar-lha: a) **assistência à vida no seu nascimento e primeira infância** (consultas pré-natais, maternidades, lactários, parques e dispensários infantis); b) **assistência à vida na sua formação e preparação**

física e intelectual e moral (preventórios, colónias de férias, orfanatos e patronatos); c) **defesa da vida ameaçada por infecções físicas, mentais ou morais** (hospitais, casas de saúde, dispensários, manicómios e casas de regeneração); d) **assistência à vida diminuída pela miséria económica ou pela incapacidade física, mental ou moral** (cozinhas económicas, recolhimentos, hospícios, asilos ou albergues). (...) 3. Julga-se elemento imprescindível a uma assistência equitativa e socialmente eficaz o inquérito, às condições económicas e morais das famílias carecidas de assistência pública. (...) Esta técnica entronca aliás na melhor tradição da assistência portuguesa, que da visitação, correspondente ao inquérito moderno, fez sempre a base essencial de todos os socorros social e espiritualmente eficientes. Para obviar a esta necessidade se determina a criação, em Lisboa, de um Centro de Inquérito Assistencial, destinado a facilitar a execução do disposto nos artigos 253, nº 2, e 256 do Código Administrativo e a servir de estágio aperfeiçoador de **visitadoras sociais** que tornem possível estender os benefícios do inquérito a todo o país. (...) —Artigo 10º — À comissão compete: (...) 2) dar parecer sobre a **criação ou fundação** de qualquer **obra de assistência infantil e sua orientação**; 3) promover a **coordenação das instituições e serviços de assistência infantil existentes em cada cidade, concelho ou distrito**, por forma a evitar a dispersão de esforços e a realizar um plano acomodado à satisfação das necessidades locais, 4) aprovar as instruções de ordem técnica a que devem obedecer todas as instituições de assistência infantil, tanto oficiais como particulares. (...)



O Decreto-lei 32.243 (DG 208 de 1942-09-05) aprova a reabertura das Escolas do Magistério Primário suspensa pelo Decreto-lei 27.279 de 1936-11-24:

ARTIGO 2º — As escolas do Magistério primário são estabelecimentos de ensino oficial destinados a ministrar a cultura e prática pedagógicas a que se refere o artigo anterior e funcionam em **Lisboa, Porto, Coimbra e Braga**. — § único. Funcionará nos Açores uma escola de magistério primário se se demonstrar a sua necessidade.

O Decreto-lei 33.019 de 1943-09-01 cria as Escolas do Magistério Primário do Funchal e Ponta Delgada; o Decreto-lei 35.070 de 1945-10-26 autoriza a criação das Escolas do Magistério Primário de Viseu, Évora, Faro, Guarda, Bragança e Vila Real; o Decreto-lei 35.227 de 1945-12-07 cria a Escola do Magistério Primário da Horta; o Decreto-lei 36.839 de 1948-04-19 cria a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo.

O Decreto 32.629 (DG 12 de 1943-01-16) aprova os programas das escolas do magistério primário, acrescentando ao Decreto 25.311 de 1935-05-10 as disciplinas de Didáctica Especial, Educação Física (prática do campismo), Legislação e Administração Escolares, Organização Política e Administrativa da Nação, Pedologia e Puericultura.

A Lei 1.998 (DG 102 de 1944-05-15) estabelece as bases reguladoras dos serviços de assistência social:

Base XII: 1. A **assistência à maternidade e primeira infância** será feita por meio de um **instituto maternal** com funções de aperfeiçoamento e coordenação das modalidades seguintes: a) Consultas pré-natais e pós-natais, cantinas maternas e postos de assistência ao parto no domicílio; b) Maternidades e abrigos maternos; c) **Creches-lactários e dispensários infantis**; d) **Parques infantis ou jardins de infância, colónias-preventórios e colónias estivais**. 2. A coordenação local de todas ou algumas destas modalidades constituirá um ***Centro de Assistência Social Infantil***, que poderá abranger mais de uma freguesia. — Base XIII: 1. A assistência à segunda infância revestirá as seguintes modalidades: a) Subsídios familiares de educação e de sustentação; b) semi-internatos e internatos com ensino elementar e profissional adequado a cada sexo e à capacidade física ou intelectual dos assistidos; c) Asilos-escolas de cegos; d) Asilos-escolas de surdos-mudos; e) Asilos-escolas de anormais recuperáveis; f) Asilos de anormais não educáveis. 2. A coordenação local de todas ou algumas destas modalidades poderá orientar-se pela organização da **Casa Pia de Lisboa**.

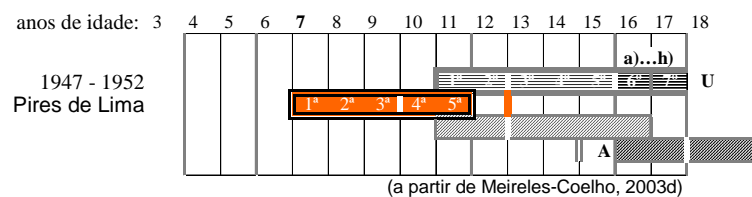
O Decreto-lei 35.108 (DG 247 de 1945-11-07) reorganiza os serviços de assistência social:

1. Pelo presente diploma são reorganizados os serviços de assistência social. Corresponde, antes de mais nada, esta reforma à necessidade de reajustar a orgânica dos serviços aos princípios que ficaram definidos no Estatuto da Assistência Social, por forma a obter-se a harmonia do conjunto. **Por outro lado, atende às instantes e imediatas necessidades de intensificação e desenvolvimento da actividade no campo da assistência, criando condições mais favoráveis à sua realização e cuidando de garantir a boa coordenação geral de todas as iniciativas e serviços.** (...) — Secção II: DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA — ARTIGO 122º — O **Instituto de Assistência à Família**, no qual fica integrada a organização denominada **Defesa da Família**, tem por fim favorecer esta na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias. — ARTIGO 123º — Compete ao Instituto: 1º Coordenar a acção das instituições que se proponham como finalidade a defesa da família; 2º Promover e auxiliar a fundação e manutenção das instituições dessa índole; 3º **Fomentar a criação de estabelecimentos e serviços de assistência infantil**, designadamente de centros de assistência rural e postos de consulta; (...) — SECÇÃO III: DO INSTITUTO MATERNAL — ARTIGO 126º — Compete ao **Instituto Maternal** coordenar a **assistência médico-social à maternidade e à primeira infância** e fomentar a criação de

instituições particulares que se destinem a prestá-la, nos termos do Decreto-lei 32.651 de 1943-02-02, e Decreto 33.527 de 1944-02-12 e do disposto nos respectivos regulamentos. — Secção IV: DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A MENORES — ARTIGO 127.º — É criado o **Instituto de Assistência a Menores**, com a seguinte finalidade: a) Coordenar a prestação de assistência aos menores nos casos de orfandade, abandono, incapacidade dos pais ou insuficiência económica familiar, no que respeita à sua formação moral, intelectual e profissional; b) **Estimular a criação de asilos-escolas e de outras instituições destinadas a amparar e educar os menores**; c) Propor as regras a adoptar na concessão de subsídios de educação a menores que tenham revelado aptidões ou faculdades excepcionais de inteligência e de trabalho; (...) §1.º A coordenação local das diversas modalidades de assistência à segunda infância orientar-se-á, quanto possível, pela Casa Pia de Lisboa.

O Decreto-lei 35.427 (DG 291 de 1945-12-31) institui fundo de socorro social:

ARTIGO 1.º — Com o fim de auxiliar os indivíduos em casos de calamidade ou sinistro, ou quando os recursos da sua economia forem por circunstâncias anormais insuficientes para dar satisfação às necessidades mínimas da família, (...) — ARTIGO 2.º — Constituem receitas deste fundo: (...) 2. **uma taxa de 6\$ mensais, por mulher, a pagar pelos industriais que empreguem 50 ou mais mulheres, quando não tenham organizada a assistência à maternidade e à primeira infância, ou a tenham estabelecida por forma deficiente, com relação a cada mulher empregada (...)**



O Decreto-lei 37.544 (DG 197 de 1949-09-08) constitui a Inspeção do Ensino Particular, estabelece taxas a cobrar por diferentes actos dos serviços do Ensino Particular e revoga o § 2.º do art.12.º do Decreto-lei 32.241, determinando:

ARTIGO 6.º — O Ministro da Educação Nacional poderá conceder **subsídios para cantinas de estabelecimentos de ensino infantil particular**, do mesmo modo e pela mesma verba por que os concede às cantinas das escolas oficiais, desde que verifique a necessidade de auxílio a esses estabelecimentos.

Na mesma data, o Decreto-lei 37.545 (DG 197 de 1949-09-08) publica o Estatuto do Ensino Particular:

Artigo 6.º — 1. Consideram-se estabelecimentos de ensino particular todos aqueles em que se ministre ou auxilie o ensino ou educação a um conjunto de alunos e que não pertençam ao Estado. (...) — ARTIGO 15.º — 1. **Em nenhum estabelecimento haverá coeducação dos sexos, excepto nos de ensino exclusivamente infantil.** (...) — ARTIGO 16.º — 1. **Denomina-se ensino infantil o que é ministrado a crianças que ainda não atingiram a idade escolar.** Este ensino destina-se à formação moral e a acompanhar e a orientar o

desenvolvimento do corpo e do espírito da criança. 2. Só é autorizado o ensino infantil em estabelecimentos que disponham de **instalações adequadas** e de **cantina**. Estes estabelecimentos serão sempre dirigidos por pessoas do sexo feminino. 3. — **Às directoras e professoras das escolas infantis serão exigidas**, além da idoneidade moral e cívica, a cultura geral conveniente, bem como a indispensável **preparação especializada**, sendo uma e outra reconhecidas por despacho do Ministro da Educação Nacional. (...) — ARTIGO 21º — (...) 2. O ensino particular é considerado função pública para o efeito das responsabilidades a exigir àqueles que o exerçam. (...) — Artigo 48º — 1. A Inspeção do Ensino Particular elaborará e submeterá à aprovação do Ministro normas rigorosas, em harmonia com os preceitos da higiene e da ciência pedagógica, respeitante aos seguintes objectos: a) condições mínimas a que devem obedecer as instalações dos edifícios destinados a colégios, a externatos, a pensionatos e a estabelecimentos de ensino infantil (...)

O Decreto-lei 38.968 (DG 241 de 1952-10-27, supl.) reforçado pelo Decreto-lei 38.969-10-27 (DG 241 de 1952-10-27) institui o Plano de Educação Popular, reforçando o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria cursos de educação de adultos e promove campanha nacional contra analfabetismo.

1. É de justiça reconhecer que desde a instituição do ensino primário, em 1772, muitas vezes os governantes se empenharam encontrar solução para o problema da instrução popular. Não faltam na já longa história do ensino primário em Portugal as mais variadas providências de carácter legislativo, com as quais alguns Governos pretenderam fomentar a cultura do nosso povo. **As remodelações dos planos de estudo do ensino primário de 1870, 1878, 1884, 1897, 1897, 1901, 1911 e 1919 e muitas outras reformas sobre a escola primária atestam que não foi por falta de legislação que os problemas da cultura elementar não encontraram as soluções adequadas.** Quem estudar toda essa abundante legislação e tiver presente o condicionalismo político e social do tempo que iniciativas tantas vezes animadas do melhor espírito de bem servir o ensino não tivessem trazido à causa da educação popular os desejados benefícios. **A instabilidade política e a insuficiência de recursos financeiros**, por um lado, e, por outro, o estudo das questões no plano predominantemente teórico, com **esquecimento das realidades a descontinuidade na acção a mudança constante de directrizes, a sucessão de leis contraditórias nos seus princípios e até nos seus pormenores, a falta, afinal, de uma firme política de ensino público explicam a falência das diversas reformas sobre ensino primário experimentadas até com a reforma de Costa Cabral (1844-09-20), se estabeleceram penalidades a aplicar às famílias negligentes no cumprimento dos preceitos sobre a obrigatoriedade escolar.** O princípio da **instrução obrigatória** foi sucessivamente mantido em todas as subsequentes remodelações do ensino primário (...)

Através de leitura atenta deste excerto, ficamos a saber os motivos que levaram a que as medidas legisladas, desde 1870, sobre o ensino primário não tivessem sido profícuas. Por isso o governo institui o Plano de Educação Popular, reforçando o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar.

Em **1954** são fundadas duas escolas católicas de formação de educadoras de infância: a **Associação de Educação Infantil**, fundada por Maria Teresa Guedes de Andrade Santos do movimento das noelistas (com estatutos aprovados por despacho ministerial de 1954-05-11), proprietária do Instituto de Educação Infantil, que se extinguiu (a associação) em 1976-03-25; e a **Associação de Pedagogia Infantil** (API), fundada por Maria Mayer Ulrich (1908-1988), do movimento da Acção Católica (com estatutos aprovados por despacho ministerial de 1955-06-21) que é proprietária da actual **Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich** (Decreto-lei 406/88-11-09 e Portaria 109/ME/90). (Ferreira Gomes, 1977: 102-103).

"Contrariamente à Escola João de Deus, que se caracterizava pela valorização das aprendizagens de tipo escolar, sendo as suas instituições designadas por jardim-escola, estas duas escolas de formação caracterizaram-se por uma concepção educativa diferente, essencialmente centrada na resposta às características específicas da criança" (Cardona, 1997: 55).

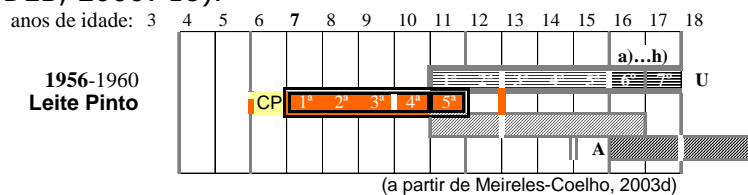
O Decreto-lei 39.828 (DG 213 de 1954-09-24) autoriza o governo a conceder à Associação de Educação Infantil um subsídio destinado à manutenção de uma escola para formação e especialização de educadores de infância (Ferreira Gomes, 1977: 103).

De acordo com os ideais políticos da época, a Lei 2085 (DG 173 de 1956-08-17) promulga as bases do plano de formação social e corporativa:

BASE I — 1. O plano de acção destinado a **difundir e fortalecer o espírito corporativo** e a consciência dos deveres de **cooperação social** obedecerá à orientação geral definida neste diploma. 2. — O plano será designado por "**Plano de Formação Social e Corporativa**" e a sua execução **incumbirá ao Ministério das Corporações e Previdência Social**. (...) — BASE III — Os organismos corporativos e as instituições de previdência social ou de abono de família, bem como os serviços do Estado, designadamente as Universidades e Escolas Superiores, e das autarquias locais, a **Obra das Mães pela Educação Nacional** e as organizações **Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina** deverão colaborar, pela forma que vier a ser estabelecida, na execução do plano. (...) — BASE VI — À Junta da Acção Social compete especialmente: a) Orientar e coordenar as actividades dos organismos criados

pela base IX do presente diploma e as de todos os **serviços de acção social** dependentes do **Ministério das Corporações e Previdência Social**; (...) c) **Fomentar a criação e promover o desenvolvimento** de centros ou gabinetes de estudos sociais e corporativos nos organismos corporativos ou em quaisquer outras instituições ou estabelecimentos, designadamente nos de **natureza cultural ou educativa**; (...) g) Patrocinar a criação ou o funcionamento de **escolas de formação de trabalhadores sociais** e promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e de actualização dos diversos agentes de acção social. (...) — BASE XVI — 1. O **Serviço Social Corporativo e do Trabalho**, que **será constituído por assistentes sociais** e outras pessoas tecnicamente qualificadas, terá por missão esclarecer e orientar os trabalhadores e suas famílias, bem como fomentar o espírito de cooperação social entre os patrões e os trabalhadores e entre estes e os organismos corporativos, instituições de previdência ou de abono de família e quaisquer outras **entidades particulares ou oficiais de carácter social**.

Na década de 50, a grande preocupação do Estado era o ensino primário para todos, aí investindo todos os recursos possíveis. Como dissemos, os centros existentes para crianças com menos de seis anos de idade não tinham objectivos educacionais, ao mesmo tempo que o pessoal não tinha qualificações específicas preocupando-se essencialmente com os cuidados e necessidades mais básicas das crianças (Bairrão et al, 1990: 11). Desenvolveu-se simultaneamente dois tipos de resposta: uma, de carácter assistencial; outra, de iniciativa privada, com funções educativas. Esta última era supervisionada pela Inspeção Geral do Ensino Particular. Igualmente, por iniciativa do Ensino Particular e Cooperativo, é alargada a oferta da educação pré-escolar (ME/DEB, 2000: 18).



O Decreto-lei 40.964 (DG 284 de 1956-12-31) estende o ensino primário obrigatório de 4 anos para o sexo masculino; amplia e reforça o regime de escolaridade obrigatória, melhora e desenvolve a assistência escolar, uniformiza as normas reguladoras do ensino oficial e faz nova estruturação a alguns dos serviços da Direcção-Geral do Ensino.

ARTIGO 1º — A partir de outubro de 1957 a instrução primária será obrigatória, até aprovação do exame de 4ª classe, para todos os menores do sexo masculino com a idade prevista no art.1º do Dec.-Lei 38.968 de 1952-10-27.

Segundo Sarmento (2002:144), "as poucas iniciativas estatais, tomadas nas décadas de 30 a 60, em relação ao atendimento à infância, parecem decorrer de preocupações centradas no teor assistencial. Mais do que trabalhar no sentido de proporcionar as condições para o desenvolvimento da criança, procurou-se assistir e responder às questões sócio-familiares que afectassem a vida das crianças".

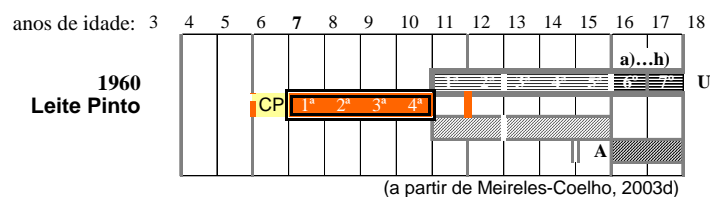
“(…) dadas as exigências levantadas pela necessidade de desenvolver o país, tornou-se imperioso tomar medidas que contribuíssem não só para o aumento da escolaridade obrigatória mas também que esta se tornasse extensiva a todos, (...). Na verdade, começou a fazer-se sentir a necessidade de «apanhar o comboio da Europa» e, para tal, Portugal procurou responder às iniciativas de ruptura do isolamento em que se instalara, relativamente aos outros países europeus, bem como ao resto do mundo, durante o regime iniciado a 28 de Maio de 1926. Foi nesse sentido que o país entrou no Projecto Regional do Mediterrâneo, um Projecto financiado pela OCDE (...) com a finalidade de implementar na educação, práticas de planeamento adequadas aos contextos e necessidades de cada país” (Neves, 1999: 180).

		P R E - E S C O L A R (e...)																					
		Estabelecimentos										Crianças (e...)											
	JD	Ens. Inf	fonte	int.1º	semi/ext 1º inf	int 2º inf	ext 2º	col fer	Total	fonte	JD	Ens. Inf	fonte	int 1º inf	emi/ext 1º inf	int 2º inf	emi/ext 2º inf	col fer	Total	fonte			
1937	7			52	24	107	28	10	221	AEPI938	579	1.008	AEPI938	670	786	6.957	2.241	14.406	25.060	AEPI38			
1938	7			70	50	149	69	10	348	AEPI938.40	563	872	AEPI938.40	1.080		8.834	4.006	6.204	20.124	AEPI938.40			
1939	7			78	55	147	78	13	371	AEPI941	554	906	AEPI941	1.424	2.818	8.493	6.861	6.097	25.693	AEPI40			
1940	7			90	60	149	88	14	401	AEPI942.41	515	973	AEPI942.41	1.548	2.396	9.113	6.971	7.458	27.486	AEPI41.42			
1941	7			74	81	151	91	15	412	AEPI942	507	959	AEPI942	1.120	3.112	8.775	7.182	8.829	29.018	AEPI42.43			
1942	8	12	AEPI43	93	81	163	95	14	446	AEPI43.44	602	1.812	AEPI43.44	1.483	3.820	8.489	6.920	7.766	28.478	AEPI43			
1943	8	11	AEPI44	97	100	169	111	46	523	AEPI944	599	1.575	AEPI944	1.442	4.415	8.651	7.631	15.348	37.487	AEPI44			
1944	8	10	AEPI45	97	126	170	110	77	580	AEPI945	612	1.709	AEPI945	1.350	5.301	8.907	7.622	17.658	40.838	AEPI45			
1945	8	11	AEPI46	101	131	171	116	76	595	AEPI946	593	1.778	AEPI946	1.379	5.832	8.967	7.035	20.852	44.065	AEPI46			
1946	8	14	AEPI48	112	137	184	115	82	630	AEPI948	680	1.954	AEPI948	1.413	5.959	9.713	7.220	22.071	46.376	AEPI48			
1947	10	17	AEPI48	115	150	193	116	79	653	AEPI948	992	3.155	AEPI948	1.636	6.693	9.778	6.687	21.650	46.444	AEPI48			
1948	10	19	AEPI49	117	156	198	114	76	661	AEPI949.50	839	4.253	AEPI949.50	1.663	7.179	13.175	6.835	22.431	51.283	AEPI50			
1949	10	22	AEPI50	130	171	214	126	77	718	AEPI950	828	4.817	AEPI950	1.839	7.680	10.869	7.480	26.002	53.870	AEPI50			
1950	10	26	AEPI51	158	139				72	369	AEPI951	763	5.258	AEPI951				24.185	24.185	AEPI51			
1951	11	37	AEPI52	163	145				67	375	AEPI952	745	4.853	AEPI952				23.481	23.481	AEPI52			
1952	11	122	AEPI53	163	145				63	371	AEPI953	794	4.820	AEPI953				24.326	24.326	AEPI53			
1953	11	127	AEPI54	163	145				72	380	AEPI954	786	4.978	AEPI954				25.478	25.478	AEPI54			
1954	12								73	73	AEPI955	902	5.898	AEPI955				29.077	29.077	AEPI55			
1955	12								72	72	AEPI956	920	6.126	AEPI956				31.814	31.814	AEPI56			
1956	12	163	AEPI57						67	67	AEPI957	843	6.528	AEPI957				31.835	31.835	AEPI57			

Dados estatísticos disponíveis para os anos entre 1938 e 1957
(FONTES INDICADAS)

Entre 1938 e 1957 foram desenvolvidas as funções assistenciais e sociais da educação de infância em internatos, semi-externatos e externatos, colónias de férias, sendo residual o ensino infantil (menos de 1%) e sendo de referir apenas os jardins-escolas João de Deus (cujos efectivos devem estar incluídos nos dados referentes ao ensino infantil).

O Decreto-lei 42.994 torna o ensino primário de 4 anos obrigatório para os dois sexos (DG 125 de 1960-05-28).



O Ministro da Educação Leite Pinto iniciou o Projecto Regional do Mediterrâneo que tinha como objectivo “traçar um Plano de Fomento Cultural, sem o qual não tem significado nem eficiência um Plano de Fomento Económico”. Para a prossecução dos seus objectivos, Leite Pinto aliou a necessidade de se ter em conta o desenvolvimento educativo para se conseguir alcançar o desenvolvimento económico do país:

“Uma sociedade actual evolui no sentido marcado pela evolução das suas escolas. (...) Ora não é possível qualquer Nação ser considerada como culta se a sua massa produtiva tiver apenas quatro anos de escolaridade obrigatória. (...) São insuficientes os números que possuímos respeitantes a qualquer ensino: infantil ou primário, secundários ou agrícolas, médios ou artísticos de variadíssimas índoles, superiores de todos os matizes. (...) (Leite Pinto, 1959).

Assim, delegou no Centro de Estudos de Estatística Económica a análise quantitativa da “estrutura escolar e social da população portuguesa” tendo por base o seguinte plano:

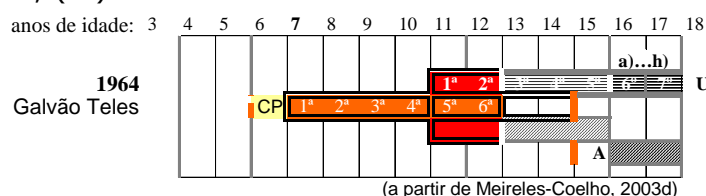
- 1ª) Análise quantitativa da marcha da população escolar nos últimos dez anos;
- 2ª) Perspectivas de extrapolação, elevados aos diversos índices a taxas aceitáveis para países que pretendem executar planos de desenvolvimento económico;
- 3ª) Necessidades futuras portuguesas, em edifícios, material, pessoal docente;
- 4ª) Custos previsíveis;
- 5ª) Formação de professores: Escolas do Magistério Primário, Institutos Pedagógicos para os ensinos secundários, INEF e Escolas para metodologia de educação física, Escolas para formação de professores de canto coral e música; Estimativa de financiamento global, hipóteses de auxílio estrangeiro ligado à formação de mão-de-obra especializada.

O Relatório do Projecto Regional do Mediterrâneo foi publicado em 1964 sendo na época ministro da educação Galvão Teles, o qual tinha dado continuidade ao projecto iniciado pelo seu antecessor.

“Partindo da análise feita relativa aos anos de 1950-59 e da Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (à qual foram acrescentados os dados relativos a 1959-64) foi feita a previsão das necessidades para 1975 de forma a conseguir que Portugal acompanhasse os níveis europeus no que se refere ao ensino. Daí que as preocupações se colocassem quanto ao número de alunos, número de professores, número de estabelecimentos de ensino e, naturalmente, quanto às verbas necessárias para fazer face a tudo isso” (Neves, 1999:183).

Aquando da publicação do Relatório deste Projecto, a situação do ensino em Portugal caracterizava-se por uma elevada taxa de analfabetismo, elevada taxa de abstenção de frequência escolar e subsequente falta de aproveitamento escolar, falta de professores, instalações e material educativo adequado. Para fazer face a esta fragilidade no sector da educação era necessário tomar medidas de fundo, mas a situação financeira do país não o permitia. E no prosseguimento da política de apoio social é publicada a Lei 2120 (DG 169 de 1963-07-19) que promulga as bases da política de saúde e assistência:

Base II — 1. Na execução da **política de saúde e assistência** deverá ter-se presente: a) A natureza unitária da pessoa humana e a necessidade de respeitar a sua dignidade e integridade moral; b) A missão fundamental da **família, como meio mais adequado à vida e ao desenvolvimento integral do homem e primeiro responsável pelo bem-estar dos seus membros**; c) A necessidade de formação moral e cívica e de **educação social e sanitária** dos indivíduos e seus agrupamentos; d) O dever do trabalho, como base de sustentação e dignificação do homem. 2. Na organização e **prestação dos serviços de saúde e assistência** conceder-se-á preferência à **acção preventiva**. (...) — Base XI — As actividades de assistência destinam-se a proteger os indivíduos e os seus agrupamentos contra os efeitos das carências e disfunções pessoais ou familiares, na medida em que não estiverem cobertos por esquemas de seguro privado ou social. Incluem, designadamente: a) Assistência à família, à maternidade, à infância, aos menores, aos velhos e aos inválidos; b) A acção educativa destinada à valorização pessoal e social dos indivíduos e dos seus agrupamentos; (...)



O Decreto-lei 45.810 amplia escolaridade obrigatória, até aos catorze anos, até à obtenção da 6ª classe (DG 160 de 1964-07-09).

Um Despacho de 1964-12-29, pelo Instituto Maternal, coloca "visitadoras materno-infantis" (DG 4, 2ª, de 1965-01-06).

A Portaria 20.380 manda aplicar **em todas as províncias ultramarinas**, observadas as alterações e aditamentos constantes da presente portaria, o Decreto-lei 42.994 (programas do ensino primário), revogando a Portaria 17.883 (DG 42 de 1964-02-19) e prevê uma classe preparatória no ensino primário:

Artigo 1º — O ensino primário é constituído por quatro classes, precedidas de **uma classe preparatória** e formando um só ciclo, terminando com aprovação no exame da 4ª classe. (...)

O Decreto-lei 45.810 amplia escolaridade obrigatória, até aos catorze anos, até à obtenção da 6ª classe (DG 160 de 1964-07-09).

O Decreto-lei 45.908 que promulga a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas (DG 213 de 1964-09-10).

(...) Considerando ainda que o **ensino infantil, pré-primário, é de lenta expansão, procura-se suprir a sua insuficiência admitindo as crianças mais cedo à escola**, com o intuito de firmar nelas o uso oral do português corrente e acelerar o processo de desenvolvimento psíquico para, com proveito e menor desgaste na promoção escolar, se apresentarem a receber o ensino escolarizado. (...) Artigo 2º — O ensino primário elementar é ministrado em postos escolares, escolas primárias, oficiais, oficializadas e particulares, compreendendo quatro classes, precedidas de **uma classe preparatória**. (...) — § único. **A classe pré-primária visa a aquisição do uso corrente da língua nacional e actividades preparatórias da receptividade do ensino escolarizado**. O ensino será oral, basear-se-á em actividades lúdicas e terá como principal finalidade despertar racionalmente na criança as suas faculdades específicas e integrá-la no ambiente mais directo e imediato do seu desenvolvimento.

A Portaria 20.904 (DG 267 de 1964-11-13) define a obrigação a que fica condicionada a concessão pelo Ministério das Obras Públicas de subsídios e comparticipações para a construção, ampliação ou apetrechamento de estabelecimentos de Ensino Particular:

Considerando que o Estado, através do Ministério das Obras Públicas, concede frequentemente **subsídios e comparticipações para a construção, ampliação e apetrechamento de estabelecimentos de ensino pertencentes a entidades privadas**, subsídios e comparticipações que chegam a atingir 40 por cento do respectivo custo total; (...) — Artigo 1º — Os subsídios e comparticipações que, de futuro, vierem a ser concedidos pelo Ministério das Obras Públicas para a construção, ampliação ou apetrechamento de estabelecimentos de ensino particular serão sempre condicionados à obrigação, assumida pelas entidades beneficiárias, de atribuir a estudantes de

fracos recursos económicos isenções ou reduções das propinas por elas cobradas, ou ainda bolsas de estudo, tudo no montante anual de 5 por cento do valor de subsídios ou comparticipações e pelo prazo de vinte anos. — Artigo 2º — Sempre que o Ministério de Obras Públicas, precedendo parecer favorável do Ministério da Educação Nacional, conceda algum subsídio ou comparticipação nos termos do número anterior, dará de do facto conhecimento à Inspeção do Ensino Particular, que assegurará o cumprimento do disposto nesta portaria. (...)

É publicada outra lista de classificação de candidatas ao concurso para "visitadoras materno-infantis" do Instituto Maternal, suas delegações e maternidades dependentes (DG 4, 2ª, de 1965-01-06).

O Decreto-lei 46.156 (DG 13 de 1965-01-16) cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE).

1. O Ministério da Educação Nacional tem absoluta necessidade de um **órgão que possa consagrar-se ao estudo permanente, sistemático, dos problemas** de ordem a facilitar as decisões de fundo que o Ministro haja de tomar sobre a matéria. É preciso montar uma máquina que tenha condições para funcionar continuamente, que **recolha todos os dados**, elementos e informações pertinentes, **e os elabore, faça sobre eles estudos esclarecedores**, sempre dentro de uma ideia de conjunto, de visão orgânica, de relação **de problemas e soluções**, e bem assim **em obediência a uma preocupação de previsão do futuro, de actualização constante segundo os progressos da pedagogia e a evolução das realidades económicas e sociais**. Numa palavra, **é preciso criar um instrumento institucionalizado de planeamento da acção educativa, que funcione como útil auxiliar do Ministro no delineamento geral dessa acção**. Conforme ultimamente tem sido posto em relevo, em discursos e noutros documentos oficiais, há que orientar o esforço planificador, quer num sentido quantitativo, em vista a dar a esse sistema a expressão numérica mais harmónica com as exigências económico-sociais. Na definição e realização de uma política, o qualitativo deve naturalmente preceder, do ponto de vista lógico, o quantitativo; mas este também condiciona, de facto, aquele. O ideal será, por isso, que o mesmo órgão se possa ocupar das duas ordens de problemas, para que se obtenha o máximo possível de coerência, de unidade, e os trabalhos realizados nos dois sectores se influenciem e beneficiem reciprocamente. Tal é a amplitude atribuída ao órgão agora criado. — **2. Os estudos de planeamento educacional já estão em curso**, como é sabido. Mas ainda não se julgara oportuno dar-lhes um suporte institucionalizado, como o que se estabelece pelo presente decreto-lei, depois de uma experiência que se supõe suficiente para conseguir este passo. **Os trabalhos de planeamento quantitativo foram realizados até aqui por um instituto de investigação científica, o Centro de Estudos e Estatística Económica, do Instituto de Alta Cultura**, que se prontificou a dar a sua colaboração ao Governo e se dispõe também a transmitir ao organismo nascente os resultados da experiência por ele colhida neste domínio especializado. Mas o Centro não é propriamente, por sua índole, um órgão de planeamento

educacional, outras tarefas de investigação científica o solicitam, a planificação quantitativa e qualitativa devem andar associadas, e por todas estas razões se enveredou pelo caminho que este decreto-lei representa. **Os trabalhos levados a cabo pelo referido Centro, em colaboração com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), consubstanciam-se no chamado «Projecto Regional do Mediterrâneo»,** que não pôde ser adoptado pura e simplesmente como projecto, por várias razões. (...) — ARTIGO 1º — **É criado no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, que tem por função estudar, de forma permanente, os problemas relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, de acordo com a evolução das necessidades do País.**

A situação política e social do país foi-se alterando, verificou-se um desenvolvimento industrial e, em consequência, a migração populacional do interior para as zonas industrializadas e aumento de mão de obra feminina. Estes factores originam o aparecimento de instituições particulares de apoio à criança.

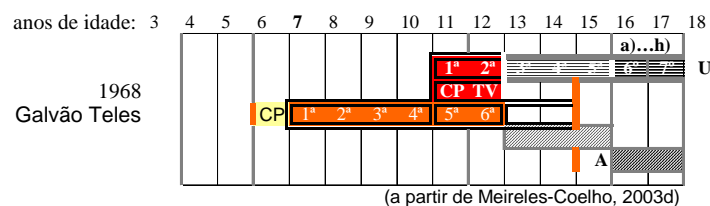
Ferreira Gomes (1977: 109) refere que, por despacho ministerial de Novembro de 1965, no âmbito do da Direcção-Geral da Assistência e integrado no Instituto da Família e Acção Social (IFAS), foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (CFAP) com objectivos de "promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal em serviço ou destinado ao desempenho de actividades de assistência social".

A Portaria 21.906 (DG 53 de 1966-03-04) permite às caixas sindicais de previdência e abono de família a criação e manutenção de serviços e obras de interesse social, designadamente infantários, jardins infantis e estabelecimentos análogos, destinados à protecção dos filhos dos seus beneficiários:

(...) A protecção à maternidade é concedida pela previdência através da prestação de assistência médica (...) mediante tratamento adequado na **gravidez, no parto e no puerpério.** Além dessa assistência especificamente orientada à protecção da mulher-mãe, não oferece dúvida que entre os **objectivos mínimos da previdência social se encontra igualmente incluída a assistência materno-infantil, como complementar da protecção da maternidade** (base IV, nº 3, da Lei 2115, de 10 de Julho de 1962). Trata-se porém, de **uma forma de assistência que parece não estar incluída no esquema normal de prestações,** pelo menos nas suas modalidades exteriores ao tratamento médico, **embora constitua um complemento natural e dinâmico desses esquemas,** (...). Esse o objectivo da presente portaria, destinada, precisamente, a **autorizar a criação,** pelas **caixas sindicais de previdência e abono de família,** de serviços e obras de

assistência materno-infantil, designadamente **infantários, jardins infantis e outras realizações análogas, orientadas à protecção dos filhos dos beneficiários da previdência, nos primeiros anos da sua assistência.** (...) Pelo seu evidente interesse, nada se impõe acrescentar sobre as razões justificativas das medidas adoptadas, senão a nota que parece absolutamente justificado que **a atenção prestada à mulher-mãe durante a gravidez, o parto e o puerpério seja continuada durante a primeira infância dos seus filhos, de modo a consolidar os resultados alcançados pela assistência na maternidade.**

“Durante toda a década de 60 e nos primeiros quatro anos da década de 70, foi constante o aumento do número de crianças matriculadas em estabelecimentos de educação infantil dependentes do Ministério da Educação, aumento que se verificou também no número de estabelecimentos, de educadoras e de alunas do magistério infantil – fenómeno, aliás comum a todos os outros sectores do nosso sistema educativo.” (Ferreira Gomes, 1986:115).



O Decreto-lei 48.580 (DG 218 de 1968-09-14) sujeita à fiscalização dos serviços do Ministério no que se refere às condições de instalação e funcionamento, os estabelecimentos com fins lucrativos que se destinam a receber crianças até aos sete anos em regime de internato ou semi-internato ou a recolher pessoas idosas ou diminuídas.

Tem-se verificado nos últimos anos **a criação, sobretudo nas cidades e áreas industriais, de elevado número de estabelecimentos destinados a receber, a título oneroso e lucrativo, crianças antes da idade escolar e pessoas idosas, situação que resulta naturalmente da crescente ocupação das mulheres fora do lar. Estes estabelecimentos** prosseguem as suas actividades livremente, **por vezes em instalações que não oferecem o mínimo de condições de higiene e sem pessoal técnico que assegure um funcionamento satisfatório,** apresentando aspectos de gravidade, até no campo moral. Importa, portanto, tomar medidas legislativas adequadas, regulamentando o exercício destas actividades. (...) — ARTIGO 1º — 1. **Os estabelecimentos com fins lucrativos, que se destinem a receber crianças até aos 7 anos de idade, em regime de internato ou semi-internato,** ou a recolher pessoas idosas ou diminuídas, **ficam sujeitos à fiscalização dos serviços do Ministério da Saúde e Assistência no que se refere às condições de instalação e funcionamento,** nos termos do presente diploma. 2. **São excluídos do disposto no número anterior os**

estabelecimentos destinados a crianças que funcionem com alvará do Ministério da Educação Nacional. — ARTIGO 2º — 1. O licenciamento dos estabelecimentos referidos no nº1 do artigo anterior carece de alvará passado pela Direcção-Geral da Assistência, donde deverá constar a denominação do estabelecimento, sua localização, lotação, regime de funcionamento e nome do proprietário. 2. A alteração de algum dos elementos constantes do número anterior só poderá ser autorizada mediante a obtenção de novo alvará. — ARTIGO 3º — O alvará só será passado a requerimento de pessoas de reconhecida idoneidade, e desde que se verifique que se dispõe de instalações adequadas e do pessoal técnico e auxiliar julgado suficiente para o seu bom funcionamento. (...) — ARTIGO 7º — 1. Os preçários dos estabelecimentos serão visados pela Direcção-Geral da Assistência, podendo o Ministro da Saúde e Assistência limitar os seus quantitativos quando tomarem vincado carácter de especulação. (...) — ARTIGO 8º — 1. A falta de cumprimento das disposições relativas ao licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos, bem como do disposto no artigo anterior, será punida com multa de 500\$00 a 10.000\$00. 2. Se, aplicada a multa, não for dado cumprimento às condições estabelecidas dentro do prazo fixado, poderá ser determinado o encerramento temporário ou definitivo do estabelecimento, caducando, no segundo caso, o alvará.

Segundo o Relatório Preparatório do DEB (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / DEB, 2000: 19), “na década de 60, em consequência das mudanças sociais ocorridas no país, o Ministério da Saúde e Assistência criou creches e jardins de infância. Estes serviços de apoio à criança destinavam-se à 1ª e 2ª infâncias, assumindo uma função supletiva da família, substituindo-a durante os horários de trabalho dos pais ou outros impedimentos temporários. Ao nível deste grupo etário, o Ministério da Saúde e Assistência dispunha deste tipo de serviços, nem sempre considerados satisfatórios, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos”. Assim, surge a expansão e desenvolvimento de creches e Centros de Bem-Estar Infantil com funções assistenciais e de guarda para apoio às famílias cujos cônjuges trabalhavam fora de casa.

O Decreto 398/70 nomeou a dra. *Maria Teresa Lobo* subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, a primeira mulher no governo de Portugal (DG 193 de 1970-08-21), que dinamizou a criação e reorganização de instituições particulares de assistência e solidariedade social, nomeadamente de **Centros de Bem-estar Infantil** que deveriam ter **creches e jardins de infância**.

	1970	1971	1972	1973	1974	
A- Reconhecimentos	28	32	27	19	7	113
B - Alterações de nome	1	-	1	4	-	6
C - Integrações	-	4	2	4	-	10
D - Extinções c/integração	-	2	3	3	-	8
E - Deixam assistência	1	-	-	-	1	2
F - Extinções	-	4	7	-	1	12

Alteração de estatutos de instituições privadas de assistência

Os estatutos das instituições privadas são publicados na 3ª Série do Diário do Governo, o que condiciona o reconhecimento e funcionamento das instituições consideradas de assistência. Aí pode encontrar-se uma grande profusão de referências a instituições de assistência, de que passamos a mencionar:

A - Reconhecimentos de instituições particulares como sendo de assistência:

Internato Feminino da Mãe de Deus, Ponta Delgada, Desp.1970-01-15 (DG 5, 3ª, 1970-01-17)
Centro Social e Paroquial, Chaves, Desp.1970-01-15 (DG 5, 3ª, 1970-01-17)
Lar Luís Soares de Sousa, Ponta Delgada, Desp.1970-01-15 (DG 5, 3ª, 1970-01-17)
Centro Social e Paroquial de Riacho, Torres Novas, Desp.1970-01-15 (DG 26, 3ª, 1970-01-31)
Centro Social e Paroquial Paulo VI, Leiria, Desp.1970-01-27 (DG 35, 3ª, 1970-02-11)
Lar de Santa Teresa, Viana do Castelo, Desp.1970-01-29 (DG 39, 3ª, 1970-02-16)
Fundação Viscondes de Messangil, Pias, Serpa, Desp.1970-02-06 (DG 45, 3ª, 1970-02-23)
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Aboadela, Amarante, Desp.1970-03-03 (DG 68, 3ª, 1970-03-21)
Centro Social Paroquial de Assistência de S. Domingos de Rama, Cascais, Desp.1970-03-17 (DG 85, 3ª, 1970-04-11)
Jardim Infantil de Moimenta da Beira, Desp.1970-03-24 (DG 90, 3ª, 1970-04-17)
Jardim de Infância de Nossa Senhora das Graças, Algés, Desp.1970-03-24 (DG 90, 3ª, 1970-04-17)
Centro Educacional e Recuperador dos Internados e Sanatório de Torres Vedras, Desp.1970-03-24 (DG 90, 3ª, 1970-04-17)
Associação para o Jardim Infantil de Caldas das Taipas, Guimarães, Desp.1970-04-07 (DG 103, 3ª, 1970-05-02)
Lar do Espírito Santo, Lisboa, Desp.1970-04-21 (DG 109, 3ª, 1970-05-09)
Associação da Creche de Braga, Desp.1970-04-23 (DG 109, 3ª, 1970-05-09)
Associação de Assistência da Torre de Vale de Todos, Ansião, Desp.1970-05-05 (DG 120, 3ª, 1970-05-22)
Centro de Assistência Social de Vilar Formoso, Desp.1970-05-20 (DG 139, 3ª, 1970-06-17)
Semi-Internato de Nossa Senhora da Assunção, Cascais, Desp.1970-06-18 (DG 164, 3ª, 1970-07-16)
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, Carnaxide, Desp.1970-08-12 (DG 211, 3ª, 1970-09-12)
Centro Social e Paroquial de São Pedro, Ponta Delgada, Desp.1970-08-12 (DG 211, 3ª, 1970-09-12)
Patronato de Nossa Senhora da Conceição, Vilarinho de S. Romão, Desp.1970-09-08 (DG 224, 3ª, 1970-09-26)
Lar da Betânia, Estremoz, Desp.1970-09-08 (DG 224, 3ª, 1970-09-26)
Patronato de S. Domingos, Desp.1970-10-19 (DG 269, 3ª, 1970-11-19)
Centro Social Paroquial de Alfeizerão, Alcobaça, Desp.1970-11-04 (DG 285, 3ª, 1970-12-10)
Jardim Infantil de São Pedro do Sul, Desp.1970-10-30 (DG 290, 3ª, 1970-12-16)
Externato de Santa Joana, Sesimbra, Desp.1970-11-20 (DG 296, 3ª, 1970-12-23)
Centro Paroquial de S. Vicente de Paulo, Desp.1970-11-20 (DG 34, 3ª, 1970-02-10)
Centro Social Paroquial de Alenquer, Desp.1970-12-09 (DG 11, 3ª, 1971-01-14)
Associação de Promoção Social de Castanheira de Ribatejo, Desp.1971-01-06 (DG 38, 3ª, 1971-02-15)
Fundação Joaquim Lourenço, Proença-a-Nova, Desp.1971-02-10 (DG 64, 3ª, 1971-03-17)
Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa, Desp.1971-02-10 (DG 65, 3ª, 1971-03-18)
Casa de Santa Maria de Barcelos, Desp.1971-03-02 (DG 77, 3ª, 1971-04-01)
Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo, Desp.1971-03-10 (DG 110, 3ª, 1971-05-11)
Associação Portuguesa para a Protecção às Crianças Autistas, Lisboa, Desp.1971-03-16 (DG 81, 3ª, 1971-04-06)
Centro Social Paroquial de Aqualva, Cacém, Desp.1971-03-18 (DG 83, 3ª, 1971-04-08)
Centro Social Paroquial de Oeiras, Desp.1971-03-18 (DG 87, 3ª, 1971-04-14)
Jardim dos Pequenininhos Inácia Piedade Feiteira, Vieira de Leiria, Desp.1971-03-18 (DG 87, 3ª, 1971-04-14)
Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, Desp.1971-04-03 (DG 122, 3ª, 1971-05-25)

Casa da Infância de S. António, Desp.1971-04-05 (DG 108, 3ª, 1971-05-08)

Centro Social Paroquial da Freguesia de S. Miguel de Oliveira do Bairro, Desp.1971-04-06 (DG 103, 3ª, 1971-05-03)

Centro de Assistência Social de Tomar, Desp.1971-04-06 (DG 106, 3ª, 1971-05-06)

Casa da Previdência de S. José, Vila da Calheta, Angra do Heroísmo, Desp.1971-05-03 (DG 150, 3ª, 1971-06-28)

A União - Obra de Auxílio e Recuperação aos ex-Reclusos e suas Famílias, Desp.1971-05-22 (DG 141, 3ª, 1971-06-17)

Fundação Cupertino de Miranda, Vila Nova de Famalicão, Desp.1971-05-19 (DG 147, 3ª, 1971-06-24)

Centro Social Paroquial de Rio de Couros, Vila Nova de Ourém, Desp.1971-05-25 (DG 147, 3ª, 1971-06-24)

Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, Setúbal, Desp.1971-06-01 (DG 151, 3ª, 1971-06-29)

Associação Protectora da Criança contra a crueldade e abandono, Porto, Desp.1971-06-04 (DG 151, 3ª, 1971-06-29)

Centro de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, Arouca, Desp.1971-06-08 (DG 156, 3ª, 1971-07-05)

Fundação Luís Bernardo de Almeida, Vale de Cambra, Desp.1971-06-09 (DG 156, 3ª, 1971-07-05)

Internato Viseense de Santa Teresinha, Desp.1971-06-09 (DG 158, 3ª, 1971-07-07)

Centro Social Paroquial de Alameda, Castelo Branco, Desp.1971-07-13 (DG 180, 3ª, 1971-08-02)

Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro-Feijó, Almada, Desp.1971-07-13 (DG 182, 3ª, 1971-08-04)

Associação para o Planeamento da Família, Lisboa, Desp.1971-07-13 (DG 184, 3ª, 1971-08-06)

Fundação Comendador Joaquim Sá Couto, Desp.1971-07-13 (DG 184, 3ª, 1971-08-06)

Fundação Figueiredo Agostinho, Silgueiros, Viseu, Desp.1971-10-27 (DG 304, 3ª, 1971-12-31)

Lar de S. José, na Covilhã, Desp.1971-11-26 (DG 297, 3ª, 1971-12-21)

Secretariado de Interajuda Cristã (SITAC), Viana do Castelo, Desp.1971-11-29 (DG 3, 3ª, 1972-01-05)

Centro de Bem-Estar Social Professor Oliveira e Costa, Pinheiro de Azere, Desp.1971-12-14 (DG 4, 3ª, 1972-01-06)

Centro Social Paroquial do Coelhooso, Bragança, Desp.1971-11-29 (DG 17, 3ª, 1972-02-02)

Lar de Augusto César Ferreira Cabide, Ribeira Grande, Desp.1971-12-15 (DG 32, 3ª, 1972-02-08)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde, Fundão, Desp.1972-01-13 (DG 196, 3ª, 1972-08-23)

Internato de S. João, Lisboa, Desp.1972-01-20 (DG 30, 3ª, 1972-02-05)

Lar de S. José, Montijo, Desp.1972-01-20 (DG 33, 3ª, 1972-02-09)

Infantário de Nossa Senhora da Purificação, Lisboa, Desp.1972-01-27 (DG 41, 3ª, 1972-02-18)

Centro Social Paroquial de Carnide, Lisboa, Desp.1972-04-19 (DG 111, 3ª, 1972-05-11)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Julião de Monte Trigo, Portel, Desp.1972-05-05 (DG 129, 3ª, 1972-06-02)

Casa de Santa Isabel, Faro, Desp.1972-05-16 (DG 140, 3ª, 1972-06-17)

Casa Santa Marta, Chaves, Desp.1972-05-24 (DG 149, 3ª, 1972-06-28)

Regaço de Maria - Instituto de Educação Infantil Casal Couto, Vila Nova de Gaia, Desp.1972-06-15 (DG168,3ª,1972-06-20)

Centro de Bem-Estar Social de Maiorga, Alcobaça, Desp.1972-07-01 (DG 175, 3ª, 1972-07-28)

Associação Benéfica dos Súditos Britânicos Portugal, Lisboa, Desp.1972-07-07 (DG 182, 3ª, 1972-08-05)

Centro de Bem-Estar Social do Vimieiro, Santa Comba Dão, Desp.1972-07-08 (DG 201, 3ª, 1972-08-29)

Centro de Bem-Estar Social de Taveiro, Coimbra, Desp.1972-07-14 (DG 202, 3ª, 1972-08-30)

Casa do Pessoal do Hospital de S. João, Porto, Desp.1972-08-08 (DG 208, 3ª, 1972-09-06)

Centro de Bem-Estar Infantil do Movimento de Casais de Santa Maria, Coimbra, Desp.1972-08-11 (DG 206,3ª,1972-09-04)

Associação de Assistência de S. Teotónio, Odemira, Desp.1972-09-07 (DG 244, 3ª, 1972-10-19)

Centro de Bem-Estar Social de Alcanena, Desp.1972-09-08 (DG 231, 3ª, 1972-10-03)

Centro de Bem-Estar Social de Chão de Couce, Ansião, Desp.1972-09-11 (DG 261, 3ª, 1972-11-09)

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus, Porto, Desp.1972-09-16 (DG 245, 3ª, 1972-10-20)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. João de Brito, Lisboa, Desp.1972-11-20 (DG 296, 3ª, 1972-12-22)

Centro de Bem-Estar Social de Macinhata do Vouga, Águeda, Desp.1972-11-21 (DG 10, 3ª, 1973-01-12)

Centro de Bem-Estar Social de Malhada Sorda, Almeida, Desp.1972-11-29 (DG 7, 3ª, 1973-01-09)

Centro de Bem-Estar Social de Queluz, Sintra, Desp.1972-12-09 (DG 7, 3ª, 1973-01-09)

Centro de Bem-Estar Social da Amadora, Desp.1972-12-14 (DG 15, 3ª, 1973-01-18)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Rio Maior, Desp.1972-12-29 (DG 31, 3ª, 1973-02-06)

Infantário da Clínica de Santa Helena, Porto, Desp.1972-12-29 (DG 31, 3ª, 1973-02-06)

Infantário-Jardim Arco-Íris, Lisboa, Desp.1972-12-29 (DG 31, 3ª, 1973-02-06)

Infantário do Externato Cesário Verde, Lisboa, Desp.1973-01-04 (DG 34, 3ª, 1973-02-09)

Infantário O Moinho, Lisboa, Desp.1973-01-09 (DG 34, 3ª, 1973-02-09)

Bébédumus, Lisboa (Sociedade Portuguesa de Infantários, Lda), Desp.1973-01-10 (DG 25, 3ª, 1973-01-30)

Bébédumus, Lisboa (Sociedade Portuguesa de Infantários, Lda), Desp.1973-01-12 (DG 43, 3ª, 1973-02-20)

Infantário O Pinóquio, Algueirão, Desp.1973-01-12 (DG 47, 3ª, 1973-02-24)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social da Cova da Piedade, Desp.1972-02-01 (DG 44, 3ª, 1973-02-21)

Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra, Desp.1973-03-01 (DG 74, 3ª, 1973-03-28)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Alfama, Lisboa, Desp.1973-03-08 (DG 87, 3ª, 1973-04-12)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. José, Ponta Delgada, Desp.1973-03-08 (DG 98, 3ª, 1973-04-26)

Centro de Bem-Estar Social de Mirandela, Desp.1973-04-05 (DG 106, 3ª, 1973-05-05)

Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, Lisboa, Desp.1973-05-07 (DG129,3ª,1973-06-01)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Mamede, Lisboa, Desp.1973-05-14 (DG 133, 3ª, 1973-06-06)

Centro de Bem-Estar Social de Seixas, Caminha, Desp.1973-05-21 (DG 161, 3ª, 1973-07-11)

Centro de Bem-Estar Infantil de Nossa Senhora Auxiliadora, Mogofores, Desp.1973-06-18 (DG 166, 3ª, 1973-07-17)

Creche O castelinho encantado, Amadora, Desp.1973-07-18 (DG 261, 3ª, 1973-11-08)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo, Sesimbra, Desp.1973-09-18 (DG 237, 3ª, 1973-10-10)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Domingos de Benfica, Lisboa, Desp.1973-09-25 (DG 261, 3ª, 1973-11-08)

Centros de Bem-Estar Infantil nº 1 e nº 2 no Vale do Fundão, de Nossa Senhora da Conceição e das Janelas Verdes, Lisboa (em regime de instalação), Portaria 792/73 (DG 265 I série de 1973-11-13)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Santa Iria de Azóia, Loures, Desp.1973-11-19 (DG 263, 3ª, 1973-11-10)

Centro de Bem-Estar Social de Estremoz, Desp.1974-01-30 (DG 51, 3ª, 1974-03-01)

Casa da Nossa Senhora da Conceição, Sintra, Desp.1974-03-20 (DG 96, 3ª, 1974-04-24)

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Ervidel, Aljustrel, Desp.1974-03-26 (DG 72, 3ª, 1974-03-26)

Dormibrinca - Restelo, Lisboa (Sociedade Dormibrinca – infantários, SARL), Desp.1974-04-10 (DG 207, 3ª, 1974-09-05)

Lar infantil de Ninar, Lisboa, Desp.1974-05-16 (DG 170, 3ª, 1974-07-23)

Creche e jardim de infância Início, Lisboa, Desp.1974-07-25 (DG 214, 3ª, 1974-09-13)

Centro Social de Palmela, Desp.1974-10-04 (DG 262, 3ª, 1974-11-12)

B - Alterações de denominação de instituições particulares de assistência:

Associação para a educação da criança (ex-Instituição Particular de Assistência Associação Protectora das Escolas para crianças pobres) Desp.1972-07-07 (DG 294, 3ª, 1972-12-20)

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil de Jacinto Ferreira Cabide (ex-Asilo da infância desvalida Jacinto Ferreira Cabide, da Ribeira Grande) Desp.1973-06-08 (DG 197, 3ª, 1973-08-23)

Internato D. Pedro V (ex-Asilo D. Pedro V para a infância desvalida de Lisboa) Desp.1973-06-19 (DG 176,3ª,1973-07-28)

Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro (ex-Asilo da infância desvalida Manuel Gerardo de Sousa e Castro, Beja) Desp.1973-08-04 (DG 205, 3ª, 1973-09-01)

Lar D. Pedro V (ex-Asilo dos Órfãos de Infância Desvalida D. Pedro V, Braga) Desp.1973-12-11 (DG 25, 3ª, 1974-01-30)

C - Integrações de instituições particulares de assistência noutras instituições:

Património dos Pobres da Freguesia da Sé de Leiria no Centro Social Paroquial Paulo VI de Leiria, Desp.1971-02-10 (DG 59, 3ª, 1973-03-10)

Fundação Comendador José Gonçalves Pereira na Santa Casa da Misericórdia de Pernes, Desp.1971-05-12 (DG 151, 3ª, 1971-06-29)

Associação Protectora das Florinhas do Sul de Faro e Associação de Assistência de Faro no Asilo dos Órfãos de Santa Isabel de Faro, Desp.1971-05-25 (DG 151, 3ª, 1971-06-29)

Centro de Assistência Social Infantil de Santarém no Centro Familiar e Social de Nossa Senhora de Marvila, na mesma cidade, Desp.1971-09-03 (DG 263, 3ª, 1971-11-09)

Sopa dos Pobres da Mealhada na Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, Desp.1972-04-25 (DG 115, 3ª, 1972-05-16)

Patronato Paroquial de Cedofeita, Porto, no Centro Social Paroquial de Cedofeita, Desp.1972-12-09 (DG 24, 3ª, 1973-01-29)

Orfanato do Dr. César Fernandes Ventura e Lar de S. José, do Montijo na Santa Casa da Misericórdia do Montijo, Desp.1973-05-31 (DG 148, 3ª, 1973-06-26)

Casa de Trabalho António Máximo Ventura do Montijo no Centro de Assistência Paroquial da paróquia do Divino Espírito Santo do Montijo, Desp.1973-06-18 (DG 187, 3ª, 1973-08-10)

Creche de D. Nuno Álvares Pereira de Leiria no Centro Social Paroquial Paulo VI, Leiria, Desp.1973-07-31 (DG 205, 3ª, 1973-09-01)

Património dos Pobres e Centro de Assistência Social Infantil de Salvaterra de Magos no Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Salvaterra de Magos, Desp.1973-09-03 (DG 226, 3ª, 1973-09-26)

D - Extinções de instituições particulares de assistência, revertendo os seus bens para outra instituição:

Instituição de Assistência Particular Fundação Asilo-Escola Rebelo Duarte, Vieira do Minho, para a Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Vieira do Minho, Desp.1971-06-01 (DG 153, 3ª, 1971-07-01)

Instituição de Assistência Particular Centro de Assistência Social de Portalegre, para a instituição A Nossa Casa, Portalegre, Desp.1971-11-26 (DG 9, 3ª, 1972-01-12)

Instituição de Assistência Particular Posto Clínico de Orjais, Covilhã, para a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, Desp.1972-03-07 (DG 72, 3ª, 1972-04-07)

Instituição de Assistência Particular Centro de Assistência Social do Doutor Joaquim Trigo de Negreiros, Mirandela para a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, Desp.1972-06-06 (DG 159, 3ª, 1972-07-10)

Instituição de Assistência Particular Obra Maternal Maria Amália Vaz de Carvalho, Estoril, para Santa Casa da Misericórdia de Cascais, Desp.1972-09-05 (DG 238, 3ª, 1972-10-12)

Instituição de Assistência Particular Centro de Assistência Social S. Vicente de Paulo, Vila Verde, para o Patronato de N. Senhora do Perpétuo Socorro – Fundação da Família Ribeiro, Desp.1973-03-06 (DG 98, 3ª, 1973-04-26)

Património dos Pobres da freguesia de Benavila, Portalegre, para a Casa de Repouso D. Maria Madalena Godinho de Abreu, Desp.1973-05-29 (DG 148, 3ª, 1973-06-26)

Associação da Rainha Santa Isabel para o Instituto da Família e Acção Social, Desp.1973-11-06 (DG 14 de 1974-01-17)

E - Deixam de ser consideradas instituições de assistência:

Confraria da Nossa Senhora da Pedra Maria, Varziela, Desp.1970-02-17 (DG 56, 3ª, 1970-03-07)

Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates, Sabugal, Desp.1974-01-22 (DG 51, 3ª, 1974-03-01)

F - São extintos:

Instituição de Assistência Particular Centro de Cardiologia de Lisboa, Desp.1971-04-06 (DG 206, 3ª, 1971-09-20)

Instituição de Assistência Particular Centro Paroquial de Assistência de S. Martinho do Porto, Desp.1971-06-08 (DG 153, 3ª, 1971-07-01)

Instituição de Assistência Particular Património dos Pobres da freguesia do Pindelo, Oliveira de Azeméis, Desp.1971-07-30 (DG 195, 3ª, 1971-08-19)

Instituição de Assistência Particular Acção Protectora dos Pobres de Santa Isabel, Lisboa, Desp.1971-11-26 (DG 14, 3ª, 1972-01-18)

Instituição de Assistência Particular Sopa dos Pobres, Vila Nova da Baronia, Alvito, Desp.1972-02-11 (DG 55, 3ª, 1972-03-06)

Instituição de Assistência Particular Fundação Abade da Loureira, Braga, Desp.1972-04-30 (DG 139, 3ª, 1972-06-16)

Instituição de Assistência Particular Património dos Pobres da freguesia de Vila do Bispo, Desp.1972-05-16 (DG 139, 3ª, 1972-06-16)

Instituição de Assistência Particular Instituto do Bom Pastor de N. Senhora de Guadalupe, Serpa, Desp.1972-07-07 (DG 201, 3ª, 1972-08-29)

Instituição de Assistência Particular Centro Social Familiar de Coimbra, Desp.1972-07-17 (DG 181, 3ª, 1972-08-04)

Instituição de Assistência Particular Sopa dos Pobres de Alcobaça, Desp.1972-08-11 (DG 206, 3ª, 1972-09-04)

Instituição de Assistência Particular Património dos Pobres da Freguesia de Vilar, Cadaval, Desp.1972-09-11 (DG 229, 3ª, 1972-09-30)

Património dos Pobres da freguesia de Grândola, Desp.1974-01-17 (DG 27, 3ª, 1974-02-01)

Apesar das primeiras medidas legislativas relativas à educação de crianças antes da idade da escolaridade obrigatória terem sido tomadas ainda no século XIX, um século depois, Portugal defrontava-se com um evidente atraso em relação aos restantes países europeus. Sobre este assunto, Cardona (1997: 56) salienta que: "na sequência da ideologia política do Estado Novo, a saída da educação de infância do sistema educativo implicou um grande atraso no seu desenvolvimento e o início de uma evolução heterogénea e desordenada, cujas consequências ainda hoje sentimos". Os jardins de infância existentes pertenciam a vários ministérios de tutela pelo que as funções que a educação de infância desempenhava variava de instituição para instituição. Os jardins de infância dependentes do Ministério da Educação desempenhavam uma **função predominantemente educativa** enquanto que, os jardins de infância dependentes do Ministério da Saúde e da Segurança Social desempenhavam uma **função predominantemente assistencial e de guarda**. Para além destes, os jardins de infância particulares, com ou sem subsídio governamental, desempenhavam uma **função assistencial e de guarda** e no caso dos Jardins-Escola João de Deus uma **função educativa pré-escolarizante**.

O Decreto-lei 446/70 (DG 221 supl. de 1970-09-23) cria o Conselho Superior da Acção Social (extinto pelo Decreto-lei 599/74 - DG 259 de 1974-11-07):

(...) 3. Ao Conselho é atribuído o exercício de funções de natureza consultiva, repartidas pelas matérias que directamente interessam à coordenação entre os serviços dos dois departamentos e que por aquelas que respeitam aos vários sectores das respectivas competências. Nessa conformidade, compreende quatro secções, com uma secção permanente, formada pelos directores-gerais e funcionários de categoria equivalente de ambos os Ministérios, e a que caberá precisamente o tratamento dos problemas comuns, numa perspectiva de coordenação, e com três secções dotadas de competência específica para as matérias que preenchem as atribuições fundamentais dos dois Ministérios: o

trabalho, a saúde e a promoção e segurança social. (...) As subsecções correspondem, assim, aos seguintes tipos de problemas: estruturas administrativas e financiamento; protecção da família, abrangendo o abono de família, a protecção da maternidade, a assistência à família e a sobrevivência; (...) 2. Ao Conselho caberá a coordenação no âmbito dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, das actividades de execução da política social e o estudo dos problemas a estes inerentes. — ARTIGO 2º — O Conselho Superior da Acção Social compreende as seguintes secções e subsecções: (...) d) 3ª secção — Promoção e segurança social: (...) 2ª subsecção — Protecção da família (...) 6ª subsecção — Serviço social e desenvolvimento comunitário. (...).

O despacho ministerial dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência de 1971-06-29 (DG 158, 2ª, de 1971-07-07) cria a **comissão coordenadora da instalação de creches e jardins de infância** ao mesmo tempo que define as suas competências.

Dada a urgência de assegurar de forma coordenada a cobertura do País com creches e jardins de infância para o efeito consideradas prioritárias, foi constituído, pelo despacho de 23 de Fevereiro último, um grupo de trabalho com representantes do Instituto de Assistência aos Menores e do Instituto de Obras Sociais e presidido pelo chefe do meu Gabinete, com a missão de preparar um plano de instalação daqueles estabelecimentos e de estudar e propor as normas do seu funcionamento e dos respectivos quadros do pessoal. Aquele grupo de trabalho apresentou já o seu plano, no qual se prevê a instalação, pelos dois organismos, durante o triénio de 1971-1973, de **60 creches e jardins de infância**, numa capacidade global de 9.000 lugares. Aprovado este plano pelo meu despacho de 1971-05-05, convirá agora assegurar a perfeita coordenação das acções por parte dos dois Institutos responsáveis pela sua execução, de forma a dar-lhe inteiro e pontual cumprimento. (...) — 2. a) Promover todas as medidas necessárias à execução pelos organismos responsáveis do programa de instalação de creches e jardins de infância aprovado por despacho de 1971-05-07. b) Estudar e propor as convenientes normalizações quanto aos processos de construção e equipamento e aos regimes e esquemas de funcionamento das creches e jardins de infância. c) Definir as normas e as densidades de enquadramento nos referidos centros e promover as necessárias acções de formação do pessoal. d) Assegurar no âmbito dos serviços competentes dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência uma actuação conjugada em tudo quanto concerne à criação e ao funcionamento de creches e jardins de infância não previstos no plano em execução. (...)

A revisão da Constituição da República Portuguesa (DG 198 de 1971-08-23), em 1971, no TÍTULO IX — DA EDUCAÇÃO E CULTURA NACIONAL, passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 42º — **A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.** — ARTIGO 43º — O Estado procurará assegurar a todos os cidadãos o

acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos e manterá oficialmente estabelecimentos de ensino, de investigação e de cultura. — §1º **O ensino básico é obrigatório.** (...) — ARTIGO 44º — É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categorias do respectivo pessoal docente não forem inferiores ao dos estabelecimentos oficiais similares. (...)

O Decreto-lei 408/71 de 1971-09-23 (DG 228 de 1971-09-27) promulga a lei orgânica do Ministério da Educação Nacional:

1. Desde há muito se vem fazendo sentir a necessidade, cada vez mais urgente, de realizar uma reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério da Educação Nacional e, especialmente, da sua administração central. (...) a actual estrutura deste Ministério é resultante de intervenções limitadas que se sucederam no tempo, sem integração em planos preestabelecidos nem cooperação unitária, visando satisfazer necessidades concretas ou ocorrer a urgências específicas. (...) 7. c) Sector do ensino: 1) Concentram-se as funções pedagógicas e disciplinares em apenas três grandes direcções-gerais do ensino — Direcção-Geral do Ensino Superior, Direcção-Geral do Ensino Secundário e **Direcção-Geral do Ensino Básico** —, cabendo à primeira superintender no ensino superior, sem prejuízo da autonomia das Universidades; à segunda, no ensino secundário nas suas várias modalidades, e à terceira, **na educação pré-escolar e no ensino abrangido pela escolaridade obrigatória**; (...) — ARTIGO 13º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Secundário: a) Superintender na organização e funcionamento dos estabelecimentos deste grau de ensino e proceder à sua orientação pedagógica e à respectiva fiscalização, velando pela qualidade e eficiência do ensino e promovendo a renovação dos métodos e técnicas, a formação, actualização e classificação do pessoal docente, a consideração dos problemas escolares dos alunos, incluindo os referentes aos diminuídos, e a acção disciplinar que se mostrar conveniente; (...) — ARTIGO 14º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Básico: a) Exercer, relativamente aos estabelecimentos públicos afectos ao ensino básico, e ao respectivo pessoal docente, as funções cometidas no artigo 13º nº1, alínea a), à Direcção-Geral do Ensino Secundário; b) Exercer as funções referidas na alínea anterior relativamente aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ao respectivo pessoal docente; c) proceder à orientação pedagógica do ensino básico e da educação pré-escolar particular, em colaboração com a Inspecção-Geral do Ensino Particular. (...)

O Decreto-lei 413/71 (DG 228 de 1971-09-27) promulga a organização do Ministério da Saúde e Assistência, revogando determinadas disposições legislativas:

(...) ARTIGO 5º — 1. O Ministério da Saúde e Assistência dirige a política de saúde e assistência social, competindo-lhe, pelo Ministério, promover a sua execução, assegurar o eficiente funcionamento dos serviços previstos no presente diploma e orientar as actividades particulares coordenando-as com as do sector público.

2. Relativamente às Misericórdias, o princípio definido no número anterior terá em atenção o espírito e missão tradicionais e os aspectos técnicos de funcionamento dos seus serviços de saúde e assistência. (...) — ARTIGO 33º — 1. À Inspeção Superior de Medicina Social cabe, em geral, promover, orientar, coordenar e fiscalizar as actividades de cobertura médico-sanitária e, em especial as que respeitem a grupos etários e sociais mais vulneráveis compreendendo: a) A saúde materno-infantil; b) A saúde escolar; c) a medicina do trabalho; 2. Para o exercício da sua competência a Inspeção Superior de Medicina Social compreenderá os seguintes serviços: a) A Direcção de Serviços de Profilaxia; b) A Direcção de Serviços de Saúde Materno-infantil; c) A Direcção de Serviços de Saúde Escolar; (...) 6. — **Compete à Direcção de serviços de Saúde Materno-infantil:** (...) e) Orientar e coordenar a assistência à maternidade e à infância nos estabelecimentos e demais serviços dependentes da Direcção-Geral de Saúde, nomeadamente nos Centros de Saúde, e assegurar a orientação técnica dos que dependem de outras entidades; f) Fixar as condições de funcionamento dos estabelecimentos e serviços não dependentes da Direcção-Geral de Saúde destinados à protecção materno-infantil, quer tenham finalidades assistenciais, quer intuitos lucrativos; g) Estabelecer a ligação coordenada dos estabelecimentos e serviços materno-infantis com as demais actividades da saúde pública e com os serviços hospitalares; (...) i) Preparar ou colaborar na preparação do pessoal necessário à protecção materno-infantil; (...) 7º Até ser organizada a Direcção dos Serviços de Saúde Materno-infantil, a respectiva competência continuará a ser exercida pelo Instituto Maternal, que mantém, entretanto, a sua autonomia. (...) — ARTIGO 42º — 1. No exercício das suas atribuições, **competem à Direcção-Geral da Assistência Social** além de colaborar na preparação e avaliação dos planos de saúde e na elaboração dos respectivos programas: a) Promover a valorização da família como instituição fundamental, para salvaguarda dos direitos sociais naturais do indivíduo e meio de prevenção das carências e disfunções sociais; b) Fomentar a promoção e integração social dos indivíduos, tendo em especial atenção as crianças e os jovens, os deficientes físicos e psíquicos e os socialmente diminuídos; c) promover a participação da população idosa na vida da comunidade. 2. Compete ainda, em especial, à Direcção-Geral da Assistência Social: a) assegurar a tutela social dos assistidos; b) Exercer a tutela administrativa das instituições particulares de assistência; c) Promover a criação de instituições, estabelecimentos ou serviços de assistência, oficiais ou particulares, e orientar, coordenar e fiscalizar as respectivas actividades, d) Dar parecer sobre os estatutos das instituições particulares de assistência bem como sobre as respectivas alterações, e submetê-los à aprovação do Ministério da Saúde e Assistência; e) Promover a remodelação, concentração ou extinção das instituições de assistência social; f) Orientar, coordenar e apoiar tecnicamente as actividades de assistência social a cargo das autarquias locais e das instituições de previdência ou mantidas e administradas por quaisquer outras entidades; (...)

A Portaria 136/72 cria na Junta de Acção Social o Instituto de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal das Instituições de Previdência (DG 60 de 1972-03-11):

ARTIGO 2º — Compete ao Instituto realizar ou promover a realização dos cursos previstos no Estatuto do Pessoal de Administração das Instituições de Previdência Social. — ARTIGO 3º — Compete ainda ao Instituto organizar reuniões e ciclos de conferências e editar publicações destinadas à formação e aperfeiçoamento do pessoal das instituições de previdência.

O Decreto-lei 351/72 aprova o regulamento geral dos Serviços do Ministério da Saúde e Assistência (DG 210 de 1972-09-08).

ARTIGO 3º — 1. Os serviços do Ministério da Saúde e Assistência preparam ou executam, de acordo com as respectivas competências, a política de saúde e de assistência social estabelecida pelo Governo, compreendendo as actividades seguintes: a) Promoção da saúde e prevenção da doença; b) Tratamento de doenças e reabilitação; c) Protecção e defesa da família; d) Protecção ao indivíduo socialmente diminuído, da infância à terceira idade (...) — ARTIGO 39º — 1. À Direcção-Geral de Saúde compete, em geral, orientar e coordenar as actividades de promoção da saúde e prevenção da doença, cabendo-lhe, designadamente (...) c) Orientar e coordenar tecnicamente as actividades de saúde pública das instituições de previdência e das entidades privadas (...) — ARTIGO 53º — 1. Compete à Direcção de Serviços de Saúde Materno-Infantil: (...) d) Assegurar a vigilância médica da infância não abrangida pela competência da Direcção de Serviços de Saúde Escolar, e a prestação dos cuidados médicos, gerais e especializados, de que necessite, e exercendo também a conveniente acção educativa (...) g) Coordenar a acção dos serviços de saúde materno-infantil dependentes da Direcção-Geral de Saúde, nomeadamente dos centros de saúde, com os serviços de saúde pública e com os serviços hospitalares e com os serviços das instituições de previdência; h) Colaborar com as entidades competentes na fixação das condições de funcionamento das instituições de protecção materno-infantil não dependentes da Direcção-Geral de Saúde, quer tenham finalidades assistenciais, quer lucrativas, e velar pela sua observância; i) Cooperar com os serviços competentes da Direcção-Geral da Assistência Social e demais serviços interessados na protecção às mães abandonadas, assegurando-lhes a assistência médica e medicamentosa de que necessitam; j) Promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à protecção materno-infantil, quer pelos organismos competentes da Direcção-Geral de Saúde, quer em colaboração com outras instituições e serviços de reconhecida idoneidade. 2. Até ser organizada a Direcção de Serviços de Saúde Materno-Infantil, a respectiva competência continuará a ser exercida pelo Instituto Maternal, que mantém, entretanto, a sua autonomia. — ARTIGO 54º — Compete á Direcção de Serviços de Saúde Escolar (...) b) Dar parecer, nos aspectos de ordem sanitária, quanto aos projectos de construção de estabelecimentos escolares; c) Fiscalizar as condições higiénicas dos que já se encontrem em funcionamento (...) 2. A Direcção de Serviços de Saúde Escolar actuará em colaboração com os serviços competentes do Ministério da Educação Nacional, assegurando as funções de intervenção médico-sanitária junto da população escolar, nos termos que forem estabelecidos em portaria dos Ministros da Educação Nacional e da Saúde e Assistência (...) — Artigo 89º — 1. A Direcção-Geral da Assistência Social compreende: (...) b) Instituto da Família e Acção Social (...) 2. O Instituto da

família e Acção Social goza de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, tem a sua sede em Lisboa e é dirigido por um director (...) — ARTIGO 91º — Compete à Inspecção Superior de Tutela Administrativa, pela Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos: a) Prestar o apoio jurídico de que careçam as instituições de assistência particular (...) c) Prestar ao Instituto da Família e Acção Social o apoio de que este necessitar na matéria da sua competência; d) Organizar e informar os processos relativos à criação, modificação e extinção das instituições de assistência particular ou à sua integração, concentração ou fusão, ouvida a Corporação da Assistência e os serviços competentes do Instituto da Família e Acção Social (...) f) manter actualizado o ficheiro das instituições de assistência particular do País.

O Decreto 396/72 de 1972-10-06 aprova o regulamento do Instituto da Família e Acção Social (DG 242 de 1972-10-17):

ARTIGO 1º — 1. O Instituto da Família e Acção Social, adiante designado abreviadamente por Instituto, criado na dependência da Direcção-Geral da Assistência Social pelo art.43º do Decreto-lei 413/71 de 27 de Setembro, é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e técnica, nos termos do art.76º do mesmo diploma. — 2. O Instituto tem por finalidade promover a valorização da família e a integração social dos indivíduos, bem como activar a sua participação no processo global do desenvolvimento, em ordem ao bem-estar individual e da comunidade, cabendo-lhe, designadamente, orientar, coordenar e fiscalizar as actividades das instituições e estabelecimentos de assistência social e completá-las pela organização e manutenção dos serviços que se mostrem necessários. — 3. O Instituto terá em especial atenção a infância, a juventude, a população idosa e os deficientes físicos e psíquicos, bem como os socialmente diminuídos, exercendo a sua acção de forma a contribuir para um esquema progressivo de segurança social e coordenando-a com a de outros organismos votados a actividades de natureza similar, nomeadamente com os da Saúde e Previdência Social (...) — ARTIGO 13º — 1. O Instituto da Família e Acção Social compreende os seguintes serviços centrais: a) O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal; b) O Centro de Observação e Orientação Médico-Pedagógica; c) O Serviço de Acção Familiar e Social; d) O Serviço de Protecção à Infância e Juventude (...) — ARTIGO 17º — 1. Ao Serviço de Acção Familiar e Social incumbe, em geral, formular e dar execução às medidas destinadas a prosseguir as atribuições do Instituto no domínio da promoção do bem-estar familiar e social dos indivíduos. 2. Em especial compete-lhe: a) Efectuar a prospecção e o estudo dos problemas da família e da comunidade; b) Fomentar e apoiar actividades dirigidas a crianças e jovens, em ordem à sua integração na família e na comunidade; c) Dar execução aos programas de acção no domínio da promoção social dos indivíduos e das famílias e da sua participação na vida da comunidade (...) — ARTIGO 20º — 1. A Divisão de Promoção do Bem-Estar Familiar e Social tem por função promover o estudo e exercer a coordenação das actividades destinadas à valorização e ajuda da família e ao desenvolvimento integrado das comunidades, dentro de uma visão global e unitária da realidade social. 2. Compete-lhe, em especial: a) Assegurar a realização ou o apoio, no que respeita ao estudo e prospecção de problemas respeitantes à família e à comunidade, sempre em colaboração com os demais

serviços do Instituto, tendo em especial atenção a conveniente fundamentação das opções em assuntos de âmbito operacional do serviço; b) Assegurar o apoio a programas de acção no domínio da promoção humana e social dos indivíduos e das famílias, tendo em especial atenção a sua participação e responsabilização em todo o processo de desenvolvimento integral da comunidade, sobretudo no que respeita a equipamento social; c) Cooperar em empreendimentos que visem a aceleração e fomento do processo geral de desenvolvimento social e económico, a mobilização e organização dos recursos e do bem-estar da comunidade (...) 3. A Divisão de Promoção do Bem-Estar Familiar e Social exercerá a sua acção de molde a nela compreender (...) b) O bem-estar infantil, que tem por objectivo, numa visão global e unitária da família, promover o bem-estar da criança, designadamente pelo fomento de equipamento social para a infância (...)

Um despacho ministerial (DG 271 de 1972-11-21) mantém em vigor a taxa para assistência sobre a produção de tabaco no distrito autónomo do Funchal, assim como a cobrança da taxa de 4\$80 sobre cada quilograma de tabaco em folha para a protecção materno-infantil.

O Projecto do Sistema Escolar de Janeiro de 1973, que foi a base para a discussão da reforma Veiga Simão que culminou com a publicação da Lei 5/73 de 25 de Julho, pretendia delinear "... o projecto de estrutura de um novo sistema que constituirá o suporte de acções destinadas a promover a necessária e profunda renovação do ensino em Portugal..." Na estrutura do novo sistema escolar previa-se a criação da educação pré-escolar oficial e a criação de escolas de educadoras de infância:

1. O sistema escolar, que se propõe, compreende três níveis de ensino: primário, secundário (1º e 2º ciclos) e superior. O período de escolaridade obrigatória — ensino básico — abrange o ensino primário e o 1º ciclo do ensino secundário, devendo ser antecedido, na medida do possível, de um período de **dois anos** correspondentes à **educação pré-escolar**, que será assegurada por jardins de infância (...) **As escolas** do magistério primário, **de educadores de infância**, de enfermagem, de auxiliares sociais e de instrutores de educação física habilitam ao ingresso, em condições idênticas às (...)

O Decreto-lei 45/73 de Veiga Simão (DG 36 de 1973-02-12) organiza a Direcção-Geral do Ensino Básico, atribuindo-lhe a superintendência da organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e respectivo pessoal docente, tendo entre os seus órgãos uma Divisão de Educação Pré-Escolar e um Conselho Pedagógico com funções de execução da política para a educação pré-escolar:

ARTIGO 1º — 1. A Direcção Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-lei 408/71, de 27 de Setembro, tem por atribuições: a) **Superintender na organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar** e do ensino

básico dependentes do Ministério da Educação Nacional, proceder à sua orientação pedagógica e à respectiva fiscalização, velando pela qualidade e eficiência do ensino e promovendo a renovação dos respectivos métodos e técnicas, a formação, a actualização e classificação do pessoal docente, a consideração dos problemas escolares dos alunos, incluindo os referentes aos diminuídos e a acção disciplinar que se mostrar conveniente (...) — ARTIGO 2º — Compete de maneira especial à Direcção-Geral do Ensino Básico: a) **Promover e orientar ou acompanhar as experiências pedagógicas e a aplicação de reformas ou aperfeiçoamentos que se mostre necessário introduzir na organização ou no funcionamento dos estabelecimentos de ensino básico e de educação pré-escolar**, visando uma gradual melhoria dos processos dos métodos e das técnicas de ensino; b) Realizar acções sistemáticas de formação e actualização do pessoal docente que permitam constante aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino (...) d) Executar outras medidas de fomento educativo superiormente definidas para o ensino básico e para a educação pré-escolar (...) h) **Assegurar a conveniente coordenação entre a educação pré-escolar e o ensino básico**; (...) l) Colaborar com a Direcção-Geral da Administração Escolar nos estudos relativos aos regimes do pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar dos estabelecimentos de ensino básico e de educação pré-escolar, bem como no inventário das instalações, do equipamento didáctico e do recenseamento escolar (...) — ARTIGO 4º — 1. A Direcção-Geral compreende os seguintes órgãos e serviços (...) f) **Divisão da Educação Pré-escolar** (...) — ARTIGO 5º — (...) 2. Compete especialmente ao Conselho Pedagógico: a) **Assistir ao Director-Geral na execução da política superiormente definida para o ensino básico e educação pré-escolar** (...)

P R E - E S C O L A R								
Estabelecimentos			Crianças			Profs		
	JD	Ens.Inf	fonte	JD	Ens. Inf	fonte	Profs.	fonte
1957	13	172	AEP58	830	7.030	AEP58	153	AEP58
1958	13	186	AEP59	885	8.039	AEP59	200	AEP59
1959	14	177	AEP60	1.072	9.411	AEP60	181	AEP60
1960	14	159	AEP61	1.082	10.350	AEP61	226	AEP61
1961	15	155	AEP62	1.154	11.271	AEP74	317	AEP74
1962	15	209	AEP63	1.142	12.417	AEP63	325	AEP63
1963	16	226	AEP64	1.225	13.548	AEP64	363	AEP64
1964	19	232	AEP65	1.572	14.536	AEP65	363	AEP65
1965	19	240	AEP66	1.772	15.153	AEP66	420	AEP66
1966	19	249	AEP67	1.764	17.135	AEP67	469	AEP67
1967	20	264	AEP74	1.899	18.687	AEP74	538	AEP74
1968	20	274	AEP69	2.095	18.964	AEP69	584	AEP69
1969	20	289	EE70	2.132	37.455	EE70	651	EE70
1970	21	317	EE71	2.284	38.550	EE71	692	EE71
1971	23	346	EE72	2.340	40.878	EE72	759	EE72
1972	23	340	EE73	2.374	55.116	EE73	750	EE73

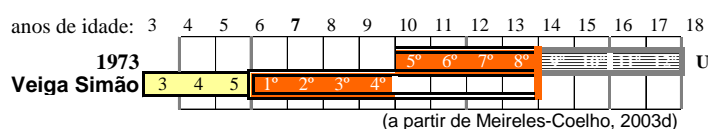
Dados estatísticos disponíveis para os anos entre 1958 e 1973

(FONTES INDICADAS)⁶

Entre 1958 e 1973 foram aumentando os estabelecimentos educação de infância à medida que o país se ia desenvolvendo (sob pressão da OCDE desde 1960), industrializando e urbanizando. "Considerando todos os estabelecimentos de educação e protecção infantil, já nos fins da década de 60, cerca de 10% das crianças portuguesas de 3 a 6 anos frequentavam estabelecimentos de educação infantil. No entanto (e foi o que se fez até 1973-74), considerando apenas as estatísticas oficiais, nomeadamente as elaboradas nos serviços do Ministério da educação, essa percentagem desce e muito..." (Ferreira Gomes, 1977: 117).

O Decreto-lei 67/73 extingue postos escolares do ensino primário: abre-se cursos especiais, ministrados nas Escolas do Magistério, para que os regentes escolares, efectivos ou agregados, passem à condição de professores primários e os postos escolares passem a escolas primárias.

A Lei 5/73 de 25 de Julho (DG 173 de 1973-07-25 - reforma Veiga Simão) aprova bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo, procurando seguir recomendações internacionais para passar dos 7 para os 6 anos a idade de entrada na escolaridade obrigatória, para a necessidade do prolongamento da escolaridade obrigatória de 8 anos e de dar mais atenção à educação pré-escolar, **reintegrando a educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos no sistema educativo** (Base IV, 1), definindo os seus objectivos (Base V) e criando escolas de educadoras de infância (Base XX, 1 e Base XXI).



Base II — No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado: a) assegurar aos portugueses o direito à educação, mediante aos diferentes graus de ensino e aos bens de cultura, (...) b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos (...) — CAPÍTULO II: ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCATIVO — SECÇÃO 1ª: DISPOSIÇÕES GERAIS — **BASE IV — 1. O sistema educativo abrange a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente. — 2. A educação pré-escolar tem por finalidade o desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança, sem a sujeitar à disciplina e deveres**

⁶ AEP – Anuário Estatístico de Portugal. EE – Estatísticas de Educação.

próprios de uma aprendizagem escolar. — 4. O ensino básico abrange os ensinios primário e preparatório.— SECÇÃO 2ª: EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — 3. A educação pré-escolar destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos. — 4. A educação pré-escolar, assegurada por jardins-de-infância, reveste carácter supletivo em relação à família. — 5. A educação pré-escolar será progressivamente generalizada pela conjugação dos esforços dos sectores público e privado. — 6. Ao Ministério da Educação Nacional compete definir as normas a que deve subordinar-se a educação pré-escolar nos jardins-de-infância, organizar programas educativos para esclarecimento das famílias e promover a formação de educadoras de infância sem prejuízo da necessária cooperação com outras entidades com atribuições neste domínio. — III: FORMAÇÃO DOS AGENTES EDUCATIVOS — BASE XX — 1. A formação das educadoras de infância e dos professores do ensino primário é obtida, respectivamente, em escolas de educadoras de infância e escolas do magistério primário.— BASE XXI — 1. O curso das escolas de educadoras de infância e o das escolas do magistério primário têm a duração de três anos, habilitando o primeiro para a acção educativa nos jardins de infância e o segundo para o ensino nas escolas primárias. — 2. Têm acesso às escolas de educadoras de infância e às escolas do magistério primário os diplomados com o curso geral do ensino secundário. — 3. Os dois primeiros anos dos cursos das escolas do magistério primário abrangerão disciplinas comuns ao curso complementar do ensino secundário e um núcleo de disciplinas de Ciências da Educação; o 3º ano destinar-se-á a proporcionar aos alunos um contacto mais intenso com a realidade da sua futura vida profissional, envolvendo a realização de um estágio em jardins de infância ou em escolas primárias, consoante o caso. — BASE XXVIII — O ensino particular reger-se-á pelo presente diploma em tudo o que lhe for aplicável e por estatuto ou estatutos especiais aprovados por lei.

"A partir da Lei 5/73 os serviços de atendimento à infância tutelados pelo Estado ficam distribuídos por 2 Ministérios: o Ministério da Saúde e Assistência para as instituições destinadas a crianças dos 0 aos 3 anos, com funções essencialmente de guarda; e o Ministério da Educação Nacional para as instituições para crianças dos 3 aos 6 anos, com funções educativas e compensatórias" (Sarmento, 2002: 147).

O Decreto-lei 402/73 de 30 de Julho (DG 188 de 1973-08-11) cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas Comissões Instaladoras e adopta providências destinadas a assegurar o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respectivas actividades.

O Decreto 482/73 (DG 227, I série supl., 1973-09-27) cria no Ministério das Corporações e Previdência Social a Comissão para a Política Social relativa à mulher:

O processo de desenvolvimento em que o País está empenhado envolve a realização das medidas de política social que afectam de forma directa ou indirecta a população feminina. A plena utilização de todos os recursos humanos disponíveis leva a dar especial relevo ao potencial representado pelas mulheres, exigindo por isso, a sua participação integral na vida social e económica. (...) Daí que o Governo tenha julgado oportuna a criação de uma comissão que, no domínio da política social, contribua para a crescente intervenção das mulheres a todos os níveis do processo de desenvolvimento, através de uma incidência específica e global na condição do trabalho feminino.

O Decreto-lei 484/73 (DG 227, I s, supl., 1973-09-27) concede um subsídio às trabalhadoras por conta de outrem que, sendo chefes de família, falem ao serviço para prestar assistência inadiável a filhos menores de 3 anos:

Artigo 1º — 1. As trabalhadoras por conta de outrem, que, sendo chefes de família, falem ao serviço para prestarem assistência inadiável a filhos menores de 3 anos, quando doentes, têm direito a receber da caixa sindical de previdência em que estejam inscritas um subsídio pecuniário. (...)

O Decreto-lei 584/73 (DG 259 supl. de 1973-11-06) introduz alterações na orgânica e designação dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência:

ARTIGO 1º — 1. O Ministério das Corporações e Previdência Social passa a denominar-se Ministério das Corporações e Segurança Social, e para ele transita a Direcção-Geral da Assistência Social. (...) — ARTIGO 2º — 1. O Ministério da Saúde e Assistência passa a ser designado por Ministério da Saúde. (...)

O Decreto-lei 83/74 (DG 53 de 1974-03-04) reorganiza a Junta de Acção Social do Ministério das Corporações e Segurança Social e cria em cada Distrito Comissões de Formação e Acção Social.

O Decreto-lei 114/74 (DG 66 de 1974-03-19 revogado pelo Decreto 489/74 – DG 225 de 1974-09-26) altera a estrutura da Direcção Geral da Assistência Social:

ARTIGO 2º — A Direcção-Geral da Assistência Social compreende: a) A Inspeção Superior de Tutela Administrativa; b) O Núcleo de Estudos e Planeamento; c) Os serviços de Acção Directa; d) **O Instituto da Família e Acção Social**; A Repartição de Serviços Administrativos. — ARTIGO 3º — 1. Além das atribuições legalmente cometidas à Inspeção Superior de Tutela Administrativa, passa a competir-lhe também, em especial, e sem prejuízo da competência legalmente atribuída ao Ministério da Saúde: a) Exercer as funções de inspecção administrativa das actividades de assistência social a cargo das instituições particulares e dos estabelecimentos e serviços oficiais de assistência; b) Proceder a inspecções, inquéritos, sindicâncias e processos disciplinares relacionados com as actividades referidas na alínea anterior. (...) — ARTIGO 7º — 1. O Instituto da Família e Acção Social, dirigido por um director, compreende: a) O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal; b) O Serviço de Acção

Familiar e Social; c) O Serviço de Integração e Equipamento Social; d) Os Serviços Administrativos (...)

O Decreto-lei 162/74 (DG 93 de 1974-04-20) define a competência dos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde em matéria de tutela administrativa das instituições particulares de assistência:

(...) Como grande número de instituições prossegue, cumulativamente, actividades de assistência e saúde, e tendo presente o objectivo de integrar cada uma destas actividades, respectivamente no âmbito dos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde, torna-se indispensável definir a competência de cada um dos Ministérios em matéria de tutela administrativa das referidas instituições. (...) — ARTIGO 1º — As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa com fins de saúde ou de assistência, ou de saúde e assistência conjuntamente, ficam sujeitas à tutela administrativa dos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde nos termos do seguinte diploma. 2. A tutela administrativa prevista no número anterior abrange os poderes de orientação, coordenação, fiscalização e inspecção de todas as actividades das instituições e, em especial: a) A aprovação dos estatutos e das suas alterações; (...) — ARTIGO 2º — Compete ao Ministério das Corporações e Segurança Social, pela Direcção-Geral da Assistência Social, o exercício da tutela administrativa das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa com fins exclusivamente de assistência ou de saúde e assistência conjuntamente, com exclusão dos hospitais e restantes serviços de saúde. (...) — ARTIGO 4º — Compete aos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde, tratando-se de instituições com actividades mistas de saúde e assistência, decidir, em despacho conjunto, sobre matérias que interessam directamente aos dois Ministérios e, em especial: a) A aprovação de estatutos de novas instituições ou de alteração das existentes (...)

Resumindo:

As melhores intenções da I República não passaram à prática e consumiam dinheiros públicos que não havia, por isso os militares e o povo acabaram com a utopia republicana e impuseram uma nova ordem mais pragmática, restringindo os gastos ao essencial e deixando a quem quisesse os luxos do que não fosse estritamente indispensável: para resolver o problema financeiro do país foram chamar um austero professor universitário especialista em finanças públicas, que apoiou a ditadura militar (1926-1933) e depois arquitectou o Estado Novo (1933-1974), num tempo de grande depressão mundial e recessão económica generalizada, desemprego, fome e guerra.

A Ditadura Militar começara por reconhecer as vantagens do ensino infantil para as crianças em idade anterior à da escolaridade obrigatória, considerando

que os objectivos da I República seriam para prosseguir, não fossem as dificuldades financeiras. Mas a Constituição de 1933 veio implantar um regime paternalista assente na "família" como mecanismo da melhor sobrevivência individual, protegendo a maternidade e promovendo o salário familiar, considerando que a educação e a instrução "pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela" e que "havendo, homens, desempregados, não é de permitir em muitas indústrias o recurso abusivo à mão de obra mais barata fornecida pelas mulheres e pelos menores", pelo que **a função educativa é da estrita competência da família e a função de guarda não é necessária**, porque as mães (do povo) devem estar em casa a tratar dos filhos e a garantir boas condições para que o marido possa trabalhar fora de casa a arranjar o sustento da família. Assim são fundadas várias instituições do Estado para apoio da família: a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (1936-1975) com função, entre outras, de "promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar em complemento da acção da família"; o *Instituto Maternal* (1944) com funções de aperfeiçoamento e coordenação da assistência à maternidade e primeira infância, com os Centros (locais) de Assistência Social Infantil ou a Casa Pia de Lisboa: consultas pré-natais e pós-natais, cantinas maternas e postos de assistência ao parto no domicílio, maternidades e abrigos maternas, creches-lactários e dispensários infantis; o *Instituto de Assistência à Família* que tem por fim favorecer a família na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias; o *Instituto de Assistência a Menores* (1945); o *Instituto da Família e Acção Social* (março de 1974). Em contrapartida, são suspensas (de 1936 a 1942) as matrículas nas escolas do magistério primário, oficiais e particulares, convertidos (1936) os postos de ensino em postos escolares neles mantendo regentes em vez de professores e extinta (1937) a educação infantil ("prevê-se a extinção ou conversão nas respectivas escolas, devendo procurar-se em mais adequadas formas de actividade educativa, como a *Obra das Mães pela Educação Nacional*, a resolução do problema"). Aquando da extinção da educação infantil, a Câmara Corporativa deu o parecer que "o ensino infantil não deve ser totalmente excluído do quadro do ensino do Estado, dada a sua importância e o seu incontestável valor formativo, aguardando-se a oportunidade de considerar esse novo problema, quando o primeiro (problema do ensino primário), mais urgente, se encontrar em via de solução."

Havia ainda iniciativa privada de carácter assistencial e social, de que são exemplos, além das Misericórdias, a acção desenvolvida pelo Professor Bissaya Barreto, através da Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança, que, entre 1936 e 1970, criou vinte e cinco Casas da Criança, e pelo padre Américo (1887-1956) através da Obra da Rua com as suas Casas do Gaiato em Miranda do Corvo (1940), Paço de Sousa (1943) e arredores de Setúbal (1955).

A partir de 1937, a educação de infância em Portugal apresenta uma nítida diferenciação de funções: a **função educativa**, que **compete à família**, vai poder passar a ser coadjuvada apenas pelo ensino particular, com especial relevo para os Jardins-escolas João de Deus, fiscalizados pelos ministérios da educação; e ao Estado vai competir a **função assistencial e social de apoio à família**, que passará para a competência dos ministérios da assistência social (*Subsecretariado de Estado da Assistência Social do Ministério do Interior, Ministério das Corporações e Previdência Social, Ministério da Saúde e Assistência, Ministério dos Assuntos Sociais*), que tinham como objectivo primordial diminuir a mortalidade infantil.

A Câmara Corporativa depositou (1938) fundadas esperanças na iniciativa privada para a realização da educação infantil, referindo os "excelentes jardins-escolas João de Deus...", apontados como um bom exemplo, mesmo para ser considerado como um modelo pedagógico nacional. Durante a I República tinham sido criados quatro Jardins-Escolas João de Deus, de 1926 a 1938 foram criados mais três, de 1938 a 1974 foram criados mais dezasseis. De 1920 a 1943, *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946) formava as suas próprias educadoras e auxiliares consoante as necessidades dos seus Jardins-Escolas e foi oficializado o Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus (1943), primeiro curso de educadores de infância em Portugal. Foram fundadas depois duas escolas de formação de educadoras de infância: o Instituto de Educação Infantil (1954-1976) e a Associação de Pedagogia Infantil (1955-), proprietária da actual Escola Superior de Educação de Infância Maria Ulrich (1990-).

Nos anos 60 do séc. XX a OCDE apoiou o desenvolvimento de Portugal e a situação económica, social e política do país foi-se alterando, com maior desenvolvimento industrial, migração populacional para as zonas industrializadas e aumento de mão de obra feminina, o que originou o aparecimento de mais instituições particulares de apoio à criança e à mãe trabalhadora, surgindo a expansão e desenvolvimento de creches e Centros de

Bem-Estar Infantil com funções assistenciais e de guarda para apoio às famílias cujos cônjuges trabalhavam fora de casa. O Ministério da Saúde e Assistência também criou creches e jardins de infância, com uma função supletiva da família, substituindo-a durante os horários de trabalho dos pais ou outros impedimentos temporários. E em 1970 a dra. *Maria Teresa Lobo*, subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, a primeira mulher no governo de Portugal, dinamizou a criação e reorganização de instituições particulares de assistência e solidariedade social, nomeadamente de *Centros de Bem-estar Infantil* que deveriam ter creches e jardins de infância, pondo-se um problema novo que era o de atribuir **funções educativas a jardins de infância tutelados pelo Ministério da Saúde e Assistência**.

A Lei 5/73 de 25 de Julho (DG 173 de 1973-07-25 - reforma Veiga Simão) aprova bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo, procurando seguir recomendações internacionais para passar dos 7 para os 6 anos a idade de entrada na escolaridade obrigatória, para a necessidade do prolongamento da escolaridade obrigatória de 8 anos e de dar mais atenção à educação pré-escolar, **reintegrando a educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos no sistema educativo** (Base IV, 1), definindo os seus objectivos (Base V) e criando escolas de educadoras de infância (Base XX, 1 e Base XXI).

Passa assim a haver jardins de infância pertencentes a vários ministérios de tutela pelo que as funções que a educação de infância desempenhava variava de instituição para instituição. Os jardins de infância dependentes do Ministério da Educação desempenhavam uma **função predominantemente educativa** enquanto que, os jardins de infância dependentes do Ministério da Saúde e da Segurança Social desempenhavam uma **função predominantemente assistencial e de guarda**. Para além destes, os jardins de infância particulares, com ou sem subsídio governamental, desempenhavam uma **função assistencial e de guarda** e no caso dos Jardins-Escola João de Deus uma **função educativa pré-escolarizante**.

Nas estatísticas de 1926 a 1937 pode verificar-se a função assistencial e social de lactários e creches e os asilos desempenham função preponderante em relação a casas pias e orfanatos; o ensino infantil é residual, sendo inferior a 1% da população infantil em idade para a frequentar, o que justificou a extinção do ensino infantil oficial em 1937. Nas estatísticas de 1937 a 1956 pode verificar-se o reforço das funções assistenciais e sociais da educação de

infância em internatos, semi-externatos e externatos, colónias de férias, sendo de referir apenas os jardins-escolas João de Deus. Nas estatísticas de 1957 a 1973 foram aumentando os estabelecimentos educação de infância à medida que o país se ia desenvolvendo (sob pressão da OCDE desde 1960), industrializando e urbanizando.

3.4 – Depois de 25 de Abril de 1974

"A revolução de 25 de Abril marca uma ruptura na sociedade portuguesa. Os problemas sociais passaram para primeiro plano. Como grave problema social que é e para o qual nunca fora encontrada solução satisfatória, o problema da educação infantil não podia deixar de vir ao de cima" (Ferreira Gomes, 1977: 118).

A Lei 5/73 de 25 de Julho (DG 173 de 1973-07-25 - reforma Veiga Simão) acabara de aprovar a passagem de 7 para 6 anos a idade de entrada na escolaridade obrigatória e de (re)integrar a educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos no sistema educativo "pela conjugação dos esforços dos sectores público e privado".

Com a diversidade de tutelas dos ministérios da Saúde e Segurança Social, por um lado, e da Educação, pelo outro, foi aumentando a confusão de funções da educação de infância: à função **assistencial e de guarda** e à **educativa**, os novos poderes, de orientação social e socialista, acrescentaram a função **compensatória** com o objectivo de atenuar as diferenças sócio-económicas e culturais das crianças e famílias.

Pelo Decreto-lei 203/74 (DG 113 de 1974-05-15) o Governo Provisório estabelece a respectiva orgânica:

O carácter transitório do Governo Provisório determina que não poderá proceder a grandes reformas de fundo, nem a alterações que afectem o foro íntimo da consciência, em particular as suas convicções morais e religiosas. (...) Em obediência aos princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, o Governo Provisório actuará dentro das grandes linhas de orientação que a seguir se definem, e cujos fundamentos deverá solidamente alicerçar (...) 5. POLÍTICA SOCIAL: (...) e) Definição de uma política de **protecção da maternidade e da primeira infância** (...) 8. POLÍTICA EDUCATIVA, CULTURAL E DE INVESTIGAÇÃO (...) b) **Desenvolvimento da reforma educativa**, tendo em conta o papel da **educação** na criação de uma **consciência** nacional genuinamente **democrática**, e a necessidade da **inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa** (...) e) **Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o**

sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades (...)

O Decreto-lei 222/74 (DG 123 de 1974-05-27) determina:

ARTIGO 1º — 1. É criada no Ministério dos Assuntos Sociais uma comissão para avaliar a actual situação financeira das Instituições de Previdência Social e dos organismos que utilizem ou administrem verbas provenientes daquelas instituições.

O Despacho do Ministério dos Assuntos Sociais de 1974-06-24 (DG 155 de 1974-07-05) determina:

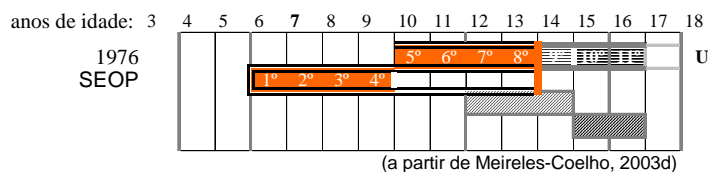
(...) Tendo em conta que, segundo as tendências internacionais recentemente reafirmadas no projecto de convenção da ONU sobre discriminações relativas às mulheres, **a maternidade é considerada como função social e, como tal, uma responsabilidade a ser assumida pela sociedade**; Considerando os direitos fundamentais da criança e a influência que os primeiros anos de vida têm na estruturação da sua personalidade; Considerando as formas mais recentes de protecção à primeira infância, adoptadas internacionalmente; Considerando ainda a necessidade de garantir às mulheres trabalhadoras a possibilidade de conciliar as obrigações familiares com as suas actividades profissionais: Determino que a Comissão para a Política Social Relativa à Mulher proponha a constituição, no prazo de dez dias, dos grupos de trabalho que julgue necessários, os quais ficarão incumbidos de concretizar as linhas de orientação definidas nos considerandos deste despacho e de propor medidas de execução imediata a longo prazo...

O Programa de Política Económica e Social, conhecido como «Plano Melo Antunes», aprovado no Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 1975, propunha (Ferreira Gomes, 1977: 118-120):

«A tomada de medidas destinadas à criação de um sistema oficial de educação pré-escolar, quer iniciando o estabelecimento de uma rede escolar, quer apoiando a criação de um quadro de educadores de infância (...) — MEDIDA 53: Criação progressiva de condições de adequado enquadramento, tanto da primeira infância durante as horas de trabalho dos pais, como das crianças privadas de ambiente familiar.»

Pelo Decreto-lei 112/76 (DR 32 de 1976-02-07) o Governo:

reconhece o direito a medidas especiais relativas à maternidade, entendida como função social assumida pela colectividade (...) Decide por isso, o Governo, pelo presente diploma, concretizar a 1ª fase de um esquema de protecção à 1ª infância, alargando o período de interrupção do trabalho por ocasião do parto (...) — ARTIGO 1º — 1. É concedido a todas as trabalhadoras o direito de faltar durante noventa dias no período da maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente licença para férias, antiguidade ou aposentação.

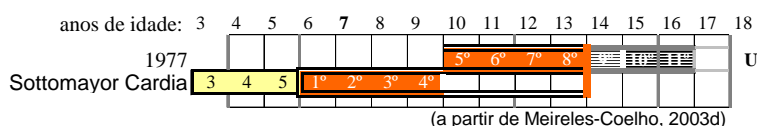


A Resolução do Conselho de Ministros de 1976-02-10 (DR 47 de 1976-02-25), cria a Comissão Interministerial para a Educação e Protecção Infantil (C.I.E.P.I. — anulada: DR 260 de 1976-11-06):

Verificando que a expressa ou tácita repartição de competências atribuídas aos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação e Investigação Científica — incumbindo àquele a **protecção da primeira infância** e a este a ampliação dos esquemas da educação pré-escolar — apresenta ambiguidades e inconvenientes que dificultam a possibilidade de dar resposta adequada às necessidades do País nesta matéria; Considerando a precária situação dos serviços actuais, na sua grande maioria dependentes do MAS, e a urgência de se avançar, quer na sua reorganização, quer na coordenação das respectivas actividades, no sentido de, dentro de uma orientação integrada, assegurar o necessário apoio às unidades de atendimento já existentes ou a criar e melhorar a capacidade de resposta às iniciativas populares (...) 2. A Comissão terá as seguintes atribuições: Contribuir para a **definição de uma política de educação e protecção infantil**; Articular e reorganizar as acções em curso e a desenvolver dos serviços actualmente existentes, eliminando desde já a dispersão e as sobreposições que são fonte de ineficácia, dentro de uma orientação integrada e que assegure tanto a coordenação central como a coordenação descentralizada periférica; Preparar a criação do futuro organismo, de carácter não transitório, que assegure a rede nacional de serviços de Educação e Protecção Infantil (...)

A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabelece:

ARTIGO 73º: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA — 1. Todos têm direito à educação e à cultura. — 2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros modos formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva. — ARTIGO 74º: ENSINO — 3. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) **Criar um sistema público de educação pré-escolar**; e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino (...)



Para dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 74º (Ensino) da Constituição da República Portuguesa (*"1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. 2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: (...) b) Criar um sistema*

público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar..."), a **Lei 5/77**, de 1 Fevereiro (DR 26 de 1977-02-01, revogada pela Lei 5/97 de 02-10 - DG 34/97) **criou o sistema público de educação pré-escolar**, com o seu próprio estatuto e objectivos, definindo que a criação de Jardins de Infância deveria ser feita prioritariamente em zonas económica e socialmente desfavorecidas e criando um corpo de educadores de infância especializados:

ARTIGO 1º — 1. **É criado o sistema público de educação pré-escolar.** 2. A educação pré-escolar tem como objectivos principais: a) Favorecer o desenvolvimento harmónico da criança; b) Contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso ao sistema escolar. — ARTIGO 2º — A educação pré-escolar tem carácter **facultativo** e destina-se às crianças desde os **três anos** até à **idade de entrada no ensino primário**. — ARTIGO 3º — 1. Os estabelecimentos de educação pré-escolar são designados por jardins de infância. 2. O Governo aprovará, no prazo de um ano, por meio de Decreto-Lei, o **estatuto dos jardins de infância**. 3. Para efeitos do número anterior, no respeitante à **criação de jardins de infância**, estabelecer-se-ão no estatuto **prioridades**, nomeadamente com vista a favorecer as **zonas rurais e suburbanas**, tendo também em atenção as **condições** de ordem **social, económica e cultural** das diversas áreas do País. — ARTIGO 4º — 1. Na **instalação e manutenção de jardins de infância** providenciar-se-á no sentido de se **estabelecer a colaboração das autarquias locais e de outras entidades públicas e particulares**. 2. **O Governo definirá o modo de integração dos estabelecimentos públicos já existentes e a forma de articulação com os estabelecimentos particulares.** (...)

A Lei 6/77 (DR 26 de 1977-02-01) cria as Escolas Normais de Educadores de Infância:

ARTIGO 1º — São criadas as **escolas normais de educadores de infância**. — ARTIGO 2º — O Governo aprovará, mediante decreto-lei, o estatuto das escolas normais de educadores de infância, bem como o quadro dos educadores de infância. — ARTIGO 3º — 1. O processo de admissão às escolas normais de educadores de infância será estabelecido por decreto-lei, devendo os candidatos, de imediato, ser diplomados com o curso geral do ensino secundário. — 2. O Governo providenciará para que, no estatuto referido no art.2º, aos candidatos a educadores de infância seja requerido o curso complementar de ensino secundário. — ARTIGO 4º — O Governo deverá criar mecanismos de reciclagem e de formação profissional com vista ao aproveitamento dos actuais agentes e auxiliares de educação pré-escolar. — ARTIGO 5º — O Governo definirá o modo de articulação dos estabelecimentos públicos com os estabelecimentos particulares. (...)

O Despacho 91/77 de 1977-07-05 (DR 159, II série de 1977-07-12) determina como habilitação necessária para o ingresso nas Escolas Normais de Educadores de Infância, a partir do ano lectivo de 1979-80, o curso complementar do ensino secundário:

Considerando que só poderá candidatar-se à frequência das escolas normais de educadores de infância, a partir do ano lectivo de 1977-1978, quem possuir como habilitação o curso complementar do ensino secundário, nos termos do despacho de 10 de Maio de 1977 da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica; Considerando que, sendo as escolas normais de educadores de infância estabelecimentos de formação profissional, os três anos do curso devem ser exclusivamente orientados para a preparação da função docente. Ao abrigo do disposto no art.2º do Decreto-lei 47.587 de 1967-03-10 determino: — 1. **Para ingresso nas escolas normais de educadores de infância passa a ser exigido**, a partir do ano lectivo de 1979-1980, **o curso complementar do ensino secundário** com as disciplinas de português, matemática, ciências naturais ou geografia ou físico-química. (...) — 7. Para efeitos de aplicação deste despacho no presente ano consideram-se escolas normais de educadores de infância as Escolas do magistério Infantil de Coimbra e de Viana do Castelo, que têm vindo a funcionar ao abrigo do regime de experiências pedagógicas.

O Decreto-lei 427-B/77 (DR 238 de 1977-10-14) institui o ensino superior de curta duração:

(...) Urge, pois, promover a criação de escolas de ensino superior de natureza essencialmente prática, voltada para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio, com um estatuto próprio e uma dignificação profissional correspondente, de forma que seja pela capacidade produtiva que se hierarquizem os valores pessoais de produção e não apenas pelo título académico que cada um possui. Do mesmo modo será de atender à formação qualificada de educadores de infância e dos professores do ensino primário, cujas funções necessitam igualmente de uma preparação mais graduada, superando as limitações que vêm sendo sentidas nas escolas do magistério primário, pese embora o esforço da modernização que ali tem sido realizado. (...) — ARTIGO 1º — É **instituído o ensino superior de curta duração** tendente à formação de técnicos especialistas e de profissionais de educação a nível superior intermédio. — ARTIGO 2º — 1. O ensino superior de curta duração será ministrado em estabelecimentos de ensino predominantemente de âmbito regional com a denominação de escolas superiores técnicas e **escolas superiores de educação**. (...) — 3. Até ao início do ano lectivo de 1981-1982 o MEIC definirá por decreto as condições em que as escolas normais de educadores de infância e as escolas do magistério primário serão reconvertidas em escolas superiores de educação. (...) — ARTIGO 4º — 1. As escolas superiores de educação terão como finalidade: a) **Formar educadores de infância e professores do ensino primário**; b) Prestar apoio à formação em serviço dos educadores de infância e dos professores do ensino primário. (...) — ARTIGO 6º — 2. Aos diplomados pelas escolas superiores de educação será conferido o diploma de educador de infância ou de professor do ensino primário.

O Decreto-lei 47.587 (DG 59 de 1977-03-10) autoriza a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos públicos dependentes do Ministério da Educação:

ARTIGO 1º — 1. O Ministro da Educação Nacional pode determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público

dependentes do respectivo Ministério, para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente. (...) — ARTIGO 2º — O Ministro da Educação Nacional fixará em despacho, caso a caso, as regras a que devem obedecer as experiências, podendo, para isso, dentro do âmbito destas, introduzir nos regimes gerais em vigor as modificações ou adaptações que se tornem necessárias, designadamente sobre planos de estudo, programas, textos, métodos e condições de ensino, administração escolar, horários, exames e acesso aos estudos subsequentes. (...)

Na sequência do Despacho 284/77 de 1977-11-21 que determina o funcionamento de classes de educação pré-escolar e do Despacho 161/77 de 1977-11-22 que determina a criação do ano preliminar do ensino primário e ao abrigo do Decreto-lei 47.587 (DG 59 de 1977-03-10) que autoriza a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos públicos dependentes do Ministério da Educação, o Despacho 50/78 de 1978-05-04 (DR 111, II série, de 1977-05-15) autoriza a **criação das classes pré-escolares e do ano preliminar**, para crianças de 5 anos, com a principal finalidade de preparar para a escola numa tentativa de diminuir as altas percentagens do insucesso escolar nos primeiros anos da escolaridade obrigatória, sempre que:

(...) a) Se comprove a existência ou a cedência de instalações e de equipamento adequados; b) Se verifique a inscrição de, pelo menos, dez crianças. — 1.2. Para além das classes de educação pré-escolar, já em funcionamento em grande número no âmbito do ensino particular, poderá ser também autorizada a criação do ano preliminar em estabelecimentos de ensino privado (...) — 2.1. A Direcção-Geral do Ensino Básico definirá de imediato, através da Divisão da Educação Pré-Escolar e em colaboração com a Direcção-Geral do Equipamento Escolar, as condições mínimas quanto a instalações, equipamento e material escolar para o início do funcionamento das classes de educação pré-escolar e do ano preliminar. (...) — 5.4. FREQUÊNCIA: É facultativa e gratuita a frequência das classes de educação pré-escolar e do ano preliminar. — 5.5. IDADE: A idade mínima para inscrição nas classes de educação pré-escolar é de 3 anos. — 5.5.1. Quando estas classes funcionem apenas com o último grupo etário e no ano preliminar, a idade mínima é de 5 anos, sendo as idades sempre referenciadas a 31 de Dezembro seguinte. (...) — 5.6 — INSCRIÇÃO: Todas as crianças deverão ser inscritas de 1 a 9 de Junho: a) Nas escolas primárias, quando se trate do ano preliminar; b) Na entidade que cede as instalações para as classes de educação pré-escolar. (...)

No seguimento do Despacho 50/78 supra, a 1978-06-08 o Despacho 76/78 prevê um acordo de cooperação a ser estabelecido entre a Direcção Geral do Ensino Básico e as entidades que cedam instalações para funcionamento de classes pré-escolares e um acordo de cooperação que assegure a nomeação de pessoal docente para o funcionamento de classes de educação pré-escolar (DR 138, II série, de 1978-06-19).

O Despacho 38/78 de 1978-07-24 (DR 178, II série de 1978-08-04) determina:

- 1. As actuais Escolas do Magistério Primário das Caldas da Rainha, Évora, Fundão, Guimarães, Lamego e Penafiel são reconvertidas em escolas normais de educadores de infância a partir do ano escolar de 1978/1979. — 2. A reconversão referida no nº 1 far-se-á progressivamente até à extinção dos correspondentes cursos do magistério primário, pelo que em 1978/79 nas Escolas Normais de Educadores de Infância das Caldas da Rainha, Évora, Fundão, Guimarães, Lamego e Penafiel funcionarão o 1º ano do curso de educadores de infância e o 2º e 3º anos do curso do magistério primário. (...) — 4. As escolas Normais de Educadores de Infância referidas deverão dispor de estabelecimentos oficiais de educação pré-escolar que permitam a prática pedagógica ou, na falta deles, de estabelecimentos particulares, mediante acordo. (...)

O Despacho 209/78 de 1978-07-27 define as modalidades de apoio ao ensino privado (DR 182, II série, de 1978-08-09):

Considerando o importante papel do ensino privado no enquadramento da educação dos portugueses; Considerando que urge manter, ampliar e actualizar o apoio que o Ministério da Educação e Cultura vem prestando ao ensino particular e cooperativo; Determino que em 1978/79 vigorem nos diversos níveis de ensino não superior, e de acordo com o regime que se define, as seguintes modalidades de apoio ao ensino privado: — 1. MODALIDADE DE APOIO: — 1.1. Apoio à educação pré-escolar (3/6 anos): — 1.1.1. **Subsídios para frequência de estabelecimentos particulares de educação pré-escolar (inclusive ano preliminar)**. (...)

O Despacho 45-A/78 de 1978-07-28 define orientações quanto ao funcionamento das classes pré-escolares (DR 186, II série, de 1978-08-14):

Considerando que se encontra em vias de aprovação o Estatuto dos Jardins de Infância; **Considerando que entram em funcionamento em Outubro próximo mais de uma centena de classes de educação pré-escolar e de classes de ano preliminar**; Considerando a necessidade de, de imediato, definir orientação quanto a vários aspectos do funcionamento dessas classes (...) — 1. São genericamente denominados centros de educação pré-escolar (CEPE) as instituições ou classes escolares criadas sob a designação de classes de educação escolar ou de ano preliminar respectivamente pelo Despacho Conjunto 284/77 de 1977-11-20, dos Ministros da Administração Interna e da Educação e Cultura e pelo Despacho 161/77 de 1977-11-22, do Secretário da Orientação Pedagógica. (...) — 2.1. Nos centros de uma só classe, o único docente assumirá sempre as funções de director. (...) — 9. Os planos de actividade a cumprir nos centros de educação pré-escolar serão aprovados pela Direcção-Geral do Ensino Básico, não tendo o carácter de programa obrigatório, nem se subordinando a um único método. — 9.1. Os planos de actividade a cumprir relativamente ao grupo etário dos 5-6 anos tomarão como base o guia de trabalho a que se refere o ponto 4.1 do Despacho 50/78 do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica. — 10. As actividades do CEPE terão sempre em conta a necessária

articulação com as famílias, realizando para tal, conforme as circunstâncias o aconselhem, reuniões periódicas fora do horário de funcionamento. (...)

O Despacho 62/78 (DR 223, II série de 1978-10-03) determina o funcionamento do 1º ano do curso de Educadores de Infância nas Escolas do Magistério Primário das Caldas da Rainha, Évora, Fundão, Guimarães, Lamego e Penafiel, ao abrigo do art.1º do Decreto-lei 47.587 de 1967-03-10, segundo o plano de estudos e os programas aprovados a título experimental para as escolas normais de educadores de infância.

O Despacho 95/78 de 1978-11-03 (DR 263, II série, de 1978-11-15) determina que a Direcção Geral do Ensino Básico deverá estudar a possibilidade de conversão dos cursos de formação de professores do Ensino Primário em cursos de formação de Educadores de Infância tendo em conta o excesso de professores do ensino primário e a necessidade de formação de educadores de infância.

O Decreto-lei 386/78 (DR 280 de 1978-12-06, alterado por ratificação pela Lei 13/79 - DR 110 de 1979-05-14) permite ao Ministério da Educação e Cultura criar por portaria jardins de infância do sistema público de educação pré-escolar:

ARTIGO 1º — Até à publicação do respectivo estatuto previsto na Lei 5/77 de 1977-02-01, os jardins de infância do sistema público de educação pré-escolar são criados por portaria conjunta dos Ministros da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais.

A Lei 13/79 altera por ratificação o art.1º do Decreto-lei 386/78:

ARTIGO 5º — Durante o ano lectivo de 1978/79, a criação de novos jardins de infância do sistema público de educação pré-escolar é objecto de coordenação entre o Ministério da Educação e Investigação Científica e o Ministério dos Assuntos Sociais, **tendo em vista a integração numa rede única** dos estabelecimentos dependentes de cada um deles.

O Decreto-lei 432/78 cria na **Universidade de Aveiro** o **CIFOP** / Centro Integrado de Formação de Professores (DR 296 de 1978-12-27):

«instituição piloto, onde se promoverá **pela primeira vez em Portugal numa mesma escola a formação inicial de professores para educação pré-escolar, ensinos básico e secundário**, se institucionalizarão práticas de formação contínua, se prepararão professores para as áreas vocacionais, se prestará apoio pedagógico aos docentes dos vários níveis de ensino (incluindo o superior), se ministrarão cursos em Ciências da Educação e se desenvolverão programas de investigação.»

O Decreto do Governo 12/83 (DR 38 de 1983-02-16) cria cursos de bacharelato em ensino: "a) Educação pré-escolar e ensino primário; b) Ensino básico" na Escola Superior de Educação (**ESE**) de **Viseu**; e a Portaria 250/83 (DR 52 de 1983-03-04) estabelece os ramos do curso em ensino básico e as regras de ingresso nos cursos de bacharelato da ESE de Viseu.

O Despacho 1/MEC/86 (DR 17, II série de 1986-01-21) estabelece o referencial genérico da actividade das ESEs em matéria de formação inicial de educadores e professores, prevendo:

- 1. Em princípio as ESEs devem organizar as suas actividades de formação inicial em cursos separados orientados para a formação de: a) Educadores de infância; b) Professores do ensino primário...

O Despacho 15/SESS/86 (DR 33 de 1986-02-08) determina a adequação dos cursos ministrados na ESE de Viseu ao estipulado no Despacho 1/MEC/86. O Decreto-lei 59/86 (DR 67 de 1986-03-21 – sendo o art.10º alterado pelo Decreto-lei 298/86 - DR 216 de 1986-09-19) sobre formação inicial de educadores de infância e professores do ensino primário reforça o previsto no Despacho 1/MEC/86.

O Decreto-lei 101/86-05-17 (com nova redacção do art.3º-3 e do art.6º-2 pelo Decreto-lei 380/87 - DR 289 de 1987-12-17) estabelece um esquema programático de extinção das escolas normais de educadores de infância e das escolas do magistério primário.

A Portaria 352/86 (DR 154 de 1986-07-08) regulamenta os cursos de formação inicial que poderão ser ministrados nas ESEs (Escolas Superiores de Educação).

A Portaria 535/86 (DR 216 de 1986-09-19) aprova os planos e regime de estudos dos cursos de bacharelato criados pelo Decreto do Governo 12/83, de 16 de Fevereiro, ministrados pela ESE de Viseu; e a Portaria 597/86 (DR 236 de 1986-10-13) autoriza o Instituto Politécnico de Viseu, através da sua ESE, a conferir o grau de bacharel em educação pré-escolar. A Portaria 598/86 (DR 236 de 1986-10-13) autoriza o Instituto Politécnico da **Guarda**, através da sua **ESE**, a conferir o grau de bacharel em educação pré-escolar.

O Despacho 141/MEC/86-07-08 estabelece o processo gradativo de extinção

Criação de jardins de infância da rede pública

1978/79	144	Portaria 378/79-07-27
1979/80	265	Portaria 394/79-08-03 e Portaria 586/79-11-07
1980/81	553	Portaria 682/80-09-19
1981/82	598	Portaria 746/81-09-01 e Portaria 762/81-09-05
1982/83	256	Portaria 1089/82-11-19
1985/86	798	Portaria 648/85-08-31
1986/87	248	Portaria 588/86-10-07
1988/89	403	Portaria 245/89-04-03

das escolas normais de educadores de infância e das escolas do magistério primário, em função da entrada em funcionamento das ESEs e dos CIFOPs.

Para além da rede particular e de solidariedade social dos jardins de infância com **funções assistenciais** localizados em grandes centros urbanos e acolhendo crianças dos 0 aos 6 anos de idade, **a partir de 1978/79 são criados jardins de infância oficiais** da rede pública do Ministério da Educação **com função educativa**, sobretudo em pequenas localidades na sua grande maioria apenas com uma sala e um grupo de crianças. Vão desenvolver-se duas redes institucionais paralelas com funções diferenciadas. "Assim se definiram em Portugal duas tendências para a educação pré-escolar que se mantêm actualmente: uma mais vocacionada para os cuidados de natureza assistencial à criança e à família; outra mais orientada para uma acção predominantemente marcada por preocupações educativas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / DEB, 1996: 12; Homem, 2002; Bairrão e Tietze, 1995; Vasconcelos, 1990; Formosinho, 1995, 1996, 1997, 1998, 2000, 2001).

A diferença sócio-pedagógica e sócio-jurídica destas instituições permite diferenças de critérios de admissão das crianças, de rácio educador/criança, de formação do pessoal (educador/outro pessoal), de horário de funcionamento das instituições (meio dia/dia inteiro), de encerramento das actividades (um mês/ três vezes por ano), gratuidade/pagamento de serviços, de conteúdos programáticos e de funções que desempenham junto

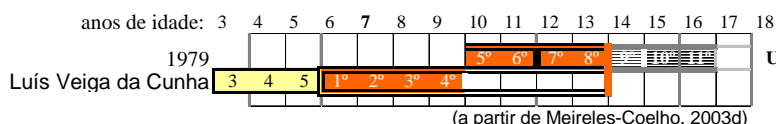
P R E - E S C O L A R (e...)													
Estabelecimentos					Crianças (e...)					Profs			
	JD	Ens.Inf	fonte	Total	fonte	JD	Ens. Inf	fonte	Total	fonte	Profs.	fonte	Profs
1973	23	652	EE74	54	MEIC75	2.476	29.982	EE74	3.625	EE74	1.464	EE74	203
1974	25	634	EE75	51	MEIC75	2.648	28.539	EE75	3.940	EE75	1.584	EE75	246
1975	25	626	EE76	53	EE76	3.269	28.864	EE82	3.954	EE76	1.662	EE76	241
1976	25	827	EE77	109	EE77	3.380	31.162	EE82	6.752	EE77	2.499	EE77	411
1977	25	422	EE78	571	EE78	3.531	31.878	EE82	34.757	EE78	1.327	EE78	1.916
1978	25	377	EE82	631	EE82	4.508	32.326	EE83	39.469	EE82	1.285	EE82	2.369
1979	26	391	EE82	974	EE82	3.895	32.011	EE84	51.509	EE82	1.296	EE82	2.871
1980	26	402	EE82	1.514	EE82	4.107	31.244	EE85	69.016	EE82	1.159	EE82	3.888
1981	26	434	EE82	1.891	EE82	4.117			80.534	EE82	1.432	EE82	4.096
1982	26	473	EE83	1.956	EE83	4.077	32.326	EE87	82.314	EE83	1.652	EE83	4.359
1983	27	504	EE84	2.047	EE84	4.035	32.011	EE88	85.848	EE84	1.335	EE84	4.704
1984	27	494	EE85	2.047	EE85	4.271	51.869	EE89	85.021	EE85	1.644	EE85	4.679
1985	28	500	EE86	2.047	EE86	4.626	56.408	EE90					
1986	28	588*	EE87	2.578	EE87	4.759	77.198	EE91			1.511	EE87	2.944
1987	29	1.094	EE88	2.831	EE88	4.815			61.534	EE88	1.730	EE88	3.230
1988	29	1.157	EE89	2.803	EE89	5.404	104.400	EE93	65.071	EE89	3.399	EE89	3.644
1989	29	1.351	EE90	2.782	EE90	5.634	105.561	EE94	65.230	EE90	3.626	EE90	4.111
1990	30	1.356	EE91	2.782	EE91	3.355	103.136	EE95	69.541	EE91	5.388	EE91	4.629
1991	30	1.990	EE92	3.060	EE92	3.349	108.195	EE96			1.398	EE92	3.609
1992	30	2.043	EE93	3.271	EE93	3.321	101.032	EE97	74.735	EE93	1.394	EE93	4.323
1993	30	2.075	EE94	3.313	EE94	3.307			77.737	EE94	1.552	EE94	4.261
1994	30	1.757	EE95	2.977	EE95	3.327			81.952	EE95	1.498	EE95	3.865
1995	31	1.879	EE96	3.102	EE96	3.306			82.828	EE96	1.971	EE96	4.098
1996	31	1.832	EE97	3.475	EE97	3.399			86.507	EE97	1.794	EE97	5.257
1997	31					3.391							
1998	31					3.290							
1999	32					3.324							
2000						3.403							
2001						3.463							
2002						3.753							
2003													

da sociedade civil.

Dados estatísticos disponíveis a partir de 1974

(FONTES INDICADAS)⁷

Ainda que tenha havido esforços ao nível do Ministério da Educação para construir uma rede institucional única para a educação de infância, o facto é que a “repartição da responsabilidade dos serviços de educação pré-escolar por dois ministérios (...) continua a ser uma característica da situação portuguesa que lhe confere uma individualidade própria” (Bairrão et al, 1997: 24).



O Despacho 101/79 (DR 222, II série de 1979-09-25) para o ano de 1979/80 determina as modalidades de apoio ao Ensino Particular e Cooperativo:

- 1. MODALIDADE DE APOIO: — 1.1. APOIO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (3/6 ANOS): — 1.1.1. Subsídios para frequência de estabelecimentos particulares de educação pré-escolar (inclusive ano preliminar); — 1.1.2. Subsídios a centros de educação pré-escolar sem fins lucrativos: — 1º Subsídio para remuneração de um educador de infância, relativamente a grupos de 20/30 crianças (...)

O Decreto-lei 513-T/79 (DR 296 de 1979-12-26) [ratificado com emendas pela Lei 29/80 (DR 172 de 1980-07-28)] insere as escolas superiores de educação (ESEs) no ensino superior:

- 1. O ensino superior politécnico — designação por que passa a ser conhecido o ensino superior de curta duração, criado pelo Decreto-lei 427-B/77 de 1977-10-14, com as alterações introduzidas pela Lei 61/78 de 28 de Julho — visa, no essencial, dotar o país com os profissionais de perfil adequado que este carece para o seu desenvolvimento. (...) A formação de professores apresenta à partida, características específicas, sobretudo tendo em conta que o Ministério da Educação é o principal empregador de quantos obtenham essa formação. Previu-se, por isso, que as escolas de superiores de educação (ESEs) com capacidade legal para fazerem a formação, tanto inicial (pré-serviço, como em serviço), de educadores de infância e de professores primários, fossem dotadas com capacidade para formarem professores para todo o ensino básico (do 1º ao 6º ano de escolaridade, inclusive) e possibilitando, igualmente, a reconversão dos actuais professores. A sua inserção no ensino superior, com a consequente extinção das escolas do magistério primário, é naturalmente coerente com a melhoria que se deseja para o pessoal docente que no futuro próximo será responsável pelas crianças situadas no **grupo etário dos 3 aos 12 anos**. A **integração na mesma escola de formação dos docentes dos actuais pré-primário, primário e preparatório**, justifica-se amplamente como uma medida que tem como objectivo **o alargamento efectivo da escolaridade**

⁷ EE – Estatísticas da Educação

obrigatória, ao mesmo tempo que poderá **evitar a brusca passagem do ensino de classe para o ensino de disciplina** (...) É, no fundo, o primeiro passo para a implementação de um novo esquema de formação de professores, que tanta falta faz ao nosso sistema educativo.

O Decreto-lei 519-R2/79 (DR 299 de 1979-12-29) define o estatuto das Escolas Normais de Educadores de Infância:

— 2. Até à definição e implementação da rede de escolas superiores de educação, as escolas normais de educadores de infância serão criadas por portaria dos Ministros das Finanças e da Educação e do Secretário de Estado da Administração Pública, na qual se fixarão os respectivos quadros de pessoal administrativo e auxiliar. (...) — ARTIGO 1º — 1. As escolas normais de educadores de infância destinam-se a assegurar a preparação profissional dos educadores de infância e a colaborar na actualização dessa preparação. (...) — ARTIGO 2º — 1. As escolas normais de educadores de infância prosseguem os seguintes objectivos fundamentais: a) Formação inicial dos educadores de infância; b) investigação pedagógica nos domínios da educação pré-escolar. — 2. As escolas normais de educadores de infância prosseguirão, ainda, na medida das suas possibilidades e das solicitações que lhes vierem a ser dirigidas, acções de: a) Formação contínua do pessoal da educação pré-escolar; b) Apoio à comunidade; c) Cooperação com os novos países de expressão portuguesa. (...)

O Decreto-lei 538/79 (DR 300 de 1979-12-31) promove a frequência efectiva dos seis anos de escolaridade obrigatória [Dec.-Lei 80/80-04-19 revoga nº2 e 3 do art.15º; Dec.-Lei 187-D/80-06-14 altera nº3 do art.4º e art.19º]:

ARTIGO 1º — 1. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito. — 2. O ensino básico abrange os seis primeiros anos de escolaridade. (...)

O Decreto-lei 542/79 (DR 300, 12º supl. de 1979-12-31) aprova o estatuto dos jardins de infância, enquanto a diversidade de soluções e de orientação por diferentes ministérios bem como a desarticulação das redes dos sistemas público, particular e cooperativo desaconselham uma tomada de posição de fundo:

O presente diploma enquadra-se num conjunto de medidas, aprovadas já umas, em curso de resolução outras, tendentes à **clarificação do subsistema da educação pré-escolar**. Neste aspecto, **a diversidade de soluções e de orientação, nomeadamente a nível dos jardins de infância dependentes dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação, bem como a desarticulação das redes dos sistemas público, particular e cooperativo desaconselham, de momento, a tomada de posições de fundo no sector**. (...) — ARTIGO 1º — A educação pré-escolar é o início de um processo de educação permanente a realizar pela acção conjugada da família, da comunidade e do Estado, tendo em vista: a) Assegurar as condições que favoreçam o desenvolvimento harmonioso e global da criança; b) Contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso ao sistema escolar; c) Estimular a sua realização como membro útil e necessário ao

progresso espiritual, moral, cultural, social e económico da comunidade. (...) — ARTIGO 4º — Os jardins de infância do sistema público de educação pré-escolar são criados por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças, dos Assuntos Sociais e da Educação. — ARTIGO 5º — A implantação da rede dos jardins de infância do sistema público da educação pré-escolar será devidamente articulada com as redes correspondentes dos sistemas particular e cooperativo, mediante uma adequada repartição das respectivas zonas de actuação. (...)

O Despacho 170/80 (DR 136, II série de 1980-06-16) permite o funcionamento de infantários e jardins de infância em estabelecimentos escolares:

— 1. Nos estabelecimentos de ensino dos diversos níveis poderá ser autorizado o funcionamento de infantários e jardins de infância, prioritariamente para os funcionários do MEC, desde que essas escolas disponham para o efeito de instalações suficientemente isoladas em relação às restantes actividades escolares e não necessárias para as actividades lectivas. — 2. A referida autorização dependerá das seguintes condições: a) Adequação das instalações propostas aos critérios mínimos oficialmente fixados e obtenção de equipamento apropriado; b) Constituição de um grupo responsável pela gestão do infantário e ou jardim de infância e pela contratação do respectivo pessoal; c) Existência de pessoal minimamente habilitado para as funções. (...) — 4. A Obra Social do MEC poderá ainda, no sentido de dinamizar iniciativas do género, conceder subsídios de arranque e de funcionamento, para o que apresentará o correspondente regulamento actualizado, no prazo de trinta dias, depois de ouvido o conselho consultivo. (...)

O Decreto-lei 412/80-09-27 define normas de gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino primário oficial [alterado pelo Dec.-Lei 124/83-03-08 (art.2º) e Dec.-Lei 460/85-11-04 (nºs 1.1 e 1.2 do art.5º)].

O Decreto-lei 553/80-11-21 aprova o Estatuto do ensino particular e cooperativo.

O Despacho Normativo 388/80 (DR 301 de 1980-12-31) [anualmente actualizado: Despacho Normativo 174/81 de 1981-06-12 (DR 159 de 1981-06-14), Circular Normativa nº26 de 1981-09-30, Despacho 26/82 (DR 282, II série de 1982-12-07), Despacho 9/83 (DR 141, II série de 1983-04-22), Despacho Normativo 30/84 (DR 31 de 1984-02-06), Despacho Normativo 20/85 (DR 79 de 1985-04-04), Despacho Normativo 96/85 (DR 233 de 1985-10-10) Despacho Normativo 97/85 (DR 233 de 1985-10-10), Despacho Normativo 49/86 (DR 140 de 1986-06-21) ...] estabelece as normas reguladoras do regime de apoio financeiro às instituições privadas de solidariedade social por acordos de cooperação:

— 1. A cooperação entre os centros regionais de segurança social e as instituições privadas de solidariedade social tem por objectivos fundamentais contribuir para a concessão, por estas, de prestações sociais, designadamente

em serviços de acção social e familiar e em equipamento social, bem como facilitar a expressão do dever moral de solidariedade e de justiça, própria das mesmas instituições. — 2. As prestações podem abranger, de harmonia com os fins próprios de cada uma das instituições, actividades de protecção à infância e juventude, à família, comunidade e população activa, aos idosos e aos deficientes, bem como outras acções cuja inclusão seja autorizada por despacho do Ministro dos Assuntos Sociais. (...) — II — 1. As actividades de apoio à 1ª e 2ª infâncias a cargo das instituições deverão visar no âmbito dos acordos, os seguintes objectivos fundamentais: a) O apoio ao desenvolvimento integral das crianças até à idade escolar, de modo a estimular a formação da sua personalidade e a prepará-las para a sua inserção na vida social e escolar; O apoio às crianças em situação de risco social; c) O contributo para a sensibilização das famílias para os problemas e exigências do normal desenvolvimento das crianças; d) O apoio às famílias na guarda e acolhimento das crianças, de modo a permitir a conciliação da vida profissional dos pais com um correcto acompanhamento das crianças. (...)

O Despacho Normativo 387/80 (DR 301 de 1980-12-31 – alterado nas normas I, X, XIII e XIV pelo Despacho Normativo 161/83 – DR 167 de 1983-07-22) aprova as normas reguladoras de acordos de cooperação entre os centros regionais de Segurança Social e as Instituições Privadas de Solidariedade Social.

— I. As instituições privadas de solidariedade social receberão dos centros regionais de segurança social, no âmbito de acordos de cooperação celebrados, uma comparticipação financeira calculada de harmonia com os critérios e as regras estabelecidas nas presentes normas. — II. O apoio financeiro dos centros regionais de às instituições privadas decorrente da realização de acordos de cooperação tem em vista, entre outros objectivos: a) Assegurar a autonomia própria das instituições, sem prejuízo da sua inserção nos objectivos superiores da segurança social; b) Compensar o risco próprio das iniciativas geridas numa base associativa não lucrativa e de voluntariado social; c) Assegurar uma gestão responsável das instituições em função dos resultados alcançados, da qualidade dos serviços prestados e da capacidade de proceder à reconversão de equipamentos sociais. (...)

O Decreto-lei 350/81 (DR 294 de 1981-12-23 – regulamentado pelo Decreto Regul. 69/83 – DR 162 de 1983-07-16) repõe a obrigatoriedade de licenciamento de equipamentos sociais e do exercício de actividades com fins lucrativos:

ARTIGO 1º — 1. Os estabelecimentos com fins lucrativos que se destinem a receber crianças ou jovens ou a recolher pessoas idosas ou diminuídas, bem como as actividades com fins lucrativos de apoio social ou educativo a crianças ou jovens e de apoio social a pessoas idosas ou diminuídas, que neste diploma se designarão, abreviadamente, por “estabelecimentos”, estão sujeitos à fiscalização por parte do Ministério dos Assuntos Sociais no que se refere às condições de instalação e funcionamento, nos termos do presente diploma. — 2. Excluem-se do disposto no número anterior os estabelecimentos destinados a crianças e jovens cujo licenciamento seja da competência do Ministério da

Educação e das Universidades. — ARTIGO 2º — 1. O licenciamento dos estabelecimentos referidos no artigo anterior carece de alvará, passado pelo centro regional de segurança social em cuja área se localize o estabelecimento, donde constarão a identificação do proprietário, a indicação da actividade prosseguida, a localização do estabelecimento, sua denominação e lotação máxima autorizada. (...)

O Decreto-lei 180/82 (DR 110 de 1982-05-15) cria o quadro único de educadores de infância dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação e das Universidades:

A imperiosa necessidade de desenvolver a educação pré-escolar na sequência da Lei 5/77 de 1977-02-01 passa por acções concretas que têm vindo a ser implementadas a nível do Ministério da Educação e das Universidades. Assim, na sequência da referida lei, o Decreto-lei 542/79-12-31 aprovou o Estatuto dos Jardins de Infância, documento que se pode considerar fundamental para o desenvolvimento harmonioso da educação pré-escolar, uma vez que o aumento da respectiva rede escolar passava pela definição concreta das finalidades e objectivos primordiais dos jardins de infância. O art.46 do já mencionado Estatuto dos Jardins de Infância estabelece que os educadores se integrarão num quadro único organizado regionalmente, devendo as regras da sua constituição, afectação e preenchimento de lugares constar de decreto-lei. **Existe já em funcionamento, e na dependência do Ministério da Educação e das Universidades, um número superior a 1000 jardins de infância, sendo certo que esse número é anualmente aumentado,** de acordo com as disponibilidades existentes. (...) Nestes termos, tornava-se urgente a criação do quadro único de educadores de infância, bem como a definição das respectivas regras de provimento. Assim, e pelo presente diploma:

- a) Cria-se o quadro único dos educadores de infância, organizado regionalmente;
- b) Estabelecem-se as regras necessárias ao preenchimento daquele quadro;
- c) Fixam-se os mecanismos necessários para o preenchimento dos lugares de educadores que ficarem vagos após o provimento nos lugares de quadro. (...)

A Portaria 1023/83-12-07 estabelece disposições relativas à celebração de *contratos de associação* com escolas particulares e cooperativas (revogada pela Portaria 263/84-04-24 e Portaria 613/85-08-19).

O Despacho conjunto 13/SEAM/EBS/84 (DR 156, II série de 1984-07-07) regulamenta o apoio e subsídios concedidos por diversos organismos do Ministério da Educação no âmbito da educação pré escolar:

— 1. MODALIDADES DE APOIO: — 1.1. APOIO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: — 1.1.1. Apoio a centros de educação pré-escolar sem fins lucrativos para remuneração de um educador de infância relativamente a cada grupo de 20 a 30 crianças (...) — 1.1.2. Apoio financeiro para aquisição de material didáctico de consumo, relativamente a cada grupo de crianças acompanhado por estagiários: (...)

A 16 e 17 de Julho de 1984 deu-se em Lisboa o *encontro para apresentação pública* do Exame da política educativa de Portugal pela OCDE (1984.)

A Lei 28/84 (DR 188 de 1984-08-14) define as bases em que assenta o sistema de segurança social e acção social prosseguida pelas instituições de segurança social bem como as iniciativas particulares não lucrativas de fins análogos aos daquelas instituições:

ARTIGO 33º — (...) — 2. A acção social destina-se também a assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, na medida em que estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social. (...) — ARTIGO 66º — 1. O Estado reconhece e valoriza a acção desenvolvida pelas instituições particulares de solidariedade social na prossecução dos objectivos da segurança social. — 2. O Estado exerce em relação às instituições particulares de solidariedade social acção tutelar, que tem por objectivo promover a compatibilização dos seus fins e actividades com os dos sistemas de segurança social, garantir o cumprimento da lei e defender os interesses dos beneficiários. — 3. A tutela pressupõe poderes de inspecção e de fiscalização, que são exercidos, nos termos da lei, respectivamente por serviços da administração directa do Estado e pelas instituições de segurança social.

O Decreto-lei 299/84 regula transferência para os municípios de novas competências em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento de transportes escolares de acordo com o disposto no nº 5 do art.47º da Lei 42/83-12-31 e no Dec.-Lei 77/84-03-08:

ARTIGO 8º — É da competência dos municípios a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios: e) Educação e ensino: 1) Centros de educação pré-escolar; (...) 4) Transportes escolares...

O Decreto-lei 301/84 (DR 208 de 1984-09-07) adopta medidas com vista à efectivação da escolaridade obrigatória em todo o território nacional (revogado o art.6º pelo Dec.-Lei 35/90-01-25, na redacção dada pelo art.2º do Dec.-Lei 243/87-06-15):

ARTIGO 1º — 1. O ensino básico é obrigatório para todos os menores em idade escolar, salvo se dele forem dispensados nos termos do presente diploma, podendo ser cumprido em estabelecimentos do ensino oficial ou mesmo do ensino particular e cooperativo. — 2. O ensino básico abrange o ensino primário e o ensino preparatório. — 3. A escolaridade obrigatória é fixada entre os 6 anos completos e os 14 anos, nos termos do art.8º do presente diploma (...)

O Despacho Normativo 5/85 (DR 15 de 1985-01-18) regula o exercício da actividade das amas e do seu enquadramento e em creches familiares a que se refere o Decreto-lei 158/84 de 17 de Maio.

O Decreto-lei 399-A/84 (DR 299 de 1984-12-28) regula a transferência para os municípios do continente das novas competências em matéria de acção social no domínio dos refeitórios, de alojamento em agregado familiar e de auxílios económicos destinados às crianças da educação pré-escolar, oficial, particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico.

A 1 de Janeiro de 1986 Portugal e Espanha são admitidos na Comunidade Económica Europeia e isso influenciou na necessidade de elaborar uma lei de bases do sistema educativo própria de um país europeu. Uma discussão foi travada na Assembleia da República entre os partidos políticos para se lançar as bases de uma (profunda) reforma do sistema educativo português.

Projecto de Lei 76/IV: Lei do Sistema Educativo (PCP) [texto publicado no Diário da Assembleia da República, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, 2ª s., nº16 de 1985-12-20]:

ARTIGO 10º: TIPOLOGIA DA ACÇÃO EDUCATIVA — 1. A acção educativa a cargo ou sob tutela do Estado compreende os níveis incluídos na educação pré-escolar, no sistema escolar e acções educativas de natureza não formal. — 2. A educação pré-escolar constitui o primeiro nível de educação pública. — 3. Os níveis do sistema escolar, são o ensino básico, que compreende os ensinos primário, preparatório e secundário, o ensino médio e o ensino superior. (...) — ARTIGO 11º: ESTRUTURA DO SISTEMA ESCOLAR — 1. O Estado garantirá uma rede de estabelecimentos de educação pré-escolar que satisfaça as necessidades da população, sendo facultativa a sua frequência, tendo em princípio a duração de 3 anos. — 2. Os ensinos primário, preparatório e secundário são obrigatórios e têm, respectivamente, a duração de 4, 2 e 3 anos. (...) — SECÇÃO II: EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — ARTIGO 15º: OBJECTIVOS — A educação pré-escolar destina-se a crianças até à idade de ingresso obrigatório no ensino básico, sendo os seus objectivos fundamentais: a) O desenvolvimento da personalidade, na perspectiva da criatividade mediante a satisfação das necessidades intelectuais, cognitivas, emocionais, de sociabilidade e desenvolvimento das capacidades de expressão; b) O desenvolvimento físico e motor; c) A despistagem de anomalias de crescimento e a prestação dos cuidados adequados; d) A prestação de cuidados relativos ao crescimento; e) O fomento dos sentimentos de amizade e solidariedade entre as crianças e de integração nas comunidades familiar, regional e nacional; f) A preparação social da criança para a sua futura integração no meio escolar. — ARTIGO 16º: RESPONSABILIDADE DO ESTADO — 1. Cabe ao Estado assegurar as condições financeiras e técnicas de criação e funcionamento do sistema de educação pré-escolar, por meio de formação planificada de educadores de infância e de outros trabalhadores de apoio, assim como a supervisão pedagógica e sanitária dos respectivos estabelecimentos. — 2. As iniciativas promovidas por autarquias locais, organizações sindicais e outras organizações populares, bem como por entidades ou grupos de cidadãos, no domínio da educação pré-escolar, serão

apoiadas e incentivadas pelo Estado desde que respeitem os princípios consagrados no artigo 8º — ARTIGO 17º: REDE ESCOLAR — 1. A implantação da rede de instituições de educação pré-escolar, assim como as valências e modalidades dos respectivos estabelecimentos, será efectuada em colaboração com as autarquias locais e organizações sociais, em função das necessidades e condições específicas, observados os requisitos técnico-pedagógicos que venham a ser estabelecidos em lei própria. — 2. A gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar actualmente dependentes do Estado, assim como a responsabilidade pela construção, adaptação e manutenção dos equipamentos, será progressivamente confiada às autarquias locais, mediante o acordo destas, observadas disposições técnico-pedagógicas e financeiras a estabelecer, por forma a assegurar o seu funcionamento. — 3. O Ministério da Educação, em colaboração com os departamentos oficiais responsáveis pelas questões de saúde pública, criará os meios de supervisão regular da situação sanitária dos estabelecimentos. — ARTIGO 18º: PRIORIDADE NA FREQUÊNCIA — Até à sua completa generalização, os critérios de prioridade quanto a admissões assentarão na capitação familiar ou na função de protecção social atribuída a esta forma de educação. — ARTIGO 19º: UNIFICAÇÃO INSTITUCIONAL — Os sectores da administração central com intervenção na educação pré-escolar serão gradualmente unificados, assegurando objectivos técnico-formativos e de apoio pedagógico. (...)

Projecto de Lei 100/IV: LBSE (PS) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, II série, nº23, de 1986-01-18]:

ARTIGO 5º — 1. O sistema educativo, organizado nos termos da presente lei, compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. — 2. Em cada uma das suas componentes e respectivos níveis o sistema educativo visa prosseguir objectivos que, no seu conjunto, correspondam, de forma harmoniosa e coerente, aos interesses e desenvolvimento gradual dos educandos. — EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — ARTIGO 6º — 1. A educação pré-escolar destina-se às crianças que tenham completado 3 anos de idade e desenvolve-se até à idade de ingresso no ensino básico. — 2. São objectivos da educação pré-escolar: a) Estimular as capacidades de cada criança; b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas; c) Despertar a curiosidade pelos outros e pelo meio ambiente; d) Desenvolver o autodomínio e o sentido da responsabilidade associado ao da liberdade; e) Fomentar a vivência de grupo, como meio de aprendizagem e factor de desenvolvimento da sociabilidade e da solidariedade social; f) Desenvolver as capacidades de expressão, comunicação e invenção; g) Estimular a actividade lúdica; h) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva. — 3. A educação pré-escolar é facultativa e organiza-se segundo actividades complementares da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação. — 4. A educação pré-escolar realiza-se em jardins-de-infância. — (...) — ARTIGO 22º — 1. Para apoio sistemático das actividades de educação pré-escolar e das de educação escolar, são organizados um serviço de acção social e um serviço de saúde de âmbito generalizado. — 2. Os serviços de acção social e de saúde, dentro de uma preocupação de garantia de mecanismos de compensação social e educativa, orientam-se

fundamentalmente por critérios de natureza pedagógica. — ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL — ARTIGO 23º — 1. Com a participação dos serviços de acção social e de saúde e outros elementos de apoio técnico, mas essencialmente centrado no corpo docente e em estreita ligação com a família, é organizado um processo de orientação educacional, iniciado na educação pré-escolar, de carácter global, sistemático e contínuo. — 2. O processo de orientação educacional inclui também preocupações de informação e orientação profissional, nomeadamente no ensino secundário. — CAPÍTULO V: RECURSOS — RECURSOS FÍSICOS — ARTIGO 24º: REDE DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — A organização da rede pública de jardins-de-infância é feita com base em tipologias adequadas de espaços educativos e de acordo com critérios que considerem: a) A qualidade da acção educativa a realizar; b) A igualdade de oportunidades educativas; c) A decisão de corrigir assimetrias sociais e regionais. (...)

Projecto de Lei 116/IV: LBSE (MDP/ CDE) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, II série, nº27 de 1986-01-31]:

— 3.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — Ao tratar de prioridades, não se referiu a importância da educação pré-escolar. A sua expansão tem de resultar do contributo directo de instituições públicas e particulares, do Estado, autarquias, instituições de apoio social, de cultura e de recreio, sindicatos e outras, e não estritamente do sistema de ensino. Não fazendo parte do sistema de ensino e estando fora do enquadramento da escolaridade obrigatória, a educação pré-escolar deve ser considerada pelo Ministério da Educação e Cultura como fundamental, já que ela condiciona não só a aprendizagem como o desenvolvimento intelectual e afectivo da criança. Em 1981-1982 a taxa média de cobertura da população de 3 a 5 anos pela educação infantil restringia-se a 23% no continente, variando entre 12% em Faro e 43% na Guarda, distrito em que apenas existem estabelecimentos públicos. Importaria fazer o levantamento dos equipamentos e espaços sociais existentes e do coeficiente da sua utilização. Muitas instituições, que só funcionam depois do período de trabalho diurno e em dias feriados, dispõem de espaços que, com transformações pouco onerosas, podem ser utilizados no período diurno por crianças em idade pré-escolar.

Projecto de Lei 156/IV: Sistema Nacional de Educação (PRD) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislat., 1ª s. leg., II série, nº38 de 1986-03-05]:

ARTIGO 16º: MODALIDADES DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR — A educação não escolar compreende, nomeadamente, a educação infantil, a educação para-escolar, extra-escolar e comunitária e a divulgação educativa. — ARTIGO 17º: EDUCAÇÃO INFANTIL — 1. A educação infantil tem finalidades próprias e funções complementares ou supletivas da educação familiar. — 2. São finalidades da educação infantil: a) Complementar a acção da família no desenvolvimento da personalidade das crianças; b) Favorecer a inserção social das crianças em meios progressivamente mais alargados; c) Atenuar disparidades inerentes a diferenças culturais, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento sócio-emocional, cognitivo e da linguagem; d) Assegurar a custódia das crianças em ambiente educativo, quando as famílias disso necessitarem. — 3. A educação

infantil destina-se a crianças até à idade da entrada na escolaridade básica. — 4. Incumbe ao Estado a criação de um sistema publico de educação infantil. — 5. A rede da educação infantil é constituída por instituições de iniciativa estatal, nomeadamente autárquica, e por instituições de iniciativa não estatal, designadamente as associações de pais e de moradores e as organizações cívicas e confessionais. — 6. O Estado apoia e fiscaliza técnica e pedagogicamente a educação infantil de iniciativa não estatal. — 7. O Estado apoia financeiramente as instituições de iniciativa não estatal desde que se integrem na ordem das prioridades segundo critérios de discriminação positiva em relação aos meios familiares, sociais e regionais mais carenciados.

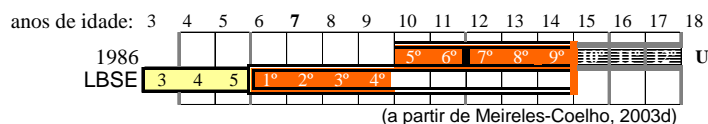
Projecto de Lei 159/IV: LBSE (PSD) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, 2ª série, nº39, de 1986-03-07]:

BASE V — 1. O sistema educativo abrange a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. — 2. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. — 3. A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior e inclui actividades de iniciação e formação profissionais, bem como de ocupação dos tempos livres. — 4. A educação extra-escolar, que abrange a educação permanente e a educação recorrente, engloba actividades de alfabetização, aperfeiçoamento e actualização cultural e científica, bem como a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissionais, e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal. — 5. O sistema educativo compreende actividades de orientação vocacional e outras acções de complemento e apoio às actividades escolares que contribuam de forma efectiva para o desenvolvimento integral do educando. — BASE VI — 1. São objectivos da educação pré-escolar: a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer as integrações das várias estruturas psicossomáticas e psicomotoras, com vista a promover a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidade; b) Contribuir para corrigir efeitos discriminatórios da condição sócio-cultural da criança; c) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança; d) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano, para melhor integração e participação da criança; e) Desenvolver a sua formação ética e moral e o sentido da responsabilidade associado ao da liberdade; f) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, o complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade; g) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como da imaginação criativa e estimular a actividade lúdica; h) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva; i) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidade e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança. — 2. A educação pré-escolar terá métodos, técnicas e conteúdos próprios, adaptados ao início do processo de aprendizagem de cada criança e à sua futura integração no meio escolar. — BASE VII — 1. A educação pré-escolar realizada em instituições próprias é facultativa, sendo no seu aspecto formativo supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece íntima cooperação, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo de

educação pré-escolar. — 2. A educação pré-escolar é assegurada por jardins-de-infância e será progressivamente generalizada pela conjugação de acções dos sectores público, privado e cooperativo. — 3. A prática educativa no âmbito da educação pré-escolar tem um carácter flexível que possibilite a sua adequação às diferentes realidades económicas, sociais e culturais do País. — Ao Ministério da Educação compete definir as normas gerais de orientação da educação pré-escolar e fomentar, em articulação com as famílias e outros sectores interessados, a realização de actividades de informação e formação educativas.

Lei 46/86 (DR 237 de 1986-10-14): **LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo** (alterada pela **Lei 115/97-09-19**):

ARTIGO 4º: *ORGANIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA EDUCATIVO* — 1. **O sistema educativo compreende a educação pré-escolar**, a educação escolar e a educação extra-escolar. — 2. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é **complementar e ou supletiva da acção educativa da família**, com a qual estabelece estreita cooperação. — ARTIGO 5º: *EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR* — 3. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas **entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico**. — 4. Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar. — 5. A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social. — 6. O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento. — 7. Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação. — 8. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar. — (...) — ARTIGO 31º: *Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário* — 1. Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos: *a)* A formação dos educadores de infância e dos professores do 1º e 2º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação; *b)* A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação.



Lei 115/97-09-19 altera os arts. 12º, 13º, 31º e 33º da Lei 46/86 (LBSE):

— ARTIGO 31º [...] — 1. Os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário adquirem a qualificação profissional através de cursos superiores que conferem o grau de licenciatura, organizados de acordo com as necessidades do desempenho profissional no respectivo nível de educação e ensino. (...)

A Portaria 566/87 (DR 253 de 1987-07-07) autoriza a administração do curso de bacharelato de Educadores de Infância da **UTAD** (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) nas cidades de **Vila Real** e **Chaves**.

A Portaria 573/87 (DR 154 de 1987-07-08) cria cursos de bacharelato em Educação Pré-Escolar e em Ensino Básico na **ESE** da **Madeira**.

A Portaria 574/87 (DR 154 de 1987-07-08) cria cursos de bacharelato em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário na **Universidade de Aveiro**.

A Portaria 621/87 (DR 163 de 1987-07-18) autoriza a **Universidade do Minho** a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e Ensino Primário.

A Portaria 882/87 (DR 265 de 1987-11-17) aprova os planos de estudos dos cursos de Bacharelato de Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário da **ESE** de **Setúbal**.

O Decreto-lei 408/88-11-09 autorizou a criação da **Escola Superior de Educação João de Deus**, ministrando os curso de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico (1º. Ciclo), que, de 1989 a 2002, formou 826 educadores:

ESE João de Deus: Bacharelato/Licenciatura em Educação de Infância

ANO	Nº de anos	Diplomadas
1989 / 2002	4	826

O Decreto-lei 406/88-11-09 e Portaria 109/ME/90 autorizaram a criação da **Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich** [Associação de Pedagogia Infantil - API, fundada por Maria Mayer Ulrich (1908-1988)].

Em 1988 é aprovado (Resol.Cons.Min. de 1987-12-10) o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE).

O Decreto-lei 344/89 (DR 234 de 1989-10-11) estabelece o ordenamento jurídico da formação inicial dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário [Parecer 5/89-03-15 do C.N.E.].

O Decreto-lei 139-A/90-04-28 (DR. 98, 1ª, Supl.) aprova o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário.

[Declaração de rectificação de 1990-09-13; Circular 16/91-04-09 precisa conceitos e agrupa de forma sistematizada as categorias de pessoal docente e correspondentes situações remuneratórias; Portaria 1213/92-12-24 define as doenças que têm a sua origem no exercício continuado da docência, previstas no nº1 do art.8º. Alterado pelos Decretos-leis 105/97-04-29 e 1/98-01-02.]

O Desp.Conj.19/SERE/SEAM/90-03-06 (DR. 111, 2ª, de 1990-05-15) cria, a título experimental, escolas básicas integradas.

Parecer 1/94 do Conselho Nacional de Educação sobre *a educação pré-escolar em Portugal*.

Parecer 2/95 do Conselho Nacional de Educação sobre *A expansão da educação pré-escolar: análise de um projecto de decreto-lei do Ministério da Educação*.

O Decreto-lei 173/95 (DR 166/95, I série A de 1995-06-20) define mecanismos e condições de atribuição dos apoios financeiros necessários à criação e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

O Despacho 68/ME/95-07-25 define prazos para apresentação de candidaturas, lotação máxima e carga horária e caracterização funcional de espaços dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

A Lei 5/97, lei-quadro da educação pré-escolar (DR 34, I série A de 1997-02-10), vem, 20 anos mais tarde, revogar a Lei 5/77 que criara o sistema público de educação pré-escolar. A Lei 5/97 define *a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica* no processo de educação ao longo da vida. Esta definição representa um passo em frente na concepção de educação pré-escolar, aproximando-se da linguagem usada pelas organizações internacionais, mas não é coerente. Vejamos: a Lei 46/86 ainda considera no sistema educativo a educação pré-escolar, escolar e extra-escolar, o que é obsoleto numa perspectiva de educação ao longo da vida. Assim, a educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos deve ser considerada como educação de infância integrada na educação básica, como diz o Conselho da Europa (1988), dos 3/4 aos 11/12 anos o desenvolvimento das crianças deve processar-se de forma

continua numa mesma escola com os mesmos professores com a mesma formação e portanto numa rede única de educação que englobe a educação das crianças dos 3/4 aos 11/12 anos. (cf. 1.4 – Educação pré-escolar, primeira etapa da educação básica).

O Decreto-lei 147/97 (DR 133, I série A de 1997-06-11) estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define respectivo sistema de organização e funcionamento.

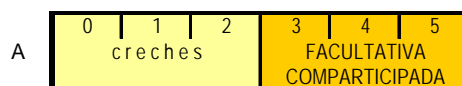
A educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação básica, destinando-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. O Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar que o Governo lançou, em cumprimento da Constituição da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo e do seu Programa, **visa apoiar as famílias na tarefa da educação da criança, proporcionando-lhe oportunidades de autonomia e socialização, tendo em vista a sua integração equilibrada na vida em sociedade, e preparando-a para uma escolaridade bem sucedida**, nomeadamente através da compreensão da escola como local de aprendizagens múltiplas. Estamos perante uma tarefa de alcance educativo e social da maior importância que constitui para o nosso tempo um factor decisivo de modernização e desenvolvimento, desde que orientada por objectivos de qualidade e pelo princípio da igualdade de oportunidades. **É objectivo do Governo elevar, até ao final do século, a oferta global de educação pré-escolar em cerca de 20%, de modo a abranger 90% das crianças de 5 anos de idade, 75% das de 4 anos de idade e 60% das de 3 anos de idade, alargando a possibilidade de frequência a mais de 45.000 crianças nesta faixa etária.** — Torna-se, pois, fundamental, mobilizar energias no sentido de ampliar a rede nacional de educação pré-escolar, nomeadamente através do investimento directo, da garantia da tutela pedagógica e técnica, do incentivo à iniciativa autárquica e apoio financeiro a iniciativas sociais e privadas, dando prioridade às que se situem em zonas de oferta diminuta. A educação pré-escolar tem vindo a adquirir, progressivamente, uma relevância significativa no âmbito das políticas educativa, social e económica, dos países da União Europeia. Esta tendência associa-se a resultados positivos da frequência da educação pré-escolar, comprovados em pesquisas científicas recentes, designadamente: o **desenvolvimento equilibrado da criança** numa idade em que esse processo é decisivo; uma **escolarização bem sucedida**, confirmada pela redução do número de retenções no percurso escolar; uma **socialização integrada** que permite a redução do abandono escolar, a acção e a responsabilização e sucesso na vida activa bem como o **envolvimento das famílias**, e o reforço de um **clima de humanização** e um **melhor conhecimento das capacidades e das dificuldades da criança**, viabilizando uma **orientação e apoio conjugados entre educadores e pais**. A conjugação destes vários elementos tem conduzido a que as políticas educativas não só procurem a generalização **da educação pré-escolar, enquanto primeira etapa da educação básica**, como também privilegiem e desenvolvam as condições e serviços prestados

nestes estabelecimentos educativos, elegendo como medidas activas, designadamente, a fixação da dimensão máxima dos grupos de crianças e a relação adulto/criança, a qualidade das actividades educativas, a preparação e a estabilidade da equipa educativa e o desenvolvimento de projectos pedagógicos participados. **Apesar da oferta de três anos de educação pré-escolar em Portugal, verifica-se que, apenas 50% das crianças entre os 3 e os 5 anos beneficiam de ofertas educativas a este nível.** Nesta perspectiva, torna-se urgente o lançamento do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar que responda às necessidades educativas e concretize o princípio da igualdade de oportunidades. **O presente diploma procede ao desenvolvimento da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, visando-se, assim, dar execução aos objectivos constitucionais e legais no domínio educativo, desde o direito à educação, à liberdade de ensinar e aprender.** Trata-se de dar corpo a uma tarefa educativa, complementada pela acção nas áreas da solidariedade e segurança social, a fim de que não haja discriminações e de que a educação pré-escolar não constitua um privilégio mas um direito, **integrado na realização do objectivo afirmado pela UNESCO de que a Educação é para todos.** — O desenvolvimento de uma educação pré-escolar de qualidade constitui, assim, o objectivo central do presente diploma, devendo materializar-se na criação de uma rede nacional de educação pré-escolar, integrando uma rede pública, constituída a partir da iniciativa da administração central e local, e uma rede privada, desenvolvida a partir das iniciativas das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos que prossigam actividades no domínio da educação e do ensino. O presente diploma desenvolve os princípios gerais da educação pré-escolar, consagrando o **direito da participação das famílias na elaboração dos projectos educativos**, estabelecendo mecanismos de **garantia de igualdade de oportunidades no acesso à educação pré-escolar** e definindo instrumentos de cooperação institucional entre os vários departamentos governamentais envolvidos no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Este normativo legal preconiza a cooperação institucional entre vários Ministérios resultante do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social; define as condições de apoio financeiro ao desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar e as condições organizativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar ao mesmo tempo que consagra o direito de participação das famílias na elaboração do projecto educativo dos estabelecimentos de educação pré-escolar. O Regime Jurídico da Educação Pré-Escolar será, por isso, “susceptível de contribuir para a valorização do papel da Escola na sociedade portuguesa” (Lemos, 1997: 79).

Em **2004**, a Lei de Bases do Sistema Educativo foi posta em questão pelo XV Governo Constitucional que apresentou a Proposta de Lei **74/IX** – Lei de Bases

da Educação, com as seguintes características: • 1) "a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico" (Art.9º-3); • 2) "a frequência da educação pré-escolar é facultativa" (Art.9º-4); • 3) "o Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede de **serviço público, com meios humanos e financeiros...**" (Art.10º-3); • 4) "a educação pré-escolar deve articular-se, progressivamente, com os serviços de creche, num **modelo coerente e sequencial de educação infantil**" (Art.8º-3); • 5) "incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede **de serviço público** de educação pré-escolar... constituída por jardins de infância **das autarquias locais e de outras entidades particulares** ou cooperativas, colectivas ou individuais..." (Art.10º-1 e 2); • 6) "compete ao Governo, através do Ministério responsável pela política educativa que abranja a educação pré-escolar, definir as normas gerais desta, nomeadamente quanto ao seu funcionamento e aos seus conteúdos educativos, apoiando, avaliando, inspeccionando e fiscalizando a sua execução. (Art.10º-4)" — Em suma: introduz a noção de rede de serviço público em vez de rede pública, reforça a continuidade e articulação da creche com a educação pré-escolar e não favorece a continuidade-articulação dos 4-5 anos com os 6-7 anos da escola básica, a que chamamos Modelo **A**:



Convém comparar esta Proposta de Lei com a Lei 46/86 e também com os Projectos apresentados pelos Partidos Políticos com representação parlamentar. A *educação de infância* aparece como *educação pré-escolar* ou *educação para a infância* na proposta e projectos de lei para alteração da lei de bases do sistema educativo. Para analisar as concepções de educação de infância aí defendidas consideramos os seguintes parâmetros: • 1) idade de começo e de fim; • 2) se é facultativa, generalizada-universal ou obrigatória; • 3) se é gratuita ou comparticipada; • 4) se é reservada à 2ª infância (3-6 anos) ou articulada com a 1ª infância (0-3 anos) ou com o ensino básico (6-12 anos); • 5) âmbito da rede; • 6) tutela.



A Lei 46/86 de 14 de Outubro (*Lei de Bases do Sistema Educativo*) considera que • 1) "a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico"; • 2) "a frequência da

educação pré-escolar é *facultativa*"; • 3) "*o Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública*, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento"; • 4) não prevê articulação-continuidade nem para antes dos 3 anos nem para depois dos 6 anos; • 5) "*incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar...* constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais...; • 6) "*ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar*, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação."

O Projecto de Lei **306/IX** propõe uma solução semelhante à do Governo (Modelo **A**), com algumas diferenças: • 3) "*a **gratuidade** na educação pré-escolar **abrange as propinas** relacionadas com a matrícula e frequência, podendo ainda as crianças dispor gratuitamente do uso de material educativo, bem como de transporte e alimentação, quando necessários*" (Art.7º-1), "o Estado deve apoiar o alargamento da rede privada de educação pré-escolar, assegurando os meios financeiros necessários" (Art.8º-9); • 5) "os estabelecimentos de educação pré-escolar da ***rede pública*** funcionam na dependência da administração central, regional e local, cabendo-lhes a generalização da oferta de serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, de acordo com as necessidades e os estabelecimentos de educação pré-escolar que integram a ***rede privada*** funcionam no âmbito de entidades privadas ou cooperativas, de instituições particulares de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos... (Art.8º-7); • 6) "*competem **ao Estado** definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos organizativo, pedagógico e técnico, e assegurar o seu cumprimento e aplicação, através da criação de procedimentos de avaliação e fiscalização...* (o que) é extensivo, com as devidas adaptações, à componente educativa dos cuidados com as crianças até aos três anos (Art.8º-5)." — Em suma: considera uma gratuitidade parcial equiparável à comparticipação, mantém duas redes sendo uma pública e outra privada não as integrando no "serviço público de educação", atribui vagamente ao Estado a articulação e a tutela da educação pré-escolar e dos cuidados com as crianças até aos três anos.

O Projecto de Lei **320/IX** preconiza: • 1) "a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de

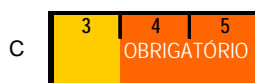
ingresso no ensino básico e é *ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar*" (Art.5º-3); • 2), 3) e 5) "incumbe ao Estado: a) criar uma *rede pública de educação pré-escolar* que cubra as necessidades de toda a população, tendo como objectivo garantir a *obrigatoriedade e gratuidade da frequência da educação pré-escolar pelas crianças no ano que antecede o seu ingresso no ensino básico e a universalidade de frequência a partir dos três anos...*" (Art.5º-4); • 4) não prevê articulação-continuidade nem para antes dos 3 anos nem para depois dos 6 anos; • 6) "a coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente do tipo de instituições que o componham ou da estrutura governativa, é da responsabilidade do Governo" (Art.1º-5). — Em suma: educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos com rede própria, de frequência tendencialmente universal aos 3 e 4 anos e obrigatória aos 5 anos, a que chamamos Modelo **B**:

O Projecto de Lei **305/IX** prevê: • 1) "a educação para a infância abrange as

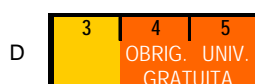
B	<table border="1"> <tr> <td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr> <td colspan="2">UNIVERSAL</td><td>OBRIG. GRAT.</td></tr> </table>	3	4	5	UNIVERSAL		OBRIG. GRAT.	
3	4	5						
UNIVERSAL		OBRIG. GRAT.						

crianças com idade compreendida entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico" (Art.5º-3); • 2) "compete ao Estado assegurar que *todas as crianças com quatro anos*, independentemente das suas capacidades económicas, *sejam incluídas num modelo de educação para a infância coerente*" (Art.5º-5)... "a *frequência* do sistema educativo é **obrigatória** para todos os cidadãos e cidadãs residentes no território nacional, portuguesas ou estrangeiras, **entre os quatro e os 18 anos**" (Art.4ºA-1); • 3) "o Estado deve apoiar as instituições de educação para a infância integradas na rede pública, podendo custear uma percentagem... dos seus custos de funcionamento" (Art.5º-8); • 4) não prevê articulação-continuidade nem para antes dos 3 anos nem para depois dos 6 anos; • 5) "incumbe **ao Estado** garantir a existência de uma **rede nacional** de educação para a infância, assegurando que todas as crianças têm acolhimento numa instituição localizada o mais próximo possível da sua residência" (Art.5º-4); • 6) "ao **Ministério responsável pela coordenação da política educativa** compete garantir a coerência e supervisão nacional do sistema de educação para a infância, facilitar a articulação e comunicação entre os diversos agentes, apoiar o esforço desenvolvido pelos diversos níveis de poder local e regional, bem como desenvolver e suportar projectos-piloto e de investigação nesta área educativa". (Art.5º-9). — Em suma: escolaridade obrigatória a partir dos 4 anos, um modelo de educação

para a infância coerente com os seus objectivos e uma rede nacional de educação para a infância o mais dispersa possível, a que chamamos Modelo C:



O Projecto de Lei 321/IX avança • 1) "a educação pré-escolar... destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico" (Art.5º-1); • 2) e 3) "**a partir dos quatro anos de idade a frequência da educação pré-escolar passará a ser *universal, obrigatória e gratuita***" (Art.5º-6) e "o Estado deve apoiar as *instituições de educação pré-escolar integradas na rede nacional pública*, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento" (Art.5º-5); • 4) não prevê articulação-continuidade nem para antes dos 3 anos nem para depois dos 6 anos; • 5) "*incumbe ao Estado assegurar a criação de uma rede pública para a infância, que garanta a universalização do acesso a este grau de ensino*" (Art.5º-3) e "a **rede nacional de educação pré-escolar** é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais..." —(Art.5º-4); • 6) "ao Ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação" (Art.5º-7). — Em suma: escolaridade universal, obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos, numa rede nacional de educação pré-escolar com a rede pública e outras instituições, a que chamamos Modelo D:



Os modelos apresentados caracterizam-se por considerar a educação de infância como educação pré-escolar, atribuindo-lhe uma rede própria sem continuidade com a escola básica. Nalguns projectos reafirma-se o que a Lei 5/97 de 10 de Fevereiro preconizava: "**a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida**". No entanto nem a Lei 5/97 nem os projectos que defendem esta posição tiram as consequências do que isso quer dizer.

Desde a década de 70 do séc. XX, organismos internacionais ligados à educação têm procurado investigar e fomentar a nova concepção de educação permanente "ao longo da vida". Nesta perspectiva não faz mais sentido dividir

o sistema educativo em educação **pré-escolar**, **escolar** e **extra-escolar**... sendo introduzida uma nova concepção de "educação básica" que integra os antigos "pré-escolar" e "ensino primário ou básico".

O Conselho da Europa fez alargados estudos sobre a educação de infância e o ciclo dos 4 aos 8 anos com a integração dos mesmos educadores-professores com a mesma formação na mesma escola, tendo como objectivos fundamentais o desenvolvimento da socialização, da linguagem oral, da autonomia e do conhecimento do mundo e dos outros, sem alfabetização precoce e sem os métodos da escola primária no jardim de infância e, pelo contrário, com a presença de educadores e dos métodos do jardim de infância na escola primária. Desses estudos realçamos: a *Resolução nº 3* adoptada pela 6ª Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa (Versalhes, 1969), o simpósio de Veneza (1971), o simpósio de Leyde, o simpósio "*A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário*" (1ª parte em Versalhes, 1975, e 2ª parte em Bournemouth, UK, 1977), o simpósio "*A educação pré-escolar dos filhos dos imigrantes*" (Berlim, 1976), o simpósio "*A educação pré-escolar nas regiões de fraca densidade populacional*" (Storlien, Suécia, 1977) que deu particular atenção ao "*Projecto-piloto: A integração do ensino pré-primário e do ensino primário na Holanda*", desde 1976 com integração da escola pré-primária ou maternal (crianças dos 4 aos 6 anos) e da escola primária (dos 6 aos 12 anos) *numa única e mesma escola básica dos 4 aos 12 anos*, de modo a assegurar uma melhor continuidade no desenvolvimento de cada criança, tendo em consideração que é a maturidade real de cada criança, e não a sua idade, que deve determinar o seu grupo de referência.

Em **1981**, a 3 e 4 de Junho, em **Lisboa**, a 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, subordinada ao tema "***Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos***", identifica alguns objectivos a ser alcançados neste nível de educação: - o período *dos 3 aos 8 anos* é decisivo no desenvolvimento de todas as crianças; - os estabelecimentos pré-escolares têm um *papel indiscutível no desenvolvimento harmonioso das crianças*, além de prestarem um serviço importante à sociedade com a *função de guarda das crianças cujos pais trabalham fora de casa*; - a política de educação em relação ao sector pré-escolar precisa de ser revista em conjunto com os primeiros anos de escolaridade primária; - o papel específico da educação pré-escolar e a sua

interacção com a educação escolar obrigatória; - a questão de saber se a educação pré-escolar deve ser alargada a todas as crianças e ser mesmo obrigatória (para proteger a pequena percentagem de crianças que resta); - **a educação pré-escolar dentro do sistema escolar**; - a participação activa dos pais nos interesses da criança para criar um bom ambiente para o desenvolvimento da sua aprendizagem; - coordenação entre os serviços para assegurar a continuidade sem uniformidade; - educadores e professores do ensino primário devem ser formados de forma a que a consistência dos objectivos e a continuidade da prática entre os dois sectores se torne realidade; - se não for assegurada a componente educativa na educação pré-escolar, podem ocorrer problemas na transição para a escola primária; - quando a educação pré-escolar não está integrada no sistema educativo, é mais difícil assegurar a coordenação e continuidade na transição para a escola primária; - compatibilizar os horários da instituição educativa com os dos trabalhos dos pais; - flexibilidade nos horários de trabalho; - encontrar solução para problemas específicos e regionais; - coordenação com outras áreas de política; - as políticas relativas à educação pré-escolar devem ser integradas; - educação pré-escolar acessível para todos; - identificar as vantagens e desvantagens de cada sistema e usar estas análises para os melhorar... A principal razão da prioridade na continuidade e articulação com a idade da alfabetização (3/4 anos até 7/8 anos) reside na necessidade cada vez maior de desenvolver socialmente todas as crianças, em particular na linguagem falada, para poder depois ter acesso à aprendizagem da linguagem escrita.

Em **1988**, o Conselho da Europa (*Projecto nº 8 do CDCC: A inovação no ensino primário. Relatório final*) defende que "é importante melhorar a *continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário*, para garantir que as práticas pedagógicas acompanhem e favoreçam um desenvolvimento contínuo da criança... Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de **um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica** (com o mesmo pessoal com a mesma formação)". Esta posição integra a educação pré-escolar num novo ensino primário mais amplo ou, como se prefere chamar, na "educação básica" (que não só "ensino básico"), por integrar especialmente "os ensinos pré-primário e primário".

Em **1996**, o Relatório para a **UNESCO** da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI – Educação: um tesouro a descobrir ("Relatório Delors")

vem confirmar que "é no seio da família, mas também e mais ainda, ao nível da *educação básica* (que inclui em especial os ensinios pré-primário e primário) que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão durante toda a vida" e que "a educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que *vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco*". Também a UNESCO aponta, como o Conselho da Europa, para uma integração da "educação inicial (formal ou não formal)" da educação básica dos 3 aos 12 anos, ficando a educação até aos 3 anos sob a responsabilidade directa da família (a quem o Estado deve assegurar os meios necessários, nomeadamente garantindo o salário a um dos pais para tomar conta do filho/a durante os dois ou três primeiros anos ou financiando creches com ligação próxima dos pais).

A partir da experiência internacional do Conselho da Europa e da UNESCO, a "educação de infância" é considerada como "a primeira etapa da educação básica", destinando-se a **"educação básica" às crianças dos 3/4 aos 11/12 anos na mesma rede de escolas com professores com o mesmo estatuto**, com as seguintes características: • 1) apoio aos pais ou creches para a primeira infância até aos 3 anos e educação de infância integrada na educação básica a partir dos 3 anos; • 2) até aos 3 anos creches facultativas, aos 3 anos facultativa na educação básica e aos 4 e 5 anos universal na educação básica (podendo ser obrigatória para obrigar o Estado a investir e criar condições para a generalização-universalidade); • 3) gratuita dos 0 aos 3 anos e dos 3 aos 6 anos (como medida concreta e eficaz de apoio à família); • 4) integrar a educação da 2ª infância (3-6 anos) na educação básica (3-12 anos) e articulá-la com a educação da 1ª infância

E	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	FACULTATIVA			F	UNIVERSAL		O B R I G A T O R I A					
	G R A T U I T A			G	R A		T U I T A					
	c r e c h e s			e s c o l a s			b á s i c a s					

(0-3 anos) sobretudo com os que na creche já andam e falam; • 5) um rede de serviço público em cada município para as creches e outra para a educação básica; • 6) a tutela da orientação pedagógica (orientações curriculares, formação, colocação e pagamento aos educadores-professores) do Ministério da Educação e a da administração e logística (construção e manutenção dos equipamentos, rede de transportes e refeições) dos municípios. A esta educação básica dos 3/4 aos 11/12 anos, preconizada pelo Conselho da Europa e pela Unesco, chamamos Modelo E:

Resumindo:

A revolução do 25 de Abril marcou uma ruptura na sociedade portuguesa, a dinâmica da reforma Veiga Simão foi quebrada e os problemas sociais passaram a ser encarados como os mais importantes. A diversidade de tutelas dos ministérios da Saúde e Segurança Social, por um lado, e da Educação (a partir de 1978/79), pelo outro, foi aumentando a confusão de funções da educação de infância: à função **assistencial e de guarda** e à **educativa**, os novos poderes, de orientação social e socialista, acrescentaram a função **compensatória** com o objectivo de atenuar as diferenças sócio-económicas e culturais das crianças e famílias.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabeleceu, no art.74º-3, que «Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: *a)* Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; *b)* **Criar um sistema público de educação pré-escolar**; (...) *e)* Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino (...) e a Lei 5/77 criou o sistema público de educação pré-escolar, com o seu próprio estatuto e objectivos. E, à semelhança das *classes preparatórias* nas escolas primárias para crianças de 6 e 7 anos que Leonardo Coimbra lançou em 1919, foram autorizadas as **classes pré-escolares** e o **ano preliminar**, para crianças de 5 anos, com a principal finalidade de preparar para a escola numa tentativa de diminuir as altas percentagens do insucesso escolar nos primeiros anos da escolaridade obrigatória.

Desde 1978 se tornou a Universidade de Aveiro (CIFOP) um centro inovador para a formação de professores. O Prof. Dr. João Evangelista Loureiro (1926-1986), da Universidade de Aveiro, dinamizou a criação dos primeiros bacharelatos para educadores de infância e professores do ensino primário, que assentava numa concepção de "educação básica na perspectiva da educação permanente", segundo as orientações da UNESCO e do Conselho da Europa, em que os **bacharéis em "Educação pré-escolar e ensino primário"** eram formados para o grupo etário dos 4 aos 8 anos (2 anos de pré-escolar e 2 anos iniciais da escola primária) e os bacharéis em "*Ensino básico*" eram formados para o grupo etário dos 8 aos 12 anos (2 anos terminais da escola primária e 2 anos do "ciclo preparatório"). Mas em 1986 chegou-se a um consenso mais conservador, separando a formação de "Educadores de infância" da dos "Professores do ensino primário".

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 foi precedida por uma discussão de propostas dos partidos políticos no parlamento e confirmou a **integração da educação pré-escolar no sistema educativo**, mas optou pela divisão entre educação pré-escolar, educação escolar e educação extra-escolar, separando o ensino básico obrigatório da educação pré-escolar, que foi desvalorizada e deixada à iniciativa privada ou então foi-lhe dada alguma importância como preventiva do insucesso escolar sobretudo com o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE).

Dez anos depois da sua aprovação os educadores de infância e os professores do ensino primário (1º ciclo do ensino básico) passaram a ser formados ao nível de licenciatura e não de bacharelato, como em 1986.

Vinte anos depois, a Lei 5/77 deu lugar à Lei 5/97, que marca um ponto de viragem na educação pré-escolar como "**primeira etapa da educação básica**", assumindo a necessidade de: "a) **Criar uma rede pública de educação pré-escolar**, generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades; b) **Apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil**, na medida em que a oferta disponível seja insuficiente; c) Definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos organizativo, pedagógico e técnico, e assegurar o seu efectivo cumprimento e aplicação, designadamente através do acompanhamento, da avaliação e da fiscalização; d) Prestar apoio especial às zonas carenciadas." Segundo a Lei 5/97, "**as redes de educação pré-escolar são constituídas por uma rede pública e uma rede privada, complementares entre si**, visando a oferta universal e a boa gestão dos recursos públicos." O Decreto-lei 147/97 veio considerar que "a **tutela pedagógica**, nos termos da lei, é da competência do Ministro da Educação (e) a **tutela técnica**, também nos termos da lei, é da competência conjunta dos Ministros da Educação e da Solidariedade e Segurança Social."

Quando parecia ir dar-se um passo em frente, o XV Governo Constitucional vem pôr tudo em causa com a Proposta de Lei 74/IX, que levou ao TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO da Comissão de Educação, Ciência e Cultura à Proposta de Lei 74/IX, Projectos de Lei 305/IX, 306/IX, 320/IX e 321/IX (2004-05-12), que, por um lado, considera "**uma rede nacional de serviço público de educação pré-escolar**", um conceito considerado por alguns mais próprio do neo-liberalismo e do Banco Mundial do que o que está previsto na Constituição

da República Portuguesa ou nas recomendações da UNESCO e, por outro, ao considerar que **"a educação pré-escolar deve articular-se, progressivamente, com os serviços de creche, num modelo coerente e sequencial de educação de infância"** e não com a educação básica na perspectiva da educação permanente (em que a educação pré-escolar é "primeira etapa da educação básica"), faz-nos regredir a patamares que alguns países europeus já tinham ultrapassado no século XIX.

Conclusão:

funções da educação de infância em Portugal

As primeiras referências à educação institucional de crianças antes da idade escolar remontam, em Portugal, a tempos recuados de conventos femininos com clausura e *rodas* onde eram abandonadas meninas-bebés não desejadas, sendo os meninos recebidos em colégios de órfãos e abandonados orientados por padres, havendo notícia do facto desde o séc. XVII, se não se referir as Misericórdias que prestavam assistência a órfãos e abandonados desde o séc. XV. E, com a expulsão das ordens religiosas em 1834, os conventos, colégios e hospícios deram lugar a casas de asilo da Sociedade das Casas da Infância Desvalida de Lisboa, que existiram para além do tempo da Monarquia. A sua função era sobretudo assistencial de tipo asilar.

A função também assistencial de guarda, que nos países industrializados começou desde 1816, em Portugal só teve a primeira pressão legal em 1891 com a obrigação das fábricas com mais de 50 trabalhadoras criarem creches, onde as mães podiam ir amamentar os filhos, não havendo rasto de qualquer concretização nesse sentido. Quando noutros países europeus, na linha de Froebel, se difundia a educação infantil com função educativa, em Portugal ficou-se pelo apoio teórico da moda à pedagogia de Froebel, começando o incentivo legal a privados para a criação de "asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para recolherem as crianças de três até seis anos" com a reforma de Rodrigues Sampaio de 1878 e tendo a Câmara de Lisboa aberto um "jardim-modelo", a escola Froebel no Jardim da Estrela que de 1882 a 1892 terá sido frequentada por 2.932 crianças dos 3 aos 7 anos.

Na Primeira República, no que concerne ao ensino infantil público, e apesar da extensa legislação publicada com as ideias mais progressistas, verifica-se a sua quase inexistência prática. Durante este período, existiram divergências em relação às funções que a educação de infância devia ou não desempenhar na preparação escolar, integrado ou não no então ensino primário. Mas, apesar dessas divergências, o ensino infantil foi sempre considerado como uma componente fundamental do sistema educativo e só não foi considerado escolaridade obrigatória por não haver capacidade financeira.

As estatísticas da educação de infância no período da I República são diminutas e não fazem referência à existência de escolas infantis criadas

oficialmente a 1911-03-29 nem à existência de classes preparatórias (secções infantis) para o ensino primário instituídas pelo Decreto 5787-A de Leonardo Coimbra nem referem os 4 Jardins-Escolas João de Deus (Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça e Lisboa) com função pré-escolarizante nem as 7 escolas infantis do município do Porto nem à Escola Maternal e Profissional de Vairão para raparigas (dos 2 aos 18 anos) nem à Escola Maternal da Ajuda (distrito de Lisboa) para rapazes (dos 3 aos 10 anos), com função de guarda e educação. Poderá concluir-se que, para além do manifesto interesse político ou simplesmente retórico atribuído ao "ensino infantil", pouco fez o Estado por ele. No entanto convém pôr a hipótese de que as escolas e secções infantis constantes nas estatísticas de 1926/27, que eram as *classes preparatórias* nas escolas primárias para crianças de 6 e 7 anos instituídas pelo Decreto 5787-A de Leonardo Coimbra, já existissem na I República e não fossem consideradas ensino infantil, mas como ensino primário e aí fossem contabilizadas.

Enquanto em Portugal se legislava no sentido da criação do ensino infantil oficial com função educativa em 1911 e sobretudo em 1919 com as classes preparatórias de Leonardo Coimbra, em França este já se encontrava institucionalizado desde 1879 e integrado no ensino primário. Enquanto que em Itália Maria Montessori fundara a primeira *Casa dei Bambini* em 1907, em Portugal a primeira referência legal sobre a importância da utilização no ensino infantil do material desta médica pedagoga surge em 1919 o que denota o conhecimento e a importância que se começava a dar no nosso país à pedagogia de Montessori que aliava nas *Scuola Materna* a função de guarda e a função pedagógica, acrescentando a função socializadora. Embora se ficasse sobretudo pelas melhores intenções.

As melhores intenções da I República não passaram à prática e consumiam dinheiros públicos que não havia, por isso militares e povo acabaram com a utopia republicana e impuseram uma nova ordem mais pragmática, restringindo os gastos ao essencial e deixando a quem quisesse os luxos do que não fosse estritamente indispensável: para resolver o problema financeiro do país foram chamar um austero professor universitário especialista em finanças públicas, que apoiou a ditadura militar (1926-1933) e depois arquitectou o Estado Novo (1933-1974), num tempo de grande depressão mundial e recessão económica generalizada, desemprego, fome e guerra.

A Ditadura Militar começara por reconhecer as vantagens do ensino infantil para as crianças em idade anterior à da escolaridade obrigatória, considerando

que os objectivos da I República seriam para prosseguir, não fossem as dificuldades financeiras. Mas a Constituição de 1933 veio implantar um regime paternalista assente na "família" como mecanismo da melhor sobrevivência individual, protegendo a maternidade e promovendo o salário familiar, considerando que a educação e a instrução "pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela" e que "havendo, homens, desempregados, não é de permitir em muitas indústrias o recurso abusivo à mão de obra mais barata fornecida pelas mulheres e pelos menores", pelo que a função educativa é da estrita competência da família e a função de guarda não é necessária, porque as mães (do povo) devem estar em casa a tratar dos filhos e a garantir boas condições para que o marido possa trabalhar fora de casa a arranjar o sustento da família. Assim são fundadas várias instituições do Estado para apoio da família: a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (1936-1975) com função, entre outras, de "promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar em complemento da acção da família"; o *Instituto Maternal* (1944) com funções de aperfeiçoamento e coordenação da assistência à maternidade e primeira infância, com os Centros (locais) de Assistência Social Infantil ou a Casa Pia de Lisboa: consultas pré-natais e pós-natais, cantinas maternais e postos de assistência ao parto no domicílio, maternidades e abrigos maternais, creches-lactários e dispensários infantis; o *Instituto de Assistência à Família* que tem por fim favorecer a família na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias; o *Instituto de Assistência a Menores* (1945); o *Instituto da Família e Acção Social* (março de 1974). Em contrapartida, são suspensas (de 1936 a 1942) as matrículas nas escolas do magistério primário, oficiais e particulares, convertidos (1936) os postos de ensino em postos escolares neles mantendo regentes em vez de professores e extinta (1937) a educação infantil ("prevê-se a extinção ou conversão nas respectivas escolas, devendo procurar-se em mais adequadas formas de actividade educativa, como a *Obra das Mães pela Educação Nacional*, a resolução do problema"). Aquando da extinção da educação infantil, a Câmara Corporativa deu o parecer que "o ensino infantil não deve ser totalmente excluído do quadro do ensino do Estado, dada a sua importância e o seu incontestável valor formativo, aguardando-se a oportunidade de considerar esse novo problema, quando o primeiro (problema do ensino primário), mais urgente, se encontrar em via de solução."

Havia ainda iniciativa privada de carácter assistencial e social, de que são exemplos, além das Misericórdias, a acção desenvolvida pelo Professor Bissaya Barreto, através da *Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança*, que, entre 1936 e 1970, criou vinte e cinco Casas da Criança, e pelo padre Américo (1887-1956) através da *Obra da Rua* com as suas Casas do Gaiato em Miranda do Corvo (1940), Paço de Sousa (1943) e arredores de Setúbal (1955).

A partir de 1937, a educação de infância em Portugal apresenta uma nítida diferenciação de funções: a função educativa, que compete à família, vai poder passar a ser coadjuvada apenas pelo ensino particular, com especial relevo para os Jardins-escolas João de Deus, fiscalizados pelo ministério da educação; e ao Estado vai competir a função assistencial e social de apoio à família, que passará para a competência dos ministérios da assistência social e que tinham como objectivo primordial diminuir a mortalidade infantil.

A Câmara Corporativa depositou (1938) fundadas esperanças na iniciativa privada para a realização da educação infantil, referindo os "excelentes jardins-escolas João de Deus...", apontados como um bom exemplo, mesmo para ser considerado como um modelo pedagógico nacional. Durante a I República tinham sido criados quatro Jardins-Escolas João de Deus, de 1926 a 1938 foram criados mais três, de 1938 a 1974 foram criados mais dezasseis. De 1920 a 1943, *Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus* (1914-1946) formava as suas próprias educadoras e auxiliares consoante as necessidades dos seus Jardins-Escolas e foi oficializado o Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus (1943-1989), primeiro curso de educadores de infância em Portugal, que formou 2517 educadores. Foram fundadas depois duas escolas de formação de educadoras de infância: o Instituto de Educação Infantil e a Associação de Pedagogia Infantil, proprietária da actual Escola Superior de Educação de Infância Maria Ulrich.

Desde 1960 a OCDE apoiou o desenvolvimento de Portugal e a situação económica, social e política do país foi-se alterando, com maior desenvolvimento industrial, migração populacional para as zonas industrializadas e aumento de mão de obra feminina, o que originou o aparecimento de mais instituições particulares de apoio à criança e à mãe trabalhadora, surgindo a expansão e desenvolvimento de creches e Centros de Bem-Estar Infantil com funções assistenciais e de guarda para apoio às famílias cujos cônjuges trabalhavam fora de casa. O Ministério da Saúde e

Assistência também criou creches e jardins de infância, com função supletiva da família, substituindo-a durante os horários de trabalho dos pais ou outros impedimentos temporários. E em 1970 a dra. *Maria Teresa Lobo*, subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, a primeira mulher no governo de Portugal, dinamizou a criação e reorganização de instituições particulares de assistência e solidariedade social, nomeadamente de *Centros de Bem-estar Infantil* que deveriam ter creches e jardins de infância, pondo-se um problema novo que era o de atribuir funções educativas a jardins de infância tutelados pelo Ministério da Saúde e Assistência.

A Lei 5/73 aprova bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo, procurando seguir recomendações internacionais para passar dos 7 para os 6 anos a idade de entrada na escolaridade obrigatória, para a necessidade do prolongamento da escolaridade obrigatória de 8 anos e de dar mais atenção à educação pré-escolar, reintegrando a educação pré-escolar dos 3 aos 6 anos no sistema educativo, definindo os seus objectivos e criando escolas de educadoras de infância.

Passa a haver jardins de infância pertencentes a vários ministérios de tutela pelo que as funções da educação de infância variavam de instituição para instituição. Os jardins de infância dependentes do Ministério da Educação desempenhavam uma função predominantemente educativa enquanto que, os jardins de infância dependentes do Ministério da Saúde e da Segurança Social desempenhavam uma função predominantemente assistencial e de guarda. Para além destes, os jardins de infância particulares, com ou sem subsídio governamental, desempenhavam uma função assistencial e de guarda e no caso dos Jardins-Escola João de Deus uma função educativa pré-escolarizante.

Nas estatísticas de 1926 a 1937 pode verificar-se a função assistencial e social de lactários e creches e os asilos desempenham função preponderante em relação a casas pias e orfanatos; o ensino infantil é residual, sendo inferior a 1% da população infantil em idade para a frequentar, o que justificou a extinção do ensino infantil oficial em 1937. Nas estatísticas de 1937 a 1956 pode verificar-se o reforço das funções assistenciais e sociais da educação de infância em internatos, semi-externatos e externatos, colónias de férias, sendo de referir apenas os jardins-escolas João de Deus. Nas estatísticas de 1957 a 1973 foram aumentando os estabelecimentos educação de infância à medida que o país se ia desenvolvendo (sob pressão da OCDE desde 1960),

industrializando e urbanizando.

A revolução do 25 de Abril marcou uma ruptura na sociedade portuguesa, a dinâmica da reforma Veiga Simão foi quebrada e os problemas sociais passaram a ser encarados como os mais importantes. A diversidade de tutelas dos ministérios da Saúde e Segurança Social, por um lado, e da Educação (a partir de 1978/79), pelo outro, foi aumentando a confusão de funções da educação de infância: à função assistencial e de guarda e à educativa, os novos poderes, de orientação social e socialista, acrescentaram a função compensatória com o objectivo de atenuar as diferenças sócio-económicas e culturais das crianças e famílias.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabeleceu, no art.74º-3, que «Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: *a)* Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; *b)* Criar um sistema público de educação pré-escolar; (...) *e)* Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino (...)» e a Lei 5/77 criou o sistema público de educação pré-escolar, com o seu próprio estatuto e objectivos. E, à semelhança das *classes preparatórias* nas escolas primárias para crianças de 6 e 7 anos que Leonardo Coimbra lançou em 1919, foram autorizadas as classes pré-escolares e o ano preliminar, para crianças de 5 anos, com a principal finalidade de preparar para a escola numa tentativa de diminuir as altas percentagens do insucesso escolar nos primeiros anos da escolaridade obrigatória.

Desde 1978 se tornou a Universidade de Aveiro (CIFOP) um centro inovador para a formação de professores. O Prof. Dr. João Evangelista Loureiro (1926-1986), da Universidade de Aveiro, dinamizou a criação dos primeiros bacharelatos para educadores de infância e professores do ensino primário, que assentava numa concepção de "educação básica na perspectiva da educação permanente", segundo as orientações da UNESCO e do Conselho da Europa, em que os bacharéis em "*Educação pré-escolar e ensino primário*" eram formados para o grupo etário dos 4 aos 8 anos (2 anos de pré-escolar e 2 anos iniciais da escola primária) e os bacharéis em "*Ensino básico*" eram formados para o grupo etário dos 8 aos 12 anos (2 anos terminais da escola primária e 2 anos do "ciclo preparatório"). Mas em 1986 chegou-se a um consenso mais conservador, separando a formação de "Educadores de infância" da dos "Professores do ensino primário".

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 foi precedida por uma discussão de propostas dos partidos políticos no parlamento e confirmou a integração da educação pré-escolar no sistema educativo, mas optou pela divisão entre educação pré-escolar, educação escolar e educação extra-escolar, separando o ensino básico obrigatório da educação pré-escolar, que foi desvalorizada e deixada à iniciativa privada ou então foi-lhe dada alguma importância como preventiva do insucesso escolar sobretudo com o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE).

Dez anos depois da sua aprovação os educadores de infância e os professores do ensino primário (1º ciclo do ensino básico) passaram a ser formados ao nível de licenciatura e não de bacharelato, como em 1986.

Vinte anos depois, a Lei 5/77 deu lugar à Lei 5/97, que marca um ponto de viragem na educação pré-escolar como "primeira etapa da educação básica", assumindo a necessidade de: "a) Criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades; b) Apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil, na medida em que a oferta disponível seja insuficiente; c) Definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos organizativo, pedagógico e técnico, e assegurar o seu efectivo cumprimento e aplicação, designadamente através do acompanhamento, da avaliação e da fiscalização; d) Prestar apoio especial às zonas carenciadas." Segundo a Lei 5/97, "as redes de educação pré-escolar são constituídas por uma rede pública e uma rede privada, complementares entre si, visando a oferta universal e a boa gestão dos recursos públicos." O Decreto-lei 147/97 veio considerar que "a tutela pedagógica, nos termos da lei, é da competência do Ministro da Educação (e) a tutela técnica, também nos termos da lei, é da competência conjunta dos Ministros da Educação e da Solidariedade e Segurança Social."

Quando parecia ir dar-se um passo em frente, o XV Governo Constitucional pôs tudo em causa com a Proposta de Lei 74/IX, que levou ao TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO da Comissão de Educação, Ciência e Cultura à Proposta de Lei 74/IX, Projectos de Lei 305/IX, 306/IX, 320/IX e 321/IX, que, por um lado, considera "uma rede nacional de serviço público de educação pré-escolar", um conceito considerado por alguns mais próprio do neo-liberalismo e do Banco Mundial do que o que está previsto na Constituição da República Portuguesa ou nas recomendações da UNESCO e, por outro, ao considerar que "a educação pré-

escolar deve articular-se, progressivamente, com os serviços de creche, num modelo coerente e sequencial de educação de infância" e não com a educação básica na perspectiva da educação permanente (em que a educação pré-escolar é "primeira etapa da educação básica"), faz-nos regredir a patamares passados.

Ao longo da história da educação em Portugal a educação de infância apresenta problemas que estão relacionados com as funções que se lhe atribuem:

1. O grande problema é saber se a educação de infância deve ser articulada com a creche ou ser a primeira etapa da educação básica.
2. O segundo problema é saber se se deve "criar um sistema público de educação pré-escolar" ou "uma rede nacional de serviço público de educação pré-escolar".
3. O terceiro problema é saber qual o ministério que deve tutelar administrativa e pedagogicamente a educação de infância.
4. O quarto problema é saber se deve haver ou não um currículo para a educação de infância.
5. O quinto problema parece estar resolvido: os educadores de infância têm uma formação inicial do mesmo nível dos professores do ensino básico.

1. A educação de infância como primeira etapa da educação básica

Já em 1976 no relatório da UNESCO *A criança e o seu desenvolvimento desde o nascimento até aos 6 anos: conhecê-la melhor para melhor a ajudar* afirmava-se: "admite-se actualmente que a educação pré-escolar deve ser concebida como a fase inicial da educação permanente à qual servirá de base..." uma vez "que a educação da criança não começa quando esta entra para a escola: a escola lança a semente do saber, mas a aptidão do terreno para a receber foi preparada muito antes".

No *Parecer sobre a educação pré-escolar na Europa: as grandes prioridades* do Grupo de Coordenação da Educação Pré-escolar e do Ensino Primário do CCC/CE em 1977, que sintetizou as conclusões do primeiro grande estudo do Conselho da Europa sobre a educação pré-escolar "recomenda-se ... que dêem prioridade elevada às medidas destinadas a assegurar a todas as crianças uma educação pré-escolar gratuita durante pelo menos dois anos antes de atingirem a idade da escolaridade obrigatória", que "é necessário tomar medidas para acabar com as barreiras entre educadores de infância e professores do

ensino primário” e que “estas categorias de profissionais da educação deveriam receber uma formação de base comum, correspondente à escolaridade da educação pré-escolar à escola primária e mais tarde poderem seguir uma formação contínua com o objectivo de favorecer uma compreensão mútua”.

Na *Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos* na 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, em Lisboa em 1981, diz-se que “o período dos 3 aos 8 anos é decisivo no desenvolvimento de todas as crianças”, que “em alguns países a questão tem sido posta de forma a saber se a educação pré-escolar não deve ser alargada a todas as crianças, e mesmo (...) se ela não deve tornar-se obrigatória, por exemplo com uma descida gradual da idade de início da escolaridade obrigatória. Há países que já têm legislação neste sentido. Tal desenvolvimento tem como objectivo proteger a pequena percentagem de crianças que resta (na maioria das vezes precisamente as que mais precisam de educação pré-escolar) que, de outra forma, estão em desvantagem se começarem a educação primária sem terem frequentado a educação pré-escolar. A obrigatoriedade da educação pré-escolar dentro do sistema escolar proporciona (aos que mais precisam) oportunidades para eliminar problemas de transição entre pré-escola e escola” e que “em todos os países a educação pré-escolar é demasiado importante para que se torne meramente uma extensão para baixo do presente sistema escolar; qualquer risco de desenvolvimento nessa direcção deve ser circunscrito por medidas políticas apropriadas que mantenham a ênfase no estágio pré-escolar de desenvolvimento social e individual (físico e cultural), e, por outro lado, encorajem que a criatividade da melhor prática nas classes pré-escolares se prolongue pela escola primária.”

Nas *Recomendações do Projecto nº 8* do Conselho da Europa (1988) aponta-se claramente: “É importante melhorar a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, para garantir que as práticas pedagógicas acompanhem e favoreçam um desenvolvimento contínuo da criança. Os métodos educativos dos jardins de infância devem ter em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento da criança, para estimular e reforçar esse desenvolvimento. Os processos de aprendizagem e as técnicas de ensino utilizadas deveriam levar à criação de um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação).”

No Relatório Delors *Educação: um tesouro a descobrir* (Delors/Unesco, 1996) lê-se "a educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco."

A Lei 5/77 deu lugar à Lei 5/97, que marca um ponto de viragem conceptual na educação pré-escolar como "primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida", não concretizada na prática e nas práticas.

Nesta perspectiva a educação básica seria de oito anos, dos 3/4 anos aos 11/12 anos, em ciclos de 4 anos (4-7 e 8-11), incluindo, pelo menos, os dois últimos anos da actualmente chamada educação de infância ou pré-escolar. De qualquer modo, não faz sentido considerar-se, hoje, uma rede própria para a educação antes da escolaridade obrigatória, antes deve ser integrada na educação básica.

2. "Um sistema público de educação pré-escolar" de dimensão municipal (integrando estabelecimentos públicos e privados)

No *Parecer sobre a educação pré-escolar na Europa: as grandes prioridades* do Grupo de Coordenação da Educação Pré-escolar e do Ensino Primário do CCC/CE, em 1977, diz-se que "a educação pré-escolar e o ensino primário devem, tanto quanto possível, estar agrupados no mesmo local de modo que as crianças que entram para o ensino primário continuem num contexto e ambiente que lhes são familiares."

Nas Recomendações do *Projecto nº 8* do Conselho da Europa (1988) aponta-se claramente para "um processo contínuo sem interrupções para as crianças dos 3-4 aos 11-12 anos numa mesma escola básica (com o mesmo pessoal com a mesma formação)."

Nesta perspectiva a actual educação pré-escolar dos 3/4 anos até à entrada na escolaridade obrigatória deixaria de ser pré-escolar para ser integrada na rede da educação básica numa rede única de dimensão municipal. E as creches até aos 3 anos constituiriam uma outra rede de dimensão municipal de serviço público de educação da primeira infância.

3. A tutela administrativa e pedagógica da educação de infância

No *Parecer sobre a educação pré-escolar na Europa: as grandes prioridades* do

Grupo de Coordenação da Educação Pré-escolar e do Ensino Primário do CCC/CE, em 1977, recomenda que “é desejável submeter a educação pré-escolar e o ensino primário à mesma tutela administrativa, no Ministério da Educação, uma vez que se trata de duas etapas do mesmo processo contínuo de educação.

Na *Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos* na 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, em Lisboa em 1981, diz-se que “quando a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar em larga escala não é da responsabilidade do Ministério de Educação, torna-se particularmente necessária a coordenação entre os serviços: creche, jardim de infância e complemento de horário para guarda das crianças como apoio à família, serviços educacionais e de saúde/bem-estar.”

No caso português parece recomendável que a tutela administrativa e logística da rede municipal da educação básica (dos 3/4 anos aos 11/12 anos) esteja a cargo de cada município e a tutela pedagógica (incluindo o pessoal docente) esteja a cargo do Ministério da Educação. Para a rede municipal de creches até aos 3 anos a tutela administrativa e logística estaria a cargo de cada município e a tutela técnica (incluindo o pessoal técnico) estaria a cargo do Ministério da Saúde e do serviço social.

4. Um currículo para a educação básica (desde os 3/4 anos)

Na *Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos* na 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, em Lisboa em 1981, diz-se que “devem ser tomadas medidas eficazes para assegurar a continuidade – sem uniformidade – dos conteúdos pedagógicos e métodos dos estabelecimentos de educação pré-escolares e das primeiras classes da escola primária. Os educadores e os professores do ensino primário devem ser formados de forma a que a consistência dos objectivos e a continuidade da prática entre os dois sectores se torne uma realidade ... (devendo) ter-se sempre em consideração: — 1) uso de jogos, música, arte e outras actividades para estimular as faculdades de aprendizagem e desenvolver aptidões sociais e físicas, comunicação, criatividade e expressividade pessoal; — 2) mais oportunidades para crianças de diferentes grupos sociais, raciais e religiosos (incluindo os deficientes) serem educadas todas umas com as outras em contexto igualitário, com o

intuito de cultivar a tolerância e a abertura de espírito desde a mais tenra idade; — 3) ajudar as crianças em idade pré-escolar a ultrapassar possíveis dificuldades culturais (particularmente os problemas linguísticos), sobretudo permitir às crianças emigrantes tomar conhecimento das condições sociais e culturais no país de acolhimento antes de entrar na escola primária, e mesmo, como se faz em alguns países, desenvolver medidas especiais para melhorar língua materna e a própria identidade cultural das crianças emigrantes; — 4) medidas tendo em vista eliminar estereótipos relativos aos sexos na educação pré-escolar e primária; — 5) envolvimento dos pais no trabalho da escola, como elemento necessário na criação (em casa e na escola) de um ambiente efectivo de aprendizagem para a criança como um recurso suplementar à escola e como um meio de educação da comunidade; — 6) um tamanho das classes que permita uma maior interacção professor/criança e o desenvolvimento pessoal e social da criança de harmonia com o seu nível de desenvolvimento e as suas capacidades individuais; — 7) formar os professores (na formação inicial e contínua) para a coordenação da cooperação institucional, da prática na sala de aula e dos objectivos e métodos da educação pré-escolar e da escola primária com vista a facilitar a transição entre estes dois níveis de educação; — 8) compatibilizar os horários da instituição educativa com os dos trabalhos dos pais; e encorajar a flexibilidade nos horários de trabalho para dar aos pais mais tempo para os seus filhos sem o risco de serem discriminados nos seus empregos; — 9) encontrar solução para problemas específicos e regionais (ex.: transportes em zona de montanhas ou áreas populacionais dispersas); aproveitar o meio envolvente local como uma fonte de aprendizagem.

Nas Recomendações do *Projecto nº 8* do Conselho da Europa (1988) aponta-se para que os currículos dos primeiros anos da educação básica construam uma realidade nova resultante do que era (foi) a educação pré-escolar e o ensino primário: “— 1. Como resultado das crescentes expectativas da sociedade, as escolas *básicas* devem fazer face a um leque cada vez mais vasto de pretensões relativamente ao currículo e programas, alguns dos quais (como: a educação para os direitos humanos, para a paz, para o ambiente e para a dimensão europeia...) estão inteiramente na linha dos fins e objectivos do ensino *básico*. Estas questões fundamentais devem ser integradas no conjunto do currículo e não serem tratadas como matérias separadas. Confrontados com estas novas exigências, os professores têm de continuar a

ensinar as áreas ou disciplinas tradicionais e que mantêm toda a sua importância, tais como a leitura, a escrita, o cálculo, as artes, as ciências, a música. Trata-se de conseguir nos currículos e nos programas um equilíbrio dinâmico entre os novos conteúdos e as competências de base, entre o desenvolvimento geral e as aprendizagens específicas... — 2.... Uma inovação assente em novos conteúdos (ciência e tecnologia, ciências humanas...) não deve procurar dar somente às crianças novos conhecimentos e aptidões, mas ter também em conta os novos modos de interacção entre as crianças e os professores: cooperação, pensamento criativo, resolução de problemas... É natural que este tipo de interacções não diga unicamente respeito às partes novas, mas a todo o currículo. — 3. Educação ambiental: uma das tarefas do ensino *básico* é sensibilizar a criança para o seu meio ambiente imediato. Ela pode, assim, adquirir progressivamente um conjunto de conhecimentos e aptidões que lhe permitam compreender real e activamente o meio no qual ela vive; assim se opera nela a passagem da indiferença à tomada de consciência do papel responsável que ela deve e deverá ter para preservar e melhorar a qualidade desse meio. Para isso, é desejável utilizar o meio local como um conjunto de recursos pedagógicos, capazes de mostrar à criança a riqueza da sua região, do seu património, da sua língua e cultura. — 4. Áreas ou disciplinas que permitem adquirir certas aptidões: resolução de problemas, estratégias de raciocínio, selecção de informações. Matemáticas: na escola *básica*, deveriam ser concebidas como uma primeira experiência, dando ao aluno meios para ver, discutir e representar situações da vida real em termos matemáticos, para resolver problemas e adquirir progressivamente confiança em si próprio. Uma tal atitude constituiria uma base sólida para o desenvolvimento matemático no prosseguimento dos estudos. Ciência e tecnologia: na escola *básica* devem ser concebidas como um todo e percebidas como tal. Várias aptidões (comunicar, interpretar dados, conceber e realizar uma experiência, testar resultados, avaliar ou modificar o dispositivo...) são comuns aos dois domínios. O conjunto destas actividades deve desenvolver na criança a compreensão dos conceitos ligados aos materiais, à energia, à estrutura, ao controlo, à segurança. Tecnologias da informação: é indispensável que as crianças aprendam a dominar a leitura e mesmo a produção de imagens, que possam iniciar-se na informática e desenvolver um conjunto de aptidões que lhes permitam coleccionar dados, formular problemas e formalizar ideias, ou seja, utilizar activamente os meios tecnológicos para realizar os seus projectos pessoais. Para isso, é necessário

que os professores saibam cada vez mais utilizar de modo eficaz e crítico os computadores como meios de demonstração e ensino. Meios de comunicação social (media): na encruzilhada dos meios de comunicação social e das novas tecnologias de informação, “a explosão de conhecimentos” põe brutalmente o problema da distinção entre as informações disponíveis no exterior e no interior do quadro escolar e sobre os vectores destas informações... Ciências humanas: além de uma aquisição de aptidões que permitam resolver problemas racionais e materiais, a criança deve ser posta em situação de abordar e resolver os problemas afectivos e interpessoais. Uma parte do currículo e programa da escola *básica* deve ser consagrada ao desenvolvimento destas qualidades. — 5. Ler e escrever: face ao aumento do fenómeno do “iletrismo” ou “novo analfabetismo”, é preciso que nos interroguemos sobre a eficácia das aprendizagens fundamentais da leitura e da escrita. Entre as hipóteses de melhoria contam-se a ajuda individualizada e o ensino diferenciado. Mas convém igualmente convencer professores e pais que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo contínuo ao longo da escolaridade, que não se restringe apenas aos primeiros anos da escola básica. — 6. Segunda língua: É bastante importante introduzir no ensino *básico* a aprendizagem de uma outra língua além da materna. É um elemento facilitador de trocas e de comunicação; é ter, também, uma perspectiva sobre os povos e os acontecimentos situados na Europa ou no Mundo. O ensino desta segunda língua não deve ser concebido como um elemento isolado do currículo; ele deve, com efeito, contribuir para: - abrir o espírito das crianças aos modos de vida e aos costumes dos outros povos; - desenvolver a tolerância e o respeito das diferenças, pela comparação entre o seu e os outros Países; - reduzir o egoísmo e os preconceitos tanto em relação aos outros povos como em relação aos seus próprios compatriotas. A introdução de uma segunda língua alarga assim, por um lado, as capacidades de comunicação das crianças e, por outro, as suas perspectivas de formação moral, cultural e social.”

Uma condicionante da integração da educação “pré-escolar” na educação básica é a continuidade de currículos apropriados a cada etapa com respeito pela especificidade de cada uma, sem antecipar os objectivos da escola primária.

5. Educadores de infância com formação inicial do mesmo nível dos professores do ensino básico

Outra condicionante da integração da educação “pré-escolar” na educação básica seria a de ter “o mesmo pessoal com a mesma formação”, ou seja, professores com o mesmo nível de formação. Em 1983 na ESE de Viseu tentara-se formar professores em *"Educação pré-escolar e ensino primário"* para o grupo etário dos 4 aos 7 anos e professores em *"Ensino básico"* para o dos 8 aos 11 anos. Faltava a formação de educadores para o grupo até aos 3 anos.

De qualquer maneira já se conseguiu em Portugal que todos estes agentes educativos tenham o mesmo nível na formação inicial.

A tradicional concepção de educação pré-escolar até à entrada na escolaridade obrigatória tem de ser revista com a hipótese recomendada de uma alargada educação básica e com ela as funções que lhe têm sido atribuídas.

Bibliografia

- ARROTEIA, J. & MEURIS, G. (1993). *Estudos em educação comparada*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO MÉTODO DE JOÃO DE DEUS (1882). *Estatutos*. Lisboa: Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus.
- ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO MÉTODO JOÃO DE DEUS, BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS (1908). Lisboa: Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes E Jardins-Escolas.
- ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS (1946). *Estatutos*. Separata (DG 243, II série, 1946-10-18)
- ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS (1972). *Estatutos*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BAIRRÃO, J. (1992). "Psicologia do desenvolvimento e psicologia da Educação: O caso da educação e cuidados pré-escolares". *Inovação*, 5 – nº 1. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BAIRRÃO, J. e TIETZE, W. (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BAIRRÃO, J. e VASCONCELOS, T. (1997). "A educação pré-escolar em Portugal: contributos para uma perspectiva histórica". *Inovação*, 10 – nº 1. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BAIRRÃO, J. (1990). *Perfil nacional dos cuidados prestados às crianças com idade inferior a seis anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BAIRRÃO, J. et al. (1997). *Desenvolvimento do sistema educativo português: educação pré-escolar*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- BLACKBURN. V. & MOISAN. C. (s/d). *The in-service training of teachers: in the twelve Member States of the European Community*. Presses Interuniversitaires Européennes Maastricht.

- BAPTISTA, A. F. (2000). *Guia do mundo 2000/2001*. Lisboa: Trinova.
- BAUDELLOT, O. & GUIBERT, L. (1977). *Formation, petit enfance et partenariat*. Paris: L'Harmattan, p. 39-40.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude (1964). *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Éd. Minuit, 1985. / *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona: Labor, 1967.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude (1970). *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Éd. Minuit, 1973, 1983. / *A reprodução: elementos para uma teoria de sistema de ensino*. Lisboa: Vega, 1972, 1978. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves.
- CAMPOS, B. (1987). "Prefácio". PIRES, E. LEMOS (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Porto: Asa.
- CAMPOS, B. (1995). *Formação de professores em Portugal*. Lisboa: IIE.
- CARDONA, M. (1997). *Para a história da educação de infância em Portugal: o discurso oficial (1834-1990)*. Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, A. (1997). "Jardins-escola João de Deus: exemplo de gestão de uma rede de escola particulares disseminadas pelo país". ANA L., BARROSO, J., PINHAL J. (org.) *A administração da educação: investigação, formação e práticas. Actas do 1.º congresso do forum português de administração educacional*. Lisboa. (p. 337-339)
- CARVALHO, A. (1991). *Éléments pour l'histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa: Escola João de Deus.
- CARVALHO, M. L. (2000). "O dilema das creches: instituição assistencial versus instituição educativa". *Actas do Congresso Internacional: "Os mundos sociais e culturais da infância"*. Vol. II. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- CARVALHO, R. (1986). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Gulbenkian.
- CONSELHO da EUROPA (1979). *Les grandes priorités de l'éducation préscolaire*. Strasbourg: CE, Conseil de la Coopération Culturelle, Éducation et Culture.

- CONSELHO DA EUROPA (1988). *Projet nº8 du CDCC: L'innovation dans l'enseignement primaire (Rapport final) / Project nº8 of the CDCC: Innovation in primary education (Final report)*. — CCC / DEE — Estrasburgo: 1988-04-18 / *Projecto nº 8: A inovação no ensino primário (Relatório final)* Trad. C. Meireles-Coelho. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1988-89). *Pareceres e recomendações*. Lisboa: CNE. Vol. II.
- CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1994). *Pareceres e recomendações*. Lisboa: CNE.
- CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1995). *Pareceres e recomendações*. Lisboa: CNE.
- CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1996). *Pareceres e recomendações*. Lisboa: CNE.
- CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2003). *Educação de infância em Portugal: situação e contextos numa perspectiva de promoção de equidade e combate à exclusão*. Lisboa: CNE.
- CORREIA, I. (1981). "A educação pré-escolar: Da tradição ao sistema público". SILVA, M. & TAMEN, M. (coord.). *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRUZ, I. (1997) Perspectivas da União Europeia para o desenvolvimento da educação pré-escolar em meio rural. *Inovação*, 10.
- DELORS, J. (coord.) / UNESCO (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da INTERNATIONAL COMMISSION ON EDUCATION FOR THE TWENTY-FIRST CENTURY. Porto: Edições Asa.
- DOTTRENS, R. (1966). *Éduquer et instruire*. Paris: Unesco-Nathan. / *Educar e instruir*. (Trad. A. Pescada). Lisboa: Estampa, 1974, 1978.
- FERNANDES, A. (1992). *A Comunidade Europeia*. Lisboa: Presença.
- FERNANDES, A. SOUSA (2001). "Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente." *A construção social da educação escolar*. (coord. PIRES, E. LEMOS). Porto: Asa.
- FERRER, F. (1990). *Educación comparada: Fundamentos teóricos, metodología y*

modelos. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias.

FIGUEIREDO, M. (1988). "A reforma educativa portuguesa de 1986: retórica e realidade". ESTRELA, A. et al. (org.). *Revista Temas de Investigação*, nº 6, p. 35-48.

FORMOSINHO, J. (1995a). "A educação pré-escolar em Portugal". *Revista da Escola Superior de Educação de Santa Maria* nº 2. p.9-18.

FORMOSINHO, J. (1995b). "A expansão da educação pré-escolar: análise de um projecto de Decreto-lei do Ministério da Educação". CONSELHO NACIONAL de EDUCAÇÃO. *Pareceres e Recomendações*. Lisboa: CNE, 1995.

FORMOSINHO, J. (1995c). *A situação da educação pré-escolar em Portugal e na Europa: em direcção à conceptualização da educação pré-escolar como socioeducação básica*. 6º Encontro Nacional da APEI - Associação dos Profissionais de Educação de Infância. Educação de infância: um imperativo da sociedade. Braga.

FORMOSINHO, J. (1996a). "A educação pré-escolar na Europa Comunitária". *Educação: Revista da Porto Editora*, nº 12 p. 96-102.

FORMOSINHO, J. (1996b). "Educação pré-escolar: primeira etapa da educação básica". *Noesis* nº 39. P. 26-28.

FORMOSINHO, J. (1996c). *As funções da educação pré-escolar e o papel do estado na definição do serviço público das escolas infantis*. Conferência proferida no 1º Congresso Educação Hoje: A educação pré-escolar, 1ª Etapa da Educação Básica. Lisboa: Texto Editora.

FORMOSINHO, J. (1997a). "Lei-quadro da educação pré-escolar". MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Legislação*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

FORMOSINHO, J. (1997b). "O contexto organizacional da expansão da educação pré-escolar". *Inovação*, 10 – nº 1. Lisboa: IIE.

FORMOSINHO, J. (1998). *A primeira etapa no processo ao longo da vida. Comentário à Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro, Lei-Quadro da educação pré-escolar*. Lisboa: ME/DEB

FORMOSINHO, J. e SARMENTO (2000). "A escola infantil pública como serviço social: a problemática do prolongamento de horário". *GEDEI Infância e*

Educação: investigação e práticas, nº 1 p.7-27.

FORMOSINHO, J. e SARMENTO, T. (2001). *Prolongamento de horários nos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação: de serviço à criança a um serviço à família*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.

GARRIDO, J. (1982). *Educación comparada: fundamentos y problemas*. Madrid: Dykinson.

GARRIDO, J. (1987). *Sistemas educativos de hoy*. Madrid: Dykinson.

GARRIDO, J. (1989a). "Éducation comparée et sciences de l'éducation". *Perspectives, Vol. 19, nº 3- P.391-399*.

GARRIDO, J. (1989b). *La educación en Europa*. Madrid: Cencil.

GARRIDO, J. (1991). *Fundamentos de educación comparada*. Madrid: Dykinson.

GILES, Th. RANSOM (1937). *História da educação*. São Paulo. EPU (Editora Pedagógica e Universitária), 1987.

GOMES, A. J. L. FERREIRA (2001). *Os pais fundadores da Comunidade Europeia*. Coimbra: Quarteto.

GOMES, J. FERREIRA (1977). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Liv. Almedina. Coimbra: INIC, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 1986 (2ª ed.).

GOMES, J. FERREIRA (1986). *Novos estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Liv. Almedina.

GONÇALVES, Irene (1996) *O desenvolvimento social como pré-requisito da aprendizagem da leitura e da escrita*. Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães. (Unidade de investigação: Construção do conhecimento pedagógico nos sistemas de formação)

HILKER, F. (1964). *La pédagogie comparée: introduction à son histoire, sa théorie et sa pratique*. Paris. Institut Pédagogique National.

HOMEM, M. L. (2002) *O jardim de infância e a família: as fronteiras da cooperação*. Lisboa: IIE.

HUMMEL, C. (1977). *L'éducation d'aujourd'hui face au monde de demain* (35ª

Sessão da Conferência Internacional de Educação de 1975). Paris: Puf. / (Trad. J. Ramos.) / *A educação de hoje face ao mundo de amanhã*. Lisboa: Edições António Ramos, 1979.

INSTITUTO DE ALTA CULTURA. *Projecto Regional do Mediterrâneo: análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)*. Lisboa: IAC, Centro de Estudos de Estatística Económica, 1963.

INSTITUTO DE ALTA CULTURA. *Projecto Regional do Mediterrâneo: evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole) — previsão para 1975*. Lisboa: IAC, Centro de Estudos de Estatística Económica, 1964.

KATZ, L. & MOHANTY, C. (1988). "Early Childhood Education, Teacher Education for". T. POSTLETHWAITE & T. HUSEN (Eds.), *International Encyclopedia of Education*, Vol.3. Oxford: Pergamon Press. (p. 1487-1495)

KHÔI, LÊ THÂN (1981) *L'éducation comparée*. Paris: Armand Colin.

LAKATOS, E. & MARCONI, M. (1992). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projecto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Editora Atlas.

LE MOS, J. (1986). "Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar" MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Legislação*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

LE MOS, J. e Carvalho, L. (1999). *Estatuto e estrutura da carreira docente: Legislação anotada*. Porto: Porto Editora.

LOPES, A. (1883) *Conferências pedagógicas do Porto em 1883*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C^a.

LOPES, A. (1884) *Conferências pedagógicas do Porto em 1884*. Porto: Tipografia do Comércio do Porto.

LOUREIRO, J. (1996). *Um grande educador português do século XX: o Padre Américo e a sua obra pedagógica*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato.

MAGALHÃES, J. (1997). *Um contributo para a história da educação da Infância em Portugal*. Braga: Bezerra Editora.

MARQUES, R. (1999). *Modelos pedagógicos actuais*. Lisboa: Plátano.

- ME (1992). *Guia para professores e pais. Roteiro da reforma do sistema educativo: 1986/1996*. Lisboa: Ministério da Educação.
- ME/CRSE (1988). *Proposta global de reforma*. Lisboa: Ministério da Educação, Comissão de Reforma do Sistema Educativo.
- ME/DEB (1996). *Educação pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- ME/DEB (1997). *Legislação*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- ME/DEB (1997). *Orientações curriculares para a educação pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- ME/DEB/OCDE (2000). *A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal: Relatório preparatório e Estudo Temático da OCDE / Early Childhood Education and Care Policy in Portugal: Background Report and OECD Country Note*. Lisboa: Ministério da Educação, Depart. da Educação Básica.
- ME/GEP (1992). *Estruturas dos sistemas educativos da Comunidade Europeia*. Lisboa: Ministério da Educação, Gabinete de Estudos e Planeamento.
- MEIRELES-COELHO, C. (1989a). *Currículo e metodologia no 1º ciclo do ensino básico*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MEIRELES-COELHO, C. (1989b). *Para uma implementação curricular na educação pré-escolar em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MEIRELES-COELHO, C. (1995). *Organigrama da evolução do sistema educativo português de 1835 a 1986*. Aveiro: Universidade de Aveiro. (Doc. policopiado).
- MEIRELES-COELHO, C. (1996). — "Evolução da estrutura dos sistemas educativos de Portugal e Espanha". *Rumos*, nº12 (*No 10º aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo*), setembro-outubro de 1996 (Porto Editora). E *A Voz dos Pais*, ano XI, nº21, janeiro-março de 1997 (Revista trimestral da Confederação Nacional das Associações de Pais: Confap).
- MEIRELES-COELHO, C. (1998). "Para uma leitura da obra do Professor Joaquim Ferreira Gomes". *Ensaio de homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*.

Coimbra: Universidade de Coimbra, F.P.C.E.

MEIRELES-COELHO, C. (2003a). *Educação antiga e medieval: uma introdução com cronologia e antologia*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MEIRELES-COELHO, C. (2003b). *Educação moderna: uma introdução com cronologia e antologia*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MEIRELES-COELHO, C. (2003c). *Educação contemporânea: uma introdução com cronologia e antologia*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MEIRELES-COELHO, C. (2003d). *Educação na era da globalização: uma introdução com cronologia e antologia*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MEURIS, G. (1993). "Pédagogie comparée des systèmes de formation: éléments de théorie générale. / Estudos de educação comparada". *Cadernos de Análise Sócio-organizacional da Educação* nº8, P. 37-67. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MIALARET, G. (1975). *L'éducation préscolaire dans le monde*. Paris: Unesco / *A educação pré-escolar no mundo*. Lisboa: Moraes, 1976.

MÓNICA, M. Filomena (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Presença.

NABUCO, M. E. (1992). "Transição do pré-escolar para o ensino básico". *Inovação*. Revista do IIE, Vol. 5, nº 1.

NABUCO, M. E. (1997). Três currículos em educação pré-escolar em Portugal. *Inovação*, 10.

NABUCO, M. E. e LOBO, M. M. (1997). Articulação entre o jardim de infância e o 1º ciclo do ensino básico(um estudo comparativo). *Saber educar*, 2.

NEVES, Maria de Fátima Fernandes (1999). *Continuidade e rupturas na educação básica: o caso português (a Escola de Senhor da Serra e a ESE de Viseu)*. Aveiro: Universidade de Aveiro. [Texto policopiado]

NOVOA, António M.S. (1987) *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe. - XXe. siècle)*. 2 vols. Lisboa: INIC.

OCDE (1977). *La prise des décisions dans les systèmes d'éducation*. Paris: OCDE.

- OCDE (1981) *Enfants et société vers une réforme de l'éducation préscolaire*. Paris: OCDE/CERI.
- OCDE/CERI (1982) *Caring for Young Children: an Analysis of Educational and Social Services. / L'enfance en jeu: analyse des services éducatifs et sociaux*. Paris: OCDE/CERI.
- OCDE (1984). *Exame da política educativa de Portugal pela OCDE: encontro para apresentação pública*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- OCDE (2001). *Starting Strong: Early Childhood Education and Care*. Paris: OCDE.
- ORTIGÃO, R. (1875) *Farpas*. Lisboa: Clássica Ed., 1963.
- PARDAL, L. & CORREIA, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.
- PEREYRA, M. (1989). "La comparación, una empresa razonada de análisis. Por otros usos de la comparación. Los usos de la comparación en ciencias sociales y en educación". *Revista de Educación*. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC. (p.23-76)
- PINHAL, J. (1997) Os municípios e a descentralização educacional em Portugal. A administração da educação: investigação, formação e práticas. Ed. LUÍS, A., BARROSO, J. e PINHAL, J. Actas do I Congresso do Fórum Português de Administração Educacional. Lisboa.
- PINTO, M. E SARMENTO, M. J. (1997). *As crianças: Contextos e identidades*. [Braga:] Univ. Minho.
- PIRES, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários*. Porto: Asa.
- RAYNA, S & DAJEZ, F: (coord). (1997). *Formation, petit enfance et partenariat*. Paris: L'Harmattan.
- ROCHA, F. (1988). *Correntes pedagógicas contemporâneas*. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- ROSSELLO, P. (1963). "La educación comparada como instrumento de planificación". *Perspectivas pedagógicas*, nº 18, p.227-242.
- ROSSELLO, P. (1978). *La teoría de las corrientes educativas*. Barcelona: Promo-

ción cultural.

Saberes sobre as crianças: para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal, 1974-1998: Projecto de Investigação sobre a Infância em Portugal (PIIP). Coord. Manuel Pinto, Manuel Jacinto Sarmento. [Braga:] Univ. do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1999.

SANTAMARIA, F. (1990). *Metodologia comparativa y pedagogia comparada*. Barcelona: Editorial Boixarlu Universitaria.

SARMENTO, Teresa (2002). *Histórias de vida de educadoras de infância*. Lisboa: IIE.

SILVA, César da (1896). *Real Casa Pia de Lisboa: breve história da sua fundação*, Lisboa: Typ. Brito Nogueira.

SILVA, I. (1990). *Projecto Alcácer*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, I. (1997). Contribuição participada de orientações curriculares para a educação pré-escolar. *Inovação*, 10.

SPODECK, B. & SARACHO, O. (1998). *Ensinando crianças dos 3 aos 8 anos de idade*. Porto Alegre: Artmed.

TIETZE, W. (1993). "A educação pré-escolar: uma perspectiva europeia". *Encontro sobre educação pré-escolar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO (1972). FAURE, Edgar (coord. Comissão Internationale sur le Développement de l'Éducation). *Learning To Be / Apprendre à être*. Paris: Unesco-Fayard. / *Aprender a ser*. (Trad. de Cavaco, M^a & Lomba, N.). Lisboa: Bertrand / Difusão Ed. do Livro, 1974.

UNESCO (1974). *Ciclo de base dos estudos: relatório final da reunião de peritos*. ED-74-CONF.622/5.

UNESCO (1975a). *Éléments pour une politique de l'éducation au Portugal*. / *Para uma política da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

UNESCO (1975b). *L'éducation en devenir*. Paris: Unesco / *A educação do futuro*. (Trad. S. Vale) Lisboa: Bertrand, 1978.

UNESCO (1976a). *L'éducateur et l'approche systémique*. Paris: Unesco. / *O*

educador e a abordagem sistémica. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

UNESCO (1976b). *The Child and his Development from Birth to Six Years Old: Better Understanding for Better Child-Rearing. / L'enfant et son développement de la naissance à six ans: mieux le connaître pour mieux l'aider*. Paris: Unesco. / *A criança e o seu desenvolvimento desde o nascimento até aos 6 anos: conhecê-la melhor para melhor a ajudar*. Lisboa: Ministério dos Assuntos Sociais, IFAS, 1978.

UNESCO (1976c). Reunião sobre a educação pré-escolar enquanto primeira fase da educação permanente (UNESCO - Paris 5/9 Janeiro 1976) – DOCUMENTO DE TRABALHO – Extractos (UNESCO, 1976-1978: 51-53)

UNESCO (1983). *O que é a Unesco?* Lisboa: Comissão Nacional da Unesco.

UNESCO (1990). *World Declaration on Education For All / Conferência Mundial sobre educação para todos*. Jomtien (Tailândia).

http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/background/jomtien_declaration.shtml

UNIÃO EUROPEIA (1995). *Enseigner et apprendre, vers la société cognitive. / Ensinar e aprender até à sociedade cognitiva: Livro Branco da educação e formação*. Bruxelas: Oficina de Publicações Oficiais da União Europeia.

UNIÃO EUROPEIA (1996). *A educação pré-escolar na União Europeia: 1995*. Luxemburgo: Oficina de Publicações Oficiais da União Europeia.

UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE (1994). *Educação pré-escolar e o ensino primário na U.E.* Bruxelas: Unidade Portuguesa de Eurydice.

UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE (1995). *Pre-school Education in the European Union. / L'importance de l'éducation préscolaire dans l'Union Européenne, 1995 / A educação pré-escolar na União Europeia: política e oferta actuais*. Lisboa: Ministério da Educação, DEP/GEF, 1997.

<http://www.eurydice.org/Documents/preschool/en/FrameSet.htm>

<http://www.eurydice.org/Documents/preschool/fr/FrameSet.htm>

UNIÃO EUROPEIA / EURYDICE (2001). *Les chiffres clés de l'éducation en Europe: Édition 1999-2000 / Os números-chave da educação na Europa: 1999/2000*. Educação e Cultura. Luxemburgo: Eurydice / Eurostat.

VASCONCELOS, T. (1990). *Situação da educação infantil nos Estados-Membros da CEE*. Lisboa: GEP/ME – Unidade Nacional da Eurydice.

VASCONCELOS, T. et al. (2003). *Educação de infância em Portugal: situação e contextos numa perspectiva de promoção de equidade e combate à exclusão*. Lisboa: CNE.

VILARINHO, M. Emília (2000) *Políticas de educação pré-escolar em Portugal (1977/1997)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

VILARINHO, M. Emília (2004) As crianças e os (des)caminhos e desafios das políticas educativas para a infância em Portugal *in* SARMENTO, M. E CERISARA, A. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

ZABALZA, M. (1998). *Qualidade em educação infantil*. Porto Alegre: Artmed.

ZÃO, M. Emília V. (1997). "Entre o fado e a paixão: contributo para a análise crítica do desenvolvimento da política educativa para a educação pré-escolar". ANA L., BARROSO, J., PINHAL J. (org.) *A administração da educação: investigação, formação e práticas. Actas do 1.º congresso do forum português de administração educacional*. Lisboa. (p.341-351)

Nota: As páginas da Internet consultadas e indicadas no texto têm a referência de 30 de Novembro de 2004.

Estatísticas consultadas

- 1835-08-11: Decreto cria as escolas normais primárias de Lisboa e Porto (DG 190 de 1835-08-13)
- 1835-09-07: Decreto estabelece o regulamento geral da instrução primária (DG 214 de 1835-09-10)
- 1835-10-08: Decreto aprova o regulamento das escolas normais (DG 241 de 1835-10-18)
- 1835-12-02: Decreto determina a suspensão dos Decretos do mesmo ano relativos à educação e instrução pública (DG 285 de 1835-12-03)
- 1836-11-15: Decreto aprova a reforma geral da instrução primária (DG 274 de 1836-11-18)
- 1844-09-20: Decreto aprova a reforma geral do ensino (DG 220 de 1844-09-20)
- 1845-12-24: Regulamento da Escola Normal Primária do distrito de Lisboa (DG 306 de 1845-12-29)
- 1852-11-03: Estatutos da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa (DG 275 de 1852-11-20)
- 1868-12-31: Decreto aprova a reforma da instrução pública: primária, secundária e superior (DG 11 de 1869-01-15)
- 1869-01-13: Decreto substitui as Escolas Normais por professores de pedagogia dos liceus de Lisboa, Coimbra e Porto (DG 11 de 1869-1-15)
- 1869-08-24: Carta de lei que suspende reforma da instrução pública de 1868-12-31 (DG 260 de 1869-09-04)
- 1869-12-14: Decreto aprova a criação de cinco escolas normais primárias em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Viseu (DG 291 de 1869-12-22)
- 1870-08-03: Decreto aprova a criação de escolas normais para o sexo feminino em Lisboa e Porto e autoriza as juntas gerais a criarem outras nos outros distritos (DG 181 de 1870-08-16)
- 1870-08-16: Reforma da instrução primária anulada por Carta de lei de 1870-12-27 (DG 194 de 1870-08-31)
- 1878-05-02: Decreto reorganiza o ensino primário e o ensino normal (DG 110 de 1878-05-16)
- 1878-05-17: Criação do Asilo de D. Pedro V (Braga) (DG 111 de 1878-05-17)
- 1880-06-11: Lei altera a Carta de Lei de 1878-05-02 (DG 137 de 1880-06-19)
- 1880-12-09: Portaria ordena aos governadores civis dos distritos que apoiem a organização de associações que se proponham criar jardins de infância, como previsto no art. 18º da Lei de 1880-06-11 (DG 282 de 1880-12-10)
- 1880-12-11: Portaria ordena ao governador civil de Lisboa que apoie a organização de associações que se proponham criar jardins de infância (DG 284 de 1880-12-13)
- 1880-12-21: Portaria ordena ao governador civil do Porto que apoie a organização de associações que se proponham criar jardins de infância (DG 292 de 1880-12-22)
- 1881-07-28: Decreto regulamento para execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880 (DG 169 de 1881-08-01; DG 170 de 1881-08-02; DG 172 de 1881-08-04; DG 173 de 1881-08-05; DG 174 de 1881-08-06)
- 1882-12-14: Regulamento dos Jardins de Infância (DG de 1882-12-14)
- 1890-02-27: Decreto altera os artigos 53, 101, 170, 178, 189, 259, 280 e 281 do regulamento de 28 de Julho de 1881 (DG 49 de 1890-03-03)

1891-04-14: Decreto determina a obrigatoriedade das fábricas com mais de 50 trabalhadoras criarem creches para os filhos das suas funcionárias (DG 88 de 1891-04-22)

1892-05-06: Decreto transfere para o Estado (Direcção-Geral da Instrução Pública) os serviços de instrução pública que pertenciam às câmaras municipais (Leis de 1878-05-02 e 1885-07-18) (DG 103 de 1892-05-09)

1894-12-22: Decreto aprova a reorganização da instrução primária e secundária (DG 292 de 1894-12-24)

1896-06-18: Decreto regulamenta e define o programa do ensino primário e das escolas infantis (DG 141 de 1896-06-27)

1897-03-18: Lei reorganiza os serviços da instrução primária dependentes do Ministério do Reino (DG 70 de 1897-03-31)

1901-12-24: Decreto 8 aprova a reforma do ensino primário (DG 294 de 1901-12-28)

1902-09-19: Regulamento do Decreto 8 - reforma do ensino primário (DG 214 de 1902-09-23)

1910-11-02: Decreto que determina que a antiga Cerca adjacente ao Paço das Necessidades passará a denominar-se Jardim Infantil (DG 25 de 1902-11-03)

1911-03-29: Reforma do ensino infantil, primário, normal (DG 73 de 1911-03-30)

1911-05-21: Criação de Escolas Normais Superiores junto de Faculdades de Letras e Ciências das Universidades de Lisboa e Coimbra (DG 120 de 1911-05-24)

1911-08-23: Programas de escolas infantis (DG 198 de 1911-08-25)

1911-08-23: Regulamento da fiscalização do ensino (DG 198 de 1911-08-25)

1911-08-23: Regulamento das escolas normais (DG 206 de 1911-09-04)

1911-11-23: Programa das escolas infantis (DG 198 de 1911-08-25)

1912-05-15: Decreto que determina a doação de terrenos do Estado à Associação de Escolas Móveis para estabelecimento da projectada escola-monumento a João de Deus (DG 116 de 1912-05-18)

1913-04-29: Projecto de Lei para a criação das "Escolas Novas Portuguesas" apresentado ao Parlamento mas não aprovado (DG 101 de 01-05-1913)

1913-06-29: Lei determina que o serviço público de instrução primária fique a cargo das câmaras municipais a partir de 1913-07-01 (DG 150 de 1913-06-30)

1913-08-12: Decreto 70 cria Escolas móveis para adultos (DG 187 de 1913-08-13)

1913-08-28: Decreto 104 regula o provimento das escolas primárias por parte das câmaras municipais

1913-08-28: Decreto 105 estabelece que os fundos postos à disposição das câmaras municipais para pagamento das despesas com a educação sejam somente para esse efeito, não podendo ser entendidas como receitas ou despesas para a tesouraria municipal

1914-07-07: Lei 233 cria escolas normais de acordo com Dec. de 1911-03-29 (DG 111 de 1914-07-07)

1914-09-10: Decreto 853 regulamenta os exames de admissão para o magistério primário (DG 165 de 1914-09-17)

1915-07-01: Decreto 1.709 regulamenta serviço de exames da instrução primária, de acordo com Lei de 1911-03-29, Decreto 614 de 1914-06-30 e Regulamento de 1902-09-19 (DG 123 de 1915-07-01)

1915-09-09: Lei 410 extingue as inspecções das circunscrições escolares (DG 181 de 1915-09-09)

1915-09-09: Decreto 1.870 regulamenta os exames de admissão à matrícula no curso de habilitação ao magistério primário superior

- 1915-09-18: Lei 449 cria um quadro de pessoal docente das escolas primárias e infantis nas cidades de Lisboa e Porto (DG 198 de 1915-09-20)
- 1915-09-29: Decreto 1927 regulamento da Lei 449 (DG 200 de 1915-09-29)
- 1916-02-10: Decreto 2213 regulamenta a Lei 233 de 1914-07-07 sobre escolas normais (DG 24 de 1916-02-10)
- 1916-05-12: Decreto 2387 reúne num diploma as disposições em vigor sobre a instrução primária, reformando o ensino infantil, primário e normal (DG 92 de 1916-05-12)
- 1916-06-06: Lei 563 cria o fundo das construções escolares (DG 112 de 1916-06-06)
- 1916-06-09: Lei 584 revoga a Lei 449 (DG 115 de 1916-06-09)
- 1916-12-05: Decreto 2887 compila as disposições de lei em vigor sobre a instrução primária (DG 245 de 1916-12-05)
- 1917-01-20: Decreto 2946 Regulamento do Ministério de Instrução pública (DG 13 de 1917-01-20)
- 1917-01-20: Decreto 2947 determina as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que se deve submeter a construção dos edifícios destinados ao ensino infantil e primário, elementar e complementar (DG 11 de 1917-01-20)
- 1918-01-23: Bibliografia metódica dos estudos portugueses sobre matéria de educação e ensino (DG 22, II série de 1918-01-23)
- 1918-06-11: Decreto 4579 aprova o funcionamento da nova escola normal de Lisboa criada pela Lei 233 de 1914-07-07, regulamentada pelo Decreto 2213 de 1916-02-10 (DG 155 supl. de 11-07-1918)
- 1918-07-12: Decreto 4594 recentraliza a instrução primária (DG 156 1918-07-12)
- 1918-07-12: Decreto 4595 fixa as habilitações e modo de recrutamento dos inspectores das circunscrições escolares (DG 156 de 1918-07-12)
- 1918-07-12: Decreto 4596 Criação do mensário de propaganda pedagógica intitulado A Escola Primária, distribuído gratuitamente a todos os professores primários oficiais, efectivos e interinos, do continente e ilhas, e a todos os alunos das Escolas Normais de Lisboa, Coimbra e Porto (DG 156 de 1918-07-12)
- 1918-07-13: Decreto 4649 aprova a reforma das escolas normais superiores de Coimbra e Lisboa (DG 157 de 1918-07-14)
- 1919-01-02: Decreto 5078 aprova o Regulamento das escolas primárias superiores (DG 1 de 1919-01-02, rect. nos DG 247, de 1918-11-14)
- 1919-04-05: Portaria nomeia comissão para reforma do ensino primário (Dec. 5787-A de 1919-05-10 - DG 93 - 18º supl. (rect. nos DG 105 e 122)
- 1919-05-10: Decreto 5787-A reorganiza serviços de instrução primária e aprova o regulamento das escolas primárias superiores (DG 93 - 18º supl., rect. DG 105 e 122)
- 1919-05-10: Decreto 5.787-B reorganiza ensino primário (DG 93 - 18º supl., rect. DG 105 e 122)
- 1919-09-29: Decreto 6137 aprova regulamento do ensino primário e normal de acordo com o Decreto 5.787-A (DG 198, ret. DG 252 e 257 de 1919-12-11)
- 1919-10-04: Decreto 6154 cria a Escola Maternal e Profissional de Vairão para indivíduos "normais" do sexo feminino dos dois aos dezoito anos (DG 206 de 1919-10-04)
- 1919-10-13: Decreto 6156 aprova o regulamento da Escola Maternal e Profissional no extinto convento do Vairão para indivíduos "normais" do sexo feminino dos dois aos dezoito anos (DG 207 de 1919-10-13)
- 1919-10-14: Decreto 6157 Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das Escolas Normais Primárias, para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal (DG 208 de 1919-10-04)

- 1919-10-13: Decreto regulamenta o funcionamento da escola de Vila do Conde (DG 208 de 1919-10-04)
- 1919-10-04: Decreto 6154 – determina a criação da Escola Maternal e Profissional do Vairão (DG 206 de 1919-10-11)
- 1920-01-14: Decreto 6348 cria a Escola Maternal da Ajuda para crianças “normais” do sexo masculino dos três aos dez anos e aprova o respectivo regulamento (DG 12 de 1920-01-14)
- 1920-07-08: Decreto 6732 aprova o regulamento dos cursos de aperfeiçoamento nas Escolas Normais Primárias para professores efectivos do ensino infantil e primário geral (DG 141 de 1920-07-08)
- 1922-05-09: Lei 1264 regulamenta o ano escolar nas escolas do ensino infantil e primário geral (DG de 1922-05-09)
- 1922-06-19: Decreto 8203 regulamenta a Lei 1264 sobre o ano escolar nas escolas do ensino infantil e primário geral (DG 121 de 1922-06-19)
- 1923-07-02: Proposta de Lei sobre a Reorganização da Educação Nacional (DG 151, II série de 1923-07-02)
- 1923-11-06: Decreto modifica disposições do Decreto 6137 de 1919-09-29 regulamento de ensino primário e normal (DG 198 de 1923-11-06, ret. DG 252 e 257)
- 1924-10-01: Decreto 10 148 manda efectivar disposições do Decreto 5787-A de 1919-05-10, criando secções de ensino infantil junto das escolas de ensino primário geral de Lisboa. Revogada pelo Decreto 11 204 de 1924-11-02
- 1925-11-02: Decreto 11 204 suspende a execução dos seguintes decretos: Decreto 10068, de 1924-09-03; Decreto 10 148 cria as classes preparatórias para a escola primária, de 1924-10-01; Decreto 10181, de 1924-10-13; Decreto 10 185, de 1924-10-15; Decreto 10 215, de 1924-10-24; Decreto 10 219, de 1924-10-25; Decreto 10 317, de 1924-11-20 (DG 236 de 1925-11-02)
- 1926-06-08: Lei 1880 estabelece os seis anos a idade mínima para a matrícula na 1ª classe das escolas de ensino primário geral e cessa o regime de coeducação em todos os centros de população superior a 5000 habitantes (DG 134 de 1926-06-24)
- 1926-06-15: Decreto 11 730 extingue o ensino primário superior (DG 126 de 1926-06-15)
- 1926-06-26: Decreto 11 795 anula Lei 1.880 de 1926-06-08 que estabelece que é de 6 anos a idade mínima para matrícula na 1ª classe das escolas de ensino primário geral (DG 138 de 1926-06-29)
- 1926-10-28: Decreto 12 566 cria 12 escolas infantis em Lisboa (DG 241 de 1926-10-28)
- 1927-04-07: Decreto 13 432 revoga o § único do artigo 2º do decreto 12556 – determina que seja aberto concurso para provimento dos lugares de professores de ensino infantil das secções anexas às escolas de instrução primária geral da cidade de Lisboa (DG 72 de 1927-04-07)
- 1927-05-17: Decreto 13 619 reorganiza o ensino primário (DG 100 de 1927-05-17)
- 1927-06-17: Decreto 13 791 Promulga várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar (DG 125 de 17-06-1927)
- 1928-02-15: Decreto 15 032 estabelece o regime de separação de sexos nas escolas das localidades em que haja mais de uma escola de instrução primária elementar (DG 38 de 1928-02-15)
- 1928-04-12: Decreto 15 365 extingue as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada (DG 85 de 1928-04-15)

- 1928-08-24: Decreto 15 886 restabelece Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga, e Ponta Delgada extintas pelo Decreto-lei 15 365 de 1928-04-12 (DG 194 de 1928-08-21)
- 1928-08-21: Decreto 15 887 suprime determinados círculos escolares (DG 194 de 1928-08-21)
- 1928-10-15: Decreto 16 037 reorganiza o ensino normal primário (DG 237 de 1928-10-15)
- 1928-10-15: Decreto 16 038 regulamenta as condições em que deve ser feito o exame de admissão às escolas normais primária (DG 237 de 1928-10-15)
- 1929-04-13: Decreto 16 730 aprova novos programas para o ensino primário elementar (DG 83 de 1929-04-13)
- 1929-05-04: Decreto 16 836 aprova o regulamento do Ministério da Instrução Pública (DG 108 de 1929-05-04)
- 1930-01-30: Decreto 17 964 determina que enquanto não houver pessoal devidamente habilitado para o ensino primário infantil seja permitida a nomeação, para as vagas ou desdobramento que ocorram nas classes infantis, de professoras habilitadas para o ensino primário elementar, desde que não excedam a idade de trinta e cinco anos (DG 36 de 1930-02-13)
- 1930-03-22: Decreto 18 140 estabelece dois graus no ensino primário elementar (DG 72 de 1930-03-28)
- 1930-07-19: Decreto 18 646 estabelece a criação das escolas do magistério primário (DG 166 de 1930-07-19)
- 1930-10-16: Decreto 18 973 extingue as escolas normais superiores (DG 251 de 1930-10-28)
- 1931-08-25: Decreto 20 254 regulamenta o funcionamento das escolas do magistério primário (DG 194 de 1931-08-25)
- 1931-10-20: Decreto 20 406 permite excepcionalmente no ano lectivo de 1931-1932 a frequência de alunos externos da primeira classe do curso do magistério primário elementar
- 1931-11-30: Decreto 20 604 de 1931-11-30 cria os postos de ensino (DG 283 de 09-12-1931)
- 1932-09-19: Decreto 21 695 regulamenta o funcionamento das escolas do magistério primário (DG 283 de 1932-09-29)
- 1932-09-19: Decreto 21 712 extingue o ensino primário complementar (DG 235 de 1932-10-06)
- 1933-03-30: Decreto 22 369 reorganiza serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, de inspecção e disciplinares dependentes da Direcção-Geral do Ensino Primário
- 1934-01-05: Decreto 23 447 promulga o novo estatuto do ensino particular (DG 4 de 1934-01-05)
- 1934-04-03: Decreto 23 735 aprova o regulamento dos exames de estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais (DG 77 de 1934-04-03)
- 1935-05-10: Decreto 25 311 aprova programas de disciplinas das escolas do magistério primário e do magistério infantil substituindo o Decreto 18.646 de 1930-07-19 (DG 106 de 1935-05-10)
- 1935-08-28: Decreto 25 797 cria as provas de aptidão para os candidatos a regentes nos postos de ensino (DG 199 de 1935-08-28)
- 1935-10-19: Decreto 25 954 aprova o regulamento da prática dos alunos-mestres das escolas oficiais do Magistério Primário (DG 243 de 1935-10-19).
- 1936-04-11: Lei 1941 reforma o *Ministério da Instrução Pública* que passou a chamar-se Ministério da Educação Nacional, cria a Junta Nacional de Educação e introduz a grande reforma educativa do Estado Novo (DG 81 de 1936-04-11)

- 1936-05-19: Decreto 26 611 aprova o regimento da Junta Nacional da Educação (DG 116 de 1936-05-19)
- 1936-08-15: Decreto-lei 26 893 aprova o estatuto da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), determinando que esta passe a ter como função o desenvolvimento do ensino infantil, enquanto complemento da educação familiar (DG 191 de 1936-08-15)
- 1936-11-24: Decreto-lei 27 279 reforma o ensino primário e suspende as matrículas nas escolas do magistério primário (DG 276 de 1936-11-24)
- 1937-03-29: Decreto-lei 27 603 aprova os programas do ensino primário (DG 72 de 1937-03-29)
- 1937-04-01: Decreto-lei 27 610 incumbe à Direcção Geral de Assistência, além do exercício da sua competência geral, colher e organizar todos os elementos necessários ao estudo de uma reforma dos serviços de assistência e promulga diversas disposições acerca do preenchimento de vagas nos serviços dependentes da mesma Direcção Geral e nas instituições de assistência autónomas sob a superintendência do Ministério do Interior (DG 75 de 1937-04-01)
- 1937-10-09: Decreto-lei 28 081 extingue educação infantil e aprova disposições sobre o ensino primário (DG 236 de 1937-10-09)
- Diário das Sessões da Assembleia Nacional de 27-11-1937 (Justifica o decreto 28 081 de 1937-10-09, dizendo que, perante o reduzido número de escolas infantis existentes, é preferível que todas encerrem, devendo a educação das crianças pequenas ser uma competência da família)
- 1938-05-20: Lei 1969 aprova as bases da reforma do ensino primário (DG 115 de 1938-05-20)
- 1939-12-14: Decreto-lei 30 135 cria a Escola Normal Social para formar assistentes de serviço social que devem trabalhar em instituições com finalidades educativas e de apoio social, na sua maioria ligadas à Obra das Mães para a Educação Nacional (DG 291 de 1939-12-14)
- 1939-11-30: Portaria estabelece as bases para se pôr fim à coeducação no ensino primário elementar.
- 1941-11-22: Decreto-lei 31 666 insere várias disposições atinentes a remodelar os serviços de assistência (DG 273 de 1941-11-22)
- 1942-09-05: Decreto-lei 32 243 aprova a reabertura das Escolas do Magistério Primário (DG 208 de 1942-09-05)
- 1943-01-16: Decreto-lei 32 629 aprova programas das escolas do magistério primário (DG 12 de 1943-01-16)
- 1944-05-15: Lei 1998 regulamenta o Estatuto da Saúde e Assistência. Entre outras coisas cria o fundo de socorro Social, reforça a obrigatoriedade de as fábricas criarem creches, define a futura existência de um Instituto Maternal e de Centros de Assistência Social Infantil para a assistência à maternidade e à primeira infância, devendo estes assumir também como finalidade a criação de Creches e Jardins de Infância (DG 102 de 1944-05-15)
- 1945-11-07: Decreto-lei 35 108 reorganiza os serviços de assistência social (DG 247 de 1945-11-07)
- 1945-12-31: Decreto-lei 35 427 institui fundo de socorro social (DG 291 de 1945-12-31)
- 1946-02-10: Estatutos da Associação de Jardins-Escolas João de Deus (DG 43, II série, 1946-10-18)

- 1946-11-23: Decreto-lei 35 975 designa as receitas que constituem o Fundo de Socorro Social durante o ano de 1947 (DG 267 de 1946-11-23)
- 1949-09-08: Decreto-lei 37 544 constitui a inspecção do Ensino Particular; estabelece as taxas a cobrar por diferentes actos dos serviços do Ensino Particular e revoga o § 2º do art. 12º do decreto-lei 32.241 (DG 147 de 1949-09-08)
- 1951-06-11: Lei 2048 que introduz alterações na Constituição Política da República Portuguesa (DG I série 17 supl. de 1951-06-11)
- 1952-10-27: Decreto-lei 38 968 reforça princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria cursos de educação de adultos e promove campanha nacional contra analfabetismo; reforçado pelo Dec.-Lei 38969-10-27 (DG 241- I série, supl. de 1952-10-27)
- 1952-10-27: Decreto-lei 38 969 regula a execução do Dec.-Lei 38 698 no reforço do princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar (DG 241 de 1952-10-27)
- 1956-08-27: Lei 2085 promulga as bases do plano de formação social e corporativa (DG 173 de 1956-08-17)
- 1956-12-31: Decreto-lei 40 964 estende o ensino primário obrigatório de 4 anos para o sexo masculino; amplia e reforça o regime de escolaridade obrigatória, melhora e desenvolve a assistência escolar, normaliza a educação supletiva dos adultos, uniformiza as normas reguladoras do ensino oficial e faz nova estruturação a alguns dos serviços da Direcção-Geral do Ensino (DG 284 de 1956-12-31)
- 1958-11-27: Decreto-lei 41 978 eleva a sete o número de escolas do Magistério Primário autorizadas a criar nos termos do art. 6º do Decreto-lei 33.019 (DG 258 de 1958-11-27)
- 1960-05-28: Decreto-lei 42 994 torna o ensino primário de 4 anos obrigatório para os dois sexos (DG 25 de 1960-05-28)
- 1960-10-21: Despacho ministerial em que o Ministro da Educação Leite Pinto divulga as condições estabelecidas entre o Ministério da Educação Nacional e a OECE no âmbito do Projecto Regional do Mediterrâneo
- 1963-07-19: Lei 2120 promulga as bases da política de saúde e assistência (DG 169 de 1963-07-19)
- 1964-02-19: Portaria 20 380 manda aplicar em todas as províncias ultramarinas, observadas as alterações e aditamentos constantes da presente Portaria, o decreto-lei 42994 (programas do ensino primário) revoga a Portaria 17 883 (DG 42 de 1964-02-19)
- 1964-09-10: Decreto-lei 45 908 que promulga a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas (DG 213 de 1964-09-10)
- 1964-11-13: Portaria 20 904 que define a obrigação a que fica condicionada a concessão pelo Ministério das Obras Públicas de subsídios e comparticipações para a construção, ampliação ou apetrechamento de estabelecimentos de Ensino Particular (DG 267 de 1964-11-13)
- 1964-12-29: Despacho pelo Instituto Maternal colocação de visitadoras materno-infantis (DG 4, II série e 1965-01-06)
- 1965-01-16: Decreto-lei 46 156 cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (DG 13 de 1965-01-16)
- 1966-03-04: Portaria 21 906 permite às caixas sindicais de previdência e abono de família a criação e manutenção de serviços e obras de interesse social, designadamente

infantários, jardins infantis e estabelecimentos análogos, destinados à protecção dos filhos dos seus beneficiários (DG 53 de 1966-03-04)

- 1967-03-10: Decreto-lei 47 587 autoriza a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de Ensino Público (DG 59 de 1967-03-10)
- 1968-07-16: Portaria 23 485 aprova os programas do ciclo elementar do ensino primário (DG 167 de 1968-07-16)
- 1968-08-09: Portaria 23 529 cria o ciclo preparatório da telescola, ou abreviadamente, ciclo preparatório TV, como modalidade do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo decreto-lei 47430 (DG 188 de 1968-08-09)
- 1968-09-14: Decreto-lei 48 580 sujeita à fiscalização dos serviços do Ministério no que se refere às condições de instalação e funcionamento, os estabelecimentos com fins lucrativos que se destina a receber crianças até aos sete anos em regime de internato ou semi-internato ou a recolher pessoas idosas ou diminuídas (DG 218 de 1968-09-14)
- 1969-04-25: Portaria 24 044 aprova para aplicação nas províncias ultramarinas os programas do ensino primário elementar (DG 98 de 1969-04-25)
- 1969-12-27: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Jardim de Infância de Nossa Senhora da Piedade, em Odemira" (DG 17, III série de 1970-01-21)
- 1970-01-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Internato Feminino da Mãe de Deus, de Ponta Delgada" (DG 5, III série de 1970-01-17)
- 1970-01-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial de Chaves" (DG 5, III série de 1970-01-17)
- 1970-01-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar Luís Soares de Sousa, de Ponta Delgada" (DG 5, III série de 1970-01-17)
- 1970-01-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial de Riacho, em Torres Novas" (DG 26, III série de 1970-01-31)
- 1970-01-27: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial Paulo VI, em Leiria" (DG 35, III série de 1970-02-11)
- 1970-01-29: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar de Santa Teresa, em Viana do Castelo" (DG 39, III série de 1970-02-16)
- 1970-02-06: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Viscondes de Messangil, em Pias, concelho de Serpa" (DG 45, III série de 1970-02-23)
- 1970-02-17: Retirada a aprovação dos estatutos, como instituição de assistência, à Confraria da Nossa Senhora da Pedra Maria, de Varziela (DG 56, III série de 1970-03-07)
- 1970-03-03: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Aboadela, em Amarante" (DG 68, III série de 1970-03-21)

- 1970-03-17: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Assistência de S. Domingos de Rama, em Cascais" (DG 85, III série de 1970-04-11)
- 1970-03-24: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Jardim Infantil de Moimenta da Beira" (DG 90, III série de 1970-04-17)
- 1970-03-24: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Jardim de Infância de Nossa Senhora das Graças, em Algés" (DG 90, III série de 1970-04-17)
- 1970-03-24: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Educacional e Recuperador dos Internados e Sanatório de Torres Vedras" (DG 90, III série de 1970-04-17)
- 1970-04-07: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação para o Jardim Infantil de Caldas das Taipas, concelho de Guimarães" (DG 103, III série de 1970-05-02)
- 1970-04-21: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar do Espírito Santo, em Lisboa" (DG 109, III série de 1970-05-09)
- 1970-04-23: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação da Creche de Braga" (DG 109, III série de 1970-05-09)
- 1970-05-05: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação de Assistência da Torre de Vale de Todos, concelho de Ansião" (DG 120, III série de 1970-05-22)
- 1970-05-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Assistência Social de Vilar Formoso" (DG 139, III série de 1970-06-17)
- 1970-06-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Semi-Internato de Nossa Senhora da Assunção, em Cascais" (DG 164, III série de 1970-07-16)
- 1970-08-12: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Carnaxide" (DG 211, III série de 1970-09-12)
- 1970-08-12: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social e Paroquial de São Pedro, em Ponta Delgada" (DG 211, III série de 1970-09-12)
- 1970-09-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Patronato de Nossa Senhora da Conceição, em Vilarinho de S. Romão" (DG 224, III série de 1970-09-26)
- 1970-09-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar da Betânia, em Estremoz" (DG 224, III série de 1970-09-26)
- 1970-10-19: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Patronato de S. Domingos" (DG 269, III série de 1970-11-19)
- 1970-11-04: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Alfeizerão, em Alcobaça" (DG 285, III série de 1970-12-10)
- 1970-10-30: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Jardim Infantil de São Pedro do Sul" (DG 290, III série de 1970-12-16)

- 1970-11-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Externato de Santa Joana, em Sesimbra" (DG 296, III série de 1970-12-23)
- 1970-11-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de S. Vicente de Paulo" (DG 34, III série de 1970-02-10)
- 1970-12-09: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Alenquer" (DG 11, III série de 1971-01-14)
- 1970-09-23: Decreto-lei 446/70 cria o Conselho Superior da Acção Social (DG 221, I série supl. de 1970-09-23)
- 1971-01-06: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação de Promoção Social de Castanheira de Ribatejo" (DG 38, III série de 1971-02-15)
- 1971-02-10: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Joaquim Lourenço, em Proença-a-Nova" (DG 64, III série de 1971-03-17)
- 1971-02-10: Despacho manda integrar de direito com todos os seus bens e valores, o Património dos Pobres da Freguesia da Sé, de Leiria no Centro Social Paroquial Paulo VI da mesma cidade (DG 59, III série de 1973-03-10)
- 1971-02-10: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa" (DG 65, III série de 1971-03-18)
- 1971-03-02: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa de Santa Maria de Barcelos" (DG 77, III série de 1971-04-01)
- 1971-03-10: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo" (DG 110, III série de 1971-05-11)
- 1971-03-16: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação Portuguesa para a Protecção às Crianças Autistas, em Lisboa" (DG 81, III série de 1971-04-06)
- 1971-03-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Aqualva, em Cacém" (DG 83, III série de 1971-04-08)
- 1971-03-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Oeiras" (DG 87, III série de 1971-04-14)
- 1971-03-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Jardim dos Pequenininos Inácia Piedade Feiteira, em Vieira de Leiria" (DG 87, III série de 1971-04-14)
- 1971-04-03: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho" (DG 122, III série de 1971-05-25)
- 1971-04-05: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa da Infância de S. António" (DG 108, III série de 1971-05-08)
- 1971-04-06: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial da Freguesia de S. Miguel de Oliveira do Bairro" (DG 103, III série de 1971-05-03)

- 1971-04-06: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Assistência Social de Tomar" (DG 106, III série de 1971-05-06)
- 1971-04-06: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Centro de Cardiologia de Lisboa" (DG 206, III série de 1971-09-20)
- 1971-05-03: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa da Previdência de S. José, em Vila da Calheta, Angra do Heroísmo" (DG 150, III série de 1971-06-28)
- 1971-05-12: Despacho manda integrar com todos os seus bens e valores a Fundação Comendador José Gonçalves Pereira na Santa Casa da Misericórdia de Pernes (DG 151, III série de 1971-06-29)
- 1971-05-22: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "A União-Obra de Auxílio e Recuperação aos ex-Reclusos e suas Famílias" (DG 141, III série de 1971-06-17)
- 1971-05-19: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Cupertino de Miranda, em Vila Nova de Famalicão" (DG 147, III série de 1971-06-24)
- 1971-05-25: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Rio de Couros, em Vila Nova de Ourém" (DG 147, III série de 1971-06-24)
- 1971-05-25: Despacho manda integrar com todos os seus bens e valores a Associação Protectora das Florinhas do Sul, de Faro no Asilo dos Órfãos de Santa Isabel da mesma cidade (DG 151, III série de 1971-06-29)
- 1971-05-25: Despacho manda integrar com todos os seus bens e valores a Associação de Assistência, de Faro no Asilo dos Órfãos de Santa Isabel da mesma cidade (DG 151, III série de 1971-06-29)
- 1971-06-01: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Setúbal" (DG 151, III série de 1971-06-29)
- 1971-06-01: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Fundação Asilo-Escola Rebelo Duarte, em Vieira do Minho", revertendo todos os seus bens e valores para a Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Vieira, do mesmo concelho (DG 153, III série de 1971-07-01)
- 1971-06-04: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação Protectora da Criança contra a crueldade e abandono, no Porto" (DG 151, III série de 1971-06-29)
- 1971-06-08: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Centro Paroquial de Assistência de S. Martinho do Porto (DG 153, III série de 1971-07-01)
- 1971-06-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, em Arouca" (DG 156, III série de 1971-07-05)
- 1971-06-09: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Luís Bernardo de Almeida, em Vale de Cambra" (DG 156, III série de 1971-07-05)

- 1971-06-09: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Internato Viseense de Santa Teresinha" (DG 158, III série de 1971-07-07)
- 1971-06-29: Despacho Ministerial dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência cria a comissão coordenadora da instalação de Creches e Jardins de Infância (DG 158, II série de 1971-07-07)
- 1971-07-13: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Almaceda, em Castelo Branco" (DG 180, III série de 1971-08-02)
- 1971-07-13: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro-Feijó, concelho de Almada" (DG 182, III série de 1971-08-04)
- 1971-07-13: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação para o Planeamento da Família, em Lisboa" (DG 184, III série de 1971-08-06)
- 1971-07-13: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Comendador Joaquim Sá Couto" (DG 184, III série de 1971-08-06)
- 1971-07-30: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Cód. Administrativo a Instituição de Assistência Particular "Património dos Pobres" da freguesia do Pindelo, em Oliveira de Azeméis (DG 195, III série de 1971-08-19)
- 1971-08-23: Despacho da Presidência do Conselho – Constituição Política da República Portuguesa (DG 198 de 1971-08-23)
- 1971-09-03: Despacho manda integrar com todos os seus bens e valores o Centro de Assistência Social Infantil de Santarém no Centro Familiar e Social de Nossa Senhora de Marvila, na mesma cidade (DG 263, III série de 1971-11-09)
- 1971-09-27: Decreto-lei 408/71 promulga a lei orgânica do Ministério da Educação Nacional (DG 228 de 1971-09-27)
- 1971-09-27: Decreto-lei 413/71 promulga a organização do Ministério da Saúde e Assistência – revoga determinadas disposições legislativas (DG 228 de 1971-09-27)
- 1971-10-27: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Fundação Figueiredo Agostinho, em Silgueiros, concelho de Viseu" (DG 304, III série de 1971-12-31)
- 1971-11-26: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar de S. José, na Covilhã" (DG 297, III série de 1971-12-21)
- 1971-11-26: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Cód. Administrativo a Instituição de Assistência Particular "Centro de Assistência Social de Portalegre", revertendo todos os seus bens e valores para a instituição denominada "A Nossa Casa", da mesma cidade (DG 9, III série de 1972-01-12)
- 1971-11-29: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Secretariado de Interajuda Cristã (S.I.T.A.C.), em Viana do Castelo" (DG 3, III série de 1972-01-05)
- 1971-12-14: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social Professor Oliveira e Costa de Pinheiro de Ázere" (DG 4, III série de 1972-01-06)

- 1971-11-26: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Acção Protectora dos Pobres de Santa Isabel", em Lisboa (DG 14, III série de 1972-01-18)
- 1971-11-29: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial do Coelhooso, concelho de Bragança" (DG 17, III série de 1972-02-02)
- 1971-12-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar de Augusto César Ferreira Cabide, concelho da Ribeira Grande" (DG 32, III série de 1972-02-08)
- 1972-01-13: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde", Fundão (DG 196, III série de 1972-08-23)
- 1972-01-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Internato de S. João, em Lisboa" (DG 30, III série de 1972-02-05)
- 1972-01-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Lar de S. José, no Montijo" (DG 33, III série de 1972-02-09)
- 1972-01-27: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Infantário de Nossa Senhora da Purificação, em Lisboa" (DG 41, III série de 1972-02-18)
- 1972-02-11: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Cód. Administrativo a Instituição de Assistência Particular "Sopa dos Pobres", de Vila Nova da Baronia, concelho de Alvito (DG 55, III série de 1972-03-06)
- 1972-03-07: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Cód. Administrativo a Instituição de Assistência Particular "Posto Clínico de Orjais", concelho da Covilhã, revertendo todos os seus bens e valores para a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (DG 72, III série de 1972-04-07)
- 1972-03-11: Portaria 136/72 cria na Junta de Acção Social o Instituto de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal das Instituições de Previdência (DG 60, I série de 1972-03-11)
- 1972-04-19: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social Paroquial de Carnide", em Lisboa (DG 111, III série de 1972-05-11)
- 1972-04-25: Despacho manda integrar com todos os seus bens e valores, nos termos do art. 1 do decreto-lei 31 666 de 22 de Novembro de 1941 na "Santa Casa da Misericórdia da Mealhada" a "Sopa dos Pobres da Mealhada" (DG 115, III série de 1972-05-16)
- 1972-04-30: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Fundação Abade da Loureira", de Braga (DG 139, III série de 1972-06-16)
- 1972-05-05: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Julião de Monte Trigo, concelho de Portel (DG 129, III série de 1972-06-02)
- 1972-05-16: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Cód. Administrativo a Instituição de Assistência Particular "Património dos Pobres da freguesia de Vila do Bispo" (DG 139, III série de 1972-06-16)
- 1972-05-16: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa de Santa Isabel", em Faro (DG 140, III série de 1972-06-17)
- 1972-05-24: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa Santa Marta", em Chaves (DG 149, III série de 1972-06-28)

- 1972-06-06: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Centro de Assistência Social do Doutor Joaquim Trigo de Negreiros", Mirandela revertendo todos os seus bens e valores para a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela (DG 159, III série de 1972-07-10)
- 1972-06-15: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Regaço de Maria - Instituto de Educação Infantil Casal Couto", Vila Nova de Gaia (DG 168, III série de 1972-06-20)
- 1972-07-01: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Maiorga", Alcobaça (DG 175, III série de 1972-07-28)
- 1972-07-07: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação Benéfica dos Súbditos Britânicos em Portugal", Lisboa (DG 182, III série de 1972-08-05)
- 1972-07-07: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Instituto do Bom Pastor de N. Senhora de Guadalupe", em Serpa (DG 201, III série de 1972-08-29)
- 1972-07-07: Despacho divulga a alteração da denominação da Instituição Particular de Assistência "Associação Protectora das Escolas para crianças pobres", em Lisboa para a "Associação para a educação da criança" (DG 294, III série de 1972-12-20)
- 1972-07-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social do Vimieiro", Santa Comba Dão (DG 201, III série de 1972-08-29)
- 1972-07-14: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Taveiro", Coimbra (DG 202, III série de 1972-08-30)
- 1972-07-17: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Código Administrativo, a Instituição de Assistência Particular "Centro Social Familiar de Coimbra" (DG 181, III série de 1972-08-04)
- 1972-08-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa do Pessoal do Hospital de S. João", Porto (DG 208, III série de 1972-09-06)
- 1972-08-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação de Jardins-Escolas João de Deus", Lisboa (DG 210, III série de 1972-09-08)
- 1972-08-11: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Sopa dos Pobres de Alcobaça" (DG 206, III série de 1972-09-04)
- 1972-08-11: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Infantil do Movimento de Casais de Santa Maria", Coimbra (DG 206, III série de 1972-09-04)
- 1972-09-05: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular "Obra Maternal Maria Amália Vaz de Carvalho", Estoril, cujos bens e valores foram doados por escritura pública à Santa Casa da Misericórdia de Cascais (DG 238, III série de 1972-10-12)
- 1972-09-07: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação de Assistência de S. Teotónio", Odemira (DG 244, III série de 1972-10-19)

- 1972-09-08: Decreto-lei 351/72 aprova o regulamento geral dos Serviços do Ministério da Saúde e Assistência (DG 210 de 1972-09-08)
- 1972-09-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Alcanena" (DG 231, III série de 1972-10-03)
- 1972-09-11: Despacho que manda extinguir de direito, nos termos do art. 431 do Código Administrativo, a Instituição de Assistência Particular "Património dos Pobres da Freguesia de Vilar", Cadaval (DG 229, III série de 1972-09-30)
- 1972-09-11: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Chão de Couce", Ansião (DG 261, III série de 1972-11-09)
- 1972-09-16: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus", Porto (DG 245, III série de 1972-10-20)
- 1972-10-17: Decreto 396/72 aprova o regulamento do Instituto da Família e Acção Social (DG 242 de 1972-10-17)
- 1972-11-12: Despacho Ministerial mantém em vigor a taxa para assistência sobre o tabaco no distrito autónomo do Funchal, assim como a cobrança da taxa para a protecção materno-infantil (DG 271 de 1972-11-21)
- 1972-11-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. João de Brito", em Lisboa (DG 296, III série de 1972-12-22)
- 1972-11-21: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Macinhata do Vouga", em Águeda (DG 10, III série de 1973-01-12)
- 1972-11-29: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Malhada Sorda", em Almeida (DG 7, III série de 1973-01-09)
- 1972-12-09: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Queluz", em Sintra (DG 7, III série de 1973-01-09)
- 1972-12-09: Despacho manda integrar de direito nos termos do art. 1 do decreto-lei 31 666 de 22 de Novembro de 1941, com todos os seus bens e valores, o Patronato Paroquial de Cedofeita, do Porto, no Centro Social Paroquial de Cedofeita (DG 24, III série de 1973-01-29)
- 1972-12-11: Rectificação da Presidência do Conselho ao decreto 396/72 de 17 Outubro, que aprova o regulamento do Instituto da Família e Acção Social (DG 297, I série de 1972-12-23)
- 1972-12-14: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social da Amadora" (DG 15, III série de 1973-01-18)
- 1972-12-29: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Rio Maior" (DG 31, III série de 1973-02-06)
- 1972-12-29: Despacho concede à Clínica de Santa Helena, Lda, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada "Infantário da Clínica de Santa

- Helena”, no Porto, fixando-se a lotação total em 35 crianças de ambos os sexos (DG 31, III série de 1973-02-06)
- 1972-12-29: Despacho concede a Zulmira de Azevedo Dantas, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada “Infantário-Jardim Arco-Íris”, em Lisboa, fixando-se a lotação total em 43 crianças de ambos os sexos (DG 31, III série de 1973-02-06)
- 1972-12-30: Portaria 808/72 aprova o quadro de pessoal não-dirigente do Instituto da Família e Acção Social (DG 302, 2º supl. I série de 1972-12-30)
- 1973: Projecto do Sistema Escolar, Janeiro de 1973
- 1973-01-04: Despacho concede a Maria Vitorina Santos Dore, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada “Infantário do Externato Cesário Verde”, em Lisboa, fixando-se a lotação total em 54 crianças de ambos os sexos (DG 34, III série de 1973-02-09)
- 1973-01-09: Despacho concede a Rui Antunes Lourenço Nunes, alvará para o funcionamento de uma creche e jardim de infância com fins lucrativos, denominada “Infantário O Moinho”, em Lisboa, fixando-se a lotação total em 170 crianças de ambos os sexos (DG 34, III série de 1973-02-09)
- 1973-01-10: Despacho concede à Sociedade Portuguesa de Infantários, Lda, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada “Bébédumus”, em Lisboa (Sociedade Portuguesa de Infantários, Lda), fixando-se a lotação total em 70 crianças de ambos os sexos (DG 25, III série de 1973-01-30)
- 1973-01-12: Despacho concede à Bébédumus - Sociedade Portuguesa de Infantários, Lda, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada “Infantário Bébédumus”, em Lisboa, fixando-se a lotação total em 100 crianças de ambos os sexos (DG 43, III série de 1973-02-20)
- 1973-01-12: Despacho concede a Maria Clara Andreia Castro Camacho, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada “Infantário O Pinóquio”, em Algueirão, fixando-se a lotação total em 60 crianças de ambos os sexos (DG 47, III série de 1973-02-24)
- 1973-01-24: Proposta de Lei 25/X - Reforma do Sistema Educativo
- 1972-02-01: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada “Centro Paroquial de Bem-Estar Social da Cova da Piedade” (DG 44, III série de 1973-02-21)
- 1973-02-12: Decreto-lei 44/73 organiza a Direcção Geral do Ensino Secundário, criada pelo decreto-lei 408/71, de 27 de Setembro (DG 36 de 1973-02-12)
- 1973-02-12: Decreto-lei 45/73 organiza a Direcção Geral do Ensino Básico, instituída pelo decreto-lei 408/71, de 27 de Setembro (DG 36 de 1973-02-12)
- 1973-02-12: Decreto-lei 46/73 organiza a Direcção Geral da Administração Escolar, criada pelo decreto-lei 408/71, de 27 de Setembro (DG 36 de 1973-02-12)
- 1973-02-12: Decreto-lei 47/73 organiza a Inspeção Geral do Ensino Particular, criada pelo decreto-lei 408/71, de 27 de Setembro (DG 36 de 1973-02-12)
- 1973-03: Pareceres da Câmara Corporativa / Câmara Corporativa
- 1973-03-01: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada “Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra” (DG 74, III série de 1973-03-28)
- 1973-03-06: Despacho que manda extinguir de direito a Instituição de Assistência Particular “Centro de Assistência Social S. Vicente de Paulo”, Vila Verde, revertendo os seus

bens e valores para o "Patronato de N. Senhora do Perpétuo Socorro – Fundação da Família Ribeiro" (DG 98, III série de 1973-04-26)

- 1973-03-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Alfama", Lisboa (DG 87, III série de 1973-04-12)
- 1973-03-08: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. José", Ponta Delgada (DG 98, III série de 1973-04-26)
- 1973-04-05: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Mirandela" (DG 106, III série de 1973-05-05)
- 1973-04-07: Actas do Diário das Sessões – nº 246 de 7 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-11: Actas do Diário das Sessões – nº 247 de 11 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-13: Actas do Diário das Sessões – nº 250 de 13 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-14: Actas do Diário das Sessões – nº 252 de 14 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-25: Actas do Diário das Sessões – nº 253 de 25 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-26: Actas do Diário das Sessões – nº 254 de 26 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-27: Actas do Diário das Sessões – nº 255 de 27 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-28: Actas do Diário das Sessões – nº 256 de 28 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-04-30: Actas do Diário das Sessões – nº 257 de 30 de Abril de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-05-07: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas", Lisboa (DG 129, III série de 1973-06-01)
- 1973-05-14: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Mamede", Lisboa, no qual ficará integrada a Associação da Sopa dos Pobres da mesma freguesia (DG 133, III série de 1973-06-06)
- 1973-05-21: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Seixas", Caminha (DG 161, III série de 1973-07-11)
- 1973-05-29: Despacho manda extinguir de direito o "Património dos Pobres da freguesia de Benavila", Portalegre, revertendo todos os seus bens e valores para a "Casa de Repouso D. Maria Madalena Godinho de Abreu" (DG 148, III série de 1973-06-26)
- 1973-05-31: Despacho manda integrar de direito, com todos os seus bens e valores, na Santa Casa da Misericórdia do Montijo, as Instituições de Assistência Particular denominadas "Orfanato do Dr César Fernandes Ventura" e "Lar de S. José", ambas do Montijo (DG 148, III série de 1973-06-26)
- 1973-06-08: Despacho que aprova os novos estatutos do asilo da infância desvalida Jacinto Ferreira Cabide, da Ribeira Grande por força dos quais passou a denominar-se "Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil de Jacinto Ferreira Cabide" (DG 197, III série de 1973-08-23)
- 1973-06-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Infantil de Nossa Senhora Auxiliadora", Mogofores (DG 166, III série de 1973-07-17)
- 1973-06-18: Despacho manda integrar de direito, com todos os seus bens e valores, no Centro de Assistência Paroquial da paróquia do Divino Espírito Santo do Montijo, a "Casa de Trabalho António Máximo Ventura da mesma cidade ao abrigo do disposto no

nº1 do Dec.-lei 31666 e art. 104 do Dec.-lei 35 108 (DG 187, III série de 1973-08-10)

- 1973-06-19: Despacho que aprova a nova redacção do art. 1 dos estatutos por que se rege o asilo D. Pedro V para a infância desvalida, de Lisboa em virtude da qual passou a denominar-se "Internato D. Pedro V" (DG 176, III série de 1973-07-28)
- 1973-07-02: Actas do Diário das Sessões – 3º suplemento ao nº 258 de 2 de Julho de 1973/ Assembleia Nacional
- 1973-07-18: Despacho concede à Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos Pedasel Lda, alvará para o funcionamento de um estabelecimento particular de assistência a menores com fins lucrativos – modalidade creche - denominada "O castelinho encantado", na Amadora, fixando-se a lotação total em 50 crianças de ambos os sexos (DG 261, III série de 1973-11-08)
- 1973-07-25: Lei 5/73 (reforma Veiga Simão) aprova bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo (DG 173 de 1973-07-25)
- 1973-07-31: Despacho manda integrar de direito, com todos os seus bens e valores, no "Centro Social Paroquial Paulo VI", de Leiria a "Creche de D. Nuno Álvares Pereira" da mesma cidade e alterados os estatutos por que se rege o referido centro (DG 205, III série de 1973-09-01)
- 1973-08-04: Despacho que aprova os novos estatutos do asilo da infância desvalida Manuel Gerardo de Sousa e Castro, de Beja por força dos quais passou a denominar-se "Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro" (DG 205, III série de 1973-09-01)
- 1973-08-11: Decreto-lei 402/73 cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas Comissões Instaladoras e adopta providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respectivas actividades (DG 188 de 1973-08-11)
- 1973-09-03: despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Salvaterra de Magos". A instituição em causa resultou da fusão do Centro de Assistência Social Infantil de Salvaterra de Magos com o Património dos Pobres da mesma freguesia (DG 226, III série de 1973-09-26)
- 1973-09-18: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo", Sesimbra (DG 237, III série de 1973-10-10)
- 1973-09-25: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de S. Domingos de Benfica", Lisboa (DG 261, III série de 1973-11-08)
- 1973-09-27: Decreto 482/73 cria no Ministério das Corporações e Previdência Social a Comissão para a Política Social relativa à mulher (DG 227, I série supl. de 1973-09-27)
- 1973-10-13: Decreto-lei 524/73 estabelece a gratuidade do ensino em oito anos, correspondente ao ensino preparatório de quatro anos definido na reforma do sistema educativo (DG 240 de 1973-10-13)
- 1973-11-06: Decreto-lei 584/73 introduz alterações na orgânica e na designação dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência (DG 259 supl. de 1973-11-06)
- 1973-11-06: Despacho manda extinguir de direito, a partir de 1 de Janeiro de 1974 a Associação da Rainha Santa Isabel, revertendo todo o seu património,

designadamente os bens imóveis e os saldos da gerência depositados ou em cofre para o Instituto da Família e Acção Social (DG 14 de 1974-01-17)

- 1973-11-07: Portaria 792/73 cria vários Centros de Bem-Estar Infantil e fixa os respectivos períodos de instalação (DG 265 I série de 1973-11-13)
- 1973-11-19: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Santa Iria de Azóia", Loures (DG 263, III série de 1973-11-10)
- 1973-12-11: Despacho aprova os novos estatutos por que se passará a reger o Asilo dos Órfãos de Infância Desvalida D. Pedro V, de Braga, o qual se designará por Lar D. Pedro V (DG 25, III série de 1974-01-30)
- 1974-01-17: Despacho manda extinguir de direito o "Património dos Pobres da freguesia de Grândola" (DG 27, III série de 1974-02-01)
- 1974-05-15: Decreto-lei 203/74 define o programa do Governo provisório (DG 113 de 1974-05-15)
- 1974-01-22: Despacho manda retirar a aprovação dos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates, Sabugal (DG 51, III série de 1974-03-01)
- 1974-01-30: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro de Bem-Estar Social de Estremoz" (DG 51, III série de 1974-03-01)
- 1974-03-04: Decreto-lei 83/74 reorganiza a Junta de Acção Social do Ministério e cria em cada Distrito Comissões de Formação e Acção Social (DG 53 de 1974-03-04)
- 1974-03-19: Decreto-lei 114/74 altera a estrutura da Direcção Geral da Assistência Social (DG 66 de 1974-03-19)
- 1974-03-20: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Casa da Nossa Senhora da Conceição", concelho de Sintra (DG 96, III série de 1974-04-24)
- 1974-03-26: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Ervidel", concelho de Aljustrel (DG 72, III série de 1974-03-26)
- 1974-04-10: Despacho concede à Sociedade Dormibrinca - infantários S.A.R.L. alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada "Dormibrinca - Restelo", Lisboa, fixando-se a lotação total em 73 crianças de ambos os sexos (DG 207, III série de 1974-09-05)
- 1974-04-20: Decreto-lei 162/74 define a competência dos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde em matéria de tutela administrativa das instituições particulares de assistência (DG 93 de 1974-04-20)
- 1974-05-16: Despacho concede a Guilhermina da Silva Ferreira, alvará para o funcionamento de uma creche com fins lucrativos, denominada "Lar infantil de Ninar", Lisboa, fixando-se a lotação total em 20 crianças de ambos os sexos (DG 170, III série de 1974-07-23)
- 1974-05-17: Decreto-lei 222/74 cria no Ministério dos Assuntos Sociais uma comissão para avaliar a actual situação financeira das Instituições de Previdência Social e dos organismos que utilizem ou administrem verbas provenientes daquelas instituições (DG 123 de 1974-05-27)
- 1974-06-26: Despacho do Ministério dos Assuntos Sociais determina que a Comissão para a política social relativa à mulher proponha a constituição, no prazo de dez dias, dos grupos de trabalho que julgue necessários (DG 155 de 1974-07-05)

- 1974-07-10: Despacho do Ministério dos Assuntos Sociais estabelece normas relativas à sequência do trabalho a realizar, destinado a proceder a uma total reestruturação da Secretaria de Estado da Segurança Social (DG 159 de 1974-07-10)
- 1974-07-25: Despacho concede a Sofia Carmo da Silva Pinharanda alvará para o funcionamento de uma creche e jardim de infância com fins lucrativos, denominada "Início", Lisboa, fixando-se a lotação total em 78 crianças de ambos os sexos (DG 214, III série de 1974-09-13)
- 1974-09-16: Decreto-lei 488/74 distribui pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais os serviços dos extintos Ministério das Corporações e Segurança Social e da Saúde (DG 225, I série de 1974-09-26)
- 1974-09-16: Decreto-lei 489/74 revoga o dec. Lei 114/74 de 19 de Março, que reorganizou os Serviços da Direcção Geral da Assistência Social (DG 225, I série de 1974-09-26)
- 1974-09-27: Decreto-lei 495/74 autoriza o Ministro dos Assuntos Sociais a designar Comissões Directivas para gerir os serviços compreendidos na Direcção Geral de Assistência Social e estabelecimentos, serviços e instituições oficiais de assistência (DG 226, I série de 1974-09-27)
- 1974-10-04: Despacho que divulga a aprovação dos estatutos da Instituição Particular, denominada "Centro Social de Palmela" (DG 262, III série de 1974-11-12)
- 1974-11-07: Decreto-lei 599/74 extingue o Conselho Superior de Acção Social (DG 259, I série de 1974-11-07)
- 1975-12-15: Decreto-lei 698/75 extingue a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (DG)
- 1976-02-07: Decreto-lei 112/76 reconhece o direito a medidas especiais relativas à maternidade como função social (DG 32 de 1976-02-07)
- 1976-02-25: Resolução do Conselho de Ministros cria a Comissão Interministerial para a Educação e Protecção Infantil (C.I.E.P.I.) (DG 47 de 1976-02-25)
- 1976-05-12: Decreto-lei 348/76 fixa as medidas relativas à habilitação necessária ao exercício das funções de auxiliar de educação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (DG 111 de 1976-05-12)
- 1976-05-20: Decreto-lei 384/76 define associações de educação popular (DG 118 de 1976-05-20)
- 1976-07-01: Despacho Conjunto dos Ministérios da Educação e Investigação Científica e dos Assuntos Sociais designa Louise Margarida Cohen Cunha Teles como Coordenadora Geral da Comissão Interministerial para a Educação e Protecção da Infância – C.I.E.P.I. (DG 160, II série de 1976-07-10)
- 1976-11-26: Resolução do Conselho de Ministros anula a resolução do 6º Governo provisório de 06 de Fevereiro de 1976, publicada no DG, I série, 47, de 25 de Fevereiro de 1976 (C.I.E.P.I.) (DG 260 de 1976-11-06)
- 1977-01-12: Decreto-lei 17/77 transfere os Serviços Médico-Sociais da Previdência para a Secretaria de Estado da Saúde e cria Centros Distritais ou Regionais de Segurança Social e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (DG 9 de 1977-01-12)
- 1977-02-01: Lei 5/77 cria sistema público de educação pré-escolar; revogada pela Lei 5/97-02-10 (DG 26 de 1977-02-01)
- 1977-02-01: Lei 6/77 cria as Escolas Normais de Educadores de Infância (DG 26 de 1977-02-01)

- 1977-02-01: Lei 7/77 reconhece as associações de pais de escolas dos ensinos preparatório e secundário; revogada pelo Dec.-Lei 372/90-11-27, alterado pelo Dec.-Lei 80/99-03-16 (DG 26 de 1977-02-01)
- 1977-02-24: Decreto-lei 66/77 define critérios de acesso às Escolas do Magistério Primário (DG 45 de 1977-02-24)
- 1977-03-09: Portaria 115/77 (DG 57 de 1977-03-09)
- 1977-07-04: Decreto-lei 273/77 determina que seja dado por findo o regime de instalação dos centros sociais que se refere o dec. Lei 340/76 de 12 de Maio (DG 152 de 1977-07-04)
- 1977-07-05: Despacho 91/77 determina as habilitações necessárias para o ingresso nas Escolas Normais de Educadores de Infância a partir do ano lectivo de 1979-80 (DG 159, II série de 1977-07-12)
- 1977-10-04: Decreto-lei 427-B/77 institui o Ensino Superior de curta duração (DG 238 de 1977-10-04)
- 1977-10-11: Decreto-lei 425/77 extingue o Fundo Nacional de Abono de Família e integra o seu património na Caixa Nacional de Pensões (DG 235 de 1977-10-11)
- 1977-10-25: Lei 79/77 define as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos (DG 247 de 1977-10-25)
- 1977-11-21: Despacho do Ministério da Administração Interna e da Educação e Investigação Científica 284/77 solicita às Câmaras Municipais informação sobre a possibilidade de cedência de salas e respectivo mobiliário para funcionamento de classes de educação pré-escolar (DG 273, II série de 1977-11-25)
- 1977-12-31: Decreto-lei 549/77 define o Sistema de Segurança Social (DG 302 de 1977-12-31)
- 1977-12-31: Lei 91/77 revoga o art. 109 da lei 79/77 de 25 de Outubro, que define as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos (DG 302, 6º supl. de 1977-12-31)
- 1978-04-26: Lei 20/78 aprova as linhas gerais do orçamento geral do Estado para 1978 e fundamentais para a organização do orçamento da segurança social para o mesmo ano (DG 96, I série, supl. de 1977-04-26)
- 1978-05-04: Despacho 50/78 autoriza a criação do ano preliminar (DG 111, II série, de 1978-05-15)
- 1978-06-08: Despacho 76/78 publica o acordo de cooperação entre a Direcção Geral do Ensino Básico e as Entidades que cedem instalações para funcionamento de classes pré-escolares (DG 138, II série, de 1978-06-19)
- 1978-07-15: Decreto-lei 180/78 cria na Direcção Geral do Ensino Superior o Gabinete coordenador das actividades do Ensino Superior de curta duração (DG 161 de 1978-07-15)
- 1978-07-24: Despacho 38/78 encerra o ingresso de novos alunos nos cursos de formação de pessoal docente auxiliar da educação pré-escolar no ano lectivo de 1978-79 (DG 178, II série de 1978-08-04)
- 1978-07-27: Despacho 209/78 define as modalidades de apoio ao Ensino Privado (DG 182, II série, de 1978-08-09)
- 1978-07-28: Lei 61/78 ratifica, com emendas, o decreto-lei 427-B/77, de 14 de Outubro, que cria o Ensino Superior de curta duração (DG 172 de 1978-07-28)
- 1978-08-04: Despacho 36/78 define a reconversão de algumas escolas do Magistério Primário (DG 178, II série, de 1978-08-04)

- 1978-08-14: Despacho 45-A/78 define orientações quanto ao funcionamento das classes pré-escolares (DG 186, II série, de 1978-08-14)
- 1978-08-23: Decreto-lei 251/78 aprova o plano para 1978 (DG 193, I série supl. de 1978-08-23)
- 1978-10-03: Despacho 62/78 determina o funcionamento do 1º ano do curso de Educadores de Infância nas Escolas do Magistério Primário das Caldas da Rainha, Évora, Fundão, Guimarães, Lamego e Penafiel (II série)
- 1978-11-03: Despacho 95/78 determina que a Direcção Geral do Ensino Básico deverá estudar a possibilidade de conversão dos cursos de formação de professores do Ensino Primário em cursos de formação de Educadores de Infância (DG 263, II série, de 1978-11-15)
- 1978-12-06: Decreto-lei 386/78 permite ao Ministério da Educação e Cultura criar por Portaria jardins de infância do Sistema Público de Educação Pré-Escolar (DG 280 de 1978-12-06)
- 1978-12-27: Decreto-lei 432/78 cria na Universidade de Aveiro o Centro Integrado de Formação de Professores (DG 296 de 1978-12-27)
- 1978-12-30: Portaria 186/78 cria no ano escolar 1978/79 jardins de infância em várias localidades do país (DG 299 de 1978-12-30)
- 1979-05-14: Lei 13/79 altera, por ratificação, o decreto-lei 386/78, de 6 de Dezembro (DG 110 de 1979-05-14)
- 1979-06-06: Decreto-lei 170/79 regulamenta alguns dos decretos relativos ao funcionamento dos Serviços de Segurança Social na sequência do decreto-lei 549/77 (DG 130 de 1979-06-06)
- 1979-07-10: Despacho 177/79 estabelece as regras de colocação dos docentes nos jardins de infância oficiais para o ano lectivo de 1979/80 (DG 157 de 1979-07-10)
- 1979-07-27: Portaria 378/79 cria lugares de educadores nos jardins de infância em várias localidades (DG 172 de 1979-07-27)
- 1979-08-02: Decreto-lei 79/79 cria vários Centros Regionais de Segurança Social (DG 177 de 1979-08-02)
- 1979-08-03: Portaria 394/79 cria jardins de infância para o ano lectivo 1979-80 (DG 178 de 1979-08-03)
- 1979-09-25: Despacho 101/79 determina as modalidades de apoio ao Ensino Particular e Cooperativo (DG 222, II série de 1979-09-25)
- 1979-11-07: Portaria 586/79 cria 9 jardins de infância para o ano escolar de 1979-80 no concelho de Santa Comba Dão (DG 257 de 1979-11-07)
- 1979-12-26: Decreto-lei 513-T/79 insere as Escolas Superiores de Educação no Ensino Superior (DG 296 de 1979-12-26)
- 1979-12-27: Decreto-lei 513-L1/79 define o regime de instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico (DG 297, 4º supl. de 1979-12-27)
- 1979-12-27: Decreto-lei 513-M1/79 reestrutura a carreira do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos primário, preparatório e secundário (DG 297, 4º supl. de 1979-12-27)
- 1979-12-29: Decreto-lei 519-G2/79 estabelece o regime jurídico das Instituições Privadas de Solidariedade Social (DG 299, 10º suplemento de 1979-12-29)
- 1979-12-29: Decreto-lei 519-R2/79 define estatuto das Escolas Normais de Educadores de Infância (DG 299 de 1979-12-29)

- 1979-12-31: Decreto-lei 540/79 cria no Ministério da Educação a Inspeção Geral do Ensino e converte a Inspeção Geral do Ensino Particular em Direcção Geral do Ensino Particular e Cooperativo (DG 300, 11º suplemento de 1979-12-31)
- 1979-12-31: Decreto-lei 542/79 aprova o estatuto dos jardins de infância (DG 300, 12º suplemento de 1979-12-31)
- 1980-01-09: Portaria 26-G/80 aprova os programas das disciplinas curriculares das Escolas Normais de Educadores de Infância (DG 7, I série, 5º supl. de 1980-01-09)
- 1980-04-02: Despacho 21/80 subdelega no director geral da Segurança Social competências específicas no âmbito das instituições privadas de solidariedade social (DG 89, II série de 1980-04-16)
- 1980-04-14: Despacho 23/80 determina as competências específicas de cada órgão central e dos centros regionais de segurança social no domínio da orientação tutelar e do apoio às instituições privadas de solidariedade social (DG 97, II série de 1980-04-26)
- 1980-05-17: Decreto-lei 131/80 introduz alterações ao Dec-lei 513-L1/79, de 27 de Dezembro (Ensino Superior Politécnico) (DG 114, I série de 1980-05-17)
- 1980-05-26: Despacho 52/80 define as habilitações das auxiliares de educação necessárias à frequência dos cursos de promoção a Educador de Infância (DG 134, II série de 1980-06-12)
- 1980-05-28: Despacho 171/80 explicita algumas medidas para o início de actividades lectivas no ano escolar 1980-81 (DG 139, II série de 1980-06-19)
- 1980-05-28: Despacho 174/80 explicita alguns aspectos relativos à colocação de educadores de infância do Ministério da Educação (DG 139, II série de 1980-06-19)
- 1980-05-30: Despacho 170/80 permite o funcionamento de infantários e jardins de infância em estabelecimentos escolares (DG 136, II série de 1980-06-16)
- 1980-06-21: Portaria 389/80 estabelece que as competências atribuídas aos Centros Regionais de Segurança Social, nos termos do nº 5 do Despacho 23/80 de 14 de Abril, em matéria de orientação tutelar e apoio às instituições privadas de solidariedade social sejam exercidas no distrito de Lisboa, até à entrada em funcionamento da respectiva orgânica regional de segurança social, pelo Instituto da Família e Acção Social (DG 141 de 1980-06-21)
- 1980-07-25: Decreto-lei 253/80 introduz alterações ao Dec-lei 540/79 de 31 de Dezembro (Inspeção Geral do Ensino) (DG 170 de 1980-07-25)
- 1980-07-28: Lei 29/80 ratifica, com emendas, o Dec-lei 513-T/79, de 26 de Dezembro sobre o Ensino Superior Politécnico (DG 172 de 1980-07-28)
- 1980-08-06: Decreto-lei 259-A/80 define descentralização de funções por parte do Ministério de Educação e Ciência (DG 180 de 1980-08-06)
- 1980-09-19: Portaria 682/80 cria no ano escolar de 1980-81 jardins de infância em várias localidades (DG 217 de 1980-09-19)
- 1980-11-21: Decreto-lei 553/80-11-21 aprova o Estatuto do ensino particular e cooperativo
- 1980-11-31: Decreto-lei 553/80 define estatuto do ensino particular e cooperativo
- 1980-12-04: Despacho Normativo 388/80 estabelece as normas reguladoras do regime de apoio financeiro às instituições privadas de solidariedade social por acordos de cooperação (DG 301 de 1980-12-31)
- 1980-12-19: Despacho Normativo 387/80 define as normas reguladoras de acordos de cooperação entre os centros regionais de Segurança Social e as Instituições Privadas de Solidariedade Social (DG 301 de 1980-12-31)

- 1981-06-12: Despacho Normativo 174/81 estabelece normas com vista a deduzir a comparticipação devida pela segurança social a instituições privadas de solidariedade social (DG 159 de 1981-06-14)
- 1981-07-01: Decreto-lei 185/81 aprova o estatuto da carreira do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico (DG 148 de 1981-07-01)
- 1981-07-14: Decreto 89/81 atribui aos trabalhadores por conta de outrem que exerçam exclusivamente o poder paternal o subsídio pecuniário criado pelo decreto 484/73 de 27 de Setembro (DG 159 de 1981-07-14)
- 1981-09-01: Portaria 746/81 cria no ano escolar de 1981-82 jardins de infância (DG 200 de 1981-09-01)
- 1981-09-05: Portaria 762/81 cria, entrando em funcionamento no ano escolar de 1981-82, jardins de infância em várias localidades (DG 204 de 1981-09-05)
- 1981-09-30: Circular Normativa 26 actualiza as tabelas de comparticipação na utilização de equipamentos sociais da infância e juventude
- 1981-12-23: Decreto-lei 350/81 repõe a obrigatoriedade de licenciamento de equipamentos sociais e do exercício de actividades com fins lucrativos no campo da segurança social (DG 294 de 1981-12-23)
- 1982-04-22: Decreto-lei 125/82 cria o Conselho Nacional de Educação no Ministério da Educação e das Universidades (DG 93 de 1981-04-22)
- 1982-05-15: Decreto-lei 180/82 cria o quadro único de educadores de infância dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação e das Universidades (DG 110 de 1982-05-15)
- 1982-10-29: Despacho 21/EA-AP/82 define os parâmetros de avaliação para os alunos do curso de promoção a educador de infância (DG 279, II série de 1982-12-03)
- 1982-10-29: Despacho 22/EA-AP/82 define os parâmetros de avaliação para os alunos dos cursos de formação de educadores de infância (DG 279, II série de 1982-12-03)
- 1982-11-19: Portaria 1089/82 cria, para entrar em funcionamento no ano escolar de 1982-83, jardins de infância em diversas localidades (DG 268 de 1982-11-19)
- 1982-11-29: Despacho 26/82 estabelece para o ano de 1983 o cálculo das comparticipações da Segurança Social devidas em função de acordos de cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social celebrados ao abrigo dos Desp. Norm. 387/80 e 388/80 (DG 282, II série de 1982-12-07)
- 1983-02-16: Decreto do Governo 12/83 cria cursos de bacharelato em ensino na Escola Superior de Educação de Viseu (DG 38 de 1983-02-16)
- 1983-02-25: Decreto-lei 119/83-02-25 aprova o Estatuto das IPSS (*Instituições Particulares de Segurança Social*) (DG 46 de 1983-02-25)
- 1983-03-04: Portaria 250/83 estabelece os ramos dos cursos de bacharelato em Ensino Básico ministrados na E.S.E. de Viseu bem como as regras de ingresso nos respectivos cursos (DG 52 de 1983-03-04)
- 1983-06-22: Despacho 9/83 altera as comparticipações familiares devidas pela frequência dos equipamentos sociais de creche, jardim de infância (DG 141, II série de 1983-04-22)
- 1983-07-16: Decreto regulamentar 69/83 regulamenta o decreto-lei 350/81, de 23 de Dezembro (DG 162 de 1983-07-16)
- 1983-07-22: Despacho Normativo 161/83 altera as normas I, X, XIII e XIV do Despacho Normativo 387/80 (DG 167 de 1983-07-22)

- 1983-10-08: Decreto-lei 375/83 constitui o Conselho Nacional de Educação (DG 242 de 1983-10-08)
- 1983-12-07: Portaria 1023/83 estabelece disposições relativas à celebração de *contratos de associação* com escolas particulares e cooperativas; revogada pela Portaria 263/84-04-24 e Portaria 613/85-08-19
- 1984-01-16: Despacho Normativo 30/84 actualiza os apoios financeiros às Instituições Particulares de Solidariedade Social (DG 31 de 1984-02-06)
- 1984-03-08: Decreto-lei 77/84 estabelece o regime da delimitação e da coordenação da administração central e local em matéria de investimentos públicos (DG 57 de 1984-03-08)
- 1984-03-08: Decreto-lei 78/84 estabelece a classificação dos municípios do continente e das regiões autónomas (DG 57 de 1984-03-08)
- 1984-03-29: Decreto-lei 100/84 revê a Lei 79/77, de 25 de Outubro, no sentido do reforço do poder local
- 1984-05-17: Decreto-lei 158/84 estabelece e define o regime jurídico aplicável às amas no âmbito das respostas da segurança social e as condições do seu enquadramento em creches familiares (DG 114 de 1984-05-17)
- 1984-07-07: Despacho conjunto 13/SEAM/EBS/84 regulamenta o apoio e subsídios concedidos por diversos organismos do Ministério da Educação no âmbito da educação pré-escolar (DG 156, II série de 1984-07-07)
- 1984-08-14: Lei 28/84 define as bases em que assenta o sistema de Segurança Social e acção social prosseguida pelas instituições de Segurança Social bem como as iniciativas particulares não lucrativas de fins análogos aos daquelas instituições (DG 188 de 1984-08-14)
- 1984-09-05: Decreto-lei 299/84 regula transferência para os municípios de novas competências em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento de transportes escolares de acordo com o disposto no nº 5 do art. 47º da Lei 42/83-12-31 e no Dec.-Lei 77/84-03-08
- 1984-09-07: Decreto-lei 301/84-09-07 adopta medidas com vista à efectivação da escolaridade obrigatória em todo o território nacional; revogado o art. 6º pelo Dec.-Lei 35/90-01-25, na redacção dada pelo art. 2º do Dec.-Lei 243/87-06-15 (DG 208 de 1984-09-07)
- 1984-09-28: Decreto-lei 315/84 torna extensivo às associações de pais e encarregados de educação dos alunos de qualquer grau ou modalidade de ensino o disposto na Lei 7/77-02-01 (colaboração entre o Ministério da Educação e as associações de pais e encarregados de educação)
- 1984-11-26: Despacho Normativo 5/85 regula o exercício da actividade das amas e do seu enquadramento e em creches familiares a que se refere o decreto-lei 158/84 de 17 de Maio (DG 15 de 1985-01-18)
- 1984-12-28: Decreto-lei 389-A/84 regula a transferência para os municípios do continente das novas competências em matéria de acção social no domínio dos refeitórios, de alojamento em agregado familiar e de auxílios económicos destinados às crianças da educação pré-escolar, oficial, particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico (DG 299 de 1984-12-28)
- 1985-01-09: Decreto-lei 9/85 determina que as Instituições Particulares de Solidariedade Social, uma vez registadas, adquirem automaticamente a natureza de Pessoas Colectivas de Utilidade Pública (DG 7 de 1984-01-09)

1985-02-22: Decreto-lei 46/85 cria o tipo de escola preparatória e secundária C+S.

1985-04-01: Decreto-lei 89/85 revoga o art. 32 do decreto-lei 119/83, de 25 de Fevereiro (DG 76 de 1984-04-01)

1985-05-03: Decreto-lei 135/85 regulamenta os procedimentos de protecção à maternidade

1985-08-08: Despacho 160/ME/85 define o estabelecimento de acordos entre as comissões instaladoras das Escolas Superiores de Educação e os directores das Escolas do Magistério Primário e/ou das Escolas Normais de Infância (DG 181 de 1985-08-08)

1985-08-31: Portaria 648/85 cria vários jardins de infância em diversas localidades, para entrarem em funcionamento no ano escolar de 1985-86 (DG 200 de 1985-08-31)

1985-10-10: Despacho Normativo 96/85 actualiza as comparticipações das Instituições Particulares de Solidariedade Social com fins de Segurança Social (DG 233 de 1985-10-10)

1985-10-10: Despacho Normativo 97/85 altera as normas 6 e 7 do despacho normativo 388/80, de 31 de Dezembro que regula o regime de financiamento às instituições particulares de solidariedade social através de acordos de cooperação (DG 233 de 1985-10-10)

1985-10-11: Decreto-lei 402/85 define nova redacção ao nº 2 do art. 7 e art. 11 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-lei 119/83 de 25 de Fevereiro com o intuito de simplificar as formalidades de registo das ditas Instituições (DG 234 de 1985-10-11)

1985-12-20: Projecto de Lei 76/IV: Lei do Sistema Educativo (PCP) [Texto publicado no Diário da Assembleia da República, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, II série, nº 16 de 1985-12-20.]

1986-01-02: Despacho 1/MEC/86 estabelece o referencial genérico da actividade das E.S.E.s em matéria de formação inicial de educadores e professores (separação dos cursos) (DG 17, II série de 1986-01-21)

1986-01-18: Projecto de Lei 100/IV: LBSE (PS) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, II série, nº 23, de 1986-01-18]

1986-01-22: Resolução 8/86 cria a Comissão de Reforma do Sistema Educativo e estabelece as suas atribuições (DG 18 de 1986-01-22)

1986-01-28: Despacho 15/SESS/86 determina a adequação dos cursos ministrados na E.S.E. de Viseu ao estipulado no despacho 1/MEC/86 de 2 de Janeiro (DG 33 de 1986-02-08)

1986-01-31: Projecto de Lei 116/IV: LBSE (MDP/CDE) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, II série, nº 27 de 1986-01-31.]

1986-03-05: Projecto de Lei 156/IV: Sistema Nacional de Educação (PRD) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, 2ª série, nº38 de 1986-03-05.]

1986-03-07: Projecto de Lei 159/IV: LBSE (PSD) [texto publicado no *Diário da Assembleia da República*, IV Legislatura, 1ª sessão legislativa, 2ª série, nº 39, de 1986-03-07.]

1986-03-21: Decreto-lei 59/86 sobre formação inicial de educadores de infância e professores do ensino primário (DG 67 de 1986-03-21)

1986-04-02: Separata 6/IV do Diário da Assembleia da República sobre os projectos de lei de bases do Sistema Educativo

1986-05-17: Decreto-lei 100/86 reestrutura a carreira do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos primário, preparatório e secundário

- 1986-05-17: Decreto-lei 101/86 estabelece um esquema programático de extinção das escolas normais de educadores de infância e das escolas do magistério primário; regulamentação da criação de comissões de acordo com o art. 3º-3 pelo Desp.Conj.2/EBS/SEES/87-06-01; alterado o nº 3 do art. 3º e ao nº 2 do art. 6º pelo Dec.-Lei 380/87-12-17
- 1986-05-22: Despacho Normativo 49/86 actualiza as comparticipações financeiras às Instituições Particulares de Solidariedade Social com fins de Segurança Social (DG 140 de 1986-06-21)
- 1986-06-19: Portaria 352/86 regulamenta os cursos de formação inicial que poderão ser ministrados nas Escolas Superiores de Educação (DG 154 de 1986-07-08)
- 1986-07-08: Portaria 535/86 aprova os planos e regime de estudos dos cursos de bacharelato criados pelo decreto do governo 12/83, de 16 de Fevereiro, ministrados pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu (DG 216 de 1986-09-19)
- 1986-07-18: Despacho 141/MEC/86-07-08 estabelece o processo gradativo de extinção das escolas normais de educadores de infância e das escolas do magistério primário, em função da entrada em funcionamentos das escolas superiores de educação e dos centros integrados de formação de professores
- 1986-09-09: Portaria 597/86 autoriza o Instituto Politécnico de Viseu, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir os graus de bacharel em educação pré-escolar (DG 236 de 1986-10-13)
- 1986-09-15: Portaria 598/86 autoriza o Instituto Politécnico da Guarda, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir os graus de bacharel em educação pré-escolar (DG 236 de 1986-10-13)
- 1986-09-19: Decreto-lei 298/86 dá nova redacção ao art. 10º do Dec.-Lei 59/86-03-21 que aprova referencial genérico das actividades das escolas superiores de educação em matéria de formação inicial de educadores de infância e professores do ensino primário (DG 216 de 1986-09-19)
- 1986-10-07: Portaria 578/86 cria vários jardins de infância em diversas localidades para entrarem em funcionamento no ano escolar de 1986-87 (DG 231 de 1986-10-07)
- 1986-10-14: Lei 46/86-10-14: LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo (alterada pela Lei 115/97-09-19) (DG 237 de 1986-10-14)
- 1986-12-11: Dec.Leg.Reg. 31/86/A estabelece a actuação dos municípios em referência aos estabelecimentos de ensino primário
- 1987-01-03: Decreto-lei 3/87 aprova a lei orgânica do Ministério da Educação e Cultura. Revoga o Dec-lei 408/71 de 27 de Setembro e demais legislação orgânica que lhe é complementar (DG 2 de 1987-01-03)
- 1987-02-19: Decreto-lei 80/87 introduz alterações ao Dec-lei 3/87, de 3 de Janeiro (lei orgânica do Ministério da Educação e Cultura) (DG 42 de 1987-02-19)
- 1987-04-08: Despacho Normativo 41/87 actualiza as comparticipações a pagar em 1987 pelos Centros Regionais de Segurança Social às Instituições Particulares de Solidariedade Social (DG 95 de 1987-04-24)
- 1987-05-02: Decreto-lei 200/87 estabelece as normas a que deverá obedecer o concurso para docentes não efectivos do ensino primário e da educação pré-escolar (DG 100 de 1987-05-02)

- 1987-05-15: Portaria 412/87 altera quadros dos anexos II, III, IV e V à Portaria 597/86, de 13 de Outubro, que autoriza o Instituto Politécnico de Viseu, através da sua E.S.E. a conferir os graus de bacharel em educação pré-escolar (DG 111 de 1987-05-15)
- 1987-05-30: Decreto-lei 223/87 estabelece o regime do pessoal não docente dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, dos Ensinos Primário, Preparatório e Secundário e, bem assim, das Escolas do Magistério Primário e Normais de Educadores de Infância do Ministério da Educação e Cultura (DG 124 de 1987-05-30)
- 1987-07-01: Portaria 541/87 cria, para entrar em funcionamento no ano escolar 1987-88 vários jardins de infância (DG 148 de 1987-07-01)
- 1987-07-07: Portaria 566/87 autoriza a administração do curso de bacharelato de Educadores de Infância da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro nas cidades de Vila Real e Chaves (DG 253 de 1987-07-07)
- 1987-07-08: Portaria 574/87 criação dos cursos de bacharelato em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário na Universidade de Aveiro
- 1987-07-18: Portaria 621/87 autoriza a Universidade do Minho a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e Ensino Primário (DG 163 de 1987-07-18)
- 1987-10-16: Portaria 831/87 estabelece para as Escolas Superiores de Educação e para os Centros Integrados de Formação de Professores das Universidades as condições que permitem assegurar o ensino de Educação Moral e Religiosa Católica nestes Estabelecimentos de Ensino, na formação de Educadores de Infância e de Professores do 1º ciclo do Ensino Básico (DG 238 de 1987-10-16)
- 1987-10-27: Portaria 842/87 altera os planos de estudos dos cursos de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Primário da E.S.E. do Instituto Politécnico de Santarém, designadamente os quadros III, IV, V e VI dos anexos I e II à Portaria 547/86, de 24 de Setembro (DG 247 de 1987-10-27)
- 1987-11-17: Portaria 882/87 aprova os planos de estudos dos cursos de Bacharelato de Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (DG 265 de 1987-11-17)
- 1987-12-10: Resolução do Conselho de Ministros define programa de promoção do sucesso educativo no ensino básico (DG 17, II série de 1988-01-21)
- 1988: Decreto-lei 35/88 cria um quadro distrital de vinculação e regulamenta o mecanismo do concurso de professores do 1º ciclo e educadores de Infância
- 1988: Portaria 336/88 regulamenta a componente de prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e professores do 1º e 2º ciclos do ensino básico
- 1988-02-04: Decreto-lei 35/88 cria um quadro distrital de professores do ensino primário e de educadores de infância, estabelecendo medidas no sentido de dar maior estabilidade àqueles docentes, permitindo uma maior racionalização dos recursos humanos disponíveis (DG 29 de 1988-02-04)
- 1988-02-22: Resolução do Conselho de Ministros 8/88 cria um grupo de trabalho directamente dependente do Ministro da Educação com a missão de elaborar o plano de desenvolvimento do sistema educativo no horizonte temporal do ano 2000 e na perspectiva definida pela lei de bases do sistema educativo (DG 43 de 1988-02-22)

- 1988-02-22: Despacho Normativo 12/88 aprova as normas reguladoras dos acordos de cooperação entre os Centros Regionais de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (DG 60 de 1988-03-12)
- 1988-02-23: Despacho 8-A/SESS/88 actualiza as comparticipações a pagar pelos Centros Regionais de Segurança Social às Instituições Particulares de Solidariedade Social no ano de 1988 (DG 97, II série de 1988-04-24)
- 1988-05-05: Decreto Legislativo Regional 23/88/A estabelece o regime jurídico do sistema público da educação pré-escolar na região autónoma dos Açores (DG 104, de 1988-05-05)
- 1988-05-28: Portaria 336/88 regulamenta a componente de prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1ºs e 2ºs ciclos do ensino básico (DG 124, de 1988-05-28)
- 1988-07-08: Portaria 451/88 fixa um número limite de inscrições indispensável ao funcionamento das disciplinas de opção dos cursos de formação inicial de educadores de infância, professores primários e professores do ensino básico (DG 156, de 1988-07-08)
- 1988-09-19: Despacho Normativo 91/88 regulamenta a contratação de professores do ensino primário e educadores de infância profissionalizados não pertencentes aos quadros (DG 245 supl. de 1988-10-22)
- 1988-11-09: Decreto-lei 406/88-11-09 cria e reconhece a Escola de Educadores de Infância que pela Portaria 109/ME/90 passará a denominar-se Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich
- 1988-11-17: Despacho Conjunto do Ministério da Educação e do Emprego e da Segurança Social – Secretarias de Estado da Reforma Educativa e da Segurança Social determina constituição de um grupo de trabalho para avaliação da componente educativa dos jardins de infância através do apoio técnico-pedagógico da formação do pessoal afecto a esses estabelecimentos, de modo a contribuir para a harmonização global de todas as iniciativas públicas e privadas (DG 287, II série de 1988-12-14)
- 1988-12-02: Decreto-lei 434/88 cria a Universidade Aberta (DG 278 de 1988-12-02)
- 1989-01-11: Parecer 1/89 do Conselho Nacional de Educação sobre o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória [Decreto-lei 35/90-01-25]
- 1989-02-03: Decreto-lei 43/89-02-03 estabelece o regime jurídico de autonomia das escolas oficiais dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, rectificado por declaração publicada no DR. I de 1989-02-28 (1984-03-20)
- 1989-02-06: Despacho 16/SESS/89 actualiza provisoriamente os valores que serviram de base ao cálculo de comparticipação financeira no ano de 1988 (DG 46, II série de 1989-02-24)
- 1989-03-15: Parecer 5/89 do Conselho Nacional de Educação sobre ordenamento jurídico da formação inicial dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário [Decreto-lei 344/89-10-11]
- 1989-08-29: Decreto-lei 286/89-08-29 (DR., 1ª, p.3638) aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário. [Parecer 6/89-04-19 do C.N.E.]
- 1989-04-03: Portaria 245/89 cria jardins de infância em várias localidades do país (DG 67 de 1989-04-03)

- 1989-04-17: Despacho 41/SESS/89 actualiza a comparticipação financeira dos Centros Regionais de Segurança Social às Instituições Particulares de Solidariedade Social para o ano de 1989 (DG 106, II série de 1989-05-09)
- 1989-05-12: Decreto-lei 157/89 cria o Centro Escolar do Senhor da Serra (DG 109 de 1989-05-12)
- 1989-08-10: Despacho 5/GDG/89 fixa para o ano de 1989-90 o número de lugares de cada um dos quadros distritais de vinculação do ensino primário e de educação pré-escolar, criados pelo decreto-lei 35/88 de 4 de Fevereiro (DG 263, II série de 1989-11-15)
- 1989-09-05: Portaria 768/89 aprova os princípios genéricos que devem orientar a fixação dos coeficientes de ponderação para o cálculo da classificação final dos cursos a que se refere o nº1 da Portaria 352/86, de 8 de Julho (DG 204 de 1989-09-05)
- 1989-09-11: Despacho Normativo 96/89 aprova as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento de centros de actividades de tempos livres com fins lucrativos (DG 243 de 1989-10-21)
- 1989-09-11: Despacho Normativo 99/89 aprova as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches com fins lucrativos (DG 248 de 1989-10-27)
- 1989-10-11: Decreto-lei 344/89 estabelece o ordenamento jurídico da formação inicial dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário [Parecer 5/89-03-15 do C.N.E] (DG 234 de 1989-10-11)
- 1989-10-13: Decreto-lei 350/89 uniformiza a contratação de pessoal docente não pertencente aos quadros nos vários graus e níveis de ensino (1ª alteração ao Dec-lei 35/88, de 4 de Fevereiro) (DG 236 de 1989-10-13)
- 1989-10-18: Decreto-lei 361/89 estabelece a lei orgânica das direcções regionais de educação (DG 240 de 1989-10-18)
- 1989-10-20: Decreto Regulamentar 30/89 estabelece a estrutura orgânica e funcional da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DG 242 de 1989-10-20)
- 1989-11-18: Decreto-lei 409/89 aprova a estrutura da carreira do pessoal docente de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e estabelece as normas relativas ao seu estatuto remuneratório
- 1990-03-20: Decreto regulamentar 6/90 define as competências da comissão instaladora, do Conselho Pedagógico e do Conselho Administrativo do Centro Escolar do Senhor da Serra (DG 66 de 1990-03-20)
- 1990-04-28: Decreto-lei 139-A/90-04-28 estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário. Alterado pelos Decretos-leis 105/97-04-29 e 1/98-01-02 (DR. 98, 1ª, Supl.)
- 1990-05-04: Desp.58/ME/90 reconhece a importância da escolarização no progresso económico, importa assim criar possibilidades para alargar o acesso à educação nos ensinos básico e secundário, sendo necessário desenvolver o programa de *Educação para todos*
- 1990: Despacho 65-A/SEAM/90 aplica o disposto no cap. X do ECD aos educadores de infância
- 1990-05-14: Portaria 374/ME/90 estabelece qual o diploma académico que será conferido aos titulares do curso de professores de ensino básico a que se refere o art. 3º do Dec.-Lei 59/86-03-21, regulamentado pela Portaria 352/86-07-08 (DG 110 de 1990-05-14)
- 1990-05-15: Desp.Conj.19/SERE/SEAM/90-03-06 (DR. 111, II série, de 1990-05-15) cria, a título experimental, escolas básicas integradas

- 1990-05-15: Desp.Conj.38/SERE/SESS/90 cria uma comissão de análise da expansão da rede pré-escolar para estudo dos pedidos de criação de jardins de infância da iniciativa de qualquer das redes existentes, nomeadamente rede oficial e rede particular e cooperativa do Ministério da Educação, rede oficial e rede das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Ministério do Emprego e da Segurança Social (DG 133, II série de 1990-06-09)
- 1990-07: Estudo sobre a situação da Educação Infantil nos Estados membros da C.E.E. – M.E./G.E.P.
- 1990-07-25: Parecer 4/90 do Conselho Nacional de Educação sobre direcção, administração e gestão dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário. [Decreto-lei 172/91-05-10 e Decreto-lei 115-A/98-05-04]
- 1990-07-31: Despacho 65-A/SEAM/90 determina que seja aplicado aos educadores de infância integrados no quadro único do Ministério da Educação o disposto no capítulo X do estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário (DG 213, II série de 1990-09-14)
- 1990-08-25: Lei 50/90 sobre o prosseguimento dos estudos superiores por professores do ensino primário e educadores de infância (DG 196 de 1990-08-25)
- 1990-09-01: Desp.141/ME/90 aprova modelo de apoio à organização das Actividades de Complemento Curricular, para os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, previsto no Decreto-lei 286/89-08-29 (DR 202, II série, p.9756)
- 1990-09-05: Lei 54/90 sobre o estatuto e autonomia dos estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico (DG 205 de 1990-09-05)
- 1990-11-07: Parecer 5/90 do Conselho Nacional de Educação sobre o regime jurídico da formação contínua de professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. [Decreto-lei 249/92-11-09.]
- 1990-11-27: Decreto-lei 372/90-11-27 estabelece o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais; alterado pelo Decreto-lei 80/99-03-16
- 1991-02-04: Parecer 5/90 do Conselho Nacional de Educação sobre formação contínua de educadores de infância e professores dos ensinos básicos e secundários
- 1991-02-06: Parecer 1/91 do Conselho Nacional de Educação (DR. 1991-04-09) sobre Medidas de apoio às escolas isoladas e aos professores deslocados. [Decreto-lei 249/92-11-09.]
- 1991-03-08: Despacho 32/ME/91 atribui à Associação Jardins-Escolas João de Deus a menção honrosa no grau de diploma de mérito pedagógico (DG 71, II série de 1991-03-26)
- 1991-03-08: Despacho 33/ME/91 define o tipo de instalações onde deve ser integrada a Educação Pré-Escolar (DG 71, II série de 1991-03-26)
- 1991-05-10: decreto-lei 172/91 aprova o regime jurídico de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário; revogado pelo Dec.-Lei 115-A/98-05-04. [Parecer 4/90-07-25 do Conselho Nacional de Educação]
- 1992: Decreto Reg. 14/92 regulamenta a avaliação de desempenho dos educadores de infância e professores dos Ensino Básico e Secundário
- 1992-05-20: Despacho Normativo 75/92 define as normas reguladoras de cooperação entre os Centros Regionais de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (DG 116,I série B de 1992-05-20)

- 1992-06-20: Despacho Normativo 98-A/92-06-20) sobre a avaliação dos alunos do ensino básico; revoga Despacho Normativo 162/ME/91-09-09; Of. Circ.116-93-03-18 esclarece sobre a sua aplicação; Despacho Normativo 644-A/94-09-15 faz aditamento; Declaração rectificação 185/94-10-31 rectifica o Desp.Norm.644-A/94-09-15. [Parecer 2/92-10-07 do Conselho Nacional de Educação.] (DR. I série B, 140, Supl., 1992-06-20, p.2908-2)
- 1992-11-06: Parecer 2/92-10-07 do Conselho Nacional de Educação sobre avaliação dos alunos do ensino básico [Desp.Norm. 162/ME/91-09-09; Desp. Norm.98-A/92-06-20] (DR 257, II série, de 1992-11-06)
- 1992-11-09: decreto-lei 249/92 estabelece regime jurídico da formação contínua de professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; alterado pelo Dec.-Lei 274/94-10-28. [Parecer 5/90-11-07 do Conselho Nacional de Educação.] (DR 259, Supl., I-A, p.5176-3)
- 1992: Decreto Regulamentar 29/92 define o número de unidades de crédito de formação contínua para progressão na carreira
- 1993: Lei 60/93 regime jurídico da formação contínua – altera o D.L. 249/92, já rectificado
- 1993-04-26: Decreto-lei 133/93 aprova a lei orgânica do Ministério da Educação e estabelece a orgânica dos diversos serviços (DG 97, I série A de 1993-04-26)
- 1994-04-27: Parecer 1/94 do Conselho Nacional de Educação sobre *a educação pré-escolar em Portugal*
- 1994: Despacho 88/ME/94 define critérios de apoio financeiro às famílias carenciadas cujos educandos frequentem estabelecimentos de ensino particular e cooperativo
- 1994: Decreto-lei 274/94 estabelece o regime jurídico da formação contínua
- 1994-09-08: Despacho Normativo 644-A/94-09-08 sobre a avaliação dos alunos do ensino básico; faz aditamentos ao Desp.Norm.98-A/92-06-20. (DG 214/94 supl. I série B de 1994-09-15)
- 1995: Parecer 2/95 do Conselho Nacional de Educação sobre *A expansão da educação pré-escolar: análise de um projecto de decreto-lei do Ministério da Educação*
- 1995: Despacho Normativo 38/ME/95 define as condições para a dispensa dos requisitos de formação para a progressão na carreira
- 1995: Lei 17/95 altera a Lei 4/84 (protecção da maternidade e da paternidade)
- 1995: Despacho 68/ME/95 define prazos para apresentação de candidaturas, lotação máxima e carga horária e caracterização funcional de espaços dos estabelecimentos de educação pré-escolar
- 1995: Despacho 107/SSEAM/95 fixa os apoios e complementos educativos destinados a alunos que frequentam estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico
- 1995-07-20: Decreto-lei 173/95 define mecanismos e condições de atribuição dos apoios financeiros necessários à criação e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar (DG 166/95, I série A de 1995-07-20)
- 1997-02-10: Lei 4/97 autoriza o Governo a rever o regime do ilícito de mera ordenação social aplicável ao licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que desenvolvem actividades de apoio social no âmbito da protecção social (DG 34, I série A de 1997-02-10)
- 1997-02-10: Lei 5/97-02-10 lei-quadro da educação pré-escolar (DG 34, I série A de 1997-02-10)

- 1997-04-29: Decreto-lei 105/97-04-29 sobre estatuto da carreira docente. Altera o Dec.-Lei 139-A/90-04-28, alterado pelo Dec.-Lei 1/98-01-02
- 1997-05-30: Decreto-lei 133-A/97 define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos em que sejam exercidas actividades de apoio social no âmbito da segurança social relativas a crianças e jovens (DG 124, I série A de 1997-05-30)
- 1997-06-11: Decreto-lei 147/97-06-11 estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define respectivo sistema de organização e funcionamento (DG 133, I série A de 1997-06-11)
- 1997-06-26: Despacho Conjunto 291/97 dos Ministros das Finanças, da Educação e do Trabalho e Solidariedade aprova as normas reguladoras da atribuição de apoio financeiro pelo Estado no domínio das infra-estruturas, equipamento e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar (DG 204, II série de 1997-09-04)
- 1997-07-01: Despacho Conjunto 105/97 estabelece regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com princípios consagrados na LBSE (DR.149, 2ª)
- 1997-07-30: Despacho 4848/97 celebração de protocolos entre o Departamento de Educação Básica e os estabelecimentos de ensino, após parecer das respectivas direcções regionais de educação, para o desenvolvimento de projectos de gestão flexível dos currículos do ensino básico, nos termos constantes do anexo ao despacho (DR.174; II série)
- 1997: Circular 17/97 – articulação das equipas pedagógicas do Pré-Escolar com os Municípios
- 1997-07-26: Despacho 4734/97 determina o apoio financeiro para aquisição de material nos estabelecimentos públicos do Ministério da Educação
- 1997-08-01: Portaria 583/97-08-01 autoriza, mediante determinadas condições, um horário de funcionamento superior a quarenta horas semanais aos estabelecimentos de educação pré-escolar (DG 176, I série B de 1997-08-01)
- 1997-08-04: Despacho 5220/97-07-10 da Secretária de Estado da Educação e Inovação aprova as orientações curriculares para a educação pré-escolar, definindo os seus princípios gerais e objectivos (DG 178, II série de 1997-08-04)
- 1997-08-07: Despacho Conjunto 300/97 define as normas reguladoras das participações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em equipamentos de educação pré-escolar (DG 208, II série de 1997-08-07)
- 1997-08-21: Despacho Conjunto 258/97-08-21 dos Ministros da Educação e do Trabalho e Solidariedade define os critérios aplicáveis à caracterização das instalações e do equipamento necessários ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar (DG 192, II série de 1997-08-21)
- 1997-08-25: Despacho Conjunto 268/97-08-25 dos Ministros da Educação e do Trabalho e Solidariedade define os critérios aplicáveis à caracterização das instalações e do equipamento necessários ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar (DG 195, II série de 1997-08-25)
- 1997-09-04: Despacho Conjunto 291/97 determina as condições de acesso ao financiamento
- 1997-09-04: Despacho Conjunto 300/97 define as normas que regulam as participações familiares
- 1997-09-09: Despacho Conjunto 291/97-06-26 dos Ministros das Finanças, da Educação e do Trabalho e Solidariedade aprova as normas reguladoras da atribuição de apoio financeiro pelo Estado no domínio das infra-estruturas, equipamento e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar

- 1997-09-19: Lei 115/97-09-19 altera Lei 46/86-10-14 (LBSE) (DG 217/97, I série A de 1997-09-19)
- 1997-11-03: Despacho Conjunto 414/97 define o conjunto de normas que regulam a nomeação do júri do concurso de acesso ao apoio financeiro
- 1997-12-23: Despacho 1058/98 estabelece contratos de desenvolvimento para a educação pré-escolar na modalidade de apoio à família, com as entidades titulares de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (DG 14, II série de 1998-01-17)
- 1997-12-27: Decreto-lei 379/97 estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte (DG 298, I série A de 1997-12-27)
- 1998-01-02: Decreto-lei 1/98-01-02 sobre estatuto da carreira docente; altera os Decretos-Leis 139-A/90-04-28 e 105/97-04-29 (DR.1, I série A, p.2)
- 1998-01-17: Despacho 1058/98-01-17 do Gabinete do Ministro da Educação possibilita o estabelecimento de contratos de desenvolvimento para a educação pré-escolar entre os titulares de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e o Ministério da Educação; alterado, para o ano lectivo 1998/1999, pelo Despacho 20 250/98-11-19 do Gabinete do Ministro da Educação
- 1998-05-04: Decreto-lei 115-A/98-05-04 aprova o regime de autonomia, de administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; alterado pela Lei 24/99-04-22 (DR.102, Supl., I série A, p.1988-2)
- 1998: Decreto Regulamentar 11/98 regulamenta o processo de avaliação de desempenho dos educadores de infância e dos professores
- 1998: Circular 95/98 define a possibilidade dos Municípios estabelecerem um calendário escolar para o pré-escolar
- 1998: Decreto-lei 89-A/98 cria linha de crédito bonificado ao qual têm acesso os estabelecimentos de educação Pré-Escolar públicos e privados
- 1998-06-25: Decreto-lei 171/98 equipara as Casas do Povo que prossigam os objectivos previstos no art. 1 do estatuto das I.P.S.S. às mesmas, aplicando-se-lhes o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais (DG 144, I série A de 1998-06-25)
- 1998-08-11: Decreto-lei 255/98 regula as condições em que os Educadores de Infância e os Professores dos Ensinos Básico e Secundário titulares de um grau de bacharel ou equivalentes para efeitos de prosseguimento dos estudos, podem adquirir o grau académico de licenciado (DG 184, I série A de 1998-08-11)
- 1999-01-28: Decreto-lei 26/99 estabelece as condições de emissão e atribuição com carácter geral de vales denominados "vales sociais", destinados ao pagamento de creches, jardins de infância e lactários, mediante a constituição de fundos (DG 23, I série A de 1999-01-28)
- 1999-03-16: Despacho Conjunto 413/99 aprova o regulamento do fundo de compensação sócio-económica no âmbito do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar (DG 113, II série de 1999-05-15)
- 1999-03-16: Decreto-lei 80/99-03-16 altera o decreto-lei 372/90-11-27, que estabelece regime de constituição, direitos e deveres das associações de pais

- 1999-04-22: Lei 24/99-04-22 altera o Decreto-lei 115-A/98-05-04 sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (DG 94, I série A de 1999-04-22)
- 1999-06-07: Decreto-lei 194/99-06-07 procede à definição dos princípios gerais a que se deve subordinar o sistema de acreditação dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário
- 1999-09-14: Lei 159/99 estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais
- 2000-06-21: Despacho 14 047/2000 determina o apoio financeiro aos estabelecimentos da rede pré-escolar da rede pública para a aquisição de material didáctico no ano lectivo 2000-2001 (DG 157, II série de 2000-07-10)
- 2003-01-15: Decreto-lei 7/2003 – Conselhos Municipais de Educação e Cartas Educativas
- 2003-05-27: Proposta de lei 74/ix (governo) — lei de bases da educação
- 2003-05-28: Projecto de lei 305/ix (BE) — altera a lei de bases do sistema educativo
- 2003-06-06: Projecto de lei 306/ix (PS) — aprova a lei de bases da educação
- 2003-06-24: Projecto de lei 320/ix (PCP) — lei de bases do sistema educativo
- 2003-06-24: Projecto de lei 321/ix (os Verdes) — altera a lei de bases do sistema educativo
- 2004-05-12: Texto de Substituição da Comissão de Educação, Ciência e Cultura à Proposta de Lei 74/IX, Projecto de Lei 305/IX, Projecto de Lei 306/IX, Projecto de Lei 320/IX E Projecto de Lei 321/IX

Estatísticas consultadas

[illegible]

Anuário Estatístico de Portugal: 1960. Inst. Nac. de Estatística, 1961
Anuário Estatístico de Portugal: 1961. Inst. Nac. de Estatística, 1962
Anuário Estatístico de Portugal: 1962. Inst. Nac. de Estatística, 1963
Anuário Estatístico de Portugal: 1963. Inst. Nac. de Estatística, 1964
Anuário Estatístico de Portugal: 1964. Inst. Nac. de Estatística, 1965
Anuário Estatístico de Portugal: 1965. Inst. Nac. de Estatística, 1966
Anuário Estatístico de Portugal: 1966. Inst. Nac. de Estatística, 1967
Anuário Estatístico de Portugal: 1967. Inst. Nac. de Estatística, 1974
Anuário Estatístico de Portugal: 1968. Inst. Nac. de Estatística, 1969
Evolução do Sistema de Ensino: 1960-61 a 1974-75. Lisboa: M.E.I.C., S.G., Div. Est., 1975
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1970. Inst. Nac. de Estatística, 1971
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1971. Inst. Nac. de Estatística, 1972
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1972. Inst. Nac. de Estatística, 1973
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1973. Inst. Nac. de Estatística, 1974
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1974. Inst. Nac. de Estatística, 1975
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1975. Inst. Nac. de Estatística, 1976
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1976. Inst. Nac. de Estatística, 1977
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1977. Inst. Nac. de Estatística, 1978
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1978. Inst. Nac. de Estatística, 1982
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1979. Inst. Nac. de Estatística, 1982
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1980. Inst. Nac. de Estatística, 1982
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1981. Inst. Nac. de Estatística, 1982
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1982. Inst. Nac. de Estatística, 1983
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1983. Inst. Nac. de Estatística, 1984
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1984. Inst. Nac. de Estatística, 1985
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1985. Inst. Nac. de Estatística, 1986
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1986. Inst. Nac. de Estatística, 1987
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1987. Inst. Nac. de Estatística, 1988
Estatísticas de Alunos de Educação Pré-Escolar 1987/88. Min. Edu.-GEP., 1988
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1988. Inst. Nac. de Estatística, 1989
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1989. Inst. Nac. de Estatística, 1990
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1990. Inst. Nac. de Estatística, 1991
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1991. Inst. Nac. de Estatística, 1992
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1992. Inst. Nac. de Estatística, 1993
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1993. Inst. Nac. de Estatística, 1994
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1994. Inst. Nac. de Estatística, 1995
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1995. Inst. Nac. de Estatística, 1996
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1996. Inst. Nac. de Estatística, 1997
Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes: 1997. Inst. Nac. de Estatística, 1998
Estatísticas Demográficas: 1864-2001. Inst. Nac. de Estatística.